

Trabalho forçado africano

Experiências coloniais comparadas

O trabalho africano foi decisivo na construção do mundo moderno. Antes de mais, através da exportação de escravos para a América, onde cerca de dez milhões de migrantes involuntários transformaram um continente quase despovoado na periferia mais rica das redes europeias de poder e comércio.

Estas sociedades escravocratas da América não juntaram apenas um Novo Mundo aos interesses europeus - foi através delas que se instalou o próprio modo capitalista de produzir. Deste modo, é fácil compreender a importância que desde há décadas o estudo do tráfico de escravos suscita no mundo académico, com incidência especial nas escolas norte-americanas e da América do Sul.

Mas, se a escravatura africana teve esse peso histórico tão grande e foi abolida em meados do século XIX, o que aconteceu em seguida a um sistema que já então tinha tomado uma dimensão planetária? Como se alterou a divisão mundial do trabalho entretanto instituída? De que forma nela participaram as regiões africanas, agora obrigatoriamente reconvertidas? Em que consistiram os sistemas coloniais europeus em África e o que tiveram em comum? A época do trabalho africano juridicamente livre mas enquadrada pelas administrações europeias tem neste momento muito mais perguntas do que respostas.

Para observar o *continuum* histórico do trabalho africano na época moderna, única forma de o perspectivarmos historicamente e, ao mesmo tempo, para tentar clarificar conceitos que um conjunto de investigadores se vem reunindo periodicamente. Um balanço sobre o estado das pesquisas relativamente ao "trabalho forçado" é agora aqui apresentado.

CEA | 1

Trabalho forçado africano

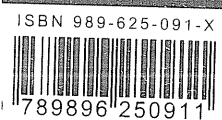
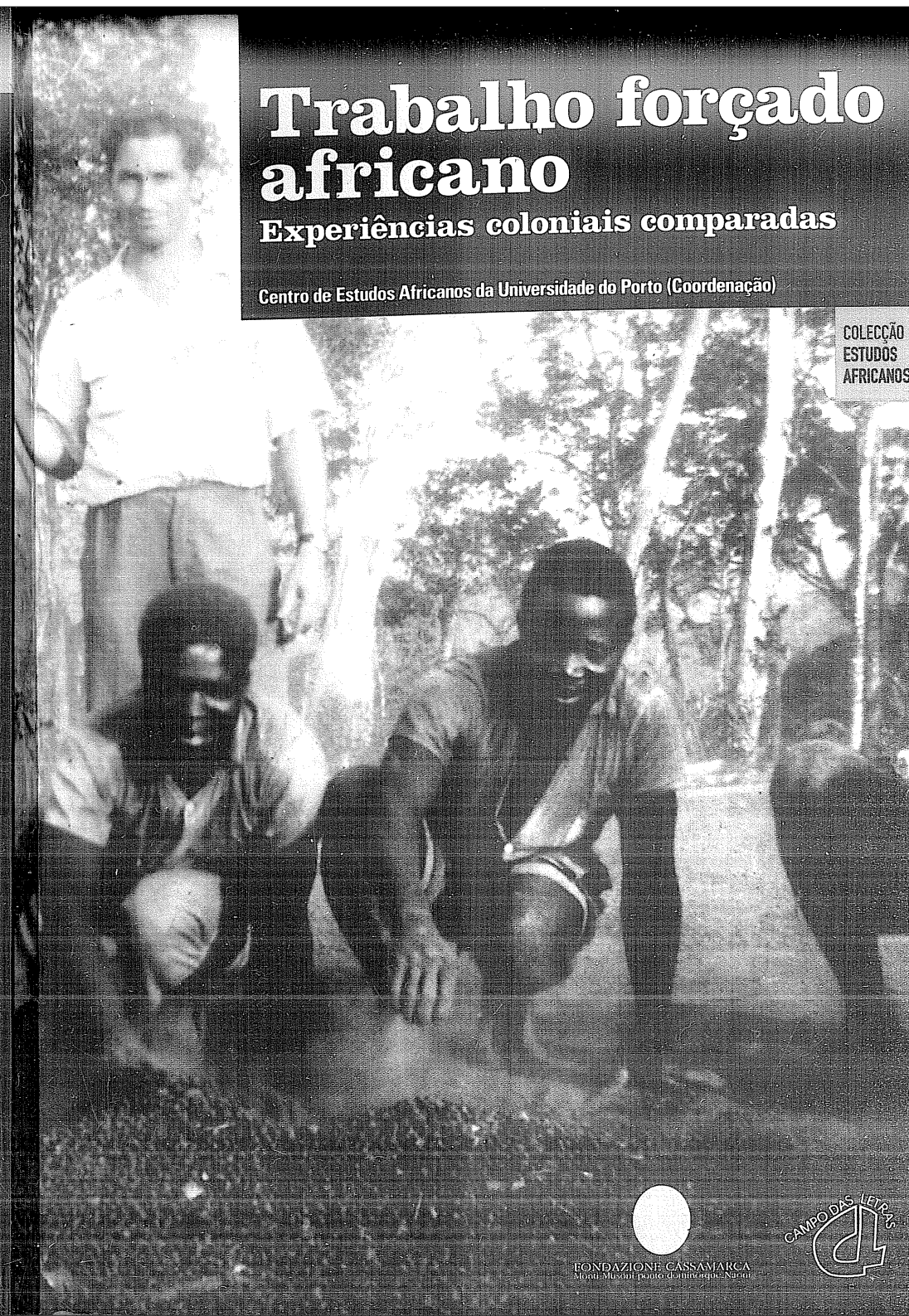
Experiências coloniais comparadas

Trabalho forçado africano

Experiências coloniais comparadas

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Coordenação)

COLEÇÃO
ESTUDOS
AFRICANOS



FONDAZIONE CASSAMARCA
Museo Museo Paolo e Anna Casamarca



A colecção *Estudos Africanos* resulta de uma parceria entre o
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
e a editora Campo das Letras.

TRABALHO FORÇADO AFRICANO
- EXPERIÊNCIAS COLONIAIS COMPARADAS

Coordenação: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Autores: Adriana Pereira Campos, Alexander Keese, Ano Boa Bernard,
António Almeida Mendes, Arlindo Manuel Caldeira, Aurélio Rocha,
Cristina Osswald, Douglas L. Wheeler, Eduardo Medeiros, Elvira Mea,
Jacinto Rodrigues, Jean Gormo, Jelmer Vos, Lígia Santana, Lysie dos Reis,
Maciel Santos, Manuel Loff, Maria Aparecida Papali, Maria Emília Madeira
Santos, Mário Maestri, Matthew Karanji, Maurice Archer, Per Hernaes,
Philip J. Havik, Roquinaldo Ferreira, Vítor Luís Gaspar Rodrigues

Direcção gráfica e capa: António Modesto

Na capa: Escolha do café, Carmona (actual Uíge), Angola, 1960.

Col. Part. de Ângela Camila Castelo Branco e António Faria

© CAMPO DAS LETRAS – Editores, S. A., 2006

Rua D. Manuel II, 33 – 5.º 4050-345 Porto

Telef.: 226 080 870 Fax: 226 080 880

E-mail: campo.lettras@mail.telepac.pt

Site: www.campo-lettras.pt

Impressão: Rainho & Neves

1.ª edição: Outubro de 2006

Depósito legal n.º: 247388/06

ISBN 989-625-091-X

Código de barras: 9789896250911

Colecção: Estudos Africanos – 1

Código do livro – 1.73.001

A edição deste livro teve o apoio de:



**Centro de Estudos Africanos
da Universidade do Porto**

(Coordenação)

Trabalho forçado africano - experiências coloniais comparadas



Prefácio

O trabalho africano foi um elemento decisivo na construção do mundo moderno. Através do tráfico de escravos para a América, cerca de dez milhões de migrantes involuntários contribuíram para que o chamado Novo Mundo se integrasse num sistema mundial de poder e comércio. Uma vez que essa migração assumiu a forma de um circuito de mercadorias, os seus focos de origem – as regiões africanas que alimentaram o tráfico – foram igualmente integrados no sistema mundial. Deste modo, pode dizer-se que a partir do século XVI os circuitos do comércio atlântico de escravos inauguraram o processo de mundialização da produção.

A aceleração do processo de mundialização, especialmente nos últimos 50 anos, é decerto a melhor explicação para a sensibilidade que as universidades ocidentais desenvolveram a respeito da “peculiar institution”. Nos Estados Unidos, o debate sobre a rentabilidade e o significado social das regiões escravagistas norte-americanas começou logo no século XIX, mas é inegável que a sua intensificação académica se deu a partir da década de 1950. Um pouco mais tarde – com os trabalhos de Philip Curtis e David Eltis – começaram as tentativas de quantificação das migrações e a formação de equipas pluri-disciplinares para identificar cada “passagem do meio” (nome por que eram conhecidas as travessias do “comércio atlântico de escravos”). Durante as décadas de 1970-80, iniciou-se a participação das universidades da América Latina, tanto para produzir novas monografias sobre o tráfico para destinos

tropicais, como para reproduzir com os seus próprios materiais de arquivo os debates sobre a rentabilidade da economia escravista.

Klein relaciona este florescimento tardio (o estudo científico do tráfico de escravos começou praticamente um século depois da sua extinção enquanto fenómeno histórico no Atlântico), não com a chamada “globalização”, mas com a conjuntura da descolonização europeia do pós-guerra. O comércio de escravos foi certamente um peso na memória das potências coloniais europeias a retardar a constituição deste objecto de estudos. De facto, deve notar-se que foi fora da Europa que ele se desenvolveu mais rapidamente.

Factores adicionais podem ser acrescentados a esta explicação. Sendo as formações sociais de quase todos os Estados americanos indissociáveis da escravatura africana, compreende-se que aí tivessem sido mais fortes as solitações para a enquadrar historicamente. Também as condições locais de trabalho o favoreciam, dada a abundância de fontes inéditas para este efeito nas Américas: grandes arquivos públicos e privados, cuja abertura informática precedeu em alguns casos as dos próprios arquivos europeus, e a tradição oral, ainda presente sob muitas formas na cultura do Sul dos Estados Unidos, das Caraíbas e do Brasil.

As sociedades coloniais que na África e na Ásia se constituíram depois da legislação abolicionista (isto é, depois de abolidos tanto o tráfico como a condição servil) estão numa fase bem mais embrionária de entrada no campo científico. A dimensão do trabalho forçado africano e asiático enquadrada por legislação liberal, bem como a migração de trabalhadores entre as várias regiões tropicais (os chamados cules), foram quantitativamente inferiores aos do tráfico de escravos, mas concentraram-se durante um período de tempo mais curto: *circa* 1850-1950. Têm portanto uma grande visibilidade histórica e, em alguns casos, marcaram ainda mais profundamente a actual memória colectiva dessas regiões. Pode dizer-se que é para esta problemática (e não para a da escravatura) que se torna mais plausível o condicionalismo ideológico apontado por Klein: não seria certamente durante a presença colonial europeia que as condições para este tipo de estudos seriam mais favoráveis. Mesmo considerando que o hiato entre o fenómeno e a sua constituição como objecto académico foi bem menor que no caso da escravatura – nas

décadas de 1960 e 1970, isto é, menos de duas décadas depois da descolonização, já surgiam trabalhos importantes sobre as relações sociais das antigas colónias francesas e inglesas –, as problemáticas do trabalho forçado africano (e em menor escala, asiático) estão ainda longe dos níveis de síntese e de rigor atingidos pelos estudos e debates sobre o comércio atlântico de escravos. Para todas as áreas coloniais, mas sobretudo para os casos português, belga, alemão e italiano, o estado actual dos conhecimentos ressent-se ainda do atraso com que os trabalhos de campo e a recolha de fontes jurídicas, administrativas e estatísticas, se tem processado.

Neste ponto, as circunstâncias locais têm actuado em sentido inverso ao que nas Américas facilitou o desenvolvimento dos estudos sobre a escravatura na sua fase legal. Por um lado, praticamente todas as temáticas africanas passaram nas últimas décadas para a cauda das prioridades institucionais das universidades sediadas nas respectivas ex-metrópoles. Por outro lado, as circunstâncias dos novos Estados africanos, tanto a sua debilidade em financiar programas de estudos assim como a instabilidade que acompanhou em muitos casos os seus primeiros anos de independência política, dificilmente poderiam equilibrar as lacunas historiográficas sobre as respectivas sociedades coloniais.

Neste contexto, os colóquios sobre “trabalho forçado africano” que o Centro de Estudos Africanos tem vindo a promover desde 2004 visam basicamente dois objectivos:

- contribuir, através da perspectiva comparada, para um melhor enquadramento das duas formas históricas em que o trabalho africano foi aproveitado durante a constituição do mercado mundial. Ambas se esclarecem mutuamente, tanto mais que durante algum tempo chegaram a ser contemporâneas (ainda havia embarques clandestinos de escravos para o Brasil e Cuba quando já se constituíam as primeiras redes de emigração cule e se criavam as primeiras legislações coloniais laborais);
- estimular o desenvolvimento dos trabalhos de campo relativamente ao chamado “trabalho forçado”, no seu sentido lato, de modo a que esta problemática adquira rapidamente o estatuto de objecto científico que o período da escravatura propriamente dita já possui nos principais centros de investigação mundiais.

São as comunicações do último destes colóquios, realizado entre 17 e 19 de Novembro de 2005, que aqui se apresentam. Incluem-se ainda alguns contributos que circunstâncias variadas não permitiram debater presencialmente. Com elas é possível formar uma ideia do que neste campo de trabalho são as principais tendências da investigação, bem como sobre a diversidade de aspectos que o trabalho forçado africano marcou no mundo contemporâneo: sem dúvida, um “facto social total”.

ELVIRA MEA

JOSÉ CAPELA

MACIEL SANTOS

Parte I

O tráfico atlântico de escravos

Traite des Maures-traite des Noirs, ou les visages de l'esclavage au Portugal (XV^e-XVI^e siècles)

ANTÓNIO DE ALMEIDA MENDES*

Du point de vue de l'activité négrière, l'arrivée de ces 235 premiers esclaves noirs à Lagos en août 1444 constitua un moment fondateur, car cette première expédition organisée inaugurait 350 ans d'émigration forcée de masse à la fois vers l'Europe et vers les Amériques¹. En un siècle (milieu XV^e-milieu XVI^e siècle), entre 250 000 et 300 000 esclaves arrivèrent au Portugal². Loin de s'inscrire dans la continuité de la traite transsaharienne pratiquée par les Arabes dès le VII^e siècle³, la traite atlantique s'imposait comme un trafic d'un genre nouveau inscrit dans une temporalité qui lui

* École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

¹ L'expédition de 1444 n'est qu'une parmi les nombreuses expéditions conduites par les hommes de l'Infant Henri le long de la côte sahélo-mauritanienne à partir des années 1430. La principale source disponible est le témoignage contemporain de Gomes Eanes de Zurara, *Chronique de Guinée (1453)*, traduction et annotations de Léon Bourdon, présentation de Jacques Paviot, Paris, éd. Chandeigne, 1994 et dans une moindre mesure le récit de Diogo Gomes, *De la première découverte de la Guinée (fin XV^e siècle)*, trad. Théodore Monod, Bissau, Memória n° 21 du Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1959.

² Ivana Elbl, « The volume of the early atlantic slave trade, 1450-152 », in *Journal of African History*, 38, 1997 ; pp. 31-75. António de Almeida Mendes, « Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI », in *Studia Africana*, n° 7, Porto, janvier-février 2004, pp. 13-30 et « Traites ibériques entre Méditerranée et Atlantique (1450-1550) », in *Anais de História de Além-mar*, n° VI, 2006 (ss. presse).

³ Contrairement à ce qu'avance Olivier Pétré-Grenouilleau dans son dernier ouvrage (*Les traites négrières. Essai d'histoire globale*, Paris, Gallimard, 2004), la traite atlantique et la traite transsaharienne sont deux circuits distincts. Car si la traite portugaise détourne vers les rivages atlantiques une partie des routes caravanières sahariennes qui jusqu'alors débouchaient au Maroc, en Cyrénaïque ou en Egypte, la traite transsaharienne continue à alimenter les États de l'Afrique orientale et de la Corne de l'Afrique. Sur les chiffres de la traite transsaharienne cf. Ralph A. Austen, « The Trans-Saharan Slave Trade : A tentative Census », in *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (ss. dir. de Henry A. Gemery and Jan S. Hogendorn), New-York, 1979, pp. 23-76.

était propre, à la croisée des mondes méditerranéen et atlantique⁴. La genèse des mouvements d'ouverture atlantique et d'expansion mondiale engagés par les Portugais avec la prise de Ceuta en 1415 a engendré une immense littérature et donné naissance à une historiographie classique – l'école des Découvertes – accrochée au « mythe » des courageux découvreurs guidés par le génie visionnaire du prince Henri dit le Navigateur (1394-1460). Prince lettré et annonciateur de la Renaissance et amoureux des sciences mais dont la vie tient d'une reconstruction idéalisée il fut selon les propos de Garcia de Resende « le premier inventeur et découvreur des conquêtes de Guinée »⁵. Depuis, le mythe a largement remplacé la réalité et l'esprit d'aventure d'une classe de nobles-chevaliers qui prolongerait l'esprit de reconquête ibérique en Afrique du Nord, d'autres la recherche de l'or et du royaume mythique du Prêtre Jean, d'autres la constitution précoce du Portugal en État-nation par rapport à « l'ennemi » espagnol, la recherche de blé après une période de pénurie marquée par la Grande Peste qui toucha l'Europe entre 1346 et 1353, voire la position géographique du Royaume, à la pointe de l'Occident⁶. On ne peut prétendre en quelques lignes rendre compte de débats qui ont remué pendant plusieurs décennies le monde des historiens. L'histoire événementielle prônée par l'école nationaliste des *Descobrimentos* et les approches économistes et plus globales inaugurées par Vitorino Magalhães Godinho se sont longtemps opposées. Certes, l'enchaînement des facteurs jouèrent, successivement ou conjointement, un rôle dans la genèse de l'expansion et il ne faut pas, par ailleurs, mésestimer la part d'imaginaire que convoquaient les récits contemporains. La richesse légendaire de Tombouctou, ville située aux confins du Sahara et connue comme

⁴ Sur cette dimension Méditerranéenne, cf. Luís Adão da Fonseca, « Le Portugal et la Méditerranée au XV^e siècle » et Bernard Vincent, « Esclavage au Portugal : entre mer Méditerranée et océan Atlantique », in *Le Portugal et la Méditerranée*, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, XLIII, Lisbonne-Paris, 2002, respectivement pp. 3-34 et pp. 61-70.

⁵ Garcia de Resende, *Crônica de dom João II e Mislânea*, Lisbonne, IN-CM, 1973, p. 117.

⁶ Nous ne discuterons pas ici la genèse du mouvement expansionniste qui a donné lieu à une bibliographie abondante. Pour une rapide vue d'ensemble cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal. A emergência de uma nação*, Lisbonne, edições Colibri, 2004. Pour des approches différentes cf. notamment Sanjay Subrahmanyam, « Du Tage au Gange au XVI^e siècle : une conjoncture millénariste à l'échelle eurasiatique », in *Annales HSS*, janvier-février 2001, pp. 51-84 et Luís Filipe F. R., Thomaz, « Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle : les débuts de l'expansion », Lisbonne, CEHCA, IICT, Série Separatas n° 221, 1989.

un centre de commerce entre l'ancien Soudan et le Maghreb, était parvenue jusqu'aux oreilles des Occidentaux par l'entremise des voyageurs arabes mais également génois, tel Antonio Malfante qui en 1447 traversa le désert marocain de nord au sud et arriva à Touat, au contact des nègres, sans parvenir aux mines d'or du Soudan, lequel devait venir selon ses propos « d'une terre lointaine »⁷. Le sel de Taoudenni, l'or des mines de Bouré et les esclaves du Ghana transitaient par Tombouctou avant d'être acheminés jusqu'aux ports du littoral nord-africain (Fès, Tunis, Le Caire), et de là, pour partie jusqu'aux puissances maritimes italiennes (Gênes, Pise, Venise, Amalfi) et vers les côtes méridionales de la péninsule ibérique (Algarve, Andalousie et Catalogne). La route de la soie, qui reliait Venise et Gênes à l'empire du milieu à travers les routes transcontinentales sur les traces des conquérants d'Alexandre le Grand et de Gengis Khan, avait autant attiré les capitaux des marchands italiens qu'alimenté l'imaginaire des Européens. Avec le déplacement progressif des regards et des capitaux vers la péninsule ibérique à partir de la fin du XIV^e siècle, les routes caravanières sahariennes attirèrent les attentions. Les longs périple de Giovanni da Montecorvino ou de Marco Polo (1254-1324) à travers l'Orient que le vénitien raconta en français dans *Le Devisement du monde* après son retour et les récits de voyage merveilleux (en réalité une compilation d'œuvres médiévales) de Jean de Mandeville (1371) connurent un important succès, puisque 250 manuscrits sont répertoriés en dix langues⁸.

Toutefois, la plupart des interprétations classiques oublient que l'initiative revint d'abord à la frange méditerranéenne du Royaume, l'Algarve, bien plus qu'à Lisbonne et à l'Atlantique. Et il est difficile d'expliquer comment l'esprit de Reconquête a pu demeurer un « mythe vivace » pendant deux siècles entre la reconquête de l'Algarve en 1249 et l'expédition de Ceuta en 1415, et que surtout qu'avant d'être portugaise l'expansion fut européenne⁹. Les expéditions du catalan Jaume Ferrer au large de la côte mauritanienne,

⁷ Charles de la Roncière, *La découverte de l'Afrique au Moyen-âge, cartographes et explorateurs*, Le Caire, IFAO, Mémoires V, VI, XIII, 1924-1925.

⁸ Jean de Mandeville, *Le Livre des merveilles du Monde*, éd. critique Christiane Deluz, Paris, CNRS éditions, 2000.

⁹ Pour des regards critiques et novateurs cf. notamment Luís Filipe F. R., Thomaz, « Le Portugal et l'Afrique... », *op. cit.*, 1989 et Sanjay Subrahmanyam « Du Tage au Gange au XVI^e siècle : une conjoncture millénariste à l'échelle eurasiatique », in *Annales HSS*, janvier-février 2001, pp. 51-84 où l'auteur s'arrête sur le contexte eschatologique et millénariste qui régnait à la Cour de D. Manuel I^{er}.

dont la barque avait appareillé en 1346 pour le « Riu del Oro » dans l'espoir de contourner par mer l'imposante chaîne de l'Atlas qui rendait difficiles les liaisons avec les régions africaines d'où de longues caravanes chamelières portaient chargées d'or, d'ivoire et de sel¹⁰. De fait, l'avancée portugaise en direction de l'Atlantique s'explique en premier lieu par le déplacement du centre des échanges des îles à sucre de la Méditerranée orientale (Chypre, Crète, Sicile, Rhodes) et de côte Levantine vers la partie occidentale de la « mer intérieure » : Aigues-Mortes, la Corse, Valence dans le Royaume d'Aragon, l'Algarve et le Maroc. Ce mouvement de reflux vers le sud-ouest de l'Europe est graduel et débute avec l'arrivée de quelques milliers de commerçants Juifs dans l'Algarve et dans les ports d'Afrique du Nord (Fès, Alger, Tunis) après les sanglantes persécutions déclenchées à partir de 1391 à Séville, à Valence et en Castille à l'instigation de l'archidiacre Fernando Martinez d'Écija. Beaucoup trouvèrent refuge au Portugal et à la Cour du prince Henri comme le cartographe catalan Jehuda Cresques (1350-1427), le fils du majorquin Abraham Cresques, l'auteur du célèbre Atlas Catalan de 1375-1380. Ces Juifs s'immiscèrent dans les réseaux traditionnels et contrôlèrent les circuits commerciaux entre les différents ports méditerranéens. Dans ce schéma, la ville marocaine de Fès, principale héritière de la civilisation hispano-maghrébine, fut un centre important d'accueil des réfugiés. Sous le règne de Jean II, Abraham ben Samuel Zakkut (1450-1522), l'auteur de tables astronomiques, rédigées en hébreu, que Colomb emporta avec lui lors de son premier voyage trouva exil au Portugal avant de finir ses jours à Fès. La circulation des hommes et des marchandises et les réseaux fondés sur des solidarités familiales qui se mirent alors en place entre l'Algarve et l'Afrique du Nord créèrent un nouvel axe d'échange au détriment des axes caravaniers Ouadane-Sijilmasa-Tlemcen-Barcelone-Majorque et Niger-Tripolitaine-Cyrénaïque-Egypte-Sicile. Le rôle des Juifs et des Morisques en tant qu'intermédiaires entre le monde musulman et chrétien fut central, à l'exemple de Jacob Rosales envoyé à Lisbonne en 1534 par le roi de Fès pour négocier une paix entre les deux Royaumes¹¹.

¹⁰ Atlas Catalan constitué de 6 folios de parchemin est conservé à la bibliothèque nationale de Paris sous la cote BNF, ESP 30.
¹¹ IANTT/ CC I, 53, 110. José Alberto Tavim souligne que la communauté juive de Ceuta maintenait au-XVI^e siècle un commerce régulier avec les villes italiennes. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na expansão*

Dans le même temps, plus à l'Est, le déclin de la navigation génoise en mer Noire, après le succès de Venise lors de la bataille de Chioggia (1380), allié à la poussée des Ottomans en mer Noire et en Méditerranée orientale¹² repoussait vers l'Aragon, la Provence puis vers l'Algarve, commerçants et navigateurs italiens¹³. La participation des navigateurs-marchands génois et vénitiens à la reconnaissance de l'intérieur de l'Afrique sahélienne, à la (re)découverte des îles de l'Atlantique Nord (Açores, Canaries, Cap-Vert, Madère) et à l'exploration de la côte ouest-africaine aux XIV^e-XV^e siècles est assez bien connue ; il suffit d'évoquer les noms d'Andrea Bianco, d'Alvise de Cá da Mosto, Benedetto Dei, Marco Lomellini, Lanzaroto Malocello, Antonio Malfante, Antonio da Noli, Bartolomeo Perestrelo, Jerónimo Sernige, João Francisco Affaitati, des dynasties des Pesagno et des Spinola, Antoniotto Usidomare ... et cette liste n'est pas exhaustive. Cette contribution des Italiens à la première phase expansionniste iléenne s'inscrit dans le long terme puisque les rivages de la Méditerranée atlantique étaient fréquentés par les marins de Gênes et des îles Baléares depuis au moins le XIII^e siècle. L'historiographie a retenu le nom des frères Vivaldi ou de Jaume Ferrer au XIII^e siècle¹⁴, mais combien d'autres restés anonymes ont tenté leur chance ? Ce que l'on sait moins, c'est que l'entreprise conduite dans les îles atlantiques et sur la Côte africaine reposait sur une première « colonisation » italienne des Canaries, de la Corse, de la Provence et du littoral algarvien. De 1387 à 1406, le capitaine génois Baltasar Spinola reçut le commandement du château d'Hyères et en profita pour piller la côte hyéroise et toulonnaise. Dans l'Algarve, la fixation est encouragée par la Couronne portugaise : ainsi, en 1410 le roi Jean I exempta du paiement d'impôt les échanges avec les Milanais, Génois et Vénitiens. En définitive, pour attirer et fixer les capitaux flottants des grands banquiers italiens, l'on

portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades de uma comunidade, Braga, éd. APPACDM, 1997, p. 62. Voir aussi sur l'activité commerciale des présides nord-africains, Jean-Frédéric Schaub, *Les Juifs du Roi d'Espagne*, Paris, Hachette Littérature, 1999.

¹² Qui se conclut par la prise de Constantinople en 1453 et l'occupation de Chypre en 1526.

¹³ Charles Verlinden, « L'héritage de Venise en Occident », in *Mediterraneo e Oceano indiano*, Florence, 1970, pp. 357-374.

¹⁴ Raymond Mauny, *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434)*, Lisbonne, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 92-98.

ne trouva jamais rien de mieux que de supprimer les impôts et de créer une sorte de « paradis financier ». Ainsi, la culture de la canne à sucre fut introduite dès 1401 à Quarteira (à proximité de Faro)¹⁵ par le Génois Giovanni della Palma et c'est à partir de l'Algarve qu'elle fut dans les années 1450 introduite à Madère¹⁶. Dès les années 1470, les banquiers Ambrosio, Urbano et Battista Lomellini investirent massivement dans le sucre de l'île de Madère¹⁷ et sa commercialisation (depuis l'exploitation jusqu'au transport) devint rapidement un monopole exclusivement italien¹⁸. Au point qu'en 1481-1482, les commerçants portugais se plaignaient lors des Cortes d'Évora que les Juifs et les Génois accaparaient le commerce du miel et du sucre de Madère¹⁹.

C'est probablement sous l'action des Italiens et avec leurs capitaux que le prince Henri (1394-1460), en association avec ses fidèles écuyers-chevaliers dont beaucoup avaient participé à des actions de course en Méditerranée avant de combattre en Afrique du Nord au sein de l'ordre militaire du Christ²⁰, créa à Lagos dans les années 1430-1440 une première association commerciale inspirée de la *Mahona*, association privée d'armateurs et de commerçants génois établie sur l'île de Chio en mer Egée en 1347²¹ (expérience réitérée à Chypre en 1373 et en Corse en 1378) mais aussi des *loggia* italiennes et de la *lonja* barcelonaise. C'est sans doute sur ce modèle que la Casa de Ceuta fut fondée à Lisbonne au début du XV^e siècle pour coordonner le commerce des places d'Afrique du Nord et de Ceuta et pour encadrer

¹⁵ Dans le même temps, en 1407, la Couronne d'Aragon autorisait le Sicilien Nicolau Santafé, producteur de sucre, à s'installer à Valence. La production de sucre valencien déclina après 1475, victime de la concurrence du sucre de Madère. Cf. José Pérez Vidal, *La cultura de la caña de azúcar en el Levante español*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1973.

¹⁶ A la même époque, l'économie de la canne à sucre est également en plein essor au Maroc.

¹⁷ Virginia Rau, « A family of Italian merchants in Portugal in the XVth century : the Lomellini », Milan, Instituto Editoriale cisalpino.

¹⁸ Alberto Vieira estime qu'au XVI^e siècle 78 % du commerce du sucre de Madère était sous contrôle de marchands italiens. Alberto Vieira, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

¹⁹ Henrique Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1947, 2^e éd., t. X, p. 150.

²⁰ L'infant Henri fut nommé gouverneur et administrateur perpétuel de l'Ordre du Christ par le pape Martin V en mai 1420.

²¹ Sur le fonctionnement de la *Mahona* de Chio cf. P.P. Argenti, *The occupations of Chios by the Genoese and their administration of the island 1347-1566*, Cambridge, 1956, 3 vols. et « The Mahona of the Giustiniani. Genovese colonialism and the genovese relationship with Chio », in *Byzantinische Forschungen*, 1979, 6, pp. 1-35.

l'activité de course et de piraterie dans la Méditerranée. Autour des années 1440, cette première Compagnie céda la place à la Casa de Arguin, du nom de la presqu'île où Soeira Mendes de Évora, sur initiative du prince Henri son suzerain, avait entrepris l'édification d'un entrepôt (plus tard fortifié et baptisé Castelo d'Arguin) pour traiter des esclaves et de l'or avec la côte saharienne comprise entre le cap Blanc et le fleuve São João. Pour centraliser les arrivées d'esclaves, D. Henri créa à Lisbonne la charge de « receveur des Maures et des Mauresques [...] qui viendraient de Guinée »²². L'un des premiers à occuper cette fonction fut Fernão Gomes²³ qui était en charge de récupérer au nom de l'Infant le quint de tous les chargements. En fait, l'Infant D. Henrique avait créé autour de lui une communauté de 700 hommes, unie par des liens familiaux, des solidarités villageoises et une collusion acquise sur les terrains de bataille d'Afrique du Nord. Les hommes de la maison de l'Infant avaient participé aux conquêtes en Afrique du Nord (Ceuta, Tanger, etc.), aux expéditions contre les Canaries et bien évidemment aux premières razzias sur les côtes ouest-africaines. La première expédition organisée eut probablement lieu autour de 1444, lorsque le prince Henri et plusieurs de ses associés (dont le propre évêque de Lagos) armèrent un navire avec 2 442 *varas* de toiles²⁴. Sur ces bases, très tôt un trafic intense se mit en place entre Arguin, les communautés berbères sanajahs et les marchands arabes par le truchement des *alformas*, c'est-à-dire des intermédiaires²⁵ fixés dans l'intérieur à Ouadane et, sur le rivage, à Antarota. Au début du XVI^e siècle, l'un des chefs locaux était un dénommé Dama, seigneur des « Narzigues ». L'activité portugaise était financée par les rentes issues des nombreux domaines et propriétés foncières de l'Ordre du Christ et de l'exploration de la citadelle

²² Saunders, A.C. de C.M. Saunders, *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal, 1441-1555*, Lisbonne, IN-CM, 1995, p. 29 et IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, Liv. 15, fol. 47. (IAN/TT : Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, dorénavant IAN/TT).

²³ Le même Fernão Gomes qui un quart de siècle plus tard, receva le monopole de l'exploration et de la reconnaissance du littoral africain et qui combatta à Tanger aux côtés d'Afonso V.

²⁴ Ancienne unité de mesure équivalent à 1,10 mètres.

²⁵ On retrouve le terme chez Valentim Fernandes, *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal*, Pierre de Cenival et Théodore Monod, Paris, 1938, pp. 94-95. Juan Antonio Frago Gracia, « Arabismos saharianos (Alforma, Alformaje, Alformat) en el español de Canarias », in *Revista de Filología Española*, CSIC, Madrid, LXXVII, n° 1^o-2^o, 1997, pp. 149-152.

de Castro Marim, siège de l'Ordre. C'est cette structure, avec les hommes et les mêmes pratiques « familiales » qui fut maintenue jusqu'à la mort en 1470 de D. Fernando duc de Viseu, que son oncle Henri le Navigateur avait désigné comme héritier adoptif dès 1462. La mort en 1460 de l'infant Henri, le « cerveau » des premiers voyages portugais, ne ralentit pas le mouvement des arrivées. Au contraire, on assista avec la nationalisation du trafic par la royauté à un contrat plus étroit. En 1463, Diogo Dias de Abreu était nommé facteur et trésorier du commerce d'Arguin dans le port de Lisbonne²⁶.

Ainsi avec les Casa(s) de Ceuta et d'Arguin les Portugais organisent un premier grand mouvement de déportation de populations maures, berbères et noires vers le Sud du Royaume du Portugal, qui inscrit dans la continuité d'une activité marchande ancienne et de l'activité corsaire en Méditerranée²⁷. Il prend pendant une trentaine d'années (1415-1445) la forme de raids meurtriers et de d'entreprises sporadiques de chasses à l'homme (*filhamento*) le long du littoral marocain²⁸. Cette stratégie héritée de la course en mer et des *entradas*, s'avéra peu productive et meurtrière sur les côtes subsahariennes. Les razzias firent rapidement place à un trafic organisé et négocié (la traite), centré autour des factoreries créées dans les îles de l'Atlantique, à commencer par Arguin. Entre 1445 et 1464, Soeiro Mendes de Évora, ancien *almoxarife* de Lagos, fut nommé par l'Infant Henri gouverneur-capitaine du Castelo d'Arguin, des contrats de dix ans qui l'autorisaient à acquérir des esclaves sur le littoral saharien en échange du versement d'une quote-part. A partir de 1464 et jusqu'en 1471 date de sa mort, il reçut à titre personnel d'Afonso V, l'exploration de la traite d'Arguin, charge qui s'accompagnait du versement d'une rente annuelle de 12 esclaves, soit au prix de vente d'alors entre 50 et 60 000 réaux annuels²⁹. Rente substantielle qui prouve que le trafic était déjà bien établi. En résumé, cette traite atlantique naissante puisait sa source dans un trafic plus ancien et s'inscrivait dans un cadre plus global

²⁶ IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, Liv. 9, fol. 96, doc. 2.

²⁷ Bernard Vincent, « Esclavage au Portugal... », *op. cit.*, 2002.

²⁸ Cf. le témoignage contemporain de Alvise de Ca' da Mosto, *Voyages en Afrique Noire d'Alvise Ca' da Mosto*, Paris, éd. Chandeigne/Unesco, 1994, 221, chap. X, pp. 49-50 et l'étude de Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época Moderna*, Lisbonne, éd. Colibri, 1995.

²⁹ IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, Liv. 8, fol. 88, doc. 1.

d'un esclavage musulman important vers la péninsule et l'île de Madère, même s'il ne s'agissait pas d'une traite organisée et régulière. Encore que les quelques exemples mis en avant par Bernard Rosenberger sembleraient prouver l'existence d'un trafic significatif. En 1502, Rui Gil cherchant à acheter à Mazagan des esclaves pour envoyer à Madère, il arriva à Safi. Où il captura quelques campagnards qu'il envoya vers Madère. En 1521, Bernard Rodrigues raconte qu'à Azemmour, l'estuaire de l'Oum er Rbia était rempli de navires venus charger des filles et des jeunes femmes³⁰. Dans ce domaine, les recherches restent en partie à faire.

Si la péninsule ne fut pas une société esclavagiste comme a pu l'être Cuba à l'époque coloniale, elle fut une société dont l'esclave, au-delà de sa provenance, fut l'une des composantes majeures. Combien d'esclaves maures et noirs comptaient Lisbonne, le sud du Portugal et l'Andalousie au tournant du XVI^e siècle ? La comptabilité est difficile à tenir : selon nos calculs basés sur la documentation manuscrite, entre 20 et 25 000 noirs arrivèrent au Portugal entre 1441 et 1500. Du vivant de Zurara un peu moins de 1 000 esclaves avaient été transportés au Royaume en près de 15 ans (1444-1456). Autour de 1456, Alvise de Cá da Mosto estimait les arrivées annuelles à 700-800 esclaves; pour la seule année 1486, 442 esclaves furent enregistrés à Lisbonne. Entre 1486 et 1493, João Lúcio de Azevedo comptabilise près de 3 539 entrées d'esclaves³¹. A l'aube du XVI^e siècle, le Noir était devenu une composante « visible » de la société portugaise, et tous les ans, les caravelles débarquaient 2 à 3 000 esclaves selon les dires du Vénitien Cà Masser³². En ce qui conserve les esclaves maures, il est encore plus hasardeux d'avancer des chiffres. Mais à la lecture des sources, il apparaît clairement que cet esclavage musulman plus ancien dans le temps, demeurait encore majoritaire dans l'Algarve, à Lisbonne, à Séville et à Valence au début du XVI^e siècle. Les places d'Afrique du Nord et la Méditerranée étaient depuis longtemps l'aire

³⁰ Selon Bernard Rosenberger, « Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV^e-XVI^e siècles) », in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisbonne, CHAM, 2002, pp. 71-84.

³¹ João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, Lisbonne, Clássica editora, 1988 [1^{ère} éd. 1928].

³² Vitorino Magalhães Godinho, « Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser » in *Revista de História Económica e Social*, n° 4, 1979.

de ponction naturelle de la Péninsule, bien plus que l'Afrique subsaharienne. Ainsi, en 1317, le roi D. Dinis (1261-1325) nommait le Génois Manuel Pesagno à la tête de la marine portugaise et l'autorisa à trafiquer au Maroc : 1/5^e des esclaves capturés lui revenaient de droit³³. Ses fils Bartolomeo et Lanzarote, et ses petits-fils Manuel et Carlos furent à tour de rôle Amiraux de la Marine portugaise jusqu'à la fin du XIV^e siècle et poursuivirent dans la même voie³⁴. Durant le mandat de Pedro de Meneses, gouverneur et capitaine de Ceuta entre 1415 et 1437, ce sont au bas mot 2 106 maures capturés en terre et en mer qui étaient destinés tant au rachat des prisonniers qu'à être réexportés vers le sud du Portugal comme vers Valence et Barcelone, ou Pedro de Meneses avait ses procureurs, notamment un certain João de Lamego³⁵. En 1493, dans les écuries royales, sur les 19 esclaves employés, la proportion était de 13 esclaves maures pour 6 esclaves noirs³⁶. Le chroniqueur Alonso de Palencia, narre comment en 1476, les marins et pêcheurs de Palos de la Frontera et de Santa Maria du Puerto, enfreignant le monopole des Portugais, partirent à bord de deux caravelles et « accostèrent sur les côtes les plus proches de Guinée. Le pays se nomme le territoire des Azenègues (Berbères), sous ce nom on distingue les [hommes] au teint citrin (*cetrino*) de ceux au teint plus noir... les marins des deux caravelles capturèrent 120 Azenègues qu'ils ramenèrent en Andalousie »³⁷. Les campagnes militaires en Afrique du Nord amenèrent leurs lots de captifs, comme la prise d'Oran par les Espagnols en 1509.

Les exemples sont infinis et prouvent au combien l'Algarve, terre pauvre en hommes et en céréales³⁸, devint dès le milieu du XV^e siècle une terre d'arrivée

³³ Charles Verlinden, *L'esclavage dans l'Europe médiévale*, vol. I : Péninsule Ibérique-France, Bruges, 1955, pp. 546-547.

³⁴ A la fin du XIV^e siècles, les Amiraux génois étaient en force dans les différentes marines européennes. Lors de la bataille de la Rochelle (1372), épisode de la Guerre de Cent ans, les 20 galères castillanes qui affrontèrent les Anglais étaient commandées par Boccanegra et l'armée de la Manche par un autre Génois, Rainier Grimaldi.

³⁵ Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisbonne, éd. Colibri, 2004, pp. 96-104 et David Lopes, *A expansão portuguesa em Marrocos*, Lisbonne, Teorema, 1989 [1936].

³⁶ IAN/TT, CC I, Maço 2, doc. 9 et CC I, Maço 17, doc. 110. (CC I : Corpo Cronológico, Partie I).

³⁷ Julio Izquierdo Labrado, « La esclavitud en Huelva y Palos (1570-1587) », article publié dans sa version électronique : <http://www.paisvirtual.com/ciencia/humanistica/julioil/esclavoc.html>.

³⁸ 39 451 habitants pour le littoral algarvien en 1527 selon Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico durante o século XVI*, Lisbonne, éd. Cosmos, 1970.

d'esclaves maures et de « maures noirs »³⁹, mais aussi la plaque tournante de la réexportation d'esclaves vers Séville et Valence. En 1462, Diogo Vilarinho était autorisé à envoyer vers Séville des esclaves issus du Cap-Vert et d'au-delà⁴⁰. Entre 1445 et 1482, ce sont 1 345 esclaves qui ont transité depuis Lisbonne et l'Algarve jusqu'à Valence : les esclaves noirs de Guinée représentaient la moitié des individus, l'autre moitié étant composée des esclaves dits blancs, *loros, moros, rossos, alarves, canaris*.⁴¹ Les arrivées ne devaient pas compenser les départs puisque lors des Cortes de 1472, la population demandait à Afonso V d'interdire l'exportation des Noirs hors du Royaume. Entre 1490 et 1498, 739 esclaves avaient déjà été vendus par la succursale commerciale de Lagos pour un montant de 3 570 030 réaux ; en janvier 1508, Rodrigo Afonso quittait Arguin pour Lagos avec à bord de la Santa Maria da Misericórdia une cargaison de 33 esclaves (13 hommes et 20 femmes) ; en novembre de cette même année Mem Galvão débarquait avec un autre chargement de 45 esclaves⁴² ; en 1518, Afonso Peres *almoxarife* de Tavira mettait en vente une cargaison de 140 esclaves tout juste arrivés d'Arguin pour 916 100 réaux⁴³.

En 1497, Alfonso Franco Silva recensait 250 esclaves noirs à Séville, dont beaucoup parlaient le portugais⁴⁴. Les actes notariés de ventes d'esclaves de Séville enregistrent les cas de beaucoup de Noirs qui étaient nés à Lisbonne, à Lagos et Tavira. Plus de la moitié selon Alfonso Franco Silva⁴⁵. A Valence, Vicenta Cortés Alonso dénombre l'entrée de 2 004 esclaves noirs entre 1489 et 1497⁴⁶, dont un grand nombre expédiés depuis Lisbonne

³⁹ Les villes de Faro, Tavira, Loulé, Lagos et Silves possédaient des *mourarias* importantes et en 1544, 50 couples de maures vivaient encore à Lagos, cf. Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve... op. cit.*, p. 26.

⁴⁰ Hugh Thomas, *The slave trade. The History of the atlantic slave trade 1440-1870*, Londres, 1997, p. 74 et Roger Botte, « Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud (1448-ca 1550) » in *Cahiers des Annales de la Mémoire*, Nantes, 2001, n° 3, p. 85-107.

⁴¹ Avelino Teixeira da Mota, « Esclaves noirs à Valence de 1445 à 1482 », in *Revue française d'Outre-mer*, t. LXVI, 1979, pp. 195-210.

⁴² Sur les 53 esclaves embarqués à Arguin et revendus pour 170 300 réaux.

⁴³ Ces exemples ont été reconstruits à partir de données fournies par les archives portugaises avec des données fournies par Braamcamp Freire, *Cartas de quitação del Rey Dom Manuel*, in *Arquivo Histórico Português*, tomes II, III et IX.

⁴⁴ Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, Séville, 1979, p. 48.

⁴⁵ Pour Alfonso Franco Silva, l'axe Guinée-Lisbonne-Séville est l'axe négrier « fondamental » à la fin du XV^e siècle. Alfonso Franco Silva, *Esclavitud en Andalucía: 1450-1550*, Université de Grenada, 1992, p. 47.

⁴⁶ Vicenta Cortés Alonso, « La trata de esclavos durante los primeros descubrimientos (1489-1516) », in *Anuario estudios Atlanticos*, Madrid-Las Palmas, n° 9, 1963.

par un certain Bartolomeo di Marchionni (dont nous aurons à reparler), et à Valence ce sont près de 11 négociants en esclaves qui agissent au même moment, dont une majorité de Portugais⁴⁷. Entre les nombreuses références aux esclaves maures, maures noirs (*mouros negros*) et noirs de Lagos, Silves et Faro présents dans la Chancellerie du roi Afonso V, il y a le cas de João Rodrigues, habitant d'Elvas, qui en 1469 s'était rendu à Cordoue à dos d'âne, emportant avec lui une esclave qu'il avait vendu à la foire locale⁴⁸.

À cet esclavage des Noirs et des Maures, il convient d'ajouter les Guanches des îles Canaries, population blanche parente des Berbères. L'extermination des Guanches avait débuté en 1402 avec l'arrivée, dans les îles de Lanzarote et Fuerteventura, du Normand Jean de Béthencourt, chambellan du roi de France Charles VI, et de son compagnon d'affaires Gadifer de la Salle. Pour les deux marchands, l'intérêt se portait sur les colorants végétaux, et en particulier l'orseille, plus que sur l'acquisition d'esclaves⁴⁹. Rappelons que Jean de Béthencourt était seigneur de la petite localité de Grainville la Teinturière sur les rivages de la Manche, pays de foulons et de tisserands à proximité des foires du Nord et de Champagne. Devenue possession castillane, les incursions portugaises vont se multiplier à partir des années 1420 et quatre expéditions menées en 1425, 1427, 1434 et 1445 depuis l'île de Madère sont connues⁵⁰. En 1433, Gil Eanes, de retour d'une tentative de franchissement du cap Bojador ramenait à Lagos à bord de sa *barca* quelques aborigènes guanches capturés sur l'île canarienne de Ténériffe, où l'équipage s'était arrêté pour ravitailler en vivres et en eau. Les Castillans prolongèrent ce trafic et entre le milieu et la fin du XV^e siècle, c'est la quasi-totalité des 80 000 indigènes des îles canariennes qui furent massacrés ou déportés vers les grands ports de la frange du littoral atlantique et méditerranéen compris entre Huelva et Valence. Dans son voyage à travers la

⁴⁷ José Luiz Cortés Lopez, *Los Origenes de la esclavitud negra en España*, Madrid, 1986, p. 46.

⁴⁸ IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, Liv. 28, fol. 131, doc. 1.

⁴⁹ Orseille : lichen qui fournit une matière rouge utilisée comme colorant. L'enfant Henri possédait à la même époque le monopole du sang-de-dragon de l'île de Madère. Résine de couleur rouge fournie par le dragonnier et employée comme produit de teinture.

⁵⁰ Alberto Vieira, *Os escravos...*, op. cit., p. 22. Sans compter celles conduites directement depuis le royaume, à l'exemple de l'expédition conduite en 1440 avec le financement de la famille des di Negros qui détenait des vignobles, des terres agricoles et l'affermage des impôts sous Afonso V et ses successeurs.

péninsule (1494-1495), Jerónimo Münzer fait halte à Valence en octobre 1494 et assiste à la vente de 73 des 87 « hommes bruns mais pas noirs, qui étaient semblables aux barbares [les Arabes] » ramenés de l'île de Lanzarote. Le port de Valence compte alors multitude de « captifs enchaînés et assujettis à des travaux extrêmement pénibles, tels que scier des poutres ».⁵¹

Le sort réservé à ces Guanches est à rapprocher de celui des Noirs travaillant dans le port de Lisbonne. Car, en soit l'esclavage des Noirs ne différait guère de celui réservé aux autres minorités serviles de l'espace péninsulaire, qu'elles soient guanches, indiennes, maures, juives, slaves, etc.. La condition de l'esclave variait en fonction de l'activité occupée. Selon que l'esclave fut destiné à la domesticité, à des tâches artisanales, agricoles, ou au travail des mines, l'espérance de vie était variable. Et à ce titre, les esclaves noirs, moins chers à l'achat, furent généralement destinés aux tâches les plus dures et enregistrèrent les taux de mortalité les plus élevés. En janvier 1493, le roi D. João II demandait à son greffier de remettre à João Primeiro, esclave domestique de la Cour, « une chape, un pantalon, un capuchon de toile de Bristol, un pourpoint de toile épaisse, deux chemises de coton, des chaussures, une ceinture et un béret sombre », l'ensemble constituant sa tenue de travail. Il y a cet esclavage de palais, de ces domestiques qu'on retrouvait en nombre dans les résidences de chasse et de villégiature édifiées le long de la vallée du Tage, de Santarém, à Almeirim en passant par Muge⁵². Dans la résidence que D. Manuel avait fait édifier à Muge en 1511, il y avait en permanence une douzaine d'esclaves au service du Roi et des Grands⁵³ ; dans le Sud du pays d'Évora à Castro Marim, dans la factorerie des Flandres, aux Açores comme bergers⁵⁴, au service des princes et des nobles du Royaume, etc., il y a ces milliers d'esclaves qui passèrent par l'enfer des forges à ciel ouvert de l'arsenal de Lisbonne, par les 27 fours à biscuit du Val de Zebro, les mines andalouses de Guadalcanal (Sierra Morena)⁵⁵ ou les

⁵¹ Jerónimo Münzer, *Viage por España y Portugal*, Madrid, éd. Polifemo, 2002, chap. « Venta de esclavos », pp. 43-45.

⁵² Qui porte toujours l'appellation de Paço dos Negros (Palais des Noirs).

⁵³ IAN/TT, CC I, Maço 10, doc. 26.

⁵⁴ Avelino de Freitas Meneses, « O Arquipélago dos Açores – O Povoamento », in *Nova História da Expansão Portuguesa* (ss. dir. de Joel Serrão et A. H. de Oliveira Marques), Lisbonne, Estampa, 2005, vol. I, p. 270.

⁵⁵ Alessandro Stella, « L'esclavage en Andalousie à l'époque Moderne », in *Annales ESC*, janvier-février 1992, n° 1, pp. 35-64.

huertas insalubres de Gandia, près de Valence. Là où dans les années 1460, la compagnie allemande de Ravensburg avait fait assécher les terres marécageuses et lagunaires pour y installer des plantations de canne à sucre⁵⁶. Et puis il y a cette masse anonyme qui exerçait les tâches quotidiennes dans l'agriculture, la marine, les services, les églises. Les tâches les plus ardues, celles que les Blancs ne voulaient pas ou ne pouvaient pas remplir. Jour après jour, Inês allait vendre du pain dans *judaria* de Lisbonne interdite aux chrétiens et ramenait le fruit de sa vente à son maître, l'écuyer Luis Eanes⁵⁷.

Cette première traite ibérique (1435-1500), comparée à l'ampleur prise par la suite, apparaît comme relativement limitée en nombre et réduite dans l'espace (le sud de la péninsule). En soit elle ne diffère guère de celle pratiquée pendant des décennies par les italiens autour du bassin de la Méditerranée orientale. Mieux, elle en est l'étroite héritière. Et il est fort probable que la traite ibérique eut continué sur ces bases « restreintes » et « médiévales » sans l'irruption de Christophe Colomb en Amérique. Car jusqu'alors, à Lisbonne, la Couronne semblait davantage portée vers les affaires nord-atlantiques que vers l'Afrique du Nord et l'Afrique subsaharienne. Du moins, plus par intérêt mercantile que par vocation naturelle. Le centre des affaires était alors au Nord, le Sud étant surtout un réservoir de main-d'œuvre et de matières premières. Car, si les Avis, une fois sur le trône, poursuivent leur politique d'alliances matrimoniales avec les royaumes castillan et aragonais⁵⁸, João I, après son mariage avec Filipa de Lancastre, fille de Jean de Gand, renforce l'axe luso-britannique inauguré en 1308, puis affermit par le traité de Tagilde (1372) et de Windsor (1386)⁵⁹. L'activité portuaire de Lisbonne s'orienta vers la Manche et les circuits du Nord de l'Europe au détriment de l'Atlantique. Les marchands flamands, anglais et allemands étaient nombreux dans les ports

⁵⁶ Après le déclin de l'exploitation du sucre à Valence, on retrouve Leo Ravensburg membre de cette même famille comme agent des Welser, dans la culture du sucre de Madère au début du XVI^e siècle.

⁵⁷ IAN/TT, Chancellerie D. Afonso V, Liv. 16, fol. 51, doc. 3.

⁵⁸ Pour ne prendre que quelques exemples : en 1282, le roi D. Dinis épouse Isabelle d'Aragon (sainte Isabelle). Leur fille Constance épouse Ferdinand IV de Castille. Son successeur Alfonso IV épouse en 1309 Béatrice de Castille. Leur fille aînée Marie-Constance de Portugal épouse en 1328 Alphonse XI de Castille. Pierre I de Portugal épouse en 1340 Constance de Castille ; leur fille Marie de Portugal fut mariée en 1354 à Ferdinand d'Aragon, etc.

⁵⁹ IAN/TT, CC I, Maço 1, doc. 10 : « Copie du traité de paix signé et d'amitié signé entre Jean I de Portugal et Richard II d'Angleterre le 9 mai 1386 ».

de Lisbonne et de Porto. En 1453, un accord avait été signé entre Edouard III d'Angleterre et les marchands du Nord du Portugal favorisant les liaisons entre les deux espaces⁶⁰. A l'image d'un certain Monde, riche marchand anglais qui pendant des années afferma les rentes de Porto et arma quatre navires pour la conquête de Ceuta⁶¹. Durant tout le XV^e et une partie du XVI^e siècle, une *carreira* régulière relia Lisbonne à l'Angleterre : le vin, le liège, la cire et le sucre de l'île de Madère⁶² croisent les fameux « draps longs » de Bristol et les écarlates de Galway, qui repartaient vers l'Afrique mais habillaient aussi les nobles et les esclaves noirs de la Cour royale sous le règne de João II⁶³. Pour leur part, les premiers contacts avec la Hanse datent des années 1370 et se prolongent jusqu'à la fin du XV^e siècle, encore que dans des volumes réduits : en contrepartie de céréales, de tissus et de métaux, les Portugais fournissent du sel, du vin, de l'huile, du miel, etc.⁶⁴. Dans le même temps, João I établissait une première *feitoria* à Bruges, qui fut déplacée à Anvers en 1398. En 1516, la factorerie des Flandres était encore en activité, date à laquelle Manuel I expédiait de Lisbonne, deux esclaves noirs pour assister le *feitor* dans ses diverses tâches⁶⁵. Le *feitor*, fonctionnaire au service de la Couronne, vendait des produits portugais : à l'origine des figues, du raisin sec, du vin, des huiles, puis à partir des années 1460 du sucre de Madère (1/3 de la production de l'île était alors exporté vers la Flandre)⁶⁶ et enfin à partir de 1501, des épices indiennes. En échange, le Portugal recevait des lainages flamands, du laiton, des anneaux de cuivre de fabrication allemande destinés au troc de Guinée. En 1508, Lucas Rem, allemand de naissance, mais résident à Lisbonne importait du sucre de l'île de Madère, tout comme son compatriote, un certain Claes, qui

⁶⁰ Luís de Albuquerque, *Introdução à história dos Descobrimentos portugueses*, Lisbonne, Forum História, 5^e éd. 2001 [1959], pp. 21-22.

⁶¹ António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, Lisbonne, Livros Horizonte, 1985 [1964], p. 21. Pour l'histoire de l'esclavage aux Canaries cf. les études de Cf. Manuel Lobo Cabrera en notamment, *La esclavitud en las Canarias orientales en el siglo XVI (negros, moros y moriscos)*, Las Palmas, 1982.

⁶² Consuelo Varela, *Inglese en España y Portugal - 1480-1515. Aristócratas, Mercaderes e Impostores*, Lisbonne, éd. Colibri, 1998, p. 13.

⁶³ IAN/TT, CC I, Maço 3, doc. 2, Maço 3.

⁶⁴ António H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisbonne, editorial Presença, 1993 [1959].

⁶⁵ IAN/TT, CC I, Maço 9, doc. 30.

⁶⁶ La première importation enregistrée date de 1468, cf. John G. Everaert, « Marchands flamands à Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530) », in *Actas do colóquio internacional da Madeira de 1986*, Funchal, 1989, pp. 442-463.

reçu par l'intermédiaire d'António Leonardo, son représentant à Lisbonne, 116 784 réaux provenant de la vente d'une quantité indéterminée de sucre de Madère⁶⁷. On voit bien cette bipolarité du Royaume se mettre en place : entre Lisbonne dont les réseaux s'étendent jusqu'à la Baltique et l'Algarve, avant-port de l'Afrique du Nord.

L'arrivée des Européens au Nouveau Monde et en Inde modifia cette bipartition entre monde nord-atlantique et sud-méditerranéen, en ouvrant une route vers l'Ouest. Ce passage s'inscrit dans la continuité plus que dans une rupture brutale, à l'image du destin de Christophe Colomb. La première vie de Colomb se passe dans l'univers de ces dynasties de riches négociants italiens qui, dans le dernier tiers du XVI^e siècle, monopolisaient le trafic du sucre des îles atlantiques. Né à Gênes en 1451, Christophe Colomb fut entre 1476 et 1482 successivement le facteur des Spinola, di Negro et Centurione. Ainsi, en 1476, il prit part à une expédition commanditée par les Spinola et les di Negro « destinée à convoier du mastic de Chio jusqu'en Flandres ou en Angleterre »⁶⁸. En 1476, on le retrouve à Lisbonne où il retrouve son frère Barthélemy. En 1478, il effectua pour le compte de Paolo di Negro et de Ludovico Centurione un voyage depuis Lisbonne à Madère pour acheter un lot de 2 400 arrobes de sucre et le convoier à Gênes avant de passer entre 1479 et 1482, au service des Centurione. Entre 1482 et 1484, il fit un ou deux voyages à São Jorge da Mina. Enfin en 1484, il se présenta à la Cour de João II son projet de traversée mais reçut une fin de non-recevoir. Les raisons en sont diverses ; somme toute la Couronne portugaise considéra-t-elle que les honneurs réclamés par le Génois étaient disproportionnés pour un marin sans ascendance et dont le titre de noblesse résultait d'un mariage bienheureux avec Filipa Moniz Perestrello, fille du premier capitaine-donataire de Madère Bartolomeo Perestrello : ne prétendait-il pas tout simplement au titre de vice-roi des Indes ? Par ailleurs, le montage financier proposé par le Génois heurtait le système monopolistique des licences commerciales instaurées par la Couronne. Et puis dans le même temps à Lisbonne, on avait eu bruit des différentes expéditions (au moins trois) que des marins de Bristol avaient entrepris

⁶⁷ IAN/TT, CC I, Maço 7, doc. 85 et CC I, Maço 8, doc. 10.

⁶⁸ Bernard Vincent, 1492 : « L'année admirable », Paris, Champs Flammarion, 1996 [1991], p. 60.

dans l'Atlantique à la recherche de l'île du Brésil en 1480-1481⁶⁹. Enfin, l'influence de l'Allemand Martin Behaim, arrivé comme commerçant au service de la Flandre et devenu après 1480 conseiller auprès de João II aux affaires maritimes, fit pencher la balance en faveur de la filière augsbourgeoise et flamande (les Fugger, les Welser et la firme Despaers) de Lisbonne⁷⁰ qui dominait alors la réexportation du sucre de Madère vers Bruges et le Nord au détriment des Génois de Lisbonne. Ces liens commerciaux unissant les marchands du Nord à la Couronne portugaise, qui dataient du temps de João I étaient si forts que l'expression « privilège des allemands » renvoyait à un statut spécifique s'appliquant aux étrangers⁷¹. En 1478, Afonso V accordait aux Flamands une série de nouveaux privilèges et les autorisait notamment à commercer en toute liberté dans le Royaume⁷² ; un échange de bons procédés qui répondait aux privilèges dont jouissaient les Portugais à Bruges puis à Anvers.

En fait, le poids des toiles et des étoffes et surtout de l'argent et des métaux dans le système d'échange portugais avait joué en défaveur des Génois et c'est ainsi que le Flamand van Olmen (ou Ulmo) et le Portugais João Estreito s'élancèrent en 1487 de Lisbonne à la recherche de l'île Antilla ; une expédition qui ne revint jamais. Après le refus portugais, Christophe Colomb se tourna vers les Rois de Castille et finalement ce sont les Génois de Séville qui armèrent les caravelles de Colomb. L'audace de Colomb lui valut d'être le premier à croiser l'Atlantique en 1492 ; de peu. Car au même moment, un autre Génois Giovanni Caboto entreprenait un tour des Maisons royales à la recherche de financement pour une aventure américaine : fin 1490, il était à Valence, puis il passa par Barcelone, Séville et Lisbonne avant de débarquer à Bristol en 1496. Persuadé que Colomb n'avait pas atteint les Indes⁷³,

⁶⁹ Consuelo Varela, *Ingleses...*, op. cit., 1998, p. 44.

⁷⁰ Sur les privilèges (exemption de taxes, libre circulation, etc.) accordés aux marchands flamands et allemands sous les règnes de João II à Jean III cf. Jean Denucé, « L'Afrique au XVI^e siècle et le commerce anversois », Anvers, Collection de documents pour l'histoire du Commerce, II, 1937 ; et du même auteur, « Privilèges royaux accordés par les rois du Portugal aux Flamands et aux Allemands », in *Arquivo Histórico Português*, 1909, Vol. VII, pp. 310-326 et 377-392.

⁷¹ Virginia Rau, « Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI) », in *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, Lisbonne, editorial Presença, 1984, pp. 202-225.

⁷² Jean Denucé, « Privilèges... », op. cit., 1909.

⁷³ Charles Verlinden, « L'héritage... », op. cit., 1970.

il obtint d'Henri VII d'Angleterre pour lui et son fils Sebastian le droit de découvrir à ses propres frais les terres à l'Ouest de l'Angleterre et atteindra la Terre Neuve. Si l'histoire a surtout retenu le nom de Christophe Colomb, la poussée vers le lointain atlantique s'inscrit dans une dynamique de groupe plus que dans l'initiative d'un seul homme. L'entreprise de Colomb n'est pas le rêve d'un éclairé fou d'astronomie, mais au contraire elle épouse dans la réalité concrète de son temps ; ce monde des grands négociants et des grands argentiers florentins qui se fixèrent à Lisbonne et à Séville dans le dernier tiers du XV^e siècle. L'entreprise des Indes annonçait un monde nouveau, celui de l'Atlantique économique, dont les membres-associés tissaient une toile basée sur les liens du sang qui reliait les principaux ports marchands de l'Europe.

Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII

MARIA CRISTINA OSSWALD*

A representação do africano negro na arte europeia da Época Moderna vai surgir com um significado contraditório de poder e de escravidão. A familiaridade dos europeus com a representação de povos africanos era visível na arte europeia desde os finais do século XIII, difundindo-se sobretudo na muito prolífera Adoração dos Magos. Esta iconografia, que pretenderá simbolizar a adoração dos africanos a Jesus Cristo, é muito importante para o nosso trabalho, pois Gaspar, um dos reis magos, é representado a partir desta época com traços africanos, mas num contexto asiático. Tal facto explica-se pela identificação oficial do Império do Preste João na Ásia por Jourdain Catalani de Séverac, primeiro bispo de rito latino na Costa do Malabar (Cochim), nas suas *Mirabilia descripta* (1330).¹ Na sequência desta obra, textos da segunda metade do século XIV falavam dos reis magos como os senhores das três Índias – a África negra, a Pérsia e a Arábia.² A difusão duma iconografia inserindo o africano num contexto oriental é assim muito fomentada pelo estabelecimento de contactos entre os primeiros missionários, comerciantes europeus e os povos asiáticos. Igualmente, a variedade de povos vivendo então na Ásia exprime-se numa versão cortesã no episódio do romance de

* Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade e Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto.

¹ A edição mais recente desta obra é uma tradução francesa e ilustrada que data de 2005.

² SACHS, Julho-Agosto 1969: 887.

Tomás III, Marquês de Saluces (*Le Chevalier Errant*), no qual os africanos figuram no grupo dos príncipes do Oriente.³

No sentido oposto, a fala pitoresca e jocosa do teatro de Gil Vicente⁴ ou do *Cancioneiro* de Henrique da Motta e a iconografia do africano negro tanto na arte medieval como na arte moderna europeia reflectem o facto de o estatuto social dos negros na Europa ter sido um estatuto de servidores, melhor, de escravos, servindo portanto para ressaltar as injustiças sociais.⁵ De finais do século XIV data o *Tractatus de Septem Vitis*, de Génova, que mostra as relações dos genoveses com a Ásia mogol e contém o tema novo do escravo negro e músico (fl. 13), tema aliás de grande futuro na gravura e na pintura europeias a partir do século XV. Esta iconografia foi objecto de interesse por parte dos principais nomes da pintura veneziana, incluindo Vittorio Carpaccio (c. 1465–c. 1522) e Giovanni Bellini (c. 1430–1516).

No caso da arte portuguesa, a escravatura constituía uma importante actividade económica desde a Época Romana, estendendo-se a todo o país durante o século XIII.⁶ De igual modo, os países ibéricos, devido à Reconquista, conheciam o comércio árabe de escravos negros e brancos, como se vê numa gravura ilustrando a obra *Maqmat* (Assembleias) de Hariri al Basrah (c. 1100). Por sua vez, duas iluminuras, que ilustram a *Leitura Nova* (1517 e 1538), constituem uma clara alusão aos dois povos então vítimas da escravatura na Península Ibérica. Falamos da gravura intitulada “Africa Captiva”, que representa uma escrava árabe, e da gravura ilustrando uma cena familiar ou doméstica na qual se vê um escravo africano integrado num cenário quotidiano familiar.⁷ De facto, a escravatura foi uma prática habitual na Península Ibérica durante toda a Idade Média, contrariamente à tendência europeia. O comércio escravagista da Época Moderna, o qual foi marcado em meados do século XV pela formação da Companhia de Lagos em 1444 e pela abertura da Fortaleza de Arguim, na Costa da actual Mauritânia, em

³ DEVISSE, 1979: 96–97.

⁴ Para uma análise do papel atribuído ao africano no teatro de Gil Vicente e em Henrique da Motta, ver, por exemplo, BORGES COELHO, 1990: 161–165.

⁵ PEREIRA, Janeiro–Março 1989: 155.

⁶ CAPELA, 1978: 40–41.

⁷ MEDINA, 1996: 19.

1448, limitou-se, portanto, a expandir, ou seja, a internacionalizar uma actividade já bem conhecida na Península Ibérica.⁸

A história social dos africanos na Índia antes e após a chegada dos portugueses permanece por escrever. Todavia, a perenidade dos contactos e das trocas comerciais, incluindo de escravos, entre o continente africano e os países do Sul e do Sudoeste da Ásia são uma realidade desde a Antiguidade. Escritores gregos e romanos mencionaram várias localidades da África Oriental que comercializavam com a Índia, onde, durante o século XIII, os escravos negros etíopes eram muito pretendidos.⁹ O itinerário de Ibn Battuta do século XIII e uma gravura do holandês Carolus Allard (1580–1705) conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa servem para nos recordar que, à chegada dos portugueses, as comunidades de escravos negros constituíam um elemento cultural e socialmente marcante de várias das cidades asiáticas.¹⁰ A concentração mais forte verificava-se sobretudo no Estado do Guzerate, devido às ligações comerciais com África (Moçambique), e no Decão (Costa Ocidental da Índia), onde, por volta de 1397, o Xá detinha numerosas escravas negras ao seu serviço privado.¹¹ Em especial, em meados do século XV, verificou-se uma chegada massiva de africanos à costa ocidental indiana, motivada pela invasão árabe da Abissínia em 1527.¹²

Uma xilogravura (gravura em madeira) decorando a primeira cosmografia (esta tipologia era frequentemente enriquecida com mapas decorativos, gravuras de fauna, flora e grupos étnicos), a obra “Beschreibung aller Lender”, geralmente conhecida pela designação *Cosmografia de Sebastian Münster* (Basileia, 1544–1550), constitui seguramente uma das primeiras gravuras europeias representando os povos negros na Índia. O início da difusão da representação da escravatura negra na gravura europeia relativa às cidades portuguesas na Índia é datável do século XVI e ocorreu num contexto germano-flamengo, devido a duas razões principais. Estas regiões detinham a liderança no desenvolvimento da impressão e simultaneamente nas áreas relacionadas com a

⁸ CAPELA, 1978: 41 e SAUNDERS, 1982: 307.

⁹ GERBEAU, 1985: 237.

¹⁰ BATTUTA, 1992.

¹¹ RENAULT e DAGET, 1985: 189.

¹² KESWANI, 1980: 47–48.

gravura em metal (cobre) e a xilogravura; além disso, estiveram intimamente ligadas ao comércio internacional inaugurado pelos portugueses. No que refere ao primeiro aspecto, as colecções relativas aos Descobrimentos europeus impressas em cidades do Sul da Alemanha (em especial Nuremberga e Augsburg) e flamengas do século XVI e XVII (Antuérpia, Bruxelas, Amesterdão) foram preparadas em grande parte por impressores e gravadores flamengos e alemães, incluindo artistas vivendo e trabalhando em Portugal. Foram executadas para servirem de entretenimento visual e narrativo. Por esta razão, foram produzidas em formatos atractivos, em várias línguas e com uma profusão de ilustrações gravadas. Destinavam-se portanto a popularizar o gosto pelo exótico, sendo, por isso, ilustradas com numerosas gravuras e desenhos soltos.¹³ A sequência de 137 xilogravuras do Cortejo Triunfal (1516-1518) dedicado a Maximiliano I (1516-1518) e presentemente conservadas no Museu Nacional Germânico de Nuremberga (Cota: H 5875; H 5876) resultou da colaboração de quatro dos mais importantes gravadores alemães, Albrecht Dürer (1471-1528), Albrecht Altdorfer (1480-1538), Hans Schäufelein (1505-1538) e Hans Burgkmaier (1473-1531) – e foi a primeira impressão alemã destinada a coleccionadores de livros. Estas gravuras constituem um autêntico manancial da variedade de povos com os quais os viajantes europeus estavam então em contacto. Segundo uma possível interpretação, as semelhanças entre a gravura relativa à Guiné por Hans Burgkmaier, datada de 1509 e incluída na obra *Die Merfart und Erfahrung nūwer Schiffung* (1509) de Balthazar Springer, e três das figuras representadas no Cortejo Triunfal do Imperador Maximiliano I são tão óbvias que poderão indicar que estas figuras representam negros guineenses. Todas as figuras têm braceletes e colares, e o jovem da segunda gravura segura as mesmas armas do jovem da gravura pertencente à família guineense.¹⁴

No que se refere à ligação entre as viagens dos Descobrimentos Portugueses e este género literário-artístico, gostaríamos de dar como exemplo o gravador alemão Burgkmaier, dado que várias gravuras por ele realizadas resultaram

¹³ LACH, 1971, II.1: 213-217.

¹⁴ SANTOS LOPES, 1998: 47-48.

da encomenda dum agente da casa Welser, o acima mencionado Balthazar Sprenger ou Springer, o qual fez parte da armada de D. Francisco de Almeida para a Índia.¹⁵ O interesse comercial da Flandres e da Alemanha pela Ásia foi assim acompanhado pelo aprofundamento dos estudos da antropologia e etnografia, e também de história de arte, reflectindo-se este interesse na impressão de inúmeros relatos de viagem ilustrados com numerosas gravuras e mapas. Estas duas regiões estiveram portanto na génese da moda da representação do Oriente, como evidenciado pelas séries de atlas de Abraão Ortelius (*Synonima Geographica*) iniciadas em 1570 e pelas cosmografias. Num curto espaço de tempo, devem ser ainda referidas as vistas de cidades de George Braun e Franz Hogenberg (*Civitates Orbes Terrarum*, 1572), as muito ilustradas colecções de viagens das famílias De Bry (*Collectiones peregrinationum in Indiam orientalem et occidentalem*, 1589-1634) e Hulsius (*Ander Schiffart in die Orientalische Indien*, 1597) e sobretudo o Itinerário de Linschotten (1596) e Philippus Baldaeus (*Wahrhaftige und Ausführliche Beschreibung*, 1672), assim como os livros de costumes ou de vestuário que pretendiam fazer um inventário das vestes de todos os povos do mundo e que começaram a ser impressos em finais do século XVI.

O avanço técnico da gravura, ao permitir uma crescente capacidade de observação, descrição visual e conhecimento testemunhado significou que as gravuras funcionaram como suplementos ou mesmo como substituto para a autoridade dos textos escritos antigos e modernos.¹⁶ Nos finais do século XVI, este tipo de representações havia já atingido um estatuto de aproximação quase científica e etnográfica, pois muitas destas imagens inspiraram-se directamente naquilo que os viajantes tinham ouvido na Índia. É, por exemplo, o caso de Linschotten, cujo texto e abundantes gravuras se basearam directamente e com grande precisão nos relatos dos diários de duas viagens do autor ao Oriente em 1594 e em 1595, como consta da página do rosto.

As gravuras ilustrando esta panóplia de textos reportam-se à Ásia, mas também à África e à América, isto é, a todas as regiões onde os Portugueses

¹⁵ RANGLES, 1959: 49.

¹⁶ FRANK, 2001: 49.

se fixaram ou frequentaram com assiduidade a partir do Renascimento. Trata-se dum conjunto iconográfico de importância incontornável para o estudo de grande número de povos que é apresentado por ordem topográfica: traços fisionómicos, indumentária, armas, casamentos, religião à qual é concedido lugar de relevo e profissões (mercadores, cambistas, guerreiros, marinheiros, corsários, agricultores, almocreves, aguadeiros, lavadeiros, ferreiros, ourives e, em menor número, escravos). Em particular, as ilustrações de Johannes Doetechetum para o Itinerário de Linschotten, o qual foi frequentemente copiado por outros gravadores, constitui seguramente o acervo mais importante para o nosso estudo.

Começando pela gravura do Leilão de Goa, nesta imagem vislumbram-se algumas das principais ocupações dos escravos no Oriente Português, tanto no caso dos homens como das mulheres. Como é ilustrado nesta imagem, aos primeiros cabia, por exemplo, transportar os senhores nos palanquins, ou abrigar os senhores do sol com as *chatta*, ou seja, chapéus-de-sol. Em primeiro plano e à esquerda do observador encontram-se duas escravas. Uma delas tem uma criança ao colo e, para que não restem dúvidas, tem ainda a legenda “ama voester”. A outra mulher tem um cântaro na cabeça e representa uma escrava negra a transportar água, como é demonstrado pelas notórias semelhanças com uma das figuras da gravura 24 da mesma obra e que ilustra “negros de Moçambique e das regiões em redor.” Aliás, a introdução desta gravura justifica-se como exemplo da constatação de Linschotten, segundo a qual “esses cafres [de Moçambique] são levados em grandes bandos para a Índia”.¹⁷

Voltando à gravura do leilão, em segundo plano observa-se a venda duma escrava. À direita está representada uma saída duma senhora num palanquim fechado acompanhada por três escravas que levam nas mãos os acessórios típicos dos leques e dos lenços. Em segundo plano, à esquerda, vemos quatro vendedoras que poderão ser escravas, pois, de acordo com o texto:

¹⁷ LINSCHOTTEN, 1997: 179.

Depois, [os portugueses] mandam as mais novas e formosas pela cidade fora, para vender esses produtos, lindamente vestidas e enfeitadas, para que o desejo e a formosura das escravas atraiam os compradores, que antes procuram o conforto e o uso das escravas, e a satisfação da sua volúpia, do que desejam as conservas, frutas cristalizadas ou peças de costura.¹⁸

- Do ponto de vista de significados e objectivos, podemos depreender duas visões opostas e contraditórias entre a gravura encomendada por portugueses e impressa em Portugal e a gravura impressa em outros países europeus. *Lato sensu*, as duas gravuras da *Leitura Nova* vão inaugurar uma iconografia que prefere evitar representar o cativo como uma prática monstruosa, anti-cristã e inaceitável. Trata-se de duas representações duma concepção bondosa e paternalista relativamente à questão da escravatura, que foi muito característica do contexto português até ao Estado Novo, e entre outros, partilhada por Gomes Eanes de Zurara, através de sentimentos, como os que podem ser lidos na seguinte citação:

Oh! E se assim fora que em aquestes que fugiam houvera um pequeno do conhecimento das coisas mais altas! Por certo eu creio que aquela mesma tringança que levavam fugindo, trouxeram por se vir para onde salvassem suas almas e reparassem suas vidas;¹⁹

Por outras palavras, texto e imagem podem ser interpretados como tentativas de autojustificação ou autodesculpabilização para uma prática desumana e condenável, desde sempre, pela ética cristã e que tinha sido aparentemente proscribida da Europa (com excepção dos países mediterrânicos) na Idade Média, mas recuperada com a Expansão Europeia.²⁰

Pelo contrário, foi a gravura não portuguesa, sobretudo a gravura flamenga, mas também francesa e italiana, que já no século XVI começou a mostrar todo o percurso do horror do escravismo de africanos desde a sua captura ou resgate até à sua venda em leilões em outros continentes. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a denúncia icónica desta mesma prática

¹⁸ *Idem, ibidem*, 1997, 149.

¹⁹ ZURARA, 1994: 283.

²⁰ MEDINA, 1996: 27-28

discriminatória e da violência escravagista tornou-se visível nas gravuras da obra do calvinista flamengo Theodore de Bry (1519-1598), a qual foi concebida para mostrar ao mundo a barbárie do pretense civilizador. Os espanhóis e portugueses são portanto apresentados perseguindo, castigando e mesmo matando os escravos fugitivos, como vemos também numa gravura ilustrando a obra do autor francês François Froger intitulada *Relation d'un voyage* de 1698 que retrata o tráfico de escravos em África. No mesmo sentido, Linschotten, quando descreveu a gravura do leilão de Goa onde se vê uma venda de escravas, não deixou de sublinhar o facto de nas cidades portuguesas do Oriente “se efectuarem vendas públicas e quotidianas de escravos provenientes de todo o mundo, homens e mulheres, novos e velhos, e de onde cada um podia escolher o que desejava a seu bel-prazer, cada qual a seu preço como se fossem animais”.²¹

À semelhança de Linschotten, o viajante francês Pyrard de Laval, que visitou Goa no início do século XVII, ficou particularmente impressionado com o mercado da cidade e por essa razão dá-nos uma relação detalhada do mesmo:

Para os venderem, os pregoeiros louvam tudo aquilo que eles sabem fazer: actividade, força, saúde. E os escravos, esperando melhor tratamento com mudança de dono, mostram sua disposição e auto-glorificam-se para fazer inveja aos compradores. Vêem-se as raparigas mais belas de todos os países da Índia que sabem tocar instrumentos, bordar, coser com muita delicadeza, fazer toda a espécie de tarefas, compotas e outras coisas. Todos estes escravos atingem bom preço, mais caros mais de 20 ou 30 pardaús.²²

Estas gravuras foram assim produzidas com o intuito mais profundo de propaganda anti-católica, tendo estado na origem da “criação da famosa lenda anti-ibérica.” Este ponto pode ser reforçado pelo argumento apresentado por José da Silva Horta, segundo o qual, Theodor de Bry publicou e ilustrou uma tradução da obra *Historia del Mondo Nuovo* por Girolamo Benzoni (1565), que foi uma das principais obras pioneiras na apologia

²¹ LINSCHOTTEN, 1997: 148-149.

²² LAVAL, 1988, II: 591.

da defesa da abolição da escravatura.²³ Afigura-se também elucidativo do nosso argumento que a impressão de livros, porventura profusamente ilustrados, e a primeira tradução do Itinerário de Linschotten tenham sido inglesas e segundo parece devido ao interesse especial de Richard Hakluyt, principal autoridade inglesa no campo das viagens dos Descobrimentos, o qual reuniu em Londres uma colecção de narrativas de viagens e diários de navegadores (*Principal navigations*, 1589) e terá porventura fornecido desenhos e textos a De Bry.²⁴ Correndo o risco duma interpretação demasiado ambiciosa, a impressão e a venda de gravuras avulsas desde finais do século XVI poderão ter sido devidas, não só a questões de ordem económica, como também para que esta iconografia servisse como instrumento de propaganda política.

Uma pequena parte dos escravos no Império português era pertença do Estado. Todavia, a maioria dos escravos pertencia a privados. Jean Huyghen van Linschotten foi um dos muitos autores estrangeiros a retratar com algum detalhe a questão da escravatura na Índia Portuguesa. Nomeadamente, o seu itinerário informa-nos que na época os escravos eram trazidos sobretudo da Etiópia, de Moçambique (os chamados cafres) e também das outras regiões orientais, tendo algumas das suas gravuras a referência à sua proveniência. Este texto menciona ainda que a maior parte destes escravos provinha de saques de guerra entre os senhores africanos, acontecendo também que em tempos de carestia os pais vendiam os filhos ou se vinham oferecer com toda a família como cativos. Na origem desta predominância de escravos africanos encontra-se a suspensão do comércio de escravos no Japão e em Macau, quando os jesuítas aí entraram e pressionaram as autoridades de Goa a banir esta prática. Também o tráfico de escravos indianos cessou após as atrocidades em Bengala terem atraído a ira do imperador mogol Shah Jahan que destruiu a possessão portuguesa em Hugli, aprisionando milhares de portugueses e portuguesas que levou para Agra. O comércio de escravos concentrou-se então na África Oriental.

²³ HORTA, 1993: 236.

²⁴ RAMADA CURTO, 1998: 38-39 e HORTA, 1993: 234.

Estimativas dizem que um casado (um português casado com uma mulher indiana) em Goa teria dez escravos em média; uma mulher solteira europeia ou euro-asiática teria quinze ou vinte escravas; um típico cidadão de Goa, juiz da Câmara, possuía mais de oitenta escravas; as mulheres ricas chegavam a ter cem (no século XVII um ourives foi acusado de ser proprietário de trezentos escravos – cerca de oito mil só em Goa), de modo que em meados do século XVII a população escrava deveria perfazer cerca de um quarto da população total da cidade. Símbolo da luxúria, este séquito desnecessário servia para dar prestígio social aos seus proprietários (a riqueza era calculada pelo número de escravos que cada uma possuía), exemplo seguido mais tarde pelos holandeses de Batávia e em parte pelos ingleses de Calcutá.²⁵

Uma crítica muito comum feita por viajantes e comerciantes e outros europeus aos usos e costumes dos portugueses no Oriente era que os portugueses na Índia, por mais humildes que fossem, nunca trabalhavam. Ganhavam a vida sim através da exploração dos escravos. À semelhança do que acontecia em todas as outras zonas do mundo português, os escravos homens eram requisitados para os trabalhos mais pesados. Os escravos pertencentes ao Estado eram geralmente activos nas galeras ou a disparar pólvora, e ainda na construção civil e nos trabalhos portuários. Para além de carregar água e transportar palanquins e sombrinhas, os senhores de alguma condição tinham geralmente os seus escravos para os entreter em casa (dedicavam-se com frequência à música ou a sacudir moscas) e acompanhá-los durante as suas deslocações. Na opinião de Charles Ralph Boxer, os escravos negros da África Oriental eram muito usados como criados domésticos e guarda-costas.²⁶ Escravas serviam as suas donas e também cuidavam dos filhos das mesmas, para além de, tal como os homens escravos, trabalharem no comércio para lucro e proveito dos seus senhores.

A exploração sexual das escravas constituía uma das principais formas de escravagismo no Império português, o que suscitou a crítica acerbadada dos missionários. Por exemplo, o jesuíta italiano Niccolò Lancilotto escreveu

²⁵ SOUZA, 1994: 119.

²⁶ BOXER, 1963: 55.

com grande indignação de Coução uma carta dirigida ao Geral Inácio de Loyola em 4 de Dezembro de 1550:

Digo isto pólos portugueses que se lançam aos vícios e costumes da terra muy desengreadamente, por ser este mau costume de comprar manadas de escravos e escravas e dormem com todas elas e depois as vendem; sam muitos e muitos casados (portugueses casados com mulheres nativas) que tem quatro, outo e dez escravas e dormem com todas, e que se sabe isto pyblicamente.²⁷

Aparentemente, as escravas negras agradavam em particular aos portugueses, pois na opinião de Pyrard de Laval:

Mas aquelas de quem eles normalmente se apaixonam são raparigas cafres de Moçambique e de outras partes da África: chamam-lhes negras da Guiné.²⁸

A mulher africana na Índia tornou-se assim um ideal de beleza, como demonstrado pela gravura representando uma mulher africana na Índia (imagem e texto referem parte superior descoberta e colares e bracelete, elementos essenciais da imagem estereotipada da africana) e incluída na obra *Abiti antichi e moderni di tutto il mondo* de Cesare Vecellio (1562-1601), a qual foi publicada em Veneza em 1590.²⁹

Compreensivelmente, até ao momento, não encontrámos na gravura nenhuma representação explícita da prostituição de escravas ou dos excessos sexuais dos portugueses. Atrevemo-nos, todavia, a relacionar a prática da prostituição com a gravura, pois sabemos que eram as escravas que eram consideradas mais belas aquelas que os proprietários não só punham a vender bordados, compotas e licores, como as punham a render através da prostituição. A prostituição e a actividade comercial feminina andavam aliás tão interligadas que o Decreto 7 da primeira acção (Da Reforma dos Costumes da República Cristã) do Quinto Concílio da Arquidiocese de Goa (1605)

²⁷ REGO, 1994, 7: 37.

²⁸ LAVAL, 1994: II, 591.

²⁹ Para o presente trabalho, consultámos na Biblioteca Nacional de Lisboa o microfilme da tradução francesa de meados do século XIX (Vecellio, 1859: 493-494).

proibiu as mulheres escravas com menos de cinquenta anos de venderem bens nas ruas ou dormirem fora de casa.³⁰

Contrariamente à iluminura, a gravura parece praticamente retratar apenas cenas do exterior. A gravura 12 do *Itinerário de Linschotten* constitui, por isso, uma notável exceção. Esta gravura representa as vestes típicas das mulheres casadas, donzelas, viúvas e ainda trajes que podiam ser vestidos por qualquer mulher dentro de casa.³¹ Apesar de os nobres se distinguirem, em qualquer parte do Império, pelo porte, vestuário e adereços, em lado nenhum a sua presença era tão manifesta como nas ruas e nas praças das cidades do Oriente. Para os portugueses no Oriente, nobreza e honorabilidade eram sinónimo de ostentação e extravagância. Nenhum fidalgo saía de casa sem um cavalo bem ajaezado e sem um séquito, por norma fortemente armado e incluindo numerosos escravos.³²

Entre 1623 e 1624, Pietro della Valle caracterizou a população de Goa como uma população “densa, principalmente de escravos, gente escura e ignorante, andando pela maior parte nus ou mal vestidos. Pelo contrário, os escravos que detinham responsabilidades importantes ou eram altamente visíveis vestiam trajes opulentos como demonstração do prestígio dos seus proprietários. As mulheres de qualidade eram transportadas em palanquins seguidos por pajens e por mulheres escravas com trajes de seda”.³³

Como foi observado por um outro ilustre viajante, o francês Pyrard de Laval:

As mulheres ‘de qualidade’ não saíam para fora de suas casas senão sentadas e transportadas num palanquim que é uma espécie de liteira transportada por 4 escravos, coberta de seda ou couro, seguidas de pajens e de numerosas mulheres escravas, todas bem vestidas de panos de seda: pois a seda é tão comum que os empregados vestem-se todos assim e as mulheres da sociedade preferem vestir qualquer tecido de sarja daqui.³⁴

³⁰ CUNHA RIVARA, 1992, V: 263. Ver igualmente GRACIAS, 1996: 134.

³¹ LINSCHOTTEN, 1997: 179, grav. 12.

³² RUSSEL WOOD, 1998: 171.

³³ DELLA VALE: I, 157.

³⁴ LAVAL 1994, II: 598-599.

Voltando ao texto de Pyrard de Laval e como podemos ver na gravura n.º 14 do álbum de Linschotten, as mulheres mais ricas e da alta sociedade, quando iam à igreja, eram transportadas em palanquins tão ricamente decorados quanto possível. Eram transportadas por servos e acompanhadas por escravas que iam a pé e que levavam objectos vários, como ricos tapetes ou carpetes.³⁵ Em especial, a gravura oito do Itinerário de Linschotten pretendeu mostrar exactamente as deslocações dos portugueses quando saíam à rua e que segundo este viajante obedeciam a rituais precisos relatados da seguinte forma:

Têm todos, nas suas deslocações, conversas e cortesias, idênticos modos, andando pelas ruas muito lentamente e com muito orgulho e presunção, com um escravo que lhe suporta um grande sombreiro ou toldo à frente por cima da cabeça, para evitar que sejam tocados pelo sol ou pela chuva. Do mesmo modo, têm na época das chuvas, um moço que anda atrás deles com um sobretudo comprido de escarlate ou de um outro tecido, para o vestir ao senhor quando chove. E antes do meio-dia, o moço leva-lhe sempre atrás uma almofadinha de couro ou veludo, para se ajoelhar na igreja a ouvir a missa. Os mais deles se fazem levar a espada atrás por um escravo ou moço, para não lhes pesar no andar nem lhes tolher a dignidade.³⁶

Este comentário serve-nos para introduzir o próximo ponto relativo à importância do vestuário enquanto elemento identificador de nacionalidades, mas sobretudo de condição sociais. Texto e sobretudo gravura simbolizam o nível de civilização dos povos representados. Aos olhos dos europeus contemporâneos, o convívio de povos não europeus com povos europeus permitiu aos primeiros superar a nudez parcial ou total característica dos povos bárbaros ou selvagens e por isso justificadamente alvo da servidão.³⁷ Por esta razão, as gravuras mostravam sempre os negros despidos, quando se referiam a África. Representavam negros parcial ou totalmente despidos, como ricamente vestidos, quando se tratava de mostrar cenas da vida quotidiana na Ásia.

³⁵ LAVAL, 1994, II: 621-622.

³⁶ LINSCHOTTEN, 153.

³⁷ HORTA, 1993: 242.

Gostaríamos de terminar, mencionando que dois elementos iconográficos de origem indiana, a *chatta* ou guarda-sol e o palanquim, se afirmaram como elementos quase imprescindíveis da gravura retratando quotidianos não europeus. A *chatta*, que já aparecia a cobrir a cabeça do Rei de Cochim como símbolo da sua posição elevada numa gravura de Burgkmaier e que será de origem sul-indiana, tornou-se elemento fundamental, praticamente obrigatório, da gravura europeia na qual os escravos ou/e escravas acompanham os seus proprietários durante as deslocções. Aliás, a *chatta* foi um atributo presente na iconografia de vários povos orientais, por exemplo, chineses, como vemos numa imagem de mercadores de Bantam, Indonésia, cerca de 1675 e publicada por Lach (1997), vol. 2.1, s/p. grav. 29.

A palavra *palanquim*, que deriva do sânscrito *palyanka*, significa leito e servia para transportar as pessoas de maior condição. Por isso, liga-se directamente à iconografia da escravatura. Foi já referida na carta de D. Manuel ao Rei de Castela descrevendo a chegada dos portugueses à Índia, a qual diz "Estava o rei deitado em um palanquim, e coberto com um pano de seda vermelho."³⁸ Este elemento difundiu-se sobretudo na gravura, ilustrando todos os cenários coloniais desde a África às Américas, passando pelo Oriente. Curiosamente, na maior parte das gravuras, os palanquins são transportados por africanos.

Bibliografia

- BALDAEUS, PHILIPPUS (1672), *Naauwkeurige beschryvinge van Malabar en Choromandel, der zelve aangrenzende ryken, en het machtige eyland Ceylon. Nevens een omstandige en grondigh doorzochte ontdekking en wederlegginge van de afgoderye der Oost-Indische heydenen Zijnde hier by gevoeght een Malabaarsche spraak-konst Met kaarten, en afbeeldingen na het leven in Indien afgeteeckent*, Amsterdão, J. Janssonius van Waasberge & J. van Someren, 1672.
- BATTUTA, IBN (1992), *Voyages et perils chosis*, Paris, Gallimard.
- BENZONI, GIROLAMO (1565), *La Historia del mondo nuouo, La qual tratta dell' isole, & mari nuouamente ritrouati, & delle nuoue citta? da lui proprio vedute, per acqua & per terra in quattordici anni*, Venezia, Francesco Rampazetto, 1565.

³⁸ "Carta do Rei de Portugal ao Rei de Castela," 1500, in CAPELA, 1996: 43.

- BORGES COELHO, ANTÓNIO (1994), "Minorias étnicas e religiosas em Portugal no século XVI," in Maria da Graça M. Ventura (ed.), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista, Primeiras Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa: Colibri, pp. 155-182.
- BOXER, CHARLES RALPH (1963), *Race Relations in the Portuguese Empire, 1415-1825*, Oxford, Clarendon Press.
- BRAUN, GEORG, E HOGENBERG (1572), *Civitates Orbis Terrarum*, Colónia: P. Gallaeum.
- CANAVEIRA, LUÍS FILIPE (Setembro/Dezembro 1994), "Goa Dourada," in *Oceanos - Indo - Portuguesmente*, nrs. 19/20: 204-210.
- CAPELA, JOSÉ (pseud.) (1996), *Donas, Senhoras e Escravos*, Porto, Afrontamento.
- CAPELA, JOSÉ (pseud.) (1978), *Escravatura, Conceitos*, Porto, Afrontamento.
- CATALANI DE SÉVERAC, Jourdain (1330), *Mirabilia descripta*, Paris (edição consultada: *Les Merveilles de l'Asie* (2005), Paris: Christine Gadrat).
- CUNHA RIVARA, HELIODORO (2.^a ed., 1992), *Arquivo Portuguez Oriental*, New Delhi, vol. V.
- DAGET, SERGE E RENAULT, FRANÇOIS (1985), *Les Traités négrières en Afrique*, Paris, Karthala.
- DE BRY, THEODORE *Collectiones peregrinationum in Indiam orientalem et occidentalem*, 1589.
- DEVISSE, JEAN (1979), *L'Image du noir. Des premières siècles aux grandes découvertes, de la menace démoniaque à l'incarnation de la sainteté*, Paris: Office du Livre.
- FALL, YORO (1989), "Escravidão, servidão e reconquista", in Luís Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Edições Alfa, I: 300-407.
- FRANK, BILL (2001), "A European View of Life in 16th Century Goa", in José Pereira e Pratapaditya Pal (eds.), *India & Portugal, Cultural interactions*, Mumbai, Marg Publications, pp. 46-69.
- FROGER, FRANÇOIS (1698), *Relation d'un voyage, fait en 1695, 1696 et 1697, aux côtes d'Afrique, d'étroit de Magellan, Brezil, Cayenne et Isles Antilles, par un escadre commandée par M. de Gennes*, Paris: G. Saugrain.
- GERBEAU, HUBERT (1981), "La trata esclavagista en el océano Índico: problemas planteados al historiador, investigaciones a emprender", in *La trata negrera del siglo XV al XIX: Documentos de trabajo e informe de la reunion de experts organizados por la Unesco en Puerto Príncipe de 31 de Enero al 4 de Febrero de 1978*, Barcelona: Ed. del Serbal, pp. 278-249.
- GRACIAS, FÁTIMA DA SILVA (1996), *Kaleidoscope of Women in Goa*, New Delhi: Concept.
- GREY, EDWARD (ed.), (1991). *The travels of Pietro Della Valle in India*, New Delhi: Asian Educational Services, 2 vols.
- HAKLUYT, RICHARD, (1598-1600), *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation, made by sea or overland at any time within the compass of these 1500. (1600) yeeres*, Londres, G. Bishop, R. Newberie and R. Barker, 3 vols.
- HULSIUS (1579), *Ander Schiffart in die Orientalische Indien*, Frankfurt.
- KESWANI, D. G. (1980), "Influences culturelles et commerciales indiennes dans l'océan Indien, de l'Afrique et Madagascar à l'Asie du Sud-Est", in actas do colóquio *Relations historiques à travers l'Océan Indien : compte rendu et documents de travail de la réunion d'experts sur "Les contacts historiques entre l'Afrique de l'Est d'une part et l'Asie du Sud-Est d'autre part, par les voies de l'Océan Indien*, Paris : Unesco, pp. 39-50.

- LACH, DONALD FREDERICK (1979-1977), *Asia in the Making of Europe*, Chicago: Chicago University Press, 5 vols.
- MEDINA, JOÃO (1996), "África Cativa", in Isabel Castro Henriques e João Medina (eds.), *A Rota dos Escravos*, Lisboa: Cágia, pp. 17-83.
- MÜNSTER, SEBASTIAN (1544-1650), *Beschreibung aller Lender – Alles mit Figuren und schönen Landt*, Basileia: Heinrich Petri.
- ORTELIUS, ABRAHAM (1478), *Synonymia Geographica, sive populorum, regionum, insularum, urbium, oppidorum, montium, ... pontium, navium, ... appellationes & nomina, et*, Antuérpia, C. Plantin,.
- PEREIRA, PAULO (Janeiro/Março 1998), "A arquitectura manuelina e o problema do exotismo", in *Oceanos – Vasco da Gama*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nr. 33, pp. 151-160.
- RAMADA CURTO, DIOGO, "Cultura escrita e práticas de identidade", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, 458-531.
- RANGLES, W. G., L. (1959), *L'Image du Sud-Est African*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- REGO, ARTUR DA SILVA (2.^a ed., 1994), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, vol. VII.
- RUSSEL WOOD, A. J. R. (1998), "Grupos Sociais", in Kirti Chaudhuri e Francisco Bethencourt, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, vol. 2, pp. 169-191.
- SACHS, IGNACY (Julho-Agosto 1969), "L'image du Noir dans l'art européen", in *Annales*, n.º 4, pp. 883-893.
- SANTOS LOPES, MARÍLIA (1998), *Coisas Maravilhosas e até Agora Nunca Vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos.
- SAUNDERS, A. C. M (1982), *A social history of black slaves and Freedmen in Portugal 1441-1555*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA HORTA, JOSÉ (1993), "A Coleção de Bry e a expansão portuguesa", in João Medina (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, vol. IV, pp. 233-247.
- SOUZA, THEOTÔNIO (1994), *Goa Medieval: a cidade e o interior no século XVII*, Lisboa, Estampa.
- SPRINGER, BALTHASAR, *Die Merfart und Erfahrung nūwer Schifffung ...* (Oppenheim?, 1509) *Tractatus de Septem Vitis*, Génova, finais do século XV.
- VECELLIO, CESARE (1590), *De gli habiti antichi, et moderni di diuesi parti del mondo libri due*, Veneza, *Damian Zenaro* (edição consultada: VECELLIO, Cesare (1859), *Costumes anciens et modernes*, Paris: Firmin Didot).
- Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)* (1998), Paris: Chandeigne, prefácio de Geneviève Bouchon e notas e texto de Xavier de Castro, 2 vols.
- ZURARA, GOMES EANES DE (1994), *Crónica da Guiné*, Porto, Livraria Civilização, Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil.

A "república negra" de Ano Bom: invenção de um "Estado" entre duas colonizações*

ARLINDO MANUEL CALDEIRA**

1. Colonização/colonizações

Ano Bom (Annobón ou Pagalu, parte integrante da Guiné Equatorial) é uma pequena ilha do Golfo da Guiné, com cerca de 17,5 km² de superfície, situada 150 km a sul de São Tomé e a pouco mais de 300 km do continente africano. A população actual ronda os dois mil habitantes, quase os mesmos do século XVIII, concentrados na localidade de *Palé* (ou Santo António), praticamente a única povoação da ilha (hoje como há dois séculos). Os anobonenses são oficialmente católicos e falam um crioulo português (*fá d'Ambo*) semelhante aos de São Tomé e ao do Príncipe.

Quando os portugueses lá chegaram pela primeira vez, cerca de 1470, encontraram a ilha desabitada, um litoral fortemente batido pelo mar e um relevo que lhes há-de ter parecido inóspito. Como vinha sendo política oficial nos restantes arquipélagos atlânticos, também Ano Bom recebeu o estatuto de capitania, que o rei D. Manuel I entregou, em 1503, a Jorge de Melo, fidalgo de sua casa, dando-lhe os privilégios habituais e esperando que ele trouxesse para o território habitantes e prosperidade.

* Esta comunicação é o resultado de uma investigação que segue ainda o seu curso, devendo os resultados ser tidos, portanto, como provisórios.

** Investigador do Centro de História de Além-Mar (Lisboa).

No entanto, nem o primeiro capitão-donatário nem os seus sucessores mostraram pressa na colonização da ilha. Talvez se perceba porquê. Em extensão, a ilha era insignificante. Pela localização periférica, ficava fora das rotas transoceânicas batidas pelos portugueses. Muito montanhosa, faltavam-lhe as grandes planícies propícias à economia de plantação. Não possuía também enseadas capazes para abrigo dos navios, com excepção de uma não muito ampla baía a nordeste, em cuja praia nascerá, aliás, a povoação principal.

A acumulação de todos estes factores está na origem da falta de entusiasmo dos donatários, que, com altos e baixos, vai ser uma constante ao longo de mais de dois séculos.

A primeira tentativa consistente de colonização teve lugar por volta de 1560, data em que é transportado para Ano Bom, a partir de São Tomé, um número significativo de casais de escravos. Desconhecemos se se tratou de uma leva única (como algumas fontes tardias parecem sugerir) ou de levadas sucessivas, eventualmente reforçadas, ao longo dos tempos, pela introdução de novos contingentes e mesmo pela chegada (é uma hipótese) de escravos fugidos da ilha de São Tomé ou dos navios negreiros ancorados ao largo, apesar dos cuidados que estes tinham com a carga, quando à vista da costa. Também não sabemos qual a origem de todos esses africanos. A tradição local pretende que todos eles fossem provenientes de Angola, mas é muito provável que alguns fossem naturais da chamada "Costa da Mina". É uma questão que fica em aberto para a sociolinguística e a biogenética. O que já hoje nos surge como seguro é que a maioria desses escravos tinha estado sujeita, em São Tomé, a um processo mais ou menos longo de aculturação, conhecendo já o crioulo (ou o proto-crioulo) são-tomense e tendo tido contacto com o cristianismo.

Foram poucos os europeus que acompanharam, e passaram a enquadrar, a população escrava. O feitor, representante directo do capitão-donatário, auto-intitulando-se muitas vezes capitão-mor ou governador, constituía, na maior parte do tempo, uma presença solitária. Em qualquer caso, o número de portugueses foi sempre reduzidíssimo, com uma única fonte, e não das

mais seguras, a elevá-lo, num curto período do início de seiscentos, a um máximo de oito¹.

Também a assistência religiosa aos brancos e aos negros de Ano Bom foi bastante intermitente. O capitão-donatário, que tinha a obrigação contratual de assegurar a permanência de um pároco, nunca, ou quase nunca, cumpriu tal obrigação. Além dos capelães dos navios que tocavam a ilha, que ministravam alguns sacramentos, tornou-se habitual (mas nunca com a periodicidade que a Igreja exigia) que um sacerdote de São Tomé passasse, por ano, algumas semanas (normalmente duas) em Ano Bom, regressando de seguida, salvo raríssimas excepções, ao lugar de origem². Entretanto, durante todo o século XVII e ainda nos começos do século XVIII, discute-se se deve ser o donatário ou a coroa a pagar a permanência de um (ou dois) clérigo(s), mas não se tiram daí quaisquer consequências práticas³.

A única fonte de rendimento regular que a ilha de Ano Bom proporcionava ao respectivo capitão-donatário era o algodão. Em 1565 não havia na ilha "mais gente que um só homem branco com alguns negros que prantam e colhem algodão, que é o principal proveito da dita ilha"⁴. Introduzido, tudo leva a crer, pelos portugueses, o algodoeiro não tardará a tornar-se uma planta espontânea em muitas áreas da ilha, facilitando, assim, o respectivo granjeio. O algodão, depois de limpo, a maior parte em bruto, parte fiado e, nalguns casos, tecido em faixas estreitas, dava para carregar todos os anos um navio com destino a Portugal, via S. Tomé⁵.

¹ François Martin de Vittré, *Description du premier voyage fait à Sumatra par les Français*, Paris, 1603, in *Voyage de Pyrand de Laval aux Indes...*, Paris, Éditions Chandeigne, 1998, p. 910.

² Relatório do bispo de São Tomé ao Papa, 24 de Outubro de 1597 (MMA, vol. III, pp. 563-593); Relatório "ad sacra limina" do bispo de São Tomé, D. Pedro da Cunha, 1620 (MMA, vol. VI, pp. 531-534); Louis Jadin, *L'Ancien Congo et l'Angola: 1639-1655*, vol. II, pp. 823-824, doc. 365, 17 de Julho de 1646; AHU, Códice 478, fls. 78v-79, Consulta do Cons. Ultramarino de 19 de Outubro de 1693.

³ Carta do bispo Vice-rei a El-Rei, 8 de Julho de 1606 (MMA, vol. V, pp. 186-187); BN, *Fundo Geral*, Códice 10 890, Meza das três Ordens Militares, fl. 160, Consulta de 9 de Fevereiro de 1615; AHU, Cod. 295, fl. 75, Carta régia ao Vice-Rei de Portugal de 5 de Abril de 1624; Regimento do governador de São Tomé Manuel António Pinheiro da Câmara, 24 de Outubro de 1698, *Boletim do Conselho Ultramarino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854-1869, vol. I, 1867, p. 362; A.H.U., S. Tomé, Caixa 5, doc. 53, Representação do bispo Sahagum ao rei, 30 de Agosto de 1728.

⁴ AN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião*, L. 20, fls. 265-268v.º, carta de capitania e alcaidaria-mor da ilha de Ano Bom dada a Luís de Almeida, 4 de Agosto de 1565.

⁵ "Sale de alli cada año un navio cargado de algodón que vale mucho". Relação de Garcia Mendes Castelo Branco, 1620), MMA, vol. VI, p. 472; "Produz muito algodão de que Dona Luzia de Silva, [a donatária] em Portugal, tira

Além do algodoeiro, tinham sido introduzidas plantas alimentares essenciais para a subsistência, como a mandioca ou as árvores fruteiras (caso das laranjeiras e limoeiros, entre muitas outras), bem como os animais domésticos correntes na Europa, embora nem todos com igual sucesso. Para lá disso, também a bananeira e a palmeira-dendê (eventualmente autóctones) terão um papel decisivo na alimentação da população. Acrescente-se que as grandes árvores da floresta da ilha permitiam a construção de canoas monóxilas (escavadas num só tronco), por meio das quais se obtinha, na pesca, um dos meios de sobrevivência fundamentais.

No entanto, é a existência de alguns excedentes em carne e em fruta que vai revelar-se essencial para o intercâmbio que, sobretudo a partir do século XVII, se realiza com os navios europeus que, mais ou menos clandestinamente, aportam à ilha para fazerem aguada e abastecer-se de frescos. Trata-se de navios ingleses, franceses, holandeses e dinamarqueses que varriam as costas do Golfo da Guiné no tráfico negreiro e que, a caminho das Américas, fazendo-se ao largo para apanharem a rota do Cabo, ou no regresso à Europa, tocavam Ano Bom para se reabastecerem de água e de frescos. Outros paravam na ilha indo directamente da Europa, para irem comprar escravos a Cabinda ou ao Loango⁶.

Pelas condições naturais da enseada, os navios ficavam ao largo e as tripulações rarissimamente iam a terra, não vendo os habitantes com bons olhos, em geral, a hipótese de desembarque, a não ser do número estritamente necessário de marinheiros para fazer aguada. O feitor da ilha ou um seu representante deslocava-se a bordo para estabelecer as condições (sendo, então, convenientemente presenteado) e dezenas de canoas aproximavam-se do navio para o comércio de circunstância. As relações nem sempre corriam em clima amistoso e por diversas ocasiões houve conflitos graves. Além disso, os Holandeses ocuparam a ilha por duas vezes, em 1605 (por cerca de um mês) e entre 1660-1664.

mais de 8000 ducados por ano", *Voyage de Pierre Van den Broeck au Cap Vert, a Angola e aux Indes Orientales* (Novembro de 1613), in *Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement et aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales...*, Ruão, Pierre Cailloué Libraire, 1725; vol. VII, p. 429.

⁶ Dos fins de 1770 a Fevereiro de 1772, aportaram à ilha 64 navios ingleses, franceses e holandeses, dos quais só 7 ou 8 tinham passado primeiro pelas ilhas de São Tomé e Príncipe. AHU, S. Tomé, Caixa 14, doc. 1, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o SEMU, 26 de Fevereiro de 1772.

Um problema que, do ponto de vista social, não pode deixar de ser posto é o de como foi possível que um número insignificante de europeus impusesse a algumas centenas, primeiro, depois a alguns milhares de africanos, uma relação de colonizador-colonizado, em aparente regime escravo-crata: "Na dita ilha nunca houve mais do que um homem branco porque todos os mais são escravos"⁷. Num outro testemunho: "Consta esta ilha de mil escravos pouco mais ou menos, todos cativos do Senhor dela, adonde não há nenhum branco, mais que o feitor a que todos obedecem"⁸. E vale a pena, embora rompendo a ordem cronológica, acrescentar ainda a visão de um viajante estrangeiro, em 1623: "Estão todos [os negros] sob o domínio dos Portugueses que só deixam aí dois ou três homens da sua nação para os governar. No entanto, os negros são-lhes extremamente submissos. Os que não se mantêm no seu dever são rapidamente levados para a ilha de S. Tomé, que é o castigo que mais temem"⁹.

A questão do "domínio branco" precisa ser nuançada e o receio do degredo para São Tomé não era, por certo, o remédio infalível, embora a ameaça pudesse funcionar com factor de dissuasão. De facto, nunca em Ano Bom foi introduzido um regime de plantação e o que se exigia aos trabalhadores era a entrega de uma parte do que produziam, um terço segundo Bosman¹⁰, o que era provavelmente satisfeito, quase na totalidade, com algodão. Para quem conhecia (directamente ou pela tradição) a situação de escravo, tratava-se de uma evidente melhoria de estatuto que tornava muito menos odioso o papel do dominador. Por outro lado, o poder branco, mesmo que pouco mais do que simbólico, é legitimado por um poder externo teoricamente forte e acaba por gozar até de prestígio religioso, sendo associado aos sacerdotes (na ausência ou na presença destes) como mediador privilegiado com o sagrado. A tudo isto havia que acrescentar um

⁷ AHU, São Tomé, Cx. 2, n.º 141, Carta do governador Carlos de Nápoles, 11 de Janeiro de 1661.

⁸ Biblioteca Nacional, Cod. 748, Miscelânea, «Papel sobre Sam Thome», fls. 203v.º-204, Informe do gov. Pedro da Silva, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1672.

⁹ "Voyage de la flote de Nassau aux indes orientales par le detroi de Magellan, commencé l'an 1623 sous le commandement de l'Amiral Jacques Lhermite", in *Recueil des voyages...*, cit., vol. IX, p. 29.

¹⁰ Guillaume [Willem] Bosman, *Voyage de Guinée contenant une description nouvelle et très exacte de cette Côte...* Utrecht, Chez Antoine Schouten, 1705 [ed. original holandesa, 1704], p. 445.

cálculo estratégico: para os africanos, a presença de brancos era uma garantia de segurança contra eventuais *raids* para captura de escravos e, sobretudo, contra a dominação, em condições mais desfavoráveis, por parte de outras potências coloniais. Finalmente, não é de excluir como hipótese que, desde data desconhecida, uma parte dos trabalhadores negros tivesse começado a procurar refúgio nas zonas mais montanhosas (eximindo-se a quaisquer obrigações) e que só uma minoria da população (eventualmente renovada periodicamente com escravos idos de São Tomé e/ou do Príncipe) se mantivesse fiel às obrigações impostas pelo representante do donatário. Embora não possuamos muitas informações nesse sentido¹¹, só a existência dessa possibilidade de fuga para o interior (que foi posta em prática, por brancos e negros, nas duas invasões holandesas) podia ser um argumento poderoso.

Em 1698, o feitor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais na costa de África, de passagem por Ano Bom, ainda encontrou um representante do donatário instalado na ilha, tratado por *governador*, neste caso um homem ganancioso nas exigências que fazia aos habitantes e odiado por eles¹².

Desconhecemos se houve alguma relação de causa e efeito entre os desmandos desse “governador”¹³ e a posterior situação da ilha, mas o certo é que, desde o início do século XVIII, deixamos de ver qualquer português fixado em Ano Bom. Só que, ao contrário do que o citado holandês então previa, os anobonenses não entregaram a ilha a outra nação, mas tomaram-na nas suas mãos, formando, mais do que um quilombo, um território verdadeiramente independente. Como dirá um autor português da época, “ao presente [o donatário] tira dela pouco fruto porque os pretos que nela

¹¹ De facto, essa hipótese baseia-se num único documento: uma informação de 1650 refere a existência na ilha de “cem negros domésticos e cativos” e de cerca de “dois mil negros bravos” (AHU, *Conselho Ultramarino*, Códice 14, fl. 235v., Consulta de 20 de Julho de 1650).

¹² G. Bosman, *Voyage*, cit., pp. 444-445. Bosman (que não é propriamente uma fonte independente) refere ainda a presença (não sabemos se de passagem) de dois capuchinhos, alcoólicos e iletrados (pp. 445-446).

¹³ Seria a propósito dele que se mantinha ainda memória em 1770? Os missionários que estão na ilha nessa data referem que os habitantes têm “por tradição antiga e inviolável o não se fiarem dos Portugueses, nem tão-pouco consentilos na terra, por ter havido antigamente um capitão-mor português que os castigava asperamente” (AHU, São Tomé, Cx. 13, doc. 15, in Carlos Agostinho das Neves, *São Tomé e Príncipe na 2.ª metade do século XVIII*, Funchal/Lisboa, Secretaria Geral do Turismo/Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 278).

habitam estão levantados” e acrescentava: “os pretos, que nos princípios seriam escravos, agora são senhores”¹⁴.

No imediato, nem o donatário nem o Estado tomam qualquer iniciativa para repor a situação, ou por falta de interesse ou porque sabem pesar custos e benefícios. A partir dos anos 30 do século XVIII, porém, a situação parece começar a alterar-se, numa altura em que o incremento do comércio negreiro e a competição mercantilista europeia valoriza muito os entrepostos atlânticos. Em 1734, dão-se ordens para a integração nos bens da coroa da donataria de Ano Bom, mas, por eventuais protestos do donatário, só em 1743 se considera que a mesma vagou para o Estado, sendo dadas ordens ao governador e ao ouvidor geral de São Tomé para que sequestrem e disponham do rendimento da ilha em nome do monarca e ponham em arrematação os direitos reais que lhe pertencem¹⁵.

Embora recomendando-se sempre o uso de meios pacíficos (deixando para o rei a decisão sobre medidas mais radicais), toma-se então uma série de iniciativas em relação à ilha de Ano Bom, destinadas, expressa ou camufladamente, a “reduzir os seus moradores à devida sujeição”¹⁶. Todas essas iniciativas serão recusadas terminantemente pelos anobonenses, que mostram perceber com clareza o seu alcance político. Em 1744, o padre agostinho descalço enviado para tomar posse de Ano Bom em nome do rei de Portugal é mal recebido e não consegue cumprir a missão¹⁷. Em 1755, cumprindo ordens régias, o governador de São Tomé manda um representante seu, por nome Jorge Álvares de Sousa, tomar conta de Ano Bom. É corrido e maltratado, mal acaba de desembarcar¹⁸. Em 1757, Fr. Francisco

¹⁴ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora...*, Lisboa, Off. António Pedrozo Galram, 1707-1723, vol. X, 1723, pp. 447 e 449.

¹⁵ AHU, Códice 486, fl. 289-v, Carta do rei ao ouvidor geral de S. Tomé, 28 de Junho de 1734; AHU, São Tomé, Cx. 7, n.º 84, Consulta anterior a 12 de Janeiro de 1743; AHU, Códice 486, fl. 356, Carta régia para o Governador de S. Tomé, 25 de Março de 1744. O processo só estará verdadeiramente encerrado em 1755, com a concessão de uma indemnização ao donatário (C. A. Neves, *São Tomé e Príncipe*, cit., p. 64, n. 64).

¹⁶ AHU, São Tomé, cx. 9, n.º 81, Instruções para o Governador e Capitão Geral das ilhas de São Tomé e Príncipe, 7 de Junho de 1757.

¹⁷ Francisco Leite de Faria, *Os Barbadinhos Italianos em S. Tomé e Príncipe. Separata de Portugal em África*, Lisboa, 1955, p. 394.

¹⁸ AHU, S. Tomé, Caixa 14, doc. 1, 26 de Fevereiro de 1772, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o SEMU.

Pinto da Fonseca, professo da Ordem de Cristo, foi enviado, a mandado do rei, como pároco missionário da Ilha de Ano Bom, devendo servir de testa-de-ponte ao tenente engenheiro José António Caldas a quem cabia, em seguida, tomar posse oficial da ilha. O padre começou por ser bem recebido mas, logo que a população se apercebeu de que pretendia fixar-se, iniciaram-se as hostilidades e os impropérios por parte da maioria da população, “dizendo que não obedeciam a el-rei de Portugal e que assim não aceitavam ao reverendo padre por seu padre missionário, por ser português, pois só queriam por seu padre missionário aos padres italianos capuchinhos; e que eles [os habitantes] eram senhores daquela terra”¹⁹. Alguns anos depois, em 1770, é preparada com todo o cuidado e sem poupança de meios, uma nova expedição, que devia ter exclusivamente um cariz religioso, embora, como se vê pelas instruções da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, cobrisse claras intenções políticas. São enviados dois cônegos da Sé de São Tomé, ambos negros e entendendo o crioulo local, acompanhados de um jovem branco (para que a população se habituasse aos europeus). Desembarcam, conseguem instalar-se e são aceites durante algum tempo. Depressa se rompe, porém, a aparente hospitalidade e os dois sacerdotes sofrem toda a espécie de vexames, vivendo quase reclusos, até que conseguem reembicar num barco português, ao fim de dezasseis meses de missão fracassada²⁰.

Esta experiência é decisiva, sendo a última que a corte portuguesa patrocina. Em 1778, num contexto diplomático que não se justifica aqui desenvolver, é assinado com a Espanha o Tratado de Amizade, Comércio, Neutralidade e Garantia Recíproca, que ficará conhecido como Tratado do Pardo. Nas compensações prestadas por Portugal incluía-se a cedência à Espanha dos direitos sobre as ilhas de Ano Bom e Fernando Pó, e da faculdade de negociar na costa vizinha, desde o Cabo Formoso até ao Rio

¹⁹ AHU, Baía, n.º 2463, Termo de desobediência..., 20 de Fevereiro de 1757 (C. A. Neves, *S. Tomé e Príncipe...*, cit., pp. 222-223).

²⁰ Entre outras fontes, ver AHU, S. Tomé, Caixa 14, doc. 1, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o SEMU, 26 de Fevereiro de 1772 e documentos anexos; *Ibid.*, doc. 17, Carta do cônego António Luís Monteiro, 26 de Fevereiro de 1772; documentação transcrita em C. A. Neves, *S. Tomé e Príncipe...*, cit., pp. 257-281, 300-301 e 324-327.

Gabão²¹. Cabe apenas dizer que, em Ano Bom, toda a encenação do acto de transferência de soberania, a 26 de Novembro de 1778, resultou num tremendo fiasco, não chegando propriamente a ter lugar. A população não só se recusou a participar, como vituperou violentamente os representantes dos dois países, afirmando que a terra é só de Deus e que preferiam morrer a ver brancos na ilha²². Em posteriores passagens de castelhanos, os mesmos habitantes irão alegar, mais uma vez com agudeza estratégica, que sempre tinham sido súbditos de Portugal e não o queriam ser de outro país²³.

A Espanha, cujo sucesso na ilha de Fernando Pó também não fora brilhante, manteve praticamente abandonados estes “seus” novos territórios equatoriais até 1858, data em que é enviado para Fernando Pó o primeiro governador residente. No entanto, em Ano Bom, os espanhóis desta nova onda de colonização só chegarão em 1885, sob a forma de uma missão de Claretianos²⁴, a que se seguirão, muito mais tarde, as autoridades administrativas nomeadas pelo Estado espanhol. Mesmo os missionários começaram por ser muito mal recebidos; mas outros eram os tempos, a ilha passava por uma gravíssima crise económica, os novos sacerdotes mostraram-se muito contemporizadores com os costumes e as práticas religiosas locais²⁵ e, dessa forma, a Europa voltava a impor-se, ainda que de forma branda, neste pequeno recanto de África.

Façamos então as contas: desde cerca de 1700 até 1885 (e mesmo um pouco depois), isto é, durante cerca de duzentos anos, os anobonenses foram, por completo, politicamente autónomos. Houve, é certo, nas primeiras décadas do século XVIII a presença, muito irregular, de alguns capuchinhos italianos (os únicos clérigos aceites na ilha, por razões que

²¹ Manuel Cencillo de Pineda, *El brigadier Conde de Argelejo y su expedición militar a Fernando Poo en 1778*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, 1948, pp. 60-65; Mariano L. de Castro e M.ª Luísa de la Calle, *Origen de la Colonización Española en Guinea Ecuatorial (1777-1860)*, Valladolid, Publicaciones de la Universidad, 1992, p. 20.

²² C. A. Neves, *S. Tomé e Príncipe...*, cit., p. 70, n. 86; José A. Moreno Moreno, *Reseña histórica de la presencia de España en el Golfo de Guinea*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952, p. 47.

²³ José de Moros y Morellon, “Memoria sobre la isla de Annobón”, in *Memorias sobre las islas africanas de España, Fernando Poo y Annobón*, Madrid, Compañía Tipográfica, 1844, p. 23.

²⁴ José A. Moreno Moreno, *Reseña histórica...*, cit., p. 66.

²⁵ O primeiro superior da missão, o Padre Juanola, “resolvió amoldarse a todos sus gustos y costumbres, salvas las Leyes de Dios y de la Iglesia” (Padre Annengol Coll, *Segunda Memoria de las Misiones de Fernando Póo y sus dependencias*, Madrid, Imprenta de San Francisco de Sales, 1899, p. 92).

não temos aqui espaço para abordar²⁶). Mas até esses desaparecem em 1753, na sequência da sua “expulsão” de São Tomé, o que quer dizer que excepto alguns marinheiros que vieram episodicamente a terra (a maioria ficava ao largo, nas embarcações) e de um ou outro capelão de navio ou missionário de passagem²⁷, a presença europeia durante século e meio foi praticamente inexistente e sem reflexos significativos na vida da ilha.

Como se administraram entretanto os habitantes de Ano Bom? Que formas de poder político criaram ou recriaram? Podemos falar da edificação de um Estado?

2. Independência e poder político

Uma visão estereotipada, muitas vezes aplicada, aliás, aos quilombos de várias partes do mundo, levar-nos-ia a pensar na implantação de um poder centralizado, de cariz monárquico, reproduzindo o modelo dos reinos do continente africano. Na verdade, não é isso que acontece.

Uma das principais razões para o facto tem a ver com a impossibilidade de autonomizar qualquer linhagem prestigiada, uma vez que as estruturas linguísticas e clânicas há muito que se tinham diluído no tempo decorrido desde a saída de África, na diversidade étnica da população e nas imposições da sociedade escravagista. Por outro lado, seria talvez possível constituir novas linhagens caso se tivesse formado um corpo de guerreiros mais ou menos profissionalizado, o que não aconteceu, devido ao tipo de sociedade que aí se desenvolveu. Finalmente, talvez a religião pudesse desempenhar um papel centralizador, através da imbricação do sagrado e do político, tão frequente nas sociedades africanas. No entanto, ao contrário do que sucede nalgumas comunidades do continente, em Ano Bom, a principal autoridade religiosa (o “sacristão da Igreja Grande”, *sanguistã Gueza-Nganyí*) é sempre relativa-

²⁶ Uma das razões da preferência dos anobonenses pelos barbadinhos italianos tinha carácter político: era uma forma de manterem à distância os clérigos portugueses, que podiam abrir caminho à “recolonização”.

²⁷ Incluímos neste grupo os cônegos-missionários enviados por Lisboa em 1770, que, embora africanos, estavam profundamente europeizados.

mente controlada e não consegue estender o seu poder fora do domínio religioso, para, por exemplo, as áreas política, militar, fiscal ou judicial²⁸.

Herdada, em grande parte, do período escravagista, a sociedade que se implantou em Ano Bom foi uma sociedade de agro-pescadores em que, como veremos, a diferenciação interna é muito pouco marcada.

Parece seguro que, com o fim da presença dos europeus, há um abrandamento da actividade económica, levada até limites próximos da subsistência. Os contactos com São Tomé, que já eram muito irregulares, praticamente extinguem-se, o que tem consequências no que diz respeito ao fornecimento de instrumentos agrícolas e de utensílios para a pesca. A metalurgia não desaparece, mas a falta crónica de ferro e o aparente domínio incipiente das técnicas tornam-na uma actividade socialmente pouco relevante.

A propriedade privada da terra, transmitida de forma hereditária, embora exista, parece subordinar-se ao princípio da posse útil do solo. Assim, se um campo deixa de ser cultivado durante dois anos, qualquer um pode passar a utilizá-lo. Além disso, se alguém necessita de uma terra para semear ou plantar e pede o campo a outro, paga-lhe, no primeiro ano, metade do que produz, mas nos anos seguintes os frutos e o próprio solo já são considerados seus²⁹.

A actividade agrícola (quase exclusivamente feminina) é pouco valorizada, ficando reduzida à horticultura ou a pequenas explorações³⁰, onde se produz sobretudo o inhame e a mandioca. A palmeira dendém (fundamental pela produção de óleo e vinho de palma), a bananeira (que assegura um dos alimentos indispensáveis) e mesmo outras árvores fruteiras exigem cuidados mínimos. A cultura do algodão é definitivamente abandonada, arrastando o declínio da fição e da tecelagem. Os algodoiros que continuarão a crescer espontâneos na ilha serão suficientes para o trabalho, que se manterá num longo processo de decadência ao longo dos séculos, de fabricar estreitas

²⁸ Parece ter havido, no início do século XIX, pelo menos uma tentativa desse tipo, para cuja caracterização só dispomos de elementos esparsos, mas que não teve continuidade.

²⁹ Natálio Barrena (C.M.F.), *La Isla de Annobón*, Introducción, notas y adiciones por Ramon Perramón, Barcelona, Publicaciones del Instituto Claretiano de Africanistas (Mimeografado), 1965, p. 39.

³⁰ Segundo a tradição anobonense, terá havido um tempo em que “os grandes da terra” (*uangue nga-nganyí tela*) possuíam e eram donos de escravos sobre os quais tinham o direito de vida e de morte. (Miguel Zamora Loboch, *Noticia de Annobón. Geografía, historia y costumbres*, Fernando Pó, Publicaciones de la Diputación Provincial, 1962, p. 66). Tratar-se-á de uma fase transitória após a saída dos Portugueses ou essa memória remonta directamente à fase colonial?

faixas de algodão, uma espécie de cintas (*xinta jazá*) que era costume os homens usarem por ocasião do casamento³¹. Na vida quotidiana, o vestuário é reduzido ao mínimo, sendo mesmo totalmente ausente nos jovens de ambos os sexos até à puberdade.

A pesca será a grande fonte de subsistência da população e ocupa praticamente todos os homens adultos da ilha. Todos eles possuem (e suponho que cada um deles fabrica) as pequenas canoas monóxilas a que localmente se chama *batélu* ou *baté*. No entanto, devido à profundidade das águas, à ineficiência das artes e ao número de horas dedicadas à pesca (todos os pescadores regressam a casa infalivelmente por volta do meio-dia), as capturas não são muito abundantes. Dias de festa, embora raros e exigindo grande esforço e muita coragem física, são os da captura de baleias, de cuja abundância ocasional de carne beneficia quase toda a população.

De enorme importância na vida dos anobonenses vai continuar a ser a passagem de navios de diversas nacionalidades que aproveitam Ano Bom – onde as condições são particularmente vantajosas, pois o porto é livre de direitos – para, como já se disse, fazerem aguada e se reabastecerem de frescos. É também um dia de festa na ilha, logo que se percebe que as intenções das tripulações não são belicosas. As autoridades locais mantinham a tradição de ir a bordo dos navios ancorados, levando e recebendo presentes de cortesia. Pouco depois, quem tem alguma coisa para vender (um porco, duas galinhas, um cacho de bananas, uma dúzia de cocos, um cesto de laranjas...) vem com a sua canoa tentar fazer negócio. Procura sobretudo receber, em troca, camisas ou outra roupa branca (normalmente usada, é, ainda assim, fundamental para cerimónias como o casamento ou o funeral) mas são igualmente bem aceites manilhas ou pregos de ferro (a tradicional falta de metais), aguardente, pólvora (enquanto houve armas de fogo), canivetes e mil e uma quinqui-lharias. Trata-se de um comércio incipiente, não só feito por troca directa como envolvendo apenas, sempre ou quase sempre, a venda de mercadorias de produção própria e a aquisição de produtos para consumo familiar, sendo praticamente nulas quaisquer modalidades de acumulação.

³¹ M. Zamora Lobo, *Notícia de Annobón...*, cit., pp. 19-20.

Neste quadro económico, a hierarquização social é quase inexistente, podendo, sem exagero, falar-se de uma sociedade sem classes. Ora, segundo a teoria política, a presença de classes é condição *sine qua non* para a existência de Estado. Não se afastam de forma significativa desse princípio as várias definições de Estado, o qual, vamos seguir Jean-Pierre Magnant, é a "forma de estruturação social na qual o(s) detentor(es) do poder está (estão) separado(s) da produção e vive(m) do sobreproduto social retirado aos produtores graças a forças especializadas nas cobranças fiscais e na manutenção da ordem"³².

Podemos chamar Estado às formas de poder político existentes em Ano Bom? Segundo o referido critério, não. Os detentores do poder não estão separados da produção; não existe cobrança de tributos; não há corpos especializados, quer na manutenção da ordem (exército profissional, monopólio do uso legítimo da violência) quer na cobrança dos impostos ou na administração da justiça (naquilo a que, significativamente, chamamos "aparelho de Estado").

Portanto, não se terá dado, na ilha, o processo que leva à estruturação das sociedades em Estados. O certo, porém, é que, independentemente da designação que lhe dermos, existe um poder político relativamente estável capaz de assegurar o regular funcionamento da comunidade e de punir os comportamentos que se considera poderem pô-la em risco. Vejamos como.

Aos viajantes que passaram por Ano Bom nos séculos XVIII e XIX pareceu-lhes que a autoridade principal da ilha era o capitão-mor ou governador (as duas designações são correntes) que os vinha visitar a bordo e os autorizava formalmente a fazerem aguada e a realizarem trocas. A tripulação portuguesa que lá esteve em 1770, levando os cônegos-missionários, pensou a mesma coisa. No entanto, os portugueses que desembarcaram, e que conheciam o poder tradicional dos chefes africanos, estranharam nos habitantes "o pouco com que tratam o seu capitão-mor"³³; "o pouco respeito que tem [o

³² I.-P. Magnant, "Du grand prêtre au roi: les origines religieuses des États anciens du Tchad", in Jean-Pierre Chrétien, *L'invention religieuse en Afrique*, Paris, ACCT-Karthala, 1993, p. 168.

³³ AHU, S. Tomé, Cx. 12, doc. 23, Carta do ouvidor geral Caetano de Mesquita, 28 de Outubro de 1770 (C. A. Neves, *S. Tomé e Príncipe...*, cit., pp. 270-271).

capitão-mor] entre eles e só luz dá em si"³⁴; "o seu chamado capitão-mor entre eles não tinha diferença mais do que no nome, porque às suas vozes e ordens não tinham atenção nem obediência"³⁵; ou, de forma ainda mais incisiva, "o capitão-mor é um fantasma entre eles, sem autoridade"³⁶.

Hoje resulta claro que a autoridade do capitão-mor era puramente honorífica e a sua existência, literalmente, "para inglês ver", isto é, mais do que para uso interno, as suas funções eram funções de representação, para mostrar aos navios em trânsito que não se tratava de uma ilha de "negros alevantados" mas sim com autoridade perfeitamente constituída.

Os títulos de *capitão-mor* ou *governador* ("govenador") são copiados daqueles que os portugueses, quando em Ano Bom, se atribuíam a si próprios, com razoável ilegitimidade. Sobretudo nas visitas aos navios, o capitão-mor faz-se acompanhar de um corpo de dignitários com títulos totalmente arbitrários, sem qualquer funcionalidade prática, pedidos emprestados ao que conheciam da marinha europeia e não sei se obedecendo a alguma ordem hierárquica: piloto, capitão, secretário, cirurgião, etc.

Os sinais distintivos do cargo de chefia eram dados pelo vestuário, uma espécie de farda, envergada apenas em funções oficiais e que marcava a distância em relação ao comum dos habitantes. Quando, em 1770, os portugueses fundearam junto à ilha, o capitão-mor que foi a bordo trazia "uma véstia de pano azul, agalonada a ouro, com calções, sapatos e meias", sendo os sapatos tão fora dos seus hábitos que depressa pediu para se livrar deles³⁷. Em 1836, data em que um barco espanhol aportou à ilha, o capitão-mor que o recebeu vinha menos discreto. Descalço de pé e perna e apenas com um pedaço de pano a servir de calças, tinha o peito e a barriga cobertos de rosários e de cruzeiros misturados com ossos, pedrinhas, nós de trapo, penas de galinha e outros amuletos semelhantes, tudo completado por uma esfarapada casaca de oficial da marinha inglesa, pejada de botões metálicos e de

³⁴ *Ibid.*, doc. 25, Carta do Capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, 3 de Novembro de 1770 (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 274).

³⁵ *Ibid.*, Cx. 59, doc. 57, Relação da viagem..., s. d. (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 285).

³⁶ *Ibid.*, Cx. 12, doc. 23, cit. (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 271).

³⁷ *Ibid.*, Cx. 59, doc. 57, cit. (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 280).

contas de vidro. Na cabeça, um capacete de soldado português, com um penacho de plumas verdes³⁸.

A existência do capitão-mor e a sua exposição pública levaram alguns observadores a querer classificar o regime político da ilha como uma espécie de "monarquia electiva"³⁹. Nada mais erróneo. Esse magistrado é efectivamente eleito (já veremos como), mas não só os seus poderes são limitadíssimos como o seu mandato está longe de ser vitalício. A duração do posto não é fixa no tempo mas determinada pelo número de navios que faziam escala na ilha. Esse número foi normalmente de três e quando os missionários espanhóis se fixaram na ilha elevaram-no (ou tentaram elevá-lo) para doze, num esforço para darem estabilidade ao cargo⁴⁰. Em 1770-1772, quando os últimos missionários enviados por Portugal estiveram na ilha, o número de navios que marcava a duração do mandato do capitão-mor era apenas de dois. Durante os dezasseis meses que aí estiveram, fizeram escala no porto 64 navios, segundo eles, e houve 32 capitães-mores⁴¹. Isto significaria que a média dos respectivos mandatos tinha sido de 15 dias, o que, não sendo seguramente a norma, podia acontecer com frequência e mostra o carácter efêmero do cargo. Sem dificuldade, podia rodar por todos os homens adultos da ilha, várias vezes ao longo da vida, "sendo todos os machos igualmente governadores e capitães-mores, sucedendo uns aos outros em cada dois navios"⁴². Esse sistema rotativo devia excluir poucos, ou nenhuns, adultos do sexo masculino, não privilegiando sequer os mais velhos (um dos capitães-mores é Inácio Tambor, o Moço).

A curta duração do exercício do cargo destinava-se, exactamente, a beneficiar todos num lugar que dava prestígio e proveito, embora, por certo, se procurasse também evitar a tentação da permanência prolongada ou indefinida no poder.

³⁸ J. Moros y Morellon, "Memoria...", cit., p. 8.

³⁹ M. Zamora Lobo, *Noticia de Annobón...*, cit., p. 64.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ AHU, S. Tomé, Caixa 14, doc. 1, Carta do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira para o SEMU, 26 de Fevereiro de 1772. Num documento anexo, os dois missionários fornecem uma curiosa lista nominal ("Rol dos governadores ou cappitans mores que ouve no nosso tempo na Ilha de Anno Bom"), na qual há apenas dois nomes repetidos, de forma aparentemente inusitada, podendo tratar-se de um lapso dos autores. Aliás a lista deve ter outros lapsos pois os missionários referem-se a 32 capitães-mores mas elencam 38 nomes.

⁴² AHU, São Tomé, Cx. 13, doc. 15, 20 de Dezembro de 1770 (C. A. Neves, São Tomé e Príncipe..., p. 278).

Já nos referimos, por mais de uma vez, à indiferenciação social. O principal elemento hierarquizador na sociedade de Ano Bom parece ser a idade. Um sociolinguista espanhol que esteve na ilha nas últimas décadas do século XX identificou quatro grupos de idades (*dadyi* ou *nã dadyi*), e podemos imaginar que, com esse ou outro número, já existissem formalmente no século XVIII. Veremos já as consequências políticas do facto. Outro elemento diferenciador, embora com menor repercussão social, é de carácter religioso e tem a ver com o conhecimento das orações, fórmulas e cantos, todos eles em latim ou em português, que são instrumentos de mediação com a divindade e os antepassados. Daí decorre o prestígio do mestre-escola (*metiscolo*), uma espécie de depositário desse saber social fundamental, e dos vários “sacristães”, mas sobretudo do “sacristão maior” ou “sacristão da igreja grande” (*sanguistã gueza nganyi* ou *sangitã gandyi*) que substituiu, na maioria das funções, o sacerdote católico e preside também aos principais ritos paralelos ao “cristianismo oficial”. E até algumas viúvas, que conhecem parte desse reportório litúrgico, recolhem daí benefícios sociais⁴³. Grupo de idade e influência religiosa vão ser os dois factores decisivos na constituição do órgão político com verdadeira influência na vida da ilha.

O sociolinguista citado, Germán de Granda, não só assinalou a “fragmentação da sociedade em quatro grupos de idade”, como associou cada um à “instituição de um *vidyil*”, sendo para esse autor, na época em que investigava, o *vidyil* (ou *viyil*) “o conjunto de indivíduos do sexo masculino pertencentes a cada um dos grupos de idade” e, ao mesmo tempo, “o lugar em que se reúne cada grupo de idade”. O mesmo autor identifica quatro desses locais: *vidyil gandyi*, *vidyil josólo*, *vidyil basu jadyi* e *vidyil sangi moda* (este último formado por adolescentes)⁴⁴.

De todos eles, o único com funções políticas alargadas é o *vidyil gandyi*, constituído pelo grupo dos mais velhos (um verdadeiro Conselho de

⁴³ Sobre a religião em Ano Bom, ver a nossa comunicação “Medo e religião popular na ilha de Ano Bom. Uma aproximação histórica (séculos XVI-XIX)”, apresentada no congresso internacional *O espaço atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005 (actas em publicação).

⁴⁴ Germán de Granda Gutierrez, “Sociolinguística de un microespacio criollo português de Africa (Annobón)”, in *Estudios de Lingüística Afro-Romanica*, Valladolid, Publicaciones de la Universidad, pp. 154-155.

Anciãos) e agregando ainda na sua composição o sacristão-maior (*sanguistã gueza Nganyi*), o mestre-escola (*metiscolo*) e o capitão-mor ou governador. O conselho reúne-se todas as tardes (mas prolongando-se por vezes as sessões até à noite), cabendo, aparentemente, ao sacristão a direcção dos trabalhos e sendo as decisões tomadas por consenso. O local de reunião, com uma cruz colocada à entrada, era considerado sagrado e inviolável, podendo, por isso, servir de local de asilo, por exemplo a mulheres maltratadas pelos maridos. Todos os participantes se comprometiam a manter secreto o conteúdo das reuniões.

Embora não possamos determinar com rigor os poderes do *vidyil gandyi*, eles são, pelo menos em teoria, ilimitados. Nomeia o governador e, em situações especiais, o sacristão-maior⁴⁵. Toma decisões em todos os assuntos que têm a ver com a comunidade. Tem ainda funções soberanas em matéria de justiça, sobretudo nos casos em que toda a comunidade julgava sentir-se ameaçada⁴⁶, nomeadamente nos casos de adultério feminino, feitiçaria e blasfémia. Nestas situações, que podiam envolver a condenação à morte, era convocado para as reuniões um elemento de cada um dos outros *vidyil* (à excepção, provavelmente do dos mais jovens). As penas para o adultério e a blasfémia eram, no pior dos casos, a morte por apedrejamento. Os condenados por feitiçaria (na maioria mulheres, mas não exclusivamente) ou eram isolados nas suas casas, não se lhes permitindo qualquer contacto com o exterior (e sendo-lhes fornecida a alimentação mínima), ou embarcados numa canoa velha com um pouco de farinha e uma cabaça de água, tendo certa a morte quando não conseguiam, pela força das correntes, aportar a São Tomé.

Não dispomos de elementos para saber a que época remonta a divisão em grupos de idade e a correspondente existência de um *vidyil* por cada um deles. Podemos admitir, aliás, que começasse por existir uma espécie de Assembleia Popular para todos os homens adultos e que mais tarde os seus poderes passas-

⁴⁵ O poder do sacristão era vitalício. Tinha dois acólitos por ele escolhidos e, quando tudo corria normalmente, era um deles que lhe sucedia.

⁴⁶ Um português que esteve na ilha em 1770 dizia que o governo da mesma era “sem lei nem formalidade” e que “só castigavam o delito que ofende a todos por público”. AHU, S. Tomé, Cx. 12, doc. 23, cit. (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 271).

sem para os mais velhos, por razões de funcionalidade e pelo respeito, de que temos abundantes exemplos, que a comunidade tinha pelos idosos.

Os cônegos-missionários já várias vezes citados, que estiveram na ilha em 1770-1772 (não entendendo, é certo, grande coisa do funcionamento da sociedade anobonense), referem muitas vezes as “decisões do povo” e a forma como essas decisões eram respeitadas pelos particulares. A mesma fonte fala também de um “Conselho” que se reunia diariamente. O “povo” e o “Conselho” eram a mesma coisa? É o “povo” que decide o que os missionários podem ou não fazer; o “povo” nomeia e envia-lhes delegações, e estas, por sua vez, precisam de ouvir de novo o “povo” antes de tomarem qualquer decisão⁴⁷. Quando, em 1778, há a tentativa de transferência da posse da ilha para Espanha, o comissário português chamou o capitão-mor e o sacristão, que, segundo ele, “são os que governam”, e “intimando-lhes as ordens de S. Majestade e a sua vontade, e que em virtude delas era preciso que jurassem obediência a El-Rei de Espanha, me responderam os dois todos atemorizados que era preciso convocar o Povo”⁴⁸.

Seja como for e seja qual for a composição dessa assembleia, desde cedo é a um órgão colectivo, próximo do que já era ou virá a ser o *vidyil gandyi*, que cabia a direcção política da comunidade, sendo claro o propósito de se evitar qualquer forma de poder pessoal. Segundo os referidos missionários, um dos costumes “criticáveis” dos moradores de Ano Bom era “não permitirem que, entre eles mesmos, haja algum que os governe”⁴⁹.

Esse foi, provavelmente, um dos principais méritos do sistema político implantado em Ano Bom por homens que prezavam acima de tudo a sua liberdade⁵⁰. Além disso, o sistema mostrou, no controlo do poder, a necessária rigidez e a suficiente flexibilidade para conseguir manter, sem conflitos graves, a coesão da comunidade.

⁴⁷ AHU, S. Tomé, Cx. 13, doc. 15, 20 de Dezembro de 1770 (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 278).

⁴⁸ AHU, S. Tomé, Cx. 16, doc. 63, Carta do comissário português Frei Luís de Castro, 30 de Novembro de 1778 (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 376).

⁴⁹ AHU, S. Tomé, Cx. 13, doc. 15, 8 de Janeiro de 1771 (C. A. Neves, S. Tomé e Príncipe..., cit., p. 300).

⁵⁰ «Amam hasta el furor la libertad, porque están viendo todos los días los efectos de su pérdida». J. Moros y Morellon, “Memoria ...”, cit., p. 27.

Essa coesão vai traduzir-se na formação de uma consciência nacional que já estava perfeitamente consolidada no século XIX (e eventualmente antes). Um missionário espanhol mostra os habitantes “tan amantes de su país” que “para ellos no hay cosa mejor que Annobón”⁵¹. E Cunha Mattos, que contactou, nas primeiras décadas do século XIX, a comunidade anobonense de São Tomé (formada em condições bastante desagradáveis), não refere coisas muito diferentes: “Para eles a ilha de Ano Bom, a que chamam Anibô, é o paraíso terreal, tal é o amor que os existentes na ilha de São Tomé conservam àquela pátria, donde quase todos foram expulsos e expostos às ondas como feiticeiros”⁵². Essa consciência nacional mantém-se até hoje, apesar das contingências da história, nomeadamente as mais recentes, que não têm sido favoráveis à pequena ilha equatorial.

⁵¹ P. de Epifânio Doce, “Notas Aclaratorias” a M. Zamora Lobo, *Noticia...*, cit., p. 88.

⁵² R. J. da Cunha Matos, *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 217.

The Atlantic networks of the Benguela slave trade (1730-1800)

ROQUINALDO FERREIRA*

Introduction

Since the pioneering study by Pierre Verger on the links between Bahia and West Africa, several studies have emphasized the bilateral nature of the trading networks that underpinned the trade in slaves between Brazil and Africa.¹ For example, Robin Law and Kristen Mann have built upon Verger's work to further understand how merchants operating these trading networks created an "Atlantic community" by establishing strong cultural and commercial links between Africa and Brazil.² "Atlantic community" is a concept that implies creolization as well, since merchants would draw on elements of African culture in various ways to better conduct business, as they did elsewhere in Africa.³ In Angola, this issue has been recently examined in José Curto's study of the diasporic nature of the Benguela merchant community in the late eighteenth century.⁴

*University of Virginia.

¹ Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos Séculos XVII e XIX*. Bahia, Corrupio: 1988.

² Robin Law and Kristin Mann, "West Africa in the Atlantic Community: the Case of the Slave Coast", William and Mary Quarterly, vol. LVI, no. 2, 1999, pp. 307-331.

³ Phyllis Martin, "Family Strategies in the Nineteenth-Century Cabinda", *Journal of African History*, vol. 28, no. 1, 1987, pp. 65-86; David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York, Oxford University Press: 1987; Paul Lovejoy and David Richardson, "Trust, Pawnship, and Atlantic History: the Institutional Foundations of the Old Calabar Slave Trade", *American Historical Review*, vol. 104, no. 2, 1999, pp. 333-355.

⁴ Curto provides an extensive bibliography of studies examining Brazilian links with Africa. See José Curto, "Movers of Slaves: the Brazilian Community in Benguela (Angola), c. 1722-1832". Unpublished paper delivered

This chapter builds upon this historiography to analyze the Atlantic networks that underpinned the Benguela trade in the second half of the eighteenth century. The chapter first examines unofficial slaving in Benguela (also known as *contrabando*) and then analyzes the rise of Brazilian investments in Benguela. It highlights the importance of Indian textiles in the coastal trade and argues that access to these textiles in Brazil gave Brazilian merchants investing in Benguela a critical advantage in relation to metropolitan merchants. The chapter then closely analyzes Benguela merchant community' background and seeks to further understand their business strategies. It examines the transatlantic trading networks that underpinned the trade in slaves by using wills written by merchants operating out of Benguela and demonstrating the strong dependency of Benguela on Rio de Janeiro for funding for slaving.

Unofficial slaving

In the 1760s, the Luanda administration related the growth of unofficial slaving by foreign ships off the coast of Benguela to unofficial embarkations of slaves in northern Angola by French, British and Dutch ships.⁵ However, the evidence indicates that the backdrop to the rise of unofficial slaving in the mid-eighteenth century was provided by pirate activity off the coast of Benguela beginning as early as the 1650s.⁶ Although piracy was fueled by simmering skirmishes between Portuguese and Dutch ships along the Angolan coast in the 1650s, foreign ships soon shifted from preying on ships carrying slaves to Luanda to establishing commercial links with Benguela.⁷ In 1699, in order to crackdown on early unofficial slaving, the Luanda govern-

at International Symposium "Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History", Berlin, 2003, p. 2.

⁵ "Memória sobre Benguela", undated but around 1767, AHU, Angola, cx. 52, doc. 45.

⁶ António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa, Agência Geral das Colónias: 1940, v. 2, pp. 137, 163-164, 173; Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*. Lisboa, Editorial Ática: 1937, vol. 1, p. 276.

⁷ "Assento do Senado da Câmara de Luanda" on February 3, 1651, BML, cód. 1, fls. 10-11v.; "Carta do Senado da Câmara" on February 3, 1651, BML, cód. 6, fls. 96v.-97; "CCU" on April 27, 1660, AHU, cód. 15, fl. 315v.; "CCU" on November 22, 1683, AHU, Angola, cx. 12, doc. 116.

ment unsuccessfully attempted to limit the length of ships' stays in Benguela and even considered establishing a colonial outpost in Kikombo between Luanda and Benguela in 1727.⁸

In the eighteenth century, the French were the most actively involved in unofficial slaving in Benguela.⁹ The French, in Miller's view, were seeking to make up for the loss of influence over slave-supplying regions in Senegambia and were taking advantage of "the inability of Portuguese traders to supply firearms [that] left an unmet demand that encouraged the French to 'smuggle'".¹⁰ According to Miller's estimates "at a rough guess French and British ships captains together probably boarded slaves on the order of 1,000 or so each year along all the coast south of Luanda in the 1750s".¹¹

As opposed to northern Angola, where slaves were loaded from various locations along the coasts of Cabinda and Loango, unofficial slaving in southern Angola gradually became focused on Portuguese controlled Benguela.¹² The reasons why Benguela became a focal point of what was deemed "smuggling" by Luanda authorities were twofold: first, the participation of local bureaucrats in the trade with foreigners; and second, Benguela's isolation from Luanda. These two factors made the Luanda government's attempts to crack down on unofficial slaving ineffective and created an environment highly conducive to illegal activities.

⁸ "Provisão Régia" on October 20, 1699, AHN, cód. 293, fls. 29v.-30. For the continuation of smuggling and ships calling into Benguela, see "CCU" on January 29, 1711, AHU, cód. 20, fls. 303-304; "Carta do Ouvidor Geral de Angola": on June 19, 1719, AHU, Angola, cx. 20, doc. 103; "CCU" on May 5, 1721, AHU, cód. 554, fls. 148v.-150; "CCU" on May 5, 1721, AHU, cód. 554, fls. 148v.-150; "CCU" on January 12, 1722, AHU, cód. 21, fls. 452v.-454; "CCU" on March 30, 1722, AHU, cód. 907, fls. 213-213v.; "CCU" on January 7, 1724, AHU, cód. 908, fls. 53-53v.; "CCU" on June 8, 1725, AHU, cód. 22, fls. 163-163v.; "Carta Régia" on July 28, 1733, AHU, cód. 546, fl. 81v.; "Petição de Bartolomeu Duarte da Siqueira" on March 22, 1738, AHU, Angola, cx. 30, doc. 81; "Provisão Régia" on July 17, 1739, BNRJ, doc. I-12, 3, 31, fls. 58v.-59; "Carta do Governador de Angola" on July 6, 1727, AHN, 1, fls. 36-36v.

⁹ "Carta Régia" on September 11, 1755, AHU, cód. 546.

¹⁰ Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press: 1988, pp. 78, 278.

¹¹ Miller, *Way of Death*, pp. 227, 616-617.

¹² Miller, *Way of Death*, pp. 200-201, 208, 222; "Representação dos Moradores de Luanda" on January 19, 1656, AHU, Angola, cx. 6, doc. 61; "Carta do Procurador da Fazenda Real de Angola" on September 2, 1721, AHU, Angola, cx. 21, doc. 50; "Carta do Governador de Angola" on September 14, 1721, AHU, Angola, cx. 21, doc. 54; "Registro da Resposta do Senado da Câmara" in September 1721, BML, cód. 12, fls. 313-317. See also Susan Brodhead, "Trade and Politics on the Congo Coast: 1770-1870". PhD Dissertation, Boston University, 1971.

Several examples demonstrate that officials stationed in Benguela had been born either in Luanda or Brazil and shared very little of the colonial administration's concerns about smuggling. Between 1727 and 1730, for example, the position of overseer of the Royal Treasury was held by officials born in either Luanda or Benguela.¹³ In 1729, the *sargento-mor* of Benguela Manoel Gomes Cabral was described as "the son of the *sargento-mor* Antonio Gomes Cabral and of Branca, who was a black woman from Benguela".¹⁴ Luanda-born officials held either the position overseer of the Royal Treasury or they were judges in 1741 and 1747.¹⁵ In 1747, Felix de Lima, an official born in Bahia, held the position of overseer of the Royal Treasury while also serving as a judge.¹⁶ In the 1760s, José Vieira Dias, also born in Bahia, held the position of military commander of Kakonda and later of Benguela.¹⁷

Most of the individuals who took up positions in the Benguela bureaucracy had been sent to the city as criminals or political exiles and were inclined to allow illegal activities to thrive because they were either underpaid or unpaid by the colonial administration.¹⁸ As demonstrated by Manoel de Souza, who improperly allowed a ship to take slaves to Brazil in exchange for money in 1742, officials routinely failed to follow instructions issued by Luanda.¹⁹ Their loyalty and performance were openly questioned by the governor based in Luanda in 1750.²⁰ In the 1760s, Governor Souza Coutinho remarked that the only way to enforce laws in Benguela would be to increase the number of officials born in Europe.²¹ The lack of strict colonial control created such a positive business environment that in addition to

¹³ "Provisão do Governador de Angola" on October 10, AHN, cód. 362; "Provisão do Governador de Angola" on August 31, 1728, AHN, cód. 362, fls. 148v.-149; "Provisão do Governador de Angola" on April 4, 1730, AHN, cód. 362, fl. 176v.

¹⁴ "Carta Patente" on March 3, 1729, AHN, cód. 300, fl. 228.

¹⁵ "Provisão do Governador de Angola" on October 8, 1741, AHN, cód. 299, fls. 161v.-162; "Provisão do Governador de Angola" on October 14, 1741, AHN, cód. 299, fls. 162-162v.; "Provisão do Governador de Angola" on February 7, 1749, AHN, cód. 299, fls. 345-345v.

¹⁶ "Provisão do Governador de Angola" on July 20, 1747, AHN, cód. 299, fls. 299.

¹⁷ "Petição do Capitão José Vieira de Araújo" in 1780, AHU, Angola, cx. 63, doc. 58.

¹⁸ "Petição de Manoel de Siqueira Monteiro" in 1732, AHU, Angola, cx. 27, doc. 58; "Carta da Junta da Real Fazenda de Angola" on June 3, 1770, AHU, Angola, cx. 54, doc. 28.

¹⁹ "Carta Régia" on June 30, 1742, AHU, cód. 546, fls. 126-126v.

²⁰ "Resposta do Governador de Angola" on December 30, 1750, AHN, cód. 2, fl. 44.

²¹ "Ofício do Governador de Angola" on December 16, 1767, AHU, Angola, cx. 51, doc. 59.

foreign merchants, some Luanda-based merchants, such as Francisco Roque Souto and José dos Santos Torres, also sought to invest in Benguela.²²

The second reason why unofficial slaving became so pervasive was Benguela's isolation from Luanda, which made it more difficult for Luanda-based authorities to oversee events taking place in Benguela and curb unofficial slaving. This isolation was related to the fact that contacts via land between Luanda and Benguela were still virtually impossible in the mid-eighteenth century and the only way to reach the city from Luanda was by boat trips that could last up to four months.²³ Most of the time, in fact, slave ships calling in Benguela on their way to Luanda were the only way of contact between the two cities.²⁴ Even during the tenure of Governor Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, when colonial administration was strengthened through the creation of a hospital and a fort, Benguela remained essentially isolated.²⁵

²² Francisco Roque Souto was a slave ship captain who became the Kakonda commander and later married the daughter of a Kissama ruler. He also led a military campaign against the Matamba ruler in the 1740s before being arrested in Luanda in 1748. See "Carta do Governador de Angola" on September 24, 1739, AHU, Angola, cx. 31, doc. 53; "Regimento do Capitão Mor Francisco Roque Souto" on May 8, 1744, AHU, Angola, cx. 34, doc. 18; "Carta Régia" on September 19, 1746, AHU, cód. 546, fl. 151; "Carta do Governador de Pernambuco" on January 27, 1747, AHU, Pernambuco, cx. 65, doc. 5510; "Petição de Francisco Roque Souto" in 1748, AHU, Angola, cx. 36, doc. 66; "Petição de Francisco Roque Souto" on September 24, 1749, AHU, Angola, cx. 36, doc. 111; "Carta do Ouvidor Geral de Angola" on October 15, 1749, AHU, Angola, cx. 36, doc. 117; "CCU" on July 22, 1751, AHU, cód. 25, fls. 206v.-207. For José dos Santos Torres' business in Benguela, see Chapter Two and "Conta do Custo e Costeamento" in 1763, AHU, Angola, cx. 48, doc. 19.

²³ For the length of the trip from Luanda to Benguela, see "Carta do Governador de Angola" on January 7, 1759, AHU, Angola, cx. 39, doc. 89. In 1762, for example, the Angolan governor reported that only three people had been able to travel from Benguela to Luanda via land and that cattle had been taken to Luanda from Benguela only with the permission of African authorities. See "Ofício do Governador de Angola" on May 9, 1762, AHU, Angola, cx. 45. For a case of a ship that took two months to travel from Luanda to Benguela, see "Carta do Coronel Antônio Paes de Faria" on June 1, 1759, BNL, CP, cód. 624, fl. 238. See also Miller, *Way of Death*, p. 321.

²⁴ The key role played by slave ships in the links between the two cities became clear when Lisbon passed legislation prohibiting slave ships bound Brazil to Luanda from calling into Benguela. The justification for this legislation was that ships bound for Luanda would stop over in Benguela and sell their cargos to the detriment of the Luanda trade. See "Ofício do Governador de Angola" on June 28, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 58; "Ofício do Governador de Angola" on July 10, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 68; "Ofício da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro" on March 27, 1763, AHU, Rio de Janeiro, cx. 56, doc. 128. However, Governor Antônio Vasconcellos called for a review of the policy so that institutional links between the two cities were not severed. See "Ofício do Governador de Angola" on August 10, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 72. By mid-1760s, ships bound from Brazil to Luanda resumed stopping over in Benguela. See "Conferência do Comércio" on June 15, 1765, AHN, cód. 5509, fls. 13v.-14; AHN, cód. 12289, fl. 23v.

²⁵ In addition, Souza Coutinho provided enthusiastic support for plans to promote settlements in Kakonda and bring white settlers to Benguela, but royal expenditures in Benguela in 1770 suggest little royal commitment to Souza Coutinho's plans. See "Ofício do Governador de Angola" on December 16, 1767, AHU, Angola, cx. 51, doc. 59.

Despite early warnings that larger exports of slaves would inevitably lead to further unofficial slaving in Benguela, the first serious step to crack down on unofficial slaving came only in 1769 with the foundation of a *presídio* (colonial outpost) in Novo Redondo between Luanda and Benguela.²⁶ In addition to curbing unofficial slaving, the Novo Redondo *presídio* was also established out of fears that an increase in the number of foreign ships would either jeopardize Portuguese sovereignty over southern Angola or create a situation like in Cabinda or Loango, where the Portuguese claimed sovereignty but did not actually control the area. Furthermore, Luanda officials also hoped they could establish communication via land with Benguela and perhaps finally accomplish long-standing dreams of discovering copper mines in Angola.²⁷ Neither of these goals was ever accomplished, however, and foreigners continued to embark slaves.²⁸ Worse, the number of Benguela merchants engaging in commercial activities grew in tandem with unofficial slaving by foreigners.²⁹ Although the fear of foreign involvement was sufficient to prompt the Luanda government to support an expedition to reassert colonial authority in southern Angola, the num-

ANTT, Ministério do Reino, maço 605, cx. 708; "Ofício do Governador de Angola" on December 16, 1767, AHU, Angola, cx. 51, doc. 62; "Memória sobre Benguela escrita por Inocêncio de Souza Coutinho" in 1767, AHU, Angola, cx. 52, doc. 45; "Bando sobre as Feiras nos Sertões de Benguela e Caconda" on September 23, 1768, AHN, cód. 12289, fls. 84v.-86v.; "Carta do Governador de Angola" on October 18, 1769 in *Arquivos de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional: 1933, vol. 1, no. 1, October, 1933; "Ofício do Governador de Angola" on April 3, 1771, AHN, cód. 3, fls. 95v.-96v. For a late assessment of the measures undertaken in the 1760s, see "Instruções do Governador de Benguela" in 1825, AHN, cód. 7183, fls. 42v.-45.

²⁶ "Carta para o Governador de Angola" on November 18, 1761, AHU, cód. 408. See also Miller, *Way of Death*, p. 603.

²⁷ "Ofício do Governador de Angola" on June 10, 1764, AHN, cód. 3, fls. 100v.-102v.; "Carta do Governador de Angola" on September 23, 1764, BNL, cód. 8553, fls. 92v.-95; "Ofício do Governador de Angola" on August 14, 1768, AHN, cód. 79, fls. 124v.-125v.; "Ofício do Governador de Angola" on August 15, 1768, AHU, Angola, cx. 51; "Ofício do Governador de Angola" on January 7, 1769, AHN, cód. 79, fls. 182v.-184; "Ofício do Governador de Angola" on January 12, 1769, AHN, cód. 3, fls. 7-8; "Ofício do Governador de Angola" on May 16, 1769, ANTT, Ministério do Reino, maço 606, cx. 708; BNL, cód. 8553, fls. 107-112v.; "Ofício do Governador de Angola" on October 30, 1769, AHU, Angola, cx. 53, doc. 76; BNL, cód. 8553, fls. 107-112v.

²⁸ "Ofício do Governador de Angola" on August 28, 1770, AHU, cx. 54, doc. 84; "Ofício do Governador de Angola" on March 31, 1773, AHU, Angola, cx. 57, doc. 19; "Ofício do Governador de Angola" on September 24, 1774, AHU, Angola, cx. 60. By the early 1790s, the *presídio* itself had turned into a focal point of illegal activities. See "Carta do Governador de Angola" on October 11, 1791, AHU, cód. 1628; "Ofício do Governador de Angola" on November 5, 1791, AHU, cód. 1633; "Carta do Governador de Angola" on December 18, 1791, AHU, cód. 1628; "Ofício do Governador de Angola" on December 28, 1791, AHN, cód. 246, fls. 9v.-10.

²⁹ "Ofício do Governador de Angola" on January 12, 1780, AHU, Angola, cx. 63, doc. 3-A.

ber of French ships slaving off the coast of Benguela increased during the last two decades of the eighteenth century.³⁰ Between 1791 and 1793, for example, 47 foreign ships, mostly French, entered Benguela.³¹ Illegal activities so permeated the Benguela bureaucracy that the *juiz de fora* (judge) and governor were arrested on charges of complicity with unofficial French slavers in 1795.³²

Brazilian investment

While at least eight ships sailed from Lisbon to load slaves in Benguela between 1728 and 1735, only four ships from Lisbon embarked slaves in the city between 1739 and 1763.³³ These numbers indicate that the decline of Lisbon's participation in the trade correlated with the growth of Brazilian investments in the early 1730s. To handle their business in Benguela, Brazilians began stationing agents in the city. In 1737, for example, Manoel Mendonça Furtado wrote a petition to the Portuguese Crown saying that he was a "businessman living in the Benguela *presídio* and that he had gone there to conduct business, and because he was finished with his dealings [in Benguela], he intended to return to Portugal through one of the Brazilian ports".³⁴ In 1754, José

³⁰ For the expedition to Cabo Negro, see "Carta do Governador de Angola" on August 3, 1786, AHU, cód. 1642; "Carta do Governador de Angola" on August 12, 1787, AHU, cód. 1642. For French ships slaving in Benguela, see "Carta do Governador de Benguela" on April 19, 1786, AHU, Angola, cx. 71, doc. 25; "Ofício do Governador de Benguela" on October 12, 1788, AHU, Angola, cx. 73, doc. 44; "Carta do Governador de Benguela" on November 27, 1790, AHU, cód. 1627; "Carta do Governador de Angola" in April 1791, AHU, cód. 1627; "Carta do Governador de Angola" on June 12, 1790, AHU, Angola, cx. 75, doc. 25; "Carta do Governador de Angola" on August 15, 1790, AHU, Angola, cx. 75, doc. 35; "Carta do Governador de Benguela" on June 21, 1791, AHN, cód. 440, fls. 4-10; "Carta do Governador de Benguela" on July 21, 1791, AHU, Angola, cx. 76, doc. 44.

³¹ "Nota sobre o Comércio de Benguela" undated but around 1791, ANTT, Ministério do Reino, maço 605, cx. 708; "Certidão do Escrivão da Real Fazenda de Benguela" on January 2, 1793, AHU, Angola, cx. 78, doc. 17; "Certidão do Escrivão da Fazenda Real de Benguela" on January 4, 1794, AHU, Angola, cx. 80, doc. 8; "Representação da Câmara Municipal de Benguela" on November 7, 1793, AHU, cód. 409, fls. 62-62v. See also Miller, *Way of Death*, pp. 227, 616-617.

³² "Carta do Governador de Angola" on April 15, 1791, AHU, cód. 1627; "Carta do Governador de Benguela" on June 21, 1791, AHN, cód. 440, fls. 4-10; "Representação da Câmara Municipal de Benguela" on November 7, 1793, AHU, cód. 409, fls. 62-62v.; "Resolução Régia" on April 8, 1795, AHU, cód. 1633; "Ofício do Governador de Benguela" on July 27, 1796, AHN, cód. 441, fls. 1-5v.; "Ofício do Governador de Angola" on July 28, 1796, AHU, cód. 1633.

³³ AHU, cód. 2041; ANTT, Junta do Comércio, livro 74.

³⁴ "Petição de Manoel Mendonça Furtado" in 1737, AHU, Angola, cx. 30, doc. 8.

Caetano de Araújo, a merchant based in Rio, stated that "he was a merchant operating in the trade in Luanda and Benguela and that he wanted to settle in Benguela for a few years because of the many commercial dealings he had in the city".³⁵

Miller has asserted that "the financing of the Benguela trade involved far less foreign capital than that of Luanda".³⁶ In fact, the financing structure of the Benguela trade might have been significantly influenced by the availability and price of goods in Brazil that were used to fund slaving in Benguela.³⁷ However, despite evidence pointing to the crucial importance of goods that Brazilian investors shipped to Benguela, historians still lack detailed knowledge on these commodities, since the only systematic examination of the use of a Brazilian commodity in Benguela focuses on *jeribita* (Brazilian rum), which accounted for only approximately eight percent of the slaves traded in that region.³⁸

Because the growth of Brazilian gold mining took place almost simultaneously with the increase of exports of slaves from Benguela, it seems possible at first glance that Brazilian merchants were using the same strategy in Benguela that they had used in West Africa – exchanging Brazilian gold for slaves. As described in Chapter Two, Vasco Lourenço Menezes, a merchant who had been the holder of the contract to collect duties on slaves exported from Luanda and who was also a significant investor in Brazilian gold mining, dispatched ships directly to Benguela to purchase slaves in the late 1720s. In the 1730s, Lisbon prevented the governor of Rio de Janeiro from prohibiting ships sailing from Rio to Angola from carrying gold, which seems to indicate some metropolitan leniency regarding the use of gold in Angola.³⁹ However,

³⁵ "Petição de José Caetano de Araújo" on September 11, 1754, AHU, Angola, cx. 39, doc. 64.

³⁶ Miller, *Way of Death*, p. 196.

³⁷ It was not uncommon, for example, for merchants to request licenses to travel twice to Benguela on the grounds that the goods they had taken to Benguela would generate too many slaves to transport to Brazil at one time. See "Requerimento de Teodózio Dias" in 1740, AHU, Rio de Janeiro, CA, 11306; "Requerimento de Salvador Alves Pestana" on March 2, 1746, AHU, Rio de Janeiro, CA, nos. 14040, AHU, Rio de Janeiro, cx. 45, doc. 46.

³⁸ José Curto, "Luso-Brazilian Alcohol and the Legal Slave Trade at Benguela and its Hinterland (1617-1830)", in Hubert Bonin and Michael Cahen (eds.), *Négoce Blanc en Afrique Noire*. Bordeaux, Publications de la Société Française d'histoire d'outre-mer: 2001, p. 364.

³⁹ "Informação do Governador do Rio de Janeiro" on October 11, 1732, AHU, Rio de Janeiro, CA, 7645-7648; "Carta do Governador do Rio de Janeiro" on March 12, 1734, AHU, Rio de Janeiro, cx. 29, doc. 14.

the work of Russell-Wood suggests that Brazilians did not use gold to trade in Benguela.⁴⁰

Merchants investing in Benguela certainly used *missangas* (beads), which became so important in the city that they were used as currency.⁴¹ *Missangas* were sought-after by Africans because they were worn as adornments to display wealth and prestige, as well as affiliation with powerful patrons. According to colonial reports from Novo Redondo in 1797, "the number of *missangas* [locally called *dongos*] that [Africans] wore around their necks varied according to the wealth of their patrons".⁴² Furthermore, together with French ships slaving off the Benguela coast, Brazilian investors also traded in gunpowder, violating royal regulation prohibiting the use of weapons and gunpowder in Angola. Although the Luanda government attempted to establish stricter controls in the early 1760s, official limitations were largely ignored.⁴³ The amount of gunpowder in Benguela was estimated at 300 barrels in 1786 and the number of firearms stood at approximately 16,000.⁴⁴ In 1800, 583 barrels of gunpowder were imported to Benguela and 267 barrels were sent to the interior.⁴⁵

Despite the importance of *missangas*, firearms and gunpowder, the evidence indicates that most of the cargo on Brazilian ships sailing to Benguela consisted of European and, primarily, Indian textiles. In 1746, for example, the Rio de Janeiro-based Miguel Monteiro Cordeiro filed a lawsuit against José da Cruz Cabral aimed at recovering his investment in the cargo of goods shipped to Benguela. Monteiro and Cabral had been partners on an expedition to embark slaves in Benguela that turned into

⁴⁰ A. J. R. Russell-Wood, "Holy and Unholy Alliances: Clerical Participation in the Flow of Bullion from Brazil to Portugal during the Reign of Dom João V (1706-1750)", *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, no. 4, 2000, p. 832.

⁴¹ "Conferência do Comércio" on June 15, 1765, AHN, cód. 5509, fls. 13v.-14; AHN, cód. 12289, fl. 23v.; "Carta do Capitão Mor de Caconda" on January 4, 1799, AHU, Angola, cx. 90, doc. 18.

⁴² "Notícias do Presídio de Novo Redondo" on October 25, 1797, IHGB, lata 31, pasta 9, fl. 5.

⁴³ "Carta do Secretario de Estado" on November 21, 1761, AHN, cód. 12289, fls. 8v.-9v. and AHU, cód. 408; "Ofício do Governador de Angola" on June 2, 1766, AHN, cód. 3, fls. 177-178v.; "Carta de Angola" on December 3, 1767, AHN, cód. 79, fls. 42v.-43; "Ofício do Governador de Angola" on February 22, 1780, AHU, Angola, cx. 63.

⁴⁴ "Memória sobre o Abuso Pernicioso do Comércio deste Sertão" on November 12, 1786, AHU, cx. 71, doc. 60.

⁴⁵ "Mapa dos Barris de Pólvora em Benguela" in 1800, AHN, cód. 442, fl. 173v. For later use of gunpowder in Mbailundo, see "Carta do Governador de Angola" on February 15, 1815, AHN, cód. 240, fls. 103-104.

a tragedy when slaves revolted onboard and killed Cabral.⁴⁶ According to Monteiro, the commodities used to buy the slaves had been purchased in Rio de Janeiro and consisted primarily of textiles, including both European textiles known as *serafina* and Indian textiles.⁴⁷

In Benguela city, Indian textiles were the primary goods used to conduct business and the Indian textiles *zuarie* and *coromandel* were worth 6,000 réis, while *borralhos* and *cádea* textiles were worth 3,000 réis each. According to several reports by colonial administrators, those who wished to receive payments for loans in cash and not in Indian textiles lost between 25 percent and 50 percent of the value of the payments.⁴⁸ Furthermore, as demonstrated by a report written in Novo Redondo in 1797, Indian textiles were highly sought-after by Africans because they were important in terms of fashion and prestige: "they [Africans] highly appreciate *zuarie*, with which they cover themselves from the waist up. They tie the piece of *zuarie* [they are wearing] with one piece of [the Indian textile] *baeta* (...) and if they are authorities such as a *soba*, *macota* (which they call advisor) or the son of a *soba*, they also wear a [piece] of blue *baeta* over their shoulders..."⁴⁹

Most of the transactions to purchase slaves in the interior also relied on Indian textiles. Not surprisingly, the *sertanejo* (trader) José de Assunção Mello took both European and Indian textiles, in addition to *missangas*, with him when he first traveled to the eastern Luvale region in the early 1790s.⁵⁰ In the central highlands, Manoel José da Cruz, a Benguela-based merchant who

⁴⁶ "Petição do Alferes Miguel Monteiro Cordeiro" in 1746, ANTT, FF, JU, África, maço 28, doc. 14 A.

⁴⁷ "Certidão de Citação" on April 28, 1745, ANTT, FF, JU, maço 28, doc. 14 A.

⁴⁸ "Carta do Juiz de Fora de Benguela" on September 16, 1786, AHU, Angola, cx. 71, doc. 55; "Depoimento de Antônio José da Costa" on September 16, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49; "Ofício do Governador de Benguela" on June 21, 1791, AHU, Angola, cx. 76; "Carta do Governador de Benguela" on July 14, 1791, AHN, cód. 440, fls. 4-10.

⁴⁹ "Notícias do Presídio de Novo Redondo" on October 25, 1797, IHGB, lata 31, pasta 9, fl. 5: A report from the mid-nineteenth century indicates that Indian textiles were also widely used in a traditional wedding in Bié. See "Ofício do Governador de Benguela" on November 4, 1847, AHN, cód. 462, fls. 29v.-31v. For an examination of the relationship between cloth, prestige and political power, see Phyllis Martin, "Power, Cloth and Currency on the Loango Coast", *African Economic History*, no. 15, 1986, pp. 1-13; Phyllis Martin, "Contesting Clothes in Colonial Brazzaville", *Journal of African History*, vol. 35, no. 3, 1995, pp. 401-425.

⁵⁰ This explains why Alexandre da Silva Teixeira reported that *missangas* and European and Indian textiles fueled the trade in the Luvale region when he went there with José Assunção Mello in 1795. See "Relação da Viagem que fiz desta cidade de Benguela para as Terras do Lovar" in 1794, AHU, Angola, cx. 80; "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 6; "Ofício do Governador de Benguela" on January 2, 1798, AHN, cód. 441, fls. 45-48.

had spent 20 years dealing in slaves in Huambo, Kakonda and Kilengues, stated that "first-rate slaves cost between 40 and 45 *panos* [pieces of fabric] before the administration of Governor José Doutel de Andrade [in 1789] and now they cost between 75 and 80 *panos*".⁵¹

From the point of view of slave merchants in coastal Benguela, the availability of Indian textiles was crucial to guarantee control of the coastal trade. More importantly, the evidence suggests that the fact that Brazilian merchants could tap into trading networks bringing textiles from India to northern Brazil might have given them an edge in the Benguela trade. As demonstrated in Chapter One, ships sailing from India would call in Salvador and sell their cargos of Indian textiles. In the first half of the eighteenth century, the trade was so intense in Bahia that ships would often continue their trip to Lisbon without carrying many Indian textiles.⁵² Despite metropolitan attempts to centralize the Indian textile trade in Lisbon, *naus da Índia* continued calling into Bahia and other ports in Brazil and Angola to carry out business well into the second half of the eighteenth century.⁵³

⁵¹ "Depoimento de Manoel José da Cruz" on September 23, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49.

⁵² Ernestina Carreira, "Os Últimos Anos da Carreira da Índia". Proceedings from the VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa "A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos", Angra do Heroísmo, 1998, pp. 809-834.

⁵³ In an effort to diminish Bahia's prominent role in the Indian textile trade, Lisbon declared that ships sailing from India could only stop in Luanda. Despite the new policy, the trade in Bahia continued and merchants also carried out Indian textile trade in Luanda. See "Ofício do Juiz da Alfândega do Rio de Janeiro" on March 4, 1761, AHU, Rio de Janeiro, CA, doc. 21427/9; "Ofício do Governador de Angola" on June 21, 1761, AHU, Angola, cx. 44, doc. 44; "Carta Régia" on November 17, 1761, IHGB, lata 81, pasta 2; "Conta do Governador de Angola" on January 7, 1765, AHU, cód. 409, fl. 19v.-20; "Ofício do Governador de Angola" on July 14, 1766, AHU, Angola, cx. 50, doc. 24; "Ofício do Governador de Angola" on August 8, 1766, ANTT, Ministério do Reino, maço 600, cx. 703; "Carta do Governador de Angola" on May 7, 1768, AHU, cód. 408, fls. 159v.-161; "Ofício do Governador de Angola" on March 13, 1770, AHN, cód. 3, fls. 49v.-50v.; "Ofício do Governador de Angola" on March 16, 1770, AHN, cód. 3, fls. 52-54; "Carta do Governador de Angola" on July 5, 1770, BNL, cód. 8743, fl. 213v.; "Ofício do Governador de Angola" on July 8, 1770, AHN, cód. 3, fls. 63-65. In 1772, Lisbon took far stricter measures and prohibited the Indian textile trade in Luanda as well. See "Carta Régia" on June 19, 1772, AHU, cód. 472, fls. 144-148v.; "Alvará" on July 8, 1772, AHU, Angola, cx. 56, doc. 47; "Instruções para o Governador de Angola" on July 10, 1772, AHU, cód. 472, fls. 17-22; "Ofício do Governador de Pernambuco" on November 12, 1772, AHU, Pernambuco, cx. 113, doc. 8719. See also AHN, cód. 270, fls. 202-203v. Neither of these policies was successful, though, and the Indian textile trade continued in Brazil and Angola. For the continuing trade of Indian textiles in Brazil, see "Carta de Martinho de Mello e Castro" on March 14, 1778, AHU, cód. 1258; "Consulta da Junta de Comércio" on May 21, 1778, AHU, cód. 962; "Ofício da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro" on July 17, 1802, ANTT, Junta do Comércio, maço 10, cx. 36. For the late commerce of Indian textiles in Angola in the 1820s, see "Carta do Governador de Angola" on May 16, 1826, AHN, cód. 157, fls. 288-288v.; "Carta do Governador de Angola" on May 12, 1728, AHN, cód. 159, fls. 135-135v.

In the case of Angola, although Luanda was better equipped to provide technical assistance and supplies for ships bound from India to Portugal, the governor of Angola argued that ships kept passing the city over in favor of Benguela because of the widespread corruption and understaffed bureaucracy that created an environment conducive to Indian textile smuggling.⁵⁴ Between 1776 and the early 1790s, for example, at least seven ships bound from India traded widely in Indian textiles in Benguela.⁵⁵ The smuggling of Indian textiles in Angola, coupled with the rise of Rio de Janeiro in the commerce between Portugal and Asia, made textiles readily available to Brazilian merchants. As a result, either through smuggling or because expeditions to procure Indian textiles in Portuguese-influenced India were often financed from Brazil, Brazilian investors continued having access to Indian textiles well into the eighteenth century.⁵⁶

In Benguela, the investments of the Lisbon-based João Henrique de Menezes in the 1750s illustrate how easy access to Indian textiles in Bahia gave Brazilian merchants a commercial edge over metropolitan merchants. To handle dealings in Benguela, Menezes relied on a partner based in

⁵⁴ "Ofício do Governador de Angola" on October 15, 1786, AHU, cx. 71, doc. 54. Indian textile smuggling was so pervasive that it even involved the governor of Benguela himself. See "Carta de Rafael Corrêa de Souza e Mello" on September 11, 1786, AHU, cx. 71, doc. 47; "Ofício do Governador de Benguela" on September 11, 1787, AHU, cx. 72, doc. 58.

⁵⁵ "Carta do Governador de Angola" on September 11, 1779, AHN, cód. 81, fls. 157-158; "Resumo da Negociação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba" in 1779, AHU, Pernambuco, cx. 135, doc. 10115; "Carta da Junta de Administração da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba" on January 23, 1782, AHMF, Livro 291, Benguela. See also "Mapa das Escalas do Navio São José" on August 7, 1784, AHU, Angola, cx. 69, doc. 19; "Livro de Registro da Receita e Despesa da Real Fazenda em São Felipe de Benguela" between 1785 and 1787, Tribunal de Contas, Erário Régio, Livro 4198, fls. 6, 6v., 11; "Carta do Governador de Benguela" on September 22, 1792, AHU, Angola, cx. 77, doc. 64; "Ofício do Governador de Angola" on December 30, 1792, AHN, cód. 246, fl. 22v.; "Carta do Juiz de Fora de Benguela" on August 5, 1786, AHU, Angola, cx. 71, doc. 44.

⁵⁶ Approximately 40 percent of the ships that sailed from Lisbon to Asia called into Brazil (primarily Rio de Janeiro) between 1779 and 1801. See "Navios saídos de Lisboa", Tribunal de Contas, Erário Régio, livro 4108. For details about how the Indian textile trade was controlled from Rio de Janeiro, see Roquinaldo Ferreira, "Dinâmica do Comércio Intra-Colonial: Geribitas, Panos Asiáticos e Guerra no Tráfico Angolano de Escravos (Século XVIII)", in João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa, Maria Fernanda Baptista Bicalho (eds.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2001, pp. 339-379. For the trade between Brazil and Goa in the early nineteenth century, see Rudy Bauss, "Textiles, Bullion and Other Trades of Goa: Commerce with Surat, other Areas of India, Luso-Brazilian Ports, Macau and Mozambique, 1816-1819", *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 34, no. 3, 1997, pp. 275-287; Luís Frederico Dias Antunes, "Têxteis e Metais Preciosos: Novos Vínculos do Comércio Indo-Brasileiro (1808-1820)" in João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa, Maria Fernanda Baptista Bicalho (eds.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2001, pp. 379-421.

Luanda, João Xavier de Proença, in addition to two agents in Benguela, José Fernandes de Sá and Manoel José de Abreu. Menezes' dealings extended as far as Kakonda in the interior of Benguela and also included agents in Rio de Janeiro, Pernambuco and Bahia. Still, he could not afford to offer credit in conditions as favorable as those offered by agents sent to Benguela by merchants based in Brazil.⁵⁷ While goods shipped by Menezes from Lisbon to Benguela were consigned to Benguela merchants with interest rates as high as 50 percent, agents of Brazilian merchants charged only 15 percent for goods they received from Brazil.⁵⁸

The reason why agents handling Brazil-based merchant's business in Benguela were able to offer credit on more favorable conditions than agents working for Lisbon-based merchants was because they purchased Indian textiles at cheaper prices in Bahia. Furthermore, metropolitan merchants might have lacked expertise and the right connections when they tried to trade for Indian textiles in Bahia. In 1759, for example, João Xavier de Proença, the Luanda-based partner of Menezes, received a letter from Bahia indicating that not even after the arrival in Bahia of *naus da Índia*, when the offer of Indian textiles in Bahia was normally higher, would he be able to buy the textiles that Menezes needed to trade in Benguela: "I have tried hard to purchase the *linhas* (fabrics) that you have requested, but to no avail. As soon as the *naus da Índia* arrive here, and if they are still available, I will ship you some".⁵⁹

The supply of Indian textiles to Benguela changed as Portugal began taking steps to strengthen Lisbon's participation in the Indian textile trade. Metropolitan policymakers still allowed ships sailing from India to stop over in Luanda and sell Indian textiles in 1761. However, they took a

⁵⁷ "Carta do Coronel António Paes de Faria" on June 1, 1759, BNL, CP, cód. 624, fl. 238; "Carta do Coronel António Paes de Faria" on July 28, 1759, BNL, CP, cód. 624, fl. 240; "Carta de João Henrique de Menezes" on August 3, 1759, BNL, CP, cód. 632, fls. 174-174v.; "Carta de José Fernandes de Sá" on August 18, 1759, BNL, CP, doc. 620, fl. 234; "Carta para João Xavier de Proença" on December 22, 1759, BNL, CP, cód. 619, fls. 11-11v.

⁵⁸ "Carta de Manoel José de Abreu" on May 26, 1759, BNL, CP, cód. 632, fls. 175-177.

⁵⁹ "Carta para João Xavier de Proença" on March 18, 1760, BNL, CP, doc. 620, fl. 231. The difficulties to meet Proença's request were probably the result of the high demand for Indian textiles in Bahia and the fact that this trade was controlled by well-established investors in Brazil who had their own interest in Angolan slaving. These difficulties, coupled with the sinking of a ship and high mortality among slaves taken to Brazil, led Menezes to pull out of the trade in early 1760. See "Carta de João Xavier de Proença" on March 24, 1760, BNL, CP, cód. 619, fls. 12-12v.

far stricter approach when merchants began using Luanda to sell Indian textiles to Brazil and prohibited the trade of Indian textile in Luanda as well. A transaction conducted by the Lisbon-based merchant Pedro José da Fonseca, who sailed to Goa to purchase textiles and used them to buy 450 slaves in Benguela, indicates that metropolitan regulations might have partially been successful in terms of strengthening the direct trade between Portugal and India.⁶⁰ By and large, however, the centralization of the Indian textile trade in Lisbon contributed to widespread smuggling of Indian textiles throughout the Atlantic.⁶¹

Links between Benguela, Luanda and Novo Redondo

The following section argues that in addition to exports of slaves to Brazil, the growth of the Benguela trade in the last two decades of the eighteenth century, when exports of slaves sometimes peaked at over 10,000 slaves per year, was also due to continuing ties between Benguela, Luanda and the Novo Redondo *presídio*. The links between Benguela and Novo Redondo were largely the result of the geographical proximity between the two regions, approximately 180 kilometers. The ties with Luanda, however, violated policies that the Luanda government had been trying to enforce since the 1760s, when authorities tried to create two distinct commercial outlets in the Angolan slave trade by preventing ships bound from Brazil to Luanda from conducting business in Benguela.⁶² The policy, which was difficult to implement because ships commonly called into Benguela on their way to north to Luanda, was triggered by complaints by the holder of the contract to collect duties on slaves exported from Luanda and by Luanda merchants.⁶³

⁶⁰ "Consulta da Junta do Comércio" on March 10, 1783, ANTT, Junta do Comércio, livro 121, fls. 122v.-125.

⁶¹ Ferreira, "Dinâmica do Comércio Intra-Colonial".

⁶² "Ofício do Governador de Angola" on July 10, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 68; "Ofício do Governador de Angola" on August 10, 1762, AHU, Angola, cx. 45, doc. 72.

⁶³ While the holder of the slave contract supported the policy because of the alleged illegal loading of slaves in Benguela, Luanda merchants endorsed it on the grounds that Benguela merchants took advantage of calls that ships

However, despite the prohibition, ships bound from Brazil to Luanda continued loading slaves in Benguela.⁶⁴ In 1782, for example, they carried between 500 and 600 slaves from Benguela to Luanda.⁶⁵ In 1789, the captain of a ship bound for Luanda was prevented from loading "slaves that had been purchased to be shipped from Luanda, where he has [most of] his business".⁶⁶ In the early 1790s, when the overall number of slaves shipped from Benguela increased further, authorities argued that those slaves taken to Luanda were only the ones who were not deemed fit for the Brazilian market.⁶⁷ In 1793, when the number of slaves taken from Benguela to Luanda stood at 2,000, the governor of Angola argued that slave merchants had developed a bias in favor of "Benguela" slaves.⁶⁸

The trade between Benguela and Luanda was, in fact, a result of long-standing links between the two cities that dated back at least to the early 1770s, if not before.⁶⁹ For example, Domingos Rodrigues, was probably conducting business on behalf of the Luanda merchant Manoel Antunes de Abreu when he died in the interior of Benguela in 1773.⁷⁰ In 1780, José de Souza, a Benguela-based merchant whose business activities were significant enough to allow him to own a ship, stated in his will that part of his dealings were carried out on behalf of Luanda merchants.⁷¹ In 1788, five of the most

bound from Brazil to Luanda made in Benguela to unduly purchase cargos that Luanda merchants had requested from Brazil. See "Ofício da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro" on March 27, 1763, AHU, Rio de Janeiro, cx. 56, doc. 128; "Conferência do Comércio" on June 15, 1765, AHN, cód. 5509, fls. 13v.-14 and AHN, cód. 12289, fl. 23v.

⁶⁴ "Carta do Governador de Angola" on January 31, 1779, AHN, cód. 81, fls. 121-122v.

⁶⁵ "Ofício do Governador de Benguela" on June 16, 1782, AHU, Angola, cx. 65, doc. 14; "Carta de José Antônio Ferreira Dias" on March 10, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 18.

⁶⁶ "Depoimento de Tomaz Lopes da Silva" on September 24, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49; "Depoimento de Lourenço Pereira Tavares" on September 25, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49.

⁶⁷ "Carta do Governador de Benguela" on June 21, 1791, AHN, cód. 440, fls. 4-10.

⁶⁸ "Ofício do Governador de Benguela" on January 23, 1793, AHU, Angola, cx. 78; "Ofício do Governador de Angola" on March 3, 1794, AHU, cód. 1633, AHU, cx. 80, doc. 21. Like Luanda merchants in 1765, the governor of Angola argued in 1791 that the trade in Benguela was negatively affecting Luanda because goods that ships were presumed to take to Luanda to finance the trade in slaves in the Luanda hinterland were being used to purchase slaves in Benguela. See "Carta do Governador de Angola" on August 19, 1791, AHU, cód. 1628; "Carta do Governador de Angola" on October 11, 1791, AHU, cód. 1628.

⁶⁹ "Conta do Custo e Costeamento" in 1763, AHU, Angola, cx. 48, doc. 19.

⁷⁰ "Testamento de José Rodrigues" on September 12, 1773, ANTT, FF, JU, África, maço 27, doc. 8.

⁷¹ "Testamento de José de Souza" on April 15, 1780, ANTT, FF, JU, África, maço 21, doc. 12 and ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 B, fls. 30-35.

prominent merchants in Luanda, Manoel da Cruz, João de Oliveira Dias, Matias Alvez da Silva, Manoel de Souza Guimarães and José Nogueira da Rocha, declared their business in Benguela was being damaged by Benguela authorities.⁷² In 1789, the Benguela-based merchant Francisco Xavier dos Reis appointed several executors to handle his debts and credits in Luanda when he wrote his will.⁷³ Given the fact that Luanda merchants had consistently invested in Benguela, it is not surprising that at least 3,000 slaves were taken from Benguela to Luanda between 1798 and 1800.⁷⁴

In addition to investing directly in Benguela, Luanda merchants were also important players in the trade in Novo Redondo, which became increasingly important as a place from which slaves would be shipped either to Luanda or Benguela in the 1790s. One of the agents Benguela merchants sent to Novo Redondo was António Rodrigues dos Santos, for example, who was described as a mixed-race man "born in Rio de Janeiro, 35 years old, single, merchant".⁷⁵ Between 1792 and 1794, the Luanda administration established Benguela as the primary partner of the Novo Redondo *presídio* in the trade. As a result, merchants based in Novo Redondo could ship slaves to Benguela that they had purchased with goods borrowed from Benguela merchants, as well as slaves bought with goods from Luanda merchants.⁷⁶ Although the policy was phased out in 1794 due to the increase of unofficial slaving in Benguela, Luanda merchants continued to be important investors in Novo Redondo throughout the 1790s.⁷⁷

⁷² "Representação dos Negociantes de Luanda" in 1788, AHU, Angola, cx. 74, doc. 18. Manoel de Souza Guimarães was married to the sister of one of the most important Benguela merchants, António José Barros, who lent Guimarães goods to trade in slaves and maintained commercial ties with him well into the 1790s. See "Testamento de António José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A, fl. 8.

⁷³ "Testamento de Francisco Xavier dos Reis" on December 4, 1789, ANTT, FF, JU, África, maço 24, doc. 17.

⁷⁴ "Carta do Governador de Benguela" on January 1, 1799, AHN, cód. 256, fls. 183-185; "Ofício do Governador de Benguela" on January 2, 1800, AHN, cód. 442, fls. 113-113v.; "Requerimento de José Lopes Jordão" on July 7, 1800, AHU, Angola, cx. 96, doc. 4; "Ofício do Governador Interino de Benguela" on January 9, 1801, AHN, cód. 442, fls. 152-153; "Ofício do Governador Interino de Benguela" on January 9, 1801, AHN, cód. 442, fls. 161v.-163. For further evidence of Luanda merchant's investments in Benguela, see "Ofício do Governador Interino de Benguela" on January 21, 1801, AHN, cód. 442, fls. 165v.-166v.

⁷⁵ "Notícias do Presídio de Novo Redondo" on October 25, 1797, IHGB, lata 31, pasta 9, fl. 14v.

⁷⁶ "Carta do Governador de Angola" on February 18, 1792, AHU, cód. 1628.

⁷⁷ "Instruções" on December 6, 1792, AHU, cód. 1634; "Ofício do Governador de Angola" on November 4, 1794, AHU, cód. 1630. For Luanda investments in Novo Redondo, see "Testamento de António Xavier de Cairos" on

Despite the fact that Luanda merchants invested in Novo Redondo and the fact that a few Novo Redondo merchants were able to operate on their own, most of funding for the trade in Novo Redondo came from Benguela merchants.⁷⁸ In 1797, for example, an official in charge of Novo Redondo reported that "most of the business in this *presídio* is controlled by Benguela merchants".⁷⁹ Between January 1798 and January 1799, at least 400 slaves were shipped from Novo Redondo to Benguela.⁸⁰ One of the merchants sent from Benguela to Novo Redondo was Jerônimo Nunes Colares, who was described as "born in Lisbon, 38 years old, widowed, merchant, and captain of the Benguela militia, living in this *presídio* [Novo Redondo] where he came [from Benguela] to deal with several pending issues related to his business".⁸¹ Colares went to Novo Redondo with goods that belonged to three of the most significant Benguela merchants, João Pedro Barrocas, Joaquim José Coimbra and Antonio José Vianna.⁸²

March 29, 1795, ANTT, FF, JU, África, maço 16, doc. 7, fls. 43-45v.; "Carta do Governador de Angola" on March 3, 1796, AHU, cód. 1632; "Ofício do Governador de Angola" on November 4, 1794, AHU, cód. 1630; "Ofício do Governador de Angola" on November 4, 1794, AHU, cód. 1630; "Carta do Governador de Benguela" on March 15, 1794, AHN, cód. 440, fls. 18v.-19v.; "Carta do Regente de Novo Redondo" on April 1, 1798, AHN, cód. 256, fls. 75v.-77; "Carta do Regente de Novo Redondo" on November 11, 1798, AHN, cód. 256, fls. 172-173; "Carta do Regente de Novo Redondo" on November 30, 1798, AHN, cód. 256, fls. 174v.-175; "Carta do Governador de Angola" on September 30, 1818, AHN, cód. 155, fls. 38v.-39.

⁷⁸ For Novo Redondo merchants who were able to operate on their own, see "Testamento de Francisco Pereira Silva" on March 3, 1796, ANTT, FF, JU, África, maço 23, doc. 11; "Ofício do Governador de Benguela" on October 9, 1797, AHN, cód. 442, fls. 51v.-52; AHN, cód. 256, fls. 31v.-32v.; "Portaria do Governador de Angola" on November 16, 1798, AHN, cód. 2267, fl. 159; "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 12, 1799, AHN, cód. 256, fls. 197-198.

⁷⁹ "Carta do Tenente Regente do Presídio de Novo Redondo" on August 7, 1797, AHN, cód. 256, fls. 4v.-5v.; "Carta do Tenente Regente de Novo Redondo" on November 30, 1798, AHN, cód. 256, fls. 174v.-175; "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 12, 1799, AHN, cód. 256, fls. 197-198.

⁸⁰ "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 22, 1798, AHN, cód. 256, fls. 40v.-41v.; "Carta do Regente de Novo Redondo" on September 18, 1798, AHN, cód. 256, fls. 154-154; "Carta do Regente de Novo Redondo" on November 30, 1798, AHN, cód. 256, fls. 174v.-175; "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 12, 1799, AHN, cód. 256, fls. 197-198; "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 15, 1799, AHN, cód. 256, fls. 199-200.

⁸¹ "Notícias do Presídio de Novo Redondo" on October 25, 1797, IHGB, lata 31, pasta 9, fl. 14.

⁸² "Testamento de Jerônimo Nunes Colares" on April 18, 1796, ANTT, FF, JU, África, maço 19, doc. 6, fls. 9v.-11.

The merchant community

While the number of *pumbeiros* (petty traders) supplying slaves to coastal Benguela was estimated at almost 900 individuals in 1798, the number of merchants dealing slaves in Benguela city was estimated between 33 and 50 between 1778 and the 1790s.⁸³ These merchants were responsible for the shipment of thousands of slaves to several Brazilian ports, primarily Rio de Janeiro, as they were either owners or co-owners of half of the fleet of slave ships and dealt in slaves on behalf of Brazilian commercial houses.⁸⁴ During two judicial investigations conducted in 1780 and 1798, one-third of the 30 merchants interviewed each time were born in Bahia, Rio de Janeiro and Pernambuco, suggesting that many of the merchants in Benguela were in fact individuals born in Brazil.⁸⁵ One of them was a black soldier in the

⁸³ "Receita do Tesoureiro do Hospital de Benguela" in 1774, AHU, Angola, cx. 61, doc. 39; "Carta do Juiz de Fora de Benguela" on July 28, 1778, AHU, Angola, cx. 61; "Ofício do Governador de Benguela" on October 12, 1788, AHU, Angola, cx. 73, doc. 44; "Relação dos Negociantes da Praça de São Felipe de Benguela" on June 22, 1793, AHU, Angola, cx. 76; "Mapa das Pessoas Livres e Escravos de Benguela" on June 15, 1796, AHN, cód. 441, fl. 19; "Mapa das Pessoas Livres, Escravos e Casas de Sobrado, Terras, Cobertas de Palha, e Sanzalas" in Benguela in 1796, IHGB, lata 81, pasta 2. The information about the high number of petty merchants managing the slave supply networks to Benguela was revealed inadvertently when Benguela officials conducted a census in the city in the late eighteenth century. Instead of including only the merchants operating out of coastal Benguela, authorities also included *pumbeiros* in the census. See "Mapa de Ocupações de Benguela"

in 1798, AHN, cód. 441, fl. 82; "Ofício do Governador Interino de Benguela" on August 17, 1800, AHN, cód. 442, fls. 123v.-129. Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*. Lisboa: 1937, vol. 1, pp. 38-39.

⁸⁴ "Ofício do Governador de Benguela" on January 6, 1797, AHN, cód. 442, fl. 27. In 1799, when French corsairs attacked four ships in Benguela, the city's merchants were left with only one vessel of their own. See "Ofício do Governador de Benguela" on April 18, 1799, AHN, cód. 442, fls. 86-87. For information on French corsairs in Benguela, see "Ofício do Governador de Benguela" on March 5, 1798, AHN, cód. 442, fls. 99v.-101; "Conta do Governador de Angola" on May 12, 1795, AHU, cód. 409; "Carta Régia" on September 22, 1796, AHU, cód. 546; "Termo de Vereação" on March 6, 1799, AHN, cód. 258, fls. 80-84; "Ofício do Governador de Benguela" on April 28, 1799, AHN, cód. 442, fls. 86-87; "Carta do Governador de Angola" on May 9, 1799, AHN, cód. 247, fls. 52v.-54; "Ofício do Governador de Benguela" on July 25, 1799, AHN, cód. 442, fls. 103-104; "Ofício do Governador de Benguela" on June 25, 1799, AHN, cód. 442, fls. 107-108; "Ofício do Rodrigo de Souza Coutinho" on March 17, 1800, AHN, cód. 254, fls. 159v.-161v.; "Depoimento de Thomaz Rodrigues" on June 23, 1800, AHN, cód. 2563, fls. 17v.-19v. The number of merchants that owned ships in Benguela in the late eighteenth century contrasts with the number of merchants who were able to do so in the first decade of the nineteenth century. According to Manoel Pinto Coelho, a former judge in Luanda, only one of the merchants then operating out of Benguela was a ship owner in 1811. The change was due to growth of the trade in northern Angola, which led merchants to leave Benguela and relocate to Cabinda and Loango after the British abandoned slaving in that area. See "Ofício do Desembargador Fiscal Manoel Pinto Coelho" on April 10, 1811, IHGB, DI 1132, 05.

⁸⁵ "Autos de Residência do Juiz de Fora de Benguela" in 1780, AHU, Angola, cx. 63, doc. 2; "Devassa contra João Batista dos Santos Boninate" in 1798, AHU, Angola, cx. 89, doc. 67.

Benguela *henrique* battalion, who was born in Bahia and "came to this city [Benguela] to trade in slaves".⁸⁶

Most of merchants in Benguela who had settled in the city as agents of Brazilian commercial houses were criminal and political exiles or had formerly been crewmembers on ships sailing between Brazil and Benguela. Individuals born in Brazil operated as *sertanejos* in the central highlands throughout Kakonda, Kilengues, Galangue and Huambo and in the coastal *presídio* of Novo Redondo. In 1796, for example, the first trip from Benguela to the Luvale region was undertaken by the Bahia-born José de Assunção Mello, who was regarded as the merchant most familiar with the trade and peoples of the interior of Benguela.⁸⁷ In 1800, Henrique Pedro de Almeida, a soldier born in Brazil who was stationed to Benguela by the Luanda government, was allowed to trade in the central highlands with goods provided by Joaquim Vieira de Andrade from Benguela.⁸⁸ In addition, at least three of the merchants operating out of the Novo Redondo *presídio* in the late eighteenth century were born in Brazil.⁸⁹

As demonstrated by the case of Frutuoso José Cruz, a commercial agent born in Rio de Janeiro who arrived in Benguela in 1780 at the age of 29 and held several positions in the local bureaucracy during 15 years in Benguela, individuals from Brazil became wealthy trading in slaves in Benguela.⁹⁰ By the time Rodrigues returned to Rio de Janeiro from Benguela in the mid-1790s, for example, he was so well connected that several Benguela merchants continued to rely on him to oversee the

⁸⁶ "Autos de Residência do Juiz de Fora de Benguela" in 1780, AHU, Angola, cx. 63, doc. 2.

⁸⁷ "Relação da Viagem que fiz desta cidade Benguela para as Terras do Lovar" in 1794, AHU, Angola, cx. 80; "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 6; "Ofício do Governador de Benguela" on January 2, 1798, AHN, cód. 441, fls. 45-48; "Ofício do Governador de Benguela" on July 2, 1803, AHN, cód. 442, fl. 238. See also Curto, "Movers of Slaves", p. 8.

⁸⁸ "Ofício do Governador Interino de Benguela" on August 17, 1800, AHN, cód. 442, fls. 123v.-129. For information on Joaquim Vieira de Andrade, see "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 11.

⁸⁹ "Notícias do Presídio de Novo Redondo" on October 25, 1797, IHGB, lata 31, pasta 9, fls. 14-15.

⁹⁰ "Autos de Residência do Juiz de Fora de Benguela" in 1780, AHU, Angola, cx. 63, doc. 2; "Certidão do Escrivão da Provedoria da Fazendas dos Defuntos e Ausentes de Benguela" on April 22, 1785, ANTT, FF, JU, África, maço 8, doc. 1B; "Relação dos Negociantes da Praça de São Felipe de Benguela" on June 22, 1793, AHU, Angola, cx. 76; "Certidão de Frutuoso José da Cruz" on September 27, 1796, AHU, Angola, cx. 84, doc. 38. See also Tribunal de Contas, livro 4198, fl. 3.

offloading and sale of slaves they shipped to Rio de Janeiro. In the 1790s, Rodrigues was the contact in Rio de Janeiro of José Antônio de Carvalho from Benguela.⁹¹ One year later, he was the contact that Joaquim Antônio da Roza appointed in Rio to handle slaves shipped from Benguela and pay debts in Lisbon.⁹² In the same year, two children of the largest merchant participating in the Benguela trade, Antônio José de Barros, were living in Rodrigues' house in Rio de Janeiro.⁹³

Two other examples shed further light on merchants born in Brazil who were successful trading in slaves in coastal Benguela. The first was José Rodrigues Maia, who settled in Benguela as an impoverished criminal exile in the mid-1760s.⁹⁴ Maia became the local representative of the Portuguese company created to strengthen the slave trade to Grão Pará and Maranhão and was responsible for shipping 16,586 slaves to Brazil between 1772 and 1786.⁹⁵ By mid-1786, Maia was so influential that one of the commanders of the expedition that the Luanda government sent to Cabo Negro in 1796 remarked on Maia's role in the authorities' decision to organize the expedition. According to the commander, Maia promised to support the expedition in exchange for exclusive rights to embark slaves in Cabo Negro.⁹⁶

⁹¹ "Primeiro Testamento de José Antônio de Carvalho" on January 8, 1798, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5.

⁹² "Testamento de Joaquim Antonio da Roza" on September 12, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 12, doc. 8.

⁹³ "Testamento de Antônio José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3A.

⁹⁴ "Memória sobre o Abuso Pernicioso do Comércio deste Sertão" on November 12, 1786, AHU, Angola, cx. 71, doc. 60.

⁹⁵ Carta da Junta de Administração da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba" on March 14, 1781, ANTT, AHMF, livro 291; "Carta da Junta de Administração da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba" on January 23, 1782, ANTT, AHMF, livro 291; "Carta da Junta de Administração da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba" on May 17, 1782, ANTT, AHMF, livro 291.

⁹⁶ "Ofício de Luiz Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado" on September 26, 1785, AHU, Angola, cx. 70, doc. 49. Maia left for Rio shortly thereafter and never fulfilled his promise. In the end, the expedition to Cabo Negro was primarily funded by another Benguela merchant, Gregório José Mendes, who was appointed commander of the expedition after contributing 500 slaves to work as porters. For information on Mendes' role as the commander of the expedition and his business in Benguela, see "Ofício de Antônio José Valente" on June 29, AHU, Angola, cx. 70. "Carta Patente de Gregório José Mendes" on January 17, 1786, AHN, cód. 311, fls. 58-58v.; "Carta do Governador de Angola" on August 3, 1786, AHU, cód. 1642; "Carta do Governador de Angola" on August 12, 1787, AHU, cód. 1642; "Carta do Governador de Angola" on February 26, 1788, AHN, cód. 82, fl. 117v.-118; "Testamento de Domingos Rodrigues" on September 12, 1773, ANTT, FF, JU, África, maço 28, doc. 8, fls. 28v-29v. For details about Mendes' Portuguese background, see ANTT, FF, JU, África, maço 29, doc. 10.

Maia's career in the military suggests that he was either mixed race or black, since before becoming the commander of the Benguela fort and an artillery captain in 1775, he was the captain of black soldiers (*guerra preta*).⁹⁷ Although he left for Rio in 1786, Maia returned to trade slaves in Benguela in the early 1790s.⁹⁸ By then, he was a close associate of two other merchants, Frutuoso José da Cruz and Antônio José da Costa. He was so creditworthy that other Benguela merchants would rely on him for credit to purchase goods in Rio and ship to Benguela. In 1790, for example, the Benguela-based Francisco Dias de Oliveira obtained a *letra de risco* (bill of risk) from Maia that allowed him to obtain 5,073.512 réis from Rio merchants Manoel José Mesquita, José Gonçalves Marques and Antônio José Cunha. The money was to be used to purchase goods in Rio and was to be paid back eight months after the goods arrived in Benguela.⁹⁹

Another successful Brazil-born merchant in Benguela was the mulatto Joaquim José de Andrade e Souza Menezes. Souza Menezes was arrested on charges of trying to undermine the authority of the Benguela governor by requesting a position in the Benguela bureaucracy directly to the Luanda government in the 1780s. He later rose to become a significant merchant in the late 1790s.¹⁰⁰ By then in his mid-thirties, Menezes was a captain in the Benguela militia and his business connections sprawled throughout Kakonda, Huambo and Novo Redondo.¹⁰¹ In 1799, he was reportedly providing financial support to build a new church in Benguela.¹⁰² He was also the co-owner of a slave ship and had commercial partners in Rio de Janeiro and Lisbon.¹⁰³

⁹⁷ "Carta Patente para José Rodrigues Maia" on July 6, 1776, AHU, Angola, cx. 77, doc. 66.

⁹⁸ "Carta do Governador de Angola" on January 17, 1791, AHU, Angola, cx. 75, doc. 2.

⁹⁹ "Letra de Risco" on April 26, 1790, ANTT, FF, JU, África, maço 19, doc. 13; "Testamento de Francisco Dias de Oliveira" on August 20, 1790, ANTT, FF, JU, África, maço 19, doc. 13, fls. 102-106.

¹⁰⁰ "Petição de Joaquim José de Andrade e Souza Menezes" in 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49.

¹⁰¹ In 1800, for example, the governor of Benguela ordered the arrest of José Maria de Souza Ribeiro, then in Kakonda, who owed a significant amount of goods to Joaquim José de Andrade e Souza Menezes. See "Carta do Tenente Regente do Presídio de Novo Redondo" on August 7, 1797, AHN, cód. 256, fls. 4v.-5v.; "Ofício do Governador de Benguela" on October 30, 1797, AHN, cód. 442; "Carta do Regente de Novo Redondo" on January 12, 1799, AHN, cód. 256, fls. 197-198.

¹⁰² "Ofício do Governador de Benguela" on October 24, 1799, AHN, 441, fl. 109.

¹⁰³ "Ofício do Governador de Benguela" on August 12, 1796, AHN, cód. 442, fls. 13v.-14; "Depoimento de Inácio Teixeira Carneiro" on December 4, 1798, AHU, Angola, cx. 89, doc. 67.

By and large, however, the Benguela merchant community was comprised of Portuguese individuals who, like the Brazilians, had come to Benguela as agents of Brazilian commercial houses. As demonstrated by José Curto, most of them had, in fact, "become" Brazilians by way of prolonged stays in Brazil before settling in Benguela.¹⁰⁴ In 1796, for example, the father of a merchant who had died on the way from Benguela to Bahia stated that his Portuguese son had "left for the United States [Brazil], where he lived for some time, and was coming from Benguela [where he worked as a commercial agent] to the city of Bahia".¹⁰⁵

Once they settled in Benguela, merchants could still be sent away to regions as far away as Mbailundo and Galangue to trade in slaves on behalf of financial sponsors based in Benguela. In 1789, for example, Manoel José da Cruz reported that he was a "merchant in this *praça* [Benguela] and had lived several years in Cumbira [Huambo], where I [still] conduct most of my business and where I send my agents and from where I receive most of [the] slaves [I buy]".¹⁰⁶ To trade in the interior, these merchants created family ties with Africans, as demonstrated by José António Carvalho, who lived in Rio before moving to Benguela and eventually settled in Galangue in 1789 where he fathered at least two children by African women who were subject to two African headmen named Nguingolo and Kaulokoxo.¹⁰⁷

As pointed out by José Curto, "that so few of the Brazilian traders residing in this central Angolan port town around 1791 were still there towards the end of 1797 points to an extremely high turnover rate within this diasporic community. One cause was certainly the disease environment in Benguela, which exacted a steep death toll amongst all foreigners. Another was far less lethal. If they survived, the trade representatives dispat-

¹⁰⁴ Curto, "Movers of Slaves".

¹⁰⁵ "Autos de Habilitação de António Manoel" in 1786, ANTT, FF, JU, África, maço 3, doc. 14.

¹⁰⁶ "Petição de Manoel José da Cruz" in 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49. Cruz later clarified that he had actually lived 20 years in the interior of Benguela and that he still maintained a hub there for his agents and to keep goods used to trade for slaves. See "Depoimento de Manoel José da Cruz" on September 23, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49.

¹⁰⁷ "Carta do Capitão Mor do Presídio de Caconda" on February 20, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49; "Depoimento de António Lourenço de Carvalho" in 1803, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5; "Primeiro Testamento de José António de Carvalho" on January 8, 1798, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5.

ched from Brazil to cattle Bay were eventually recalled home and replaced by fresh 'troops'".¹⁰⁸

The high turnover rate and the death of José Pedro Barrocas, one of the most affluent merchants in Benguela, was the reason why the governor of Benguela stated in 1796 that "the lack of former wealthy *moradores* who gave Benguela its reputation [in the trade] deeply hurts the city's economy".¹⁰⁹ In addition to being called back to Rio by their employers, some merchants relocated back to Brazil after amassing significant fortunes trading slaves. In 1796, for example, the *sargento mor* António José da Costa, who had been dealing in slaves in Benguela since 1774 and whose business sprawled as far inland as Mbailundo, left Benguela with his wife to go back to Brazil.¹¹⁰ Some merchants would also move away from Benguela to improve their business activities, as demonstrated by the case of Domingos Ferreira Leite. In 1797, Leite was listed in a census by the Benguela colonial administration as a Rio de Janeiro resident who owned a property in Benguela, but two years later, he began a successful career in Luanda.¹¹¹

At any rate, the turnover rate among merchants was so high that Lisbon unsuccessfully attempted to prohibit the colonial administration from issuing licenses for merchants to leave Benguela in the late eighteenth century.¹¹² The new policy was probably an effort to keep in Benguela a group of merchants who arrived to the city in 1797, since they were described by the governor of Benguela as "a new group of merchants who are creditworthy

¹⁰⁸ Curto, "Movers of Slaves", p. 7.

¹⁰⁹ "Ofício do Governador de Benguela" on August 12, 1796, AHN, cód. 442, fls. 13v.-14. For the death of Barrocas, see "Ofício do Governador de Benguela" on August 23, 1796, AHN, cód. 442, fls. 14v.-15; "Ofício do Governador de Benguela" on December 13, 1796, AHN, cód. 442, fls. 23-24.

¹¹⁰ "Depoimento de António José da Costa" on September 16, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49; "Carta de Francisco António do Amaral" on April 21, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 15; "Carta do Governador de Angola" on December 18, 1791, AHU, cód. 1628; "Ofício do Governador de Benguela" on July 27, July 27, 1796, AHU, Angola, cx. 84; "Ofício do Governador de Benguela" on August 23, 1796, AHN, cód. 442, fls. 14v.-15; "Ofício do Governador de Benguela" on December 13, 1796, AHN, cód. 442, fls. 23-24. In 1797, Costa still had a property in Catumbela near Benguela. See "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 50v.

¹¹¹ "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 7; "Carta do Governador de Angola" on March 2, 1799, AHN, cód. 247, fls. 43-44v.

¹¹² "Carta Geral desta Capitania (Benguela)" on March 28, 1798, AHN, cód. 441, fls. 31v.-35.

and reliable".¹¹³ Three of these merchants, Lourenço Joaquim, Francisco Alvares and José da Silva Teixeira, came from Rio de Janeiro.¹¹⁴ While Lourenço Joaquim and Francisco Alvares were ship owners, José da Silva Teixeira had reportedly amassed 25,000 *réis* during his previous career as a slave ship captain. In Benguela, Teixeira became the partner of the merchants José Pereira Guimarães and Manoel Gomes from Rio. In addition to coming to Benguela with goods worth 200,000 *cruzados* that belonged to merchants in Rio, Teixeira was the co-owner of a ship that partners were purchasing in Lisbon.¹¹⁵

To entice Teixeira to settle in Benguela, the governor offered him a high position in the army in 1796.¹¹⁶ The governor's enthusiasm was perhaps due to the fact that he wanted Teixeira to take over the commercial house previously managed by Lourenço Pereira Tavares, a prominent merchant who had passed away earlier that year. In 1797, a report by the colonial administration listed Benguela settlers and Teixeira was described as a "lieutenant of the [Benguela] militia, white, single, 37 year old merchant".¹¹⁷ As conditions in Benguela deteriorated in the late eighteenth century due to piracy off the coast and a collapse in the supply of Indian textiles to the city, a group of merchants suggested that if the colonial administration did not take steps to improve the situation, they would leave the city.¹¹⁸ Due to the fact that José da Silva Teixeira was one of three merchants living in Rio de Janeiro in 1803 who had withdrawn a *letra* written by a deceased Benguela merchant, it is possible he had relocated to Rio a few years after dealing in slaves in Benguela.¹¹⁹

¹¹³ "Ofício do Governador de Benguela" on March 16, 1797, AHN, cód. 442, fls. 30-32; "Ofício do Governador de Benguela" on February 28, 1797, ANTT, Ministério do Reino, maço 604, cx. 707.

¹¹⁴ "Ofício do Governador de Benguela" on January 24, 1797, AHN, cód. 442, fls. 27v.-28.

¹¹⁵ "Ofício do Governador de Benguela" on May 3, 1796, AHN, cód. 518, fl. 236.

¹¹⁶ "Ofício do Governador de Benguela" on August 12, 1796, AHN, cód. 442, fls. 13v.-14.

¹¹⁷ "Mapa das Pessoas Livres, Escravos e Casas de Sobrado, Terras, Cobertas de Palha, e Senzalas" in Benguela in 1796, IHGB, lata 81, pasta 2, fl. 8. In 1798, a Benguela merchant said, "I declare that I gave a young slave called João to captain José da Silva Teixeira to learn to be a sailor", which strongly suggests that Teixeira was living in Benguela. See "Primeiro Testamento de José António de Carvalho" on January 8, 1798, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5.

¹¹⁸ "Ofício do Governador de Benguela" on January 17, 1798, AHN, cód. 442, fls. 58-59v.

¹¹⁹ "Caderno de Receita e Despesa do Inventário de António Fernandes da Silva" on June 11, 1803, ANTT, FF, JU, África, maço 4, doc. 20.

The close links between Benguela merchants and Brazil are illustrated by their close family and cultural ties with Brazil. For example, the granddaughter of José de Souza, the holder of the Benguela salt contract and the local representative of the Companhia do Grão Pará e Maranhão in the 1770s, was living in Rio when he died in 1780.¹²⁰ The will of the Francisco Xavier dos Reis shows that he had fathered a child with his slave, Mariana, in Bahia before settling in Benguela.¹²¹ In 1799, the wife and child of Joaquim António da Roza, who was a doctor in Benguela and a small-time slave dealer, were living in Rio de Janeiro.¹²² In 1800, José Francisco indicated in his will that he was married in Rio and had two daughters there.¹²³

The case of António José de Barros, perhaps the largest merchant in Benguela in the late 1790s, perhaps best illustrates how family ties could link Benguela merchants to Rio de Janeiro. In 1796, Barros acknowledged in this will that he had,

spent time in Rio de Janeiro [where] [I] had sinful sexual intercourse with a mixed-race woman, Ana, who is a slave of the deceased Domingos Rebelo Pereira. After some time, [Ana] claimed she was pejada [pregnant], which I doubted (since she had already had several previous sexual relations) but because she insisted that I free her for the sake of the child she had in her womb and because of the promise that I made her to grant her freedom if I was the father of her child, I had to seek religious counseling with a confessor. After explaining the situation of Ana having already had sexual intercourse with other men, [the confessor] understood my uncertainty and I was exonerated of my promise to Ana. After several years, I came to know in this city [Benguela] that a boy named Feliciano was claiming to be my son [in Rio], and I decided to free him from slavery on principle and not because I was sure he was my son. The boy has been to this city [Benguela] recently and has returned to Rio.¹²⁴

¹²⁰ Souza's will named his granddaughter as heir of two-thirds of his assets. See "Testamento de José de Souza" on April 15, 1780, ANTT, FF, JU, África, maço 21, doc. 12; ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 B, fls. 30-35.

¹²¹ The Bahian daughter was named his heir when he wrote his will in 1789. See "Testamento de Francisco Xavier dos Reis" on December 4, 1789, ANTT, FF, JU, África, maço 24, doc. 17.

¹²² "Testamento de Joaquim Antonio da Roza" on September 12, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 12, doc. 8.

¹²³ "Testamento de José Francisco" on May 28, 1800, ANTT, FF, JU, África, maço 15, doc. 6.

¹²⁴ "Testamento de António José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A, fls. 16-17.

Furthermore, religion and education contributed to the links that Benguela merchants held with Rio de Janeiro. As indicated by the governor of Benguela, some merchants would send their children born in Benguela to Rio de Janeiro for education.¹²⁵ In 1797, for example, a census of the Benguela population indicated that one of the children of the mulatto merchant, José Rodrigues de Magalhães, was in Rio studying.¹²⁶ In 1798, Antônio José de Barros sent three of the children he had fathered with slaves in Benguela to Rio de Janeiro, probably also to be educated.¹²⁷

In addition, some Benguela merchants were members of religious brotherhoods in Rio de Janeiro and often instructed the executors of their wills to conduct specific religious ceremonies in Rio following their deaths. Antônio José Barros, for example, was a member of four brotherhoods located in Rio: Santíssimo Sacramento e das Almas; Nossa Senhora da Glória; Santa Luzia de Nossa Senhora do Rosário; and Jerusalém.¹²⁸ According to the governor of Benguela, the city lacked an adequate number of priests and some residents had to hold religious ceremonies in Brazil.¹²⁹ José Antônio da Costa, for example, instructed the executor of his will that "on the occasion of my passing, masses shall be held in all convents and churches of Rio de Janeiro during two days".¹³⁰ José de Souza wrote in his will: "[I] state that the executor of my will shall make arrangements to perform 200 masses for my soul; 100 masses for my parents' souls; 100 masses on behalf of my siblings; and 100 for souls lying in purgatory. And because priests sometimes are lacking in this land [Benguela] the executor of my will is allowed to arrange for these masses to be held in Brazil, so that there is not a long delay".¹³¹ In 1798, José Antônio de Carvalho

¹²⁵ "Carta do Governador de Benguela" on February 28, 1798, AHN, cód. 256, fls. 59v.-61. For a description of a similar dynamic in Cabinda, see Martin, "Family Strategies in the Nineteenth-Century Cabinda", p. 73.

¹²⁶ "Notícias de Benguela e seus Distritos em 1797", IHGB, lata 32, pasta 2, fl. 7v.-8.

¹²⁷ ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A, fl. 16.

¹²⁸ Furthermore, Barros left instructions to the executor of his will that he wished to be buried in Rio de Janeiro at the *Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo* if he died in Rio. See "Testamento de Antônio José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3A.

¹²⁹ "Ofício do Governador de Benguela" on October 24, 1799, AHN, 441, fl. 109.

¹³⁰ "Testamento de José Antônio da Costa" on April 17, 1795, ANTT, FF, JU, África, maço 30, doc. 11.

¹³¹ "Testamento de José de Souza" on April 15, 1780, ANTT, FF, JU, África, maço 21, doc. 12.

wrote in his will that "the executor [of my will] will make arrangements so that 20 masses on behalf of my soul are held in Rio".¹³²

Trading networks

Both the number of slavers sailing from Benguela to Brazil and the percentage of slave ships arriving in Rio de Janeiro from Benguela in the late eighteenth and early nineteenth centuries demonstrate that Benguela was intimately connected to Rio de Janeiro. Miller calculates that between 1796 and 1828, at least 80 percent of the slave ships that set sail from Benguela were bound for Rio de Janeiro.¹³³ Manolo Florentino, on the other hand, has estimated that Benguela accounted for approximately half of the slave ships entering the port of Rio de Janeiro between 1795 and 1811.¹³⁴ The following section casts further light on the close ties between Benguela and Rio de Janeiro by focusing on commercial dealings and partnerships between merchants operating out of the two cities.

In 1794, Lourenço Pereira Tavares, a wealthy merchant born in Luanda who was also a member of the *Senado da Câmara* (Benguela chamber) and captain of the local militia, was prevented from embarking the number of slaves he had planned to ship to Brazil on his own vessel.¹³⁵ Although Tavares instructed the captain of the vessel to embark 200 slaves of his own and reserve the remainder of the space on the vessel for a group of Benguela merchants, his instructions were ignored by the ship's captain, who argued that he had orders from Tavares' partners in Rio to allow Tavares to embark only 82 slaves and reserve the remaining space on the ship for other Benguela merchants.¹³⁶

¹³² "Primeiro Testamento de José Antônio de Carvalho" on January 8, 1798, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5.

¹³³ Joseph Miller, "Legal Portuguese Slaving from Angola. Some Preliminary Indications of Volume and Direction, 1760-1830", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, vol. LXII, nos. 226-227, 1975, p. 145.

¹³⁴ Manolo Florentino, "Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)", Rio de Janeiro, Arquivo Nacional: 1995, p. 263.

¹³⁵ "Depoimento de Lourenço Pereira Tavares" on September 25, 1789, AHU, Angola, cx. 74, doc. 49.

¹³⁶ "Petição de Lourenço Pereira Tavares" on August 12, 1794, AHU, Angola, cx. 80, doc. 52.

This episode illustrates the fact that Benguela merchants were often subordinate to their primary financial sponsors in Brazil. The ship that Tavares claimed to own was in fact owned in partnership with merchants in Rio de Janeiro, which might explain why the ship captain refused to carry the number of slaves indicated by Tavares. The subordination and dependency were so acute, argued the governor of Benguela, that the city depended on Brazil for provisions for slaves taken across the Atlantic.¹³⁷ In 1799, the governor remarked that Benguela relied on "imports of commodities and other goods traded here, including manioc flour and other supplies, both for merchants, slaves [held for shipping to Brazil] and people in general".¹³⁸

Wills written by Benguela merchants also provide insight into the level of dependency on Brazil – primarily Rio – for capital funding. José Souza, for example, an important merchant in the late 1790s, did business with José Ferreira da Fonseca from Lisbon, but his primary deals were conducted with Jerônimo Pereira and his brothers in Rio, with whom he co-owned the ship *Nossa Senhora da Piedade*.¹³⁹ Luiz Antonio Gomes was the co-owner of the *corveta Nossa Senhora do Rosário Santo Antônio e Almas* together with the Rio-based Francisco José.¹⁴⁰ In 1795, José Antônio da Costa, who was the owner of the *sumaca São Lourenço*, had commercial ties with the Rio merchants Bernardo Lourenço Vianna, Antônio Teixeira Passos, and Manoel Ferreira da Cruz, Manoel de Souza Guimarães.¹⁴¹ In 1800, José Francisco had close links with the Lisbon-based José Pereira de Souza, but also worked in partnership with Rio-based Bernardo Lourenço Vianna from Rio.¹⁴²

¹³⁷ "Ofício do Governador de Benguela" on January 14, 1798, AHN, cód. 442, fls. 51v.-52. In Luanda, legislation mandating ships to carry supplies for slaves from Brazil had been in place at least since 1783. See "Portaria" on January 9, 1783, AHN, cód. 272, fls. 49v.-50; "Ofício do Governador de Angola" on September 2, 1790, AHN, cód. 83; "Ofício do Governador de Angola" on September 2, 1790, ANRJ, cx. 502.

¹³⁸ "Ofício do Governador de Benguela" on July 1, 1799, AHN, cód. 441, fl. 107v.

¹³⁹ "Testamento de José de Souza" on April 15, 1780, ANTT, FF, JU, África, maço 21, doc. 12.

¹⁴⁰ "Testamento de Luiz Antônio Gomes" on June 8, 1785, ANTT, FF, JU, África, maço 3, doc. 14.

¹⁴¹ "Testamento de José Antônio da Costa" on April 17, 1795, ANTT, FF, JU, África, maço 30, doc. 11.

¹⁴² Francisco owed money to several Rio merchants: 900,000 réis to Manoel José de Mesquita, 360,000 réis to Antonio Pedro de Moraes and 100,000 réis to Antonio Francisco da Silva Guimarães. See "Testamento de José Francisco" on May 28, 1800, ANTT, FF, JU, África, maço 15, doc. 6.

In addition to Brazil, Benguela merchants also held commercial ties with individuals based in several other cities throughout the Atlantic. In 1793, for example, Antônio Pinto de Almeida wrote in his will that payments for credits he owned should be made in Lisbon, Rio and Bahia.¹⁴³ In 1805, Aurélio Veríssimo Vieira, who was the owner of the ship *Nossa Senhora da Piedade* together with the Benguela-based Antônio Francisco dos Santos, had commercial ties with Lisbon, Bahia, Pernambuco and Luanda.¹⁴⁴ In 1798, Antônio Lourenço de Carvalho, a merchant who had spent several years in Galangue, declared that he had business with the Lisbon-based Doctor Tamagnini and Domingos Gomes Loureiro, as well as with Narcizo Alves Pereira and Frutuoso José da Cruz in Rio.¹⁴⁵

Antônio José de Barros provides an interesting example of Rio's hegemony in the trade with Benguela. Barros was appointed *sargento mor* of Benguela in 1787, after Gregório José Mendes was assigned to lead an expedition to Cabo Negro.¹⁴⁶ He had many debts when he arrived to Benguela in the early 1780s. He had been partner in Rio with Narcizo Luis Alves Pereira and Francisco Antônio de Araújo Pereira, to whom he still owed 79,294 réis in 1796. He was paying for a debt that his father had contracted with Francisco de Araújo Pereira in Rio, in addition to still having debts from his youth. Furthermore, Barros owed money to his brother from transactions in Rio with goods shipped from Porto to Rio by his brothers. In addition, Barros owed 1,767,408 réis in cash to his brother-in-law, Manoel Ferreira da Silva Guimarães, who had been sent to Luanda as a political or criminal exile in 1788.¹⁴⁷

In 1796, Barros appointed executors to his will in Bahia and Pernambuco and held close contacts with former Benguela merchants who had returned to Rio after decades in Benguela: "[I] declare that I have

¹⁴³ "Testamento de Antônio Pinto de Almeida" on January 31, 1793, ANTT, FF, JU, África, maço 5, doc. 3 A.

¹⁴⁴ "Testamento de Aurélio Veríssimo Vieira" on September 2, 1805, ANTT, FF, JU, África, maço 14, doc. 1, fls. 8v.-11v.

¹⁴⁵ "Primeiro Testamento de José Antônio de Carvalho" on January 8, 1798, ANTT, FF, JU, África, maço 22, doc. 5.

¹⁴⁶ "Carta Patente" on December 27, 1787, AHU, Angola, cx. 74, doc. 2.

¹⁴⁷ With the exception of the first debt just noted, which were to be paid with the proceeds of ten slaves sent to Brazil, all other payments were to be in cash. See "Testamento de Antônio José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A.

accounts with [the following Rio-based merchants] Narciso Luis Alves Pereira, Frutuoso José da Cruz, Captain José Maria Arsénio de Lacerda and António José da Costa (who left Benguela not long ago)".¹⁴⁸ However, his primary associate in Rio was Manoel Gonçalves Moledo, with whom he bitterly ended a commercial partnership in 1796 after receiving a letter with insults from Moledo in Benguela. Barros stated, "I had another commercial society with Captain Manoel Gonçalves Moledo, resident in the same Rio [de Janeiro]. Moledo owes me a significant amount of money, but has raised questions about the debt and has tried to damage my reputation so much that I found myself obligated to travel to Rio on my ship *Pensamento Feliz* to settle with him financial issues related to the commercial society".¹⁴⁹ Despite the end of the partnership with Moledo, Barros was still able to return from Rio to Benguela with a significant cargo of goods to trade in slaves.¹⁵⁰

Conclusion

The development of full-fledged trading networks in Benguela increased the volume of unofficial slaving in the eighteenth century. French ships first slaved off the coast of Benguela and then focused on Benguela, as lack of colonial control provided an ideal environment for illegal activities in the city. The establishment of a *presídio* in Novo Redondo was largely ineffective in curbing illegal activities and later further undermined the Luanda government's attempts to crack down on unofficial slaving. In Benguela, merchants from Brazil held an edge over the trade because of

access to trading networks that channeled Indian textiles to Bahia from far-flung Portuguese-influenced territories in India. The Benguela merchant community was made up of merchants born in Brazil and Portuguese nationals who held close ties to Brazil. Wills written by Benguela merchants provide evidence that they traded primarily with Rio de Janeiro and relied heavily on the city for funding.

¹⁴⁸ "Testamento de António José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A, fls. 13-14.

¹⁴⁹ "Testamento de António José de Barros" on September 10, 1799, ANTT, FF, JU, África, maço 2, doc. 3 A, fl. 15. For further information on Manoel Gonçalves Moledo, who was one of the chief merchants in Rio in the late eighteenth century, see Florentino, "Em Costas Negras".

¹⁵⁰ Although the ship bringing Barros back to Benguela was reputed to be one of the best sailing between Benguela and Rio de Janeiro, it was lost before it arrived back to Benguela. See "Ofício do Governador de Benguela" on March 5, 1798, AHN, cód. 442, fls. 55v.-56 and AHN, cód. 256; "Carta do Governador de Angola" on May 10, 1798, AHN, cód. 247, fls. 12-14.

Forced labour and European trade on the Gold Coast in the 18th and 19th centuries: the slave labour of Christiansborg Castle

PER HERNÆS*

In 1482 the Portuguese built their well known stronghold *São Jorge da Mina* on the Gold Coast to protect their trade monopoly.¹ The castle dominated European trade on the Coast for centuries, also after 1637 when it was conquered by the Dutch who ran it under the name of Elmina Castle. After the Portuguese demise three major enterprises gained permanent foothold: the Dutch at Elmina Castle, the English at Cape Coast Castle, and the Danes at Christiansborg Castle in Accra. The quest for gold was the prime engine of European commercial expansion, particularly on the Gold Coast where the value of gold exports exceeded that of slaves until the 1720s.² However, slaves played an important role from the outset: first, as an indispensable exchange item in the Portuguese enterprise on the Gold Coast where they imported slaves from São Tomé and the Gulf of Benin to the Gold Coast to fuel their trade in gold, secondly, as a complementary commodity, which from the mid-17th century gradually gained prominence in the overall West African export trade, and finally, as a permanent work force at the European trade establishments.

*Norwegian University of Science and Technology (NTNU) Trondheim.

¹ For two central works on Portuguese West African activities – in English – see J. Vogt *Portuguese Rule on the Gold Coast 1469-1682*, Athens: The University of Georgia Press, 1979, and Ivana Elbl 'The Portuguese trade with West Africa 1440-1521', PhD thesis, University of Toronto, 1986.

² P. Hernæs *Slaves, Danes, and African Coast Society*, Trondheim, 1995, pp. 318-20.

Intriguingly, the very channelling of African captives into the Atlantic slave trade depended, in part, on the labour of slaves who did not share the fate of the export slaves, but who guarded them, punished them, fed them, and eventually transported them beyond 'the point of no return'.

In the following I shall focus on this group of slaves. The overall aim is to show that the fort slaves developed characteristics of an incipient wage labour class, and I hope to corroborate such a thesis through a fairly detailed analysis of their function, role and place in the fort communities, their 'slave condition', their relations with the local African community, their collective identity, and their 'direction' when the Danes finally abolished slavery. I present a case study of the fort slaves at Danish Christiansborg. This case might have certain particularities due to the weak position of the Danes on the Coast. But, I contend that the major features described represent a common experience for all European establishments.

Danish trade

The first Danish base on the Gold Coast, *Fort Frederiksborg* at Cape Coast, was built in 1660. Shortly after the Danes obtained permission from the Accra king to build Christiansborg. Throughout the 17th century, however, the Danish establishment was in a precarious state. In 1685 Frederiksborg was taken over by the English. Christiansborg was saved by a re-consolidation of the Danish West India and Guinea Company in Copenhagen, seeing new opportunities in the escalating slave trade in the late 1690s. During the 18th century we see – in spite of temporary setbacks – a gradual expansion of the Danish establishment towards the Volta River in the east. In 1736 *Fredensborg* fort at Ningo was constructed. By the mid-1780s former lodges at Ada and Keta were made into *Fort Kongensten* and *Fort Prindsensten*. The building of these forts reflected a significant increase in Danish slave trading activities on the Gold Coast.³

³ For the history of Danish activities on the Gold Coast see, G. Norregaard, *Danish Settlements in West Africa 1658-1850*, Boston 1966; O. Justesen, 'Kolonierne i Afrika' in *Kolonierne i Asien og Afrika*, O. Feldbæk and O. Justesen, *Politikens Danmarkshistorie*, Copenhagen 1980; and Hernæs (1995), *op. cit.*

The total number of slaves exported from Africa on ships flying the Danish flag reached about 85,600 during the period 1660-1806.⁴ The total number of slaves shipped across the Atlantic (1451-1870) might have reached 13 million. The Danish proportion of such overall estimates was negligible (c. 0,7 per cent). For the Gold Coast, during the 1770s and -80s the Danish proportion of total annual average exports reached 11-12 per cent. European slave exports during the 18th century as a whole are estimated at 600,940, of which the Danes transported 32,150 or ca 5 per cent of the total.⁵ Danish trade on the Coast was modest; the economic and social influence of the Danish establishment was limited.

The fort community

We can hardly talk of European settlements on the Gold Coast until the 19th century. I prefer the term *fort community*.⁶ There were three distinct social groups in the fort community proper: Europeans, Eurafricans⁷ and fort slaves. The commercial staff and the military officers were Europeans. At first this group also included a small force of soldiers. This occupation was gradually taken over by the Eurafricans. The size and composition of the fort community changed substantially. In 1703 the total population was 50 persons. At the turn of the century the number had increased roughly nine times.⁸ The demographic profile of the fort community is shown in Fig. 1 (Appendix). The number of Europeans remained fairly stable. Population growth was due to recruitment of Eurafricans and, above all, to the large increase of the fort slave group, which during the last quarter

⁴ Hernæs (1995), p. 232.

⁵ *Ibid.*, p. 317.

⁶ See P. Hernæs 'European Fort Communities on the Gold Coast in the Era of the Slave Trade' in J. Everaert & J. Parmentier (eds.) *Shipping, Factories and Colonization*, Brussels: Académie Royale des Science d'Ostre-Mer, 1996, pp. 167-180.

⁷ The term is adopted from George E. Brooks *Eurafricans in Western Africa*, Oxford & Athens: James Currey and Ohio University Press, 2003. – Brooks used as a generic term for the children of European fathers and African mothers.

⁸ See Mandtals og Gage Rouller (Census and salary lists) 1793-1805, in *Sager til Guineisk Journal* (SGJ), Rigsarkivet (RA) – Danish National Archives.

1794-1805. Exact figures are: 1793: 533, 1795: 528, 1796: 448, 1797: 446, 1798: 467, 1800: 455, 1803: 444, 1805: 473.

of the 18th century constituted c.76 per cent of the total population. The number of fort slaves reached a peak in 1793 with 442 persons out of a total 533, or c.83 per cent.⁹

The European power base was extremely weak. Trade and security depended heavily on the goodwill and co-operation of local rulers. By the 18th century the nature of the early fort communities had changed: a process of expansion and, at the same time, 'indigenisation' had weakened their 'stranger' as well as enclave character. First, the Europeans had been forced to adapt to the ways and means of African society. Second, increased recruitment of fort slaves and enrolment of Eurafrican soldiers resulted in a numerical Africanisation of the staff employed at the fort. Third, fort communities developed a symbiotic relationship with the local towns that grew up under the fort walls as a result of the commercial activity. To a certain extent fort-and-town could be seen as a kind of 'extended fort community', and the relationship gradually transformed the European establishments from stranger enclaves to petty 'city states' which became actors in local politics and, thus, integral parts of the local African power structure.

The fort walls did not mark any physical boundary between fort and town. Members of all fort groups became integrated in familial or other social and economic networks in the local town. Fort slaves and Eurafrican soldiers lived within the town wards, and the European company staff often put up buildings in town to house their African wives and families. During the heyday of the slave trade the few Europeans could be seen as a commercial elite struggling to defend leadership over mixed, Afro-European fort communities. This changed from the 1820s when we see a clear re-Europeanisation.

To describe the role of 'extended fort communities' in the Atlantic trade Polanyi's concept 'port of trade'¹⁰ is useful: they were sea-ports, special zones of exchange where repeated transactions generated mutually accepted

⁹ Mandtals og Gage Roulle 1793, SGJ 95/1794, Generaltoldkammeret (GtK), RA.

¹⁰ Karl Polanyi, 'Ports of Trade in Early Societies', *The Journal of Economic History*, Vol. XXIII, 1963. See also, K. Polanyi et al., *Dahomey and the Slave Trade: An Analysis of an Archaic Economy*, Seattle and London: University of Washington Press, 1966, pp. 99. Note that Polanyi's notion of 'administered trade' tied to the concept does not quite fit in here.

standards of exchange, systems of value evaluation, and codes of conduct, possessing necessary facilities, such as storage, accommodation, carriage capacity and provisions. Local merchants and brokers had vital commercial expertise. Linguists and professional messengers played an important role in negotiations, and there were people who mastered the necessary skills in handling the various goods. Finally, the fort-and-towns were places where safety around transactions could normally be guaranteed.¹¹ Thus, the extended fort community constituted the primary commercial base for European enterprise on the Coast. The European fort merchants could draw on the institutional setting provided, and the lively intercourse and multitude of social and economic relations between fort and town gave access to important commercial networks covering the hinterland kingdoms, which were the main providers of gold and slaves.

Slave versus free labour

The fort slave group was a common feature of fort communities from the very beginning of the European enterprise. Portuguese *regimentos* from the early 16th century allowed for a staff of some 30 fort slaves at São Jorge da Mina.¹² The obvious *rationale* behind this was the need for labour. Handling and transport of goods and export slaves, construction and maintenance of buildings etc. required labour, and tropical diseases prohibited import of such labour from Europe. But, why slave - and not free labour?

Some historians would say that the question is irrelevant, no free labour market existed in pre-colonial Africa and thus there were no options. However, in West Africa such a labour market did develop as a function of the coastal trade.¹³ To give an example the so-called *remidors* (canoe men)

¹¹ For a description of the 'ports' on the Gold Coast, see e. g., R. A. Kea, *Settlements, Trade and Politics in the Seventeenth Century Gold Coast*, Baltimore 1982.

¹² J. Vogt (1979), pp. 46-47.

¹³ Kea's penetrating study of the Gold Coast economy and society in the 17th century reveals that here the institution of wage labour was well established at the time. See, R. A. Kea, *Settlements, Trade, and Politics in the Seventeenth-Century Gold Coast*, London 1983.

recruited from local fishermen, commuting between the ships at anchor and the shore, were an indispensable group. From the arrival of the Portuguese the Europeans had been forced to hire such free transport workers who were quite conscious of their labour value and thus demanded substantial wages, i.e. payment in goods or even gold.¹⁴ At the turn of the 17th century it was also common practice for slave ships to hire canoes with experienced remidor crews at the Gold Coast fort towns before proceeding to the Slave Coast to supplement their slave cargoes.¹⁵

Hopkins pointed out that the labour market was small, and the labour force mobile and had alternative opportunities. Free labour was expensive, and therefore slave labour was preferred.¹⁶ Danish evidence confirm this argument; when Christiansborg – in the 1720s and -30s – decided to expand its staff of fort slaves the high cost of free transport labour was a major reason.¹⁷ The Danes preferred *slave remidors*, but they did employ free remidors at least up to 1770,¹⁸ to deal with peak workloads. Apart from the cost, availability of free transport labour was unpredictable,¹⁹ and the work force was often unreliable and difficult to control: free remidors were independent free-lancers who would enter or leave the service at will. Specialised craftsmen such as masons, carpenters, blacksmiths, coopers etc., were originally sent out from Copenhagen, but gradually European artisans were replaced by slave craftsmen who were trained by a few

¹⁴ P. C. W. Gutkind, 'Trade and Labor in Early Precolonial African History: The Canoemen of Southern Ghana'. In *The Workers of African Trade*. Edited by C. Coquery-Vidrovitch and Paul E. Lovejoy, London: Sage Publications, 1985, pp. 25-49.

¹⁵ Christiansborg accounts for 1699 thus reveal that 'fifteen remidors with two big canoes' had been hired at the cost of 300 Rigsdaler to accompany a Danish slaver to the Slave Coast. See, Omkostnings Bog 1698-1703, 7 February 1699, Vestindisk-guineisk Kompani (VgK) 937, RA.

¹⁶ A.G.Hopkins *An Economic History of West Africa*. London 1973, pp. 24-25.

¹⁷ In 1724 Governor Suhm argued that to hire free remidors for one occasional transport assignment would cost the same amount as operating the fort's two to three canoes by slave remidors for a whole year. Von Suhm to Secret Raadet, Christiansborg, 28 Sept 1724, VgK 880, RA. – See also Note, Secret Protokol, Christiansborg, 10 April 1736/ Secret Protokoller (SP) 1736, VgK 881, RA.

¹⁸ See e. g. Secret Protokol, Vrisberg *et al.*, Christiansborg, 1 Sept 1769, Guineisk Kompani (GK) 146, RA.

¹⁹ Wage labour was only one of several possible income opportunities, and during the best fishing season at Accra a remidor's income from fishing might be much higher than what Christiansborg offered. Consequently free remidor labour might be hard to come by. – Note in Secret Protokol, Vrisberg *et al.*, Christiansborg, 1 Sept 1769, SP 1769, Guineisk Kompani (GK) 146, RA.

European supervisors. In this case free labour was no option due to the need for long-term training and a stable work force.

Finally, there was an important political motive behind the development of a fort slave establishment. A local ruler's power and status depended on his control of people, free subjects or personal retainers. The governor of a European fort was in a similar position: he had to command a sizeable 'following' to uphold a power balance with the local town and to preserve the fort's autonomy, authority and respect – as articulated by the Danish governor J. P. Wrisberg in 1806:

In all critical situations the inventory people [fort slaves] are the true strength of the fort, as the garrison is insufficient for its defence. When the local people observe that a fort has a small staff (of inventory people) they do not show the fort proper respect; yes, the Europeans are even exposed to contempt.²⁰

To conclude, economic costs, the need for a stable work force with certain skills, the issue of labour control, and political motivations combined in favour of slave labour.

Fort slave status

The term fort slave is used here to cover forms of bondage representing slightly different positions on a servitude continuum with respect to the rights exercised over the bonded person. Two main categories can be identified among the fort slaves at Christiansborg: (a) The 'company' or 'inventory' slaves who were considered property and thus listed in Account Books and Inventory Records together with buildings, trade goods and equipment at a fixed value in Danish Rigsdalers,²¹ and (b) the *pauns* (debt slaves) pledged as security for loans. The pawn could be

²⁰ See e. g. Pro Memoria, J.P.Vrisberg *et al.*, Christiansborg, 10 April 1806, SGJ, 794/1806, GtK, RA.

²¹ This group included individuals whom the fort agreed to buy upon request from their families, or who sold themselves for various reasons, on condition that they could be redeemed.

redeemed pending payment of the debt.²² In 1802 Thonning described the pawn's status thus:

To the [group of slaves] we can also reckon, in a way, free negroes who become pawns ... They have to work for the creditor as a slave and are considered slaves, except that [the master] dare not mutilate or kill them, in which case the debt is cancelled and the debtor has the right to claim compensation. When a pawn dies, or runs away, or misbehaves, the debtor has to pay the debt or offer an acceptable pawn in replacement.²³

Here Christiansborg adopted an institution that was common among the Akan and other people on the Coast.²⁴ What distinguished the formal status of *pawn* from *slave* was, first, that accepting a pawn involved recognised claims of compensation for maltreatment. The fort was responsible for his well-being. The debtor, however, had to guarantee good conduct by the person in question, or offer a replacement. Second, the fort slave status was not hereditary: the pawn's offspring would not be considered fort property even though the fort paid a small allowance to support such children.²⁵ Generally, slaves and pawns shared the same labour and living conditions. The majority of pawns were never redeemed. They were gradually included in the group of inventory slaves, and thus their status changed from semi-free to slave. In any case they were part and parcel of the forced labour employed at the fort.

²² For an authoritative study on pawnship, see Toyin Falola and Paul E. Lovejoy (eds.) *Pawnship in Africa: Debt Bondage in Historical Perspective*, Boulder, San Francisco, Oxford: Westview Press, 1994.

²³ Peter Thonning, 'Indberetning om det danske Territorium i Guinea...', Dept. for udenlandske Anliggender 302 (DfuA), Gruppeordnede Sager: Guinea 1775-1847, Lb.nr. 872/ RA, p. 21.

²⁴ See Akosua Perbi *A History of Indigenous Slavery in Ghana: From the 15th to the 19th Century*, Accra: Sub-Saharan Publishers, 2004; G. Austin 'Human Pawning in Asante, 1800-1950,' in Falola, T. and P. Lovejoy (eds.) *Pawnship in Africa: Debt Bondage in Historical Perspective*. Boulder USA, 1994, pp. 119-159; and T. R. Getz *Slavery and Reform in West Africa: Toward Emancipation in Nineteenth-Century Senegal and the Gold Coast*, Athens and Oxford: Ohio Univ. Press and James Currey, 2004.

²⁵ See e.g. 'Overleveringsforretning 1789', Guineiske Sager IV, GtK, R. A.

Demography, recruitment, and occupational pattern

A rough demographic picture of the 18th century fort slave population at Christiansborg is in Fig.2 (Appendix). We observe a modest increase from the 1730s, followed by a dramatic expansion from the 1770s when there was a boom in Danish slave trading on the Gold Coast. During the 19th century the numbers decreased, particularly after 1817 when a drastic reduction down to 50 was decreed from Copenhagen.²⁶ During the 1830s the number again increased to a maximum of 110 in 1838.²⁷ At the time of emancipation in 1848 the fort slave population was 67.²⁸

Data covering the 18th century indicate some interesting trends regarding sex and age distribution of the fort slave population as shown in Fig.3 (Appendix). The proportion of women was low, i.e. less than one-third, and from the mid-century the proportion of children dropped to about one-fifth, except for the 1780s.²⁹ This sex and age profile could be explained to the fact that male labour was most in demand. We should note, however, that it was also a result of the slave marriage policy adopted by Christiansborg, which allowed male fort slaves to marry women in local fort towns.³⁰ The Danes had no legal claims to the offspring of such unions: if the woman was free, her children were free; if she was a slave, the children became the property of her master.

The obvious consequence of such labour and marriage policies was that natural increase played a minor role in the recruitment of fort slaves. In the 1770s the Danes considered to improve the reproductive capacity of the fort slave population through 'slave breeding': male slaves were to be forced to take wives among the female fort slaves, and each male was to

²⁶ Gov. J.E.Richter til General toldkammeret (GtK), Christiansborg. 24 mars 1817, SGJ 1816-17, No 1562/1817, GtK, R.A.

²⁷ L. Dall & J. Wulff, Christiansborg 17 July 1839, SGJ 1839-40; No 870/1839, GtK, R.A. - Note that in this figure 39 royal slaves on the King's plantation *Fredriksø* were included.

²⁸ Gage Bog for de livegne 1847, Finansministeriet (FM), Revid. Guineiske Regnskaber 1847, R.A.

²⁹ Demographic data have been gathered from a variety of sources. Particularly important are the 'Mandals og Gagebøger', Inventarie Boger, Consumptie Boger, Omkostnings Boger, and 'Overleveringsforretninger' in the VgK, GtK, and GtK series of the Danish National Archives.

³⁰ The practice was probably a counter measure to limit the number of 'adultery palavers'.

be given two or three wives. Governor Froehlich, who launched the idea, was confident that the need to buy fort slaves would be eliminated within fifteen years or so; he even expected a surplus, which could be employed on prospective coffee and indigo plantations on the Coast.³¹ His successor promised the Board of Directors in Copenhagen to implement the breeding policy,³² but, if ever carried out the results were meagre.³³ Thus, the most important forms of recruitment were transfer of slaves originally meant for export, purchases made on explicit condition that the person be included in the permanent staff of fort slaves,³⁴ and – especially from the 1770s and 1780s – pawning. In 1789 we know that close to 35 per cent of the fort slaves were pawns,³⁵ and the ratio most probably stayed around one-third until the cutback instructions came in 1817.

The role of European forts as credit institutions was, of course, tied to the fact that they competed for trade and alliances. The increasing importance of such a function, however, also had to do with distortions of the locally established credit system. Credit and debt were well established factors in economic relations on the Gold Coast – at least from the early 17th century,³⁶ if not earlier, and so were the institutionalised practices of pawning and so-called *panyarring*. Credit was given on certain conditions: loans were to be paid within a fixed period of time, a substantial interest was involved, and the creditor was entitled to enforce sanctions in case of default. In cases where no security was pledged to guarantee the loan the creditor could resort to *panyarring*, which was a kind of ‘legalised kidnapping’ where the creditor seized by force one or more of the debtor’s family (or community) members who were kept as debt hostages. The practice

³¹ Governor Froehlich to Board of Directors, Christiansborg 31 March 1772; Kystdokumenter 1772, Guineisk Kompagni (GK) 18, R.A. – The Guinea Company, or Bargum Trading Society, in fact, conducted a survey to determine the feasibility of such a venture.

³² Gov. N.U. Aarestrup to Board of Directors, Christiansborg 31 December 1773; Kystdokumenter 1773, GK 19, R.A.

³³ By 1789 only twelve out of 111 male slaves were borne fort slaves, or 11 per cent. See Overleverings-forretning 1789, *op. cit.* – The pawn category is not included in the figures used here.

³⁴ See e. g. Inventory 1745/ VgK 952/ RA; ‘Resolution’, Christiansborg Council, 10 April 1736, Sekret protokol 1736, VgK 881, RA, and also examples in Sekretprotokol 1774, GK 149, RA, and Mandtals & Gage Bøger 1730, VgK 942; 1731–33, VgK 943; 1736, VgK 944; 1751, VgK 948/ RA.

³⁵ Overleverings-forretning 1789, *op. cit.* – 123 out of a total population of 356 were categorised as pawns.

³⁶ For a description of the local credit system, see, R. A. Kea (1982), *op. cit.*, pp. 236–48.

was regulated by customary law: debt claims were to be stated at public court hearings and judgement passed; if not, *panyarring* was considered illegal and would count as *zikkeding*, i. e. plain robbery.³⁷ Such was the norm, reality was different. In the 18th century ‘illegal’ kidnapping at the creditor’s own discretion became the rule rather than the exception – as part of a harsh ‘debt regime’, which also included excessive interest rates. According to Rømer: ‘the Negroes have very severe Laws among them with regard to debt matters ... in debt payments it is annually *Centum pro Centum*, so that one man slave by the end of the year has become two...’.³⁸ Interest rates at 100 per cent *pro anno* must have crippled debt service capacity and put a high premium on illegal use of force. We should also note that extra-legal *panyarring* was resorted to in unresolved disputes involving claims of compensation.

Such corruption of the *panyarring* institution invariably led to disputes and conflicts. Pawning must have stood out as a better alternative, although the high interest made debt slavery prolonged and frequently permanent. Moreover, the individual pawn also ran the risk of being sold off the coast. No doubt, the Atlantic slave trade magnified the negative sides of the local credit system.

European forts issued credit to traders, rulers, local ‘big men’, family or lineage heads: wealthy and poor. The importance of Christiansborg as credit institution increased dramatically during the latter half of the 18th century. Why such growing financial popularity? Apart from the expanding volume of trade, the answer lies in the nature of the fort’s ‘debt regime’. The Danes adopted *panyarring*, and they accepted pawns. But, whenever they wanted to set a warning example through *panyarring* they faced drawn-out conflicts and often lost out in the long run.³⁹ Experience

³⁷ A. R. Biørn to Christiansborg Council, Fredensborg 22 April, 1775, Palaver book (Pb) 1775–76, GK 156, RA. – See also Palaver 17 August, 1775, Pb 1775–76, GK 156, RA.

³⁸ L. F. Rømer *Tilforlædlig Efterretning om Kysten Guinea*, Copenhagen, 1760, p. 206. – See also H.C. Monrad *Bidrag til en Skildring af Guinea Kysten og dens Indbyggere*, Copenhagen, 1822, p. 98.

³⁹ See e. g. Note in Sekret Protokol, Christiansborg 19 June, 1725, Sekret Protokoller (SP) 1724–26, VgK 880, RA; Note in Sekret Protokol, Christiansborg 3 October 1727, SP 1727–29, VgK 880, RA; Gov. Aarestrup to Council, Christiansborg 28 July 1774, SP 1774, Guineisk Kompagni (GK) 149, RA; Note, Biørn and Gionge, Christiansborg 1 August 1774, SP 1774, GK 149, RA. Also, Council to Board of Directors, Christiansborg 25 October 1769, GK 15, R. A.

prescribed great caution; instead, the Danes preferred the pawning system. However, they did not sell pawns in cases of default: pawns were safe, and the debtor's risk was minimized. The soft policy on debt collection must have appealed to potential African debtors. The most remarkable aspect of the Danish credit policy, however, was the fact that no interest was charged on loans. Christiansborg accounts leave no trace of interest calculations, and L. F. Rømer's contemporary description of the Coast states explicitly that '...when they [the Africans] borrow from the Europeans, they do not even pay a reasonable interest ... and we have to feed their pawns ... frequently for several years'.⁴⁰ No doubt, Christiansborg's greatest attraction to debtors was interest free credit. The Danes, on the other hand, were stuck with a large number of long-term pawns – and outstanding debts.

The prevailing recruitment pattern had important consequences concerning the question of geographical origin of fort slaves: the predominance of pawning and 'conditional' purchases resulted in a pattern where the majority of fort slaves came from the Danish influence sphere on the Coast, i.e. from Accra in the west to Keta east of the Volta River.⁴¹

Slave labour was recruited to establish a permanent workforce at Christiansborg, but, what kind of work did the fort slaves do? My main sources of information on the matter are the census and salary lists kept by the Christiansborg administration.⁴² According to the categories listed here we can distinguish between four major occupational groups: The *slave remi-dors* and the *craftsmen* constituted a force of skilled (or semi-skilled) labour. Ordinary *work slaves* (including the women) carried out unskilled manual labour of various kinds at the fort. From the turn of the 18th century a group of *agricultural slaves* appear.⁴³

Apart from the major occupational groups some individuals were given more occasional 'job opportunities'. We know that fort slaves might be

⁴⁰ Rømer (1760), op. cit., p. 206.

⁴¹ See 'Overleveringsforretning 1777', GK 208, RA; and 'Overleveringsforretning 1789', op. cit.

⁴² To be found scattered in the VgK, GK and GtK series of the RA: detailed references is not given here.

⁴³ These were attached to a few small cotton- and coffee plantations, of which some were owned by private merchants. See, 'Udkast til betænkning om Guinea udarbejdet af Balthasar Christensen', GtK 1816-1848, Den Guineiske Kommission af 9 Jan 1833, IV: 1841-1847, RA, p. 9.

used as auxiliary troops in terms of crisis. At times they were also employed as regular soldiers, an occupation normally reserved for Euraficans.⁴⁴ A few fort slaves were also employed as sailors on small coasting vessels.⁴⁵

Finally some fort slaves functioned as trusted diplomats: a few carefully selected individuals served Christiansborg in the capacity of linguists, i. e. *akyame*, or messengers. Originally local notables occupied the position. However, 'Big Men' pursued their own goals independent of the Danes. To avoid such problems the Danes elevated particularly 'gifted' individuals among the fort slaves to the trusted position.⁴⁶

Living conditions and relations with local African society

One would perhaps not expect slaves to feature on the pay rolls of Christiansborg? The fort slaves did. They were *de facto* wage earners. This fact is born out by the fort's accounts and salary and wage lists.⁴⁷ These reveal that monthly wages ranged between 2-4 *Rigsdaler*, except for those employed as soldiers who received 5-6 *Rigsdaler*. There was a manifest gender difference, female slaves were paid no more than 1/2 *Rigsdaler*. Some individual wage differentiation occurred based on seniority, personal commitment and – personal need. No clear distinctions were drawn between skilled and unskilled labour. The slaves were normally paid in local currency, i.e. cowries (1 Rdl equalled 1.000 cowrie shells), or in trade goods.⁴⁸

⁴⁴ Thus in 1789 eleven fort slaves were recorded as soldiers (Overleveringsforretning 1789, op. cit.). A defection staged by the mulatto garrison at Christiansborg in 1831 occasioned the employment of twenty fort slave soldiers (B. Christensen, 'Udkast til betænkning...', op. cit., p. 73).

⁴⁵ See e. g. Inventari Negernes Gage Bog, 1808, Diverse Arkivalier fra Guinea (DAfG) 67/ RA.. – Individuals selected for this job were often the ones who had been trained onboard Danish slave ships. (See e. g. Pro Memoria, Christiansborg, 31 Jan 1775, GK 21, RA; also, Inventarie Bog 1767, GK 206, RA; Mandtals Roule 1786, Guineiske Sager IV, GtK, RA, and Overleveringsforretning 1789, op. cit.).

⁴⁶ Council to Directors, Christiansborg, 11 Nov 1768, GK 13, RA.

⁴⁷ See e. g. Copi af Gagebog 1728 and Mandtal og Gage Bog 1730, Mandtal og Gagebog, 1727-30, VgK 942, RA; Originall Mandtall og Gage Bog 1733, Mandtal & Gagebog fra Guinea 1731-33, VgK 943, RA; 'Gage Bog' 1751, VgK 948, RA; Gage Bog Christiansborg, 1758, DAfG 41, RA; Gage Bog 1766, GK 204, RA; Omkostningsbog, Christiansborg, 1776-77, GK 201, RA; General Mandtals og Gage Roule, 1786, Guineiske uafgjorte Sager 1775-1803, Guineiske Sager IV, GtK, RA; General Mandtals og Gage Roule 1796, Sager til Guineisk Journal (SGJ), no. 277/1797, GtK, RA, and Inventari Negernes Gage Bog for 1808, DAfG 67, RA.

⁴⁸ See e. g. Inventari Negernes Gage Bog ved Fortet Kongensten, 1801, DAfG 67, RA.

Fort slave wages were clearly kept as low as possible and must have been considered a mere subsistence allowance. Monthly wages were, however, supplemented by certain fringe benefits: two times a year Christiansborg added an allowance in terms of *pantjes* (large pieces of cloth).⁴⁹ Moreover, fort slaves were entitled to a share in so-called *coutymes* regularly offered the local communities, such as 'Sunday Brandy',⁵⁰ or regular payments at various festivals and celebrations. *Coutyme* was also given on arrival or departure of fort governors.⁵¹ Personal incentives or rewards also occurred.⁵² Finally, a number of fort slaves were also able to exploit connections with the fort to set themselves up as petty traders. Wages paid in kind gave a starting point. Fort slaves were also granted loans – sometimes pledging their children as pawns – which aided 'business initiatives'. Locally recruited fort slaves had access to local trade networks via family connections in town. Others were able to develop such connections through marriage or otherwise.

It should also be emphasised that the fort established a kind of social relief system. During periods of drought and famine, when food prices were high, Christiansborg granted the fort slaves a virtual 'cost of living allowance' on top of their normal wages.⁵³ The fort might also support fort slaves who had been the victims of fires devastating their homes.⁵⁴ The fort's relief system covered mentally or physically disabled fort slaves⁵⁵ and, most important, Christiansborg consistently granted old age pension to male as well as female fort slaves.⁵⁶ Normally pensioners received half their former wages.

⁴⁹ In the 1790s the value of each *pantjes* might amount to 7 Rdl (General Mandats og Gage Roulle 1793, SGJ No. 95/1794, GtK, RA, and General Mantals & Gage Roulle 1796, SGJ 277/1797, GtK, RA.).

⁵⁰ Every Sunday half an anchor of liquor was given to the fort slaves. See e. g. Governor Kuhberg to Council, Christiansborg, 15 February, and Quist to Council, Christiansborg, 17 February 1768, SP 1768, GK 145, RA.

⁵¹ Resolution, Aarestrup et al., Christiansborg, 25 June 1778, SP 1777-78, GK 150, RA.

⁵² Pro Memoria, Government to Directors, Christiansborg, 31 January 1775 (No. 714), Kystdokumenter 1775-78, GK 21, RA; Inventari Bog, 1760: Litra G, DAfG 49, RA..

⁵³ See, Resolution, Aarestrup et al., Christiansborg 6 & 8 April 1774, SP 1774 (3 Feb to 25 April), GK 149, RA; and Pro Memoria, Aarestrup et al to Board of Directors, Christiansborg 8 June 1774, Kystdokumenter 1774, GK 20, RA.

⁵⁴ See Pro Memoria, J.D. Ahnholm, Christiansborg 23 April 1801, SGJ 243/1802, GtK, RA, and 'Genpart af Subscriptions Planen for de brandlidte Inventari Negere i Qvitta under Fortet Prindsenstein', SGJ 245/1802, GtK, RA.

⁵⁵ Indventarie Bog 1767/ GK 206/ RA; Overleveringsforretning 1789, *op. cit.*

⁵⁶ See e. g. 'Overleveringsforretning 1777', GK 208/ RA and 'Overleveringsforretning 1789', *op. cit.* – In the last quarter of the 18th century the total number of pensioners reached nine to twelve persons (*ibid.*, and General Mandats og Gage Roulle 1793, 1796 and 1798, *op. cit.*).

The position of agricultural slaves on the small, experimental plantations differed from that of the 'regular' fort slaves. However, their living conditions do not appear to have been worse. They lived on the premises of the plantation in small slave villages of 20 to 30 huts at most. They cultivated their own plots and were given necessary tools. Subsistence farming replaced wages, but the plantation slaves also received customary *pantjes*. In turn the master required a four days weekly labour service and a share in the produce from the slaves' individual plots.⁵⁷ Work discipline appears to have been relaxed, except when the slaves occasionally were under the direct supervision of a European overseer.

The majority of fort slaves were poor. And yet, they were not forced to lead totally miserable lives due to their bondage. As far as material conditions are concerned – and in terms of economic resources and opportunities, as well as personal security – their situation was far better than that of the *adwumafo*, i. e. coastal groups of free urban poor of day labourers and indigents,⁵⁸ or the slave retainers of the wealthier stratum in local African society.

One important factor in the lives of the fort slaves was the fact that they all – except individuals who were considered potential runaways – were permitted to put up their *casas* (dwellings) and live with wife and children in the local town. Fort slaves reported for duty at daybreak when the gates were unbolted. Working hours were between 6 a.m. and 10 or 11 a.m. followed by a siesta till 2 or 3 p.m. Then work was resumed and continued up to 5 or 6 p.m.⁵⁹ While slaves owned by private merchants had to work up to nine hours a day, daily working hours of fort slaves were only seven.⁶⁰ This would imply that the fort slave in fact was free to attend to other business during the long mid-day break and after nightfall. The industrious and entrepreneurial individual had certain opportunities to supplement his income.

Living in one of the quarters of the town also fostered social integration. The coastal towns were quite cosmopolitan due to their function as

⁵⁷ B. Christensen, *op. cit.*, pp. 9 and 61.

⁵⁸ See R. A. Kea (1982), pp. 297, 303.

⁵⁹ H. C. Monrad (1822), pp. 363-64; Note that Monrad's description refers to the period 1806-09, when the fort was no more directly involved in the slave trade. Possibly the routines had become more relaxed than during the earlier phase.

⁶⁰ Note, No. 697/1830, SGJ 1830-31, GtK, RA.

ports of trade, and since most fort slaves were recruited within the Danish sphere of influence the chances of attachment to established social networks, or mobilise family ties, were fairly high. Moreover, the social organisation of the towns in terms of the so-called 'ward system' facilitated integration. Each town was divided into semi-autonomous wards (or quarters), and each ward had its own political and military organisation and leadership. A central feature of the system was the ward-based *asafo* institution which organised all able-bodied 'youngmen' in military companies. Apart from military functions the *asafo* companies also played an important role as social arenas – and in politics – representing a form of commoner, or civic influence balancing the power of chiefs.⁶¹ Newcomers were incorporated in the ward system, and in due course they gained membership of an *asafo* company. This also applied to the fort slaves: they inhabited a section of an existing ward and were affiliated to, if not enrolled in, the associated *asafo*, or – with time – formed their own ward and *asafo* company. Good cases in point are the *Alata* wards of Osu and James Town in Accra, which originally appear to have been fort slave quarters; the *Ankobea* of Elmina, and the Lower Town ward of the *Brofu-mba* (i.e. 'white man's children') *asafo* company in Cape Coast.⁶² It is clear that during the 18th century fort slaves participated in the defence of coastal towns such as Cape Coast and Accra. Moreover, they were actively involved in disputes and fighting between *asafo* companies from different wards, much to the alarm of their European masters.⁶³ Interestingly, fort slaves might side with 'their' ward, or *asafo*, even in disputes between fort and town.⁶⁴ The reward for such loyalty was reciprocal support of fort

⁶¹ For a brief overview, see P. Hernæs 'Asafo History: An Introduction', *Transactions of the Historical Society of Ghana*, New Series, no 2 (1998), pp. 1–5. The vol. presents a series of articles on the *asafo*.

⁶² Irene Quaye 'The Ga and Their Neighbours', PhD thesis, University of Ghana, 1972, pp. 248–49; H.M. Feinberg *Africans and Europeans in West Africa: Elminans and Dutchmen on the Gold Coast During the Eighteenth Century* – *Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 79, part 7, 1989, p. 106; A. W. Lawrence *Trade Castles & Ports of West Africa*, London, 1963, p. 55; Mary McCarthy *Social Change and the Growth of British Power in the Gold Coast: The Fante States 1807–1874*, London, 1983, p. 48; also R. Porter 'The Cape Coast Conflict of 1803: A Crisis in Relations Between the African and European Communities', *Transactions of the Historical Society of Ghana*, vol. xi (1970), p. 30, and A.K. Datta and R. Porter 'The Asafo System in Historical Perspective' *Journal of African History*, xii, 2 (1971), pp. 286–87.

⁶³ See e. g. Lawrence, op. cit., p. 55, and 'Udskrift af det Guineiske Raads Protocol, 30 Jan–8 April', SGJ 1835–36, no. 125/1835, entry 193 (28 February 1835), RA. – In 1835, when fort slaves had been involved in a feud between two quarters of Osu, the Christiansborg Council decreed a ban on fort slave involvement in *asafo* affairs.

⁶⁴ See e. g. 'Resolution', Christiansborg, 18 November 1755; SP 1755; DAfG 2, RA.

slave interests vis-a-vis the governor and council, e. g. in terms of intervention and arbitration in disciplinary measures taken against the slaves.

Fort slaves were part of local African society, but, there were limits to integration. The fact remained that fort slaves were the property of the European masters: they were under fort jurisdiction and under fort command. Thus, the master-slave relation was the dominant factor regulating their lives. On the part of the town an individual fort slave was not regarded a legal person: he was part of a collective of retainers 'belonging' to the fort. Accordingly, all law suits and claims against fort slaves were directed at the governor and his council. A prominent example here would be the numerous 'adultery palavers' caused by fort slaves who had sex with other men's wives. Such acts invariably entailed claims of compensation the size of which depended on the social rank of the offended party, and the fort was held responsible.⁶⁵

Being under the fort's military command meant that fort slaves would have to accompany Danish officers on punitive or paramilitary expeditions, they participated in the defence of the fort, and, most important, they were enlisted in the fort's garrison when open conflict broke out between fort and town.⁶⁶ On such occasions the fort slaves were really forced to cope with conflicting loyalties. As noted fort slaves sometimes sided with the townspeople, and Danish officials complained that they were not to be trusted: they were hiding crucial information about town affairs from their masters while reporting freely about conditions on the fort, and they were forging secret alliances in town which went against the best interest of the fort.⁶⁷ On the other hand fort slaves also demonstrated loyalty to the Danes and carried out orders even though people in town might retaliate. Evidently, fort slaves made situational choices: they were not necessarily in a squeeze; possibly it could just as well be termed an 'opportunity niche', which could be exploited through pragmatic manoeuvring.

⁶⁵ One interesting case from 1727 is about the remidor slave 'Annuma' who had slept with two of the wives of the Akwamu king. Christiansborg was forced to pay heavy damages on his account to avoid political ramifications. See, Note by F. Pahl *et al.*, Christiansborg 5 Sept 1727, SP 1727–29, VgK 880, RA. – See also below.

⁶⁶ See e. g. Note, Christiansborg 5 Oct 1769, Sekret Protokol 1769, GK 146, RA.

⁶⁷ Pro Memoria, Governor von Hager, Christiansborg 30 Dec 1793, SGJ 91/1794, GtK, RA.

Control and resistance

Obviously, labour relations, i.e. conditions of servitude and reactions to these, determined the living conditions of the fort slaves. The fort wanted to exploit its slave labour. There were, however, a series of constraints on its freedom of action. Consequently the Christiansborg slave regime was pragmatic. The problems of labour control and labour protest should be spelled out in their concrete specificity to be fully understood. Here it must suffice to observe some major characteristics of the relationship.

Three major constraints structured Christiansborg's labour control: the fort slaves' relative freedom of movement, the fort's dependence on the local host society with which the fort slaves had developed intimate relations, and the fort slaves' own power to defend their interests. The basic problem was how to make the fort slaves remain at the fort at all. As we know they lived outside the fort and no physical obstacles prevented their escape. This did not mean that aspiring runaways were free to act at their own discretion. They were enmeshed in a web of local customary regulations prescribing capture and return of runaway slaves, which Europeans could also evoke to justify their claims. Secondly, firmly established contracts between the fort and local rulers guaranteed (theoretically at least) the co-operation of local African society in recovering escaped slaves. 'Treaties', or political agreements, always included a clause pertaining to slave escapes and a fixed bonus for handing over runaways was normally defined.⁶⁸ Finally, the runaway fort slave of local origin had to consider the fort's demands on his family for compensation. Despite such safeguards there was a steady trickle of runaways from Christiansborg.

There were of course also forms of hidden protest, e. g. foot dragging, 'laziness', sabotage etc. To a certain extent the fort slaves could even exploit the fact that in the last instance the fort was made responsible for their actions; the fort had to pay damages for offences such as theft and adultery. 'Calculated misbehaviour' might thus turn fort slaves into an economic

liability and cause severe problems. As we know so-called 'adultery palavers' involving fort slaves were recurrent. Although never explicitly stated one might assume that several cases expressed some form of disguised protest. This particular 'weapon of the weak', however, implied the risk of deportation if repeated time and time again.

The most effective measure against escape and hidden protest was to adopt a labour policy offering the fort slaves acceptable living conditions, and to develop a system of mutual responsibilities. We know that the fort offered financial assistance, i.e. loans, to its slaves and felt obliged to protect its 'people'. Thus, in 1807, the Christiansborg Council stated: '... if offended [by the townspeople] they [the fort slaves] must be defended vigorously'.⁶⁹

This did not mean that fort slaves were exempt from disciplinary measures when they committed an offence or criminal act of disobedience, neglect, theft, violence, murder, conspiracy etc. The Governor's Council functioned as Court where cases concerning the conduct of fort slaves were brought up. The legal practice, however, had to be flexible and guided by a complex set of considerations. The interweaving of fort slaves in the social fabric of the local town was one important constraint: a 'fort slave case' could seldom be considered a purely internal matter. Often local leaders were called in as mediators and counsellors.⁷⁰ Particularly in more serious cases the Council (Court) had to anticipate reactions of the townspeople when meting out punishments.

The Council's punishment repertoire included fines, corporal punishment, and imprisonment. The *de facto* 'supreme penalty' was deportation to the West Indies, only in extreme cases execution. Fellow fort slaves did not react to flogging or imprisonment of an individual slave. Deportation sentences, however, were considered a threat to the entire fort slave collective: being sold as export slaves was so dramatic that at times mere rumours caused mass defection,⁷¹ and whenever the Council passed a deportation sentence

⁶⁸ "Instruction...", Christiansborg 31 March 1807, SGJ 1816-17, 1591/1817, RA.

⁶⁹ See Sekret Protokoller, Justits Protokoller and Palaber Boger in relevant RA series.

⁷¹ This happened in 1795, when the Danes lost 50 fort slaves who escaped to the town Ada where they found temporary protection. See, Pro Memoria, F.C. von Hager, Christiansborg, 4 March 1795; SGJ 138/1795, GtK, RA.

⁶⁸ See e. g. 'Palaber' 10 April 1777, Palaber Bog (PB) 1777, GK 159, RA.

trusted representatives of the fort slave group approached the governor to negotiate a quashing of the sentence. Petitions and appeals were backed by quite tangible tokens of group solidarity such as payment of compensation and acceptance of collective responsibility for future actions of the deportee.⁷² The protest might also take militant forms. In 1749 a 'deportation case' sparked off a mutiny attempt with support from the local town. Militant action was quite extraordinary, and the Danes did not hesitate to strike down the mutiny and execute the main instigator: he was shot, and the fort slaves 'were compelled to cut off his head and nail it to the fort bastion ... just opposite the houses of the Company slaves'. Prompt action averted instant danger, but the drastic measures jeopardised relations with influential people in the local town of Osu and created critical tensions among the fort slaves. In the end the Danes were forced to negotiate a settlement through mediation by local *cabuceers* (chiefs).⁷³ The 'mutiny case' reveals that the Danes sometimes resorted to brutal force to sustain labour control. However, in the longer run the ability of fort slaves to organise collective action to protect their interests, and to mobilise support from the local town, gave them considerable bargaining power and thus, influence over their own destiny.

From slavery to wage labour

Consciousness of collective interests and manifest solidarity among the fort slaves point in the direction of some kind of 'class consciousness'. Moreover, fort slaves were *de facto* wage earners, and several were craftsmen or performed some kind of specialised labour. Throughout the 18th century they were, nevertheless, serving their Danish masters as dependant labour within the framework of institutionalised fort slavery. After the turn of the century certain changes suggest that the fort slave group gradually assumed more distinct characteristics of an incipient wage labour class.

⁷² See e. g. F. Pahl *et al.*, Christiansborg, 10 Sept 1727, SP 1727-29, VgK 880, RA; and 'Report on the fort slave Auwa', Mandal & Gage Bog 1743, VgK 945, RA.

⁷³ J. Platfuss *et al.*, Christiansborg, 25 Sept 1749, SP 1749, VgK 883, RA.

The cutback in fort slave numbers in 1817 was a turning point. The reduction meant, in fact, a mass manumission of slaves. Governor J. E. Richter commented that unless manumitted the redundant fort slaves would still be considered 'Christiansborg people', making the fort responsible for their actions. Richter was particularly concerned with the fact that slaves might contract debts for which the fort had to answer. He suggested that Christiansborg pay them one *Rigsdaler* each to give them time to find employment, or in other words, to cope with the transition from slaves to free wage labourers.⁷⁴ A report from 1821 states that 'nearly all' had left and the Danish administration did not know their whereabouts.⁷⁵

During the 1820s and -30s the number of fort slaves again expanded. Evidently, Christiansborg could not do without servile labour. However, one important observation must be emphasised here: The occupational distribution of the fort slave group changed, so that by the mid-40s skilled workers, i.e. artisans and remidors, constituted as much as c. 80 per cent of male fort slaves.⁷⁶ This profile underscores the wage labour aspect of the Christiansborg slave establishment. In this connection it is also interesting to note that in 1845-46 Danish officials started questioning the economic viability of fort slavery. In 1846 Governor Carstensen recommended emancipation upon purely economic grounds, suggesting that wage labourers on temporary contracts replace permanent slave labour.⁷⁷

The Danes abolished fort slavery in March 1848. The former slaves were free to offer their labour services and artisan skills to any employer. One year after, the former governor, Carstensen, observed that the fort still employed a *permanent* staff of workers, i.e. former slaves. He frankly criticised the fort administration of being too inclined to carry on the system of servile labour for the sake of convenience, reminding them of the official abolition directives of 7th March 1848.⁷⁸ Even though it might have been a matter of con-

⁷⁴ Guv. J. E. Richter to Gtk, Christiansborg, 24 March 1817, SGJ 1816-17, 1562/1817, Gtk, RA.

⁷⁵ Overleverings Forretning, 1821, SGJ 1820-21, Gtk, RA.

⁷⁶ Gage Bog over de Kglg Livegne ved de danske Fortresse paa Kysten Guinea, 1845, Reviderede Guineiske Regnskaber, 1845, Gtk & Kommersekollegiet, RA.

⁷⁷ G. Norregaard (ed.), *Guvemor Edward Carstensen's Indberetninger fra Guinea*, Copenhagen, 1964, pp. 201-204.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 368.

venience on the part of the European administration this gives only part of an explanation of continuity. To the freed slaves lack of other job opportunities must have been decisive. At this early date the urban economy of Accra or other coastal towns had not reached any advanced stage of differentiation and specialisation. The merchant elite still had their slave retinues, including skilled workers and artisans, who were hired out on contract. The former fort slaves had to 'carve out an independent niche in the competitive urban economy'⁷⁹ facing uncertainty and great economic risk. Moreover, their slave existence had hardly fostered entrepreneurial spirit and individual economic enterprise. Permanent employment at the fort, implying social and economic security and a protected life must have been an attractive option.

The response of the Christiansborg fort slaves to abolition would compare to patterns observed in processes resulting from later colonial attempts to abolish slavery in West Africa. Legal abolition did not necessarily lead to mass desertion. Often masters and slaves negotiated new social and economic relations, which in a transitional phase meant exchanging one type of subordination for another.⁸⁰ Christiansborg ex-slaves had to face the challenge of redefining their role from slaves to free wage labourers. Employment at Christiansborg involving persistent dependence represented a temporary stage in the process. However, it did not last very long. By 1850 the Danes sold their possessions to the British and the workforce was sent away.

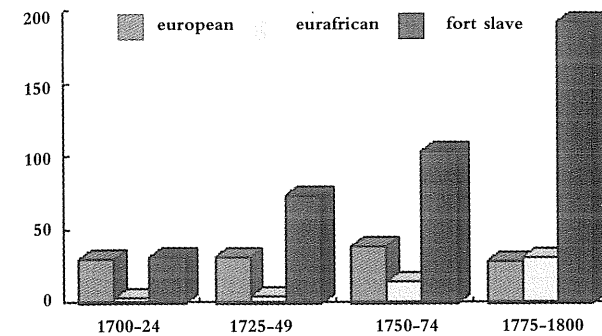
On the basis of this exposition of the fort slave group at Christiansborg, where I have tried to point out some special characteristics of this particular form of slavery, I am inclined to draw the conclusion that the growth and further development of the Christiansborg fort slave group represents a case demonstrating a wage labour 'class' in the making, and I would suggest that, generally, the groups of former slaves at the European forts gradually took the form of an urban, colonial proletariat.

⁷⁹ John Parker *Making the Town: Ga State and Society in Early Colonial Accra*, Oxford, 2000, p. 96.

⁸⁰ See e. g. Parker (2000), pp. 93-97, and Kristin Mann, 'Owners, slaves and the struggle for labour in the commercial transition at Lagos.'

APPENDIX

Fig.1: Population of the Danish fort community in the 18th century

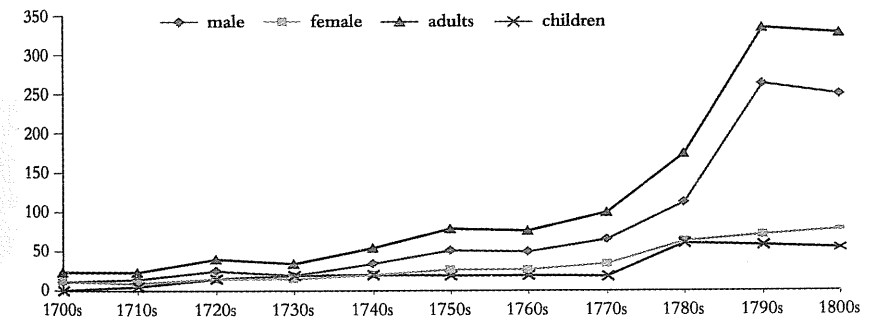


Period average figures:

	1700-24	1725-49	1750-74	1775-1800
European	30	31	39	29
Eurafrikan	3	5	15	31
Fort slave	31	72	103	191

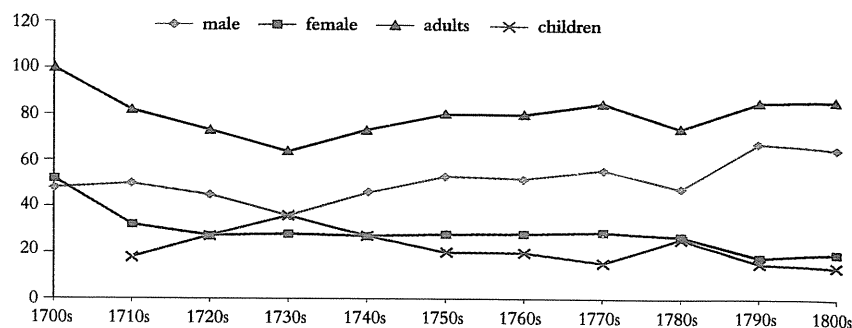
Sources: Rigsarkivet (Danish National Archives), Series VgK 942-49/ DAfG 37-43/ GK204-05 (Census and salary lists); VgK 937-41/ GK 192-202 (Expenditure accounts); VgK 951-54/ DAfG 44-49/ GK 206-208 (Inventories).

Fig. 2 Fort slave population: sex and age distribution



Sources: as in Fig.1

Fig 3: Male, female, adults, children in percentage of total population



Sources: as in Fig. 1

Average number of slaves per decade:

	1700s	1710s	1720s	1730s	1740s	1750s	1760s	1770s	1780s	1790s	1800s
male	11	14	25	19	34	51	49	65	111	261	248
female	12	9	15	15	20	27	27	34	62	71	77
adults	23	23	40	34	54	78	76	99	173	332	325
children	0	5	15	19	20	19	19	18	60	57	54

Percentage of various categories:

	1700s	1710s	1720s	1730s	1740s	1750s	1760s	1770s	1780s	1790s	1800s
male	48 %	50	45	36	46	53	52	56	48	67	65
female	52 %	32	27	28	27	28	28	29	27	18	20
adults	100 %	82	73	64	73	80	80	85	74	85	86
children	0 %	18	27	36	27	20	20	15	26	15	14

Sources: as in Fig. 1

A Junta de Escravos e Libertos de Cabo Verde

ELVIRA MEA*

A questão do fim da escravatura em Cabo Verde é extremamente complexa, devido às especificidades do regime colonial no arquipélago, neste caso, com particular incidência nas ilhas de Santiago e Fogo, as mais ligadas ao trabalho escravo e ao seu comércio.

Com efeito, a primeira metade do século XIX caracteriza-se por toda uma escalada de violência que cada vez foge mais ao controlo das autoridades¹, com sublevações da tropa e de degredados² e revoltas de escravos, por vezes geradores de saques e assassinios³.

Em 1835 houve duas sublevações da tropa, das quais a do batalhão dos açorianos ou Caipira pôs em estado de choque a vila da Praia, com o massacre de oficiais, saques, etc. Os revoltosos ficaram impunes, pelo que logo

* CEAUP, Universidade do Porto.

¹ Note-se que entre 1800 e 1882 entraram em Cabo Verde 2 433 degredados, dos quais apenas 52 eram degredados por questões políticas.

² Em 1823 "a posição dos degredados em número aproximado de 300, aproveitando-se do desgosto em que se achavam os soldados europeus por habitarem um país tão doentio, vendo que uns se encontravam no hospital e outros em convalescência, e animados muito por estar ausente da ilha o governador, conceberam o horroroso atentado de fazerem um levantamento, cometerem assassinatos e saquearem a vila. Na vila viviam entregues à ociosidade esses batalhões de degredados, que não conseguiram trabalho do governo por os não haver; alguns fugiram em navios estrangeiros; outros tentaram a mesma coisa, mas o governador redobrou a vigilância no porto e eles não conseguiram o seu intento."

Senna Barcelos.

³ Num relatório de 23 de Janeiro de 1824, o governador Chapuzet, recém-chegado ao arquipélago, refere: "... Os escravos julgavam-se livres pela Constituição, e esperando pela minha chegada para terem a sua alforria; os degredados tentaram um saque geral e fugir depois; e os bons e honrados habitantes, tremendo pelo desenvolvimento que podia haver em toda esta cena, armavam-se e tratavam de defender suas habitações a todo o custo..."

foi intentada uma conjura de escravos contra os brancos e proprietários, que não chegou a concretizar-se por delação dum escravo fiel, precisamente o escrivão do juiz de Direito. Alertadas as autoridades e após tiroteio cerrado, os escravos fugiram, determinando-se então proceder a um castigo exemplar, sendo fuzilados três cabecilhas.

O exemplo não serviu, pois em 1841 deu-se um motim de rendeiros⁴, muitos deles ex-escravos, contra a prepotência dos senhores das terras, que não honravam compromissos, faziam cobranças abusivas, etc.

Como bem analisa António Carreira:

Era o esbarrandar da sociedade escravocrata de mais de quatro séculos, toda ela a cair de podre. Cerravam os olhos e tapavam os ouvidos a todo um clamor de protestos.⁵

Não esqueçamos que a economia cabo-verdiana, baseada na agro-pecuária e no artesanato têxtil do algodão, esteve sempre intimamente ligada ao trabalho escravo e bastante cedo ao dos rendeiros, sem direitos, adstritos aos morgados, vínculos e capelas, visto que as crises cíclicas do arquipélago e a decadência do tráfico de escravos pelos cabo-verdianos determinaram o uso crescente de arrendamentos. Por seu turno, a classe dos forros, mesmo se existente já em finais do século XVI, não tinha qualquer tipo de acessibilidade à posse de terras, as quais, sendo propícias à agricultura, há muito tinham dono – primeiro os donatários, depois os morgados.

Daí que a fuga para os montes, para os picos, crescente com a crise da agricultura, não fosse um comportamento exclusivo de escravos: abrangia forros pobres, rendeiros e foragidos à justiça, brancos, pretos ou mulatos, quando mesmo gente do litoral na fuga aos ataques de piratas e corsários.

⁴ A 13 de Janeiro de 1841 trezentos rendeiros da Achada Falcão recusaram-se a pagar renda fora do prazo estabelecido. “Os amotinados rendeiros marcharam até ao portal da tapada e ali deram vivas por não haver já Morgados e porque as terras que tinham cultivado eram suas; armados, uns de facas e outros de cacetes (manducos), e numa infernal gritaria, disseram ao proprietário que não pagavam mais rendas. Todavia não houve meios de convencer os rendeiros, e nesta embaraçosa situação em que estava Reis Borges, ameaçado de morte, tomou o expediente de abandonar a propriedade e solicitar socorros das autoridades da Vila da Praia, onde chegou no dia 17 à noite, tendo a acompanhá-lo o abastado proprietário e Presidente da Câmara Catarina, Manuel Tavares Homem”.

Senna Barcelos

⁵ *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, 3.^a ed., Instituto de Promoção Cultural, Praia, 2000, p. 345.

Assim num ofício do Governador Geral às autoridades do arquipélago, datado de 29 de Agosto de 1804, diz-se que a agricultura “... achando-se em grande abatimento pelas frequentes fugidas de escravos, que protegidos por algumas pessoas desta ilha, de tal forma se escondem, que não é possível aos senhores deles, o poderem-nos apanhar e castigar; e sendo outrossim de primeira necessidade, que se dê providências mais adequadas para prevenir, obviar, e extinguir este pernicioso abuso, devem ser criados lugares de ‘capitão de campo’ e ‘meirinho da serra’, com a obrigação não só de prenderem os fugitivos mas também aquelas pessoas que os ocultarem e forem autores de semelhantes fugas.”⁶

Por sua vez, em 1810 o governador Pusich chamava a atenção para as repercussões desta conjuntura:

... Faltos de instrumentos de agricultura, estes habitantes tudo fazem à força de braços, o que custa imenso trabalho; e este aonde não há jornaleiros, que se não querem sujeitar ao trabalho das terras alheias, custa muito caro, e precisa-se de escravos; mas nem todos os podem comprar por custar um escravo lotado 120 a 130 mil réis, e por consequência é mais fácil possuir o terreno que cultivá-lo...⁷

Vemos, portanto, que em pleno século XIX as tensões sociais eram o espelho da complexa situação, difícil para os vários estratos sociais, incluindo as autoridades locais encurraladas entre as ininterruptas leis e instruções da metrópole, os interesses dos senhores de escravos e a fiscalização crescente do tráfico levada a cabo pelos cruzeiros ingleses escudados pela Comissão Mista Luso-Britânica da Serra Leoa, que se reforça com a sediada na ilha da Boavista a partir de 1843.

Acontece, porém, que, depois dos tratados de 1815 e 1817, vários navios negreiros são nacionalizados mediante uma venda real ou fictícia a negociantes de Santiago, que os matriculam de novo; esta situação é difi-

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, “Cabo Verde – Papéis Avulsos, 1808-1812”, Caixa n.º 50, Ofício do Governador D. António Coutinho de Lencastre.

⁷ “Memória ou descrição físico

cultada pelo decreto de 17 de Dezembro de 1836⁸, pois, por exemplo, só entre 1835 e 1836 nacionalizam-se na Alfândega da Praia 24 navios – dezanove espanhóis, três americanos, um inglês e um brasileiro.

Aparecem, assim, de repente, armadores em Santiago com um número não displicente de navios, indivíduos conhecidos por serem grandes negociantes de escravos especialmente para Cuba e S. Domingos, actividade que por esta razão redobra na década de trinta.

Pode aquilatar-se a dimensão deste tráfico cabo-verdiano clandestino entre 1835 e 1842 pelo número de navios em circulação, mesmo se este peca muito por defeito, já que só podemos provar a existência de 88, ou seja, tão-só os condenados, os suspeitos e os detidos pela polícia do Rio de Janeiro.

Entre Dezembro de 1835 e Dezembro de 1839, por outro lado, a Comissão Mista Luso-Britânica da Serra Leoa capturou 37 navios de Cabo Verde, dos quais 24 portugueses e 13 espanhóis, situação que provocou um agravamento de relações entre os membros da Comissão e inclusivamente entre os dois governos. Só nos portugueses foram encontrados escravos – em 1836, foram apanhados 1743 escravos em quatro navios; em 1837, 465 escravos em dois navios; em 1838, 1019 em quatro navios; em 1839, 762 em três navios –, praticamente quatro mil pessoas, número muito aquém da realidade, dado que nem sempre se indica o número de escravos encontrados, para além de que não deixa de ser curioso não ser anotado, relativamente aos navios espanhóis condenados, o número de escravos que levavam.

Provavelmente, como conclui António Carreira: “Deve ter sido, em grande parte, a intervenção activa, directa ou indirecta, de negociantes de Cabo Verde no tráfico clandestino que preparou o caminho à exigência do Tratado de 1842”⁹; este, por sua vez, possibilitou a constituição duma frota inglesa de 51 navios armados para impedir o tráfico, dos quais 11, com 132 canhões, patrulhariam a costa ocidental africana.

⁸ Não esqueçamos que data precisamente de 10 de Dezembro desse ano o decreto que declara “inteira e completa abolição do tráfico da escravatura nos domínios portugueses”.

⁹ *Op. cit.*, p. 376.

As acções desempenhadas pelos ingleses nesta área, em que se incluem as Comissões Mistas Luso-Britânicas da Serra Leoa e da Boavista (1843, mesmo se prevista desde 1818), foram polémicas, arbitrárias e provocadoras; os atritos constantes entre os próprios membros, que se reflectem nos respectivos governos, causaram às autoridades locais de Cabo Verde situações problemáticas e embaraçosas.

Daí que a constituição duma primeira Junta da Superintendência dos Negros Libertos, criada em 1844 pela Comissão Mista, tenha sido inoperante, até porque decorre então um surto de febre amarela que causa muitas vítimas.

Fazendo o ponto da situação, parece-nos essencial uma referência especial a uma proposta feita em 1852 pelo Governador-Geral, Fortunato José Barreiro, ao Ministério da Marinha e Ultramar, na qual esclarece o desassossego que reina nas ilhas de Santiago e Fogo, quer entre os senhores de escravos quer entre a população em geral, devido a ter-se perdido o controlo dos escravos, a nível dos donos e das próprias autoridades¹⁰.

¹⁰ “O actual estado da escravidão nesta Província exige providências por parte do Governo de Sua Majestade. Antes de serem postas em rigorosa execução as estipulações do Tratado de 3 de Julho de 1842, entre as coroas Portuguesa e Britânica o senhor que já não podia sofrer um escravo vendia-o para outra ilha, ficando assim livre de um mau servo, e das vinganças a que eles às vezes recorrem; mas hoje sendo-lhes defesa a passagem de umas ilhas para outras não indo em companhia de seus senhores para voltarem ao ponto de partida (o que priva os proprietários de reunirem à sua família e casa os escravos havidos por herança em ilha diferente) torna-se aos mesmos senhores impossível desfazer-se de tais indivíduos, os quais por isso mesmo abusam terrivelmente, trabalhando só quando querem, e deixando-o de fazer sempre que lhes apraz, não tendo os senhores outro remédio senão aturá-los, principalmente se os donos são homens velhos ou mulheres. Se algum senhor com melhores disposições físicas e sufficiente coragem os quer castigar, fogem-lhe e andam a monte por muito tempo, roubando para comer e vestir, e violando as mulheres que encontram isoladas sem que o Regedor da paróquia e os Cabos da Polícia ousem persegui-los e apanhá-los, umas vezes por indolência natural desta gente, outras por medo deles. Escravos há que têm comprado alfaias com o fruto das rapinas assim praticadas.

A facilidade de trazerem até dez escravos os colonos que da costa de África vêm estabelecer definitivamente o seu domicílio no arquipélago, concedida pelo n.º 2 do art.º 1.º do sobredito Tratado, está agravando cada vez mais o mal; porque estes entes desmoralizados e propensos a toda a qualidade de vícios, são os principais criminosos, como o prova a estatística criminal das ilhas de Santiago e Fogo que são as que têm maiores e mais directas relações com a costa; haverem já acontecido verem-se na precisão de passarem meses prontos a saírem armados à rua os habitantes da última das ilhas nomeadas, com receio de que os escravos se levantem, e cometam as violências de que são capazes, como me assegurou há pouco o Administrador do Concelho daquela Ilha; e não tendo ainda decorrido muitos anos que foi reprimida e castigada uma revolta de escravos na ilha de Santiago, mediante o emprego da força armada; Este estado de cousas, que tem descomedido os escravos, e inquietos os senhores, os quais não podem dispor livremente deles, para os empregar na cultura das terras que possuem nas ilhas estranhas ao seu domicílio carece de remédio, e o mais óbvio e eficaz é o de acabar com a escravidão; mas esta medida, tomada de repente poderia trazer consigo graves inconvenientes. Parece-me porém que sendo adoptadas certas providências, chegar-se-ia gradualmente e sem embaraço àquele fim tão reclamado pela humanidade.

A medida de cuja exequibilidade me tem convencido a reflexão, e as ideias colhidas em conversação com alguns senhores de escravos menos egoístas, são as seguintes, a saber:

É nesta situação que se cria, à semelhança de outras colónias, a Junta Protectora de Escravos e Libertos de Cabo Verde, em 1854, a fim de velar pelo cumprimento da legislação recente, tutelando os libertos, com especial cuidado com as crianças, filhas de escravos, até à sua maioridade e ajudando e encaminhando por variadas formas a alforria dos escravos¹¹. A sua instalação, no entanto, parece datar apenas de 1857, a avaliar pelos relatórios de contas.

Segundo a legislação, a Junta devia ser presidida pelo Bispo da diocese ou seu representante, tendo como vogais o Procurador da Coroa e Fazenda, o Presidente da Câmara Municipal e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

1.^a – Proibir desde já no arquipélago a importação de escravos tanto da costa da Guiné como de outra qualquer procedência, embora venham na companhia de seus senhores, passando-se carta de alforria aos que deste modo e em contravenção aos estabelecimentos os acompanhem.

2.^a – Declarar livres e forros todos os filhos de escravos, que nascerem daqui em diante.

3.^a – Mandar fazer a estimativa do valor de todos os escravos existentes (*que pouco excederão a quatro mil de ambos os sexos e de todas as idades*) e arbitrando o jornal que ganhariam diariamente, se fossem livres, cada um segundo a sua idade, forças físicas e préstimo, estabelecer sobre esta base o número de dias úteis ou o tempo que hão-de ser obrigados a servir os senhores, para no fim desse tempo se reputarem livres, e se lhes passar a carta de alforria, sendo-lhes permitido satisfazer a dinheiro (tendo-o) parte dos jornais a que estão obrigados. Far-se-ia um regulamento para a execução desta medida. Motivamos agora as providências indicadas.

1.^o – Se no Tratado de 3 de Julho de 1842 não se reputa violência obrigar os colonos a deixarem na costa de África os escravos que tivessem excedentes a dez, entendo que está no mesmo caso a proibição de se acompanharem com esses dez restantes, que aliás vêm fazer à sociedade do arquipélago mais mal que bem.

2.^o – *Com a libertação dos filhos dos escravos acabarão as escandalosas cenas de prostituição, a que muitos senhores executam e expõem, para possuírem maior número de infelizes servos; e em rigor não se lhes faz injustiça porque não são privados da sua escrava, que podem reputar infecunda, como de facto são algumas. Esta medida porém precisa de providência concomitante, para que as crianças assim libertadas não deixem de ser sustentadas pelos senhores de escravos até certa idade, descontando-se para isso uma certa quantia diária no salário que fica ganhando a mãe; ou obrigando os filhos libertos a servirem os senhores até certa idade, para lhes pagarem a criação, salvo o caso de indemnização a dinheiro por parte da mãe.*

3.^o – A última das três medidas lembradas tem analogia, segundo me consta, com o procedimento do Governo Francês do Senegal o qual governo, declarando livres todos os escravos daquela colónia, passou títulos de valor deles a cada senhor, e pondo os libertos a ganhar a jornal, preferindo que servissem seus antigos donos, convindo estes nisso têm ido assim arrecadando a importância dos jornais e amortizando os títulos que passara.

Tais são os meios que me ocorrem para acabar com a escravidão no arquipélago de Cabo Verde, não me animando por ora a aplicá-los às nossas populações da Guiné, por me faltarem conhecimentos locais. Se convirá ou não tomar isoladamente tais medidas na sua totalidade ou em parte por este Província, ao ilustrado Governo de Sua Majestade toca decidi-lo; sendo certo que na ocasião que foi promulgado o aludido tratado se houvesse adoptado o que hoje tenho a honra de submeter a V. Ex.^a a escravidão neste arquipélago estaria já muito aproximada da sua extinção, com grande proveito da moral pública e da humanidade.”

Arquivo dos Serviços de Administração Civil. Praia, livro n.º 186 – “Registo de officios confidentiais”.

¹¹ Com efeito, no artigo 9.^o, do Título I “Do registo dos escravos”, inserido na Portaria Circular n.º 238 do Governo Geral da Província de Cabo Verde, refere: “O Estado é o patrono e o tutor natural dos escravos, dos libertos e dos seus filhos”, cabendo o exercício dessa tutela em cada uma das Províncias Ultramarinas, a uma Junta estabelecidas nas suas capitais, denominada Junta Protectora de Escravos e Libertos”.

Bo. do Governo Geral de Cabo Verde n.º 185 de 14/3/1856, p. 795.

Os proventos inerentes serviriam para a sua manutenção e para custear toda uma série de procedimentos, incluindo o resgate de escravos.¹²

Logo de início, a Junta devia controlar o registo obrigatório de todos os escravos (incluindo os fugidos) no prazo de um mês, diligência a cargo dos Concelhos, Distritos ou Presídios, pelo que lhe cabiam 250 dos 500 réis que cada senhor pagava pelo registo de cada escravo; noutros casos, a Junta devia pagar o liberto.

António Carreira, assim como nós, deparou-se com lacunas documentais expressivas, mas mesmo assim conseguiu fazer um quadro claro para o movimento de escravos entre 1856 e 1868.

Quadro II

Movimento de escravos entre 1856 e 1868

Ilhas	Inventário em 1856	Libertados pelos senhores	Resgatados por diversos	Resgatados pela Junta Protectora	Libertados pelo Governo	Condenados	Falecidos	Existentes em 31-12-1868
Santiago	2 420	154	34	37	4	3	120	2 068
Fogo	1 235	9	27	1	91	-	-	1 107
Brava	239	40	17	-	1	-	8	173
Maio	407	62	85	-	2	-	119	139
Sotavento	4 301	265	163	38	98	3	247	3 487
Boa Vista	372	34	5	2	-	-	9	322
Sal	135	22	29	-	-	-	11	73
S. Nicolau	158	25	19	-	-	-	44	70
S. ^{to} Antão	170	28	34	1	-	-	39	68
S. Vicente	32	14	3	-	1	-	14	-
Barlavento	867	123	90	3	1	-	117	533
Total	5 168	388	253	41	99	3	364	4 020

¹² Assim, na Portaria Circular do Governo Geral de Cabo Verde n.º 238 relativa ao Decreto de 14/12/1854, no artigo 36.^o do Título V, “Disposições Geraes e Penaes”, estabelece-se que:

“Além do que fica disposto nos artigos doze, treze, quatorze, quinze, e trinta e quatro do presente Decreto, constituirá a dotação da Junta Protectora:

Uma quota, que será arbitrada pela Junta Protectora, do producto do trabalho dos libertos;

O producto das condemnações e multas que são impostas no presente Decreto;

Cinco por cento sobre o preço da venda dos escravos, qualquer que seja o modo por que esta se verifique;

As quotas dos rendimentos das Camaras e Misericórdias que forem votadas pelas Juntas Geraes, e em sua falta pelos Governadores Geraes, em Conselho;

O que subsidiariamente fôr votados pelas mesmas Juntas Geraes ou Governadores Geraes, em Conselho, para suprir as necessidades da Junta Protectora; B.O.º n.º 186 de 5/4/1856, p. 802.

Entretanto há que considerar que entre 1856 e 1857 as epidemias de cólera e varíola vitimaram 373 escravos, facto que aparece omisso no quadro.

De qualquer maneira, é evidente que em doze anos serem libertos 781 pessoas é muito pouco, sendo a Junta Protectora exactamente a que resgatou menos, 41.

O maior contingente, 388 escravos resgatados pelos próprios donos, não é fruto apenas de filantropia ou descargo de consciência, pois, por exemplo, na ilha da Boa Vista em 1867, talvez porque com o fim do tráfico negreiro a pequena economia da ilha se desmoronou, os senhores começaram a vender os escravos, dando três pelo custo de um. Caso raro, pois foi uma das poucas vezes que a Junta reagiu, considerando “ser essa a ilha em que os desgraçados escravos mais soffrem, e por isso onde cumpre empregar mais esforços para obter maior numero de resgates”, resolvendo por isso pedir a intercessão do Governo para com a Junta disponibilizar verbas para esse fim, solicitando ainda que o imposto sobre os escravos deveria ser empregue em prol do movimento de libertação¹³.

Também aconteceu que ainda na década de cinquenta várias pessoas, sobretudo oficiais do exército, aproveitaram viagens ou estadias na Guiné para trazerem para a Praia escravos, sem cumprirem as formas legais, chegando até a, sem registo, vendê-los noutra ilha, ilegalidades que redundaram na imediata liberdade dos ditos escravos¹⁴.

Dum modo geral e através da documentação compulsada parece-nos que a Junta teve pouca iniciativa, andando a reboque dos acontecimentos, por vezes até eximindo-se das suas obrigações, como ocorreu em Dezembro de 1857 com os libertos de S. Nicolau de quem se queixa o Governador do Concelho, já que têm “... desenvolvido a mais pessima conducta”, pois não só abandonaram os seus senhores como “se têm tornado roubadores e perfeitamente vadios”, pelo que a Junta pede providências ao Governo Geral, na medida em que julga não é sua atribuição intervir¹⁵.

¹³ Arquivo Histórico Nacional, Secretaria Geral do Governo, Documentos Avulsos, A1/F3/CX. 576 – Junta protectora dos Escravos e Libertos, Ofício de 18 de Julho de 1867.

¹⁴ Ver, por exemplo, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Secretaria Geral do Governo, livro n.º 874, 1858, Janeiro-Fevereiro.

¹⁵ Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, Secretaria Geral do Governo, Documentos Avulsos, A1/F3/Cx.576, Junta Protectora dos Escravos e Libertos, Ofício de 30 de Dezembro de 1857.

A morosidade da Junta nota-se também em alguns dos seus officios, em que só passado um ano ou mais se dá conta do direito à liberdade que tinham alguns escravos, como aconteceu com Pedro, ao serviço dum major.

Nas sucessivas queixas dos escravos depara-se-nos sistematicamente a Junta a mostrar a sua não razão.

Rosa é uma escrava “fujona” que põe na mão do Curador da Junta 20 mil réis para ser liberta, o que o dono recusa por valer o dobro. Apesar de fugida há muito tempo, o senhor aceita-a e promete não a castigar, ficando desde logo com os 20 mil réis. Passados dez anos Rosa reclama que entregara ao Curador de Escravos mais dinheiro, 90 mil réis, o que aquele nega peremptoriamente. Mesmo assim, por intervenção do juiz, foi então alforriada pela quantia de há dez anos, vistos os respectivos juros¹⁶.

Também a escrava Teresa se queixa ao curador da sua senhora que “a maltratara com pancadas”, a qual explicou que não era assim. Teresa é que, para não trabalhar, “pela sua propria mão havia deitado lentamente agua a ferver nos pés e nas mãos”, o que é corroborado por dois vizinhos. Mostrou-se arrependida, mas logo depois roubou dinheiro dum cofre e algumas formas de açúcar...

E conclui o Curador: “Por esta forma já se vê a qualidade da escrava em questão, sendo para sentir que o castigo fosse nenhum, quando bem merecia, pelo menos, cincoenta varadas.

Parece-me que se devia quanto antes adoptar uma medida limitando o castigo adequado ao delicto, aliás é muito para reear as consequencias tristes, se se continuar a prestar attenção tão seria aos falsos queixumes d’esta raça”¹⁷.

Não podemos esquecer que estamos perante uma sociedade e mentalidade escravocratas, em que os preconceitos são mais que muitos, para além da própria realidade que em nada favorece os escravos. Daí a acção prática da Junta nos parecer sempre manietada por algo.

É a própria Junta que nos revela estas características que a pressionam para o immobilismo, por exemplo, quando mais que uma vez refere que para

¹⁶ *Idem, ibidem*, Offícios de 4 de Maio e 17 de Julho de 1867.

¹⁷ *Idem, ibidem*, Ofício de 14 de Abril de 1859.

a avaliação do preço dum escravo é sempre preferível um acordo, quase sempre tendo o pároco como intermediário, que proceder a uma louvação que era fatalmente favorável aos senhores.

Por outro lado não conseguimos aferir qual o critério da Junta, se é que o tinha, para interferir na libertação de escravos, pois deparam-se-nos situações quase aberrantes, como é o caso do escravo Pedro, que possui 30\$060 réis para a sua alforria, a dona queria 80\$000, e por interferência do pároco passa para 40\$000 réis. Como constou à Junta que Pedro tinha um pecúlio maior, guardou no seu cofre a quantia anterior e disse-lhe que esperasse para ser abonado do resto pela Junta, pelo que devia habilitar-se e esperar pela sua vez, segundo a antiguidade¹⁸.

E surgem-nos casos que tocam, no mínimo, o limiar da negligência, senão mesmo corrupção:

Em 1845, Domingos, liberto, fora de barco de Bissau para a Praia em companhia dum coronel, que o reduziu à escravidão vendendo-o. Em 1862 o Curador apresenta a questão à Junta para resolver a situação, que se complicara por falta de documentação, inclusivamente o estar omissa no Despacho da Alfândega da Praia.

O Curador afirma mesmo “que não desejando que se fizessem maus juízos a seu respeito, julgando-se que elle não promovia a liberdade àquelle escravo, por pertencer a um seu cunhado...”.

O facto é que após várias diligências, até junto do Curador em Bissau, se chegou à conclusão de que todos os documentos tinham sido inadvertidamente entregues com outros a Domingos pelo próprio Curador¹⁹.

Surgem outros casos curiosos, como a anuência da Junta em, a pedido dum dos grandes senhores de escravos, António da Costa Ferreira Borges, “remover” para Bissau um seu liberto, José, que tinha perdido o juízo e com o qual já tinha “feito avultadas despesas”. Esta “remoção” era aconselhada pelos médicos, para quem a mudança de ares poderia fazê-lo recuperar o juízo²⁰.

¹⁸ *Idem, ibidem*, Ofício de 17 de Dezembro de 1868.

¹⁹ *Idem, ibidem*, Ofícios da Junta de 20, 23 e 26 de Maio de 1862.

²⁰ *Idem, ibidem*, 14 de Janeiro de 1862.

Já a outro nível, como se explica num relatório contabilístico enviado pela Junta ao Governador Geral, relativo ao quinquénio de 1857-62, as receitas provenientes essencialmente dos impostos sobre os escravos, desde registos a compras e vendas, etc., foram razoáveis, como logo em 1857, 374\$755 só pelo registo de 1499 escravos do Concelho de Santa Catarina. E no que toca às despesas, uma parte substancial foi gasta em ordenados e gratificações para o secretário, nada menos de 12\$500 réis mensais, para além de outros emolumentos a amanuenses da Junta²¹.

Praticamente só a partir de 1562 é que a Junta começa sistematicamente a disponibilizar crescentes verbas para a libertação de escravos ou ajuda esporádica a libertos, talvez devido ao montante que tem em cofre. Em 1867 este cofre foi fechado por muito tempo, devido a ter-se “desencaminhado” a chave dum dos claviculários. Por fim, procedeu-se à sua abertura formal, com o respectivo inventário do seu interior, sendo então solicitado ao Governo Geral a constituição duma comissão para realizar uma espécie de auditoria à contabilidade, escrita etc., apenas para “que a Junta possa obrar regularmente e desviar de si qualquer insinuação que porventura alguém mal intencionado queira irrogar.” Também isto não abona nada de bom em relação à Junta²².

No que diz respeito a outras funções da Junta de Escravos e Libertos, verificamos que no início de 1859 a Junta é solicitada pelo Governador Geral para arranjar dez libertos resultantes do decreto de 14 de Dezembro de 1854 a fim de servirem como marinheiros no brigue de guerra *Sado*.

A Junta refere então que não sabe “qual tem sido o resultado obtido pela execução das leis de 30 de Junho e 24 de Julho de 1856 sobre a manumissão de escravos e filhos de mulher escrava...”, pelo que vai com brevidade oficializar uma certidão para os párocos darem essas informações.

Antes disso deve ter pedido às autoridades de outras ilhas para mandarem libertos, ficando-nos apenas a resposta da Administração do Concelho de Maio, que, não podendo mandar os seis libertos que lhe tinham sido

²¹ *Idem, ibidem*, Ofício de 22 de Dezembro de 1862.

²² *Idem, ibidem*, Ofício de 4 de Julho de 1867.

pedidos, manda apenas um, Manuel Loff, em consequência do seu mau comportamento, ficando assim sob a tutela da Junta²³.

Como consequência aparece a Junta em Junho do mesmo ano, 1859, a solicitar informações ao cura da Sé da Praia sobre a manumissão dos escravos e filhos de mulher escrava, em conformidade com a lei de 24 de Junho e 30 de Junho de 1856.

Não sabemos se o mesmo pedido foi extensivo a todos os párocos, sabemos apenas que este padre não sabia de nada, nunca tinha recebido qualquer informação a esse respeito, pelo que nada podia fazer.

Tratando-se do cura da Sé, onde o Presidente da Junta era o bispo (que nunca está) ou um seu representante, como se justifica tal desconhecimento passados anos, precisamente na cidade, capital da província e onde precisamente se sediava a Junta Protectora de Escravos e Libertos?

Podemos imaginar qual seria a situação em todo o arquipélago...

Sabemos também que só a 9 de Outubro de 1866 é que a Junta Protectora de Escravos e Libertos leva a cabo um pedido a todos os administradores do Concelho no sentido de enviarem mapas dos escravos então existentes nos respectivos concelhos, faltando ainda em Março de 1868 a resposta de Santo Antão, segundo um officio da Junta para o Governador Geral.

No entanto, através dum outro officio de Setembro de 1867, sabemos que em 1856 havia 158 escravos em S. Nicolau e 170 em Santo Antão; nos averbamentos até 1858 registaram-se em S. Nicolau, entre falecidos e libertos, 88 escravos, 95 em Santo Antão. Restavam, assim, 70 escravos em S. Nicolau e 75 em Santo Antão.

Segundo a própria Junta, "vê-se porem que no espaço de quasi dez annos, alteração alguma tem tido os respectivos registos e não é crível que durante esse período não tenha havido differença consideravel para menos ao numero referido.

A Junta Protectora convicta que havendo uma escrupolosa inspecção obter-se-ha o resultado provavel do diminuto numero desses infelizes n'aquellas ilhas e animada pelo desejo de conseguir que em pouco

²³ *Idem, ibidem*, Offícios da Junta de 25 de Fevereiro, 5 e 14 de Março de 1859.

tempo, fique extincta de facto a escravidão alli como o foi já na de São Vicente."²⁴

E acrescenta:

... A respeito de S. Nicolau a Junta para esse fim recebeu ordem do Governo de Sua Majestade em Regia Portaria a 29 de Setembro de 1858 e achando-se habilitada com o saldo em cofre de R. 351\$696; accordou em sua sessão de 19 do corrente mez o pedir a Sua Ex.^a o Governador Geral o apoio necessario a fim de que áquellas ilhas passe alguém commisionado não só para promover o resgate dos escravos que ainda alli existissem como também para previamente proceder a uma revisão do antigo registo e dos documentos que devem apresentar os Senhores d'aquelles adquiridos depois d'elle, tirando-se por esta forma os seguintes resultados:

1.º- Saber ao certo qual o n.º real dos escravos alli existentes hoje.

2.º- Fiscalizar se o imposto criado em decreto de 28 de Outubro de 1857, pela venda dos mesmos escravos, tem ou não sido pago nos termos estabelecidos no mencionado decreto; e fazer arrecadar o que se acha em divida: confiando a Junta que os dinheiros que devem entrar de tal procedencia junto com o saldo que tem em cofre serão sufficientes para acabar com a escravidão nas duas mencionadas ilhas; prestando-se assim enquanto o mesmo se não possa fazer com relação ás mais ilhas do archipelago e á Guiné, um bom serviço em relação ás forças de que pode dispor a Junta em vista dos seus escassos meios...

Esta extensa citação evidencia bem outro aspecto do funcionamento da Junta, sempre com boas intenções...

O próprio Regulamento da Junta, datado só de 1867, há tempos estudado por nós, demonstra algo que em todo este arrazoado nos parece essencial – o espírito, a mentalidade escravocrata que dominava a sociedade e de que a Junta Protectora de Escravos e Libertos era apenas um elemento, pelo que pouco havia a esperar quanto ao tratamento e protecção de escravos e libertos, conceitos que continuavam a ser encarados sob um ponto de vista escravocrata.

²⁴ *Idem, ibidem*, Officio da Junta de 24 de Setembro de 1867.

Parte II
Problemáticas da escravidão
no Brasil

Creolização, solidariedade e ascensão social: os negros na capitania do Espírito Santo (1790-1815)*

ADRIANA PEREIRA CAMPOS**

E assim é esta a mais fértil capitania e melhor provida de todos os mantimentos da terra que outra alguma que haja na costa.

Pêro de Magalhães Gândavo, historiador português, 1576.

No ano de 1534, a Capitania do Espírito Santo, no Brasil, doada ao fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, envolvia um território cinco vezes maior do que o Reino de Portugal. Na verdade, a Capitania espírito-santense figurava, dentre todas as quatorze existentes, como um dos empreendimentos que melhor atendia às pretensões do Rei de Portugal em intensificar a colonização de suas terras americanas. Não chegou ela a obter, contudo, o esplendor das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, haja em vista as dificuldades com os povos indígenas. De outra parte, não se pode dizer que a tarefa não tenha alcançado algum êxito, pois ao longo do tempo, apesar dos problemas, foram sendo construídas sesmarias, fundadas vilas e

* O objetivo desse artigo é apresentar o atual estágio de pesquisa, realizada no âmbito do Departamento de História da UFES, com suporte financeiro do CNPq e da FAPES, a respeito das hierarquias sociais na Capitania do Espírito Santo, Brasil, na passagem do século XVIII para o XIX.

** Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ, pesquisadora do Centro de Estudos dos Oitocentos – CEO/PRONEX/CNPq e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa e o levantamento dos inventários relatados no texto contaram com o apoio da bolsista de Iniciação Científica – PIBIC, Enaile Flauzina Carvalho.

edificados fortes. A trajetória do Espírito Santo no período colonial carece ainda de novos estudos, embora se saiba que sua vantajosa posição no século XVI foi seriamente abalada no correr dos dois séculos seguintes, chegando a ser vendida pelos herdeiros da família Coutinho em 1674. Em 1700, parte do seu território, cravejado de minerais preciosos, desmembrou-se em favor da mais nova Capitania da Coroa, as Minas Gerais. Finalmente, em 1718, Portugal readquiriu a Capitania pelo mesmo valor de venda em 1674.

Depois de tornar-se Capitania da Coroa, iniciou-se em 1726, por ordem do Vice-Rei, um processo de construção de fortificações ao longo de toda a costa do Espírito Santo a fim de defender a região de ataques piratas. Uma idéia da dimensão econômica da Capitania pode ser obtida se lembrarmos que, no ano de 1731, sua sede, Villa da Vitória, contava cinco mil habitantes, distribuídos entre brancos, pardos, pretos forros e cativos, de posse de setecentas armas de tiro e com dízimos somando 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis). Em 1768, a Capitania viu aumentar o seu efetivo militar por ordem do Marquês de Lavradio, Governador e Capitão-General da Bahia, que fez aportar em terras capixabas¹ a Companhia de Infantaria Pinto, composta por sessenta homens, além de ordenar a construção de mais uma fortaleza, desta feita na Ilha do Boi, e a reforma dos demais fortes existentes na Barra de Vitória. Mais tarde, em 1780, a Capitania do Espírito Santo registrava uma população de 15 600 homens e, no final do século, existia já expressivo número de fortificações, além de um Regimento de Infantaria e duas Companhias de Cavalaria.

Juntamente com a expansão das fortalezas, chama atenção o contingente de escravos da Capitania. Em Vitória, por exemplo, existiam dois deles para cada habitante livre, já que os cativos somavam 4 898 indivíduos e os não-cativos, 2 327, segundo dados levantados no ano de 1790 (AU/CU, 1790). As notícias do período relatam certa dinâmica da economia do lugar. O Capitão-Mor Inácio João Mongiardino ([1790] 1978, p. 45) informou, em carta redigida ao Governador da Bahia, que se exportava do Espírito Santo 276 mil varas de pano de algodão, 202 arrobas de fio de algodão, 5

¹ "Capixaba" é o termo corrente para o habitante nascido no Espírito Santo.

100 arrobas de algodão aberto, 4 877 arrobas de açúcar, além de quantidades não especificadas de arroz, milho e madeira. No total, foram exportados, em 1789, 45:648\$480 (quarenta e cinco contos e seiscentos quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta réis). Embora tais registros históricos justifiquem uma pesquisa a respeito da estatura econômica da Capitania no período, os estudos empreendidos têm sistematicamente reduzido os fatos citados a meros indicadores de pobreza e estagnação do Espírito Santo à época (Almada, 1984; Bittencourt, 1987). A fim de colocar à prova tal avaliação, apresenta-se, no que segue, o processo histórico de formação de uma comunidade afro-brasileira local, que deu origem a uma população crioula livre, demonstrando, inclusive, a possibilidade de ascensão de antigos escravos no mundo dos livres.

1. Uma visão geral

O fidalgo Vasco Fernandes Coutinho aportou a caravela *Glória* em terras capixabas no dia 23 de maio de 1535, data dedicada ao Divino Espírito Santo e que serviu de inspiração ao batismo da nova terra. O primeiro recanto a receber o donatário foi a enseada localizada na atual cidade de Vila Velha, que recebera essa denominação quando os colonos resolveram deixá-la, devido à hostilidade dos índios. Isso porque, ao fixarem-se na ilha de Santo Antônio, passou ela a ser conhecida como a Villa Nova, posteriormente chamada de Villa da Vitória. Importa salientar que a ilha para a qual se deslocou Coutinho, ainda em 1551, cresceu em importância e tornou-se a Cabeça da Comarca² do Espírito Santo durante o período colonial.

No século XVIII, permanecia Vitória como a sede da única Comarca da Capitania e os inventários mais antigos, localizados nesta pesquisa, encontram-se arquivados em poder do Cartório da 1.^a Vara de Órfãos de Vitória, cujos documentos datam da última década do setecentos em diante, embora haja um único inventário, anexado a outro, iniciado em

² Comarca designa uma divisão judiciária colonial que subsiste ainda hoje no Brasil.

1764. Os processos levantados até o momento, relativos ao período de 1790 a 1815, somam 166 autos. Na Tabela 1 abaixo se apresenta o quadro de fortunas capixabas para o período:

Tabela 1. Composição das Fortunas, Capitania do ES (1790-1815)

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 - 200	19	11,4	11,7	11,7
	200 l-- 500	35	21,1	21,5	33,1
	500 l-- 1000	47	28,3	28,8	62,0
	1000 l-- 1500	25	15,1	15,3	77,3
	1500 l-- 2000	13	7,8	8,0	85,3
	2000 l-- 5000	16	9,6	9,8	95,1
	5000 l-- 7500	1	0,6	0,6	95,7
	7500 l-- 10000	3	1,8	1,8	97,5
	10000 l-- 15000	2	1,2	1,2	98,8
	15000 l-- 20000	1	0,6	0,6	99,4
	20000 l-- 30000	1	0,6	0,6	100,0
	Total	163	98,2	100,0	
Não contados	Nada consta	1	0,6		
	Doc. perdido	2	1,2		
	Total	3	1,8		
	Total	166	100,0		

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

As informações acima permitem vislumbrar um quadro de riquezas na Comarca do Espírito Santo marcado por fortunas médias e baixas, se comparadas a outras capitanias do Brasil, tais como a Bahia e o Rio de Janeiro. De acordo com Mattoso (1997, p. 161), em torno da metade da riqueza na Bahia, no século XIX, concentrava-se nas grandes e médias fortunas, isto é, em inventários cujos montantes ultrapassavam 10:000\$000 (dez contos

de réis). Já no Rio de Janeiro, no início do século XIX, consoante Fragoso e Florentino (1998, p. 90), dois terços do patrimônio inventariado estava sob poder de 10% dos homens mais ricos do lugar. No Espírito Santo, embora predominassem fortunas médias e baixas, a riqueza acumulava-se em poucas mãos, já que menos de 20% dos mais ricos reuniam as maiores fortunas.

2. Os escravos na composição das fortunas

Assim como na Bahia e no Rio de Janeiro, identificou-se na Capitania do Espírito Santo que alguns poucos homens possuíam o controle da produção de riquezas. Visitando os levantamentos populacionais produzidos pelas autoridades da época, verifica-se na Capitania, na última década do oitocentos, uma população de 22 493 almas. Se considerarmos que no Brasil existia então uma população de cerca de 3 250 000 habitantes, a Capitania do Espírito Santo respondia por somente 0,6% da população total da colônia. Em 1872, quase um século mais tarde, dos 10 112 000 brasileiros, apenas 82 137 habitavam a Província do Espírito Santo, perfazendo, novamente, menos de 1% da população do Império.

Partindo dessas constatações, cumpre decifrar as riquezas produzidas na Capitania de modo a determinar suas fontes. Em primeiro lugar, desponta com absoluta distinção a posse de cativos na Comarca do Espírito Santo. Como já mencionado anteriormente, as autoridades da Capitania divulgaram, em 1789, um censo em que a Freguesia de Vitória constava com 2 327 habitantes e 4 898 escravos, enquanto na Capitania existiam 10 749 livres e 6 834 escravos. Daemon (1884, Parte 5, p. 14) noticiou que pela estatística do ano de 1812, realizada por certo Capitão Vasconcellos, "a Capitania constava de 11 900 indivíduos livres e 12 100 escravos, no total de 24 000 almas". No mesmo diapasão, encontrou-se um conjunto de 1 381 escravos nos 166 inventários pesquisados, totalizando uma mediana de 6 escravos por inventariado.

Tabela 2. Escravos Inventariados, Capitania do ES, 1790-1815

1381 Escravos	Inventários com escravos	154
	Inventários sem escravos	12
Média		8,9
Mediana		6,0
Moda		1,0
Desvio		12,3
Percentis	25	3,0
	50	6,0
	75	10,0

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

Seguindo a Tabela 2 acima, observa-se que menos de 25% dos inventários possuíam até três escravos, menos de 50%, até seis, sendo que mais de dez escravos constavam em apenas 25% desses inventários. Merlo (2003, pp. 64, 80) identificou, em outra documentação, 1 367 escravos distribuídos em 170 inventários entre 1800-1830, o que resultaria na média aritmética de 8 escravos. Em vista do censo produzido pelo Capitão-Mor da Capitania em 1789, dos dados apresentados por Merlo e das informações coligidas pela pesquisa aqui exibida, pode-se afirmar a existência de uma população escrava significativa no Espírito Santo. A vila de Rio Claro, por exemplo, na Província de São Paulo, localizada em região próspera graças ao sistema de grande lavoura, chegou a concentrar 4 980 escravos no ano de 1884 (Dean, 1977), atingindo sua maior população cativa durante o oitocentos. A sede da Capitania do Espírito Santo, Villa da Vitória, por sua vez, tivera igual população escrava em 1789, ou seja, um século antes.

Uma primeira aproximação nos mostra que em apenas doze inventários, dentre os 166 pesquisados, não constavam escravos, representando uma proporção de 7,2%. Ora, mais de 90% dos inventariados possuíam escravos, o que tornava a propriedade escrava um bem comum entre os cidadãos da Comarca. Esse número é confirmado por Merlo (2003, p. 73)

em que foram também encontrados escravos em mais de 80% dos inventários. Confirma-se, portanto, que a mão de obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo em fins do setecentos e começo do oitocentos.

Nos inventários levantados entre os anos de 1790-1815 encontraram-se 507 escravos com idade entre 0 e 15 anos (36,7%), 614 entre 15 e 46 anos (44,5%) e 181 entre 46 e 100 anos (13,1%). Assim, a primeira faixa etária possuía uma população cativa apenas levemente inferior à seguinte, o que demonstra um expressivo número de crianças e jovens entre os escravos do Espírito Santo, principalmente quando se constata, conforme a Tabela 3, que a origem desses cativos aponta para certa reprodução em cativeiro.

Tabela 3. Classificação dos Escravos por Origem e Faixa Etária, Capitania do ES, 1790-1815

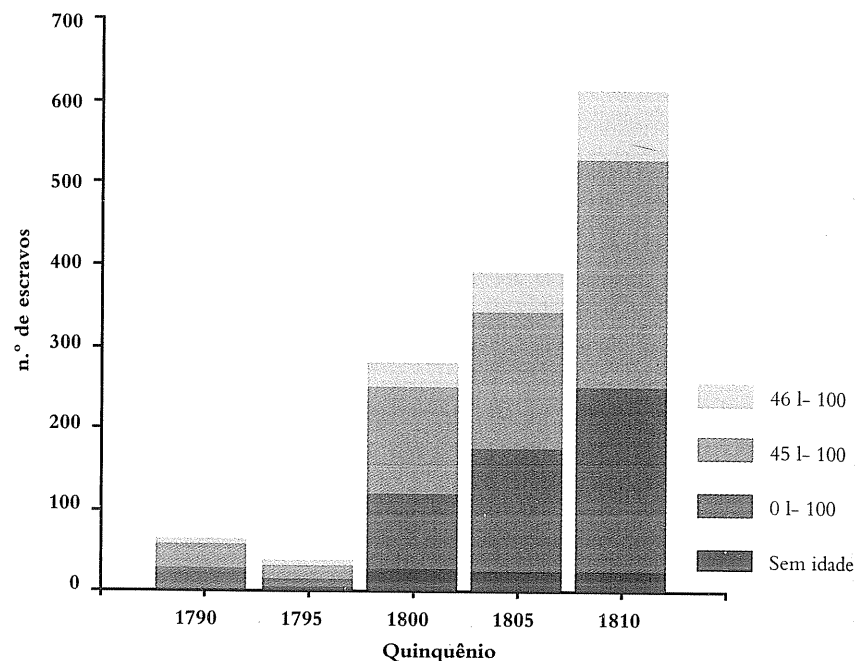
		Faixa Etária			Total
		0 -- 15	15 -- 46	46 -- 100	
Origem do Escravo	Crioulo	486	408	78	972
	Angola	5	169	81	255
	Benguela	0	3	1	4
	Congo	0	4	1	5
	Mina	0	9	3	12
	Teulão	0	0	1	1
	Outros	3	9	9	21
Total		494	602	174	1270

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

Dos 494 escravos da primeira faixa etária (0-15 anos), apenas oito eram de procedência africana. Já na segunda faixa etária (15-46 anos), dos 602 escravos, 408 eram crioulos, nascidos no Brasil, e os demais africanos. Provavelmente, as dificuldades do cativeiro e da época, dadas as condições

sanitárias gerais, faziam com que houvesse significativa mortalidade infantil que obrigava a reposição de cativos por meio da importação de braços via tráfico negreiro. Trabalhando apenas com as médias de cada faixa etária para todo o período das fontes levantadas, obtém-se o gráfico abaixo:

Gráfico 1. Faixa Etária de Escravos



Cumprir notar que havia um número de 486 crioulos na primeira faixa etária, número superior a segunda faixa etária, com 408 crioulos. Verifica-se, confrontando as informações, uma queda de 16,04% dentre os escravos nascidos no Brasil e aqueles que atingiam a idade produtiva (15 a 46 anos). Todavia, nos inventários constam 298 africanos importados para o Espírito Santo, perfazendo um total de 23,4% da escravaria arrolada nos processos, o que evidencia uma reposição superior à diferença de crioulos verificada entre as duas primeiras faixas etárias. Em conclusão, percebe-se um cres-

cimento não só vegetativo das escravarias capixabas como também seu incremento mediante a importação de africanos:

Tabela 4. Escravos por Quinquênio

Quinquênio	Número de escravos	Percentual
1790/1794	63	4,6
1795/1799	38	2,8
1800/1804	278	20,1
1805/1809	389	28,2
1810/1815	613	44,4
Total	1 381	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*
e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

Para a Capitania do Espírito Santo, em fins do século XVIII e início do século XIX, a reposição de escravos africanos raramente ocorria pelo abastecimento direto de navios negreiros vindos da África. Como informa o Conselheiro de Estado do Rei de Portugal, Francisco Manoel da Cunha, dirigindo-se ao Conde de Linhares em 1811,

[...] a capitania do Espírito Santo, antigamente tão florescente pelo comércio direto com a Europa e África, perdeu o seu brilhantismo. [...]. Algumas vezes as embarcações daquela capitania vão a Pernambuco e Rio Grande do Sul, mas a sua navegação ordinária é sempre ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia [...]. (*apud* IHGB, 1849 [12], pp. 511-518.).

Apesar das oscilações no comércio entre as capitanias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do oitocentos (cf. Frago, 1998, pp. 101-7), os produtores espírito-santenses permaneceram necessitando de braços servis, aumentando, inclusive, os números de cativos por meio da importação de africanos, segundo informa a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5. Origem dos Escravos

Origem do Escravo	Escravos	%
Angola	265	91,4%
Benguella	6	2,1%
Congo	5	1,7%
Mina	13	4,5%
Teulão	1	,3%
Total	290	100,0%

Fonte: Inventários *post-mortem*
e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

Os inventários levantados apontam uma população africana vinda principalmente de Angola, enquanto os demais não formavam um contingente superior a 10%, impondo-se conhecer as rotas que trouxeram esses cativos até as terras capixabas, pois não se tem notícia de embarcações saídas do porto do Rio de Janeiro trazendo escravos para o Espírito Santo a exceção apenas de uma carga em 1812 (Fragoso, 1998, p. 101).

Sobre a importância de se estabelecer as rotas internas dos escravos chegados ao Brasil, Mamigonian (2005, pp. 38-9) assim se manifesta:

A exploração das rotas terrestres, marítimas de cabotagem ou ainda fluviais, para a investigação das rotas internas do tráfico de escravos por todo o país há de ser o tema mais promissor dentre os ainda pouco explorados nesta área. O hipotético mapa das 'rotas dos escravos' no Brasil seria completo com trabalhos acerca do tráfico atlântico conduzido a partir de pontos que não fossem o Rio de Janeiro e a Bahia, com suas respectivas rotas do tráfico interno.

A autora tem razão sobre a ausência de pesquisas das rotas internas de escravos no Brasil. Somente o estudo dos caminhos marítimos do comércio transatlântico não basta para compreender a origem dos africanos trazidos para o Espírito Santo. Como o incremento de escravos originários da África provinha daqueles contingentes humanos conhecidos como ango-

las, pode-se afirmar que os comerciantes iam procurar principalmente no Rio de Janeiro os braços requeridos pelos capixabas. Miller (1999, p. 34) informa que a "[...] década de 1770 foi uma época em que os comerciantes do Rio [de Janeiro] avançaram de Benguela para o porto de Luanda com sua geribita, levando também um crescente conjunto de mercadorias britânicas e outras da metrópole, adquiridas legalmente no Brasil." Os senhores do Espírito Santo não importavam seus africanos da Bahia, pois, ainda de acordo com Miller (1999, p. 34),

[...] os comerciantes em Salvador, portanto, ficaram empatados com seus negócios no comércio da costa da Mina, que supria parte das necessidades de trabalho escravo em Pernambuco. Poucos deixaram Luanda sob os auspícios de companhias do nordeste do Brasil.

Como não há um trabalho a respeito das origens étnicas dos africanos no Espírito Santo, vincula-se aqui o cognome angola aos cativos oriundos de toda uma parte da África Ocidental que comportava diversos portos visitados pelos negociantes cariocas (naturais do Rio de Janeiro) e distribuídos ao longo da costa conhecida por Angola (Thornton, 2004, p. 254). Do Rio de Janeiro, porém, não se trazia para o Espírito Santo somente angolas. A respeito da movimentação do porto carioca nas primeiras décadas do século XIX, Fragoso (1998, p. 167) esclarece que as embarcações de menor porte, como as lanchas, transportavam majoritariamente mercadorias destinadas aos mercados externo, enquanto as maiores (sumacas e bergantis) hegemonizavam os produtos voltados para o mercado interno. A Capitania do Espírito Santo, de sua parte, entre os anos de 1812 e 1822, enviava mais lanchas do que sumacas e bergantis para o porto carioca, caracterizando majoritariamente transações de mercadorias para o exterior do país. De igual modo, Florentino (1995, p. 46) oferece informações precisas a respeito da distribuição de africanos por meio da navegação de cabotagem indicando que para o Espírito Santo partiram, em 1812, 1,9% dos escravos embarcados para outras partes do Brasil do porto do Rio de Janeiro.

Dentre os inventários levantados, constam pelo menos sete embarcações que indicam certa rota marítima de importação e exportação no

Espírito Santo por meio de cabotagem. Há registros, em documentos de descrição dos bens dos inventariados, nos quais figuram duas sumacas e cinco lanchas. No inventário de Francisca das Neves, por exemplo, seu marido, José Ribeiro Pinto arrolou, em 1811, duas embarcações dentre os bens do casal: uma lancha, denominada Santa Rita, e uma sumaca, com o nome de dois santos, Santo Antonio e São José. No período da abertura do inventário, Ribeiro Pinto declarou que sua sumaca encontrava-se em viagem pela Barra. O registro dessas embarcações assim aparece no dito inventário:

Foi vista e avaliada a lanxa de pescaria denominada Santa Rita, com seu competente pano Masame pronta a seguir viagem em seu preço e valor de trezentos mil réis, cuja quantia em frente say.

Declarou o viuvo inventariante de baixo do juramento que lhe encarregado que a Sumaca Santo Antonio Sam José [ilegível] Barra fora importante seu casco Masame ferros pano a elle pertencente na quantia de trez contos quatrocentos mil réis cuja quantia a margem em frente say (1813).

Entre 1798 e 1810, Ribeiro Pinto ocupou importantes postos na Capitania de Vitória como Capitão-Mor e Juiz de Órfãos, além de acumular considerável patrimônio que, até o falecimento de sua esposa, somava mais de 20:000\$000 (vinte contos de réis). O casal possuía ao menos 43 escravos (o inventário levantado estava incompleto no cartório) e, dos bens arrolados, constavam vários imóveis urbanos, entre casas e lances de chão em importantes ruas de Vitória, além de muitas peças de ouro, assim como vários créditos junto a terceiros. Pode-se inferir da leitura desse inventário que José Ribeiro Pinto, ao lado de suas funções públicas, tratava-se de rico comerciante no Espírito Santo, dedicado a exportar produtos para outras praças da colônia e delas trazer os artigos consumidos pela população local, inclusive escravos, o que explicaria a ausência de qualquer plantação ou engenho no rol de seus bens. Ribeiro, talvez, guardasse alguns cativos para a venda ou para o aluguel na cidade. O certo, porém, é que sua sumaca e sua lancha serviam a propósitos comerciais, incluindo a exportação de gêneros produzidos por mão de obra escrava no Espírito Santo e a impor-

tação de artigos como carnes, vinhos, panos finos, além de eventuais africanos arrematados no Rio de Janeiro. Evidentemente, o comércio praticado por esse funcionário público favorecia-se de sua posição na burocracia local, ensejando, inclusive, que ele providenciasse o ingresso do filho na mesma carreira, enviando-o à Corte a fim de prepará-lo para assumir o cargo de Juiz de Fora em Angola.

No mesmo sentido, outros inventários mostram certa dinâmica na navegação de cabotagem do Espírito Santo. No inventário de Joaquim de Carvalho, no ano de 1803 e morto em viagem a Bahia, relacionam-se nove alqueires e meio de feijão guardados no porão de uma sumaca que naufragou. A situação desse português, natural de Lisboa, que perecera na costa do Espírito Santo, demonstra a importância do movimento desse tipo de embarcação no litoral capixaba. Outro indício encontra-se no inventário de João Nunes Pereira, morto por afogamento no retorno de uma viagem a Bahia na lancha Estrela. O inventariado ocupava a função de mestre na embarcação de João Pinto Ribeiro, sendo morador da Villa da Vitória e tendo deixado cinco filhos e uma viúva. Embora esse mestre de navegação possuísse cinco escravos, legou apenas dívidas para seus herdeiros, talvez porque cada empreitada de negócios no mar lhe obrigasse a tomar empréstimos substantivos para financiar seu comércio, levando-o a endividar-se, inclusive, com o próprio dono do barco, o referido Pinto Ribeiro. Enfim, ambos os casos demonstram barcasas direcionadas a Bahia e, possivelmente, carregadas de gêneros para exportação e para o abastecimento interno da colônia.

O negócio de cabotagem envolvia também o transporte por frete, mediante o qual o comerciante arrecadava produtos da terra para distribuí-los em outras paragens, assim como trazia de alhures gêneros faltantes na Capitania do Espírito Santo. De acordo com informações fornecidas por Francisco Alberto Rubim, Capitão-Mor da Capitania, em suas memórias estatísticas escritas em 1818 e publicadas em Lisboa (1840, p. 22),

A Villa da Victoria [...] faz barra em distancia de I legoa no grande Oceano, e admite n'ella galeras, e bergantis, oferecendo em toda esta distancia, que está

povoada de ilhas capazes para grande fortalezas, excellente ancoradouro para muitas embarcações, abrigado de todos os ventos á excepção sómente do Este que raras vezes apparece. Em toda a villa se aporta em canoas, e escaleres com a maior facilidade; porém seus principais desembarques são o Caes Novo das Columnas, que fica abaixo da casa do governo, o do Azambuja, o Caes Grande, onde atracão até sumacas, o do Santíssimo, o do Batalha, e o do extinctos Jesuitas, vulgarmente chamado de porto dos padres.

A dinâmica da cabotagem, portanto, propiciava a existência de diversos cais na orla de Vitória, ensejando, ademais, alguns pertencentes a comerciantes como os de um certo Batalha e outro de um Azambuja. A atividade comercial não cessava nas barras do mar, estendendo-se pelos rios navegáveis por canoas e por incontáveis portos fluviais que serviam à redistribuição dos gêneros chegados pelos cais marítimos. Na barra de Cariacica, por exemplo, localidade próxima a Vitória e existente até os dias atuais, havia o Porto de Itacibá que servia aos rios Caryacica, assim como ao Jucu e ao Santo Agostinho, na margem dos quais se situavam nada menos do que 20 engenhos de açúcar e 12 engenhocas (Rubim, 1840, p. 24). Em razão do uso dessas artérias fluviais, registram-se 23 inventários com canoas diversas. Enfim, tais embarcações redistribuíam os produtos chegados nos cais marítimos e traziam do interior da capitania os vários gêneros produzidos em torno dessas bacias. Os barcos possuíam a propriedade também de servir de transporte mais rápido entre as diversas localidades e a sede da comarca.

3. Escravidão, família e reprodução em cativeiro

Diante do exposto, pode-se verificar que a importação de africanos para a Capitania do Espírito Santo ocorria por meio de navegação de cabotagem, vinda, sobretudo, do Porto do Rio de Janeiro. Os dados obtidos pela análise dos inventários em Vitória, como visto, mostram a faixa etária de 0-14 anos composta quase exclusivamente por crioulos. Sabendo-se que a população escrava da capitania dividia-se, basicamente, entre os dois primeiros estratos etários, vez que 38,9% dos cativos encontravam-se na

faixa de 0 a 15 anos e 47,2% na de 15 a 46 anos, pode-se afirmar que a reprodução de escravos no Espírito Santo realizava-se, principalmente, pela via da natalidade. Um rápido exame das escravarias mostra uma proporcionalidade entre as crianças com diversas idades, de acordo com a Tabela 6:

Tabela 6. Idade dos Escravos Menores de 15 Anos

Idade	Frequência	Percentual	Percentual Cumulativo
Até 1 ANO	74	5,7	5,7
De 2 a 5 ANOS	167	12,9	18,6
De 6 a 10 ANOS	153	11,8	30,4
De 11 a 14 ANOS	97	7,5	37,9

Fonte: Inventários *post-mortem*
e testamentos do Cartório da 1.ª Vara de Órfãos de Vitória, ES

Em face desse quadro, há razão para asseverar a prevalência de laços familiares mais duradouros entre os escravos no Espírito Santo, cujas relações de parentesco marcavam a vida cotidiana desses cativos nas vilas do lugar. A existência de laços parentais e a reprodução em cativeiro acabavam por conferir à Capitania alguma autonomia diante das oscilações de preço proporcionadas pelo tráfico atlântico, já que lhe poupava a importação dos onerosos escravos angolas.

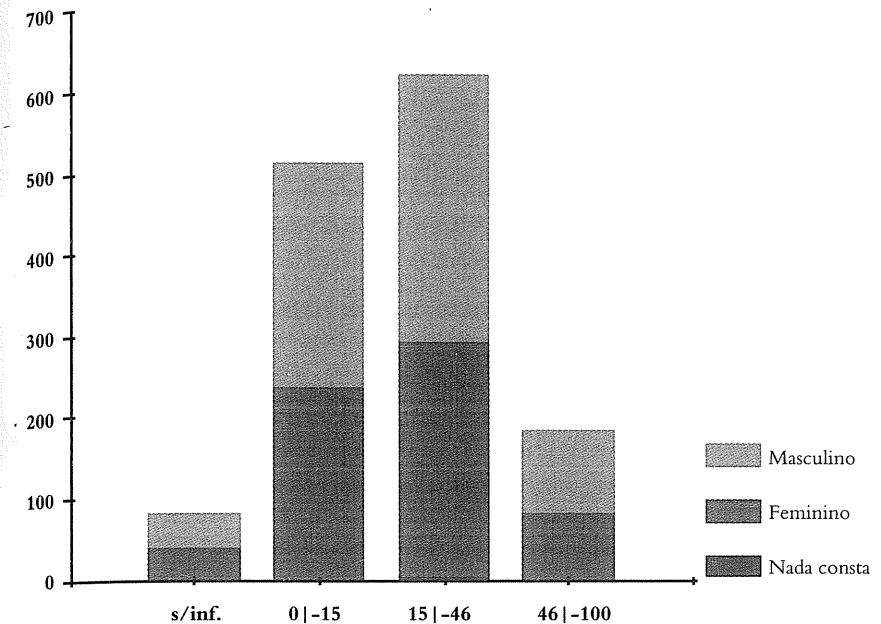
Uma constatação importante nos inventários levantados consiste no balanço relativo entre os sexos, pois, do total de escravos listados, 53,7% eram de homens e 46,3% de mulheres. Essa proporcionalidade, entretanto, não era obtida naturalmente. Na Tabela 7 percebe-se um esforço dos inventariados em suprir suas escravarias de elementos que pudessem trazer o equilíbrio desejado:

Tabela 7. Escravos por Origem e Sexo

Sexo	Origem do Escravo	Faixa Etária			Total
		0 -- 15	15 -- 46	46 -- 100	
Feminino	Crioulo	224	212	43	479
	Angola	4	55	25	84
	Benguella	0	2	0	2
	Congo	0	0	1	1
	Mina	0	5	2	7
	Outros	1	5	5	11
	Total	229	279	76	584
	Origem do Escravo				
Masculino	Crioulo	262	196	35	493
	Angola	1	112	56	169
	Benguella	0	1	1	2
	Congo	0	4	0	4
	Mina	0	4	1	5
	Teulão	0	0	1	1
	Outros	2	4	4	10
	Total	265	321	98	684

Observe-se que a importação dos africanos ocorria na fase adulta e produtiva, entre 15 e 45 anos, suplementando as escravarias, principalmente, de elementos masculinos. Isso porque, dentre os crioulos nascidos na Capitania, embora se verificasse um pouco mais de jovens de sexo masculino até 15 anos, na faixa etária subsequente (15-46 anos) encontravam-se 212 mulheres e 196 homens. A entrada de africanos, portanto, destinava-se exatamente a reparar essa deficiência de escravos varões em idade produtiva nas escravarias do Espírito Santo, conformando-as ao quadro predominante no Brasil. Alcançava-se, desse modo, uma taxa de masculinidade na idade produtiva dos cativos (15 a 46 anos) proporcional às demais faixas etárias, como se pode depreender do gráfico apresentado:

Gráfico 3. Faixa Etária de Escravos por Sexo



Assim, as escravarias capixabas, além de constituírem-se em celeiros de braços para as atividades agrícolas e comerciais dos vilarejos, davam lugar à formação de famílias escravas, como evidencia o número de jovens e crianças nos inventários levantados. Evidentemente, isso não se devia somente ao equilíbrio de sexos nas escravarias. Outras condições concorreram para essa peculiaridade da escravidão capixaba, tais como as dificuldades financeiras enfrentadas pela capitania no período estudado e que inviabilizam importações volumosas de africanos. Sobre esse quadro da economia local apresentam-se, a seguir, alguns dados que os inventários permitiram conhecer e que contribuem para o entendimento do esforço em perpetuar as famílias escravas em cativeiro.

4. O perfil dos negócios

Dos inventários analisados, pode-se afirmar que os escravos representavam a fração majoritária dos ativos nas fortunas inventariadas. Do valor total das riquezas contabilizadas, 253:219\$439 (duzentos e cinquenta e três contos, duzentos e dezenove mil e quatrocentos e trinta e nove réis), a propriedade escrava representava a quantia de 118:902\$919 (cento e dezoito contos novecentos e dois mil e novecentos e dezenove réis). Ou seja, proporcionalmente, os escravos respondiam por 46,96% do patrimônio de todos os inventários. Vale ressaltar que em apenas 12 não constava esse tipo de bem no rol de propriedades. No pagamento de dívidas eram utilizados, preferencialmente, os escravos, possivelmente por conta de sua valorização e liquidez no mercado de bens da época, assim como pelas facilidades em negociações dessa natureza, uma vez que os cativos serviam tanto para trabalhos nas lides rurais quanto no meio urbano. Ao lado dos escravos encontram-se outros bens que respondiam pela metade restante das riquezas inventariadas. O quadro a seguir esclarece a distribuição das mesmas:

Tabela 8. Fortunas Inventariadas – 1790-1815

Setor / Atividade	Valores	%
Escravos	118:902\$919	46,96
Bens Urbanos	50:956\$294	20,12
Bens Rurais	27:822\$076	10,99
Dívidas a Receber	33:104\$411	13,08
Jóias e Metais	6:563\$841	2,59
Outros	15:869\$898	6,26
Total da Riqueza Inventariada	253:219\$439	100,0

Verifica-se que, mesmo reunidos, os bens rurais e urbanos não equivaliam ao total de valores atribuídos aos escravos nos inventários. Chama atenção, contudo, outra atividade concorrente aos investimentos nos setores produtivos. Tratava-se dos empréstimos que, nos registros, apareciam como créditos ou dívidas a receber. Essa rubrica soma 10,9% do total da riqueza inventariada e, mais importante, concentrava-se em alguns inventários, indicando que poucos indivíduos dedicavam-se a essa espécie de negócio. Curiosamente, o inventariado responsável por um dos maiores montantes de empréstimos era uma mulher³, tendo deixado todos os créditos para seu viúvo e legado para os demais herdeiros outros bens. Seu patrimônio, inclusive, além de colocar-se entre as maiores fortunas pesquisadas, com um monte-mor de 3:211\$008, possuía um caráter diversificado, constituindo-se de imóveis urbanos, plantações de variados gêneros, jóias e metais. Essa senhora era também proprietária de bom número de escravos, pelo menos para os padrões da Capitania do Espírito Santo, já que possuía 23 cativos. Analisando-se seu patrimônio, observa-se uma divisão variada dos investimentos, primeiramente em escravos, com valor de 1:667\$000, depois em dívidas a receber, no total de 1:040\$682, seguidas por bens urbanos, avaliados em 672\$280 e, finalmente, algumas posses em bens rurais, na cifra de 112\$100. Da leitura desse inventário é possível detectar a atividade urbana como a principal fonte de riqueza da inventariada, pois seus bens rurais se resumiam a alguns quartéis de plantação, enquanto seus bens urbanos se distribuíam entre diversas casas de morada. Não é difícil imaginar sua ligação com atividade de aluguéis, e não só de imóveis. Com 23 escravos, essa senhora podia igualmente negociar a meação de plantações com lavradores interessados em alugar mão-de-obra servil para aumentar a produtividade agrícola.

Já outro inventariado, João de Barcellos Machado, possuía uma pequena fortuna avaliada em 1:375\$806, graças a um sítio e suas benfeitorias, à sua casa de morada, ao crédito derivado de um empréstimo e aos seus objetos sacros e preciosos. Impressiona, entretanto, a quantidade de 15 escravos, no valor de 802\$400, e que não parece compatível com as necessidades desse

³ A parte de identificação dos envolvidos no inventário foi perdida, constando apenas o arrolamento dos bens e a partilha da herança (1795).

pequeno sitiante. Possivelmente, a exemplo da senhora acima referida, Barcellos devia dedicar-se à prática de aluguel de cativos a seus vizinhos. Consoante Mattoso (1997, p. 452), as fortunas desses locadores de escravos classificavam-se como “médias baixas” dada a diversidade dos bens inventariados. A atividade de rentista constituía-se numa forma de viver sem trabalhar, usufruindo dos dividendos auferidos de empréstimos a juros ou de aluguéis de escravos. Muitas senhoras, inclusive, enveredavam nesse mundo de rendas, pois, como explica Mattoso,

[...] até cerca de 1870, homens ‘vivendo de rendas’ alugavam escravos qualificados para o serviço de pedreiro, latoeiro, carpinteiro ou pintor. Uma outra categoria socioprofissional deve ainda reter nossa atenção: ao lado dos que vivem de rendas e parecem não trabalhar, existe um grupo de homens que exercem vários tipos de trabalho ao mesmo tempo. [...]. Com o de um escravo barbeiro que é também músico, ou de um pedreiro que pode ser enviado para cortar cana, pois estes dizem respeito a ocupações que sucedem e concernem sobretudo a escravos ou pobres livres que não farão fortuna alguma (1997, pp. 164-5).

Vale mencionar ainda que a prática de empréstimos tem sido comumente interpretada como uma ação motivada pela generosidade, pois o dinheiro era, geralmente, de pequena monta, quase nunca ultrapassando alguns mil réis, conforme o caso da senhora mencionada em que nenhum empréstimo alcançava o valor de um escravo em idade produtiva. A atividade rentista, contudo, era sinal de opulência e, sobretudo, do prestígio de um indivíduo que se colocava na posição de conceder auxílio financeiro às pessoas dele necessitadas (Mattoso, 1997, p. 166). Aqui, Francisco de Medeiros Arruda torna-se caso exemplar, pois suas inversões não só visavam auferir rendimentos como, também, se transmutavam em recurso de afirmação social. Seu inventário de 2:188\$595 apresentava como propriedade mais valiosa a escravaria, composta de 7 cativos avaliados em 834\$800. Suas atividades comerciais, ao que tudo indica, estavam vinculadas ao transporte marítimo de mercadorias, pois além da propriedade de um barco equipado de baricas, tonéis e pipas de sebo, consta ainda o ganho auferido numa viagem ao Rio de Janeiro. Esse comerciante, dedicado aos negócios marítimos e

mercantis, não se esquivava de ocasionalmente emprestar alguns trocados, como informam a dívida de um Padre, no valor de 5\$920, ou de outros seis casais, cujas dívidas totais não ultrapassavam mil réis.

Outro proprietário de significativa escravaria foi Francisco Cardoso de Oliveira, detentor de fortuna quase totalmente composta por escravos. Francisco, no entanto, era homem dedicado às atividades rurais, possuindo três sítios, um quinhão de terras denominado Tamboray, além de um rebanho composto de cinco vacas e dois novilhos, esses últimos batizados carinhosamente de Maldecilva e Ramalhete. Esse lavrador empenhava-se na plantação de gêneros como mandioca, algodão e bananas, também inventariados provavelmente por tais roças estarem fora do tempo de colheita. Assim, não seria arriscado afirmar o caráter comercial dessas lavours, uma vez que uma roça de subsistência não chegaria a constar do processo de inventário, enquanto os produtos referidos no documento constituíam-se, outrossim, em mercadorias com valor digno de ser legado aos herdeiros. No caso em tela, o uso da mão-de-obra cativa justificava-se pelo emprego em uma agricultura para a provisão de alimentos e, nesse sentido, o escravo constituía-se em investimento necessário do lavrador para seu negócio agromercantil.

João Pereira de Jesus, por seu turno, protagoniza história semelhante. Com um cabedal de 1:410\$060, tinha ele oito escravos e dedicava-se a labutar em um engenho com material especializado na produção de açúcar e cachaça. Além das benfeitorias na propriedade, possuía ainda o lavrador um pequeno rebanho composto de sete bois e sete novilhos. Igualmente, dispunha ele de um velho carro de bois para o transporte de cana. Os cativos e o engenho colocavam o dito João na posição de um homem de poucas posses tentando se inserir no agronegócio da cana que, à época, parecia bastante atrativo (cf. Schwartz, 1988, p. 343). Apesar disso, a história de João tem o enredo de um drama, pois seu empreendimento malogrou em dívidas, declaradas em seu testamento na ordem de 1:158\$287. João, talvez, não avaliou corretamente os riscos de tal negócio, pois, como lembra Mattoso, naquele período “[...] dívidas importantes, ou empréstimos concedidos sem precaução [podiam] arruinar um proprietário que [tivesse]

emprestado ou tomado emprestado dinheiro para manter sua posição" (Mattoso, 1997, p. 162). Esses empreendimentos também mostram a disposição dos capixabas em buscar inserção nos melhores e mais lucrativos negócios da colônia.

Melhor sorte parece ter alcançado Manoel do Espírito Santo, com negócios mais diversificados. Sua pequena fortuna de 1:390\$000 continha apenas uma diminuta dívida de 72\$916. Esse lavrador lançou-se no agro-negócio, mas com estratégia diversa da de João. Preferiu praticar a agricultura de abastecimento, acumulando a posse de cinco torrões em locais como Mangaray e Cachoeiro, lavrando escritura pública apenas de um outro sítio. Esse pequeno agricultor-empREENDEDOR deixou em plantação um quartel de mandioca verde, três lavouras de algodão, 30 árvores frutíferas, além de algumas poucas benfeitorias. Em paralelo, mantinha ele residência na vila em uma casa principal com um anexo com telha, onde provavelmente abrigava os seus 9 escravos quando em descanso das lides da lavoura, o que deveria ser raro dado seus variados empreendimentos agrícolas.

De modo geral, os registros pesquisados parecem sustentar a hipótese de preferência dos capixabas pela diversificação dos negócios agrícolas na forma de lavouras e plantações, mas em terrenos cuja posse não era regulamentada em cartório por escritura pública. Raros inventários mostravam investimentos agrícolas realizados em terras contíguas. A maioria apresentava riquezas repartidas em terrenos diversos, identificados muitas vezes como lavouras ou roças. Entretanto, não se deve interpretar essa agricultura de meação ou de roça como voltada para a subsistência, pois os gêneros produzidos enfeixavam algodão, mandioca, milho ou feijão, além dos engenhos e engenhocas. Sobre o comércio de alimentos que animava a economia de abastecimento da colônia, explica Frago (1998, p. 119):

Os dados populacionais existentes para 1819 pontualizam cabalmente que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos [...]. Isso insinua a existência, para além da *plantation*, de outras formas de organização do trabalho escravo [...] Se considerarmos que esses regimes de produção podiam estar ligados ao abastecimento interno, temos um quadro em que o mercado colonial surge como o resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção.

Nesse contexto, é possível compreender o fato de a sociedade capixaba contar com um número tão expressivo de escravos, como visto na seção anterior. Ao contrário da afirmação corrente de pretensão isolamento da Capitania do Espírito Santo no alvorecer do século dezanove, as fontes cartoriais indicam uma sociedade composta de indivíduos que, mesmo dispondo de poucos recursos, investiam no frutuoso comércio de alimentos e de exportação com mão-de-obra escrava. A alternativa mais utilizada por esses homens era o uso de roças e sítios com o objetivo de estabelecer lavouras com aporte mínimo de capital, recorrendo aos comerciantes mais abastados para seu suprimento temporário de escravos de modo a evitar a esterilização de vultosas somas na compra da mão-de-obra servil.

Havia indivíduos, não obstante, que se destacaram pelo montante de riqueza possuída. Ocupando o topo das fortunas, mesmo que nessas terras as riquezas não fossem muito elevadas, um certo Antônio Rodrigues Batalha, bem como um tal Francisco Cardoso de Oliveira, sustentavam sinais de opulência indicativos de seu lugar no alto da hierarquia social capixaba. Batalha foi credor de diversos dos inventariados, além de proprietário de uma botica e casarios em ruas inteiras. Esse homem poderoso ocupava o cargo de Juiz dos Órfãos, constando em diversos processos examinados na pesquisa. Além disso, aparecia como credor de diversos dos inventariados. Sua posição de homem rico e magistrado induz à reflexão sobre a relação entre ofícios e riquezas no Brasil colonial. Como recorda Frago (2001, p. 17) a esse respeito, "[...] cabe sublinhar que, para as benesses na forma de ofícios, o que estava em jogo não eram tanto os salários pagos pela fazenda real, mas sim, e principalmente, os emolumentos que deles, entre outras possibilidades, podia-se auferir".

Outrossim, há dentre os inventariados, além do Juiz, dois outros inventários de proprietários de lojas de secos e molhados que vendiam todo tipo de mercadoria como panos da Índia e da Bretanha, vinho do Reino, condimentos do Oriente, carne do Sul da colônia, dentre outros artigos. Nas lojas funcionava um esquema de venda a prazo mediante anotação em caderno, no qual, além de constar o nome do devedor e o valor da compra, subsistia uma anotação a respeito da posição social dos fregueses. Dentre essas notas

encontravam-se, comumente, escravos entre os devedores, identificados não só por seus nomes como também pelos de seus senhores.

Existia, porém, outra atividade raramente diagnosticada nos inventários, mas, felizmente, relacionada no corpus analisado. Trata-se de uma peça documental de inestimável valor para a discussão da inserção do Espírito Santo nos mecanismos mercantis da colônia, tanto de sua posição como sociedade escravista em que a escravidão constituía-se como a principal fonte de mão-de-obra, quanto de seu lugar no frutuoso mercado de consumo interno. Em um inventário, o de Francisco de Medeiros Arruda, constavam os bens carregados na última viagem em sua embarcação, pouco antes de sua morte. Medeiros transportava mercadorias do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, tais como algodão bruto e em fios, madeira de lei e açúcar, retornando com carne, seda, aguardente, marmelada, louça, queijo, rosca, cera, toucinho, farinha, azeite, sal e pano.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a Capitania do Espírito Santo possuía, com efeito, lugar funcional no complexo mercantil da colônia. Diversos produtos locais eram trocados em outras praças comerciais, mais freqüentemente no Rio de Janeiro, por produtos importados do exterior ou de outras Capitanias. A participação neste complexo mercantil colonial, todavia, demandava grandes esforços da pequena elite capixaba que, mesmo utilizando largamente a mão-de-obra escrava, pareceu apoiar-se na reprodução de seus cativos dentro das próprias escravarias, poupando-lhes, assim, dos dispendiosos custos envolvidos na importação de africanos.

5. Escravidão africana, economia local e comunidade afro-americana

Um debate contemporâneo levanta a questão da descaracterização cultural dos africanos nas Américas. Desde a década de 1940 inaugurou-se uma fase de reflexão a respeito da possibilidade de sobrevivência política e cultural dos africanos nas Américas em presença das péssimas condições impostas pelo comércio de escravos e pela servidão no mundo atlântico. Nos

Estados Unidos essa corrente historiográfica conta com os trabalhos como de Franklin Frazier e Stanley Elkins e no Brasil, com Caio Prado Júnior e Fernando Henrique Cardoso.⁴ Segundo explica Gutman, com referência a certos estudos da escravidão na América do Norte (1977, p. 31):

Uma literatura detalhada e freqüentemente útil sobre a escravidão do século XIX quase sempre explica as mudanças no comportamento dos escravos como produto de estímulos externos, tais como a localização (por exemplo, o Alto ou Baixo Sul), o tamanho e o tipo de unidade produtiva (por exemplo, uma roça ou uma *plantation*) e as atitudes dos senhores (por exemplo, "cruel" ou "humana", ou "paternalista" ou "capitalista"). Tais diferenciações são muito importantes na explicação da mudança do comportamento e das crenças dos escravos, mas vieses reducionistas implícitos ou explícitos influenciam essa compreensão das experiências escravas. No início do século XX, quase todos estudiosos acreditavam que os escravos podiam aprender apenas com seus senhores, de sorte que a cultura escrava, fonte das crenças e comportamentos escravos, era, na melhor das hipóteses, "imitativa".

Embora Gutman (1977, p. 32) reconheça a legitimidade dessa avaliação, tais estudos, não obstante, acrescenta ele, continham uma interpretação da cultura escrava envolvendo pouco mais do que respostas aos estímulos senhoriais. No mesmo sentido se pronuncia Thornton (2004, p. 217), ao afirmar que "[...] um conhecimento mais profundo sobre as características da escravização africana revela sua influência no modo pelo qual os escravos atuaram como atores culturais." Seguindo essa linha de raciocínio, é oportuno investigar-se aqui, ainda que brevemente, o processo de formação de uma comunidade afro-americana na capitania do Espírito Santo, no alvorecer do oitocentos, mesmo sob as duras condições do comércio e da produção escravista local.

Uma evidência dessa comunidade afro-americana reside no fenômeno ao qual já fizemos referência nos parágrafos acima, a creolização dos escravos e que compunham contingente significativo dos cativos em terras

⁴ FRAZIER, E. F. *The Negro Family in the United States* (1939); ELKINS, S. M. *Slavery: a problem in American institutional & intellectual life*; PRADO JÚNIOR, C. *A formação do Brasil contemporâneo*; CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

capixabas. Nas escravarias do Espírito Santo encontravam-se não somente equilíbrio entre sexo e idade, mas também famílias nucleares. No inventário de Raphael Maxado Fraga, por exemplo, datado de 1801, há uma escravaria de 44 cativos, dentre os quais 19 elementos com idade entre 0 e 15 anos. Algumas famílias escravas possuíam até cinco filhos declarados em inventários, como a de Vicente, crioulo de 30 anos cujos cinco filhos apresentavam-se arrolados sob sua filiação e não da mãe, sequer mencionada. Outro cativo, o crioulo André, segundo informação do mesmo inventário, possuía três filhos e a esposa Benedita, cuja origem e idade não constam do documento. A particularidade de ambos os casos afigura-se no arrolamento dos filhos de cativos, caracterizando a paternidade das crianças. Todavia, sete cativas aparecem com seus respectivos filhos sem indicação dos pais. Havia, entretanto, outros oito cativos desprovidos de vínculo familiar. Pode-se imaginar que as famílias matrilineares resultassem apenas da omissão do testamenteiro dos nomes dos pais. De qualquer modo, reconhece-se, em geral, que os avaliadores costumavam vincular as crianças às mães. Assim, os casos de Vicente e André constituiriam exceções à dita regra. Importa aqui, de fato, ressaltar o grande contingente de crianças nesse plantel, distribuídas entre famílias com prole de até seis filhos.

Embora os dados disponíveis nos inventários não permitam avançar além dessas constatações, as informações coletadas parecem ser representativas da extensão das famílias nas escravarias capixabas. Além disso, mostram quase todas as mulheres escravas envolvidas com a gestação e a criação de seus rebentos. Em um inventário posterior, de 1804, são inventariados o genro e a filha de Raphael Maxado Fraga. Nesse documento pode-se observar a evolução do plantel de escravos da família, assim como a partilha dos bens entre os herdeiros do dito Maxado. Em primeiro lugar, verifica-se que nem o crioulo Vicente e tampouco seus filhos constavam da escravaria de Francisco Pereyra Pinto, o genro de Maxado, indicando que essa família escrava não fora dividida durante a repartição do patrimônio. Já André e Benedita foram arrolados como escravos do casal inventariado, assim como duas de suas filhas. Em relação à crioula Caetana, não só permaneceu ela com suas crianças mais novas, José e Marcelino, como também aumentou

sua prole com o nascimento dos gêmeos Adão e Eva e uma criança de colo. Outras escravas herdadas pelo genro de Maxado continuaram com seus filhos, sugerindo que o ato de partilha dos bens de um senhor morto não resultava no fracionamento das famílias escravas, fossem elas matrilineares, como observado em outras partes do Brasil, fossem elas patrilineares, a exemplo de Vicente e André.

Já em 1815, no inventário do Capitão-Mor Ignacio Pereira Barcellos, criador de rebanhos eqüinos, bovinos e ovinos, consta a maior escravaria arrolada nos inventários levantados no Cartório de 1.^a Vara de Órfãos de Vitória. Dentre seus 119 escravos chama atenção a família formada pelo angola Antonio, declarado com 52 anos, e pela crioula Anastacia, 50 anos. Esse casal possuía quatro filhas, a saber: Maria, 11 anos; Teodora, 7 anos; Vitória, 3 anos e Ana, 25 anos. Essa última, por sua vez, dera a Antonio e Anastacia quatro netos: Angélica, 14 anos; Serafim, 5 anos; Adam, 3 anos e Antônia, 4 anos. Embora Anastacia e sua filha Ana tivessem sua primeira paridela muito distante dos demais partos, cujas razões não se explicam nas fontes estudadas, constata-se a estabilidade de uma família escrava por pelo menos 25 anos. Apesar da morte de Ignacio, o destino dessa família permaneceu quase inalterado, pois apenas a filha mais velha de Ana converteu-se em herança de um dos filhos do Capitão-Mor. Os demais integrantes continuaram na companhia da viúva, talvez pelos poucos anos de vida que ainda restavam a Antonio, já doente na época, e Anastacia, ambos com idade avançada não só para os padrões daquele tempo como também para os próprios escravos em geral.

Assim, se por um lado os inventários apresentam a relevância dos arranjos familiares na Capitania do Espírito Santo, por outro ilustram um significativo uso da alforria em testamento, responsável por lançar ao mundo dos livres os negros oriundos das famílias crioulas. Contam-se nos inventários levantados 28 casos de escravos beneficiados pela alforria. Embora seja um número pouco relevante, outras formas de manumissão contribuíram no processo de miscigenação da população livre local, criando certa indistinção entre livres e cativos, ao menos no campo visual. Tanto que os pardos livres tornar-se-ão expressiva categoria populacional na sociedade do

Espírito Santo, já incluída no censo de 1824 realizado pelo Presidente da Província do recém instalado Império brasileiro.

Essa diluição da cor criava oportunidades de circulação espacial aos negros, escravos ou não, permitindo-lhes acesso a diversos bens comercializados nas vendas locais. Nesse sentido, há o inventário de 1803 de José Joaquim da Luz, natural de Lisboa e que, na condição de viúvo, passou a viver em concubinato com a parda livre Maria Francisca dos Anjos, com quem teve o filho Francisco. José, dado seu relacionamento com Francisca, parecia ter gozado de grande intimidade com o mundo dos afro-descendentes de Vitória. O principal negócio desse inventariado concentrava-se numa loja de secos e molhados localizada na rua do Piolho, ainda hoje existente. Em seu estabelecimento circulavam diversos cidadãos, dentre os quais a parda forra Joana, que deixou uma dívida de \$520, uma outra Joana, escrava do defunto João Paz e devedora de 1\$960, a crioula Paula, escrava da parda Ana Maria da Conceição, cujo débito somava \$180, além de Domingos, preto e morador em São Miguel, devedor de 2\$400, entre outros 146 clientes que possuíam cadernetas de crédito na pequena venda de secos e molhados. O universo desses fregueses correntistas apresenta o comércio de José como um ponto de convergência espacial dos afro-descendentes que, oriundos de diversos pontos da região de Vitória, concorriam para a paisagem humana crioula da cidade.

Outro interessante aspecto dessa creolização afigura-se na ausência de laços de solidariedade entre os afro-descendentes e que os opusessem de forma conjunta à escravidão. Embora muitos elementos livres da sociedade escravista da Capitania do Espírito Santo tivessem origem nas escravarias locais, o ingresso no mundo da liberdade constituía também uma oportunidade de ascensão na hierarquia social. E a liberdade representava mais do que apenas a condição de não-escravo, porquanto abria, igualmente, a possibilidade de acumular riqueza numa forma quase inacessível, mas não impossível, ou seja, mediante a posse de outros cativos. Assim, encontra-se em alguns inventários de ex-escravos que lograram ascender à posição de libertos, não apenas propriedades, mas, inclusive, a posse de cativos. No inventário de Francisco Garcia Santiago, de 1814, constava o seguinte:

Declarou Francisco Garcia Santiago, natural desta villa da Victoria e filho legítimo de Cláudio Garcia e Antonia de Barroz, ambos Falecidos; que quando casou com Maria da Conceição esta era cativa de Francisco de Andrade Santos, que a libertara da escravidão em que existia. Tive uma filha de nome Margarida, escrava de Manoel Gonçalves e casada com Marcelino Gómez, e depois de libertas (mãe e filha), tive os filhos que se achão vivos e são os seguintes – Joaquim, Manoel, Antonia casada com Fabiano de Cristo, Ignácio e Francisco.

Mesmo declarando ser casado com uma ex-escrava, aparecem nos bens de Francisco Garcia três escravos que, juntos, correspondiam a 281\$000 (duzentos e oitenta e um mil réis), em um patrimônio cujos bens somavam 332\$860 (trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta réis). Francisco, portanto, juntamente com sua esposa, Maria da Conceição, encontrava-se plenamente inserido na lógica da época, em que os bens mais preciosos constituíam-se nos cativos, sinônimo de *status* social.⁵

Da mesma forma, no inventário de Meliano Rodrigues de Barcellos, de 1802, lê-se em seu testamento: “Declaro que sou natural desta villa da Vitória aqui cativo em outro tempo do Falecido Elias Teixeira [...]”. Como no exemplo anterior, o falecido liberto também fez uso dos expedientes de ascensão social, dentre os quais se destacava a aquisição de cativos, haja vista que o bem de maior valor de Meliano era uma escrava. Essas constatações mostram que na comunidade negra constituída na Capitania do Espírito Santo, a despeito das agruras proporcionadas pela escravidão, havia não só um ambiente propício à constituição de arranjos familiares estáveis como também à eventual ascensão social dos homens livres crioulos.

Desse modo, a comunidade afro-americana local espraia-se além do mundo do cativo, criando, inclusive, uma população reconhecida como parda e que proporcionava uma indeterminação da condição civil dos negros nos lugarejos da capitania. Além disso, vários indivíduos afro-americanos apostavam na ascensão social, labutando na aquisição de propriedades visando sua inclusão no mundo produtivo. Muitas vezes, tais pessoas

⁵ Informação obtida da apresentação de Enaile Flauzina Carvalho no Pré-Simpósio SOLAR, Vitória/ES, como fruto de sua pesquisa de Iniciação Científica sob minha orientação.

adquiriram escravos, arrolavam-nos dentre seus bens e transferiam-nos aos seus herdeiros. Essa constatação permite lançar a hipótese de que a comunidade afro-descendente da Capitania do Espírito Santo logrou certo grau de integração à sociedade circundante, assumindo suas engrenagens mais importantes, mas também lhe emprestando certas feições próprias, notadamente na creolização de sua população.

Referências

1. FONTES PRIMÁRIAS

a) Manuscritas

Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1582-1822). Projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. *Arquivo Histórico Ultramarino/Lisboa. Conselho Ultramarino/Brasil*.

Inventários *post-mortem* e testamentos. *Cartório da 1.ª Vara de Vitória*. Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

b) Impressas

CUNHA, FRANCISCO MANOEL da. "Ofício que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo", 26/2/1811. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 12, 1849, pp. 511-518. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/>. Acesso em: 12 nov 2005.

MONGIARDINO, IGNÁCIO JOÃO. Informação ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo em 11 de julho de 1790. In LEAL, João Eurípedes Franklin (Org.). *Espírito Santo: documentos coloniais*. Série Documentos Capixabas. Vol 1. Vitória/ES: Fundação Jones dos Santos Neves, 1978.

RUBIM, FRANCISCO ALBERTO. *Memórias para servir à história até o anno de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

2. BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMADA, VILMA P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BITTENCOURT, GABRIEL. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)*. Rio de Janeiro/Vitória, Cátedra/DEC, 1987.

CAMPOS, ADRIANA PEREIRA. *Nas barras dos tribunais: escravidão e Direito na Província do Espírito Santo, século XIX*. Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

DAEMON, BAZÍLIO CARVALHO. *História da província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, synopsis e estatística*. Vitória, Typografia Espírito-santense, 1886.

DEAN, WARREN. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FLORENTINO, MANOLO GARCIA. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, JOÃO LUÍS & FLORENTINO, MANOLO GARCIA. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

FRAGOSO, JOÃO LUÍS. "A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XV e XVII)". *Dimensões: revista de história da UFES*, no 13, 2001.

_____. *Homens de grossa aventura: a acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

GUTMAN, H. G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York, Vintage Books, 1977.

MAMIGONIAN, BEATRIZ GALLOTTI. "África no Brasil: mapa de uma área em expansão". *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, volume 5, número 9, jul-dez 2004, pp. 33-53.

MATTOSO, KÁTIA M. DE QUEIRÓS. *A opulência na província da Bahia. História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MERLO, PATRÍCIA MARIA DA SILVA. *À sombra da escravidão: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFF, Niterói, 2003.

THORNTON, JOHN. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

“Catando cipó”

O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações

MÁRIO MAESTRI*

I. Sentidos, objetivos e conseqüências da fuga do trabalhador escravizado

O escravizador retinha o sobre-trabalho do trabalhador escravizado. Com o seu esforço, o cativo financiava a inversão inicial, realizada pelo escravizador ao comprá-lo; seus meios de subsistência e a renda escravista, natural ou monetária. Quando se desfazia do cativo, o proprietário embolsava o valor de venda do mesmo. O escravizador vivia pelo e do trabalhador escravizado que vivia apesar do seu explorador.

A perpetuação dessa assimetria social dependia da capacidade do escravizador de manter o cativo na obediência e na disciplina do trabalho. Para tal, ele organizava-se associada e individualmente. O direito de propriedade do escravizador sobre o escravizado era norma basilar do escravismo. Que os negros nasciam para trabalhar e os brancos para mandar era princípio tido como natural, ainda que mera expressão ideológica das relações sociais de produção.

O trabalhador escravizado vivia enquadrado tendencialmente pelas verdades do mundo escravista colonial. Até o advento do abolicionismo, ele

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (Brasil).

rejeitava sobretudo sua escravização, e não o cativo como instituição. Libertos tornaram-se escravistas, em geral, de poucos cativos. No começo do séc. XIX, em importante sublevação servil de Salvador da Bahia, os conspiradores planejavam matar os brancos e escravizar os mulatos.

Como na Antiguidade, no escravismo colonial, o trabalhador escravizado não tinha condições de propor explicitamente um mundo sem escravidão. Porém, na luta contra a sua feitorização, ele construiu relações societárias baseadas no trabalho livre estranhas à ordem escravista, no contexto de comunidades de trabalhadores escravizados fugidos, definidas no Brasil, em geral, como quilombo, que chegaram a ensejar organizações estatais, como a confederação dos quilombos de Palmares.

O principal fator coercitivo da sociedade escravista colonial era o medo – e não o controle ideológico ou os escassos e extraordinários incentivos e concessões materiais e morais. A ameaça permanente de castigo ou o castigo, ministrado em forma homeopática ou servido em doses cavalares, impregnaram cada segundo do cotidiano servil. Sem a ameaça de castigo e o castigo, que procuravam manter o cativo na submissão e impulsioná-lo no trabalho, a escravidão não se manteria um dia sequer.

Loteria viciada

O cativo almejava libertar-se da escravidão, legal ou ilegalmente. A alforria foi meta perseguida com denodo, sobretudo por aqueles com alguma chance de obtê-la – cativas, cativos crioulos, cativos urbanos, cativos domésticos, cativos ganhadores especializados, etc. Nessa loteria viciada, poucos trabalhadores escravizados foram agraciados. Mais comumente, o alforriado obtinha a liberdade já velho, com a capacidade de trabalho em declínio.

Ao lado dos cativos que buscavam com afincos e algumas vezes obtinham a manumissão, muitos outros – empregados em trabalhos rústicos; sem recursos individuais; brutalizados pela produção, etc. – procuravam apenas viver a escravidão da melhor forma possível. Em geral, resistiram

ao cativo votando ao trabalho o escasso interesse e o ritmo lento que determinaram profundamente a produção escravista. À margem das situações excepcionais, cativos diligentes e aplicados ao trabalho são construções historiográficas fantasiosas sem correspondência histórica.

Cativos e cativas não depositaram suas esperanças na hipotética e futura libertação civil, nem se submeteram ao cotidiano escravista, ainda que a contragosto. Optavam por libertar-se, nos fatos, do jugo negreiro, transitória ou permanentemente, fugindo e, portanto, rompendo os laços de dependência com o escravizador. A mera possibilidade de fuga do trabalhador escravizado foi fantasma que atormentou incessantemente o sono do escravista, determinando profundamente a economia, o comportamento, as instituições, a arquitetura, etc., do mundo escravista. Para esconjurar a fuga do cativo, o escravizador barrava portas e janelas, contratava feitores, impunha o terror, fazia pequenas concessões, rezava novenas...

Propriedade semovente, o trabalhador escravizado abandonava o eito e arrombava portas e janelas, perdendo-se nas cidades e nos campos, mais comumente sozinho, portando o que vestia ou esvaziando as burras senhoriais. A possibilidade de fuga, a fuga fracassada ou a fuga materializada causavam sempre prejuízos ao escravizador, sem que os objetivos daquelas ações fossem, sequer de longe, prejudicar à economia escravista.

II. Vigilância e repressão à fuga de trabalhadores escravizados

A possibilidade da fuga do cativo determinava que o escravizador investisse, direta ou indiretamente, não raro pesadamente, na vigilância dos cativos. Sobretudo após 1850 e a explosão do preço do trabalhador escravizado, a eventual queda da incidência de fugas e de tentativas de fugas das unidades produtivas pode ser também produto de custoso investimento improdutivo na repressão e vigilância dos trabalhadores escravizados, apenas menos negativos para a renda escravista do que a própria fuga.

Se um fujão jamais fosse recuperado, o prejuízo causado elevava-se ao seu valor de mercado. Mesmo se capturado, custava ao escravizador o preço do apresamento e as jornadas não trabalhadas. Para os exploradores de centenas de trabalhadores, a fuga de um ou mais cativos significaria um quase inevitável e previsível acidente de produção. Para escravistas remediados ou duramente atingidos pelo fenômeno, podia significar até mesmo a ruína.

Diversos trabalhadores fugiam ao mesmo tempo ou sucessivamente a um mesmo escravizador, devido às excepcionalmente duras condições de trabalho, ao afrouxamento da vigilância, às condições conjunturais excepcionais, etc. O sucesso de um fujão motivava seus companheiros. Fugas e suicídios eram também ações contagiosas. Em Minas Gerais, em 1769, escaparam ao capitão Manoel do Vale Amado nada menos do que vinte cativos.

Em 1840, fugiam do engenho de Matapagipe quatro cativos: João Bum-Bum, de quarenta anos, “mestre de açúcar, serrador e carreteiro”; Francisco Fula, de 26 anos, carreteiro; Inácio Crioulo, de 23 anos, e Joaquim Bandeira, de 23 anos, destilador. Pelas idades e profissões, um verdadeiro prejuízo, mesmo para um engenheiro de posses. São abundantes os registros documentais sobre a fuga de dois, três, quatro e até mais cativos de um mesmo escravizador.

O fujão preso era duramente castigado. Para não servir de mau exemplo e não repetir a aventura. Em fins do século XVIII, em Porto Alegre, a câmara municipal nomeou um capitão-do-mato e mandou aprontar ferro para queimar com “F” – de “fujão” – as carnes dos cativos capturados em quilombos, como determinara o Alvará Real de 3 de março de 1741. Em geral, o tronco, o bacalhau, palmatoadas, anjinhos, etc. eram aplicados ao fujão, que passava a portar correntes, gargalheiras, calcetas, etc., como castigo e para dificultar novas fugas. Em maio de 1852, jornal *O Echo Liberal*, de Oeiras, Piauí, noticiava: “Fugiu-me desta fazenda Graciosa o escravo Basílio com um ferro no pé e outro no pescoço [...]. Não tem conta as fugidas que tem feito.”

Castigo duro

Sobretudo se o fujão era responsável por atos tidos como mais graves, podia ser executado, quando ou após a prisão. Em setembro de 1821, o africano Antônio fugira após matar o capataz que queria obrigá-lo a açoitá-lo um companheiro, quando estavam cortando lenha nas margens do rio Gravataí, nas cercanias de Porto Alegre. No processo instaurado sobre sua morte encontra-se anexado o “auto de reconhecimento” da cabeça do africano que um capitão-do-mato trouxera do assalto ao quilombo.

Escravistas perdiam cativo comprado a prazo, permanecendo com a dívida inquestionável e o aleatório direito de propriedade sobre o bem escapado. Sob contextos políticos extraordinários – invasões, revoltas, etc. – as fugas podiam se transformar em fenômenos endêmicos e, não raro, avassaladores.

A libertação de fato do cativo obtida pela fuga podia durar de alguns instantes a toda uma vida. Cativos eram presos ou retornavam, de moto próprio, horas, dias, semanas ou anos após escaparem. Um cativo e hábil pintor pertencente ao palácio de São Bento, no Rio de Janeiro, relatou ao representante comercial inglês John Luccock, que esteve no Brasil de 1808 a 1818, história algo fantasiosa. Teria fugido para a Inglaterra onde trabalhara em manufatura de cadeiras pintadas. Sentindo saudades, voltara ao Brasil e à escravidão.

Os cativos que retornavam por decisão própria aos escravistas, não raro, procuravam a proteção de um ou mais padrinhos ou madrinhas que rogassem por eles, no momento em que se apresentavam. Esperavam assim que os escravizadores aliviassem a mão ou até mesmo perdoassem a esperada novena. Como veremos, a quase normalidade de sinais de castigos nos fujões procurados sugere que, não raro, essa estratégia não alcançava, ao menos totalmente, os objetivos almejados.

Alguns escravizadores levavam anos para reaver um trabalhador fugido. Em 1847, foram presos em um quilombo do município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, homens e mulheres que tinham escapado havia um, cinco, seis e dezesseis anos aos seus exploradores. Fugões morreram em liberdade ou defendendo-se de uma reescravização.

O preço da captura

Se um cativo fosse preso por uma terceira pessoa, seu escravizador devia pagar ao capturador o direito de tomada, como ordenava o decreto real de 1574. A partir de 1714-5, seguindo velha tradição da Antiguidade romana, que tinha sua corporação de caçadores de fujões – *fugitivarii* –, a Coroa portuguesa oficializou corporação pára-militar – os homens-do-mato – destinada à caça dos escapados e à destruição de pequenos quilombos. O caçador de cativos fugidos era geralmente um mulato ou um afro-descendente liberto ou livre e, mais raramente, escravizado.

Os direitos mínimos de tomada eram regulados pelas autoridades e extensivos a qualquer homem livre que aprisionasse o fujão. Em Minas Gerais, e de acordo com a distância entre a residência do homem-do-mato e o local da captura, o direito de tomada podia chegar à bela soma de vinte e cinco oitavas de ouro. Em 1759, a câmara de Vila Rica implorou às autoridades a redução dos valores, já que a “decadência” em que estavam as minas os tornava “intoleráveis”. Em 1783, a câmara de Mariana apresentou o mesmo pedido e as mesmas razões.

As petições foram indeferidas. As autoridades escravistas lembravam a importância das tomadas e os perigos que corriam os homens-do-mato. Em sua História do Brasil, o historiador alemão Heinrich Handelman [1827-91] propôs que, se um caçador de homens terminava nas mãos dos fujões, eles, “no mínimo, amordaçavam-no com um pedaço de pau, amarravam-no a uma árvore, as mãos [atadas] atrás das costas, e ali o deixavam morrer de inanição”.

Na segunda metade do séc. XIX, o preço legal da tomada desvalorizara-se. Em São Paulo, as autoridades provinciais haviam-no fixado em vinte e cinquenta mil-réis, tivesse sido o fujão capturado dentro ou fora da cidade. Porém, de acordo com o valor do escapado ou segundo o interesse do proprietário em capturá-lo, os anúncios de fuga ofereciam prêmios significativamente superiores.

Havia capitães-de-mato que, prestativos e gananciosos, anunciavam seus bons serviços nos jornais, como o da captura de cativo que não sabiam a

quem pertencia. Porém, não raro, também o senhor penava nas mãos do capitão-do-mato, que mantinha o fujão aprisionado, para beneficiar-se de seu trabalho; mentia sobre a distância do aprisionamento, para cobrar benefícios mais elevados; acusava cativo que desempenhava normalmente seu trabalho, longe do escravista, para poder cobrar a taxa e os gastos de captura.

Cativos desvalorizados

Além de ocupar o capitão-do-mato, a caça ao fujão constituía possível fonte de ganho para qualquer homem livre. Em seu célebre conto “Pai contra mãe”, Machado de Assis relatava como o prêmio de captura voltava contra os fujões uma inteira multidão de homens livres e libertos, com posses, remediados ou miseráveis, por princípios ideológicos, simples rapacidade ou necessidade de ganho extra.

Os fugidos viviam no medo permanente de serem descobertos e denunciados, principalmente aqueles que se escondiam nas cidades, fazendo-se passar por negros livres, libertos ou cativos ganhadores. Para que um homem livre valentão se transformasse em “capitão-do-mato”, bastava recortar os anúncios com a descrição dos fugitivos, portá-los na algibeira e pôr-se ao trabalho. Na valiosa Biblioteca Rio-grandense, herdeira do acervo do Gabinete Português de Leitura do porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, muitos dos anúncios dos jornais do Império sobre cativos fugidos na cidade ou nos seus arredores foram recortados à navalha, possivelmente por rio-grandinos interessados nas loterias ambulantes.

O escravista – que era obrigado a pagar a tomada e os gastos de carceragem, que corriam por sua conta, até retirar o fujão da prisão – via ainda o preço do recapturado desvalorizar-se. No mercado, em geral, o fujão recapturado era vendido por valor abaixo ao preço de mercado, fora da região em que residia, para atividades duras e estreitamente vigiadas. Os escravistas recebavam adquirir mercadoria com tão perigoso “vício” e causadora de mau exemplo. O comprador não prevenido sobre uma fuga passada podia requerer a devolução do valor pago, até seis meses após a data do negócio, mesmo

estando o cativo fugido, sob o compromisso de entregá-lo ao antigo proprietário, caso fosse capturado.

Os fujões encarcerados eram comumente empregados em trabalhos públicos, até serem recuperados. Escravistas preferiram abandonar nas prisões trabalhadores que, por velhice, estropiamento ou reiteradas fugas não valiam os gastos de tomada e a carceragem. Caso não fosse conhecido o proprietário, o fujão era leiloado para saldar os gastos ou passava, ao igual dos animais de criação de proprietários desconhecidos, a ser considerado como bens de evento e, como tal, propriedade do Estado. Afro-descendentes livres e libertos certamente conheceram o cativo após “recaptação” e a não apresentação de um proprietário.

Em Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860), Valéria Zanetti registra o processo não raro sumário da passagem de um cativo a bem de evento, registrado no jornal *O Mercantil*, em abril de 1863: “Pela Secretaria de Polícia se faz público que se acha recolhido à cadeia de Justiça desta capital um preto de nome Mathias, que sendo preso na cidade de Cachoeira declarou ser escravo do finado Marechal de Exército Bento Manoel Ribeiro; a vista do que fica marcado o prazo de 40 dias para ser o dito preto reclamado, sob pena de se proceder como bens de evento.”

III. Razões da fuga do trabalhador escravizado

Debate-se sobre as razões profundas das intenções, tentativas e objeções de fugas. Para a historiadora francesa Kátia de Queirós Mattoso, os cativos fugiriam por “inadaptação” ao cativo: “[...] a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado. O escravo ‘em fuga’ não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade.” A fuga seria portanto a ruptura do cativo incapaz de se adaptar à escravidão!

Em inícios do século XVIII, o padre Antonil também lembrava que pouca comida, trabalho em demasia e castigos freqüentes e excessivos eram

causas de fuga, suicídios e atos de sangue. Em *Da fuga ao suicídio*, José Alípio Goulart extrema essa constatação, ao propor a fuga como consequência dos castigos, injustiças, humilhações, excesso de trabalho e maus tratos. Os maus tratamentos teriam sido “as principais causas e razões mais comuns para as fugas de escravos”. Para Goulart, no “cômputo das evasões, minimíssimas foram, posto as houvesse, as [fugas] de escravos que gozassem de tratamento humano [...]”.

Em *Negociações e conflitos*, João Reis e Eduardo Silva seguem Alípio Goulart na visão de que as principais razões das intenções de fugas seriam a quebra do que poderíamos chamar de boa escravidão: “[...] a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente aceitados. Existia em cada escravo idéias claras, baseadas nos costumes e em conquistas individuais, do que seria, digamos, uma dominação aceitável.”

As propostas de que a reação à escravidão nascesse da oposição do cativo a condições extraordinariamente duras de vida e de trabalho – devidas a condições conjunturais, a proprietários despóticos, à violação de escravidão vivível ou benigna – nega a violência social e produtiva como exigência intrínseca do escravismo colonial. Para Gilberto Freyre, o magistral fundador da proposta de um escravismo patriarcal, a Abolição foi um verdadeiro crime cometido contra ... os cativos: “[...] só depois do descalabro da abolição” os cativos teriam conhecido a situação de miséria da população livre pobre, que se estendeu “com igual intensidade aos negros e pardos já agora desamparados da assistência patriarcal das casas-grandes e privados do regime alimentar das senzalas”.

Ele e seus companheiros

A documentação sugere que as duras condições médias de existência – necessárias à extração de sobre-trabalho de produtor – fossem as principais causas da vontade de fugir, das tentativas de fuga e das fugas, por parte de um cativo plenamente consciente de que sua exploração se apoiava na sujeição

peçoal. Em 1886, em São Paulo, ao ser interrogado, Erasmo dissera que fugira por temer a ameaça de sua escravizadora de ser vendido para “fazendeiro” com “fama de mau”. Ao ser inquirido se “era maltratado por sua senhora ou pelo administrador”, “respondeu que não só era maltratado, ele, [...] como todos os seus companheiros”.

Situações extraordinárias das condições de existência certamente ensejavam tendencialmente reações extraordinárias a elas. Os anúncios de jornais registram habitualmente fujões com sinais antigos e novos de duros castigos, sugerindo atos de resistência eventualmente produto de situação de crise em desenvolvimento, antes da fuga. Em *Retrato em branco e negro*, a historiadora Lilia Schwarcz chega a propor que as “marcas e os castigos eram de tal maneira comuns que o fato de não” possuí-los era noticiado como capaz de individualizar um cativo. À mesma constatação chegou Miridan Falci, para o Piauí, ao propor que entre os atributos que definiriam o trabalhador escravizado encontravam-se as “marcas [de castigo] nas nádegas”, “presentes em 98% dos anúncios de fuga” que encontrou.

Para Miridan Falci, no Piauí, a “marca de relho era quase uma imposição da condição de escravo, principalmente se ele era mulato ou de cor mais clara”. Sem marcas permanentes de castigo, o cativo, sobretudo mais claro, teria sua fuga e posterior mimetização à população livre facilitada. O jornal *O Echo Liberal*, de Oeiras, de julho de 1852, registrava a fuga de Raimundo, de 21 a 22 anos, talvez para destino longínquo, a fim de “viver como pessoa livre”, “por ser mulato e sem sinal de relho”. Constatação que pode sugerir a marca de cativos por castigos para registrar a situação servil e prevenir fugas.

Entretanto, não é certo que a “aristocracia escrava” não tenha também posto o pé na estrada. Frederick Douglass, o trabalhador escravizado estadunidense que fugiu do cativeiro, tornou-se importante líder abolicionista e escreveu suas memórias, lembrava: “[...] segundo a minha experiência de escravo: cada vez que minhas condições [de vida] melhoravam, em vez de ficar mais satisfeito, aquela realidade somente aumentava o meu desejo de ser livre [...]”.

Uma melhoria geral e substancial das condições médias de vida do trabalhador escravizado encontrava impedimentos econômicos e ideológicos estruturais. Permitir a cativos melhores condições materiais e espirituais de existência era também permitir-lhes maior consciência da condição servil, das possibilidades que a vida em liberdade civil oferecia e da organização-direção de movimentos coletivos de resistência. Quando Frederick Douglass fugiu para o norte dos USA, era noivo, trabalhava como operário especializado e ganhava um pequeno salário monetário.

Sinal indelével

O trabalhador escravizado fugia sobretudo porque a libertação de fato de sua força de trabalho era a forma mais simples de superar tendencialmente as mazelas materiais, morais e espirituais diretas da sua escravização. Não podemos definir a fuga do cativo como auto-roubo, em interiorização da visão alienada propiciada pela ordem escravista, na qual o cativo era mercadoria de propriedade do escravizador, e não trabalhador por ele explorado através da violência, aberta ou institucionalizada. Perdígão Malheiro lembrava que o fujão não podia ser adquirido por “usucapião”, já que, como propunha o Direito Romano, o “escravo fugido” “se roubava a si mesmo”. A fuga do cativo como um roubo de si registra a negativa da sociedade escravista de compreender que o escravizador apropriava-se do cativo para expropriá-lo dos produtos de sua força de trabalho.

É quase desnecessário lembrar que a profunda determinação da ação do trabalhador escravizado pela realidade econômico-social à qual estava submetido – modo de produção escravista colonial – ensejava a procura, mais ou menos consciente, pela tentativa de fuga, da realização autonômica tendencial das suas necessidades materiais e espirituais individuais. Na tentativa de fuga não intervinham pretensas preocupações do cativo com as eventuais consequências, sociais, econômicas e histórias da sua ação!

O fato de que, sobretudo nas formações pré-capitalistas, os homens fazem a história, sem terem consciência de o estarem fazendo, exige avaliação dos muitos tênues e complexos vínculos entre ações nascidas de determinações sócio-econômicas profundas e seus reflexos na consciência dos agentes históricos. A própria formulação de que “os cativos não fugiam tão somente para dar prejuízo econômico aos seus senhores” é já abusiva.

IV. O perfil do trabalhador escravizado em fuga

A análise da documentação do Império – alvarás, provisões, inventários, ordens régias, correspondência policial, processos judiciais, anúncios de fugas de cativos, etc. – sugere como era difundida a intenção, a tentativa e o ato de fuga de cativos de ambos os sexos, de todas as profissões, de todas as idades e de todas as nacionalidades. Fugiam os crioulos como fugiam, em grande número, africanos, de múltiplas origens, sobretudo enquanto o tráfico negreiro internacional despejou levas de infelizes nas costas do Brasil. Segundo Mary Karasch, entre 1826 e 1831, mais de oitenta por cento dos cativos presos, sobretudo por fuga, eram africanos.

Mulheres, mas sobretudo homens, arriscavam a sorte, vergados pela idade, na plenitude dos anos ou crianças, às vezes quase engatinhando. Fugiam dos campos trabalhadores tidos como brancos ou valiosos cativos especializados, como fugiam das cidades amas-de-leite, calafetes, carpinteiros, cozinheiros, passadeiras, etc. Ainda que não tenhamos estudos amplos e exaustivos sobre o tema, já é possível traçar um perfil geral do fujão.

Os dados indicam que fugiam sobretudo homens na plenitude de suas forças. Em *Escravidão e transição no Espírito Santo* (1850-1888), Vilma Almada aponta que pouco mais de 90% e praticamente 65% dos casos de fujões estudados seriam, respectivamente, homens entre 20 e 30 anos. Para Lília Schwarcz, em *Retrato em branco e negro*, em fins do século XIX, em São Paulo, a maioria dos cativos fugia em “forma isolada”, “pertencia ao sexo masculino, estava na faixa etária adulta (15 a 50 anos) e em geral trabalhava

na lavoura”. Sobretudo nessa época, era enorme a concentração de cativos nos campos.

Segundo Miridan Falci, em *Escravos do sertão*, no Piauí as “fugas” eram também “predominantemente feitas pelos homens” – 95% –, que escapavam em geral sós – 84% –, com, em média, uns 26 anos. Aquela autora propõe que os anúncios de jornais da região sugerem que o “preto”, que não era “alforriado facilmente”, também “não fugia regularmente”, possivelmente “porque seria mais facilmente identificado”. A fuga libertava de fato o cativo do jugo escravista, ainda que, mesmo no quilombo, a ordem negreira não deixasse de determinar sua existência. A duração e a “qualidade” da libertação dependiam da sorte e da habilidade do fujão em furtar-se à captura e em criar alternativa de vida, no seio, na periferia ou além-fronteira do Brasil escravista.

Era comum que o fujão procurasse inserir-se em alguma região onde não era conhecido, fazendo-se passar por um negro livre ou liberto. Fujões vivendo no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, no Pará, etc., buscavam comumente a fronteira para refugiarem-se na Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Guianas, etc. Desde o século XVIII, a Coroa espanhola, reconhecia formalmente como livres os cativos que entravam fugidos em seus territórios, também carentes de braços trabalhadores. Cativos fugidos do Brasil tornaram-se destemidos soldados nos exércitos de Artigas, que prometeu liberdade aos cativos e terra aos gaúchos.

Entre as razões do intervencionismo do Brasil no Plata, em 1850, estava a reclamação dos fazendeiros escravistas da fuga de cativos para o Uruguai. Rio-grandenses desrespeitavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina para caçarem cativos e afro-descendentes livres vivendo naquelas regiões. As operações negreiras no Norte do Uruguai – califórnicas – celebrizaram o oficial sulino Francisco Pedro de Abreu (1802-1892), o Moringue, que se destacara na Guerra dos Farrapos ao massacrar a infantaria negra republicana, desarmada pelo comandante supremo farrapo.

Rita Gattiboni analisou os anúncios de fuga individuais de 74 escravos, em Rio Grande, em 1859 e 1861-67. Dos fujões, 77% eram homens. Boa

parte deles fugira dos barcos do porto e 40,4% teriam entre doze e 35 anos. Os africanos e crioulos teriam escapado praticamente no mesmo número. Nos anúncios, não havia referência a cativos e cativas calçados e eles vestiam em geral tecido grosseiro de algodão – beatão.

Em seu importante trabalho sobre as fugas, Silnei Petiz anota que, dos 944 cativos arrolados, em fins de 1840, em toda a província, como fugidos para o Uruguai, quando da Guerra Civil, 541 teriam escapado sozinhos – 57,3% – e 403 acompanhados – 42,6%. O alto número de fugas coletivas deve-se certamente à desorganização da repressão pela guerra civil. A imensa maioria dos fugidos era de homens – 94,7% e, dentre os 944 cativos, 274 tinham profissões declaradas, destacando-se, em forma dominante – 73,8% – as profissões ligadas às lides pastoris – campeiros, domadores, ginetes, cavaleiros.

Através do estudo de dezesseis mil anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de cativos, em 1829-84 – *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul* –, Günter Weimer definiu como perfil do fujão no Sul o cativo adulto de sexo masculino. Os anúncios teriam registrado o assinalado aumento das fugas durante a Guerra Farroupilha e importante número de crianças entre os fugidos. Relatório do presidente da província de São Paulo de 1872 registra a fuga naquele ano de 349 cativos.

V. Para onde fugir?

As condições gerais do trabalhador escravizado em fuga

Os fujões permaneciam comumente no território nacional e, não raro, nas proximidades do local onde haviam conhecido o cativo. Podiam temer serem presos na arriscada busca de uma fronteira. Nascidos e criados em uma fazenda, pouco conheciam além das regiões circunvizinhas. Preferiam manter-se onde tinham relações, conhecidos, amigos e parentes e podiam movimentar-se, devido ao conhecimento do terreno.

Em sua *História do Brasil*, o historiador alemão Heinrich Handelmann lembrava que ao cativo crioulo, conhecedor da língua portuguesa e dos hábitos locais, era muitas vezes suficiente dar “costas à sua terra; onde não era conhe-

cido [...] calçar-se e passava tão bem por um liberto ou nascido livre como qualquer outro [...]”. Visão algo otimista, considerando-se a incessante vigilância exercida pela sociedade escravista sobre a população afro-descendente, livre, liberta e escravizada, tão bem expressa nas posturas municipais do século XIX.

Inúmeros cativos infiltraram-se nos sertões do Brasil, onde se estabeleceram como quilombolas, moradores, posseiros. Foram com os libertos e livres pobres a vanguarda que desbravou e domesticou terras mais tarde comumente apropriadas pelo latifúndio. Fugidos foram absorvidos pelas comunidades nativas. Salvo engano, não contamos ainda com trabalhos sobre fujões que escaparam para viver nos toldos charruas, nos pampas do sul da América.

Um cativo escapado podia empregar-se como assalariado ou procurar a proteção cúmplice do “acoitador”. O novo senhor trataria o fujão melhor, já que ele nada lhe custara e, para explorá-lo, necessariamente ao arrepio da lei, deveria contar com a cumplicidade do mesmo. Fujões acoitados por grandes e poderosos proprietários mantinham-se longe dos braços da lei, nesses casos, curtos.

Frágil situação

A cidade era outro refúgio tradicional. Um cativo podia dizer-se livre e viver semi-escondido no meio de população urbana em geral predominantemente mulata e negra. Muitos cativos eram capturados nas aglomerações, onde a informação circulava com facilidade e os segredos eram guardados com dificuldade. Uma enorme quantidade de escapados procurava o refúgio das matas, dos serros, de ilhas vizinhas às unidades produtivas de onde fugiam ou dirigiam-se para regiões agrestes e desabitadas mais distantes, onde viviam isolados ou formavam minúsculas, pequenas, médias e grandes comunidades de cativos alçados. Não temos ainda tentativa de arrolamento da incidência de quilombos no Brasil, que certamente contaram-se pelas dezenas de milhar. Essas comunidades de fugitivos desempenharam essencial papel na história do Brasil.

Fujões sentavam praça na Marinha e no Exército. O jornal *O Echo Liberal*, do Piauí, anunciava, em 9 de janeiro de 1851: “Fugiu o escravo

sapateiro, Benecdito, que já foi tirado da praça de Oeiras, aonde em outra igual fugida, se tinha deixado anteriormente recrutar, fazendo-se de forro.” Os arrolamentos de cativos cresceram sobretudo quando da guerra contra o Paraguai, na qual a população liberta foi incorporada às forças armadas maciçamente. Em *Escravidão ou morte*, Jorge de Souza lembra que possivelmente “a fuga de escravos para assentar praça” aumentou durante o confronto, mas que “destacar jubilosamente a desesperada atitude de seres que fugiam ao submundo da escravidão e pintá-la como consciência do valor pátrio do escravo” é ingenuidade. Durante e após o confronto, o Estado deliberou sobre a indenização dos direitos dos proprietários lesados.

A vontade de fugir, a tentativa de fuga e a fuga foram fenômenos que pesaram incessantemente sobre a sociedade escravista. Os proprietários e comentaristas contemporâneos à instituição registraram incessantemente os prejuízos ensejados por aqueles fenômenos. Há notícias de americanos escravizados fugindo, antes da introdução maciça de africanos feitorizados no Brasil, que colocaram o pé no mundo, apenas chegados ao Novo Mundo. Como assinalado, foi a fuga em massa das fazendas paulistas que assentou o derradeiro golpe na escravidão.

A vontade, a tentativa e a fuga eram depoimentos inapeláveis sobre a decisão consciente, semi-consciente, inconsciente de resistência do cativo e sobre as condições reais de existência na escravidão. Seu caráter maciço e permanente impugna as visões sobretudo da historiografia patriarcalista e neo-patriarcalista da concorrência de interesses entre escravizadores e escravizados, que não raro propõe trabalhadores escravizados correndo, não do trabalho servil, mas atrás do mesmo!

Documentação valiosa

Os anúncios de fugas dos jornais do século XIX são depoimentos valiosíssimos sobre os trabalhadores escravizados, em geral, e sobre os fujões, em particular, ao fornecerem dados preciosos como a idade, a origem, a profissão, o vestuário, os castigos, o domínio da língua portuguesa, a saúde e

as doenças profissionais, etc. daquela população. Sintomaticamente, o perfil do trabalhador escravizado que emerge dessa documentação contradiz frontalmente o construído pelos anúncios de venda de cativo.

Estudando a Escravidão urbana na cidade de Rio Grande: na segunda metade do século XIX, Rita Gattiboni lembrou que “os anúncios de leilão e venda tinham o interesse de exaltar as qualidades dos escravos. Jamais seus defeitos. [...] já que se tratava de uma mercadoria para a venda.” Gattiboni assinala que os qualitativos mais usados nos anúncios eram “bonita [figura]”, para mulheres, e “sadio”, para homens e mulheres. Nos casos de cativos, era comum propor que eles eram “perfeitos”. A historiadora completa que todas as outras fontes consultadas, entre elas, a documentação da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande, apontavam a pouco “sadia” situação dos cativos, de ambos os sexos, da região.

Em 1961, Gilberto Freyre estudou pioneiramente a escravidão a partir dos anúncios dos jornais – *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Quase lírico nas descrições sobre a escravidão realizadas em *Casa grande & senzala* [1933] e em *Sobrados e mucambos* [1936], o sociólogo foi obrigado naquela obra a maior contenção, ao registrar as descrições lastimáveis da situação física e psicológica dos cativos descritos nos anúncios de fuga. “A linguagem dos anúncios de negros fugidos, esta é franca, exata e às vezes crua. Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoque nem panos mornos.”

Quadro sinistro

Freyre lembrava que “escravos novos”, fugidos durante os primeiros anos de senzala, que se esperava terem melhor saúde, eram retratados como portadores de “‘mal-de-luanda’, o escorbuto, as ‘pernas tortas’, os ‘braços finos’, os ‘joelhos tronchos’, certos casos de cabeças deformadas, de cabeças quadradas, puxadas para trás, de testas e cabeças encalombadas, e, ainda, os peitos estreitos, as doenças dos pulmões.” Sobre as condições psicológicas dos fujões, registrou: “Muitos gagos; muitos negros de fala atrapalhada;

vários os de 'olhar amortecido' a acentuar em rostos tristes o 'semblante de quem sofre', a contrastar com os 'olhos vivos', 'abugalhados', 'apitomados' [...].” Expressão, para o autor, de “personalidades deformadas: de distúrbios ao mesmo tempo físicos e psíquicos.”

VI. Quantos foram, os fujões?

Avaliações sobre a dimensão da fuga e tentativa de fuga

Em geral, a historiografia diverge sobre a amplidão e os resultados das tentativas e das fugas dos cativos, sem votar, como assinalado, maior importância à tensão introduzida na instituição sobre a própria vontade não realizada de fuga. Em seu clássico *História da escravidão*, de 1955, Maurílio de Gouveia pouca atenção dedicou à fuga individual, que propôs ter agravado a “situação” da população escravizada. Como vimos, José Alípio Goulart reservou parte do seu livro *Da fuga ao suicídio* ao fenômeno, pronunciando-se sobre o caráter maciço do movimento.

“Fugir. Ganhar o oco do mundo foi pretensão que se cristalizou em idéia fixa na mente conturbada [sic] do negro escravizado. [...] Daí, o considerável número de calhambolas que, não obstante a impossibilidade de estatística reveladora, representava, com efeito, elevada percentagem em relação à quantidade de negros que persistia no jugo de seus senhores.” Para o autor, se esse cômputo fosse possível, certamente “os índices apurados surpreenderiam, não só pelo número como pelo valor econômico e financeiro representado pela mão-de-obra improdutivo.”

Mais recentemente, Mary C. Carasch, no já clássico *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, de 1808 a 1850*, foi cabal sobre a importância do fenômeno. “Fugir era a forma mais comum de resistência dos novos africanos [...]” “As opções [de fuga] eram muitas e os fugitivos, numerosos. É difícil determinar números, mas as fontes da época revelam que a cidade e os morros próximos estavam cheios de escravos fugidos. Os anúncios nos jornais registram uma quantidade extraordinária de fugitivos e os estrangeiros comentavam sempre o número incomum de fugitivos na cidade.”

Em *O feitor ausente*, sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Leila Mezan Algranti sugeriu igualmente a importância da fuga: “A fuga no regime escravista era uma das manifestações mais comuns contra a violência do senhor e contra o trabalho compulsório.” Registrou, igualmente, que os fujões “significaram durante o período estudado o maior índice de prisões efetuadas na corte: 15,5% do total das prisões e 20,8% das infrações cometidas pelos cativos”.

Em sua pesquisa sobre a escravidão no Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, Vilma de Almada propõe também que, naquela região, “o número de fugitivos foi muito grande”. O mesmo sugere Luiza Volpato, ao pesquisar a vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá, na segunda metade do século XIX: “Também eram recorrentes em Cuiabá as prisões de cativos por fuga, uma das formas mais comuns de resistência à escravidão [...]”. Para a autora, o fujão capturado, “na maioria das vezes resistia à ordem de prisão e enfrentava como podia seu capturador”.

Do Norte ao Sul

Segundo Vicente Salles, em *O negro no Pará*, naquela região, a “fuga de escravos tornou-se um processo contínuo, rotineiro, incontrolável”, que explodiu quando da Cabanagem. Parece ser da mesma opinião Walter Piazza, em seu estudo sobre Santa Catarina – *O escravo numa economia minifundiária* –, região onde a escravidão desempenhou relativamente papel pouco importante: “Assim, desde que houve escravos no Brasil, houve, também, fugas. E, em Santa Catarina, o repertório delas é variado. A imprensa da época registra-as, quase diariamente.”

Superestimando o nível de consciência possível do trabalhador escravizado e das suas possibilidades de modificações das condições de vida no interior da escravidão, historiadores têm proposto dividir as fugas em “fugas-rompimento”, quando os cativos decidiam realmente quebrar os laços com os escravizadores, e fugas “reivindicativas”, que serviam apenas para criar as condições para a exigência de “pequenas conquistas que alar-

gavam a autonomia do escravo na escravidão”. Ou seja, no estilo de, eu fujo, mas volto, apenas se as coisas ficarem um pouco melhor para mim!

Em *Negociação e conflito*, de 1989, João Reis e Eduardo Silva propuseram sobre as fugas “reivindicativas”: “As fugas reivindicatórias não pretendem um rompimento radical com o sistema, mas são uma cartada – cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência. Correspondem, em termos de hoje, a uma espécie de ‘greve’ por melhores condições de trabalho e vida, ou qualquer outra questão específica [...]”. Cremos impertinente a analogia entre a greve, na produção capitalista, e a fuga, na escravidão colonial, considerando-se o diverso nível possível de consciência, de organização, de reivindicação e de autonomia dos trabalhadores nas duas formas de produção.

As “fugas reivindicativas” seriam mais numerosas, se comparadas às “fugas-rompimentos”, em geral, significativamente menos comuns do que se supõe, sobretudo devido, não à violência da repressão mas às concessões dos escravizadores e à aculturação dos cativos, sempre segundo esses autores. Manolo Florentino, propõe, em artigo escrito na grande imprensa: “[...] em geral baixos, os índices de fugas eram ainda menores quando se tratava de abandonar definitivamente a escravidão”. Não superariam, possivelmente, um a dois por cento da população cativa.

Para Florentino, as “poucas evasões” expressariam “a multissecular estabilidade do cativo, por força dos mecanismos de controle e, em especial, da aculturação que mitigava parte da opressão. No limite, [as poucas evasões] resultavam da afirmação de uma cultura escrava ansiosa [sic] pelo trabalho, por tarefas e [por] o desfrute de tempo para se engajar em atividade autônomas”. Ou seja, no limite, teríamos, como assinalado, cativos correndo atrás da submissão escravista, e não fugindo dela!

Números definitivos

Não contamos ainda com estimativas diacrônicas e sincrônicas plenamente seguras, mesmo regionais, que informem com maior precisão sobre a real

extensão da vontade, da tentativa e da fuga servil. Como registrado, a documentação sugere que eram poucos os grandes e médios proprietários que não tinham ao menos um escravo fugido. Porém, como já assinalado, o simples registro da tentativa e materialização de fugas não circunscreve plenamente esse fenômeno e a determinação da sociedade e da economia escravista por ele, já que sua maior ou menor sufocação dependiam igualmente de fatores variáveis – condições para a fuga; ação repressora; concessões eventuais, etc.

Em *Biografia do jornalismo carioca*, Gondim da Fonseca propõe que, de 1808 a 1888, apenas nos jornais do Rio de Janeiro, teriam sido publicados um milhão de anúncios referentes a trabalhadores escravizados. No século XIX, as certamente centenas de milhares de anúncios de fuga de cativos constituem comprovação da incidência e do peso do fenômeno na sociedade escravista. Entretanto, apesar de numerosos, esses anúncios registram apenas parcialmente o fenômeno, já que, comumente, muitas fugas de cativos não chegavam a ser registradas nos jornais – em regiões fora da abrangência dos periódicos; nas fugas de breve duração; quando o cativo era preso imediatamente após a fuga; quando se recorria diretamente a um capitão-do-mato; etc. Uma fuga podia motivar diversos anúncios, através dos anos e, não raro, até mesmo fora da região e da província onde ocorrera.

Temos informação significativa sobre a determinação da incidência e da orientação das fugas devido às rupturas da ordem política das classes escravistas. Essas conjunturas singulares não foram em geral analisadas com a devida atenção pela historiografia brasileira. Sobretudo, elas ensejavam que os trabalhadores escravizados tomassem maior consciência e explicitassem, sem travas, suas expectativas. Nas crises políticas que permitiram aos cativos um significativo nível de autonomia, eles tomaram o rumo das fronteiras, penetraram sem medo os matos, armaram-se por espontânea vontade contra a ordem escravista, e jamais em sua defesa.

A confederação dos quilombos dos Palmares foi consequência direta das ondas de fugas propiciadas pela chamada Invasão Holandesa [1632] e, a seguir, pela Insurreição Pernambucana [1645-56]. Em 1822, a independência unitária, centralizada, autoritária e monárquica, em torno do herdeiro real português, nasceu sobretudo da consciência dos grandes

escravistas regionais de que a escravidão não sairia incólume de longos e duros confrontos, por um lado, com a coroa portuguesa, quando de ruptura radical e, por outro, entre as facções regionais, devido à definição dos limites das repúblicas surgidas do eventual esfacelamento do Reino do Brasil. Nos dois casos, os cativos aproveitariam os conflitos para fugir, revoltar-se e aderir às facções em luta.

Em 1835-45, quando da Guerra Farroupilha, no Rio Grande do Sul, assoladas e desorganizadas pelos avanços e recuos das tropas em luta, sobretudo as fazendas pastoris teriam se esvaziado de cativos que, entre optar por monarquistas ou republicanos, preferiram numerosos o mato e a fronteira. Em fins de 1840, uma lista arrolou nada menos do que 944 cativos que se estimava, com ou sem razão, terem fugido para o Uruguai. Durante mais de uma década após o confronto, partidas policiais foram enviadas contra comunidades quilombolas, surgidas, possivelmente, em grande parte, durante o conflito. Trataram-se de fugas para lá de rompimento!

Na lista de fins de 1840, certamente incompleta, onde não estavam anotados os cativos já presos, sabidamente mortos ou que se estimava e se sabia terem fugido para outras regiões, predominavam fortemente os cativos campeiros e africanos. Perto de setenta por cento dos que tinham origem acertada eram efetivamente africanos, com destaque para os “congos” [60]; “cabindas” [35]; benguelas” [35]; “mina” [25] e “moçambiques” [20], o que respeitaria o perfil conhecido da origem do trabalhador africano chegado ao Sul nesses anos.

Momentos excepcionais

As demais revoltas do período regencial, sobretudo a Cabanada, Balaiada e Cabanagem, não apenas desorganizaram profundamente a produção, com o aquilombamento de cativos, como chegaram a ameaçar a própria ordem escravista, com a formação de importantes grupos de cativos armados, que intervieram nesses conflitos, em forma autônoma ou não, tudo isso há poucas décadas da vitória dos trabalhadores escravizados no

Haiti. Como assinalado, as fugas em massa dos trabalhadores escravizados concentrados nas plantações de café do Centro Sul assentaram o golpe final à instituição escravista e levaram à pobreza os proprietários de terras menos férteis, comumente do Rio de Janeiro.

Grandes oscilações nos preços das mercadorias coloniais determinavam igualmente oscilações nas condições de vida e trabalho servis. Quanto mais valorizavam as mercadorias de exportação, mais recuava a produção de subsistência e mais se acelerava a produção mercantil e, portanto, a intensidade e a duração do trabalho, sob o látigo dos escravistas e de seus prepostos. A “ordem” nas senzalas e a vontade, a tentativa e a fuga eram certamente fortalecidas pelas flutuações dos ritmos da produção.

Alguns dados esparsos sugerem o caráter significativo da decisão de fuga materializada. Em 1885, o carcereiro de Rio Claro, importante centro cafeeicultor paulista, afirmava ter um total de quarenta e sete cativos na lista dos recapturados – um por cento da escravaria do município. Os aprisionados na cárcere municipal eram apenas uma parte – não sabemos se pequena ou grande – dos capturados, para não falar dos não-capturados. Em Rio Claro, haveria, no mínimo, sempre, três capitães-de-mato. Nessa época e nessa região, crescera significativamente a capacidade de vigilância e de repressão dos escravizadores.

Em *Os últimos anos da escravidura no Brasil*, Robert Conrad anota que, em 1826, 922 cativos, sobretudo fugidos, haviam passado pela prisão do Rio de Janeiro. O mesmo autor assinala que, dos 47 cativos, crianças incluídas, registrados nas listas da Plantação Imperial de Santa Cruz e na Fundação Imperial de São João de Ipanema, 25% “já haviam desertado”, em 1844. Em 1828, segundo Mary Karasch, 1901 cativos haviam passado pela mesma prisão, onde haviam sido açoitados, sobretudo fujões. Em maio de 1876, no calabouço de Salvador, encontravam-se nada menos do que 403 fujões à disposição de seus escravizadores.

Em *Escravidão: fugas e controle social*, Ademir Gebara é da opinião que as fugas seriam raras. Porém, o autor apóia-se sobretudo no estudo do “livro diário” de uma fazenda de escravos de Campinas, de 1879 até a Abolição, onde teria havido apenas trinta registros de tentativas de fuga ou fugas,

sobretudo breves. Apesar da importância da documentação estudada, rara no Brasil, a região, a data e a restrita abrangência do corpo documental restringem as conclusões a que chega. Paradoxalmente, o autor não revela o número de cativos da fazenda estudada.

Segundo o levantamento de Rafael Copstein do livro de *Entrada e saída de escravos em geral fugidos e que não respondem por crime algum*, em média, 112 cativos teriam fugido e sido presos, anualmente, na cadeia pública de Rio Grande, nos anos 1856 a 1859. Ou seja, 7% da população escrava do município. Nesses números não estavam computados os cativos que fugiram e não foram capturados; que fugiram e retornaram aos escravistas; que foram capturados sem passar pela cadeia pública.

Territórios e itinerários negros em Salvador (moradia, trabalho e divertimento, 1855-1887)*

LÍGIA CONCEIÇÃO SANTANA**

1. Apresentação

Nossa proposta é analisar a dinâmica urbana dos negros, entendendo o cotidiano das práticas sociais como espaço do exercício da política. Esta pesquisa busca entender a constituição de territórios negros na malha urbana de Salvador, entre 1855 e 1887; para isso, procura compreender práticas e valores culturais que se tornaram próprios às populações negras e contrários às expectativas de controle de diversas autoridades e grupos letrados. A intenção é delinear, a partir da construção de mapas, a localização destes territórios negros, acompanhando enfrentamentos cotidianos, significados sociais e construção de identidades entre os diversos sujeitos que ocupavam a cidade, negros ou não. Locais de moradia, trabalho e divertimento podem refletir espaços comuns de troca e conflito importantes para o entendimento das estratégias de sobrevivência e das formas como esta heterogênea população negra singularizou o espaço físico e social da cidade.

* Esta pesquisa começou a ser desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Desenho/UEFS com habilitação em Desenho, registro e memória visual, dentro da linha de pesquisa Desenho Urbano e Memória Visual sob orientação da Prof.^a Lysie Reis. Hoje também se desenvolve dentro do programa de Pós-graduação em História Social/UFBA sob orientação da Prof.^a Gabriela dos Reis Sampaio.

** Especializanda em Desenho (UEFS) Mestranda em História Social (UFBA).

Sabemos que a presença do negro foi uma constante na paisagem urbana das cidades; o que fica por saber mais detalhadamente é como a localização de territórios negros e seus itinerários se modificam a partir da aproximação da abolição e sobre a construção dos discursos que visaram legitimar normas mais rígidas de regulação dos movimentos destes negros. Por isso é importante fazer esta leitura a partir de mapas. Buscamos através dos mapas a antítese, ou seja, a relação tensa entre as elites dominantes e os escravos que as mantêm: a proximidade necessária e seu contraponto com a exclusão. Para isso, vamos trabalhar com três critérios de localização dos negros – moradia, trabalho e divertimento –, buscando flagrar e recompor as possibilidades de circulação de livres, libertos e escravos. Além disso, apresentar uma análise combinada do ponto de vista da apropriação do espaço urbano, ou melhor, da construção da territorialidade negra seja nos espaços comuns de encontro, trocas e/ou conflitos de grupos distintos.

Nas décadas finais da escravidão, no século XIX, a segurança, a emancipação dos escravos e a necessidade de construir novas bases de manutenção das hierarquias sociais compõem grande parte das preocupações de legisladores e autoridades. A atenção esteve especialmente dirigida a aspectos que iam além da busca de controle e disciplinarização de condutas indesejáveis. Para Wilson Mattos, parece tratar-se de uma questão de poder e dominação, com implicações mais amplas que vão do lugar social que as populações negras vão ocupar em uma nova estrutura social em composição até a construção de padrões “modernos” de urbanidade¹. A tentativa de controle dos negros, escravos, livres ou libertos, na rua, mesmo no fim da escravidão, compreende diversos aspectos e situações do cotidiano para organizar circulação, locais e momentos de não-trabalho. A documentação policial disponível dá a tônica do zelo pelo estabelecimento da ordem na cidade e dos fundamentos ideológicos que justificavam sua implementação, ao mesmo tempo em que aponta para constantes descumprimentos destas tentativas de controle. Saber nome, ocupação, qualidade e morada de negros são infor-

¹ Wilson Mattos, “Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador-Ba (1850-1888)”. São Paulo, USP, Tese de doutorado, 2000.

mações tão preciosas quanto ter a possibilidade de acompanhar os passos trilhados por eles entre becos e ruelas, saber de suas conversas, os valores que compartilham, o que pensam. Iniciar a pesquisa a partir da década de 1850, além de contemplar este contexto, também permite acompanhar uma tentativa de controle importante, empreendida pelo censo de 1855, que consegue apresentar um panorama de localização de pontos de moradia e trabalho importantes para os objetivos deste trabalho.

A segunda baliza se justifica não apenas por anteceder o fim da escravidão como instituição jurídica, mas também por significar um incremento nas expectativas de controle social dos negros nas ruas e manutenção das hierarquias sociais. Apesar dos reiterados esforços de manutenção da ordem, a particular organização do trabalho na rua parece conseguir driblar a vigilância e construir seus próprios padrões de organização. Para seus gestores, a cidade de Salvador teria como incômodo um grande contingente de negros que transitavam pelas ruas, precisando ser “adestrados” ao convívio na nova cidade moderna, ou eliminados, por não se enquadrarem no novo ordenamento social, político e urbano idealizado pelas elites que compõem o poder público.

Esta comunicação visa dar um panorama das questões que norteiam a pesquisa, localizando as brechas encontradas a partir da bibliografia consultada e, na medida do possível, vai apresentar os primeiros dados já coletados.

2. Territórios e a construção de controles

Parte da historiografia baiana sobre cidades chama atenção para Salvador de fins do século XIX e, princípio do século XX, no que diz respeito às mudanças no comportamento das classes dirigentes e também aos conflitos desta com as classes populares, no processo de redefinição do espaço público e privado. A condição de estar na cidade está estabelecida por normas que têm como função regulamentar condutas, atividades e principalmente relações de convívio e circulação para quem vive, trabalha, se desloca – o que, aos poucos, vai construindo um movimento de separação

que as pesquisas sobre o urbanismo no século XX costumam denominar de segregação espacial, do ponto de vista do acesso ou restrição à ocupação de áreas consideradas centrais nas cidades.

Qualquer caminho possível de interpretação da dinâmica urbana de Salvador no século XIX deverá levar em conta, além de estratégias de sobrevivência, de relações de poder e de laços de solidariedade, as formas como as populações negras ocuparam e singularizaram o espaço físico e social da cidade. Adotando a concepção de que o espaço físico não tem apenas uma conformação física, busco compreender a territorialidade construída por práticas sociais. Para tanto, parece-me pertinente a idéia de Muniz Sodré, segundo o qual,

a territorialização não se define como um mero decalque da territorialidade animal, mas como força de apropriação exclusiva do espaço (resultado de um ordenamento simbólico) capaz de engendrar regimes de relacionamentos, relações de proximidade e distância (...) o território aparece como um dado necessário à formação de identidade grupal/individual, ao reconhecimento de si por outros (SODRÉ, 1988, 14-15).

Wilson Mattos, em *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social*, corrobora com Sodré e utiliza a noção de territorialização como um processo de relacionamento definido pela relação entre espaço e identidade, que transcende o limite do dado físico para referenciar-se, sobretudo, às formas de como grupos humanos específicos singularizam, prática e simbolicamente, a ocupação de um espaço físico, ao mesmo tempo em que constroem seu significado social. Desse modo, definir o valor interpretativo do termo "território negro" implica considerar práticas e valores culturais que se tornaram próprios às populações negras e contrários às expectativas de controle, subordinação e disciplinamento destas pelas elites dominantes. Nesse sentido, concordo com Mattos ao considerar a existência de espaços físicos e sociais, conquistados ou possibilitados pela dinâmica da escravidão urbana, não apenas como pequenas parcelas de uma liberdade possível, "mas também como espaços-territórios instituintes de

um universo cultural próprio, resistente às adversidades de uma conjuntura social e racial desfavorável" (2000, p. 27)².

Sidney Chalhoub, ao discutir a formação da cidade negra no Rio de Janeiro, sua relação com as mudanças na corte entre 1830 e 1870 e a incompatibilidade entre escravidão e cidade, relaciona-a ao

engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido de transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimento políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado (1998, p. 186).

Então, podemos supor que a existência dos denominados espaços negros também cumprem um papel político de desagregação ou afrouxamento de laços rígidos de subordinação e controle. Talvez isso ajude a entender melhor o contexto, e especular motivações, em que estão inseridos os 27, dentre os 31 presos, que no dia 18 de junho de 1887 cometeram os crimes de desordem e/ou prática de jogos proibidos nas freguesias da rua do Paço, Sé, Comércio, Santo Antônio e Central. Imagino que a preocupação do Subdelegado do Beco do Paço tenha sido um pouco maior, já que, entre os 27 presos enquadrados nesses delitos, 17 foram detidos dentro de sua circunscrição no Beco da Valla. Temos aqui um interessante caso de território e itinerário de divertimento de negros: nenhum africano, dez crioulos, cinco cabras e três pardos. Apenas um ainda era escravo. Todos declaram ofício: seis eram pedreiros, quatro ferreiros, dois carapinas, dois ganhadores, um marceneiro e um sem identificação de profissão³. Trabalhavam estes homens nas imediações? Territórios de trabalho e divertimento se sobrepõem?

² Dentre estes espaços físicos e sociais podemos citar os cantos de trabalhadores escravos ou livres, as ruas onde serão exercidos os mais diferentes ofícios, as Irmandades negras, os terreiros de candomblé, os quilombos suburbanos, as juntas de alforria, os locais de moradia e demais espaços de divertimento. No entanto, para os limites deste trabalho interessa saber onde estes negros moram, onde trabalham e onde se divertem. Cabe, sobretudo, elucidar no fim da pesquisa com a ajuda da sobreposição dos mapas as mudanças de localização de territórios e itinerários.

³ APEBA, Seção Colonial e Provincial, Série Polícia, maço 6515, 1887, Mapas de prisão da Companhia Permanente da Bahia em diversas estações, 18 de junho de 1887, docs diversos.

A repressão aos diversos tipos de divertimento também segue a lógica de disciplinarização dos negros para dificultar reuniões que animassem o espírito de rebeldia. Desse modo, a apropriação negra dos espaços das festas e demais divertimentos indicaria a vitória numa batalha simbólica permeada por momentos de repressão e de tolerância, chegando inclusive ao debate na Assembléia Provincial de 1855⁴. De acordo com Jocélio Teles dos Santos, no imaginário das elites, os espaços onde ocorriam os sambas eram percebidos como áreas de completa desordem, tanto das leis como da moral e decência, inscrevendo os participantes no campo do anti-trabalho⁵. Será importante pensar divertimentos a partir dos seus significados e identificar as relações entre as práticas, os locais de ocorrência e a vigilância.

Com a proximidade da abolição da escravidão, esta suspeição ganha novo impulso e inúmeras medidas tomadas para intensificar a vigilância. Enquanto diminuía o número de cativos, coube aos regimentos militares e à polícia, aos poucos, a função de conter cativos, livres e libertos que transitavam pela cidade. As medidas de controle sobre negros vão sendo construídas a partir da necessidade de controlar uma população anônima cada vez mais numerosa, que fazia da rua local privilegiado de estabelecimento e fortalecimento de laços de amizade e solidariedade, o que em nada agradava os autores das leis e posturas, estivesse este conjunto de pessoas no comércio ambulante, carregando mercadorias em cestos, no transporte de mercadorias ou em cantos de trabalho. Nas posturas municipais de Salvador e cidades do Recôncavo, multiplicam-se por todo o século XIX as proibições de envolvimento dos escravos com batuques, danças, casa de jogos e especialmente aos africanos era proibida a circulação à noite na rua⁶. Apesar dos reiterados esforços de manutenção da ordem, a particular organização do trabalho e sociabilidades de negros na cidade consegue burlar com certa frequência essas tentativas de controle. Um bom exemplo é a greve negra estudada por João Reis. Nesse interessante caso, os ganhadores se articulam contra uma série de medidas consideradas por eles abusivas, como a obrigatoriedade do uso de uma placa

⁴ REIS, 2002.

⁵ TELES, 1998.

⁶ Leis 88, 91, 93, 94, 171, 172, 191 do Repertório de fontes sobre a escravidão. Fundação Gregório de Mattos.

contendo uma identificação, e sustentam uma greve, em 1887, por um tempo considerável, conseguindo praticamente paralisar o fluxo de transporte de mercadorias na cidade⁷. As constantes infrações de posturas também denunciavam que o controle não foi tão eficiente como o texto das leis determinava. Para as camadas populares deste período, o uso do espaço está vinculado às inúmeras estratégias de sobrevivência construídas e reconstruídas a partir de limitações impostas pelos gestores da cidade, ao buscar demarcar os limites da autonomia negra⁸. A moradia de negros em Salvador é um ponto ainda pouco trabalhado. Ana Lourdes Costa, estudando as condições de moradia de trabalhadores escravos, sobretudo os que não moravam com seu senhor, tendo por base o censo de 1855, conclui que os espaços da cidade aptos a receber os escravos que se auto-sustentavam eram os mesmos destinados aos pobres livres e libertos, como as Freguesias da Sé e do Passo, que passaram por um empobrecimento e pelo deslocamento das classes abastadas para outras áreas da cidade nas quais o modelo de habitação europeu já tinha sido implantado⁹. Dentro deste amplo processo de expansão e reordenamento da cidade de Salvador, as camadas mais baixas, além de (re)apropriarem estruturas preexistentes das freguesias centrais, também se estabeleceram em novas freguesias semi-rurais¹⁰. Como o número de negros morando por conta própria é cada vez maior nos fins do século XIX, os pontos de moradia podem ter se multiplicado para todos os pontos da cidade. Refletir sobre as relações possíveis entre pontos de partida (moradia), pontos de chegada (trabalho) e pontos outros de conflitos e autonomia (divertimentos) ajudam a entender melhor toda esta confusão urbana, a partir da visibilidade dos itinerários e da recomposição destes caminhos para identificar o que mudou entre 1855 e 1887.

⁷ Walter Fraga consegue construir um panorama deste mundo da rua e da diversidade de transeuntes em meio às limitações de sobrevivência próprias do século XIX, focalizando aqueles que permanecem fora do competitivo mercado de trabalho a vagar pelas ruas de Salvador. Interessa buscar aqueles outros sujeitos que, misturados a estes, também buscaram as ruas para seu sustento, fosse ele organizado em cantos, chafarizes, nos arredores de casas de negócio ou dispersos com seus talhos de mercadoria.

⁸ APM, *Inventário das Posturas sobre negros*, n.º 198, p. 83.

⁹ COSTA, 1989. Outros pontos de moradia de negros no decorrer do século XIX não foram apontados em outras pesquisas posteriores.

¹⁰ Freguesias da Sé, Passo, Santana, São Pedro, Conceição e Pilar, Brotas e Santo Antonio. Sobre a caracterização das freguesias de Salvador no Século.

3. Algumas considerações

Em alguma medida, os critérios escolhidos já foram discutidos por diversas perspectivas, mas não apresentaram uma análise combinada do ponto de vista da apropriação do espaço urbano, ou melhor, da construção da territorialidade negra, seja nos espaços comuns de encontro, trocas e/ou conflitos de grupos distintos. Contudo, mesmo em um meio urbano estruturado para as classes dirigentes, será que coube ao negro ocupar apenas interstícios, áreas periféricas, semi-rurais e vazias? Será que os espaços distantes do centro e do controle direto foram os únicos locais a abrigar quilombos, irmandades negras e terreiros? E quanto às recorrentes prisões por desordem presentes nos mapas de prisão? No momento, os dados recolhidos não permitem afirmações decisivas porque ainda estão sendo transportados para os mapas temáticos. Mesmo assim, já podemos perceber que os espaços de moradia podem ajudar a compor uma demografia étnica importante aos estudos de escravidão na Bahia, podendo inspirar outros mapas em outras cidades escravas. Apresentamos alguns dados preliminares da pesquisa em andamento, mas até aqui a freguesia com maior presença de negros nos momentos de trabalho são mesmo as freguesias marítimas, como na década de 1850, em função da presença dos trapiches, hotéis e casas de negócio. No entanto, estamos recolhendo dados para mapear os domicílios destes mesmos trabalhadores já levantados e, até aqui, vemos que uma quantidade razoável também compartilha laços de vizinhança.

4. Referências bibliográficas

- ABREU, MARTHA. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- BRITO, JAILTON. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1889*. Salvador, 1996.
- CHALHOUB, SIDNEY. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHALHOUB, SIDNEY. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CHALHOUB, SIDNEY. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, ANA DE LOURDES R. DA. *Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) FAU / UFBA, Salvador, 1989.
- CUNHA, MARIA CLEMENTINA (org.) *Camavais e outras f(r)estas – Ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- FERREIRA FILHO, ALBERTO HERÁCLITO. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador”. *Revista Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), pp. 239-256.
- FERREIRA FILHO, ALBERTO HERÁCLITO. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. Salvador, 1994.
- FRAGA FILHO, WALTER. *Mendigos, moleques e vadios do século XIX*. Salvador, 1995.
- LEITE, RINALDO CÉSAR NASCIMENTO. *E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) FFCH / UFBA, Salvador, 1996.
- MARX, MURILO. *Cidade no Brasil. Terra de quem?* São Paulo: Nobel. Edusp, 1991.
- MATTOS, WILSON ROBERTO DE. *Negros contra a ordem: resistências e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social – Salvador-Baía (1850-1888)*. São Paulo, 2000.
- MATTOSO, KÁTIA. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1992.
- NASCIMENTO, ÍRIS DA SILVA SALLES. *O espaço do terreiro e o espaço da cidade: cultura negra e estruturação do espaço urbano*, Salvador, 1989.
- PECHMAN, ROBERT MOSES. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- REIS, JOÃO JOSÉ E GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. Introdução – “Uma história da liberdade”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 9-25.
- REIS, JOÃO JOSÉ. “De olho no canto”. *Revista Afro-Ásia*, 24, Salvador: Edufba, 1999.
- REIS, JOÃO JOSÉ. “A greve negra de 1857”. *Revista USP*, 18: 6-1-29, jun-ago, 1993.
- SILVA, MARILENE. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- TELES, JOCÉLIO DOS SANTOS. “Divertimentos estrondosos: batuques e sambas no século XIX”. In: SANSONE, Lívio e TELES, Jocélio dos Santos (orgs.) *Ritmo em trânsito – Sócio-antropologia da música baiana*. São Paulo: Dynamus, 1998. pp.15-38.

As mãos ocultas nas artes e ofícios do Brasil colonial

LYSIE REIS*

De matriz portuguesa, o sistema de corporações de ofícios mecânicos transplantado para o Brasil revestiu-se de outras peculiaridades. Estabelecido num período fértil da economia da Idade Média, tinha por base o trabalho livre. Como se vê, é impróprio pensar que o Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, com vilas e cidades em formação e uma economia direcionada ao exterior, fosse um ambiente adequado para o florescimento de semelhante instituição. Tendo as corporações de ofício raízes urbanas, não podiam ser, na mesma medida, favorecidas por uma sociedade colonial, marcadamente rural e caracterizada pela produção de base doméstica. No entanto, além desta, outra circunstância é apresentada, quase pela unanimidade de autores que estudaram este tema, para ilustrar a não-similaridade entre os dois sistemas: a abundância da mão-de-obra escrava e a persistência de quase quatro séculos de escravismo no Brasil.

Destaco aqui a particularidade da inserção, nesse quadro, não só de cativos como dos chamados “negros de ganho”, escravos que, apesar de cativos, tinham licença de seus senhores para trabalhar e com eles dividir o lucro¹. Tal fato, além de ter relaxado as restrições da agremiação corporativa e ampliado

* Professora Assistente do Departamento de Letras e Artes (UEFS), Linha de pesquisa: memória visual e desenho urbano (CAPES/UEFS).

¹ Era corrente no século XIX sublocar o escravo para ganhar dinheiro com os serviços urbanos e, dentre estes, várias eram as atividades simultaneamente exercidas por livres. Oliveira (1988, p. 15) define três tipos de relação entre o senhor e seu escravo qualificado, considerando os ofícios relacionados às artes. São elas: trabalho utilizado e apropriado (manutenção a

o mercado de trabalho, também teria investido decisivamente contra o prestígio do trabalho manual, incitando um certo preconceito social contra aqueles que exerciam ofícios das chamadas artes mecânicas, que eram vistos como trabalhadores braçais, portanto inferiores². Aparentemente contraditória, haja vista a considerável quantidade de cativos com ofícios mecânicos, a restrição da participação destes nas artes mecânicas, instituída pela câmara municipal de Salvador, persistiu até o início do século XIX. Até então, valia a promulgação do “Compromisso e Regimento econômico dos ofícios de Carpinteiro e de Pedreiro e dos mais agregados a Bandeira do Glorioso S. José e sua Confraria ereta na Sé Catedral da Cidade da Bahia Dedicado ao mesmo Glorioso Santo e Feito na dita Cidade no Ano de 1780” que definiu:

[...] não poderá ser admitido ao dito exame Negro de qualidade alguma e só sim pardo que seja forro pello Pay assim o permitir [...] Na mesma forma incorrerá qualquer Mestre que tomar aprendis que seja Negro; nem ainda Mulato cativo; pois só ensinará Brancos, ou Mulatos forros (apud FLEXOR, 1974, p. 44).

Observemos esta determinação. A palavra “qualidade”, de acordo com o período em questão, designava se o indivíduo era cativo ou liberto. De acordo com a engenharia social da época, o “negro” podia ser o crioulo ou

cargo do proprietário); trabalho apropriado pelo senhor e por terceiro que dele se utiliza (manutenção a cargo de terceiro); trabalho apropriado pelo senhor e pelo escravo e o serviço utilizado por terceiros (manutenção a cargo do senhor ou do escravo). Segundo Andrade, o escravo “ganhador”, a depender da decisão do seu proprietário, podia morar ou não na mesma casa que ele, mas era obrigado a lhe dar, por dia ou por semana, uma quantia previamente acertada. A sobra era entregue ao escravo. Embora nenhuma lei assegurasse este acordo, o senhor geralmente o respeitava. Há ainda os casos de uso indireto do trabalho escravo, como naquele em que os proprietários faziam escrituras públicas, nas quais ficava definido o período de locação ou hipoteca a que seria submetido o escravo (1988, pp. 34-37). O tempo do senhor e o tempo do escravo na escravidão urbana estavam investidos no trabalho, “[...] embora não de forma ‘secreta’ como na produção capitalista”, era da rua que o escravo tirava o ganho para prover a si e ao seu proprietário (REIS, 1993, p. 11).

² Segundo Pereira, a “[...] discriminação das artes em liberais e mecânicas surgiu com conceito de Aristóteles, considerado mecânicas todas as artes que alteram as inclinações naturais do corpo e todos os trabalhos que são mercenários” (1957, p. 34). No entanto, para a cultura do século XIX, as “artes liberais” eram vistas como “[...] a tradução rigorosa da expressão dada pelos antigos àquelas que o homem livre podia exercer sem decair, por oposição às “artes mecânicas” ou “manuais”, destinadas aos escravos. São fruto da imaginação, do sentimento, e podem ser dirigidas para o espírito, de onde as Belas Letras (Arte do Pensamento), ou para o sentido estético formal respectivamente, de onde as Belas Artes ou Artes Plásticas (Artes da Forma). As primeiras compreendiam a Gramática, Retórica, Dialética, Geometria, Música, Aritmética, Teologia, Filosofia e as últimas a Arquitetura, Escultura e Pintura. (W. M. JACKSON apud LEAL, 1996, nota 1, p. 77).

o africano, cativo ou liberto. Mas não importava, uma vez que, qualquer que fosse sua “qualidade”, tanto o exame quanto a aprendizagem lhes eram, legalmente, proibidos. O pardo, muitas vezes definido como mulato, se fosse cativo, também não era examinado, tampouco ingressaria no aprendizado. Daí conclui-se que ao cativo não era permitido aprender, nem exercer ofício mecânico. Só era examinado o “pardo forro” e ensinado o “mulato forro”. Como ambos eram homens de cor, porém forros, a proibição resumia-se apenas aos cativos e aos negros, tanto aos nascidos libertos quanto aos forros. No entanto, como observou Gorender, a proibição de admissão de cativos “[...] à habilitação gremial tinha de ficar no papel, pois nenhum artífice português se privaria de viver à custa de escravos aos quais ensinaria seu ofício” (1978, p. 452).

Havia apenas uma exceção: o ofício de ferreiro admitia negros africanos e crioulos³. Vejamos o que pode ter motivado isso. As funções artesanais tradicionais em África eram intrinsecamente relacionadas a um conhecimento sagrado, especialmente o ofício de ferreiro, uma arte da qual dependia a sociedade. Enquanto depositário de um segredo, o de agir sobre a matéria e transformá-la, seus conhecimentos deviam ser, não só abrangentes, como ritualísticos. Conhecendo os segredos do ferro e do fogo, era a única pessoa habilitada a praticar a circuncisão, além de ter que conhecer todas as espécies de vegetais e seixos que cobriam a terra, que escondiam determinado metal, que seria por ele manipulado para a confecção de diversos utilitários. Ou seja, o ferreiro, por ser na África um indivíduo de reconhecida qualificação, não necessitava de iniciação no ofício. Já chegava qualificado. Se lhe era permitida inserção, certamente lhe reconheciam atributos e mestria no desempenho do ofício.

Ou seja, a brecha aberta na lei nada mais era do que uma confirmação do costume local e, para além desta, havia inúmeras que, independentes de serem anuídas pelas leis, inseriam os homens “de cor”, escravos, forros ou livres, nos ofícios mecânicos. Se esse fator já é conhecido, pouco se sabe sobre esta forma de participação, não só na Bahia, como no Brasil.

³ Filhos de negros africanos nascidos no Brasil.

Segundo Jaelson Trindade, “apenas o pardo forro ou livre – e em condições muito especiais – irá alcançar o cargo de juiz de ofício”, sendo um equívoco afirmar que durante a vigência das corporações “muitos negros e crioulos tornaram-se mestres de ofícios” (1988, p. 120)⁴. Por outro lado, não é um equívoco pensar que a sociedade, frente à boa qualidade e conhecimento de um artífice “de cor”, não lhe conferisse o título de mestre. O mestrado “oficial” não era normalmente atingido pelos negros, escravos ou forros, tampouco, o oficialato⁵, conquanto também não era usual entre os brancos. Como nos explica José Menezes, que pesquisou a presença de pardos e negros nas artes em Pernambuco, as cartas de habilitação eram raras, já que, para tê-las, era necessário possuir uma tenda (oficina) aberta, ou seja, ser patrão (1988, pp. 83, 87)⁶. Tal informação sobre Pernambuco compatibiliza-se com o estudo sobre São Paulo e Ouro Preto, realizado por Trindade, que diz que, face às restrições do mercado colonial, “a maioria dos oficiais livres não procurava ser examinada pela corporação e nem tirava licença junto ao juízo do ofício. Preferia se garantir trabalhando a jornal para algum mestre ou fazendo parceria com oficiais licenciados” (TRINDADE, 1988, p. 120). Se isso acontecia entre os livres, imaginemos entre os “de cor”.

Trindade diz que os artífices cativos são bastante numerosos, havendo mais pardos do que negros, e que a maioria dos escravos negros e crioulos empregados em obras eram serventes; o autor registra ainda que o número de oficiais escravos mulatos parece ter sido sempre superior ao de negros nos ofícios ligados às artes e à arquitetura durante todo o século XVIII, sendo quase absoluto a partir da 2.^a metade desse século, tanto nos grandes centros como nas pequenas vilas (1988, p. 121). Vai além afirmando que “[...] entre os artífices mulatos, poucos atingem aquela perícia atribuída a tantos oficiais brancos. Só individualmente é que eles conseguem se afirmar no meio dos brancos” (1988, p. 122).

⁴ Jaelson Trindade pesquisa inventários, ofícios e autos cíveis nos arquivos do DAESP (Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo) e no cartório do 1.^o Ofício, Casa do Pilar, SPHAN, em Ouro Preto.

⁵ Isso no que diz respeito a uma parte dos ofícios, embora houvesse ofícios específicos, tais como Mestre Barbeiro, Sangrador, Trombeteiro, Tirador de Dente – que significavam serviço e não geravam uma mercadoria. Nesses, a hierarquia não era tão rígida.

⁶ No entanto, o próprio Menezes nos dá a informação de que Manuel Ferreira Jácome, um homem “de cor” realizou atividades de arquiteto, chegando a ser Juiz do Ofício de Pedreiro.

Tudo isso me parece possível, haja vista a menor dificuldade encontrada por um mestiço do que por um negro no mercado de trabalho, mas proponho uma reflexão: muitos são os historiadores e cronistas que afirmam ser numerosa a quantidade de homens “de cor” exercendo os ofícios mecânicos desde o início da colonização. A maioria deles afirma que, até o século XVIII, os “de cor” faziam serviços que requisitavam pouca qualificação, as chamadas tarefas menos nobres, tais como transporte de madeiras, serraamento, desbastamento, etc. Ao mesmo tempo, atestam que a regulamentação dos ofícios feita pela câmara não tinha controle do contingente de escravos, forros e livres “de cor” que atuavam como oficiais, sendo este o motivo apontado como uma das principais causas da falência do sistema corporativo brasileiro. Pois bem, se não havia controle e se os “de cor” não trabalhavam regulamentados pela câmara, como atestar que eles restringiam-se a trabalhos dependentes de pouca qualificação?

Ainda querendo problematizar a análise, sugiro a observação da metodologia de pesquisa de uma das historiadoras que mais se destacou nessa área, pesquisando artistas e artífices na Bahia do século XVIII e XIX, Marieta Alves. O conjunto de fontes por ela pesquisado restringiu-se aos documentos das Ordens Terceiras (Carmo, São Domingos e São Francisco), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, da Santa Casa, dos Registros das Provisões da Casa da Moeda da Bahia, dos Registros das Marcas dos Ensaiaadores de Ouro e Prata da Cidade do Salvador (1725-1845). Dos 424 artistas e artífices do século XVIII citados pela historiadora Marieta Alves, apenas quatro são homens de cor, incluindo o destacado José Teófilo de Jesus⁷. Além dele, a autora relaciona mais um pintor, Veríssimo

⁷ Pardo e forro, José Teófilo de Jesus trabalhou em Salvador, Itaparica e Sergipe. Dos trabalhos documentadamente comprovados por Marieta Alves em Salvador, destacam-se quatro painéis para as paredes laterais da Capela do SS. Sacramento da Sé (executados antes de junho de 1793); em 1802 pintou quatro painéis para a Ordem Terceira do São Francisco e depois, aproximadamente em 1844, volta a pintar seis painéis para as bocas dos nichos dos altares da nave da igreja dessa mesma Ordem. Para a capela do SS. Sacramento, da igreja matriz de São Pedro realizou, em 1812, a pintura do retábulo, painéis com as molduras douradas, com seus emblemas, dois anjos dourados, seis castiçais, urna e grade. Por volta de 1816, pintou e dourou toda a talha da nova igreja da Ordem Terceira do Carmo. Em 1822, pintou dois retratos de Irmãos para a Ordem Terceira de São Domingos e, no ano seguinte, para a mesma ordem, pintou quatorze tochas para a festa do Senhor do Bonfim. Entre 1836 e 1837 realizou seis grandes painéis para a sacristia da Igreja do Bonfim, onde também fez, entre 1838 e 1839, nos corredores, trinta e quatro painéis menores. Em Itaparica, no ano de 1823, fez o altar do Senhor dos Milagres.

de Freitas⁸, um entalhador, Antonio de Souza Santa Rosa⁹, e um escultor, Manuel Pedro de Barros¹⁰. Vale ressaltar que os quatro são pardos, exercem ofícios considerados nobres e têm a Igreja como cliente principal.

De todos os 162 artistas e artífices citados no século XIX, quinze eram homens de cor: seis escultores, três ourives, dois pintores, um dourador, um entalhador, um pedreiro e um marceneiro¹¹. Por opção, Alves só utilizou duas referências bibliográficas que também se atêm ao mesmo tema: Carlos Ott e Pe. Serafim Leite. Deixa de fora Manoel Querino como referência, mas o inclui enquanto artista. Justifica sua opção pelo fato de que Querino, em sua obra "Artistas Bahianos", traz informações não comprovadas por documentos. Antes de Alves, Carlos Ott publica que o conteúdo de "Artistas bahianos" não é de autoria de Querino, e sim de José Rodrigues Nunes, um pintor de recursos limitados, a cujo texto manuscrito o próprio Ott teve acesso na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Já existem argumentações favoráveis a Querino, ressaltando que "pequenas omissões" não poderiam desmerecer uma obra daquele vulto e que outros pesquisadores, com o tempo, se atribuiriam de fazer as devidas retificações (são opiniões de Valladares e Edelweiss *apud* Sodrê, 2001, pp. 63-69). Vejo que Querino,

⁸ Morreu aos 48 anos. Sobre ele, Marieta Alves levanta que, em 1794, retocou a pintura da capela do Cemitério da Santa Casa, construído sob a sacristia da Igreja.

⁹ Segundo pesquisa de Marieta Alves, em 1791, Antonio de Souza Santa Rosa tinha sua oficina registrada no Senado da Câmara. Em 1795 fez sete sobre-portas e duas credências para a Igreja de N. Sra. da Conceição da Praia. No período de 1816 a 1821, executou vários trabalhos para a igreja do Bonfim: forro da capela-mor, tribunas, dois altares e duas portas para o corpo da igreja, obras do telhado do Consistório, toda a obra de talha do corpo da igreja, cinco molduras para os passos dos retábulos, obras de talha da sacristia, duas credências e os remates para cima dos espelhos. Ainda prateou 80 castiçais. Em 1818, fez a obra de talha da sacristia e oito molduras para os painéis da igreja matriz de Santana. Entre 1823 e 1824 executou 52 castiçais para o trono da capela mor da igreja da Ordem Terceira do Carmo. Para a igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, em 1837, fez o arco-cruzeiro e dois altares.

¹⁰ Este pardo forro era filho do capitão João Caetano de Barros e irmão do sargento-mor José Raimundo de Barros, oficial do Regimento de Infantaria Auxiliar dos homens pardos da guarnição da Bahia. Em 1772 executou uma imagem de Cristo de "vulto grande" para a procissão de Cinzas da Ordem Terceira do São Francisco e, em 1792, confeccionou o retábulo de um órgão do Convento do Desterro. Estes também são dados publicados por Marieta Alves.

¹¹ Os escultores são: Luiz Teixeira Gomes (crioulo), Feliciano Machado Peçanha (pardo), Antônio Reduzindo (pardo), Domingos Pereira Baião (pardo), Henrique da Penha Nogueira (pardo), Francisco de Assis Machado Peçanha (pardo). O entalhador é Francisco Álvares Pegas (pardo), o marceneiro é Maximiliano Pereira Pita (pardo), os ourives são Inácio Alves Nazaré (pardo), Teodoro José de Sant'Ana Gomes (crioulo) e Joaquim Rodrigues de Almeida (pardo), o pedreiro é Bonifácio Furtado Conceição (pardo), o dourador é Vitorino Eduardo Oliveira (pardo) e o marceneiro é Maximiliano Pereira Pita (pardo). Optei por não especificar as obras realizadas por eles, as quais podem ser consultadas em Alves, 1976.

por ser ele próprio um artífice negro, portanto acostumado com a tradição da oralidade entre os seus, não titubeou em aceitar os manuscritos de Nunes como fontes fidedignas, afinal, possivelmente, o próprio Nunes também partilhou desta mesma tradição. Como coube a Querino trazer à tona algo que talvez Ott nunca tivesse acesso, coube a Alves fazer as devidas retificações.

Por outro lado, deve-se levar em conta que, nem sempre aquele que aparece no contrato foi o executor da obra. Marieta Alves faz, de fato, uma pesquisa grandiosa e de inenarrável utilidade à história da arte brasileira. No entanto, traz à tona sujeitos que estavam oficialmente habilitados a serem contratados e, por outro lado, trata de obras contratadas para instituições de caráter religioso, que eram as que mais utilizavam os serviços das artes consideradas liberais. Vale observar que, com o declínio das irmandades no século XIX, as igrejas católicas perdem poder econômico e passam a contratar menos artistas e artífices. Raras são as grandes obras de arquitetura, talha e pintura. Esse é um dos motivos pelos quais o montante geral de sujeitos presentes na documentação pesquisada por Alves é menor no século XIX. No entanto, em relação aos sujeitos "de cor" que aparecem na documentação desse período, o número é três vezes maior do que o do século anterior, o que se explica pelo fato de que já não havia mais restrições da Câmara ao exercício dos homens "de cor", que nesse período eram hegemônicos nos ofícios mecânicos.

Aquele que utilizar o mesmo percurso metodológico para procurar oficiais mecânicos "de cor" nos arquivos municipais da Bahia encontrará pouquíssimos. Obviamente, todo o contingente que se ocupou da "mão-de-obra pesada" está oculto nessa documentação, mas seria impreciso retirá-los dessa história. José Menezes chama a atenção ao fato de que, quando se pesquisam as obras realizadas nos arquivos de "Irmandades, Confrarias ou de outras entidades ligadas aos ofícios mecânicos", seja no período colonial e no Império,

nos contratos e nas listas, catálogos de Irmãos, os chamados livros de ingresso, raramente se faz menção à cor do nomeado. Mesmo nas Irmandades de negros e pardos a simples presença do oficial não é prova nenhuma da sua origem étnica, quer branca ou negra. Na verdade o processo seria válido se

inverso, isto é, o ingresso, com respeito a negros, em Irmandades de branco ou Ordem Terceira (1988, p. 85).

Quando um indivíduo “de cor” é destacado em uma documentação, em especial nas artes liberais, dois são os motivos: ou se expressa uma “curiosidade” em torno da inteligência do sujeito, vista quase como uma raridade entre os da sua cor, o que denota claramente o preconceito, ou ainda, como noticia Menezes, fatos sensacionalistas, como o relato da morte de um pardo, que, trabalhando em uma douração na Igreja de S. Frei Pedro Gonsalves, caiu do andaime e teve morte imediata (1988, p. 85).

Em suma: como grupo, os “de cor” não têm visibilidade porque desempenham ofícios em meio a uma hierarquia corporativa que presumia sua inexistência. Mesmo nas Irmandades de cor, só quando os indivíduos ocuparam cargos privativos na administração é que seus nomes são conhecidos. Não fosse a tradição oral, pouco se saberia deles. E somente alguns poucos que muito se destacaram nos ofícios chegam a ser tão conhecidos como os mestres brancos ou até mesmo lhes fazer concorrência.

Durante o século XVIII, os cativos, apesar de ausentes do corpo documental, participavam do oficialato, sendo esta uma questão fundamental para compreensão da diferença entre as corporações portuguesas e as brasileiras. Os oficiais brancos que possuíam licenças e os que não as possuíam tinham escravos e jornaleiros que não eram examinados, mas estavam, informalmente, sob sua custódia. São dados que notabilizam o descumprimento da já citada medida de 1780, que, mesmo assim, se manteve e só teve um pouco mais de flexibilidade em 1822, quando a Câmara lançou nova portaria, na qual estava prescrito: “[...] O Mestre Pedreiro do Conselho não admita mais nas obras publicas do Concelho, Offes que não sejam forros, podendo Some admitir escravos pa Serventes, ou aprendizes, nada ganhando estes” (*apud* FLEXOR, 1974, p. 44). Ou seja, o liberto, fosse qual fosse a cor, podia ser admitido. Mais uma vez, o costume modifica a lei. Já era grande o número de negros forros nas obras públicas e a restrição referia-se agora somente ao escravo. O ano é o de 1822 e as corporações só perduram até 1824, quando são oficialmente abolidas juntamente com as restrições de participação dos

“de cor” nos ofícios mecânicos. Por outro lado, se o indivíduo de cor foi subalterno e excluído dos mecanismos da corporação, da qual a administração pública estava estritamente vinculada, dada sua característica de controle de mercado, isso não ocorreu na prática cotidiana, o que fez com que esse indivíduo, paulatinamente, incorporasse o papel social de mão-de-obra pertinente às artes mecânicas por todo o século XIX.

Na transição, foram criadas agremiações de trabalhadores que, em certa medida, guardaram métodos e tradições das corporações de ofício. Durante todo o século XIX, perdurou a capacidade de manuseio tecnológico restrita aos artesãos que, organizados nas sociedades mutuárias, produziam bens materiais indispensáveis à vida e eram aceitos como parte da cultura cotidiana do trabalho. No entanto, na Bahia, isso tem um sentido particular, visto que o fim das corporações modifica a estrutura da organização do trabalho coletivo especificamente para os artífices negros e mestiços qualificados que tomaram o mercado, gerando um novo ciclo de produção e consumo das obras realizadas.

Ao longo do século XIX, ocorre uma flexibilização do sistema escravocrata que culmina com a abolição em 1888. Medidas legais colocavam no mercado de trabalho um contingente maior de negros livres¹². Por outro lado, a mortalidade, a venda de escravos para outras províncias e as alforrias também contribuíram para diminuir o contingente escravo¹³. Tudo isso fazia com que, ao passo que diminuía o número de trabalhadores escravos,

¹² Destacam-se as seguintes medidas legais: proibição do tráfico transatlântico (1831), que, apesar da repressão de navios britânicos, não acabou por tolerância das autoridades brasileiras; Lei Eusébio de Queiroz (1850) – abolição definitiva do tráfico; Lei que proibia a venda separada de escravos casados (1869); Lei do Ventre Livre (1871); Lei Saraiva Cotegipe (1885), a Lei dos Sexagenários; Lei que extingue a pena de morte (1886); Extinção da escravidão nos Estados do Ceará e Amazonas (1884); Lei Áurea (1888). Mesmo com essas medidas anunciando a proximidade da abolição, o Governo não apresenta nenhum programa de inserção do ex-escravo na sociedade, algo que lhe oferecesse uma expectativa de vida melhor. Ao contrário, em 1850, no mesmo ano que anuncia o fim do tráfico, promulga a Lei de Terras, que proibia a ocupação e a doação de terras. Ou seja, as terras brasileiras só poderiam ser adquiridas por compra, o que era raro de ser conseguido por ex-escravos e imigrantes que dificilmente teriam acesso à base da agricultura, sendo, portanto, forçados a trabalhar nas propriedades existentes ou nas cidades.

¹³ Ao contrário do que se poderia esperar, num contexto de escassez de mão-de-obra, as alforrias se multiplicaram ao longo da segunda metade do século XIX, quando a instituição do escravismo vinha, progressivamente, perdendo sua legitimidade; por outro lado, tornava-se perigoso para os senhores frustrar expectativas de liberdade do próprio cativo que lhe dava lucro e que, a qualquer momento, podia demonstrar sua insatisfação com atitudes ofensivas (VERGER, 1981, p. 13).

aumentasse o número de trabalhadores livres, principalmente nas cidades. Também modifica o perfil social dos oficiais mecânicos, que, na documentação do século XIX, vêm a ser tratados de artífices e, posteriormente, operários. Reunindo-os “num só corpo”, surgem as sociedades montepios de caráter profissional. Logo no início, ao se rotularem como “alheios à política”, assumiram um caráter político. A princípio organizados em mutuárias, tinham, apenas aparentemente, interesses de auxílio mútuo e previdenciários, passando depois a defenderem-se como empreendedores e, num terceiro momento, recorreram ao sindicalismo. Diante dos poderes públicos que os admitiam, mas não lhes permitiam ascensão, aprenderam. E, diante das barreiras criadas, se apropriaram dos pontos de fragilidade e criaram meios de se fazerem notar enquanto classe de trabalhadores, diferenciados daqueles considerados desviantes, indigentes, vadios, etc. Aprenderam, sobretudo, a qualificar uma sociedade mais justa que, se não era a sua realidade, foi o sonho perseguido e motivador de tantas estratégias de sobrevivência num mercado dinâmico e competitivo, dentre as quais a transmissão do conhecimento, teórico e prático, apreendido nos cantos, nos canteiros de obra, no interior das oficinas de rua, através da oralidade ou nas escolas e liceus profissionalizantes, foi uma das mais eficientes, para quem era marginalizado nas instituições escolares regulares. Foram situações de enfrentamento, de resistência, mas que mantiveram, entre eles, o conhecimento e, para além deles, o reconhecimento como aqueles que “sabiam fazer”, frente à sociedade.

Referências bibliográficas

- ALVES, MARIETA. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador, UFBA/Centro Editorial e Didático/Núcleo de Publicações, 1976.
- BURKE, PETER. “Unidade e diversidade da cultura popular”. In: *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 50-90.
- CALMON, PEDRO. *História do Brasil*. Volume II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- CAMPOS, FERNANDO. *O princípio da organização corporativa através da história*. Conferência realizada no Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa. Lisboa: Imprensa Baroeth.
- CAVALCANTI, NIREU. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- FLEXOR, MARIA HELENA. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal: Departamento de Cultura, 1974.
- FONSECA, LUÍS ANSELMO DA. *A Escravidão, o clero e o abolicionismo*. Bahia: Imprensa Econômica, 1887.
- GAMA, RUY. *A Tecnologia e o Trabalho na História*. São Paulo: Edusp; Nobel, 1987.
- GOENDER, JACOB. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio, 29)
- HAMPATÉ BÂ, AHMED. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História Geral da África – I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo, Ática/UNESCO, 1982, pp. 181-218.
- HOUAISS, ANTÔNIO E VILLAR, MAURO. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEITE, SERAFIM. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Rio de Janeiro: Broteria, 1953, pp. 29-31.
- LEMO, CARLOS A. C. THEBAS. In: ARAÚJO, Emanuel. (Org.) *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1998, pp. 77-82.
- LEAL, MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.
- MENEZES, JOSÉ LUIZ MOTA. “A presença dos negros e pardos na arte pernambucana”. In: ARAÚJO, Emanuel. (Org.) *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1998, pp. 83-85.
- OLIVEIRA, MARIA INÊS CÔRTEZ DE. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. Coleção Baianada 7. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPQ, 1988.
- OLIVEIRA, MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE. “O Alejandrinho e Mestre Valentim”. In: ARAÚJO, Emanuel. (Org.) *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1998, pp. 55-77.
- PEREIRA, CARLOS JOSÉ DA COSTA. *Artesanato e arte popular Bahia*. Bahia: Caderno de Desenvolvimento Econômico, 1957, série 3, caderno 1, 188 pp.
- RUY, AFFONSO. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1953.
- _____. *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949.
- SANTOS, NORONHA. “Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, n. 6, pp. 295-317, 1942.
- SILVA, MARIA CONCEIÇÃO BARBOSA DA COSTA E. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia: Fundação Cultural, EGBA, 1988. 98 pp. (Coleção Selo Editorial Letras da Bahia, 28).
- SPIX, JOHANN BAPTIST VON, MARTIUS, CARL FRIEDRICH PHILIP VON. *Viagem pelo Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 3 vol.

TRINDADE, JAELOS BRITAN. "A arte colonial: corporação e escravidão". In: ARAÚJO, Emanuel. (Org.) *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988, pp. 119-130.

VALLADARES, JOSÉ. *Estudos da Arte Brasileira*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1960.

VASCONCELLOS, SALOMÃO DE. "Ofícios Mecânicos em Vila-Rica durante o século XVIII". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, n. 4, pp. 331-361, 1940.

Escravos e pobres livres em Taubaté no século XIX

MARIA APARECIDA PAPALI*

Este trabalho integra uma pesquisa que vem sendo desenvolvida com o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), e que tem como objetivo levantar conflitos, crimes e tensões sociais, bem como o rol de testemunhas contidos nos Processos Crimes existentes em Taubaté durante o século XIX, com o intuito de buscar desvendar as formas de trabalho, relações solidárias e cotidiano de escravos e libertos da referida cidade, suas buscas diárias por maiores espaços de autonomia e perspectiva de liberdade, bem como procurar por maiores indícios dos mecanismos utilizados pelos respectivos senhores na criação e manutenção do mundo regido pelo paternalismo dominador, clientelismo e poder local, os quais nortearam as bases senhoriais, políticas e ideológicas do Vale do Paraíba.

Conforme evidenciado por Boris Fausto, a criminalidade "*expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais*" (2001: 27) Ou seja, não se busca analisar um determinado processo como um caso que se encerra em si mesmo, mas sim analisar "através dele" indícios e referenciais de uma sociedade.

Uma das questões que se levanta nesta pesquisa consiste em perguntar em que medida os múltiplos afazeres exercidos por pobres livres e escravos

* Doutora em História Social. Professora e Pesquisadora da UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba – São José dos Campos, Brasil).

podem ser considerados como “negócios da pobreza”, geradores de uma cultura solidária entre os menos afortunados da região, mote para transformações no cotidiano e reelaboração constante das relações mantidas com senhores e membros da elite local. Em que medida cultura, tradição e costumes de escravos e pobres livres foi capaz de gerar um “capital social” dessa comunidade, subsidiador de transformações no interior das relações paternalistas vigentes na região de Taubaté, no século XIX.

Trabalhar a complexidade do mundo escravista nas zonas cafeeiras do século XIX, notadamente no Vale do Paraíba, implica buscar os nexos deste mundo a partir da ampla rede de relações sociais estabelecidas entre escravos, libertos, forros, agregados e demais sujeitos que compunham o segmento social destinado ao trabalho braçal, pertencentes às camadas mais baixas da sociedade da época. O desdobramento de tais relações, pautadas em redes de solidariedades e ou campos de conflitos e jogos de interesses, possibilita ao historiador dimensionar a atuação de escravos e escravas nas práticas cotidianas entre os demais homens livres.

Destituídas de implicações solidárias, mas igualmente ricas e consequentes, foram estabelecidas relações entre os setores mais pobres e subalternos daquela sociedade (escravos, libertos e pobres livres) e os membros das elites locais, para os quais as malhas do clientelismo, aqui compreendido como forma de dominação, foram determinantes na formação de laços de compadrio e outros meios utilizados pelas elites cafeeiras do século XIX na formação de futuros clientes, agregados e correligionários supostamente “fiéis”.

Para a realização desta pesquisa foram inicialmente catalogados 430 Processos Crimes ao todo. Os documentos encontrados no Arquivo Histórico de Taubaté estão em tal estado de abandono que foi necessário fazermos uma primeira catalogação (tendo em vista que tal procedimento ainda não tinha sido efetuado pelo pessoal técnico do Arquivo), o que dificultou nosso trabalho, mas foi de total relevância sua execução. Tal tarefa demandou muitas viagens à cidade de Taubaté, além da necessidade do envolvimento de toda a equipe, devido às dificuldades no trato com documentação de difícil leitura.

Entretanto, apesar dos percalços, tais esforços têm contribuído para nossas pesquisas, e vários temas e possibilidades de investigação tornam-se

possíveis sempre que a leitura atenta e a transcrição completa de tais documentos desnudam interessantes tramas.

Dentre os Processos catalogados e transcritos, temas relacionados a escravos, tais como roubos diversos, assassinatos de feitores, suicídios, homicídios, agressões, levantes (foram encontrados dois processos contendo levantes de escravos) entre outros, estão sendo investigados e serão objeto de análise em breve. No momento, busca-se procurar por indícios de convivência entre pobres livres e escravos e um dos temas que têm possibilitado tais reflexões diz respeito aos Processos relacionados a roubos de café praticados por cativos, sendo posteriormente vendidos a receptadores donos de venda ou pequenos armazéns.

Em Taubaté, pesquisas indicam que escravos, libertos, forros e pobres livres construíram juntos muitas das experiências cotidianas, possibilitando a construção dos referenciais de liberdade, sendo ligados aos arranjos de trabalho possíveis aos libertos, forros e livres empobrecidos.

Maria Helena Machado observou a existência de escravos na cidade de Taubaté que teriam dificuldade de comprovar seu estado jurídico, dada a grande circulação desse contingente no mundo dos homens livres, ou, pode-se acrescentar, a proximidade que estes escravos teriam com as práticas de trabalho e vida cotidiana dos pobres livres da cidade (1987: 51).

Alguns relatos de viajantes também indicam coexistência entre tais grupos, e até o estabelecimento de atividades ligadas a um pequeno comércio local. Em viagem à Província de São Paulo nos idos de 1822, Augusto de Saint-Hilaire já teria observado tais atitudes entre escravos e pequenos comerciantes de Taubaté. Ao descrever os aspectos e a movimentação do comércio da cidade, Saint-Hilaire observou a existência de “operários de diferentes profissões, várias estalagens, muitas vendas.” No entanto, o viajante acrescentou que muitas de tais vendas, por serem malsortidas, não poderiam auferir lucros suficientes aos seus proprietários nem ao menos para subsistência. Ao levantar a questão da inviabilidade de um comércio precário, Saint-Hilaire surpreende com uma explicação sugestiva de hábitos vivenciados por comerciantes pobres da cidade: “Corre na região que estes homens se mantêm é pelo ganho auferido dos furtos comprados a escravos” (1969:95).

Ao denunciar os furtos efetuados por escravos da cidade e, ao mesmo tempo, sugerir uma possível rede de interceptadores desses produtos roubados, Saint-Hilaire indica a existência de trocas comerciais entre escravos e pequenos comerciantes empobrecidos do local. Tais questões sugerem que redes de solidariedade entre escravos e pobres livres vinham se articulando em Taubaté a partir do início do século dezenove, criando as bases de uma tradição duradoura.

Entre os Processos que versam sobre roubo de café praticado por cativos e subsequente receptação, destacam-se as décadas iniciais do século XIX (1830-40) e as décadas finais da escravidão (1870-80). Para as décadas iniciais foram encontrados dez Processos sobre o referido tema e para as décadas finais do século XIX, três Processos foram catalogados versando sobre o tema.

Em um desses Processos, de 1876, o fazendeiro João Monteiro Gomes da Silva queixa-se de Antonio José de Oliveira Rolim Junior, dono de um pequeno armazém perto de sua propriedade. Sua queixa incide sobre o fato de Antonio José estar supostamente comprando de escravos sacas de café que estavam “desaparecendo” de seu estoque. De acordo com o fazendeiro João Monteiro, seus problemas teriam começado há dois anos, quando Antonio José estabeleceu-se em sua venda:

não com o fim lícido de comerciar, como se vai demonstrar, mas como meio de que alguns lançam mão para, por meio de gêneros e bebidas perniciosas, tirem para si, contra a vontade de seu dono, parte do produto do trabalho de alguns fazendeiros (Processo Crime, Taubaté, 1876)

Neste Processo, o fazendeiro João Monteiro não denuncia apenas esse fato isolado, mas suas palavras sugerem tratar-se de prática relativamente comum na região. No resumo da queixa apresentada à Justiça consta o seguinte:

Já a tempos, que tanto o queixoso como diferentes fazendeiros e vizinhos seus, tem sentido falta no café que beneficiam para exportar, pelo que queixam-se continuamente, sem até hoje poder descobrir a causa de tais prejuízos, hoje porém que o queixoso tem justos motivos para asseverar ser o acusado Antonio José de Oliveira Rolim Junior autor deles, em vista de compras ou permutas de gêneros de seu armazém (muito de propósito para

esse fim estabelecido), com o café por ele mandado tirar pelos escravos, tanto do queixoso como dos demais (*idem, ibidem*)

Das seis testemunhas ouvidas neste Processo, cinco afirmaram “terem ouvido dizer” que o acusado tinha por hábito comprar café de escravos, não só do queixoso, mas de outros fazendeiros do local. Conforme palavras de uma dessas testemunhas:

... que efetivamente ele não viu o querelado comprar café furtado de escravos, mas que é a voz do povo e tem ouvido dizer que o querelado assim costuma fazer comprando de escravos que subtraem aquele produto de seu senhor ou de outros e por esse modo os revende em seu estabelecimento de molhados... (Processo Crime, Taubaté, 1876)

Percebe-se nos depoimentos de todas as testemunhas que o motivo da queixa contra o comerciante Antonio José, ou seja, o fato de que este comprava café de escravos para revender em seu armazém, não causava estranheza; ao contrário, evidencia tratar-se de uma prática recorrente naquela sociedade, e, ao que tudo indica, com a conivência de boa parte da população, já que frases como “ouvi dizer”, “é público e notório” “é a voz do povo” são constantes nos relatos das testemunhas.

Em outro Processo de 1879 o fazendeiro Francisco de Almeida Cabral apresenta queixa contra Marcolino Moreira de Moraes. Marcolino foi acusado de receber em sua casa alguns escravos de Francisco de Almeida “cada qual com uma saca de café”, conforme consta no relato do queixoso. O interessante neste Processo é que os escravos são presos em flagrante na casa do acusado pelo feitor da fazenda de Francisco de Almeida. O depoimento prestado pelo feitor Joaquim indica o quanto a prática de receptação de café roubado era do conhecimento de todos, inclusive do restante dos cativos:

Disse (...) que por ouvir dizer no Bairro de Santa Luzia, que Marcolino de Moraes tem o costume de comprar café de escravos de fazendeiros e ainda mais por que, procurando os escravos que tinham carregado o café, um negro da casa lhe disse: – pode ir em casa de Marcolino de Moraes, que encontra os negros lá – donde conclue que não era a primeira vez que se dava esse fato, porque senão os outros escravos não saberiam (Processo Crime, Taubaté, 1879)

Flávio dos Santos Gomes, ao pesquisar as comunidades quilombolas do Rio de Janeiro existentes no século XIX, constatou o quanto essas comunidades mantinham de intercâmbio e trocas comerciais com moradores das cidades mais próximas, sugerindo que tais quilombolas estavam muito mais inseridos na constituição do comércio local do que se suspeitava até então (1995:55). Tais questões possibilitam pensar o quanto tais procedimentos considerados ilícitos, tais como as relações comerciais estabelecidas com quilombolas e com escravos que traziam produtos roubados, movimentaram o pequeno comércio local de tantas cidades.

É possível que tais solidariedades e intercâmbios entre escravos, libertos e pobres livres de Taubaté tenham se solidificado a partir das peculiaridades da referida cidade no mundo da cafeicultura agroexportadora do Vale do Paraíba. Renato Leite Marcondes, ao pesquisar a posse de escravos e a lavoura cafeeira no Vale do Paraíba paulista constatou a existência da pequena e média propriedade na cidade de Taubaté até finais do século dezenove. Conforme observou o autor, apesar da concentração da propriedade e concentração da posse de escravos que foi se instalando em Taubaté, à medida que o século XIX avançava, persistia ainda na cidade a figura do pequeno e médio produtor (1998).

Sabe-se que a existência de pequenos e médios produtores nas cidades ligadas ao mundo rural do sudeste paulista favoreceu o aumento do contingente de homens pobres livres nestas localidades, pois tais locais possibilitavam um maior acesso a terra e maiores chances de sobrevivência e ascensão. O aumento populacional pelas vias migrantistas contribuía com tais características, facilitando também a diversificação profissional e social. Tais diversidades também puderam ser observadas por Marcondes em relação ao núcleo urbano de Taubaté para o ano de 1884, no qual constatou a existência de “um expressivo número de pessoas”, tais como: “negociantes, profissionais liberais, artesãos, jornaleiros, etc... e de pequenos agricultores, muitas vezes não vinculados à cultura da rubiácea” (1998:53).

Augusto-Emílio Zaluar já havia observado a existência de muitos homens pobres em Taubaté, em sua viagem pela Província de São Paulo entre 1860 e 1861. Nos relatos dessa viagem, Zaluar deixou registrado

indícios de bairros periféricos em Taubaté, habitados por “caipiras e mendigos”, em oposição às construções “modernas e luxuosas”, habitadas por “abastados proprietários e ricos fazendeiros” (1953: 100).

Segundo a narrativa de Zaluar – e de acordo com o trajeto de sua viagem –, para se ter acesso aos espaços ricos da cidade de Taubaté, seria necessário primeiro se deparar com o “prolongamento da cidade” que, segundo o viajante, seriam “as casas de pobríssimo aspecto que se estendem pela beira da estrada ao entrar em Taubaté” Provavelmente, visão pouco acolhedora aos olhos do escritor português, mas tão viva e presente que o tenha obrigado a registrá-la em suas memórias (1953:99). Tais contradições, indicativas de uma cidade que se enriquecia, ao mesmo tempo que primava pela “manutenção da diferença”, sinalizavam antigo destino do local (ALVES, 1998).¹

Dadas essas peculiaridades da cidade de Taubaté no século XIX e as evidências encontradas sobre as práticas de roubo e receptação de café, é possível levantarmos alguns questionamentos. Em que medida escravos e pobres livres não encontravam em tais práticas a possibilidade de subtrair dos mais aquinhoados parte da riqueza que ajudaram a acumular? Em que medida escravos que roubavam café de seus senhores não o faziam “licitamente”? Afinal, para o trabalho no eito, nas lidas de sol a sol com as lavouras de café não era o braço escravo que derramava o suor? Claro que as interpretações dos membros das elites cafeicultoras eram diferentes, mas, de alguma maneira, mesmo que implicitamente intuía sobre o sentido dessa “subtração”. Podemos identificar tal conotação nas próprias palavras do fazendeiro João Monteiro, já mencionado, quando este incrimina o dono de uma venda vizinha de estar comprando café roubado de escravos seus:

não com o fim lícido de comerciar, como se vai demonstrar, mas como meio de que alguns lançam mão para, por meio de gêneros e bebidas perniciosas, tirarem para si, contra a vontade de seu dono, parte do produto do trabalho de alguns fazendeiros (Processo Crime, Taubaté, 1876)

¹ Pesquisas recentes realizadas por Maurício Alves indicam os percursos da acumulação da riqueza em Taubaté desde a Colônia, cujos desdobramentos evidenciam que tal enriquecimento fez-se tendo como um dos resultados a manutenção da desigualdade social na cidade. Ver também: ALVES, Maurício: *Forjando igualdades na diferença: socialização parental entre cativos em Taubaté (1680-1848)*. Tese Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

Bibliografia

Viajantes e memorialistas:

- SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1972.
- ZALUAR, AUGUSTO-EMÍLIO. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860/1)*. São Paulo: Martins, 1953.
- MARCONDES, MARIA THEREZA RAMOS. *Tempo & Memória*. Taubaté, S. P. Prefeitura Municipal, 1998 (2.^a ed.).

Arquivo consultado:

Arquivo Municipal de Taubaté: "Dr. Felix Guisard Filho"

Artigos e periódicos:

- ALVES, MAURÍCIO MARTINS. "A família escrava em Taubaté – 1680-1720" in: *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. IFCS/UFRJ, 1995.
- DIAS, MARIA ODILA LEITE DA SILVA. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881" in: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DIAS, MARIA ODILA LEITE DA SILVA. "Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea" in: *Projeto História* n.º 17 – Trabalhos da Memória – EDUC-PUC/SP, novembro, 1998.
- MACHADO, MARIA HELENA. "Em torno da autonomia escrava" in: *Revista Brasileira de História – Escravidão* – ANPUH, Marco Zero, vol. 8, n.º 16, março/agosto, 1988.
- MARCONDES, RENATO LEITE. "A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba" in: *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora, vol.4, n.º 2, pp. 35-54, 1998.
- MARCONDES, RENATO LEITE. "A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870" in: *Texto para Discussão*, FEA/USP, Ribeirão Preto, S/P, 2000.
- PAPALI, MARIA APARECIDA. "Libertandos: escravos, forros e libertos em terras valeparaibanais, no final do século XIX" in: *Projeto História* n.º 18 – Espaço e Cultura – EDUC – PUC/SP, maio, 1999.
- STOLCKE, VERENA E MICHAEL HALL. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" in: *Revista Brasileira de História* n.º 6, 1983.

Livros e teses:

- ALVES, MAURÍCIO MARTINS. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté, S. P. Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.
- CASTRO, HEBE MARIA MATTOS DE. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

- CHALHOUB, SIDNEY. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, EMÍLIA VIOTTI DA. *Da senzala à colônia*. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAUSTO, BORIS. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1824)* 2.^a ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FRANCO, MARIA SYLVIA DE CARVALHO. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.^a ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GRAHAM, RICHARD. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MACHADO, MARIA HELENA. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAESTRI, MÁRIO. *Deus é Grande, o Mato é Maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- MILLIET, SÉRGIO. *Roteiro do café e outros ensaios*. 4.^a ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MOURA, DENISE A. SOARES DE. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas, S.P: CMU/ UNICAMP, 1998.
- PAPALI, MARIA APARECIDA. *Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- PAPALI, MARIA APARECIDA. *Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1996.
- SCHWARCZ, LÍLIA MORITZ E LETÍCIA V. DE SOUZA REIS (org.) *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- STEIN, STANLEY. *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- WISSENBACH, MARIA CRISTINA CORTEZ. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec; História Social USP, 1998.
- ZANETTI, VALÉRIA. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-60)* Passo Fundo: UPF, 2002.

Parte III
- Trabalho forçado
na África Colonial

1. Casos da África Ocidental

Estradas sem fim: o trabalho forçado e a 'política indígena' na Guiné (1915-1945)*

PHILIP J. HAVIK**

Introdução

O pouco que tem sido publicado sobre o período colonial na Guiné dita portuguesa, limitou-se, principalmente, a questões associadas à chamada "pacificação" e aos movimentos nacionalistas, e com menor incidência o próprio período colonial¹. Estas abordagens têm no fundo tratado o regime colonial, e sobretudo o Estado Novo, como sistema holista e monolítico, sem diferenciar os vários níveis de autoridade, por exemplo, da metrópole e das colónias, ou ainda entre as várias entidades nas últimas. Muito influenciado pelos conflitos armados, o referido período tem sido estudado dum ponto de vista binário de resistência dos povos da região contra o domínio europeu. Porém, recentemente, houve uma tentativa de enquadrar a administração portuguesa num molde diferente, assinalando a existência de várias correntes de pensamento dentro da própria

* Comunicação apresentada no II Seminário Internacional 'Trabalho Forçado Africano', Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 17 e 18 de Novembro, 2005.

** SOC (Sociedades e Culturas Tropicais), IICT, Lisboa. Agradece-se o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

¹ Pélissier, René 'Naissance de la Guinée: Portugais et Africains en Sénégal (1841-1936)', Orgeval, 1989; Mendy, Peter Karibe 'Colonialismo Português em África: a tradição da resistência na Guiné Bissau (1879-1959)', Bissau, INEP, 1994; Dhada, Mustafah 'Warriors at Work: how Guinea was really set free', University Press of Colorado, 1993; Forrest, Joshua 'Lineages of State Fragility: rural civil society in Guinea Bissau', Oxford/Athens, James Currey/Ohio University Press, 2003.

hierarquia colonial². Estes dados preliminares mostram como nos anos 50 do século passado, as críticas ao tratamento e à exploração das populações nativas subiram de tom, conduzindo a reformas ao nível local. Encetado por administradores de distritos e circunscrições, estas pretenderam atenuar aspectos repressivos das práticas laborais até então vigentes, numa óptica de preocupação pelo bem-estar das populações africanas sob a sua tutela.

Contudo, no período que aqui tratamos, logo a seguir às guerras de 'pacificação' nas primeiras décadas de novecentos até o fim da Segunda Guerra Mundial, não houve ainda sinais, pelo menos quanto à Guiné, de novos ventos. E quando estes apareceram na década de quarenta, não foi o quadro administrativo local mas sim a inspecção que expôs as falhas da RAU (Reforma Administrativa Ultramarina) introduzida em 1933. Aliás, foram precisamente os administradores e chefes de posto que foram acusados de reprimir ou castigar, *dentro ou fora da legalidade*. Naquela 'colónia de indigenato', de acerca de quatrocentos mil habitantes onde, a mão-de-obra indígena era a única disponível, o código de trabalho (de 1928) era vista como 'flexível': as condições da sua prestação de serviço dependiam por conseguinte das vontades e caprichos dos próprios administradores ou chefes de posto.

Porém, a documentação coeva mostra que havia um consenso alargado entre estes e aqueles no que diz respeito ao modo como a administração empregasse a mão-de-obra africana, sobretudo no contexto da requisição de trabalho de 'contribuição braçal' para a execução de obras de 'utilidade pública'. Nesta categoria cabiam as estradas, que constituíram um símbolo de afirmação do novo poder colonial e da sua capacidade de abrir e aceder a zonas que durante séculos tinham estado sob o controlo das sociedades africanas. Tidos como símbolos de progresso, pretenderam elevar a Guiné, então vista como a colónia africana mais 'retrógrada' na metrópole, a um novo patamar de desenvolvimento, que podia rivalizar com os seus vizinhos francófonos da AOF. É precisamente neste ponto que a documentação arquivística consultada sobre esta época revela as contradições entre o progresso e o

² Keese, Alexander "'Proteger os pretos'. Havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)?" in *Africana Studia* n.º 6-2003, pp. 97-125.

retrocesso, entre o discurso e a prática, que significava obrigar as populações a trabalharem à força sob condições penosas infligidas pelas autoridades como um verdadeiro tributo para garantir o seu progresso.

2. A Curadoria e os privados

Devido à particularidade de nunca ter desenvolvido um latifúndio como em outras colónias africanas, pois as populações nativas sempre tinham mantido o controlo sobre o produção de culturas de subsistência tanto como de renda, a Curadoria de Trabalho Indígena recebeu relativamente poucos pedidos para a contratação de mão-de-obra indígena por parte de particulares. Os relatórios dos governadores, pouco elucidativos sobre a matéria, não permitem avaliar de alguma maneira as realidades locais, embora na documentação dispersa constem referências a mais de umas centenas de contratações anuais no período em questão. Ainda nos anos quarenta, o Curador relata que

a Guiné é ainda e será por muito tempo uma colónia de exploração pelo indígena e o que nela existe de agricultura não indígena resume-se a umas tantas árvores de fruto mais pertença dos macacos e dos amigos do alheio, que propriamente de quem as possui; porque o principal objectivo dos concessionários e proprietários é o de transaccionarem, com mais ou menos êxito, os produtos dos indígenas que demoram nas vizinhanças.³

Raras são as explorações do 'agricultor civilizado' que tenham mais de dez trabalhadores, o limite mínimo para o qual se exigia uma licença. Não é de estranhar que, numa colónia como a Guiné, onde em 1950 a taxa de alfabetismo (em Português!) mesmo entre a população dita civilizada e assimilada era reduzidíssima, prevalecesse o contrato verbal⁴. Em termos de sectores, limitava-se a trabalhadores empregados em oficinas e no comércio urbano. Quanto às zonas rurais, o Curador concluiu que

³ Repartição Central dos Serviços da Administração Civil, Secção de Negócios Indígenas, Bissau, 14-10-1948, Francisco Artur Mendes; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ISAU, 1661.

⁴ Mendy faz notar que quase metade destes grupos de 'elite', era ... analfabeta; Mendy (1994: 310-1).

o trabalho voluntariamente oferecido satisfaz as necessidades da província e se faz sentir na época das sementeiras e das colheitas por períodos de 20-30 dias.⁵

Esta referência pouco clara a serviços voluntariamente oferecidos já deixa transparecer a existência de uma zona nebulosa que simplesmente escapava a estes serviços. Só que as coisas não ficaram por aqui, sobretudo quando o mesmo curador se queixa de que o Código de 1928 ainda não estava regulamentado para a Guiné em 1947, e estranhava

o silêncio dos patrões sobre acidentes de trabalho e da falta de colaboração e comunicação entre os patrões e as autoridades.

Porém, em 1937, quer dizer, dez anos antes, o então governador já se queixava da mesma situação:

Continua a verificar-se como até aqui, por parte de patrões e de trabalhadores, maior desprezo pelas disposições legais relativas ao trabalho dos indígenas, o que vai merecer a devida atenção⁶.

Embora, realçou, parte destes problemas também tivesse origem na própria lei, que permitia a isenção de reportar a Curadoria através dum mapa para patrões que tinham empregado menos de 10 trabalhadores. Na prática, no entanto, o governador admitia que

(...) as licenças de recrutamento de trabalhadores serem muito reduzidos, por 'os grandes empreendimentos, principalmente agrícolas, quase não existem, e os pequenos que há, necessitam de um reduzido número de trabalhadores que para os conseguir não necessitam de licença, de que estão isentas por lei⁷.

Destas frases vagas e pouco esclarecedoras que deixam transparecer as lacunas na lei e as irregularidades cometidas, abundam os relatórios dos

⁵ AHU, 1661, op cit., 14-10-1948.

⁶ Relatório do Governador do 1.º trimestre de 1937, Bolama, 29-7-1937; AHU, ISAU, 545.

⁷ Relatório do Governador da Guiné, do ano de 1938, Bolama, 1939; AHU, ISAU, 544.

governadores e da Curadoria. Por sinal, a maioria dos contratos era verbal e era feita sem a intervenção das autoridades, como o Código de 1928 aliás permitia (Capítulo V, Secção III, arts. 126-136). O parecer da Inspecção Superior Administrativa Colonial acerca do relatório do Curadoria da Guiné de 1939 fala sem rodeios sobre o seu conteúdo:

O excessivo laconismo de um tal documento não nos permite formular a mais pequena ideia de qual tenha sido a acção do Sr. Curador junto dos indígenas da Colónia no ano transacto.⁸

Se recuamos ainda mais uma dezena de anos, os capítulos curtos sobre o trabalho indígena nos relatórios oficiais também não se afastam desta realidade e do discurso padrão que as acompanhava. O que dá para pensar quando tomamos em conta os níveis bastante mais altos de emprego de trabalho nativo por privados registados nos anos vinte, ainda antes de o Código de 1928 entrar em vigor. Segundo os poucos dados publicados na época, em poucos anos as contratações aumentaram de zero, em 1923, até mais de três mil, em 1927, na altura regidas pelo regulamento geral para as colónias de 1914, transformado em decreto-lei para a Guiné em 1922⁹. Se lermos bem a observação do director dos Serviços e Negócios Indígenas, criados em 1917 sobre esta matéria, concluímos que naquela altura a fiscalização era quase nula. Num relatório, publicado em 1929, o director daqueles serviços queixou-se do

acanhado quadro de funcionários incumbidos da observância das leis e as frequentes soluções de continuidade na acção directiva', que 'têm obviamente entorpecido o bom funcionamento dos serviços da colónia', este tem de admitir que 'o trabalho indígena manteve-se há bem pouco tempo livre de preocupações no cumprimento das exigências regulamentares. (*Ibid.*).

⁸ Parecer, José d'Assunção Barreto, 21-11-1940; AHU, ISAU, 1725.

⁹ Ponces de Carvalho, em: 'Guiné', número especial, Agência Geral das Colónias, 1929: 177. A primeira legislação sobre esta matéria na Guiné data de 1900, quando é introduzido o regulamento de trabalho dos indígenas que estabelece 'a obrigação, moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes falem, de subsistir e de melhorar a própria condição social' (*Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, 1900, 1: 1-9).

Mais: apesar do aumento do número de contratos e por conseguinte das receitas cobradas, os serviços da Curadoria padeceram

ainda de deficiências lamentáveis e que resultam do mal tão próprio às colónias, como esta, na adolescência: o atraso de educação no cumprimento da lei, provocado pela exiguidade de recursos em meios de coacção (*Ibid.*).

Mais adiante revela que os problemas orçamentais e a falta de pessoal têm levado a um significativo atraso no processamento das infracções (*Ibid.*: 178). Aliás, na listagem do quadro de pessoal, nota-se que, além do próprio Curador, estes serviços ainda não tinham pessoal nenhum em 1929, já que estavam sob a tutela dos (e inteiramente assumidos pelos) Serviços Centrais.

Quando a matrícula de trabalhadores indígenas se torna obrigatória na Guiné, em 1935¹⁰, como já o era nas outras colónias portuguesas, o governador queixa-se da falta de pessoal e de vagas não preenchidas, que se deviam a problemas orçamentais e aos sucessivos atrasos verificados na aprovação da proposta de organização administrativa da colónia. Por este motivo ainda não se tinha conseguido acabar o arrolamento das *tabancas* (aldeias) e a cobrança dos impostos de palhota. Sublinhando mais uma vez a falta de verbas e quadros, no seu relatório do primeiro trimestre do ano de 1935, o mesmo governador critica

as ilimitadas medidas de protecção aos indígenas provenientes dos que confortavelmente decidem em Genebra, e que tão pouco têm cuidado da situação dos colonos, há muito que vinha impondo a necessidade de se reconhecer que “civilizado também ser gente”.¹¹

Esta observação reflecte a posição oficial assumida pelo Governo Português nas negociações na Organização do Trabalho em Genebra, onde este defendeu o direito exclusivo de os Estados-membros da Sociedade das Nações legislarem nas suas colónias por as condições serem tão diversas que não se resumiam numa lei para todas. As duas convenções preparadas pela Organização Internacional do Trabalho sobre trabalho forçado/obrigatório

¹⁰ Diploma Legislativo de 938 de 16-11-1935 sobre Trabalhadores Indígenas da Colónia da Guiné; Relatório ref. ao 2.º trim. do ano económico de 1935-6.

¹¹ 'Colónia da Guiné: Relatório ref. ao 1.º trimestre do ano económico 1934-35', 11-12-1934, Bolama.

de 1930 e sobre o recrutamento de trabalhadores indígenas de 1935 não foram ratificadas por Portugal¹². O Conselho do Império Colonial, tanto como o Governo, manteve que

o nosso Código de Trabalho Indígena está a par dos mais progressivos regimens das colónias de outros países.

Nesta matéria, o Governo pediu pareceres dos vários governadores das colónias, mandando uma circular com um pedido de informação. O governador da Guiné responde (15-2-1938, Bolama, Gabinete do governador) que, no caso da Guiné, se trata de um universo de trabalhadores e serviços domésticos ‘por dependência de patrões’ (por exemplo, casas de comércio e raras explorações agrícolas) muito pequeno, que ‘não atinge seguramente 0,5% da pop.’ O governador até achava que a legislação de 1928, quanto à regulamentação dos contratos de trabalhadores, ‘é bem o testemunho do cuidado – por vezes levado até ao exagero – que ao nosso país merece a protecção ao indígena...’.

3. Uma ‘grandiosa realidade’?

O que estes e outros documentos oficiais não informam é que a própria administração era de longe o maior ‘patrão’ de mão-de-obra nativa, porém sem haver estatísticas ou até fiscalização alguma acerca do modo do seu emprego. Nesta ‘colónia de indigenato’, onde tudo girava à volta da mão-de-obra africana, a administração recorria largamente a ela para tudo, quer dizer de obras públicas até serviços domésticos. Curiosamente, ou talvez não, como veremos adiante, o Código de 1928 era muito sumário quanto às regras para o ‘recrutamento para serviços públicos’, que contrastava muito com os artigos dedicados à contratação por privados, e as obrigações a que estes estavam sujeitos. Para o que segue, o capítulo X do referido Código é uma peça-chave. Este concedeu o direito às autoridades de obrigar indígenas a trabalharem somente para ‘fins públicos’, enumerando os vários casos em

¹² Parecer, no 39.º Conselho do Império Colonial, Lisboa, 27-5-1939; AHU, ISAU, 1692.

que as autoridades locais tinham o direito de impor trabalhos à população nativa. Nestes, não se encontra a conservação de estradas, aliás o Código opõe-se expressamente a esta prática quando afirma que se limita à

limpeza de caminhos entre povoações indígenas desde que tais caminhos não sejam principalmente utilizados para o trânsito de veículos, de motor ou de tracção animal, ao serviço dos colonos ou do Governo.¹³

Porém a realidade na Guiné era bem diferente. Logo a seguir à 'pacificação militar' que abriu caminho para o período colonial, as autoridades iniciaram a construção de estradas. Até então a única maneira de transitar entre os vários portos e praças era através de barcos ou canoas, em viagens morosas e arriscadas por causa dos bancos de areia movediços e dos temporais na estação das chuvas. Depois do primeiro troço de estrada de terra batida de trinta quilómetros feito em 1916 e de um outro de sessenta e tal quilómetros em 1917, estendeu-se a rede com 185 quilómetros em 1919. A partir de 1921, um programa muito ambicioso de construção foi encetado, que resultou numa rede (segundo as estatísticas oficiais) de 2 809 quilómetros nos fins dos anos vinte. Quer dizer, num espaço de oito anos, aumentou-se dez vezes a extensão total, um esforço enorme para uma colónia recém-conquistada com escassos recursos financeiros e materiais. Pouco mais foi feito em termos de construção nos anos que se seguiram; aliás, parece que a rede encolheu, já que as estimativas falam de 2 500 ou 2 600 quilómetros nos anos quarenta. Contudo, as obras de conservação continuaram, já que eram necessárias por causa das chuvas (de Maio até Outubro), quando grande parte da rede ficava intransitável. Na estação seca o piso das estradas, sobretudo nas zonas de produção de amendoim ou *mankara*, a cultura principal de exportação, ficava outra vez cheio de buracos devido ao trânsito de camiões.

O governador responsável pela expansão rápida da rede, Velez Caroço, fornece algumas indicações sobre como este empreendimento foi feito. Na sua opinião, o progresso das colónias só podia ser conseguido se se conju-

¹³ Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África (1928), Imprensa Nacional da Província de Angola, Luanda, 1956: 107.

gassem os esforços para civilizar 'os povos incultos, imersos na mais crassa ignorância (...) levando-os a fazer o que fazem as raças superiores - trabalhar e trabalhar para sempre'. A 'ociosidade e atraso' dos nativos não era somente prejudicial para eles próprios, mas também para o mundo em geral¹⁴. Neste sentido não era somente a Guiné que tinha de progredir, mas também a metrópole para garantir o seu 'ressurgimento económico e financeiro' (*Ibid.*: 11). O governador prossegue, afirmando que 'é preciso portanto trabalhar. Se o indígena não quer trabalhar voluntariamente, seja compelido a fazê-lo.' Para tal 'faça-se um regulamento estabelecendo um mínimo de trabalho para cada indivíduo'. A geração mais nova, que formará o cerne de uma Guiné 'regenerada', teria de assumir esta responsabilidade e educar futuras gerações para se tornarem 'hábeis trabalhadores.' (*Ibidem*: 12) Neste contexto em que o trabalho era visto como 'um princípio social de incontestável moralidade', o governador realçava a 'sua adaptação às exigências de serviço que o Estado é obrigado a impor-lhes não só para o desenvolvimento da sua rede de viação, cuja utilidade eles são os primeiros a reconhecer e a aproveitar, mas também para outras obras de utilidade pública.' (Velez Caroço, 1923: 9).

A lógica subjacente à construção destas estradas era, em primeiro lugar, militar, política e económica seguida por uma administração que queria a todo o custo compensar o suposto atraso da colónia e provar a sua capacidade de avançar com passos largos. As novas vias permitiam consolidar o controlo sobre a terra recém-pacificada e permitir o transporte de tropas para qualquer canto do território no caso de uma revolta. Segundo, abriram o país para a construção de postos administrativos que empregaram guardas ou *sipaio*s para estender o alcance da autoridade às populações no interior. Terceiro, as estradas constituíram vias de acesso para o arrolamento das aldeias ou *tabankas* e a cobrança do imposto de palhota, introduzida em 1903. Mas, mais ainda, as estradas eram vistas como o património do progresso, sobretudo em relação às colónias francesas vizinhas: o mesmo governador, ao falar da 'sua' obra, afirmava que as estradas na Guiné eram incomparavelmente melhores do que aquelas do outro lado da fronteira

¹⁴ Velez Caroço, Jorge 'Relatório do Governador da Guiné', Coimbra, 1923: 7 & 10.

(com o Senegal). Aliás, os capítulos do seu relatório de 1923 estão recheados de referências auto-elogiosas sobre as 'magníficas estradas' que ligam as sedes de circunscrição às povoações no interior.

O primeiro Anuário da Guiné de 1925 oferece-nos um panorama desta rede rodoviária, com um longo relato de uma viagem de automóvel pelo território, cujo autor se desdobra em descrições pitorescas da natureza e da sua flora e fauna exóticas. Sublinhando a visão deste governador que transformou 'numa grandiosa realidade o que era penas um esboço, uma tentativa feliz', o texto contém porém observações que sugerem uma realidade tropical mais prosaica¹⁵. Por exemplo, quando descreve uma obra, a construção dum canal de cinco quilómetros, onde trabalham 'dois mil indígenas' sob a vigilância dum régulo, ou quando se refere aos 'quinhentos homens' que estão a construir um troço de dois quilómetros e meio de estrada num terreno lodoso. Se imaginarmos o número de trabalhadores preciso para desbravar e nivelar o terreno, bem como empedrar e cilindrar vias duma extensão de 2,5 quilómetros com ferramentas rudimentares, muitas vezes trazidas por eles próprios, teremos uma ideia do esforço humano necessário para esta gigantesca operação.

Ficamos também a saber que 'tudo isto se deve ao trabalho do indígena', e que em alguns casos 'o seu amor por todos estes caminhos é extremo', a ponto de por *moto proprio* fazer ramificações de caminhos, além de os consertar e limpar como 'boas menagères' (*Ibid.*). A sugestão subjacente era que as vias eram deles, que as tratavam como se fossem o seu quintal, quer dizer que aceitavam e integravam a *modernidade* nas suas modestas vidas. A descrição (e fotografia) do régulo descendo do seu automóvel rodeado pela sua corte de mulheres dava para entender que também adoptariam o símbolo máximo do progresso dentro dum período de dez anos.... Contudo, estas observações quase idílicas são interrompidas por parágrafos em que os viajantes refutam o uso de 'trabalho forçado' nas obras de construção e manutenção de estradas através de turnos de 15 dias sem remuneração – mas com alimentação –, sendo estas caracterizadas 'de grande eficácia'¹⁶. Aliás, quando refere que se

¹⁵ Anuário da Guiné, Bolama, 1925: 13.

¹⁶ Mills, Dorothy, *The Golden Land*, London, 1929: 129.

construiu uma média de quatrocentos quilómetros de estrada por ano (entre 1921 e 1925), percebe-se qual a eficácia em questão.

Esta observação de 1929 coincide com um outro relatório do então governador da Guiné, que critica a 'construção exaustiva de estradas', a qual provocou a falta de infra-estruturas como hospitais, ambulâncias, escolas e serviços sociais. Este modo de proceder revelou, na sua opinião, um desinteresse das autoridades pela população que tinha sob a sua tutela, e cuja mentalidade e faculdades era suposto desenvolverem.¹⁷ Aliás, três anos antes o cônsul francês em Bissau já tinha alertado os seus superiores no Quay d'Orsay para o facto de os métodos empregados na construção destas vias serem algo duvidosos, nomeadamente porque de os trabalhadores não tinham sido pagos e os trabalhos os impediam de cultivar os campos.¹⁸ Aparentemente, milhares de nativos, homens e mulheres, foram postos a trabalhar nestas obras, permanecendo durante semanas no local sem salário ou comida, muitas vezes longe das suas aldeias. Aqueles que foram chamados mas não apareceram ou se recusaram a trabalhar foram multados e sujeitos a maus tratos. Por conseguinte, milhares de nativos fugiram para as colónias francesas vizinhas, onde se fixaram. Neste contexto é interessante notar que, de ano para ano, os relatórios de governadores da época dão conta da diminuição de palhotas arroladas sobretudo em zonas próximas da fronteira, uma diminuição que chega, ao nível da colónia, a ser estimada em 10% (num total que rondava 350 mil habitantes). Aliás, este verdadeiro êxodo da população também se devia ao constante aumento dos impostos, não para custear estas obras, em que se despendia pouco, mas para pagar o défice crónico da colónia. Num relatório da inspecção da Fazenda de 1927, já se entende que a metrópole, enquanto apreciava a existência de 'uma larga rede de estradas, inegavelmente útil sob o ponto de vista da submissão das regiões que atravessam', acrescenta que esta 'não produziu mais contribuintes'.¹⁹

¹⁷ Relatório do Governador, Leite de Magalhães, 8-6-1928, AHU, DGC, 89.

¹⁸ Hostains, Consul de France, Bissau, 25-5-1925, Ministère des Affaires Étrangères (MAE), Afr. PP5.

¹⁹ Relatório da Inspeção Extraordinária aos Serviços da Fazenda da Guiné, Bolama, 18-9-1927, José Manuel d'Oliveira Castro, AHU, DGC, 89.

4. O 'imposto braçal'

Quando a crise mundial de 1929 provocou cortes drásticos no orçamento das colónias e as verbas para obras acabaram, são exactamente os contribuintes que fazem falta. A chamada 'política indígena', uma expressão que encontrava pouco eco junto dos quadros administrativos, traduzia-se essencialmente na arrecadação de mais receitas através de impostos, taxas várias e multas, aumentando a pressão sobre as populações. Aliás, o discurso oficial reagiu a esta crise com uma mudança de ênfase que focava mais a necessidade de oferecer uma melhor 'assistência' aos habitantes naturais,²⁰ como o demonstra o movimento demográfico que, nas palavras de um governador da época, era 'um barómetro registador por onde se observam oscilações da política indígena.'²¹ O despesismo dos anos vinte, quando se contratavam empréstimos com facilidade para custear a expansão da administração e do seu pessoal, depois de encetar obras grandiosas, tinha acabado. Um dos departamentos mais problemáticos era precisamente o das Obras Públicas, criado em 1912, onde o novo governador, nomeado nos princípios dos anos trinta e que se perfilava como um expoente fiel do Estado Novo, mandou instaurar um inquérito por causa de suspeitas de 'apropriação indevida de fundos' e 'ilegalidades prestadas em questão financeira da execução das obras'. E acrescentava que 'a opinião pública acusa as OP de terem sido vasto campo para roubalheiras de toda a ordem'.

A maior parte dos funcionários estão crivados de dívidas pelo que a sua independência moral em face dos credores desaparece.

Na administração em geral, a situação não é melhor.

Dos dez administradores, 1 tem um processo instaurado, 4 têm processos pendentes; isto é 50% estão arguidos.

²⁰ República Portuguesa 'Assistência aos Indígenas da Colónia da Guiné: instrução e beneficência', Bolama, Imprensa Nacional da Guiné, 1933.

²¹ Relatório do Governador, de 1933, Bolama 20-6-1934, AHU, DGC, 89.

E vai mais longe ao afirmar que

Na Guiné vive-se ainda muito, pela força e prestígio dum largo domínio, na esperança ou no terror do Padrinho.

O magistrado explica então que a 'protecção poderosa' e 'escandalosa' que estes 'curiosos grêmios' oferecem, e cujo 'programa protecctionista quase sempre obedece a orientações políticas traçadas à distância', tem travado 'a regular actuação do processo disciplinar' na colónia. A 'imoralidade, a incompetência e a indisciplina' que daí resultaram criaram um clima onde 'os fins justificam os meios' (*Ibidem*). Processos disciplinares acabaram regra geral arquivados, de maneira que os arguidos ficaram no quadro administrativo e continuaram a trabalhar na colónia.

Em carta dirigida ao Ministro das Colónias nos meados dos anos trinta, um jornalista denuncia

a violência do imposto de trabalho, usado em quase todos os trabalhos públicos, nos quais os indígenas trabalham sem nada ganhar, o que é contra a letra expressa do Acto Colonial, ou ganham uma insignificância... mesmo para pretos²².

O relato dum viajante nos anos trinta confirma a prática comum do trabalho forçado nas estradas como uma forma de pagar dívidas ao Estado.

As estradas são construídas e mantidas a um custo muito baixo, porque quando os nativos não conseguem pagar os impostos, eles são simplesmente obrigados a pagar em forma de trabalho. Eles são postos a construir estradas, ganhando um soldo virtual de tanto por dia, que é deduzido até a dívida estar saldada.²³

O mesmo autor fala da 'falha maior' dos funcionários na Guiné, nomeadamente a 'corrupção', por estes suplementarem os seus magros rendimentos (em média um terço do que os seus colegas franceses ganhavam no AOF)

²² Relatório de António Lopes, 1935, ao Ministro das Colónias; AHU, GM 2805.

²³ Lyall, Archibald, *Black and White Make Brown*, Heinemann, London, 1938: 208.

através do 'desvio de dinheiros públicos' (Lyall, 1938: 217). E num tom jocoso, acrescenta que quando se pagavam bons salários, não sobrava nada para obras públicas...²⁴

A estas críticas não era seguramente alheio o facto de a colónia ter sido no mesmo ano (de 1938) objecto de uma inspecção geral, a primeira feita no quadro da recém-introduzida Reforma Administrativa Ultramarina (RAU). Nesta, a atenção recaiu novamente sobre a questão do trabalho forçado, sem o explicitamente mencionar.

O constante chamamento de homens para os trabalhos da conservação de estradas e pontes é motivo de queixa porque muitas vezes fazem-no com prejuízo das suas sementeiras ou colheitas (...) O indígena cansa-se, porque este trabalho não lhe é pago, [e] é bastante árduo (...) ²⁵

O inspector em questão depois de ter feito uma ronda a *tabankas* no interior, conclui

que todas as raças (em especial, fulas, mandingas e manjacos), têm como causas de inquietação a falta de sementes, o quase constante trabalho de conservação de estradas e pontes, a falta de assistência médica e a falta de medicamentos.

Outros relatórios dos anos seguintes mostram que a situação entretanto não mudou. Uns anos mais tarde, um outro inspector critica por exemplo o emprego de mulheres nas residências dos administradores e chefes de posto. Este observa que 'dos tempos da ocupação ficou na colónia um mau hábito, o qual é o do emprego de raparigas', nas sedes administrativas. Segundo as informações colhidas no terreno, as 'autoridades cafreais' tinham o dever de mandar para trabalhar raparigas 'desde os 10 anos de idade até casarem' para limpar, lavar roupa e buscar água²⁶.

²⁴ Porém o mesmo viajante afirma que os esforços feitos resultaram numa rede de estradas com algumas lacunas de relevo, sendo feita 'segundo padrões europeus, se não fosse a necessidade de abrandar nas pontes (ou atravessar os rios de jangada)' (Lyall, 1938: 2).

²⁵ Relatório da Inspeção Ordinária aos Serviços Administrativos da Colónia da Guiné, 1936-7, Inspector Administrativo José Salvação Barreto; AHU, ISAU, 1665.

²⁶ Relatório 20-5-1941, Lisboa, Carlos Henrique Jones da Silveira; AHU, ISAU, 1669.

nada ganham, as vezes dão-lhes alimentação, outras vezes não, pernoitam onde' calha..(numa circunscrição dormiam na varanda como bichos, mas às vezes o caso é pior) o que dá um aspecto indigno à nossa colonização.

Até uma vez assiste a 'raparigas (em trabalhos de estradas) em concorrência com homens'. Estas situações já levaram a queixas por parte da população, tendo sido 'motivo de grande aborrecimento' entre os diferentes povos.

Confrontados com estas críticas, a justificação dada pelos administradores era sempre a mesma, nomeadamente a 'contribuição braçal'. Baseada numa portaria que regulamentava o trabalho na Guiné, esta mostrava até que ponto a prática corrente se tinha transformado em lei.

Ficam autorizados os administradores dos concelhos e circunscrições civis a exigir a cada indígena adulto e válido, uma contribuição braçal, remível para trabalhos públicos até ao limite máximo de cinco dias no ano.²⁷

A justificação dada pelo governador era que havia muitos indígenas não colectados; além disso, estavam isentos do imposto de trabalho, que só se aplicava a empregados públicos e privados. Por isso, os 'assimilados' estavam isentos desta obrigação. Emitindo um parecer então pedido pelo ministro, a inspecção é de opinião de que a medida carece de 'fundamento legal' e que não se pode substituir o imposto de palhota por um outro imposto, que até é mais alto que o primeiro²⁸. Aliás, a inspecção não percebe a existência de tantos indígenas não colectados (nos centros urbanos), pelo que devem adoptar medidas para os obrigar a recensearem-se. Por conseguinte, ficou patente que esta situação mostrava, não só a falta duma colecta fiscal eficaz, mas sobretudo que o trabalho obrigatório era na realidade um tributo em espécie cobrado pelo vencedor aos povos dominados. Era neste intuito que as autoridades exigiam todos os anos aos nativos da colónia a sua participação nas chamadas festas de Teixeira Pinto, precisamente o oficial militar que tinha "pacificado a colónia".

²⁷ Portaria 121, de 12-11-1935, publicado no *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, 45, 1935.

²⁸ Parecer da Inspeção sobre o Relatório de Viegas de 1935; Lisboa, 21-9-1936, V. Fernandes; AHU, ISAU, 62.

5. Conclusões

No que diz respeito à questão melindrosa do trabalho forçado na Guiné, este foi prática comum e continuada logo a partir da conquista militar do território continental em 1915. As estradas constituíram o principal destino da mão-de-obra indígena, que foi obrigada a contribuir para o desenvolvimento da colónia. Para esta obra em grande escala, os seus habitantes tiveram de executar tarefas definidas como sendo de 'utilidade pública' sem direito a remuneração ou alimentação, muitas vezes longe das suas *tabankas*. Quando, no fim dos anos vinte, governadores começaram a insurgir-se contra esta prática, a maior parte da rede já estava montada. Apesar de haver notícias sobre abusos veiculadas na imprensa estrangeira é que também chegaram ao conhecimento de outros governos com colónias em África, como os da Grã-Bretanha e da França, e a Sociedade das Nações, o governo português negou a sua veracidade, recusando-se liminarmente a ratificar convenções sobre a matéria. Porém, a documentação consultada indica que a metrópole, através do Ministério das Colónias, estava a par da situação em algumas regiões, sem no entanto se preocupar muito com o assunto.

O regime do Estado Novo e a crise mundial tornaram o saneamento dos défices das colónias a prioridade principal. Dos relatórios oficiais percebe-se que

Desde 1924-5 os orçamentos dos concelhos e circunscrições civis [na Guiné] têm tombado numa queda vertiginosa.²⁹

Como causas, o relatório mencionava a redução do quadro de pessoal auxiliar, as constantes alterações na divisão administrativa e a crise económica. Os défices que daí resultaram fizeram com que a chamada 'Política Indígena' se limitasse, regra geral, a pouco mais que garantir a cobrança do imposto de palhota e a extracção de culturas de exportação. A crónica falta de verbas e de pessoal numa colónia como a Guiné levou à agudização do

²⁹ Relatório do Governo da Guiné, 1935, Bolama, 28-6-1936; AHU, GM, 2879.

clima em que os abusos já eram regra. Assim, o regime de multas arbitrárias e de trabalho obrigatório nas estradas e outros serviços tinha sempre uma justificação 'neutral', q. d., o equilíbrio das contas. Com a chegada de um novo governador nos anos trinta, que impôs uma política de aumento de receita e controlo da despesa, as obras públicas estagnaram, ao ponto de se proibir a construção de mais estradas³⁰. A manutenção ou '*conservação corrente*' das vias tornou-se agora uma preocupação, porque 'as estradas da Guiné [que antes] causavam a admiração dos nossos vizinhos [franceses]', já não se comparavam às estradas principais alcatroadas no Senegal que constituíram 'magníficas obras de arte' (Ibid.: 601). Afinal, o sonho de rivalizar com os vizinhos, tão dominante nos anos vinte, já tinha sido substituído por objectivos bem mais modestos.

Para conseguir mantê-las em condições condignas, q. d., minimamente transitáveis, o governador queria dividir a responsabilidade da sua manutenção entre as administrações e a tão famigerada repartição das Obras Públicas, que teria de zelar pela reparação periódica e mecanizada. Sem alguma vez referir as más condições em que se empregavam os nativos, o governador realça as desvantagens do '*recurso constante ao braço do indígena*', embora considere as pistas como '*um objecto do seu interesse*', quer dizer, das populações. Na sua opinião,

As estradas constituem grandes elementos da vida pública, e são dos principais instrumentos de riqueza dum qualquer país ou colónia. Há uma íntima correlação entre o grau de civilização dum povo e as estradas do seu país. Quanto mais estas forem perfeitas, desenvolvidas em extensão, e bem traçadas, maior o grau daquela. (...) (Ibidem)

Apesar de reconhecer que muitas vezes a escolha do traçado era feito '*sem atenção a finalidades económicas*' sem bases técnicas, e '*ao livre-arbítrio*' dos funcionários, presta-lhes homenagem pela sua '*admirável faculdade de percepção topográfica*, [com a qual] *conceberam e realizaram a actual rede de estradas da Guiné*' (Ibidem).

³⁰ Viegas, Luis António, *Guiné*, vol. I, Lisboa, 1936: 599.), Bissau, 25-5-1925.

O que não se referiu, por desfazer a imagem de progresso numa 'colónia de economia pobre', foram os custos sociais e humanos desta obra. Porque foi precisamente este 'livro-arbitrio' que levou funcionários, longe do olhar da metrópole e até da capital da colónia, a cometer irregularidades e abusos contra as populações para cujo progresso supostamente se destinavam estas vias modernas. O acima referido cônsul francês pôs o dedo na ferida num dos seus despachos para Paris:

A construção e manutenção desta boa rede de estradas que devia ter sido um factor incomparável na prosperidade numa colónia em pleno desenvolvimento, tornou-se uma causa do empobrecimento e depopulação devido à incapacidade e falta de juízo, além da desonestidade dos funcionários encarregados da obra.³¹

Ao mesmo tempo que reconhecia o 'grande esforço feito' que 'produziu resultados que são dignos de admiração', lamentou que 'estes resultados foram obtidos por meios imorais' (*Ibid.*: 24-4-1926). Esta situação não era de estranhar, pois 'os funcionários não se coíbem de enriquecer com todos os meios possíveis', quer dizer, através dos 'seus poderes e métodos fraudulentos', nem de 'actuar em conluio com chefes nativos'. Para tal, requisitaram 'milhares de trabalhadores' que não receberam nada, nem alimentação, para estas 'obras de utilidade pública'.

É de notar que destas irregularidades e abusos, praticados pelas próprias autoridades, só a questão do 'imposto braçal' suscitou dúvidas aquando das primeiras inspecções ultramarinas feitas nos fins dos anos trinta. As críticas que se limitaram às ilegalidades e abusos cometidos no que dizia respeito à mão-de-obra nativa para trabalhos de suposta 'utilidade pública', ignoraram por completo a questão do desvio de fundos e a íntima ligação entre este e as restrições da política orçamental imposta pelo Estado Novo. A mesma 'política indígena' que devia ter oferecido benefícios à população, pagos através do imposto de palhota, provocou um êxodo demográfico de mais de dez por cento da população até os meados dos anos trinta. Tentou-se travar

a diminuição de receitas das cobranças com um aumento da carga fiscal dos contribuintes, introduzindo até um novo imposto e multas arbitrarias para compensar o falhanço da administração no que dizia respeito à arrecadação de receitas.

A 'obsessão pelo défice' das colónias por parte do Estado Novo acabou por produzir efeitos contraditórios ao nível da implementação da 'política indígena' na Guiné, onde a falta de fiscalização estava de tal modo enraizada, que permitiu a continuação de abusos durante décadas sem intervenção alguma por parte das autoridades da colónia ou da metrópole. A responsabilidade pela construção de estradas, que foi entregue às autoridades locais, reforçou a autonomia dos administradores das circunscrições perante os serviços centrais e os governadores. De tal modo que os últimos se queixaram à metrópole das resistências e até da plena obstrução pelos primeiros no que dizia respeito à fiscalização das suas acções e à instrução de processos disciplinares. Foi precisamente esta grande margem de manobra, habilmente explorada pelos administradores e chefes de posto, que reforçou e aprofundou o entrelaçamento entre interesses públicos e privados nas intervenções dos próprios agentes do Estado. O mesmo fenómeno de *laissez faire* minou a eficácia da repartição das Obras Públicas, que se tornou um foco de corrupção e compadrio. As populações nativas, que eram vistas como uma reserva de mão-de-obra não qualificada e sem encargos para o erário público, tiveram de arcar com os custos, tanto materiais como humanos, desta 'política indígena'. A fiscalização por órgãos metropolitanos criados para o efeito, apesar de tardia, quebrou o silêncio em torno desta questão, pondo a nu a inoperância das instituições locais perante as condições a que a população do território foi sujeita em prol do 'progresso' da colónia.

³¹ Hostains (*op. cit.*), Bissau, 25-5-1925.

Culture forcée du coton et résistances paysannes au Nord Cameroun et dans le Sud Tchadien sous l'administration française

JEAN GORMO*

Introduction

Dès leur arrivée en Afrique, les Européens ont introduit certaines plantes dont l'exploitation se faisait sur de vastes superficies. Parmi les cultures de rente, les populations du Nord Cameroun et du Sud Tchadien se sont vu imposer le coton. Le souci premier des colons était l'exploitation systématique des territoires placés sous leur responsabilité. Il fallait produire les moyens d'existence pour répondre aux besoins de la colonie. L'introduction, mieux, l'imposition de cette culture ne s'est pas faite sans heurts. Le problème que soulève ce papier se résume en cette question : comment est-on arrivé à faire accepter aux populations du Nord Cameroun et du Sud Tchadien la culture du coton qu'elles ont au départ refusé ? De ce fait, il est question de présenter d'abord les causes de l'introduction des cultures de rente en Afrique ensuite parler des différentes méthodes utilisées par les colons français pour imposer la culture du coton aux populations du Nord Cameroun et du Sud Tchadien. Enfin, évoquer la réaction de ces dernières face à cette imposition.

* Docteur en Histoire Ecologique, Université de Ngaoundéré (Cameroun).

I. Les causes de l'introduction des cultures de rente en Afrique

Evoquer les causes de l'introduction des plantes de rapport en Afrique, c'est faire allusion aux objectifs de la colonisation. Pour des raisons essentiellement économiques, l'administration coloniale introduit la culture du coton au Nord Cameroun et dans le Sud Tchadien. Ceci répond à une logique de maximisation des productions agricoles en vue d'une grande rentabilité des territoires.

En effet, la mise en valeur des colonies considérées comme arriérées par les Européens et l'amélioration du sort de ses habitants ont été le principal leitmotiv des défenseurs de la colonisation. Mais, il faut le dire, l'exploitation systématique des colonies prime sur les autres objectifs philanthropiques. C'est pourquoi l'administration concentrait tous ses efforts dans cette exploitation. Vacquier le remarque en ces termes: « l'administration incitait à des cultures nouvelles par la promesse d'un profit rapide et plus encore par une dure pression fiscale : les paysans noirs devaient consacrer une partie de leurs champs à des cultures rémunératrices dont le revenu leur était indispensable pour payer l'impôt » (R., Vacquier, 1986).

Par ailleurs, il est unanimement admis que l'apparition de l'impôt de capitation est la principale cause de l'introduction des cultures de rente en Afrique. En effet, l'obligation de payer l'impôt a pour corollaire la nécessité de rechercher les moyens pour s'en acquitter. Cette taxe était rendue volontairement lourde pour obliger les indigènes à produire eux-mêmes des produits maraîchers ou à s'engager sur les exploitations agricoles ou encore sur les chantiers des travaux publics (R. P., Anouma, 1978).

Si au départ l'impôt de capitation n'existait pas, cela s'expliquait par le fait que toutes les dépenses civiles et militaires étaient prises en charge par la métropole. Compte tenu de l'accroissement substantiel des dépenses des colonies, la loi du 13 août 1900 devait donner l'autonomie financière aux colonies françaises (R. P., Anouma, 1978). Ces ressources nouvelles, il fallait les demander à l'impôt.

Ainsi, l'impôt augmentait en fonction des besoins de la colonie. Cet accroissement du taux de l'impôt entraînait inéluctablement des efforts

considérables de la part des populations. En d'autres termes, il était demandé au paysan de travailler davantage. Il fallait donc l'habituer au travail. « Considéré comme le «seul moyen de contrainte le plus légitime», l'obligation de l'impôt, dont le corollaire était la recherche de ressources nécessaires pour le payer allait ainsi créer l'habitude du travail. Puisque chacun devait trouver l'argent ou le produit nécessaire au paiement de l'impôt, il lui appartenait de fournir les produits d'exportation aux traitants, de louer sa force de travail... » (R. P., Anouma, 1978).

Dans cette politique de contrainte et d'obligation de travailler, cet administrateur note en 1961: « Tout homme imposable doit avoir au moins un champ de mil pour son alimentation et un champ de coton ou d'arachide qui doit lui rapporter de l'argent nécessaire au paiement de ses impôts, pour son habillement et son entretien » (ASPM, C.1961.III.18.1, KAELE).

A la lecture de l'extrait ci-dessus, il ressort que l'administration incitait les populations à adopter les cultures nouvelles afin d'accroître leurs revenus et améliorer leur niveau de vie. L'opportunité leur était donnée afin de s'ouvrir à la modernité à travers leur habillement et leur entretien.

Compte tenu des difficultés que rencontraient les paysans dans l'entretien de ces plantes et le surplus d'énergie qu'ils fournissent, ils se sont vite montrés réticents quant à l'intégration des cultures de rente dans leur cycle culturel.

Etant donné que la culture de rente en Afrique française est synonyme de culture imposée, les colons français ont usé de la contrainte pour introduire les cultures de rapport. L'administration coloniale a donc intervenu pour imposer les cultures convenables, c'est-à-dire celles qu'elle voulait et qu'elle jugeait particulièrement opportunes.

II. Méthodes d'introduction du coton

Pour des besoins beaucoup plus économiques, les colons européens introduisent les plantes de rapport au Nord Cameroun et au Sud Tchadien. L'introduction et la diffusion de ces cultures se feront avec beaucoup de difficultés.

Introduit dans les zones sahéliennes à la faveur du commerce transsaharien, le coton était cultivé dans les jardins de case pendant le XIX^e siècle. Dès le début de la période coloniale, une autre espèce annuelle est introduite et apparaît comme un des moyens de développer la région.

Pendant la courte période allemande, puis sous le mandat français, des tentatives sont faites pour diffuser la culture du coton au Nord Cameroun. Entre 1912 et 1913, un botaniste allemand, le Dr. Wolf, aménage une station d'essais agronomiques à Pitoa, où il expérimente plusieurs variétés de coton (M. Roupsard, 1978).

Les Français, à leur arrivée continuent la politique économique entamée par les Allemands. Après les essais du capitaine Delinguette en 1920, le lieutenant Vallin les poursuit en 1924. Mais son successeur à la tête de la subdivision de Yagoua, le lieutenant Verdier, note en 1927 que les champs ont été « perdus » en pays Toupouri (ANY, APA, 12033). La situation est identique dans la circonscription de Maroua ainsi qu'en témoigne le rapport du 4^e trimestre 1927 de cette circonscription : « Il n'y a pas de grandes plantations de coton. Le coton est cultivé dans les plantations familiales. L'administration a prescrit aux lamibé de créer des cotonnières dites du gouvernement ... » (A. Beauvilain, 1989).

Après ces expériences négatives, une orientation nouvelle est prise courant 1927 avec la création de la Société Cotonnière du Nord Cameroun et du Tchad (SCNCT). Cette société oriente surtout ses activités dans l'achat des excédents de production paysanne. Elle cesse ses activités en 1940.

Mais cette nouvelle orientation va s'avérer infructueuse. Le développement de la culture du coton subit le contrecoup des crises alimentaires des années 1920 et 1930. La crise mondiale de 1930 et surtout la concurrence de la culture arachidière entravent définitivement le développement de cette culture.

Les actions commerciales de la SCNCT (Société Cotonnière du Nord Cameroun et du Tchad) sont reprises après la guerre par la « COTONFRAN » qui était déjà présente au Tchad. Une grande partie de la production de l'Extrême-Nord était acheminée vers le Tchad.

La diffusion de la culture du coton a connu dans cette région des périodes latentes pendant lesquelles celle-ci était « perdue ». Cette période qui est comprise entre 1920 et 1950 a vu les paysans se montrer réticents quant à l'intégration de cette nouvelle culture dans leur calendrier agricole. Cette situation amène l'administration coloniale française à adopter des méthodes plutôt coercitives pour imposer cette culture.

L'introduction d'un élément nouveau dans une société a souvent été problématique. Elle suscite régulièrement de la méfiance, de la suspicion de la part de la population. Bien avant son introduction et sa diffusion au Nord Cameroun, le coton était déjà cultivé au Tchad où l'administration coloniale française l'avait imposé depuis 1927.

Situés à cheval entre le Tchad et le Cameroun, les peuples toupouri et massa ont été très tôt informés de la pratique de cette culture. Avant même son introduction dans leur zone, ils étaient déjà avertis sur les multiples contraintes causées par la culture du coton, l'administration elle-même était consciente de ce problème : « les populations sont en effet a priori défavorables à la culture du coton telle qu'elle était organisée au Tchad » (M. Roupsard, 1978).

Face à cette situation, l'administration s'est trouvée contrainte de réagir. Pour ce faire, la mesure de sanction va d'une manière ou d'une autre amener les paysans à produire car l'administration coloniale les y contraint en cas de « paresse ». C'est ainsi que le code de l'indigénat prévoit des sanctions applicables à tous les « délinquants » qui négligent leurs plantations (ANY, N.F, 729). En 1961, encore cette situation d'oisiveté existait et l'administration dans sa détermination à combattre la paresse a prévu des sanctions à cet effet. « Toute personne trouvée sans métier et sans champ doit être considérée comme un voleur et doit prouver ses moyens d'existence » (ASPM, C.1961.III.18.1, KAELE).

L'action des chefs traditionnels a été aussi déterminante dans l'imposition de la culture du coton. Engelbert Mveng souligne leur rôle en ces termes : « Ils servent d'agents de recrutement pour alimenter les chantiers des travaux forcés et poussèrent la population sous mille prétextes qu'ils prétendaient justifier par leurs fonctions » (E. Mveng, 1963).

En effet, les chefs traditionnels désignaient dans leur localité des magasiniers pour stocker et assurer le gardiennage des semences. Ils surveillaient également le bon déroulement des travaux. Ces fonctions les amènent à commettre des exactions sur la population. Généralement, c'était à coup de fouets que se déroulaient les semailles. Il suffisait d'avoir un différend avec le représentant du chef pour être accusé de subversion. Cette situation ne pouvait que renforcer davantage le mécontentement des populations par rapport à cette culture. Les populations ont réagi avec force devant cette situation.

III. Réactions des populations

Plusieurs sortes de résistances ont été adoptées par les paysans. La première consistait en l'exécution totale des recommandations de l'administration. Les paysans en nettoyant impeccablement les champs, mettaient dans les poquets des graines qu'ils avaient préalablement fait cuire. Au bout de plusieurs semaines, rien n'y poussait. Mais cette forme de résistance fut rapidement vaincue car il fallait désormais semer en présence des conducteurs de travaux agricoles appelés « boycotons » ou du représentant du chef du village.

La deuxième stratégie adoptée était l'abandon des champs. En effet, une bonne partie des paysans choisissaient délibérément de laisser les champs de coton dans la brousse. L'entretien n'était pas assuré et les mauvaises herbes recouvraient entièrement les champs. Les quelques pieds de coton qui réussissaient à vivre n'avaient aucune vigueur et laissaient espérer une récolte nulle. C'est bien ce que note cet administrateur colonial : « D'une façon générale, on voit partout des petits champs de coton assez mal entretenus d'ailleurs, mal surveillés. Les moutons et les cabris qui en sont très friands y font de gros ravages » (ANY, APA, 12033).

Devant la détermination de l'administration, d'autres dépassés par les événements qui avaient cours dans la région ont préféré émigrer vers des zones où cette culture n'était pas encore effective. C'est bien ce qui explique la

présence des Toupouri et des Massa dans des sites qui originellement ne sont pas les leur dans les années 1940. C'est le cas particulier de Dargala.

L'introduction de cette culture dans le Sud-Tchadien a aussi rencontré de vives résistances. Le chef de la subdivision du Mayo-Kebbi note : « Près de Fianga, dans le premier semestre de 1931 un garde a été tué par les Toubouri qu'il contraignait à défricher des champs en vue de l'ensemencement du coton » (L., Laoukissam, Feckoua, 1977).

Pour éviter ces contraintes, plusieurs paysans tchadiens ont préféré émigrer au Cameroun : ce sont ceux que l'administration coloniale appelait les « transfuges du coton ». Ils se sont installés sur la zone frontalière et ont continué à cultiver leur mil au Tchad (L., Laoukissam, Feckoua, 1977).

Face à la résistance des populations à adopter cette culture, de nouvelles mesures incitatives sont ainsi prises pour favoriser l'adhésion des populations à cette culture. Il s'agit notamment du prix d'achat du coton qui est passé de 12F à 30F le kilogramme et surtout le versement d'une prime d'ensemencement en saison pluvieuse (août), période de l'année pendant laquelle sévit la famine. Cette prime leur permet ainsi de pallier aux effets dévastateurs de la soudure. La réussite de cette nouvelle politique est grande et l'engouement des populations pour la culture du coton est extrême. Ainsi, l'année 1951 marque le début effectif de la culture cotonnière en pays toupouri et massa du Nord Cameroun. C'est bien ce que l'administrateur Baudelaire remarque : « Les planteurs ont manifesté un engouement extraordinaire pour cette culture très rémunératrice et nouvelle quant à l'esprit qui préside à la propagande ; il serait difficile de comprendre autrement la volte-face qui se serait opérée dans la psychologie indigène quant au coton » (ANY, APA, AC 4204).

Cependant des poches de résistance vont exister jusqu'en 1974 en pays massa où certains paysans refusaient toujours cette culture. Ils négligeaient volontairement leurs champs de coton au profit d'autres cultures vivrières. A ce propos, la correspondance du Yérima Hayam est explicite : « Le 23 continuant ma tournée pour les travaux agricoles (...) j'ai constaté que tous les champs de coton étaient envahis d'herbes et presque abandonnés » (ASPY, 25/07/1974).

Les tensions étaient régulières entre paysans et agents de la CFDT. Les premiers menaçaient souvent les envoyés de l'administration avec des bâtons, de couteaux et même des flèches. « C'est ainsi que le 24 le nommé Hounadjo Wélé s'était soulevé contre moi et m'injurait. Le soldat considéré comme le policier du parti était menacé par le nommé Goudougou Soumaï; armé de son couteau et le moniteur lui-même était menacé par Soumaï Wélé ainsi que du djaoro du quartier » (ASPY, 25/07/1974).

Ces poches de résistance seront peu à peu vaincues par la Sodecoton (Société de Développement du Coton) qui va mettre sur pied une nouvelle politique de développement beaucoup plus attrayante à la fin de la décennie 1970.

Conclusion

Introduite pour des raisons essentiellement capitalistes, la culture du coton fut imposée aux populations du Nord Cameroun et du Sud Tchadien. Plusieurs méthodes ont été mises sur pied par l'administration coloniale française pour l'imposer à ces dernières. De ce fait, la contrainte a été mise en œuvre dans ce processus d'imposition. La réaction des populations locales ne s'est pas faite attendre. Elles ont réagi vigoureusement face à cette situation. Plusieurs stratégies ont été adoptées pour répondre à cet affront. Devant l'entêtement des populations locales, l'administration coloniale française a changé de stratégies pour faire accepter cette culture. Des propositions plus attrayantes ont été faites aux populations pour leur faire accepter cette culture. C'est à ce prix que la culture du coton fut adoptée dans cette partie de l'Afrique.

Bibliographie

ANY (Archives Nationales de Yaoundé)

ANY, APA, 12033, Rapport du 4^{ème} trimestre, 1927, Circonscription de Maroua.

ANY, APA, AC 4204, Rapport annuel 1952, Subdivision de Kaélé.

ANY, N.F, 729, Organisation administrative et territoriale, Région Nord, Lettre 2508 / Ag du 24 / 05 / 27 du Gouverneur Marchand au commandant de la Région Nord à Garoua.

ASPY (Archives de la Sous-Préfecture de Yagoua)

ASPY, Correspondance de Yérina Hayam en tournée agricole à Gadjam (Widigué) en date du 25/07/1974.

ASPM (Archives de la Sous-Préfecture de Maroua)

ASPM, C. 1961. III. 18. 1. Kaélé, Rapports politiques périodiques, Kaélé, 1961.

ANOUMA, R.-P., 1978, « L'impôt de capitation en Côte d'Ivoire de 1901 à 1908, modalités et implications d'un instrument de politique et d'économie coloniale », *Afrika Zamani*, Yaoundé, p. 135.

BEAUVILAIN, A., 1989, *Nord-Cameroun : crises et peuplement*, Thèse de Doctorat ès Lettres et Sciences Humaines, Université de Rouen, T. 1.

GORMO, J., 1998, *Des végétaux et des hommes dans la société Toupouri du Nord- Cameroun: permanences et changements*. Mémoire de maîtrise en Histoire, Université de Ngaoundéré.

GORMO, J., 2005, *Les plantes et l'homme dans les sociétés toupouri et massa du Nord-Cameroun du XIXe au XXe siècle*, Thèse de Doctorat Ph.D en Histoire, Université de Ngaoundéré, Cameroun.

LAOUKISSAM, FECKOUA, L., 1977, *Les hommes et leurs activités en pays Toupouri du Tchad*. Thèse de Doctorat 3^e cycle-Géographie, Paris VII.

MEVING, E., 1963, *Histoire du Cameroun*, Paris, Présence Africaine.

NIZESETE, B. D., 1992, *Les hommes et le bois dans les Hauts Plateaux de l'Ouest- Cameroun. Des éléments pour l'archéologie, l'histoire et la technique du bois dans les grassfields*, Thèse de Doctorat Nouveau Régime de l'Université de Paris I, Paris.

ROUPSARD, R., 1987, *Nord-Cameroun. Ouverture et développement*, Thèse de Doctorat ès Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris X-Nanterre.

VACQUIER, R., 1986, *Au temps des factoreries (1900-1950)*, Paris, Karthala.

Travail forcé et processus de mobilisation de la main d'œuvre en Côte d'Ivoire

MAURICE ARCHER*

« C'est en hommes libres que nous entendons entrer librement dans l'Union française. Or, nous ne sommes pas tous libres.

Le travail forcé, cette survivance de la corvée autrefois si décriée en France, auquel nous demeurons assujettis, fera de nous des esclaves dans l'Union, s'il n'est pas aboli »¹.

C'est en ces termes que F. Houphouët-Boigny exposait dans la première moitié du XX^e siècle, la question sociale qui dominait en Côte d'Ivoire, notamment celle relative au travail forcé.

Le travail forcé fut instauré dès la création de la colonie de Côte d'Ivoire. Il a profondément marqué la conscience collective.

Sa pratique était une forme arriérée de l'exploitation des indigènes, malheureusement perçue par l'administration coloniale comme une vertu éducative du travail.

La présente étude vise à analyser l'enjeu du travail forcé en rapport avec la mise en valeur du territoire à travers sa pratique et le processus de mobilisation de la main d'œuvre.

* GERLINAC, E.N.S. d' Abidjan, Côte d'Ivoire.

¹ Extrait du rapport sur la suppression du travail forcé, présenté par le député Félix Houphouët-Boigny en 1946.

I. Fondements du travail forcé

1. Les raisons économiques

Le décret du 10 mars 1893, ayant déclaré le Sud de l'actuelle Côte d'Ivoire colonie française, la « mise en valeur » du pays devait reposer sur les indigènes. En 1904 un autre décret indique que : « chaque colonie du Groupe AOF doit disposer de l'autonomie financière sans rien coûter à la métropole ».

Il fallait par conséquent trouver sur place les financements nécessaires aux investissements. La Côte d'Ivoire, en raison de sa situation géographique, et des atouts naturels, offrait d'énormes possibilités d'exploitations économiques.

Ainsi, pendant le premier âge colonial, les Européens ont surtout exploité les produits de cueillette, notamment : huile et amandes de palme, caoutchouc sauvage ou liane à latex et acajou. Plus tard, ils se sont lancés dans les cultures commerciales telles que le café, le cacao, le coton.

Déjà en 1881, Arthur Verdier décide de lancer lui-même les premières plantations de caféiers à Elima dans la région d'Assinie. En 1882, un proche de Verdier, introduisit la culture du cacao dans la même région d'Assinie.

La mise en valeur de la colonie est apparue aussitôt pour l'administration coloniale comme une tâche exaltante, pourtant pénible, difficile en raison de la nature des activités économiques susceptibles de se développer.

Dans les années 1930, le gouverneur Reste imposa la culture de la banane douce, mais fut heurté à la résistance des agriculteurs, en raison des problèmes de stockage et de transport de cette denrée périssable.

En raison des incompatibilités culturelles et sociologiques, et en raison des comportements des Blancs, certaines populations étaient devenues hostiles à la présence étrangère sur leurs terres. Cependant, l'exploitation de ses ressources nécessitait une main-d'œuvre importante pour les corvées.

2. Les arguments psychologiques

L'administration coloniale avait des préjugés de divers ordres vis-à-vis du Nègre. D'abord, elle évoque son incapacité intellectuelle. Angoulvant le dit si bien en justifiant l'imposition de l'administration directe comme forme d'administration en Côte d'Ivoire : « La Côte d'Ivoire ne possède, parmi les natifs, sauf dans quelques cercles du Nord, aucun sujet susceptible de remplir, même approximativement, le rôle de fonctionnaire indigène, détenteur de la moindre parcelle de l'autorité publique. Il faudra de longues années avant que nous trouvions des individus à la fois pourvus d'une instruction relative, énergiques, actifs, honnêtes, dévoués, prêts à affronter les dangers qu'offre pour l'indigène l'exercice du pouvoir dans son propre pays, suffisamment désintéressé aussi pour nous servir d'auxiliaires administratifs, fut-ce au prix d'un contrôle étroit et permanent »².

Ensuite, elle souligne la vertu éducative du nègre par le travail. Cette démarche est justifiée d'autant plus que la force physique a été la première mesure coercitive à laquelle les colons ont eu recours devant l'insuffisance ou le manque de main-d'œuvre. La législation coloniale ne protégeait pas les indigènes en raison de l'idéologie politique en vigueur pour laquelle l'exploitation de l'homme était conforme à la norme. Nous verrons que jusqu'en 1919, le recours à la réquisition de la main-d'œuvre restait de rigueur. Pendant la mise en place du système télégraphique, l'administration a pris appui sur les chefs indigènes pour procéder à la réquisition des travailleurs pour la coupe, le transport et la pose des poteaux télégraphiques. Les réquisitions ont servi à des corvées de halage des chalands et de déchargement. Les travailleurs recrutés ont été très tôt employés au portage. En effet, ce mode de travail forcé a précédé les autres dans l'histoire de la colonisation³.

² Angoulvant (G.), *La pacification de la Côte d'Ivoire, 1908-1915, méthodes et résultats*, Paris, Larose, 1916, p. 65.

³ Fall (B.), « La lutte pour la suppression du travail forcé en A.O.F. », in *Actes du colloque international sur l'histoire du R.D.A.*, tome I, 1986, p. 277.

II. La main-d'œuvre

1. La justification de la main-d'œuvre

« Il faut que les indigènes travaillent pour produire davantage »⁴. Cette conclusion des colons de Côte d'Ivoire regroupés dans la Chambre de commerce dépeint clairement l'éthique coloniale du travail des indigènes.

Cette conception fonde le travail forcé, le travail des populations locales sans qu'elles n'en éprouvent le besoin ni le désir, un travail ne profitant qu'à des intérêts étrangers aux travailleurs, car le travail forcé est exécuté, pour les intérêts coloniaux privés ou publics.

En Côte d'Ivoire, son principal promoteur est le Gouverneur Antonetti qui ne manque pas d'arguments pour le justifier et même le magnifier: « ... Il sort les gens de chez eux; il leur montre que l'on peut aujourd'hui circuler librement sans être réduit en captivité ou mangé; il les met en contact avec d'autres races; il les habitue au travail, à une nourriture plus abondante, leur crée des besoins ».⁵

La main d'œuvre était jugée rare et coûteuse selon C. Gaube. Cette rareté tient selon lui, non pas au manque d'habitants, dans la mesure où un recensement avait estimé la population à 2 250 000 mais trouve plutôt sa cause dans l'apathie des Noirs, et pour beaucoup dans l'impardonnable parti pris d'une certaine catégorie d'européens de vouloir maintenir la population à l'état de peuple soumis.

Beaucoup d'indigènes considérés comme des parias, fuyaient naturellement le plus loin qu'ils le pouvaient pour éviter tout contact avec les européens et refusaient de les servir.

La question qui mérite de savoir est comment se faisait le recrutement de la main d'œuvre.

Nous avons très peu de renseignements sur le mode de recrutement de la main-d'œuvre. Il est probable qu'il ait été par la force. En Côte d'Ivoire,

⁴ Bony (J.), *La Côte d'Ivoire sous la colonisation française et le prélude à l'émancipation (1920-1947)*, genèse d'une nation, Thèse pour le doctorat d'Etat ès lettres et sciences humaines, Paris, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1980, tome II, p. 348.

⁵ Ibidem.

l'initiateur de cette méthode forte fut à n'en point douter le gouverneur Angoulvant. Selon ce dernier, le comportement réfractaire des indigènes face à l'ordre colonial était de l'indiscipline, de l'insubordination que ces deniers tenaient de leur richesse. Ainsi, en les privant, on les ramenait au travail qui seul moralise et éduque les races dont l'évolution vient à peine commencer. Cette conviction a consacré la manière forte, la brutalité et les réactions de toutes sortes. Le rapport de force qui s'établit entre les indigènes et le colonisateur tournait toujours à l'avantage de ce dernier.

Les moyens mis en œuvre étaient à n'en point douter violents: pression, intimidation, voire répression pour décourager toute tentative de refus. Les gardes cercles et agent recruteurs étaient les principaux auxiliaires de l'administration et des commerçants pour la levée des travailleurs. Toutefois, pour éviter que cette méthode naturellement basée sur la terreur n'ait que des résultats mitigés, l'administration coloniale s'est engagée à affiner la démarche en rapport avec la politique indigène. Les chefs indigènes fournissent les effectifs nécessaires. L'administration tire alors un meilleur parti de l'autorité et l'influence morale que l'organisation de la société confèrait encore aux chefs traditionnels.

2. Le recrutement des indigènes

a) Une organisation officielle

Le travail forcé était devenu une organisation officielle à laquelle peu de personnes pouvaient échapper. En effet, les prestataires devaient un an de travail, au service de l'administration coloniale ou du colon.

Les individus sont recrutés par les soins des chefs de subdivision et de notables, dans une proportion de 5% de prestataires.

L'administration des subdivisions est confiée à des agents des services civils ou à des administrateurs adjoints relevant directement de l'autorité des commandants de cercles.

Chaque poste est doté d'un effectif variable de gardes chargés de veiller à l'exécution des ordres de l'administrateur et d'assurer le service de police.

Les chefs de subdivision sont également secondés dans leur commandement par les chefs indigènes, chefs de tribus ou de cantons et chefs de village.

Les uns et les autres sont rémunérés au moyen de remises d'impôts; mais une nouvelle organisation du commandement encore en projet déterminera des traitements fixes en faveur des premiers. Tous les chefs, élus, suivant la coutume, secondent avec l'aide des représentants les commandants de cercle et les chefs de subdivision pour la perception de l'impôt, les prestations, les travaux d'utilité publiques, cultures diverses, constructions des routes, ponts provisoires, recrutement, hygiène publique, etc.

Les recrues sont engagés pour une année et très souvent escortés jusqu'au lieu de destination. Les désertions sont la plupart du temps peu nombreuses, une fois que les hommes sont arrivés sur le lieu du travail. Les rares désertions ont plusieurs causes:

- manque de soins
- mauvais traitement
- retenus de salaire
- refus de libération en fin de contrat

Le recrutement se fait sous la pression de l'administration, cela avec beaucoup de légèreté.

La justification que l'administration coloniale donne au recrutement est : « Le recrutement, ajoutai-je, dans un rapport du 23 novembre suivant, est considéré comme une corvée inévitable, un service 'civile', accepté sans enthousiasme mais avec résignation. C'est en quelque sorte une prestation supplémentaire qui est demandée à une partie de la population... Le chiffre, de toute manière, ne saurait en être dépassé... Il y a une disproportion trop grande entre le travail fourni et sa récompense... Il conviendra de ne pas prolétarianiser excessivement l'Afrique, de conserver à l'ensemble de la société indigène, essentiellement paysanne, ses caractères traditionnels »⁶.

Contrairement à l'Île de Madagascar où le travail forcé avait une forme légère et officieuse et imposé aux seuls vagabonds et contribuables en

⁶ Deschamps (H.), in Cangah (G.), Ekanza (S.-P.), La Côte d'Ivoire par les textes, Abidjan, NEA, 1978, pp. 95-105.

retard du paiement de leurs impôts, en Côte d'Ivoire, le travail forcé était une organisation officielle, mettant constamment une masse indigènes à la merci d'une poignée de colons venus faire fortune et repartir en métropole une fois enrichis..

Nous-nous demandons, comment une telle pratique a pu s'instaurer et entrer dans les mœurs au point d'être admise comme un droit par les colons et acceptée passivement par les indigènes eux-mêmes.

b) La foire aux hommes

Contrairement aux Anglais et aux Belges, les Français investissaient peu dans leurs colonies. Les indigènes faisaient toutes les tâches.

D'après A. Londres, « La Haute Volta constituait un réservoir en hommes quasi inépuisable »⁷.

Il y avait des foires aux hommes à Bouaké qui selon André Londres était assez « pittoresque ».

En effet, des malins qui sont informés des difficultés des coupeurs de bois, montent recruter par tous les moyens en Haute-Volta, dans le « réservoir »⁸.

Intéressés par les tarifs de l'époque, ils descendaient leur marchandise en camions et cédaient les captifs à deux cents francs la tête aux entrepreneurs.

c) Le rachat de la prestation et la répartition des recrues

L'administration coloniale a maintenu pour le travail d'utilité publique, le recrutement forcé. Au départ, se faisait sous une forme exclusive, c'est-à-dire des travailleurs non nourris, maltraités, non logés, non payés.

Certains d'entre eux ont pu racheter la prestation en nature en s'acquittant d'une taxe dite de prestation en vue d'être exemptés du travail forcé. Malheureusement, tous les indigènes étaient sous les ordres de l'adminis-

⁷ Londres (A.), Terre d'ébène, Paris, Albin Michel, 1929, p. 165.

⁸ Ibid., p. 165.

tration. Le colon a continué de recruter les indigènes pour l'entretien des postes de brousse.

Le nombre de cette main-d'œuvre variait selon la volonté du chef de subdivision.

Les statistiques ne donnent pas d'indications chiffrées. Ces recrues étaient répartis entre les planteurs, les forestiers, les industriels et commerçants.

III. Les présentations du travail et son contenu

1. Les travaux et les tâches d'utilité publiques

En 1908, c'est-à-dire, avant la période de pacification, les populations du territoire de la Côte d'Ivoire, autrement dit, les indigènes étaient requis pour les travaux publics à savoir:

confection de pistes,
développement des champs de produits vivriers,
portage, etc.

Cette forme du travail forcé va se poursuivre bien après la conquête coloniale sous l'appellation légalisée de « réquisition administrative de main-d'œuvre ». Celle-ci consistait pour l'administration coloniale à exiger des chefs de village des équipes de travailleurs pour des tâches d'utilité publiques, entre autre, la construction de routes, portage. Le sous-équipement des indigènes ainsi requis, les mouvements de population que ces travailleurs occasionnaient, la précarité de la condition matérielle des travailleurs, traduisent on ne peut plus nettement le caractère horrible, inhumain du travail forcé en Côte d'Ivoire.

Un ancien manœuvre raconte son témoignage : « J'ai travaillé sur la route Daloa Gagnoa avant la guerre. Nous travaillons avec nos machettes. Nous devons emporter notre nourriture que nous arrachaient parfois les gardes cercles et les chefs d'équipe. Nous n'étions pas payés. Pendant nos journées de repos, nous devons travailler pour les chefs d'équipe, organiser pour eux des parties de chasses et de pêche.

Beaucoup de travailleurs mourraient de faim et d'autres des suites de morsures de serpent. Les morsures de serpent causaient de nombreux décès, parce que celui qui essayait de les soigner était considéré comme sorcier, donc dangereux.

Les Blancs cherchaient à améliorer notre condition de vie de travail, mais les Gardes et les Surveillants africains s'y opposaient. D'ailleurs ils nous prenaient une bonne partie de notre ration alimentaire. Et comme celle-ci n'était pas déjà abondante nous avions toujours faim »⁹.

Le logement était malsain, rudimentaire. Il ne valait pas neuf fois sur dix la case qu'a quittée le travailleur.

La case reste à désirer. Les propriétaires qui ont donc abandonné leur case sont obligés de dormir à même le sol, dans des conditions malsaines. Ils dorment parfois à plusieurs dans une chambre basse, obscure, enfumée.

Il était prévu des médecins pour les entreprises utilisant plus de mille manœuvres, mais l'administration coloniale a toujours fait la sourde oreille en laissant mourir les travailleurs dont on procédait au remplacement au fur et à mesure de la réduction de leur nombre.

2. Les corvées et le contrat de travail entre l'employeur et l'employé

La prestation due à la corvée consistait à réclamer aux contribuables, en plus de l'acquittement de leurs impôts versés en général en espèces, un nombre défini de jours de travail au profit des chantiers publics d'intérêt local.

Les corvées procuraient une main-d'œuvre gratuite. La France a vainement cherché à soustraire la main-d'œuvre prestataire du registre du travail forcé.

L'arrêté général du 25 novembre 1912 organisant le régime des prestations en Afrique Occidentale Française (AOF), stipule que tous les indigènes de sexe masculin adultes et valides, à l'exception des vieillards, des militaires, des gardes cercles, préposés des douanes, gardes forestiers, y soient assujettis.

⁹ Témoignage de Zirignon, ancien manœuvre prestataire.

Mais ces prestations ne devraient pas s'effectuer à plus de 5 kilomètres du village du prestataire afin d'éviter d'assurer à ce dernier une ration en nature ou en espèces.

Le 29 décembre 1913, le gouverneur Angoulvant publia un arrêt local qui soumettait l'ensemble de la population, enfants et vieillards compris, au régime des prestations obligatoires rendant caduc le précédent qui avait un caractère plus humain.

Avant 1924, aucun contrat formel ne liait l'employeur et l'employé même si pendant cette période, un contrat devrait exister entre les deux parties.

Les clauses de ce contrat sont éloquentes sur les conditions du prestataire : le nombre de journées de travail par semaine est de six et le nombre d'heures de travail par jour de dix.

En 1926, la durée de la prestation elle est fixée à 12 jours pour la Côte d'Ivoire, en 1936, sous le gouverneur général Coppet, le nombre de jours exigibles dans l'année passe de 8 à 10.

Jusque dans les années 30, voire 40 pour le cas particuliers de la Côte d'Ivoire, le travail forcé apparaît dominant du fait de la mansuétude de l'administration disposée à procurer aux entrepreneurs une main-d'œuvre très bon marché et de surcroît obligée de travailler dans des conditions inhumaines.

Un rapport de l'inspection travail dépeint avec force détail certains traits caractéristiques de la longue pratique du travail forcé : « Le manque de psychologie, l'inadaptation aux conditions actuelles du travail, l'apathie de ceux qui attendent sans réagir et se lamentent sur leur sort, l'absence d'imagination, la mauvaise foi ont été fréquemment constatés.

La solution de facilité consistant à attendre que l'administration procure la main-d'œuvre paraît avoir supprimé bien souvent l'esprit d'initiative »¹⁰.

¹⁰ Latrille (A.), in Rapport d'enquête parlementaire, 1950, p. 1075.

3. L'évolution du salaire journalier des travailleurs

En 1925, le salaire journalier était de 1 fr 50. Il est passé à 3 fr 50 pour six mois d'engagement et 4 fr pour un an d'engagement en 1945. Les femmes et les enfants ont 2 fr 25 par jour. Les uns et les autres ne sont ni payés ni nourris les dimanches et jours fériés. L'administration compte de 5 à 6 fcs de nourriture par jour. Or, avec 5,6 fr, même si ces 6 fcs étaient dépensés, comme le souligne Félix Houphouët-Boigny, est impossible de nourrir convenablement un homme. Les manœuvres sont contraints, lorsqu'ils ont dépensé le peu d'argent qu'ils ont emporté et qu'ils ne peuvent plus en recevoir de leur famille, de travailler le dimanche à tarif forfaitaire chez des planteurs africains voisins ou à fournir du bois sec au marché le plus proche. Certains en bandes armées, se répandent dans les plantations indigènes ou, poussés par la faim, ils s'emparent de force de quoi vivre. D'autres sont obligés de terminer le dimanche la tâche qu'ils n'ont pu achever la veille, cela veut dire qu'ils n'ont même pas le loisir de marauder.

Sous prétexte de permettre au travailleur de retourner dans son village avec un peu d'argent, l'administration coloniale lui retient chaque mois la moitié de son faible salaire qu'il doit percevoir chez lui. C'est ce procédé qu'on appelle « pécule ». Ce pécule rentre au bénéfice de l'employeur si le manœuvre déserte et son montant en fin de contrat varie entre 300 et 450 fr.

IV. Impacts du travail forcé sur les rapports entre européens et africains dans les colonies

1. Les désertions

Les conditions faites aux travailleurs : salaires insignifiants, voire insuffisants, répartition entre employeurs dont certains ont une triste réputation, provoquent une atmosphère malsaine. Les chefs indigènes participent aux recrutements des travailleurs le cœur plein de chagrin et obéissent avec une

tristesse proche de la déception. L'importance des attitudes de désertion dépeuple par exemple le pays Mossi au profit de la Gold Coast. En 1940, l'administrateur Louveau faisait la remarque, à la suite d'une mission sur ce territoire anglais, que de nombreux Mossi se sont installés en Gold Coast, y font souche et sont à l'origine de la croissance spectaculaire de la population (1 900 000 en 1914 ; 4 000 000 en 1940) et de la prospérité de cette colonie¹¹.

En effet, les contraintes du travail et les traitements inhumains auxquels étaient soumis les indigènes ont occasionné la radicalisation de plusieurs d'entre eux dans leur attitude de refus du travail forcé. Les travailleurs n'hésitaient plus à braver l'autorité de l'administration coloniale en déclarant ouvertement qu'ils préfèrent la prison voire même la mort à la même perspective d'être assujettis au travail forcé et d'être envoyés sur les plantations ivoiriennes¹².

3. L'éveil des consciences

Au lendemain du rapport de André Latrille sur la question de la main-d'œuvre en Côte d'Ivoire, la Conférence recommande «un retour progressif au libre marché du travail par la suppression en cinq ans des recrutements par voie de force»¹³. L'on prévoit une réduction de 10% en 1944, et une autre de 20% en 1945. Malheureusement, ces mesures ne sont appliquées, ce qui ne manque pas de provoquer de vives tensions. En effet, l'administration coloniale, malgré les réalités du moment, persiste à assurer le recrutement d'environ 50 000 travailleurs pour les entrepreneurs privés, plus particulièrement, les Européens engagés dans l'exploitation de l'économie de traite: café, cacao ou de la coupe de bois. Or cette main-d'œuvre était de surcroît mal payée.

¹¹ Audition de André Latrille, citée par Fall (B.), op.cit., p. 282.

¹² Ibid., p. 282.

¹³ Latrille (A.), in Rapport d'enquête parlementaire, 1950.

C'est à ce mouvement de révolte qu'il faut lier les événements de Tiassalé en 1893, la répression de l'irrédentisme baoulé (1900-1906), la révolte des Abbey et la répression qui s'en est suivie en 1910.

D'ailleurs, les populations indigènes vont subir la répression la plus sanglante de leur histoire. Cette répression apparaît comme le moyen privilégié de la pacification en Côte d'Ivoire.

Conclusion

En somme, le travail forcé n'a pas survécu au-delà de 1946. En effet, au lendemain de la deuxième guerre mondiale, l'éveil des consciences et le fort élan anticolonialiste en Afrique occidentale Française ont conduit au vote de la loi Houphouët-Boigny du 11 avril 1946 supprimant le travail forcé. La bataille conduite par la France pour exalter la vertu éducative du travail forcé avait connu à Genève un échec retentissant.

Dans l'ensemble, la résistance des indigènes a pris une allure massive, nous assistons à une multiplication des réclamations auprès des commandants des cercles portant sur l'alimentation, l'organisation du travail, les salaires. La loi du 11 avril 1946, dite loi Houphouët-Boigny, a marqué une victoire importante des planteurs indigènes sur l'administration coloniale.

Bibliographie

ADIKO ASSOI, *Livre d'histoire cours élémentaires*, IPAM CEDA, Paris, Abidjan

ANGOLEVANT G., *La pacification française en Côte d'Ivoire ; 1906-1915 ; méthodes et résultats*, Larose, Paris, 1916.

ANOUMA RENÉ, *L'impôt de capitation, le système de prestations et des corvées en Côte d'Ivoire de 1901 à 1930. Rôle de la mise en valeur et de l'évolution économique*. Thèse de 3^e cycle, Ex-en Provence, 1979.

DONNAT G., *Afin que nul n'oublie. L'itinéraire d'un anticolonialiste*, l'Harmattan, Paris, 1986.

EKRA VANGAH R., *Le capitalisme de l'Etat colonial en Côte d'Ivoire. Eléments économiques, sociaux, politiques et culturels de sa mise en place 1880-1930*, Th 3^e cycle, Paris, 1979.

HOULOS E., « La mise en valeur de la Côte d'Ivoire par le port de Sassandra » ; *Les annales coloniales*, juin 1928.

MEKER MAURICE, *Le temps colonial*, NEA, Abidjan, 1980.

SARRAUT A., *La mise en valeur des colonies françaises*, Payot, Paris, 1923.

Audition de André Latrille, *Rapport d'enquête parlementaire n° 11348 sur les incidents survenus en Côte d'Ivoire*, 1950, nouvelle édition, Abidjan, Imprimerie nationale, 1965, 3 tomes.

FOUNON TCHUIGOUA BERNARD, « Marché réel et marché formel de la force de travail », in *La Pensée*, n° 176, août 1974, pp. 30-45.

MERCIER RENE, *Travail obligatoire dans les colonies africaines*, Paris, le Cerf, 1933.

NININES JULES, *La main-d'œuvre dans les colonies africaines*, Paris, Jouve, 1932.

Les archives

A) Fonds de la fondation Houphouët-Boigny

Boîte n°1 :

Interventions des élus R.D.A. dans les Assemblées métropolitaines : interventions à l'Assemblée Nationale :

Félix Houphouët-Boigny : 1946, 1947, 1948, 1949, 1951, 1954, 1956, 1957.

Philippe Kaboret Zinda : 1947.

Mamadou Konaté : 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956.

Lisette Gabriel : 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1956, 1957, 1958.

B) Les archives nationales de Côte d'Ivoire

Dossier relatif aux affaires politiques 1956, 1958.

XX1X-4-1 EE 794.

Territoire de la Côte d'Ivoire.

Affaires politiques (confidentiel).

Rapport et compte rendu sur la politique du cercle de Daloa pour l'année 1956.

XI-49-41 EE 794.

C) Archives nationales du Sénégal

A.N.S. : 1/K-8. Circulaire du gouverneur général de l'A.O.F. sur le régime des prestations.

Éveil d'une conscience spirituelle féminine en pays agni de Côte d'Ivoire: la pratique du « momomé » comme une parade douce à l'agression européenne

ANO BOA BERNARD*

Introduction

Le travail forcé, instauré par l'administration dans les colonies françaises a sérieusement affecté les populations noires. Même si la philosophie qui a prévalu à sa pratique se justifiait comme une vertu éducative au travail chez les indigènes, le travail forcé a été une autre raison d'exode populaire masculine qui a créé le dépeuplement de nombreuses régions dont le pays agni dans la zone forestière à l'est de la Côte d'Ivoire. En effet, les paysans sédentaires se sont vus obligés d'abandonner leurs terres et leurs parents pour être à l'abri de ce nouveau fléau social en allant s'installer dans des endroits souvent enclavés et inaccessibles humides, incompatibles aux conditions de vie des Blancs.

A cette autre situation, il convient de signaler que les deux Guerres Mondiales qui ont été l'occasion d'incorporation forcée pour la défense de la "Mère Patrie", la France, ont eu entre pour conséquence le départ massif des hommes valides et l'abandon des femmes qui ne pouvaient quitter leur lieu de résidence où reposent à jamais les ancêtres.

Il fallait donc trouver une solution pour le maintien des hommes et les devins et prêtres des religions traditionnelles agni, les "komian" préconi-

* Universidade GERLINAC, E N S d'Abidjan, Côte d'Ivoire.

sèrent la résurgence de la pratique du "momomé", un système mystico religieux, en guise de parade douce à l'agression européenne. Comment se sont-elles prises ? Quels en furent les résultats ? C'est ce que cette communication va nous donner l'occasion d'expliquer.

Problematic, these et hypotheses

Un proverbe agni dit: "lorsque le chasseur n'est pas encore en mesure de tuer l'éléphant, il continue de se mettre à l'affût".

La présence française en Côte d'Ivoire a pu s'étendre au pays agni, non seulement par la force des armes; mais aussi et surtout par des prédispositions sociologiques liées à l'univers de croyance des Agni pour qui un étranger, quel qu'il soit, est avant tout un envoyé de Dieu. Le Blanc en particulier, cet adulte dont la couleur de peau, semblable à celle du nouveau-né lui valut l'appellation de [blofwE], (celui qui vient de l'au-delà), a été reçu avec beaucoup d'égards.

Mais avec le temps, les actes posés par les Blancs ont amené les Agni à réviser leurs considérations pour les Français qui ont ainsi donné la preuve qu'ils n'étaient pas venus du "ciel" pour mener avec eux une coexistence pacifique. Il fallait réagir et pour cette lutte aucune solution radicale n'était disponible. L'inégalité des armements excluait la solution militaire. Il fallait donc concevoir un modèle de défense endogène. Les Agni trouvèrent bon de situer ce combat sur le plan spirituel car ils estimaient que la présence des Blancs découlait avant tout des prédispositions spirituelles qui l'ont facilitée. C'est donc à la pratique du "momomé" qui s'est autrefois montrée efficace pour la défense de la communauté qu'il fallait recourir. Ainsi survint ce nouvel éveil spirituel des femmes Agni face au travail forcé qui fut le dernier des fléaux sociaux imputables à la présence coloniale française en pays agni de Côte d'Ivoire.

A travers cette communication, nous défendons la thèse suivante: dans la lutte anticoloniale des Ivoiriens contre l'administration française, les méthodes spirituelles et la non violence se sont avérées efficaces et pourraient justifier

l'octroi des indépendances aux colonies françaises de l'AOF et de l'AEF qui n'ont pas eu recours à des guerres de libération comme ce fut le cas ailleurs.

Dans cette étude nous émettons les hypothèses suivantes:

1) Le comportement pacifique des avatars de la liberté du Noir Africain répond aux principes de la sagesse africaine qui recommande que "le chasseur continue d'être à l'affût tant qu'il n'est pas à même de tuer l'éléphant".

2) Bien que permissifs et soumis à l'autorité extrême de l'administration française, les Noirs avaient les capacités intellectuelles pour évaluer les méthodes coloniales et trouver les solutions appropriées pour répondre à l'agression du Blanc.

3) Le travail forcé, malgré tous ses aspects négatifs liés à sa philosophie, a eu au moins un aspect positif si l'on considère l'éveil spirituel des femmes Agni de Côte d'Ivoire.

I. Travail forcé et conditions de résurgence du momomé

a) La situation sociologique dans les colonies

Par un arrêté de 1904 toutes les colonies de l'AOF (Afrique Occidentale Française) disposaient désormais de leur autonomie financière et ne devaient plus rien recevoir pour leur gestion de la part de la Métropole. L'esprit et la lettre de ces grands arrêtés coloniaux permettaient à l'administration locale de mettre sous le drapeau tous les hommes en âge du servir dans l'armée pour leur embarquement vers les ports de Bordeaux et de Marseille en complément d'effectif dans l'armée française au titre des tirailleurs sénégalais. Ceux qui en sont revenus, appelés "anciens combattants", du fait de leur longue absence, ont retrouvé leur femmes en seconde noce et cela a été à l'origine de nombreuses discordes entre les familles.

Il convient de souligner aussi que le besoin d'une mise en valeur de la colonie en vue de trouver les ressources pour la prise en charge des agents de l'administration et les possibilités d'évacuations des produits vers les ports pour leur embarquement en Métropole ont conduit à la conclusion qu'il

fallait que les indigènes travaillent pour le compte de l'administration et c'est dans cet esprit qu'est né le travail forcé, un travail qui ne profitait uniquement qu'aux intérêts publics et privés coloniaux, les salaires de misères (1,30 f à 1,50 f) versés aux Africains ne permettant pas de garantir la protection sociale des familles des travailleurs. La souffrance était de deux ordres : la solitude des femmes et le traitement inhumain infligé aux hommes.

Les conséquences de toutes ces exactions furent la désertion des lieux de résidence. Certains s'exilèrent au Ghana, ex Gold Coast où ils avaient d'ailleurs des familles que la colonisation avait rendues arbitrairement anglophones d'un côté et francophones de l'autre par des frontières. Ceux qui ne pouvaient pas s'exiler se replièrent dans le V formé par le fleuve Comoé et la forêt marécageuse des environs de Bettié dans cette région appelée Aboisso Comoé.

Mais malgré toutes ces stratégies, de nombreuses personnes furent déportées en France pour servir dans l'armée et d'autres dans les travaux forcés dans différentes régions de la côte d'Ivoire. Les femmes quant à elles lasses de vivre cette solitude forcée, impuissantes devant les transferts successifs de leurs hommes vers d'autres horizons acceptèrent de mettre en application la pratique du momomé qui s'est avérée très efficace dans des temps reculés comme parade à divers fléaux, leur but étant à présent de bouter hors de nuisance les Blancs qui leur arrachaient tout espoir de bonheur conjugal.

b) Les indicateurs favorables à la résurgence du momomé

En plus du besoin urgent d'une parade à l'agression européenne les prédispositions sociologiques nous semblent être des indicateurs sérieux qui ont favorisé la résurgence du momomé. L'expansion du christianisme, nouvelle religion qui promettait de meilleures conditions de vie après la mort ne pouvait plus répondre aux soucis des Agni dont les religions familiales et claniques étaient des religions de vie, offrant aux disciples des possibilités de lutte contre la sorcellerie et les phénomènes sociaux tels que les épidémies,

les guerres et agressions de tous ordres. Mais le succès du christianisme s'expliquait par ces prédispositions spirituelles qui accordent aux blancs et à tout étranger un statut particulier. Son arrivée en tout endroit du pays agni est considérée comme une mission divine à laquelle les Anciens jusqu'à ce jour accordent encore une très grande importance. Cette mission pour le Blanc était celle d'apporter à ses hôtes des connaissances nouvelles sur Dieu, cette entité dont la connaissance totale ne peut provenir d'une seule religion, chaque religion étant en effet une mission que Dieu confie à l'un de ses représentants sur terre, [bos?]) ou esprit dont les serviteurs, komian, dispensent chacun, en ce qui le concerne un enseignement en rapport avec les connaissances qu'il possède d'un seul ou de plusieurs attributs ou vertus de Dieu. La nature et les fonctions des religions en pays agni méritent qu'on s'y attarde par une étude approfondie car elles offrent de nombreuses similitudes relatives au monothéisme des Egyptiens et des Hébreux.

Les événements souvent tragiques issus des traitements des Noirs par les Blancs ont finalement amené les Agni à considérer le pardon que proposait le christianisme comme une justification de toutes les misères que le Blanc faisait subir aux populations agni et comme des actes prémédités.

II. Le déroulement et contenu de la cérémonie

Ce rituel expiatoire et de défense commence chaque année un troisième vendredi de mois, jour appelé [ana]ja] "vendredi des ancêtres" ou vendredi sacré. Le morphème [na]) est une forme étolée de [na)na]) qui signifie grand parent, ancêtre ou majesté et [ja] vendredi. Ce morphème [na)na]) précède toujours le nom d'un chef, celui d'un roi ou d'une personne âgée. Les Agni disent d'ailleurs s'agissant de Dieu, / na)na) øA)mjA) pili / pour dire "Tout Puissant Dieu", Cette cérémonie du momomé est un moment de communion avec les ancêtres, les esprits et Dieu qui méritent tous cette appellation de [na)na]).

Cette cérémonie, qui débute avant les premières lueurs du jour est dirigée par les vieilles femmes, celles qui ont atteint la ménopause. C'est

un important défilé ponctué de chants, cantiques assortis de rogations en direction de Dieu, le créateur de l'univers, en vue d'obtenir de lui annulation, destruction ou retour à l'envoyeur de tout malheur ou fléau orchestré contre le peuple agni. Le retour à l'envoyeur trouve sa justification dans le fait que pour les Agni seul Dieu a le pouvoir de donner la vie et que personne ou rien n'a le droit de l'ôter ou de la détruire.

A travers la littérature, notamment chez les auteurs arabes entre le XIV^e et le XVIII^e siècle on trouve des références à ce type de cérémonie dans les cultes agraires dans le nord de l'Afrique avec des intentions similaires visant à faire cesser la sécheresse et implorer la clémence de Dieu pour la tombée de la pluie. Dans ces zones désertiques du sahel en effet, les plus graves dangers et les fléaux qui sont les sources des malheurs des populations ont été pendant très longtemps l'absence de l'eau et la sécheresse, à l'origine d'importantes mutations sociales avec la destruction de royaumes, empires et villes importantes et la cessation de nombreuses activités humaines telles que l'agriculture et le commerce ambulants à travers les pistes sablonneuses du désert (faute d'approvisionnement en eau potable) et l'acquisition de nouveaux comportements comme le nomadisme et la transhumance pastorale.

Les deux plus importants documents disponibles sur ce sujet restent l'ouvrage d'Es Sa'di, "le *Tarikh ES- Soudan*"¹ "qui rappelle qu'en 1617 il y eut une grave sécheresse qui occasionna des rogations en vue de faire cesser les dégâts qu'imposait la nature. Dans un autre titre des "Chroniques Soudanaises", "le *Tedzkiret En-Nisya*n Fi Akhbar Molouk Es-Soudan"² ou dictionnaire bibliographique des pachas de Tombouctou, il est mentionné que ces cérémonies étaient pratiquées dans ce même but

En pays agni de Côte d'Ivoire, le défilé s'étend sur la période qui couvre le temps de faire sept fois l'aller et retour du village, d'un bout à l'autre. Pourquoi ce nombre de tours ? Ce chiffre sept qui est la somme de 3 + 4 est connu comme un nombre mystique à travers d'autres cultures ; mais en pays agni, il représente les deux catégories de l'espèce humaine, 3 pour

¹ P. 338.

² P. 258.

l'homme et 4 pour la femme, ceux pour lesquels la cérémonie est faite pour interpellier Dieu. Pour chaque tour, du premier au septième, une chanson particulière est exécutée, soit au total sept chansons différentes au cours de ce rituel mystico religieux.

Avant le démarrage de ce défilé, une invocation est faite dès que toutes les femmes sont prêtes, réunies au bout du village, du côté du cimetière. Elles se mettent dans leur tenue d'Eve. Est-ce pour cela que la cérémonie commence dans la pénombre afin que tout homme qui les voit ne puisse les perturber ? Une fois l'invocation terminée, le corps badigeonné de kaolin, le buste entouré d'un pagne blanc qui leur arrive aux genoux, chacune d'elle tenant une canne fraîchement coupée de la forêt, elles commencent leur marche. Les appellations de Dieu à travers ces chansons sont différentes selon les attributs de Dieu qu'elles souhaitent voir venir au secours de la communauté. Tantôt c'est "mbla, summum, aswe, adou", etc.

Avant de continuer, voici le contenu du texte de l'invocation de départ...

[wo sée jée
jée jée
ano eku a jia éé
wo sa) mo su)
EnE jE ní AljE o
EnE jE ní AljE o
EnE jE ní AljE o]

Le premier tour de cette procession est alimenté l'une des deux chansons suivantes:

Première chanson

[aswe pla muswe
aswe pla muswe ma) wo ho
aswe pla muswe]

Traduction (homologique)

*Esprit de l'eau, chasse le mal
Esprit de l'eau renvoie le mal
Esprit de l'eau, lave le mal !*

Deuxième chanson

[mbla éé mbla éé
jE w?) oo
mbla ba pla jE w?) oo]

Traduction

*Dieu Purificateur!
Purifie nos corps
Dieu Purificateur !
Viens purifier notre corps !*

Il est très intéressant de noter que les Agni estiment que l'on ne peut s'adresser à Dieu dans un corps et une attitude impurs. Aussi, respectant un tel précepte, les femmes purifient leur corps, siège de l'esprit qui leur permet de nouer tout contact avec cette Dieu, cette source intarissable d'où elles aspirent tirer les forces nécessaires pour affronter l'adversaire.

Au deuxième tour de cette procession elles exécutent le cantique suivant:

[sum é é sum ba su ji mo wo ho (sumlesum)
sum é é sum (sumlesum)
eta mo ba ba su ji ma) wo ho
sum é é sum
na)na) mo djE ba su ji ma) wo bla
sumé é sum

Traduction

sumsum ! Tout puissant Dieu !
Viens repousser ce qui arrive

Tout Puissant
Oh Tout Puissant Dieu,
Ramène nous les grâces
Que tu as accordées à nos ancêtres !
Oh Tout Puissant Dieu !

La quatrième tour est supportée par un cantique relatif au malheur à conjurer. Pour le travail forcé comme l'incorporation forcée au service de la France, les femmes ont composé le cantique :

[blofwE kofi amwa) nE) éé
alolowa mo ma) mE) bje] (alele)

Traduction

Eternel Dieu merci
Donne-moi le contre poids du génie Blanc ! (aussi)

Le cinquième tour est celui d'une demande de renforcement des grâces et des capacités accordées par Dieu qui, dans le cas de figure, est symbolisé par l'aigle, le plus puissant des oiseaux du ciel. Comme le montre ce texte, le Négro Africain connaît non seulement la poésie mais aussi l'usage des allégories, la parabole ou l'hyperbole. Dans la chanson ci-dessous, [eça] le soleil, dans la cosmogonie des Agni, est l'un des deux fils de Dieu, le second étant la lune [salaø]. Le soleil incarne la lumière, la beauté et l'harmonie. Sa permanence est donc salutaire parce que dissipant l'obscurité qui incarne le mal.

[koljE é é ma) eça iina) o
koljE é é ma) eça iina) o]

Traduction

Aigle ! Décide que le soleil arrête sa course !
Aigle ! Décide que le soleil arrête sa course !

Au septième tour de cette procession, un cantique particulier a été adapté à la circonstance de travail forcé.

Cette prière adressée à Dieu invoque en même temps l'esprit de tous les hommes exilés par la force. Il s'agit d'un langage subliminal adressé à l'âme, cette essence divine en l'homme qui, selon la tradition agni est aussi dotée des pouvoirs de clairvoyance et de claire audience qui lui permettent, partout où elle se trouve, d'entendre tout discours et de communiquer à travers l'espace. Les Agni attribuent à l'âme le nom calendaire de chaque personne; il n'y a donc que sept noms calendaires en raison des sept jours de semaine. Nous voici à nouveau confronté à l'éternel symbole du chiffre sept.

[adu éé bla ma) jE ko fje (bis)
 adu éé bla ma) jE ko fje
 ekra kwaïo éé bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Ekra kwabla) éé bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Ekra kwawo éé bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Ekra kofi bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Ekra kwamE) bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Ekra kwasi éé bla ma) jE ko fje
 adu éé bla ma) jE ko fje
 Adou (Adonai)³ accompagne-moi à la maison (bis)
 Seigneur, viens dans ma maison !
 Kouadjo, (âme de lundi) rentre à la maison
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Kouablan, (âme de mardi) rentre à la maison !
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Kouakou, (âme de mercredi) rentre à la maison !

³ L'une des appellations de Dieu en hébreu.

Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Kouao, (âme de jeudi) rentre à la maison
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Koffi, (âme de vendredi) rentre à la maison
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Kouamé, (âme de samedi) rentre à la maison !
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !
 Kouassi, (âme de dimanche) rentre à la maison
 Seigneur, viens toi aussi dans ma maison !

III. La valeur d'un remède ne se vérifie que par son pouvoir de guérison... le momomé et la suppression du travail forcé

Dans l'univers des croyances des Agni de Côte d'Ivoire, le momomé est la plus grande prière adressée à Dieu par les femmes au cours de l'année. Or, la prière qui en pays agni est considérée comme une période de communication avec Dieu, un échange avec le créateur de l'univers a toujours un objectif de résultats. Le résultat du momomé en ce qui concerne le travail forcé a été pour les femmes, la suppression de cette pratique coloniale qui n'avait jamais acquis leur adhésion. Mais du point de vue scientifique ce seul résultat ne pouvait nous satisfaire et c'est à travers les enquêtes de terrain que nous avons rencontré des indices qui confirment cette hypothèse. En effet, selon les sources, après les deux Guerres Mondiales, le pays agni s'est progressivement repeuplé alors qu'il connaissait, comme les autres régions de Côte d'Ivoire la pratique du travail forcé. Il semble que les intentions de recrutement se sont toujours poursuivies partout en Côte d'Ivoire mais en pays agni, ces séances foraines n'avaient presque jamais de résultat satisfaisant. Les hommes qui ont été l'objet de ces sélections avaient toujours été jugés inaptes au service pour lequel ils étaient appelés. D'autres sources avancent que ces résultats étaient négatifs parce que lors des cérémonies, la vue des administrateurs coloniaux se trouvait déformée en raison des pratiques décrites à travers cette étude.

Les populations venaient de vaincre la peur. Elles commencèrent à réintégrer le pays agni. Le momomé a continué à être pratiqué et s'est institutionnalisé du fait qu'il s'est montré une fois de plus efficace. Il est devenu désormais pour les Agni l'une des méthodes auxquelles on a recours chaque fois que des solutions sont recherchées aux problèmes de la communauté. En ce qui concerne le travail forcé, la pratique du momomé s'est avérée nécessaire du fait que ce problème est lié à la présence des Français qui ont été favorisés par les prédispositions spirituelles. C'est donc sur ce plan qu'il a fallu rechercher les solutions idoines à leur départ.

A l'issue de cette étude, nous sommes arrivé à cette conclusion que l'on ne peut avoir une excellente lisibilité des phénomènes liés à l'interculturel si l'on ne prend pas en compte certains paramètres comme celui de l'univers des croyances et c'est dans cette perspective pragmatico-logique qu'il faut situer les choix, les méthodes et les orientations des hommes. Pour notre part nous avons mis en place la fonction test suivante : $F = (e.s.cc) Loc/AS$ qui nous a permis de cerner les situations dans ce contour interculturel. F est le fait; e.s ce sont les (émotions/sentiments) cc les contraintes culturelles ou contraintes circonstancielles et Loc/AS les locuteurs ou acteurs sociaux.

Conclusion

Que le "momomé" ait été le facteur prépondérant de la suppression du travail forcé ou non, cette étude nous a permis de comprendre et de faire les observations suivantes:

que ce n'est pas par la seule force des armes que les Européens ont pu gagner l'Afrique; mais dans de nombreux cas il y a eu l'action indirecte des univers de croyances des peuples.

2) qu'aussi permissives et soumises que semblaient les populations noires pendant la période coloniale, elles avaient toutes l'intelligence pour analyser et combattre les stratégies mises en place par les administrateurs coloniaux.

3) que le Négro Africain disposait depuis longtemps d'une philosophie fondée sur la spiritualité et la "non violence" dont il connaissait l'efficacité

et qu'il n'a pas hésité à appliquer pendant la lutte coloniale sans avoir eu à faire usage de la "Loi du Talion".

4) que le Général De Gaulle, qui connaissait bien les peuples noirs d'Afrique et l'efficacité de leurs méthodes a vite compris et préféré l'indépendance négociée avec les colonies françaises de l'AOF et de l'AEF à la guerre de libération qu'il a accepté de supporter pendant des années avec les Arabes avant d'offrir l'indépendance à l'Algérie.

Dans le paradigme de l'histoire coloniale et particulièrement dans la lutte anticoloniale, la méthode spirituelle et la "non violence" ont rapporté certains succès, notamment en Afrique comme en Asie. Ce fut successivement les cas de Martin Kimbangu en Afrique centrale, William Wade Harris en Afrique Occidentale, le Mahatma Gandhi en Inde et à un niveau plus restreint les femmes Agni de Côte d'Ivoire.

Ainsi, à travers leurs actions les zones forestières de l'est du pays se sont progressivement repeuplées et la vie a repris dans le pays agni jusqu'à la décision politique de la suppression du travail forcé par la loi Houphouët Boigny du 11 avril 1946.

Bibliographie

- ADIKO ASSO: *Livre d'histoire cours élémentaires*, IPAM CEDA, Paris, Abidjan.
- AMON D'ABY, F J: *Croyances et coutumes juridiques des Agni de la Côte d'Ivoire*, Paris, Larose, 1960.
- ANGOULEVANT G. *La Pacification française en Côte d'Ivoire ; 1906- 1915 ; méthodes et résultats*, Larose, Paris, 1916.
- ANOUMA. RENÉ: *L'Impôt de capitation, le système de prestations et des corvées en côte d'Ivoire de 1901 à 1930. Rôle de la mise en valeur et de l'évolution économique*. Thèse de 3^e cycle, Ex-en Provence ; 1979.
- AUGE, MARC: *Le Rivage alladian: organisation et évolution des villages alladian*, Paris, ORSTOM, 1969.
- BALIMA, S.A. « Légendes et histoire des peuples du Burkina Faso », *SLND* n°404, 1996.
- DONNAT G: *Afin que nul n'oublie. L'itinéraire d'un anticolonialiste* ; l'Harmattan, Paris, 1986.
- DUMEZIL, GEORGES: *Mythe et épopée: Théorie des trois fonctions de l'épopée des peuples indo européens*.
- EKRA VANGAH R. *Le Capitalisme de l'Etat colonial en Côte d'Ivoire. Eléments économiques, sociaux, politiques et culturels de sa mise en place 1880-1930* Th 3^e cycle Paris, 1979.

- HALL, E.T. 1971, *Le Langage silencieux* (The Silent Language), Paris: Seuil.
- HOLAS, BERNARD: *Tradition krou*, Fernand Nathan, Paris, 1980.
- HOULOS E. La « Mise en valeur de la Côte d'Ivoire par le port de Sassandra »; *Les Annales coloniales*, juin 1928.
- KASEMANN, E / GISEL, P: Vérité et histoire: la théorie de la modernité, Paris, 1977, Beauchesne.
- MAYOUX, J J: « Temps vécu et temps créé dans Tristram Shandy » in *Poétique* N°2, 1970.
- MEKER MAURICE: *Le Temps colonial*, NEA, Abidjan, 1980.
- MOULEY HENRY: *Assinie et le royaume de Krinjabo ; histoire et coutumes* Larose, Paris, 1954.
- OUÉDRAOGO, H: *La Tradition orale: sa valeur culturelle, éducative et comment l'utiliser à l'école primaire*, Ouagadougou, ECAP. 1980.
- SARRAUT A. *La Mise en valeur des colonies françaises*, Payot. Paris, 1923.

2. Casos da África Central e Austral

Tempo de trabalho e lucro em S. Tomé e Príncipe - o caso da Sociedade de Agricultura Colonial (1899-1909)

MACIEL SANTOS*

Nos estudos recentes sobre a produção de cacau tornou-se um lugar-comum considerar os custos laborais como o principal factor da rentabilidade dos investimentos. Sob a forma de plantações, isto é, através de capitais produtivos operando numa escala alargada, os encargos de capital variável teriam sido determinantes para a queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, para a evacuação da maioria dos capitais do ramo. É assim explicado como a pequena agricultura, em geral não europeia e mais dependente de *inputs* de trabalho familiar que assalariado, se superiorizou à grande exploração.

Mesmo os estudos que admitem que a diferença entre estas duas relações de produção é menor do que inicialmente se pensou – visto ter sido subestimado o papel dos assalariados nas explorações por conta de não europeus – mantêm que nas grandes plantações estabelecidas por europeus terá havido um investimento excessivo em trabalho directo, não compatível com as flutuações cíclicas das cotações do cacau¹. Outros estudos vão mais longe e concluem que o expoente de ineficiência dentro dos investimentos metropolitanos era atingido pelos capitais que utilizavam forças de trabalho não livre: a sua manutenção constituiria, relativamente aos capitais que utilizavam assalariados, um segundo factor de agravamento da rentabilidade².

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. O processamento estatístico dos dados teve a colaboração e a supervisão da Dr. Ana Maria Guedes, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

¹ AUSTIN, G., 1996: 154-175.

² CLARENCE-SMITH, 2000: 221-26.

Deve notar-se que não há suficientes estudos de caso para fundamentar estes enunciados. Sendo certo que as grandes plantações foram substituídas pela pequena e média exploração e que, evidentemente, o trabalho forçado se tornou residual desde a década de 1960, *não está demonstrado que essa evolução tenha sido determinada pelo aumento comparativo dos custos laborais nas explorações capitalistas, tanto com assalariados como com escravos*. Dito de outro modo, não está demonstrado que os lucros desapareceram devido às evoluções do capital variável.

Abstraindo agora de discutir as restantes condições que influem sobre a taxa de lucro dos capitais agrícolas (nomeadamente as rendas, absolutas e diferenciais), pode adiantar-se que a saturação do mercado que resultou do aumento da oferta por parte da pequena exploração camponesa – para a qual as variações da taxa de lucro não constituem uma barreira de entrada no ramo – é, por si só, uma explicação alternativa para a queda da taxa de lucro e para descapitalização da produção de cacau. Em todo o caso, deve começar-se por responder a estas questões, avaliando a validade das afirmações que postulam a ineficiência dos investimentos intensivos e, em particular, dos que utilizavam o trabalho escravo.

Nos pontos seguintes tenta-se, através de um estudo de caso representativo, verificar se nas explorações de cacau dispondo de trabalhadores não livres:

- a alocação do tempo de trabalho poderia variar em função dos movimentos de preços (ponto 2), e se portanto esta relação social de produção se poderia adaptar a conjunturas de grande intensidade cíclica;
- a tutela e a coacção extra-económica eram incompatíveis com um grau elevado de aproveitamento laboral (ponto 3)
- a amortização do custo dos escravos funcionava como um encargo constante, afectando negativamente a comparação com trabalhadores assalariados (ponto 4).

1. O estudo de caso

Para testar estes enunciados, foi utilizada a contabilidade publicada por uma das mais importantes firmas produtoras de cacau em S. Tomé e Príncipe durante o período colonial.

A Sociedade de Agricultura Colonial (SAC), sociedade anónima, foi constituída em 12 de Dezembro de 1898 com um capital de 500 contos. Tinha como objecto a “exploração agrícola nas ilhas de S. Tomé e Príncipe das propriedades que ali possui e das que adquirir para o futuro por compra, aforamento ou arrendamento” (art.3º dos estatutos). Por exploração agrícola, as sociedades que na altura investiam na província entendiam quase exclusivamente cacau. O grau de monocultivo na área agrícola que a SAC ia reorganizar³ já era elevado antes da formação da sociedade: dos 1 200 hectares cultivados em 1899, apenas 81 hectares (6,7%) não estavam ocupados com pés de cacau.

No caso da SAC, duas particularidades se fazem notar. No ano da sua constituição, todos os terrenos agrícolas, cultivados ou virgens, se situavam na ilha do Príncipe e daqueles já cultivados de cacaueiros (cerca de 1 119 hectares, correspondentes a cerca de 943 000 pés de cacau), apenas 8% incluíam árvores em plena maturação.

Ambas as particularidades concorriam para elevar o investimento em capital fixo durante os anos iniciais da actividade: a localização, uma vez que a ilha do Príncipe estava então ainda mais desprovida de vias de comunicação e infra-estruturas materiais que a de S. Tomé; e o estado inicial das plantações, que exigiam muito tempo de trabalho para adequar a escala da exploração à área da propriedade.

Em 1902, o capital social passou para 1 800 contos. O aumento era proporcional às expectativas de crescimento dos lucros. De acordo com uma estimativa feita seis anos depois do início da actividade da companhia, quando já tinham sido compradas roças também na ilha de S. Tomé, a área da proprie-

³ À semelhança do que aconteceu com outras sociedades anónimas formadas durante o ciclo do cacau naquelas ilhas, alguns sócios entraram com propriedades já em exploração para o activo da companhia.

dade era de 16 600 hectares e os terrenos cultivados ocupavam 4 100 hectares (menos de 25%). A mesma estimativa mostra que a produção de cacau desse ano representava igualmente 25% da produção potencial da firma.

Dada a margem de progressão e atendendo a que nestes anos os preços mundiais do cacau permitiram obter rendas diferenciais em praticamente todos os terrenos da província, o grande objectivo da SAC era o recrutamento de trabalhadores. Em 1905, para obter a produção potencial de cacau, a SAC necessitaria de multiplicar por 4 o total dos seus efectivos. Como não o conseguiu – em 1912 tinha até menos trinta serviçais que em 1905 – o crescimento foi lento: em 1912, os terrenos cultivados tinham passado para 5 000 hectares (apenas mais 22%) e a produção para 1 037 toneladas (mais 27%). Relativamente à produção potencial, o cacau colhido nesse ano representava menos de um terço.⁴

Deve acrescentar-se que até 1909, data em que foi suspenso o recrutamento em Angola, praticamente todos os trabalhadores do cacau de S. Tomé e Príncipe eram escravos comprados no interior e embarcados na qualidade de “serviçais” contratados. Trata-se portanto de um caso de investimento intensivo e em cuja valorização se utilizou exclusivamente uma força de trabalho não livre.

2. A distribuição do tempo de trabalho

2.1. Tempo de trabalho necessário e autoconsumo

Para compreender o modo como a SAC organizava a actividade da força de trabalho, torna-se necessário contextualizar as condições em que era utilizado o trabalho escravo nas plantações europeias do período colonial, isto é, enquadrá-la na divisão social do trabalho vigente. Deve ter-se em conta que o nível atingido pela divisão social do trabalho, ou antes, o aproveitamento que desse nível se faz nos diferentes processos produtivos é determinante nas condições de valorização dos capitais.

⁴ Para 1899, SAC, 1900; para a estimativa de 1905, National Archives – F.O. FO 367-18, Confidential Print n.º 8806.

No modo capitalista de produção plenamente desenvolvido, só à escala macrossocial é que a *divisão do produto* entre o capital e o trabalho corresponde à *divisão do valor produzido*. Em cada empresa individual, independentemente da maior ou menor parte do valor do produto que lhes cabe, os trabalhadores assalariados não recebem as mercadorias que produzem, mas sim o respectivo equivalente monetário.

Em situações historicamente menos desenvolvidas, como era o caso dos capitais produtivos utilizando escravos, a parte do produto que materializava o trabalho necessário não circulava como mercadoria. Entendendo-se por trabalho necessário a fracção da jornada laboral correspondente ao valor das necessidades de manutenção do trabalhador, e por tempo de sobretrabalho a fracção restante dessa jornada, pode dizer-se que as explorações escravagistas tendiam a:

- ceder para consumo dos seus trabalhadores a parte do produto no qual se materializava o tempo de trabalho necessário;
- vender o produto extra, na qual se materializava o tempo de sobretrabalho.

Se for abstraído o aspecto formal e se forem considerados apenas os conteúdos destas transacções nas duas situações (produção capitalista desenvolvida e produção pertencente a capitais utilizando escravos), verifica-se que em ambas existe um mesmo refluxo: parte da produção retorna para o produtor directo, seja ele trabalhador assalariado ou escravo⁵. No entanto, para a taxa de lucro faz uma grande diferença que a reprodução da força de trabalho se realize através da mediação de um salário ou através da aplicação de trabalho directamente sobre bens para autoconsumo.

O primeiro caso pressupõe a integração da produção numa divisão social do trabalho avançada e a transformação dos produtos de todos os ramos da produção social em mercadorias. Com o grau de especialização aumenta a produtividade, proveniente do aproveitamento dos efeitos de escala alcançados nos restantes processos produtivos. Daqui resulta a diminuição do

⁵ MARX, Teorias...III: 106.

valor das mercadorias que integram os capitais variáveis e constantes e, proporcionalmente a esta desvalorização, a subida da taxa média de lucro.

Os capitais investidos na produção de mercadorias tropicais que, entre os séculos XVI e XX, utilizavam trabalho forçado incluem-se no segundo caso. Por razões geográficas (que são igualmente históricas na medida em que distâncias/tempo e o custo dos transportes variavam com o tempo), não podiam beneficiar plenamente da divisão do trabalho já alcançada nas suas respectivas épocas. Dada a dificuldade em importar (por razões técnicas ou em função de preços proibitivos de transportes), reproduziam o seu capital produtivo com taxas de autoconsumo superiores aos dos ramos que operavam em regiões não periféricas. *Ceteris paribus*, os capitais deste segundo caso não beneficiariam tanto dos ganhos da produtividade social e obteriam necessariamente taxas de lucro inferiores.

Uma vez que nos casos conhecidos de explorações periféricas (isto é, coloniais ou semi-coloniais) se registam, *em situações de usos alternativos possíveis*, variações significativas da percentagem do tempo de trabalho aplicado ao autoconsumo, o problema a resolver reside no *ceteris paribus*. Dito de outro modo, importa saber por que razão as explorações periféricas *escolham* funcionar com diferentes taxas de autoconsumo.

O autoconsumo de qualquer processo produtivo implica um determinado grau de divisão técnica do trabalho, isto é, a uma determinada organização para que no interior desse processo se produzam *inputs* e não mercadorias.

Esse grau, a que também se pode chamar de integração vertical, variou com as épocas, as regiões, os ramos de produção e naturalmente os casos individuais das explorações escravagistas. Por exemplo, uma estimativa mostra que, em média, nas plantações *ante-bellum* do sul do EUA, 34% do tempo era aplicado na produção de algodão e 66% em produtos e serviços de autoconsumo. Na distribuição do tempo de trabalho das explorações da SAC entre 1899 e 1909, a distribuição é praticamente inversa: uma média de 67% do tempo foi aplicada à sua cultura de exportação, o cacau, e apenas 33% a bens e serviços para autoconsumo. Se à fracção reservada ao cacau se acrescentarem os dias, ainda que residuais, utilizados em outras

culturas de exportação (café e borracha), a percentagem do autoconsumo passa para 31%.⁶

Uma tal diferença – superior à razão de 1:2 – deverá ser explicada no interior da lógica de valorização do capital, presente em ambos os casos (plantações de algodão ou de cacau).

A alta percentagem de autoconsumo das plantações americanas de algodão foi justificada por Metzger com os seguintes argumentos:

1) a especificidade do processo de trabalho facilitava a integração vertical. Cultivos com uma grande sazonalidade, como é o caso do algodão, permitem a existência de tempos mortos agrícolas, passíveis de serem transformados em produções para autoconsumo. Assim acontecia durante os meses de Primavera, com excepção de Maio, e os de Verão. Na amostra utilizada, a amplitude da variação de actividade (homens-dia no algodão) entre os meses de Agosto (mínima) e Outubro (máxima) é superior a 1:7,5.

2) uma parte importante da população residente tinha uma produtividade marginal próxima do zero (idosos, crianças, convalescentes, inválidos, grávidas), o que reduzia o custo destes usos alternativos ao cultivo principal. Sendo este argumento válido para todas as explorações que utilizavam trabalho forçado, o que também inclui a SAC, pode descartar-se enquanto factor explicativo da diferença;

3) um grau elevado de integração vertical pode compensar o risco que comporta a dependência de um mercado periférico para obter os *inputs* necessários, dado que, se os custos “externos” excederem subitamente o que seriam, em alternativa, os “internos,” a reprodução simples dos capitais pode ficar comprometida. Essa dependência seria particularmente perigosa para a agricultura, ramo de menor capitalização. Como adiante se verá, este argumento não explica o que acontece na hipótese, mais provável, de os preços do *output* compensarem as variações dos custos “externos” ou “internos”.⁷

⁶ As explorações brasileiras de café até à década de 1870 tinham níveis médios de auto-consumo entre 30% e 35%, afastando-se assim tanto quanto as de S. Tomé do padrão do Sul dos Estados Unidos. GORENDER, 2001: 250.

⁷ METZGER, 1992:194-196.

Para explicar a diferença entre as plantações americanas e a distribuição do tempo nas roças da SAC, que produziam cacau em regime de monocultivo, o argumento 1), da sazonalidade, é o que tem maior valor explicativo. O cultivo do cacau é caracterizado por uma intensidade de trabalho de menor amplitude do que o do algodão. Primeiro porque o cacaueiro permite duas colheitas anuais e depois porque, embora com maior incidência durante a segunda metade do ano as tarefas de beneficiação se dispersam pela totalidade do ano. Numa amostra de distribuição mensal do tempo destinado ao cacau, verifica-se que a percentagem média mensal mais alta (Julho) é apenas 16% superior à mais baixa (Fevereiro).

Quadro 1 – Administração Oeste da SAC – Média mensal da percentagem de jornais aplicados à cultura do cacau – anos de 1900-1902

	%
Janeiro	64,0
Fevereiro	62,8
Março	63,9
Abril	64,5
Mai	67,5
Junho	67,3
Julho	72,8
Agosto	70,4
Setembro	68,4
Outubro	70,0
Novembro	70,9
Dezembro	68,2

Fonte: Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do ano de... (1900-1902) ser apresentado à Assembleia Geral de... Lisboa (1901-1903)

Assim se compreende que, embora beneficiando de usos alternativos a custo próximo de zero, a margem para os utilizar fora das tarefas do cacau não fosse grande.

A conclusão de que, em função deste condicionamento, as roças de S. Tomé estariam expostas a riscos maiores obriga a discutir o argumento 3).

Para começar, pode adiantar-se que a principal objecção à formulação de Metzger é esta não incluir o efeito dos preços do *output*. Havendo possibilidades – grandes ou pequenas – de usos alternativos para o tempo de trabalho, a questão é: a cobertura do factor risco (risco nas dificuldades de acesso aos fornecedores distantes ou risco de comprar as mercadorias importadas mais caras do que custariam se produzidas na exploração) é suficiente para compensar a perda de receitas correspondentes ao desvio do tempo de trabalho para actividades de autoconsumo?

Considerando que os preços das mercadorias exportadas estavam quase sempre acima do preço individual de produção para a maioria dos capitais coloniais – isto é, que a maioria dos capitais coloniais recebia rendas diferenciais –, a resposta negativa foi mais frequente.⁸ Excluindo as impossibilidades técnicas na substituição de importações, a cobertura do risco não compensava, em situação de rendas diferenciais recebidas por produtos de exportação, o *lucrum cessans* resultante da auto-suficiência.

Para maximizar a rentabilidade da alocação do tempo de trabalho, Ricardo explicou há quase dois séculos como a troca depende do rácio entre os custos comparados, raciocínio igualmente válido para preços de produção. Aplicando o seu raciocínio a esta situação, conclui-se que, no limite, se o rácio entre os preços das mercadorias exportadas e o das mercadorias importadas o permitir, *uma unidade de produção escravagista pode ter vantagem em produzir apenas para exportar, isto é, em não aplicar nenhuma fracção do seu tempo de trabalho necessário a bens de autoconsumo*.⁹ O inverso é que não é verdadeiro:

⁸ Para uma indicação do grau de conhecimento que os plantadores americanos tinham desta comparação, METZGER, 1992: 198.

⁹ O facto de nenhum caso histórico de economia escravagista ter importado a totalidade das mercadorias do seu capital produtivo não invalida que sejam apenas os rácios de preços exportação/importação a determinar a margem do auto-consumo. Não existe portanto nenhuma *necessidade estrutural*, como lhe chamou Gorender. GORENDER, 2001: 237-38.

nenhum rácio de preços, por maior que seja a diminuição das cotações das mercadorias exportadas, levará uma economia escravagista a produzir bens de autoconsumo para além da fracção da jornada correspondente ao tempo de trabalho necessário. Em qualquer exploração escravagista integrada no mercado, o tempo de sobretrabalho será sempre transformado em sobreproduto. Assim, na ausência de interferências extra-mercado, o tempo aplicado à produção para autoconsumo localizar-se-á *no interior da fracção correspondente ao tempo de trabalho necessário e será determinado pelo rácio dos preços entre mercadorias vendidas e compradas.*

Será portanto de esperar que seja a evolução dos preços (exportações/importações) a decidir qual a aplicação mais rentável do tempo de trabalho necessário dos escravos: na produção de bens para autoconsumo ou na produção de mercadorias que, uma vez exportadas, constituem receitas para pagar os bens necessários à manutenção dos escravos.

No caso da SAC, apesar de a especificidade do cacau deixar uma margem estreita para os usos alternativos da jornada de trabalho anual, a distribuição do tempo teve variações que confirmam esta determinação dos preços sobre a aplicação do trabalho necessário.

Os anexos documentais aos relatórios de contas registaram entre 1899 e 1909 um total de 3 300 567 dias de trabalho, nos quais a percentagem anual do tempo aplicado ao cacau variou entre 70% e 63%.

Tomando como referência a média dos dias trabalhados ao longo dos 10 anos da SAC, uma variação de 7% representa aqui 72 homens/ano. Assim, da força de trabalho residente, a actividade de 72 homens transitou entre tarefas relativas ao cacau e a produção de bens e serviços para consumo das roças.

Deve notar-se que, dado o carácter contínuo da intensidade laboral da produção deste ramo agrícola, a decisão de afectar tempo de trabalho a tarefas de autoconsumo é igual à decisão de produzir menos cacau: a correlação entre o tempo de trabalho aplicado ao cacau e a tonelagem colhida é de 0,9718.

A desagregação do tempo aplicado ao cacau mostra de que modo se processava a alocação do trabalho no interior dessa produção.

Quadro 2 – SAC – Distribuição do trabalho no cacau: percentagem das tarefas do cacau sobre o tempo de trabalho total – 1899-1909

Tarefas do cacau	% média
colheita de cacau	10,0
quebra de cacau	9,2
plantação de cacau	2,3
diversos no cacau	1,7
armazenagem e transporte	1,7
replantação de cacau	1,3
derrubadas	1,3
peçoal dirigente no cacau	0,9
cuaieiros	0,7

Fontes: Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do anno de... (1899-1910) ser apresentado á Assembleia Geral de... Lisboa, (1900-1910)

Por ordem decrescente, as três tarefas mais importante eram as capinas, a colheita e a quebra nos terreiros, sendo a média das suas percentagens no total de dias trabalhados respectivamente de 37,9% 10,0% e 9,2%.

Estes dois últimos grupos de tarefas tinham uma elasticidade alta relativamente ao produto físico: como facilmente se compreende, tanto a colheita como a quebra (operações de tratamento do cacau nos terreiros e nos secadores) teriam uma duração tanto maior quanto mais elevada fosse a tonelagem produzida. A correlação entre o total de dias de colheita e a tonelagem colhida é de 0,8739; a correlação entre o total de dias de terceiro e a tonelagem colhida é de 0,7188. Sob pena de prejuízo imediato, não poderia ser nestas tarefas, indexadas ao volume e representando quase um quinto do trabalho anual, que recairia a decisão de alocar tempo de trabalho. A sua correlação com o nível dos preços é portanto irrelevante.¹⁰

¹⁰ As correlações colheita/preço e quebras/preço são respectivamente de -0,6685 e -0,6627.

Em contrapartida, as capinas – o corte sistemático das ervas espontâneas que cresciam à volta dos cacaueiros – faziam-se ao longo do ano agrícola e da sua eficácia dependia em boa parte a saúde das árvores, logo, a tonelagem das colheitas futuras. Na hipótese de o rácio dos preços tornar rentável o empréstimo de horas do cacau ao autoconsumo – isto é, de o preço regulador do cacau se perspectivar com menor retribuição marginal –, o reservatório de tempo disponível para alocar diferentemente situar-se-ia na maior ou menor intensidade das capinas.

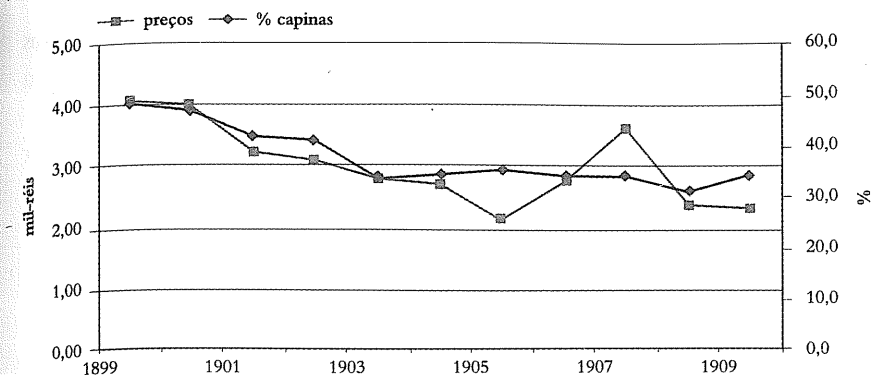
Quadro 3 – SAC – Preços do cacau (mil réis/10 kg) e percentagem do tempo de trabalho correspondente à tarefa “capinas” – 1899-1909

Anos	Preços	% capinas
1899	4,10	48,4
1900	4,01	46,9
1901	3,25	41,7
1902	3,14	41,2
1903	2,81	33,7
1904	2,69	34,5
1905	2,14	35,6
1906	2,78	34,5
1907	3,65	34,3
1908	2,38	31,3
1909	2,33	34,5

Fontes:

Para os preços – para 1899 e 1900, *Companhia da Ilha do Príncipe – Relatório e Contas da.. (1899 e 1900)*. Lisboa, (1900-1901); para 1901, *Empresa Agrícola do Príncipe – Relatório da Direcção*. Lisboa, 1902; para os restantes anos, *Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do anno de...(1902-1910) ser apresentado á Assembleia Geral de...* Lisboa, (1903-1910).

Para a percentagem do tempo de capinagem, *Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do anno de...(1899-1910) ser apresentado á Assembleia Geral de...* Lisboa, (1900-1910).



Verifica-se que a correlação entre os preços do cacau e a percentagem anual de dias de capina é positiva e de valor 0,7956.¹¹

Verifica-se igualmente que na tomada de decisão, é mais significativa a expectativa do movimento dos preços que a cotação média do respectivo ano agrícola: deve ter-se presente que os efeitos da colheita grande sobre a cotação se verificam no último trimestre de cada ano, pelo que a decisão da alocação do trabalho para as capinas deveria obrigatoriamente preceder, para cada ano agrícola, o momento da fixação da cotação reguladora de Outubro-Dezembro. Por outro lado, existe um patamar mínimo de alocação de tempo a esta tarefa (próximo dos 30%), que deve corresponder ao imperativo de que todas as explorações escravagistas tinham de aplicar a totalidade do tempo de sobretrabalho em sobreproduto, independentemente da cotação deste; pode igualmente corresponder ao tempo mínimo exigível do ponto de vista técnico, sob pena de danificação irreversível das árvores.

Pode portanto concluir-se que, para o capital da SAC e na margem deixada pelas restrições físicas inerentes ao seu processo de produção, a alocação do tempo de trabalho no cacau foi significativamente afectada pelo rácio dos preços. Sendo este rácio determinado pela variação dos preços reguladores do cacau no mercado mundial, estes decidiam – através das expectativas da

¹¹ Para uma correlação exacta deveria substituir-se o preço do cacau por um rácio de preços cacau/agregado de mercadorias importadas.

administração da SAC – em que percentagem os trabalhadores africanos deveriam materializar o tempo de trabalho necessário em mercadorias para exportação ou directamente nas mercadorias que consumiam.

A cobertura dos riscos da dependência externa parece de menor valor explicativo para esta variação do grau de auto-suficiência.

3. Capital fixo e tempo de vida útil

3.1. Salário e dias trabalhados

Considerando a reprodução da força de trabalho numa produção mercantil, existe uma diferença entre assalariados e escravos ainda mais importante do que o grau de auto-suficiência da exploração: o grau de controlo exercido sobre essa mesma força.

Os trabalhadores assalariados administram a sua propriedade, isto é, a respectiva capacidade e disponibilidade para trabalhar. As condições em que o fazem, o seu preço, a duração da cedência do tempo de trabalho, etc., são, em situação concorrencial, objecto de negociação com os empregadores. Em contrapartida, a força de trabalho dos escravos é uma propriedade definitiva dos seus compradores. É a estes que compete a gestão da sua utilização e reprodução, pelo que é das decisões que tomam que depende a sua maior ou menor longevidade.

Adam Smith localizou neste ponto o argumento da superioridade do trabalho assalariado, aqui designado por “servo livre”, sobre o escravo:

O desgaste de um escravo (...) constitui encargo do respectivo senhor, mas o de um servo livre fica a seu próprio cargo. Na realidade, porém, o desgaste deste último constitui, tanto como o do primeiro, um encargo do patrão. Os salários pagos aos jornaleiros e servos de qualquer espécie têm de ser tais que, em média, lhes permitam perpetuar a raça dos jornaleiros e dos servos a um ritmo crescente, decrescente ou estacionário, conforme a procura da sociedade o exija em cada momento. Mas, embora o desgaste de um servo livre constitua igualmente encargo do respectivo patrão, custa-lhe, em geral, muito menos que o de um escravo. O fundo destinado à substituição e reparação do

escravo, se me é permitido usar tais termos, é habitualmente administrado por um patrão negligente ou por um capataz desleixado. Aquele que é destinado a preencher a mesma função rio caso do homem livre é administrado por este mesmo. Os desregramentos que geralmente se verificam na administração dos ricos, introduzem-se naturalmente na gestão do primeiro; a estrita frugalidade e parcimónia dos pobres reflectem-se, de modo igualmente natural, na do segundo.¹²

Smith contava com o poder coercivo do mercado, não só para reduzir o salário ao seu valor, mas também para maximizar a sua eficiência enquanto *input*: um mesmo “fundo”, isto é, uma mesma soma destinada à manutenção do trabalho, produziria mais dias de trabalho livre do que escravo devido a diferenças de gestão.

Enunciando este ponto de outro modo e designando o “fundo de substituição ou reparação” por v (o capital variável) e o aproveitamento laboral por U (dias úteis em qualquer unidade de tempo considerada: semana, mês ou ano), o argumento de Smith é que, para capitais da mesma grandeza:

$$v/U \text{ livre} < v/U \text{ escravo}$$

Embora a passagem acima citada não o explicita, as diferenças na gestão do “fundo” – “a frugalidade e parcimónia dos pobres” *versus* “os desregramentos que geralmente se verificam na administração dos ricos” – remetem para o que separa a situação individual do assalariado da do escravo. Enquanto para quem recebe um salário, o fluxo de rendimentos depende da prestação efectiva de trabalho, para o escravo, na sua qualidade de propriedade com valor comercial, essa dependência não existe: a sua manutenção está dissociada da actividade. Em condições normais, um escravo subutilizado ou mesmo inactivo terá de ser mantido tal como se estivesse em utilização plena, sob pena de a sua perda física implicar a perda do capital investido na compra. Com base nesta diferença, Smith – e muitos depois dele – passou a considerar a fome dos assalariados como um estímulo mais eficaz que o chicote.

¹² SMITH, 1999:199-200.

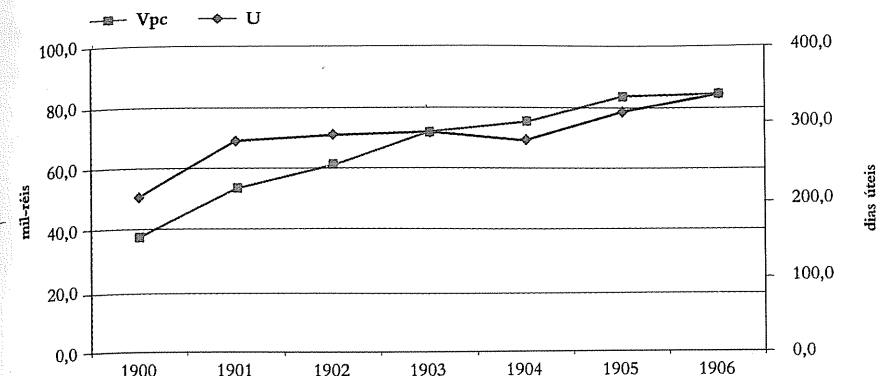
Os registos da SAC não permitem estabelecer comparações entre o aproveitamento laboral de trabalhadores livres e escravos, mas permitem medir a utilidade marginal de *v* através do seu efeito sobre a percentagem de *U* escravo. Se uma aplicação mais eficiente de capital variável estiver directamente associada ao maior aproveitamento laboral, então o argumento da má gestão do capital variável não será sustentado. No caso inverso, que corresponde à situação de parte do capital ter sido desperdiçado, deverá observar-se uma fraca correlação entre as duas variáveis.

O quadro 4 apresenta o que a partir da contabilidade analítica da SAC se pode estabelecer sobre o custo de manutenção diária de um trabalhador e a sua prestação laboral.

Quadro 4 – SAC – Capital variável per capita anual (em mil réis) – Vpc; média de dias úteis anuais por trabalhador – U

Anos	Vpc	U
1900	37,7	202,4
1901	54,3	274,2
1902	61,8	283,0
1903	72,0	286,3
1904	75,5	274,2
1905	83,8	310,7
1906	83,6	339,0

Fontes: Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do ano de... (1899-1910)
ser apresentado à Assembleia Geral de... Lisboa, (1900-1910)



A expressão “Vpc” designa o capital variável *per capita*, que inclui encargos anuais em géneros e os complementos salariais monetários de cada trabalhador. Este agregado de encargos *per capita* está subestimado na medida em que não inclui alguns componentes indirectos da massa salarial, como as despesas com saúde, habitação, etc. Assume-se que, a partir do segundo ano de actividade da Companhia, que foi quando se instalaram os serviços médicos privados e os equipamentos mínimos, estes custos omitidos pelos registos teriam seguido uma proporcionalidade directa com os restantes encargos registados. Em favor desta suposição, deve recordar-se que quase um terço do tempo de trabalho do pessoal da SAC se aplicava na sua própria manutenção e que a transformação desses produtos e serviços em preços de mercado estava sujeita a menores amplitudes cíclicas que o tempo materializado nas culturas de exportação. Madeiras e tijolos eram preparados localmente e uma força de trabalho formada nas próprias roças edificava todas as instalações necessárias.

A expressão “U” designa a média de dias úteis anuais por trabalhador. Representa, para cada unidade temporal, o quociente entre o número de dias efectivamente trabalhados e o total de trabalhadores.

Verifica-se que para o período 1900-1906, a correlação entre o capital variável *per capita* e os dias úteis por trabalhador é de 0,8992. Conclui-se

que neste conjunto de explorações agrícolas, o aproveitamento laboral variou na razão directa do capital variável.

Com base nos dados, o modelo de regressão é:

$$U = 131,362 + 2,241 * vpc$$

o que significa que, por cada 1\$000 aplicado como capital variável adicional, a administração da SAC obtinha aproximadamente 2,2 dias adicionais de trabalho¹³.

Pode acrescentar-se que, se o agregado do capital variável per capita for deflactado por um índice de preços aplicável ao mercado metropolitano, a correlação apresenta um valor mais elevado: 0,9172¹⁴.

¹³ Foi excluído dos dados o ano inicial devido aos registos da contabilidade analítica se referirem a períodos desiguais e devido ao facto de no ano de instalação das grandes explorações a produtividade apresentar geralmente índices de produtividade anormalmente baixos.

O sumário do modelo de regressão é:

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,899(a)	,809	,770	20,10138

a Predictors: (Constant), Vpc

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	8531,156	1	8531,156	21,113	,006(a)
	Residual	2020,328	5	404,066		
	Total	10551,484	6			

a Predictors: (Constant), Vpc. b Dependent Variable: U

Model		Unstandardized Coefficients	Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta	
1	(Constant)	131,362	33,528		3,918
	Vpc	2,241	,488	,899	4,595

a Dependent Variable: U

¹⁴ Para o índice de preços, NUNES. 1989: 293-311.

Mesmo considerando que para medir com rigor o aproveitamento laboral seria necessário ter, para além da quantidade de dias trabalhados, a sua intensidade média, o indicador registado contraria objectivamente o argumento de A. Smith.

O que terá então esquecido Adam Smith – e a partir dele todos os panegíricos do trabalho assalariado – quando subestimou a prestação laboral dos escravos? Há razões para pensar que a principal vantagem da gestão escravocrata do “fundo de manutenção” seria o seu grau de controlo *pós-laboral*, exercido sobre a fracção do dia em que se realizava a reprodução da força de trabalho.

Ao contrário do que se passaria com assalariados (mesmo tratando-se de trabalhadores migrantes), que recuperam a plena propriedade da sua actividade no final da jornada de trabalho, não havia restrições horárias sobre a tutela que as administrações escravocratas faziam sobre os serviços. Eram os regulamentos das roças quem decidia o conteúdo¹⁵ e o horário das refeições, a dosagem permitida de tabaco e álcool, a alternância entre períodos úteis e de lazer, os controlos médicos e tratamentos profiláticos, a periodicidade das limpezas domésticas, etc.

Com toda a certeza, a prática seguida nas roças e secções teve desvios de amplitude variável relativamente às instruções emanadas das respectivas administrações centrais. Contudo, em geral, dificilmente se contestará que os proprietários de escravos – fundamentalmente interessados na maximização de U – orientaram os comportamentos dos seus serviços mais facilmente do que o sistema de educação classista das metrópoles industrializadas persuadiu os trabalhadores assalariados a realizarem poupanças e a alterarem hábitos de consumo. Tanto a maioria dos testemunhos da época como a dos historiadores da classe trabalhadora europeia concordam quando descrevem as dificuldades encontradas pela disciplina “fabril” para reprimir a herança pré-capitalista e rural das primeiras gerações de operários.

¹⁵ A administração da SAC considerava, mesmo em fase de alta do cacau, que o desvio para a produção de bens alimentares poderia justificar-se atendendo aos efeitos benéficos que, tanto quanto possível, as dietas africanas teriam na produtividade dos serviços: “Além dos generos destinados propriamente á exportação, muito importante é também cuidar-se do consequimento de productos, que attendendo á qualidade do elemento trabalhador lhe produza a abundancia de generos a que elle está acostumado, e que por consequencia reverta em beneficio da propriedade, não só com a economia d’elles resultante, mas com a riqueza que representa a sua existencia em explorações d’esta natureza.” SAC, 1905:13.

Um outro factor de gestão do “fundo” que contribuía para elevar a utilidade marginal do capital variável por parte dos roceiros era a facilidade com que as administrações redimensionavam as unidades de produção. Abstraindo aqui os que afectavam o processo de trabalho em si, podem mencionar-se dois pontos relativos à manutenção da força de trabalho, e consequentemente com reflexos em U:

- os efeitos de escala: a maioria dos serviços de auto-consumo era fornecido em equipamentos colectivos – cozinhas, hospitais, creches, armazéns, etc. – que economizavam tempo de trabalho doméstico aos serviçais. Como dizia um plantador americano da década de 1830, um só cozinheiro prepara uma refeição para 10 escravos em cerca de 2,5 horas enquanto cada escravo a cozinhar para si necessita de 1 hora, isto é 10 homens-hora por refeição;¹⁶

- a racionalização espacial: consistia na organização logística em que as administrações dividiam as suas propriedades. Em certas firmas, coincidia com a estrutura administrativa adoptada, mas não necessariamente. Algumas firmas chamavam “secções” a essas subdivisões e, sobretudo as firmas maiores, providenciavam para que quase todas as instalações sociais da sede fossem aí replicadas.

A intenção inicial desta disposição logística era minimizar os contágios epidémicos, causa principal da morbilidade dos serviçais. No entanto, a principal vantagem era certamente minimizar o tempo de deslocação dos serviçais. Sem as secções, dadas as dimensões das propriedades e as dificuldades de transporte terrestre, os serviços agrícolas teriam obrigado os trabalhadores a percorrer diariamente grandes distâncias/tempo entre os locais de trabalho e as instalações.¹⁷ Note-se que o alongamento do tempo de deslocação contribui de

¹⁶ METZER, 1992: 207.

¹⁷ “Todo o nosso pessoal se achava assim com instalações suficientes para o seu numero, mas esse numero vae crescendo todos os mezes, e é certo que as grandes aglomerações de gente são sempre prejudiciaes, tanto sob o ponto de vista da hygiene como sob o ponto de vista da productividade do trabalho, e por isso esta direcção assentou em estabelecer duas dependencias ou districtos ruraes. Recomendava-se esse estabelecimento pela extensão dos terrenos a cultivar e pelo proximo advento de mais serviçais, que nos empenhamos em introduzir na nossa fazenda. D’esse augmento de pessoal resultará um grande desenvolvimento para os trabalhos agricolas, tendo estes de ser feitos a distancias que obrigariam a perdas consideraveis de tempo, na ida dos trabalhadores para o serviço e no regresso ás habitações. Este inconveniente gravissimo desaparecerá com o estabelecimento d’essas duas dependencias(.)”. CIP, 1894: 7-8

modo crescente para encurtar o tempo livre dos assalariados industriais. Por exemplo, em 1974 os trabalhadores da região parisiense passavam em média 1h 16m em transportes, o suficiente para encurtar um terço a redução de tempo de trabalho que tinham obtido nas duas décadas anteriores.¹⁸

Por último, mas não certamente nas intenções da administração, estava o efeito da descentralização logística sobre o controlo do absentismo e da intensidade do trabalho. As roças foram acumulando centenas, em alguns casos milhares, de trabalhadores e as tarefas de vigilância, estruturalmente necessárias, na utilização de trabalho forçado ter-se-iam tornado ineficazes em tais concentrações.¹⁹

Foi apenas na década de 1960, isto é, em condições sanitárias e de viação completamente diferentes, que as administrações das roças começaram a desvalorizar a subdivisão em secções e, mais uma vez por razões de escala, a considerar mais rentável concentrar os equipamentos – produtivos e sociais – na sede.

3. Capital fixo e encargos de amortização

Para os capitais que utilizam uma força de trabalho forçada, o aproveitamento laboral é uma das variáveis que formam o tempo de vida útil. As duas outras são o total de trabalhadores residentes – o que remete para as taxas de mortalidade e de fuga – e a amplitude da disponibilidade do trabalhador forçado enquanto activo (duração da vida física, efeito da reprodução natural, recontractação no caso particular dos serviçais a partir da década de 1910, etc.). Designando o tempo de vida útil por t , o total

¹⁸ GUEDJ, 1997:38-39.

¹⁹ “O grande desenvolvimento dado aos nossos serviços ruraes veio bem depressa reclamar a introdução de mais numero pessoal, e por isso, no fim do anno a que este relatório se refere, contavamos já 14 empregados n’esses serviços, dois dos quaes exercem respectivamente as funções de chefes de secção nas duas dependencias da administração central, servindo os restantes de capatazes, e superintendendo em todos o administrador geral. Deve-se em grande parte o incremento dos nossos arroteamentos e plantações a essa acertada divisão de trabalho, que seria impossivel sem a desaccumulação de serviços, e desordenada, cara e improductiva sem a fiscalização dos capatazes, subordinados como dissemos, aos chefes de secção, e subordinados ainda estes por seu turno, n’uma bem estabelecida hierarchia, ao administrador geral.” CIP, 1896: 7-8.

de residentes no ano k por S_k , o aproveitamento laboral no ano k por U_k , e os anos em que o activo estava disponível por tn , então:

$$t = \sum_{k=1}^{tn} (S_k * U_k) = S_1 * U_1 + S_2 * U_2 + \dots + S_{tn} * U_{tn}$$

Mesmo abstraindo da determinação que o capital variável (v) tem sobre as variáveis S_k e tn (não medidas com os dados disponíveis pela fonte usada), o ponto anterior permite concluir que U é uma função de v . Então, sendo $U = f(v)$, necessariamente que

$$t = N * f(v).$$

Acontece que t representa um componente estrutural na taxa de lucro dos capitais que utilizam trabalho forçado, ao passo que só acessoriamente o representa na taxa de lucro dos capitais que empregam assalariados. Uma vez que o custo de recrutamento/aquisição de um trabalhador não livre representa capital fixo (k), existem encargos de amortização inversamente proporcionais ao tempo de vida útil (k/t).²⁰

Nestas condições, os efeitos da determinação de v sobre t deverão igualmente reflectir-se sobre os encargos de amortização anual.

Os relatórios anuais da SAC entre 1899 e 1909 registam as somas que na respectiva conta de ganhos e perdas estão afectadas a encargos de amortização. Não são dadas indicações sobre o tipo de amortização praticada pela companhia: quotas constantes, quotas variáveis crescentes, decrescentes, etc.²¹ Também não são dadas indicações sobre a que activos (total de serviços) se reportam as amortizações efectuadas, visto desconhecer-se a regularidade dos fluxos de serviços contratados. Apesar destas limitações e como só interessam os montantes absolutos, podem utilizar-se estes dados para avaliar os efeitos indirectos de v em t .

²⁰ A taxa de lucro num investimento utilizando uma força de trabalho não livre é: $mv / ((k/t) + v)$, sendo, em cada unidade temporal, mv a mais-valia e v o capital correspondente ao custo de manutenção do trabalhador. SANTOS, 2002.

²¹ SILVA, 1954:120.

No quadro 3, as variáveis relevantes para este efeito são as designadas por k /trabalhador e k /dia de trabalho.

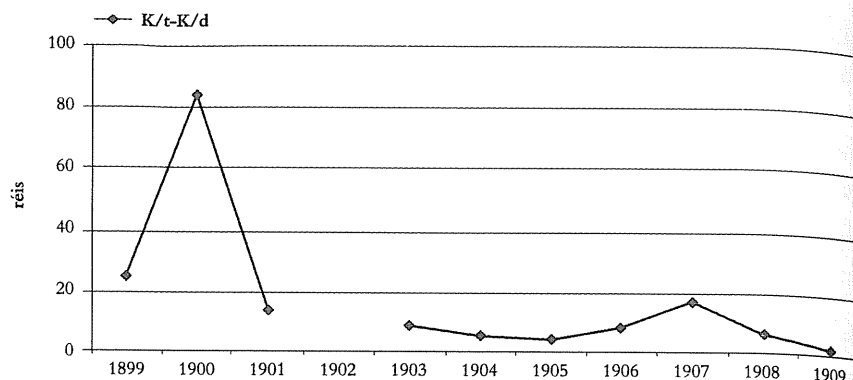
A expressão k /trabalhador designa o quociente entre a amortização anual do custo de recrutamento (decidido pela administração) e o total potencial de homens/dia da unidade temporal considerada (alguns mapas de contas reportam-se a períodos de 11 meses). Este quociente representa o que seria o encargo de amortização mínimo: visto que todos os dias da unidade temporal – activos e não activos – entram em denominador, assume um aproveitamento laboral pleno.

A expressão k /dia de trabalho designa o quociente entre a mesma amortização anual sobre o total de dias efectivamente trabalhados no ano. Representa portanto o encargo real de amortização do custo do escravo sobre o lucro bruto do ano.

Quadro 5 – SAC – Diferença acumulada entre encargos de amortização por trabalhador e encargos de amortização por dia de trabalho (em mil réis)

Anos	k/dia – k/trabalhador
1899	24,06
1900	83,55
1901	13,53
1902	
1903	8,81
1904	5,30
1905	4,78
1906	7,65
1907	17,13
1908	6,53
1909	1,52

Fontes: Sociedade de Agricultura Colonial – Relatório do anno de...(1899-1910) ser apresentado á Assembleia Geral de... Lisboa, (1900-1910)



Verifica-se que, embora de modo irregular, a diferença entre as duas amortizações tendia para zero. No limite, esta evolução levaria a que o custo do recrutamento (igual ao custo do escravo, em caso de trabalho não livre) fosse amortizado por todos os dias laborais. Para as administrações das roças, uma tal amortização seria equivalente à que poderiam esperar relativamente ao custo de imigrantes livres, cujos salários fossem vencidos em função dos dias de trabalho efectivamente prestados.

Conclusões

A análise da contabilidade analítica da SAC permite avaliar como nesta firma se fez sentir o efeito da utilização de uma força de trabalho não livre. Relativamente aos pontos enunciados acima, verificou-se que:

- a alocação do tempo de trabalho podia, no interior dos respectivos limites sociais (transformação do sobre-trabalho em sobre-produto) e técnicos (situação geográfica, especificidade da cultura cacaueteira), ser flexibilizada em função dos movimentos de preços (ponto 2);
- a coacção extra-económica característica das relações escravagistas era compatível com um grau elevado de aproveitamento laboral (ponto 3);
- a amortização de capital fixo correspondente aos custos de recrutamento dos escravos tendia a diminuir, o que significa que este encargo

tendia a aproximar-se do que seriam os custos inerentes ao recrutamento de trabalhadores emigrantes em mercado livre (ponto 4).

Estando longe de se poderem considerar estes resultados como representativos, eles vêm pelo menos desmentir a ideia de que o emprego de trabalhadores não livres inferiorizou sistematicamente os capitais cacaueteiros. A questão da descapitalização do ramo e da sua substituição pela pequena exploração camponesa parece mais complexa e obriga a dirigir a atenção para outros factores que não os custos laborais. Sem querer antecipar resultados, parece mais plausível procurar a resposta precisamente do lado oposto: teria sido a concorrência aos super-lucros, isto é, às rendas diferenciais que durante algum tempo os capitais cacaueteiros captaram, que a médio prazo saturou a oferta de um ramo excessivamente rentável.

Bibliografia citada

- AUSTIN, GARETH – “Mode of Cultivation or Mode of Exploitation: Explaining the Failure of European Cocoa Planters in Competition with African Farmers in Colonial Ghana” in CLARENCE-SMITH, William Gervase (ed.), *The Role of Smallholders, Planters and Merchants*, MacMillan Press, 1996.
- CLARENCE-SMITH, GERVASE – *Cocoa and Chocolate*. Londres, Routledge, 2000.
- COMPANHIA DA ILHA DO PRÍNCIPE – *Relatório e Contas da...* (1899 e 1900). Lisboa, (1900-1901).
- EMPRESA AGRÍCOLA DO PRÍNCIPE – *Relatório da Direcção*. Lisboa, 1902.
- GUEDJ, FRANÇOIS; VINDT, GÉRARD – *Le Temps de travail, une histoire conflictuelle*. Paris, Ed. La Découverte et Syros, 1997.
- GOENDER, JACOB – *O escravismo colonial*. S. Paulo, Editora Ática, 2001.
- MARX, KARL – *Théories sur la plus-valie*, tome III, Paris, Ed. Sociales, 1976.
- METZER, JACOB – “Rational Management, Modern Business Practices, and Economies of Scale in Antebellum Southern Plantations”, in FOGEL, Robert William, ENGERMAN, Stanley L. *Without Consent or Contract Technical Papers*, volume 1, New York, W.W. Norton, 1992.
- NUNES, ANA BELA; MATA, EUGÉNIA; VALÉRIO, NUNO – “Portuguese Economic Growth 1833-1945”, in *The Journal of European History*, vol. 18, no. 2, 1989, pp. 291-31.
- SANTOS, MACIEL – “A rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe – Hipóteses de explicação” in *Africana Studia*, n.º 5, 2002, pp. 181-212.

- SILVA, F.V. GONÇALVES DA – “Imobilizações e Amortizações”. Porto, *Revista de Contabilidade e Comércio*, 1954.
- SMITH, ADAM – *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- SOCIEDADE DE AGRICULTURA COLONIAL – *Relatório do anno de... (1899-1910) ser apresentado á Assembleia Geral de...* Lisboa, (1900-1910).

Slavery in Southern Kongo in the late nineteenth century

JELMER VOS*

What follows is a preliminary examination of slavery in southern Kongo in the late nineteenth century, with a brief excursion into the early 1900s.¹ Historical analyses of slavery in the Kongo region are very few in number, and the very few have mainly focused on the era of the Atlantic slave trade (Herlin, 1983; Schrag, 1985). This article examines the economic role of slaves in the communities of southern Kongo during the early colonial period, thus offering a description of slavery in a West Central African context after the export trade in slaves was effectively abolished. Theoretically the article is informed by the model of ‘lineage slavery’ originally developed by Kopytoff and Miers. Under this form of slavery, slaves were usually integrated in the households of their masters and performed economic, social and political tasks alongside other members of the household (Kopytoff and Miers, 1977; see also Harms, 1983; Lovejoy, 2000: 13-5). Societies where this form of slavery was prevalent

*Institute for the Study of Dutch Slavery and its Legacy, Amsterdam.

¹ By ‘Kongo’ is meant the region covered by the seventeenth-century kingdom, split during the colonial partition of Africa between the Congo Free State and Portugal. ‘Congo’ signifies the wider region: in pre-colonial times the coast north and south of the Zaire estuary from Gabon to Ambriz, in colonial times the Congolese possessions of France, Belgium and Portugal. To avoid colonial terminology like ‘Portuguese Congo’ or ‘northern Angola’, I sometimes describe the area under study as ‘southern Kongo’. Southern Kongo also comprises villages and districts that became part of the Congo Free State. I also avoid the prefix ‘Ba’ to denominate the various Kongo populations. Instead I use simple terms like Zombo, Yaka, Kongo, and Solongo.

can be opposed to 'slave societies', where slaves often lived in separate settlements and worked under the direction of others. In these societies slaves formed a productive class, whose surplus was appropriated by a class of merchants or aristocrats who were themselves free from productive duties (see for example Cooper, 1980; Meillassoux, 1991; Klein, 1998; Lovejoy, 2000: 10, 237-8, 276-80). Although slave societies existed in small commercial enclaves in nineteenth-century Angola (Clarence-Smith, 1976; Dias, 1976; Birmingham 1978), lineage slavery seemed to be the norm here as elsewhere in West Central Africa.

By some the transition in many African societies from an export slave trade to 'legitimate' commerce has been linked to the development of slave societies. While slave exports declined, slave supplies were sustained because the mechanisms of enslavement, principally warfare, kidnapping and judicial manipulation, had become essential features of African societies under the Atlantic slave trade. This created a pool of labour that was transformed into an exploitable class for the production of export commodities (Lovejoy, 2000: 18-23; Manning, 1990: 22, 105-9, 120-2, 140-7; Miller, 1983: 151, 153-7). Paul Lovejoy has argued that this development was particularly salient in regions, most notably in West Africa, which experienced commercial expansion as they were being integrated into the growing commodity trade. In areas with only a limited extent of market development, slavery never fully developed into a productive system and lineage slavery persisted in one form or another. One of these areas, in his view, was West Central Africa:

Once the export trade [in slaves] was cut off... the foreign trade began to collapse after the 1850s. Then the system of slavery began to disintegrate. In contrast to the West African coast, the domestic economy did not experience the kind of transformation to 'legitimate' trade that could result in the exploitation of slaves in a productive capacity. Consequently, slavery in many parts of the interior reinforced a social order based on dependency but not on the exploitation of slaves in order to produce commodities (Lovejoy, 2000: 246).

This article shows that lineage slavery in West Central Africa, despite a continuing influx of slaves in the late nineteenth century, did indeed not develop into a system of class exploitation. But it denies that this was due to insufficient commercial expansion. Many West Central African societies, including Kongo, became deeply involved in export production during the rise of legitimate commerce (Vellut, 1980). It will be argued here that it was the nature of this involvement, rather than the intensity of it, which sustained lineage slavery.²

In discussing the means by which slaves were obtained in Kongo I call special attention to internal recruitment. As elsewhere in Africa, slaves were either brought in from outside or enslaved locally. But historians of the Atlantic slave trade have to a large degree focussed on methods of outside recruitment (for example Miller, 1988). Warfare has received particular attention as one of the principal and most effective methods of capturing slaves (Thornton, 1998: 305-17; 1999; Meillassoux, 1991: 201-35). My findings lend support to recent analyses that try to counter-balance an overemphasis on the slave-raiding practices of centralised states by concentrating, instead, on the more subtle methods of enslavement in 'decentralised' societies (Hawthorn, 2003; Hubbell, 2001; Klein, 2001; Piot, 1996).

In many African societies, especially where lineage slavery prevailed, slaves were acquired for more than just economic reasons. Slaves served as wives, pawns and warriors; some held political functions; others were used in ritual sacrifices or as currency in political transactions (Kopytoff and Miers, 1977: 55-9). My analysis attempts to concentrate on the various productive roles of slaves. I first give a brief description of the economy of Kongo in the years around 1880, with special attention to the long-distance trade in rubber. I argue that this trade, as well as the production of rubber, was based on family labour. In the following section I point out that slaves were the preferred means for lineage heads to enlarge their social, economic and political power. Then I turn to the question of enslavement

² For a similar argument, see Martin (1995).

mechanisms and examine the roles that slaves came to perform in society. Details from the Kwango region in eastern Kongo, provided in the final section, confirm that Kongo chiefs were primarily interested in slaves to extend their circle of dependants.

The economy of Southern Kongo in the late nineteenth century

On the eve of colonisation labour in the Kongo was primarily devoted to agriculture and trade, with women doing the most of the first and men most of the second. Besides manioc as their main crop, the Kongo people cultivated sweet potato, yams, maize, beans, peas, pumpkins, plantains and banana for local consumption. Groundnuts and sesame were also produced for export, together with palm kernels and palm oil. Thus subsistence and export production went hand in hand, even though at certain times the production of export crops seems to have created a shortage of food produce in the areas near the Congo coast and river (Monteiro, 1968: 85; Phillips, 1888: 216).

In a typical nineteenth-century division of labour women planted crops, did the harvest, sold food at local markets and carried the burdens of domestic work and child-raising. Children old enough to be useful hands would normally help their mothers; in addition, boys would learn the skills of hunting and were sometimes also employed by older relatives as servants in trading expeditions. Men's role in agriculture was mostly limited to clearing the fields and they also collected palm oil and palm kernels. When these tasks were completed the majority left their villages for several longer or shorter periods in a year as porters in the caravan trade. However, along the Atlantic coast and the banks of the Zaire River, where the caravan business was virtually non-existent, men freed from agricultural duties predominantly worked as trade agents, canoe-men, carpenters, cooks, tailors and in other functions for the European factories.³

³ The two paragraphs above are based on numerous sources, for which I refer to my 'The Kingdom of Kongo and Its Borderlands, 1880-1915' (PhD dissertation, University of London, 2005), Ch. 2.

Numerous trading settlements dotted the shores of the Congo coast and river in the late nineteenth century. Some were developed from the barracoon networks of the illegal slave trade, while at least one (Kisembo) had grown specifically in reaction to the Portuguese occupation of Ambriz in 1855. But whatever their origins, the majority of ports thrived in consequence of the burgeoning 'legitimate' trade. As the trade in slaves from the Kongo was finally repressed in the 1860s, ivory and rubber became the region's most valuable export commodities. Ports close to Soyo (Santo Antonio do Zaire in the colonial period) in addition developed a substantial trade in locally produced palm kernels and palm oil. Coffee, collected in the hinterland of Ambriz, was also an important export product, especially for the ports south of Ambrizete. Copper ore was delved in the Bembe mines, albeit in small quantities and at irregular intervals, and mostly exported through Ambriz. Groundnuts, which were produced all over the district, found easy outlets on both coast and river. With these products African traders were able to buy spirits, cotton products, guns, gunpowder, knives, glass and earthenware, beads, metal objects and salt, for all of which there was a ready market in the interior (Pinto, 1888: 385-6; Weeks, 1908-1909: 48).

By and large, rubber dominated Kongo's export economy. Rubber was first exported from the Kongo coast in the late 1860s. The trade expanded until a peak of nearly 800 tons was reached in 1893. Kongo's rubber boom, and that of West-Central Africa in general, came to an end in the second decade of the twentieth century, when cheap Southeast Asian produce pushed African traders out of the market (Mesquita, 1918; Harms, 1975). The rubber exported through the ports of southern Kongo came for the larger part from regions near the Kwango River and thus had to be traded over long-distance. In the beginning most rubber was sold at European factories on the Atlantic coast. But in the 1890s the coastal ports lost ground as large steamers began to navigate the river up to Noki and European firms established factories inland at Mbanza Kongo (São Salvador in colonial parlance) and Makela do Zombo, which used Noki as

their port of export. By 1902 Noki had definitely replaced Ambrizete as the district's most important rubber outlet.⁴

The trade was largely in the hands of Zombo entrepreneurs who controlled part of the trade routes that led from Kinshasa to the lower Zaire and the Atlantic coast. These routes were knit together by a number of regional markets, held throughout the Kongo at regular intervals based on the four-day week. The four days gave their name to smaller markets on which mostly local produce was sold. Regional fairs, in addition, were held every other week and served as selling points for rubber and ivory traders. The Zombo were known buyers at markets like Kinzamba, Lula-Lumene, Matoba and places across the Kwango. They would either carry their purchased loads directly to the European factories or they would sell them on other inland African markets. Examples of such vending points were the markets of Kimbumbuge, 11 days inland from the coast at Ambrizete, and Lembelwa, in the vicinity of Mbanza Kongo (Jardim, 1902-1904: 61).

African merchants other than the Zombo also engaged in long-distance trade. The inhabitants of the Makuta region, for instance, accrued tremendous riches through their participation in the ivory and rubber trade. In principle all people living along the trade routes between Kinshasa and the lower Zaire were able to profitably participate in the 'legitimate' trade as it kicked off after 1860. But apart from the Zombo traders, it seems, caravans rarely went further than six or seven days from home. Thus before reaching their destination the goods exchanged in the Atlantic trade often passed through several regional markets (Weeks, 1914: 199-206).⁵

Mbanza Kongo was a key node in the trade network which linked the ivory and rubber producing regions further inland to the European factories established on the Atlantic coast and the banks of the Zaire River. In 1878 British missionaries noticed that almost every day caravans from the Zombo

⁴ The first European firm that established a factory in Mbanza Kongo was Daumas, Béraud & Cie. in 1882 under the direction of their Noki agent Protche, followed by João Luís da Rosa (1883, later merged into the Companhia Portuguesa do Zaire, still later renamed Companhia do Congo Português), the Dutch NAHV (1885) and Hatton & Cookson (1887).

⁵ Other important pre-colonial markets in the Lower Congo were those of Makweke, connected through Kikandikila with Mbanza Kongo, and Kinsuka. Broadhead (1971: 67-70) distinguishes between expeditions for the short haul and more professional long-distance caravans.

and Makuta regions to the east and north passed through the Kongo capital on their way to and from the coast. These caravans consisted of twenty to thirty porters, each carrying a load of 25 to 45 kg for up to twenty days.⁶ The city's own involvement in long-distance trade was small compared to that of the Zombo and Makuta towns, but nonetheless growing towards the end of the century. At first its inhabitants, in particular those linked to the royal family, ran the lines between the town and the river ports of Musuku and Noki, providing the factories especially with local produce such as ground-nuts, palm oil and palm kernels (Missionary Herald of the Baptist Missionary Society (henceforth MH), 1878: 89; MH, 1879: 288; Bentley, 1900: 68-9; Oliveira, 1968: 537). The royal family also traded in ivory, which they procured from Kwango and Lunda dealers. After a few European houses set up stations in Mbanza Kongo in the early 1880s the townsmen became more actively involved in the rubber trade as well, albeit largely as employees of European traders in need of interpreters and transport services to Noki (Brásio, 1961: 51; Chavanne, 1886: 102; MH, 1888: 453).

The size of a single expedition could range from two to five-hundred porters. In most cases caravans were fitted out by more than one trader. One chief who traded between the Pool and the lower Zaire in the 1880s was known to split up his caravan into small groups of ten to fifteen men, each led by a so-called *capita* (or *capata*, from *capataz*, foreman); the caravan was largely composed of his own subjects, but other traders also participated with goods and carriers (Dupont, 1889: 149-50). The available evidence suggests that caravans, or its composite parts, were family businesses in which the male members of a trader's household were employed according to rank and status as either headmen (the few) or porters (the many), while some of the younger boys would join as servants carrying food and preparing meals (MH, 1892: 130; MH, 1895: 14; Claridge, 1922: 104). Thus, the porters were very likely all dependants of the trader or traders owning the venture. Probably part of them were slaves (Lewis, 1908: 608; Chavanne, 1886: 99).

⁶ Baptist Missionary Society Archives (Oxford), A/12, Comber to Baynes, 17-8-1878 and 24-11-1878. I thank John Thornton for providing these references.

So far we have largely focussed on trade and little on the production of the commodities traded. As noted above, the rubber exported from northern Angola was largely collected in the Congo Free State and more research in Belgian archives is necessary to analyse in detail by which process rubber made its way from the plant to the local market. But observations from Angolan territory indicate that the process of collecting, preparing and selling rubber was family business, managed by the head of the household or the village (Brásio, 1961: 113; Castro, 1903: 84; Leal, 1914-1915: 164-5).

Economic growth and the acquisition of slaves

The new export trade in produce affected many if not all segments of the economies in West-Central Africa. With regard to the Atlantic slave trade it has been argued that Africa's export trade did not have a major impact on the societies involved in it (Eltis, 1987: 62-77). The produce trade, however, set processes in motion that affected whole societies. The export of goods like ivory, wax, palm oil, coffee and rubber depended on extensive networks of communication, transport and trade in the African interior. First these commodities had to be hunted, collected or produced and often they were also rudimentarily processed. Produce then had to be transported to European buyers. Both steps already involved the labour of many African men and women. At the same time, however, villages along the trade routes adapted their agricultural production to supply food to trade caravans (Vellut, 1980: 73, 78, 110-1). As a result of this widespread participation in the Atlantic trade, mass-produced European goods became more readily available to ordinary people in West-Central Africa. Another consequence was that the mobilisation of labour, of men, women and children, became more important. As most production and trade of the new export commodities was family-based, household heads especially tried to expand their domestic units through the acquisition of women and slaves (Martin, 1983: 4).

In the 1880s the population of Mbanza Kongo was increasing as the riches that townsmen made in trade-based jobs (as interpreters for the European factories, caravan managers or porters) were invested in women and slaves brought in from outside (MH, 1888: 453; Brásio, 1961: 107-8). But, although the presence of the European trade factories was undoubtedly the most important factor accounting for the city's expansion, missions also played a part in it. First, refugee slaves found shelter in Mbanza Kongo, which since the arrival around 1880 of both a Protestant and a Catholic mission had turned into a relatively safe haven amidst an ongoing regional trade in slaves (Brásio, 1961: 105; Bentley, 1900: 42). Secondly, the missions brought with them their own economy of construction works and transport requirements. In particular the material needs of the Baptist Missionary Society, disposing over considerably better financial means than the Portuguese state-funded Catholic mission, created a source of wealth that stimulated population growth. As Rev. Comber explained, in accordance with 'coast custom' each helping hand was paid four yards of cloth per week, plus twelve to twenty four yards per month; in addition the workers received daily rations for subsistence, alternatively in food and beads (MH, 1880: 120). The European factories that came to Mbanza Kongo shortly after the missions naturally followed this same 'coast custom'. As a result prestige goods such as cloth began to spread democratically throughout society. Rev. Bentley observed that when he first arrived in Mbanza Kongo, in 1879, only a handful of men were dressed in European cloth, while the rest still wore a native type of cloth (*mbadi*). A decade later, however, 'cloth was to be earned by any one who went to fetch our stores up from Musuku [on the Zaire River], or went as carriers in the expeditions into the interior, or worked at the building of our house' (Bentley, 1900: 137). The wages to be gained at the European factories and mission stations served directly as a demographic pull-factor, by drawing interested workers to Mbanza Kongo, as well as indirectly as prestige goods were traded for slaves who were then integrated into local society.

This demographic pressure led, however, not to the extension of the town centre itself but rather to the growth of new towns and villages (MH,

1883: 136). In this Mbanza Kongo was not unique, but rather following a general trend. Throughout the Lower Congo the ivory and rubber economy was a cause of both expansion and decentralisation; towns were splintering and growing at the same time through the influx of new dependants. Young men turned wealthy in trade and in the possession of a number of wives and slaves usually set up their own villages, or did so in company with other newly rich traders, so as to mark their independence from their hometown. Such villages were often really not more than a cluster of houses (hamlets), but this was enough to obtain jurisdictional rights, which were an important source of income and of income redistribution. Thus along the caravan routes a regular pattern emerged, with large towns breaking up in distinct parts, creating a line of little hamlets. For example, from the town of Tungwa, part of the wealthy Makuta district north of Mbanza Kongo and perhaps counting some 3,000 inhabitants in the 1880s, originated seven new villages in a period of ten years (Brásio, 1961: 108; MH, 1879: 71; MH, 1890: 294).

Slaves were in principle kinless people, persons whose ties to their own families had been cut off due to capture, sale or other reasons. They were frequently added to a household in order to enlarge the number of dependants.⁷ Female slaves were especially in demand because of their reproductive capacity. The offspring of a free woman who had been married into a family came under the authority of her own clan (descent group), because according to the principle of matrilineal descent the reproductive capacity of women was non-transferable. By marrying a female slave into the house, ownership of her children was ensured because slaves were theoretically kinless. However, when slaves were married to free members of the house, they and their children usually became members of the kin group (Weeks, 1908-1909: 414; Heintze, 1999: 408; MacGaffey, 1977: 238, 243).

Slavery was thus another form of dependency. The living conditions and economic roles of a slave did not differ sharply from a freeman's. True, a slave would be more easily chosen for a sacrifice or handed over to pay a debt. But he could also share in the riches of his master, become head

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa, henceforth AHU), Angola, 2ª Rep., 2ª Sec., Pasta 13, Governador geral to Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, no. 436c, Luanda 15-11-1889.

of the house, or hold slaves himself (Rouvre, 1880: 316; MH, 1896: 12). According to a European trader residing in the Congo in the 1870s and '80s, 'in Ambrizete some of the wealthiest and most influential men are slaves without masters. The masters have become extinct, and the slaves carry on their trade without hindrance, having their own towns and slaves just as have the free men.' At the same time, however, these wealthy slaves were 'not allowed to wear silk or coral, and if they become "too saucy" as the free men term it, they are reminded that such conduct is unbecoming in slaves' (Phillips, 1888: 230). This shows that people of slave descent were never able to entirely shrug off their 'alien' status.

Processes of recruitment

In an unpublished PhD thesis on the slave trading community of Mboma, Norm Schrag has pointed out that of about two-thousand slaves exported from the lower Zaire in the mid nineteenth century under an infamous labour scheme to supply French plantation islands nearly 60% were slaves by birth, while 15% had been kidnapped. Others were sold for having committed crimes or misdemeanours, and still others because of debts or famine. Legal systems in the Kongo were increasingly abused to enslave people and lineage heads began to sell those who were not normally subject to sale: freemen, pawns, clients and assimilated slaves. Troublemakers were the first victims of judicial corruption; and so they were when households had to sell members for reasons of debt or food shortage. Among the recruited workers were practically no war prisoners or people accused of witchcraft. Indeed, the export of slaves was accomplished with little overt violence. There was hardly any organised slave raiding. Kidnapping increased and slaves were often the product of local conflict, but wars were hardly ever fought to obtain slaves (Schrag, 1985: 32-5, 126-35, 147-52, 281).

This pattern corresponds with the mechanisms of enslavement as documented for southern Kongo around 1880. Warfare and raiding were absent

among the applied strategies to recruit slaves. Wars were fought, but only on a very small scale and mainly as a test for disputing parties to weigh each other's strength and hardly ever with the intention to procure slaves (Monteiro, 1968: 260-1; Rouvre, 1880: 413; Weeks, 1908-1909: 39). A transfer of slaves was often part of peace agreements, but this comes closer to a process of internal enslavement than external slave-raiding. Kidnapping as a method of enslavement subsided. It was still a means, however, to compensate for other crimes (Brásio, 1961: 135-6, 493-4). From the captor's point of view it was also legitimate to capture alleged vagabonds and integrate them in the social group (Henriques, 2003: 78). But kidnapping would often result in an ordinary legal dispute between villages; we are talking local politics, not international relations.

As I will argue below, most slaves who came in from outside were purchased on regional markets where they had been brought by caravan traders alongside other prestige goods or by individual dealers. Local enslavement, by contrast, was carried out in the following ways (see also Lewis, 1908: 609; Weeks, 1908-1909: 47). First of all, a person could be a slave by birth, for the reason that his superiors claimed that one of his female ancestors was brought into the clan from outside (Phillips, 1887: 154-5). Secondly, people were enslaved or changed owners as a result of law suits. Slaves were regularly included in the fines imposed on quarrelling chiefs or other slave-owning individuals charged for crime (MH, 1889: 26-7; Weeks, 1908-1909: 40; Graham, 1930: 48, 104). Judges were hardly ever impartial and court cases could be organised and manipulated with the specific intention, besides enriching the jury, to rob opponents of dependants. Before the start of a case the claiming parties used to pay the jury in goods like cloth, goats and pigs and then hand over a certain number of slaves as stakes; the winner would take all. A court case between the chief of Mbanza Mputu, a powerful figure in the royal district, and the rival clan of Sanga which had once been decided in Sanga's favour was re-opened in 1896 by the council of Mbanza Kongo. This time Sanga was to lose. To circumvent the Portuguese anti-slavery law the triumphant chief of Mbanza Mputu allegedly demanded such a huge amount of cloth from Sanga that

his whole clan was practically enslaved by debt (MH, 1896: 470-2; Lewis, 1908: 596; Claridge, 1922: 103).

Sometimes runaway slaves or free people without kin submitted themselves voluntarily to a master through the act of 'eating the goat'. In fact, 'giving the goat' was a sort of manumission on the part of the slave's new master, who in return for the slave's submission bought him off and offered him protection.⁸ The expression 'eating the goat' stemmed from the fact that the slaves were given food, including pieces of goat meat, as a sign of acceptance and willingness on the part of the master to settle possible claims of the slave's previous owner. As Rev. Weeks explained, 'the old master must accept the ordinary market value of his former slave. He is not allowed to take him again, or to buy him for any amount of money. He is not the slave of the chief who has given him the goat. He is practically a free man.' (Weeks, 1908-1909: 32; also Lewis, 1930: 367)

Selling dependants, fourthly, was a frequently used method to pay off debts, to relieve a family in times of drought or to dispose of children accused of witchcraft. This could be the fate of both slave and free dependants. 'Sale' is a tricky category, however. In many cases where contemporary observers used the term the transaction was not definite and the person transferred was really a pawn. It also happened that the so-called sale was part of a marriage arrangement or a judicial settlement. Pawns were kept as a security for debt and were directly related to the debtor. Technically they were not slaves, as they retained their kinship ties. In reality, however, as debts often remained unpaid old relationships were broken and the pawn became an ordinary member of the creditor's family, albeit with the status of an outsider (Sarmiento, 1880: 94-5; Weeks, 1908-1909: 33; Phillips, 1887: 154-5; Grandy, 1874-1875: 102). Transactions of free women in marriage arrangements were also often confused by contemporary observers with slavery. Marriage was, in fact, a form of loan, as the woman's reproductive capacity, and therefore the authority over her children, in theory remained in the hands of her descent group.

⁸ The practice had much in common with the establishment of master-client relationships as described by Mann (1995: 159-64).

Besides these forms of local enslavement, there is plenty of evidence that a long-distance slave trade was still carried out in the late nineteenth century. Rev. Lewis reported that Zombo caravans used to bring slaves to Mbanza Kongo, slaves who were able to provide the Baptist Missionary Society with useful information about the Zombo region (where the BMS opened a station in 1899); this suggests that before being carried down they had lived at least for some time in Zombo society, possibly as 'domestic' slaves (Lewis, 1902: 361-3). The Catholic mission in Mbanza Kongo adopted a policy of 'redeeming' slave children after other strategies to establish a Christian nucleus had failed. According to one visitor the majority of the mission pupils originated from the Makuta and Zombo regions (Chavanne, 1886: 102).

Missionaries of the *Congrégation du Saint-Esprit*, who from 1880 to 1885 were established near Soyo, followed a similar policy of slave purchases. They usually worked through local African dealers or European factory agents, but it also happened that a priest would check out an arriving trade caravan himself. The archives of the Holy Ghost Fathers occasionally provide details on the origins of slave children, the causes of their enslavement and the routes along which they were traded; more plentiful is the information on the prices for which they were finally sold. The documents show that in the 1880s Malebo Pool (Kinshasa) still functioned as the biggest slave market of the Lower Kongo. From there slaves were traded to Mboma or down to the coast via Makuta, Zombo and Mbanza Kongo. Along the route other slaves were added as the caravans halted at regional markets. Some were slaves by birth; others had been sold into slavery. In 1876 Duparquet, one of the founding fathers of the spiritan mission in the Congo, was photographed with five slave boys. One of them was born in a locality three days from Mbanza Kongo and had been enslaved for theft. Another was a Zombo native, enslaved after his father had passed away with a debt to a local ruler, who took the boy and sent him off to Mboma. The third was sold by his father to raise funds for the funeral of a local chief; the boy's new master then brought him to Mboma for sale. The fourth came from a land 'five moons' from Mboma and had been enslaved

after losing someone else's bracelet. The fifth, finally, was purchased locally by the Landana mission from a trader who was returning to Europe.⁹

The French missionary data demonstrate how in several communities along the river Zaire and the Atlantic coast selling produce to and brokering trade with Europeans gave people access to prestige goods like cloth which could be exchanged for slaves. In terms of export production the Soyo region focussed heavily on the collection and processing of palm oil and kernels. But there is no indication that slaves were ever put to work as a separate labour force on palm tree plantations. The production and trade of palm produce was household-based and not exclusively related to slave labour.

In short, at the dawn of the twentieth century a trade in slaves, carried out through a complex of regional markets, still existed in the Lower Congo. With the Atlantic outlets practically closed since 1865, slaves were being sold in all directions as African merchants residing at the various nodes in the commercial network used to invest their wealth in slaves. Incidentally, the trade brought people from different regions and with different cultural backgrounds together. In the early 1880s, Malebo Pool, itself exporting slaves to the Lower Congo, was partly inhabited by Kongo, Zombo and Makuta slaves who had been sold together with European cloth, rifles and gunpowder for the ivory brought in from the upper river (MH, 1883: 79). Furthermore, slaves could change owners more than once before settling down in some place, an African household, a trade factory or a mission school. Rev. Claridge mentions the example of Ndombassi, who was abducted when a child and then sold by his master in a witchcraft affair. Fortunately, his new master treated him 'as his own child' and Ndombassi became 'one of the best known men in Congo society' (Claridge, 1922: 155-6).

⁹ Archives générales de la Congrégation du Saint-Esprit (Chevilly-Larue, henceforth AGCSp), 3L 1.3a 2, Angola-Landana: Rapports de la Sainte-Enfance, 1873-1886.

The position of slaves in Kongo society

According to an eye-witness account from Padre Barroso, the relation between master and slave was ordinarily that of father and son. Slaves became part of the master's household and were, on the face of it, treated as equals of the free members of the family. Only under special circumstances (to pay a fine or to pay off a debt) did an owner dispose of a slave; this indicates that slaves were always more vulnerable than free dependants. But a slave also had the possibility to procure a new owner in case he was maltreated. The master bore full responsibility for his slave's affairs. This included, for example, the payment of fines or debts the slave possibly incurred and the arrangement of a spouse when the slave had attained marital age. Within the house male slaves were employed as messengers, representatives or as servants to buy food or trade at local markets; female slaves worked the fields. Male slaves were also employed as porters in the caravan trade (Brásio, 1961: 138-9).

One African trader from Lunuango employed his slaves for the purchase of export commodities and slave children further inland.¹⁰ The fact that slaves were allowed to be on the road and temporarily away from their masters demonstrates the kin-like relationship that existed between them. Like other dependants, slaves had their own income, though their masters would always take or withhold a portion of it in return for the social protection they offered. But slaves seemed to have a considerable amount of bargaining power vis-à-vis their masters and could often employ themselves to their own will. Through their employment, slaves were even able to acquire enough wealth to buy their freedom or purchase their own slaves.

For every third, sixth, ninth, and so on, journey a slave makes to the "coast" for trading purposes with his master, he receives pay, and these sums thus earned are absolutely his own. He saves the money, trades with it, and thus lays the foundation of that personal wealth by means of which he is able to redeem himself. As a married slave he receives extra pay for the above journeys (Weeks, 1914: 67).

¹⁰ AGCSSp, 3L 1.5 a 2, Visseq, Soyo 30-6-1883.

When Barroso talked about a 'class' of people who had obtained their freedom during their lives; people who had turned rich in trade and occupied respectable positions in society, he was probably referring to slave upstarts like Ndombassi (Brásio, 1961: 137).

On the possibility of emancipation, however, other missionaries were sceptical. In 1907 a Portuguese priest reported from Lunuango that 'there still exists a real distinction of classes: that of the dominant, who are all those descending from free persons, and that of the slaves, composed of all the disfavoured who had the bad luck to descent from parents in a similar position and to whom are still today not given the same rights and guarantees that anyone dominant enjoys.'¹¹ Lewis went much further and held the opinion that a slave could not possess anything, nor redeem himself and nor could his owner set him free (Lewis, 1908: 609). The latter position represents an extremist view of African slavery and seems to distort both Kongo theory and practice. As MacGaffey has pointed out, the opposition that preoccupied the Kongo in their real lives was that between *de facto* assimilation and the principle of matrilineal descent, which was a means for the more powerful in society to label other people as slaves and so keep them in a subordinate position (MacGaffey, 1977: 244; 2000).

Slavery in Eastern Kongo

In this final section I want to address the issue whether the slave trade in Kongo was part of the commercial network that supplied the Portuguese in Angola with cheap labour. Well into the twentieth century a significant number of slaves recruited as *serviçaes* in Angola for plantation labour on São Tomé were supplied by old caravan routes that connected Angolan markets to the deep interior of central Africa, including areas nominally in the Congo Free State (Clarence-Smith, 1993). Linda Heywood (1988) has argued that Ovimbundu caravans from central Angola used to buy slaves in large numbers in neighbour-

¹¹ AHU, Angola, maço 864, Relatório da Missão do Lunuango, 1906-07.

ing regions with the profits they made since 1850 in the growing commodities trade. Some of these slaves were locally employed in agriculture, domestic services and in the caravan business. Others, however, were sold in the coastal towns of Benguela and Catumbela, where the bulk was sent on as 'contract labour' to the plantation islands of São Tomé and Príncipe. To replenish their slave population caravans continued to bring in new captives from lands in the east. Data collected for northern Angola seem to indicate, however, that the Kongo fell largely outside these slave supply networks. They confirm, instead, the general idea that in the Kongo since the 1860s slaves were no longer considered as exploitable labour, but rather as means to extend family units.

At the turn of the century the Congo Free State was vigorously trying to curtail an extensive cross-border trade that with the support of Yaka middlemen established on the banks of the Kwango River supplied European factories in northern Angola with large amounts of rubber. In 1903 the Congo Free State dispatched an official, Pattarino, to investigate the cross-border trade in the Kwango frontier zone. His report, besides providing a lot of detail on the rubber trade in eastern Kongo, also highlighted the slave trade that was carried out in this part of West-Central Africa. At one point Pattarino got hold of a trade caravan crossing the Kwango from Angola. One of the arrested men declared that he was a slave of a local Yaka chief and that was on his way to buy a woman to marry. This led Pattarino to comment that 'the slave trade in this region is unfortunately a lucrative and blooming wound.' He added, however, that 'The (riverside) Bayakas generally don't sell their slaves to the Portuguese. The chief sends small groups of men to the interior... These men bring Portuguese goods; they buy rubber, ivory, slaves, men and women. They charge the men with the bought goods and return home to Portugal.'¹²

Pattarino's observation suggests that the Kongo fell outside the main slave trading currents that supplied the Portuguese with *serviçaes*. But there are also signs that the southern fringes of Kongo were involved in the recruitment of slave labour in Ambriz. In a report from 1902 on 'illicit' trade in the region

¹² Archives africaines (Bruxelles), Affaires étrangères (henceforth AA), 260/294, Rapport par le Substitut Pattarino au sujet de l'incident de frontière du Kwango-Kwilu.

around Kikwit (Congo), the same Pattarino had written about the 'Malua',¹³ who were 'always hunting blacks of other tribes; they yield them to the Portuguese traders who charge them with ivory and rubber and lead them to St. Paul de Luanda and to Ambriz.'¹⁴ A route from Kikwit to Ambriz would almost certainly have passed through Kongo and very likely through the town of Bembe. The governor of the Congo district reported in 1903 that white traders in Bembe were, indeed, still buying slaves, which they did either from trade caravans in Bembe or from dealers living further inland, towards the Kwango. Nineteen of these slaves had recently been contracted in Ambriz for plantation work on São Tomé. The district governor had ordered the resident of São Salvador to arrest these traders and asked the governor-general of Angola to put a ban on the recruitment of *serviçaes* in Ambriz.¹⁵

It is worth pointing out that for a long time the Angolan government authorised private enterprise to 'ransom' slaves for contract labour. Responding to allegations that the government tolerated the slave trade that provided these workers, in 1889 governor Brito Capello acknowledged that 'ransom often occurs on the coast... with the slaves brought by the trade caravans coming from the bush; but if it were not so, we would not find the labour for agriculture and the other industries.'¹⁶ Later he added that the slave trade was most salient in central Angola and around the Kasai, while in northern Angola only important chiefs bought slaves, which became part of their households.¹⁷ If we may believe Faria Leal, the long-time administrator of São Salvador (1896-1912), the recruitment of slaves for servile labour was never tolerated in his domain or in the port of Noki (Leal, 1914-1915: 74, 392-3). It thus seems that by and large the slave trade from Central Africa for the Portuguese market took place east of Kongo, while the slaves traded into Kongo across the Kwango River were generally kept within African households.

¹³ The Baluwa, the Lunda group that invaded the Yaka around 1700.

¹⁴ AA, 209/65, Traite dans le Haut-Kwilu et Kwango, Rapport par le Substitut Pattarino, Bandundu 29-11-1902.

¹⁵ AHU, Angola, 1^a Rep., 2^a Sec., Pasta 21, Governador do Congo to Governador geral, no. 176, Cabinda 31-5-1903.

¹⁶ AHU, Angola, 2^a Rep., 2^a Sec., Pasta 13, Governador geral to Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, no. 8, Luanda 11-6-1889.

¹⁷ AHU, Angola, 2^a Rep., 2^a Sec., Pasta 13, Governador geral to Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, no. 436c, Luanda 15-11-1889.

Conclusion

Slaves were valuable assets in the economy of Kongo after the Atlantic slave trade from this region was brought to an end in the 1860s. Because of their productive and social capacities, an internal trade in slaves continued well into the twentieth century. In this article it has been argued, however, that slaves did not form an exploitable class in Kongo society. Slaves were integrated into local household structures and worked in trade, farming and domestic employment alongside other dependants of their masters' households. The fact that the Kongo was at most a minor supplier of cheap labour for the Portuguese in Angola demonstrates that, at least by the late nineteenth century, masters did not easily part with their slaves, or for that matter with any other of their dependants.

Bibliography

- BENTLEY, W. HOLMAN, *Pioneering on the Congo, Volume I* (New York, 1900).
- BIRMINGHAM, DAVID, 'The Coffee Barons of Cazengo', *Journal of African History*, 19 (1978) 4, 523-38.
- BRÁSIO, ANTÓNIO, D. António Barroso. *Missionário, cientista, missionário* (Lisboa, 1961).
- BROADHEAD, SUSAN HERLIN, *Trade and Politics on the Congo Coast: 1770-1870* (PhD dissertation, Boston University, 1971).
- CASTRO, J. MORAES E, 'DE NOQUI AO CUANGO. Notas de viagem', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 21 (1903) 3, 81-94.
- CHAVANNE, JOSEF, 'Reisen im Gebiete der Muschi-congo im portugiesischen Westafrika', *Petermanns Mitteilungen aus Justus Perthes' Geographischer Anstalt*, 32 (1886), 97-106.
- CLARENCE-SMITH, WILLIAM GERVASE, 'Slavery in Coastal Southern Angola, 1875-1913', *Journal of Southern African Studies*, 2 (1976) 2, 214-23.
- 'Cocoa Plantations and Coerced Labor in the Gulf of Guinea, 1870-1914', in Martin A. Klein (ed.), *Breaking the Chains. Slavery, Bondage, and Emancipation in Modern Africa and Asia* (Madison, 1993).
- CLARIDGE, G. CYRIL, *Wild Bush Tribes of Tropical Africa* (London, 1922).
- COOPER, FREDERICK, *From Slaves to Squatters. Plantation Labor and Agriculture in Zanzibar and Coastal Kenya, 1890-1925* (New Haven, 1980).
- DIAS, JILL R., 'Black Chiefs, White Traders and Colonial Policy near the Kwanza: Kabuku Kambilo and the Portuguese 1873-1896', *Journal of African History*, 17 (1976) 2, 245-65.

- DUPONT, ÉDOUARD, *Lettres sur le Congo. Récit d'un voyage scientifique entre l'embouchure du fleuve et le confluent du Kassai* (Paris, 1889).
- ELTIS, DAVID, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade* (Oxford, 1987).
- GRAHAM, R. H. CARSON, *Under Seven Congo Kings* (London, 1930).
- GRANDY, W.G., 'Report of the Proceedings of the Livingstone Congo Expedition', *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*, 19 (1874-1875) 2, 78-105.
- HARMS, ROBERT, 'The End of Red Rubber: a Reassessment', *Journal of African History*, 16 (1975) 1, 73-88.
- , 'Sustaining the System: Trading Towns along the Middle Zaire', in Claire C. Robertson and Martin A. Klein (eds.), *Women and Slavery in Africa* (Madison, 1983).
- Hawthorne, Walter, *Planting Rice and Harvesting Slaves. Transformations along the Guinea-Bissau Coast, 1400-1900* (Portsmouth, 2003).
- HUBBELL, ANDREW, 'A View of the Slave Trade from the Margin: Souroudougou in the Late Nineteenth-Century Slave Trade of the Niger Bend', *Journal of African History*, 42 (2001), 25-47.
- HEINTZE, BEATRIX, *Ethnographische Aneignungen. Deutsche Forschungsreisende in Angola* (Frankfurt am Main, 1999).
- HENRIQUES, ISABEL CASTRO, 'Reflexões sobre o "escravo" africano', in Isabel Castro Henriques, O *Pássaro do Mel. Estudos de História Africana* (Lisboa, 2003).
- JARDIM, JOÃO, 'A expedição a Quincunguila na circunscrição de Ambrizette (Janeiro a Março de 1902)', *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 11-13 (1902-1904).
- KLEIN, MARTIN A., *Slavery and Colonial Rule in French West Africa* (Cambridge, 1998).
- , 'The Slave Trade and Decentralized Societies', *Journal of African History*, 42 (2001), 49-65.
- KOPYTOFF, IGOR, and Suzanne Miers, 'African 'Slavery' as an Institution of Marginality', in Suzanne Miers and Igor Kopytoff (eds.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison, 1977).
- LEAL, JOSÉ HELIODORO DE FARIA, 'Memórias d'África', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 32-33 (1914-1915).
- LEWIS, THOMAS, 'Life and Travel among the People of the Congo', *Scottish Geographical Magazine* 18 (1902) 7, 361-3.
- , 'The Old Kingdom of Kongo', *Geographical Journal*, 31 (1908) 6, 589-611.
- , *These Seventy Years. An Autobiography* (London, 1930).
- LOVEJOY, PAUL E., *Transformations in Slavery. A History of Slavery in Africa, Second Edition* (Cambridge, 2000).
- MACGAFFEY, WYATT, 'Economic and Social Dimensions of Kongo Slavery', in Suzanne Miers and Igor Kopytoff (eds.), *Slavery in Africa* (Madison, 1977).
- , *Kongo Political Culture. The Conceptual Challenge of the Particular* (Bloomington, 2000).

- MANN, KRISTIN, 'Owners, Slaves and the Struggle for Labour in the Commercial Transition at Lagos', in Robin Law (ed.), *From Slave Trade to 'Legitimate' Commerce. The commercial transition in nineteenth-century West Africa* (Cambridge, 1995).
- MARTIN, PHYLLIS M., 'The Violence of Empire', in David Birmingham and Phyllis M. Martin (eds.), *History of Central Africa. Volume Two* (London, 1983).
- MARTIN, SUSAN, 'SLAVES, Igbo women and palm oil in the nineteenth century', in Robin Law (ed.), *From Slave Trade to 'Legitimate' Commerce. The commercial transition in nineteenth-century West Africa* (Cambridge, 1995).
- MEILLASSOUX, CLAUDE, *The Anthropology of Slavery. The Womb of Iron and Gold* (London, 1991).
- MESQUITA, JOÃO, *Dados estatísticos para o estudo das pautas de Angola. Exportação pelas Alfândegas do círculo e do Congo nos anos de 1888 a 1913* (Luanda, 1918).
- MILLER, JOSEPH C., 'The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone', in David Birmingham and Phyllis Martin (eds.), *History of Central Africa, Volume One* (London, 1983).
- , *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade, 1730-1830* (Madison, 1988).
- MONTEIRO, JOACHIM JOHN, *Angola and the River Congo, Volume 1* (London, 1968).
- OLIVEIRA, MÁRIO ANTÓNIO FERNANDES DE (ed.), *Angolana (Documentação sobre Angola) I (1783-1883)* (Luanda, 1968).
- PHILLIPS, RICHARD COBDEN, 'The Lower Congo; a Sociological Study', *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 17 (1888), 213-37.
- , 'The Social System of the Lower Congo', *Journal of the Manchester Geographical Society*, 3 (1887), 154-69.
- PINTO, FRANCISCO ANTÓNIO, *Angola e Congo* (Lisboa, 1888).
- CHARLES PIOT, 'Of Slaves and the Gift: Kabre Sale of Kin During the Era of the Slave Trade', *Journal of African History*, 37 (1996) 1, 31-49.
- ROUVRE, CHARLES DE, 'La Guinée méridionale indépendante. Congo, Kaongo, N'Goyo, Loango, 1870-1877', *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*, 20 (1880), 289-327, 401-34.
- ALFREDO DE SARMENTO, *Os sertões d'Africa (Apontamentos de viagem)* (Lisboa, 1880).
- JEAN-LUC VELLUT, 'África central do oeste em vésperas da partilha colonial: um esboço histórico do século XIX', *Africa*, 3 (1980), 73-120.
- WEEKS, JOHN H., 'Notes on Some Customs of the Lower Congo People', *Folk-Lore*, 19-20 (1908-1909).
- , *Among the Primitive Bakongo. A Record of Thirty Years' Close Intercourse with the Bakongo and Other Tribes of Equatorial Africa, with a Description of Their habits, Customs & Religious Beliefs* (London, 1914).

Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português*

MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS**

VÍTOR LUÍS GASPARD RODRIGUES***

1. Extinto o tráfico de escravos africanos para a exportação, em particular a transatlântica, não terminou a luta contra a escravatura. As associações anti-esclavagistas vão agora orientar a sua acção para a própria África, abrangendo também a Índia e a China.

Surge então a necessidade de redefinir o objectivo da sua luta num continente que começava a ser colonizado e de cujas populações muito pouco se conhecia no que dizia respeito à sua organização política, social e económica, organização essa posta em causa, senão aniquilada e em vias de submersão, pela pressão colonial.

A Sociedade das Nações, pressionada pelos sucessivos relatórios dessas organizações e de peritos internacionais independentes, que acusavam as potências colonizadoras de ignorarem a persistência de "práticas análogas da escravatura" no seio das sociedades tradicionais africanas, e, sobretudo, de pouco ou nada fazerem contra a persistência de um significativo comércio de escravos — oriundos de zonas tão distantes como as fronteiras sul de Marrocos, o deserto de Ogaden, na fronteira ocidental da Abissínia, as pro-

* As duas comunicações sobre o tema da escravatura pós-extinção do tráfico transatlântico de escravos constituem a primeira apresentação de um estudo mais vasto em curso.

** Investigadora Coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

*** Investigador Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

víncias exteriores da Etiópia ou a região de Kordofan, no sul do Sudão, cerca de dez mil escravos afluíam anualmente só ao mercado da Arábia¹ —, criou em 1922 uma Comissão com o objectivo de combater a escravatura e o tráfico e de promover o desaparecimento gradual das formas de escravidão.

Com efeito, nessa data a Sociedade das Nações, preocupando-se com o problema mundial da escravatura e situações análogas, encarregou uma comissão de técnicos especialmente escolhidos de reunirem a documentação necessária sobre o assunto e sobre ela fundamentarem um relatório, que seria presente ao Conselho.

Esta comissão tomou o nome de “Comissão Temporária da Escravatura” e dividiu o resultado do seu trabalho em duas partes. Na primeira, tratou da Escravatura propriamente dita, ou seja, do tráfico de pessoas que, reduzidas à condição de escravos, eram vendidas em mercados públicos ou em negócio directo com o comprador. A segunda parte foi consagrada ao estudo das condições análogas à escravatura, ou seja, as formas restritivas da liberdade humana originadas em usos e costumes “indígenas”, que tomavam por vezes aspectos quase jurídicos e frequentemente contratuais.

Elaborado um primeiro relatório por M. Branting, onde foram inventariadas algumas das situações mais prementes (em especial o caso da Abissínia, acusada de favorecer ou, pelo menos, tolerar o tráfico de escravos no seu território), foi o mesmo comunicado ao Conselho da Sociedade das Nações em 28 de Setembro de 1923. Ficou então decidido que todos os países membros da Sociedade das Nações fornecessem à referida Comissão, não só “des renseignements sur l’esclavage considéré en lui même, mais aussi de informer des moyens législatifs et administratifs grâce auxquels ont pu obtenir, dans le passé, la suppression graduelle de l’esclavage sur leur territoire, et de indiquer également les résultats q’ont obtenus de ces mesures”².

¹ Dados fornecidos por G. Percival-Kaye em *The Red Sea Trade Slave*, apud Adriano Moreira, *Elementos para Apreciação da Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravatura*, Lisboa, ed. policopiada, 1956, p. 2.

² A. H. U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664/A-5, cópia do ofício enviado pelo Secretário-Geral da Sociedade das Nações ao representante português, Génève, 5 de Maio de 1923.

2. Relativamente às áreas sob administração portuguesa, as críticas que entretanto foram levantadas pela Comissão de Escravatura incidiram quase que exclusivamente sobre as questões directamente relacionadas com a existência de diferentes formas de trabalho forçado nas colónias de S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, e bem assim sobre a persistência de formas de escravidão resultantes de usos e costumes ancestrais em vigor no seio das sociedades africanas. Com efeito, ao longo desses primeiros anos, há apenas a reportar uma acusação de tráfico de cerca de trezentos escravos malgaxes para o interland moçambicano, suportada pelas investigações do correspondente em Paris do jornal *African World*³. Transportados em navios árabes (*dhow*s) através do canal de Moçambique, esses escravos teriam sido vendidos no interior da Colónia, porventura para trabalhar em minas portuguesas, facto que a própria “Comissão de Escravatura” aceitou com sérias reservas, por não ter provas consistentes, e que foi acerrimamente contestado pelas autoridades portuguesas⁴.

Os primeiros anos da década de 1920 vão ficar ainda marcados pelas queixas apresentadas por diferentes associações humanitárias, em especial pelo Bureau International pour la Défense des Indigènes⁵, que acusavam as autoridades portuguesas de, após uma fase de abrandamento — em virtude da nomeação pela Sociedade das Nações de uma comissão de inquérito —, terem voltado “à velha política de explorar o indígena em benefício do branco”⁶. Esses textos referiam-se, não só ao recrutamento forçado de trabalhadores em Angola para as roças de S. Tomé, mas também às péssimas condições de vida nessas explorações, de que resultavam enormes taxas de mortalidade. Finalmente denunciavam a manutenção de sistemas de angariação de mão-de-obra que mais não eram do que uma forma de trabalho forçado, muito próxima da escravatura.

³ Cf. *African World*, 3 de Março de 1923.

⁴ A. H. U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664/A-5, p. 3. *Memorandum by Mr. H. A. Grimshaw on the Question of Slavery*, Génève, 15 de Abril de 1925.

⁵ Organismo sediado na Suíça.

⁶ A. H. U., Maço 977, estante 32, sala 9, processo 856 A, f. 1. “Mémoire sur la Question de l’Esclavage, soumis à la Commission par le Bureau International pour la Défense des indigènes”, Génève, 20 de Maio de 1925.

A estas críticas o governo português optou por responder, num primeiro momento, de forma genérica, limitando-se a informar que a escravatura acabara nas colónias portuguesas no século XIX, e que todas as demais acusações contra a administração colonial portuguesa em matéria de trabalho dos africanos eram infundadas ou sobredimensionadas por agentes ao serviço de outras potências coloniais. Esta posição de fuga para a frente foi rapidamente contrariada, tanto pela existência de informações acusatórias relativamente à forma como eram tratados os trabalhadores africanos nas plantações dos colonos (a título de exemplo, as autoridades sanitárias de S. Tomé alertavam, em 1921, para a altíssima mortalidade registada nas ilhas em resultado da chegada crescente de trabalhadores cabo-verdianos em péssimo estado de saúde e em situação de chocante subnutrição⁷), como por alguns relatórios de funcionários das colónias, que atestavam a persistência no seio das sociedades africanas de práticas análogas da escravatura e de escravatura doméstica. Depressa se optou por uma política mais realista.

Por acção do representante português na Comissão Permanente de Mandatos, o General Alfredo Augusto Freire de Andrade, que advogava uma política de maior transparência e de colaboração com a Comissão Temporária da Escravatura⁸, Portugal vai passar, a partir de 1923, e na linha do que outras potências coloniais como a França, a Inglaterra ou a Bélgica, já vinham fazendo, a enviar informações detalhadas para a referida comissão.

Com o objectivo de dotar a representação portuguesa em Génève com todos os elementos necessários, foi então elaborado um questionário de oito

⁷ A. H. U., Maço 977, estante 32, sala 9, processo 856 A, 4 ff. Cópia do relatório do Subdelegado de Saúde, Manuel da Costa Monteiro, tenente-médico, de 2 de Agosto de 1921. Refere o estado degradante em que chegaram os trabalhadores oriundos de Cabo Verde, onde, grassando uma fome terrível, eram arrebanhadas multidões de homens, mulheres e crianças em estado deplorável de saúde e completamente subnutridos. A bordo, dadas as condições sub-humanas em que faziam a viagem, sobretudo as duas últimas do vapor *Zaire*, muitos acabavam por falecer durante a viagem. Os restantes, como ele próprio afirma, "miseráveis física e fisiologicamente, avançam para as roças, [...] aonde surpreendidos com esta avalanche de doentes os serviços hospitalares, em grande parte já de si deixando a desejar, tornam-se então deficientes. Teem pois morrido muitos? - Sim; podiam ter morrido mais, mas também deviam morrer menos."

⁸ A.H.U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664 / A-5. Missiva do General Freire de Andrade, de 3 de Janeiro de 1924, para o Ministro das Colónias pedindo-lhe o envio de informações sobre as questões relacionadas com a escravatura, de molde a defender a posição portuguesa e a poder apresentar um projecto de recomendação que seria discutido em Setembro desse ano.

perguntas, enviado para os governadores-gerais das colónias, onde eram colocadas as seguintes questões⁹:

- Existem ainda alguns casos de escravatura ou tráfico de escravos nas Colónias?
- Nos usos indígenas está ainda em vigor a escravatura doméstica?
- Quais as medidas administrativas que, quer na Colónia, quer na Metrópole, foram tomadas nos últimos 50 anos para acabar com a escravatura propriamente dita e a escravatura doméstica?
- Quais os resultados dessas medidas?
- Tem havido indivíduos processados ou castigados por práticas de esclavagismo ou tráfico de escravatura?
- Quais as principais causas da escravatura ou tráfico de escravatura?
- Qual a influência que nela pode ter o livre comércio das armas ou da importação de bebidas alcoólicas?
- A importação de bebidas alcoólicas ou a sua fabricação local deve ser proibida? Só para os indígenas ou também para os europeus e equiparados?

Daí resultou a elaboração de uma extensa e pormenorizada "Memória", apresentada pelo governo português à Sociedade das Nações em 23 de Setembro de 1924¹⁰. Composta por sete pontos principais, analisava, não só as medidas legislativas e administrativas tomadas em relação às colónias directamente relacionadas com a questão da escravatura e do trabalho forçado, mas também as diversas acções implementadas pela administração portuguesa na caça aos negreiros, na luta contra o alcoolismo e na proibição da venda de armas e munições, de molde a diminuir os conflitos inter-étnicos, potenciadores do surgimento de focos de escravatura.

Os autores do documento enumeravam ainda, de forma detalhada, as populações de Angola e Moçambique em que fora possível apurar a existência de práticas de escravatura doméstica e servil e referiam a persistência de algumas formas de trabalho compulsivo ainda em vigor nas Colónias, como era o caso do "Chibalo" em Moçambique. Esta prática, de raízes locais, consistia na requisição pelos administradores coloniais de uma

⁹ A.H.U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664 / A-5. Circular de 16 de Janeiro de 1924, enviada a todos os governos das províncias portuguesas pela Secretaria-Geral do Ministério das Colónias.

¹⁰ A. H. U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664/A, pp. 1 a 62. "Memoire du Gouvernement Portugais en Réponse à la lettre du Secrétaire General de la Société des Nations du 11 Décembre 1923".

determinada circunscrição administrativa, às autoridades locais, e dos trabalhadores necessários à execução de trabalhos de utilidade geral; além disso, devia circunscrever-se aos territórios desses chefes¹¹. Em resultado dos muitos abusos a que dera origem fora regulada por uma portaria de 1907, que impedia a utilização de trabalhadores por particulares e limitava a extensão da sua requisição a um período máximo de sete dias por ano¹².

Por último, e respondendo às questões que lhe vinham sendo colocadas desde há algum tempo pela Comissão da Escravatura, o relatório analisava com alguma minúcia a lei de 14 de Outubro de 1914, que regulava o trabalho indígena nas diferentes colónias, a qual, como veremos, viria a ser alvo de violentas críticas por parte dos peritos internacionais, que afirmavam tratar-se de um diploma legislativo claramente lesivo dos interesses dos "africanos" em favor dos colonos.

3. A Comissão Temporária da Escravatura, com base nas informações apresentadas pelos diferentes governos à Sociedade das Nações (de que o Memorando português a que temos vindo a fazer referência é um bom exemplo¹³) e nas queixas apresentadas por organismos independentes de defesa dos direitos dos indígenas, vai então elaborar um conjunto de relatórios, culminando a sua acção com a apresentação em Génève, a 15 de Abril de 1925, de um Memorando em que se procedia a uma análise exaustiva do problema da escravatura nos diferentes continentes¹⁴.

Nesses documentos chamava-se a atenção, relativamente às colónias portuguesas, para a situação económica e social dos "contratados" enviados para S. Tomé, bem como para a existência de sistemas de angariação de mão-de-obra que, como o "Chibalo", a que atrás fizemos referência, eram considerados uma espécie de trabalho forçado muito próximo da escravatura. Neste particular criticavam fortemente as medidas administrativas e a generalidade da legislação em vigor, em especial a Lei de 14 de Outubro

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 32.

¹² Portaria n.º 917, de 7 de Dezembro de 1907.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ A. H. U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664/A-5, pp. 1 a 120. *Memorandum by Mr. H. A. Grimshaw on the Question of Slavery*, Génève, 15 de Abril de 1925.

de 1914, que regulamentava todas as questões relativas ao trabalho indígena nas colónias portuguesas, acusando Portugal de fornecer mão-de-obra ao Estado e aos particulares sem atender aos direitos mais elementares dos africanos e às especificidades próprias das suas sociedades¹⁵.

As autoridades portuguesas eram acusadas, sobretudo, de promoverem uma aplicação demasiado abrangente do articulado desta lei, que determinava que todo o "indígena" válido que não trabalhasse seria compulsivamente obrigado a fazê-lo, por forma a, como era afirmado no relatório do governo português presente à Sociedade das Nações em 1924, "melhorar progressivamente a sua condição social e a civilizar-se"¹⁶. Na realidade pretendia-se, para além de suprir o problema da falta de mão-de-obra, que o africano ganhasse o suficiente para pagar o imposto de palhota¹⁷ e comprar vestuário ou objectos importados. Segundo a Comissão, a administração colonial portuguesa considerava como "vagabundos" a generalidade dos homens que não trabalhassem a terra, quando, como é sabido, nas populações bantus essas tarefas eram domínio das mulheres, cabendo aos homens a construção e manutenção das casas e das aldeias, a caça, a confecção das roupas e, sobretudo, a defesa da sua família. Esse facto exponenciava, naturalmente, o número de potenciais indivíduos a serem engajados, tarefa que era deixada a cargo das autoridades tradicionais, dando azo, como referia a Comissão da Escravatura, a que fossem perpetrados inúmeros abusos e mesmo atropelos ao que a lei determinava.

Por último, os peritos chamavam ainda a atenção para a duração desse trabalho forçado (compulsivo segundo a administração portuguesa), que, de alguns dias por ano destinados a tarefas de interesse público, se alargava por vezes a algumas semanas e se repetia durante o mesmo período. Para agravar

¹⁵ A. H. U., Maço 977, estante 32, sala 9, processo 856 A, ff. 1 a 5. "Mémoire sur la Question de l'Esclavage, soumis à la Commission par le Bureau International pour la Defense des indigènes", Génève, 20 de Maio de 1925.

¹⁶ A. H. U., Sala 1, Maço 102, *Escravatura*, Processo 664/A, p. 36, "Mémoire du Gouvernement Portugais en Réponse à la lettre du Secrétaire General de la Société des Nations du 11 Décembre 1923".

¹⁷ Esta questão foi igualmente objecto da atenção da Comissão, que em 1924 questionou o governo português com o intuito de apurar o montante do imposto lançado sobre os "indígenas"; se havia "indígenas" isentos desse imposto e, em caso afirmativo, de quem se tratava e porquê; se era possível pagar o imposto através da prestação de trabalhos; por último, a quantos dias de trabalho de um homem correspondia o imposto. A. H. U., MU, GM, *Gabinete dos Negócios Políticos, Acordos, Convenções e Tratados*, 167, cx. 5, cópia do documento C. 532 - M.188 - 1924 VI C.T.E.17.

a situação, os salários pagos não estavam claramente definidos, sendo por isso difíceis de controlar, sobretudo quando os trabalhadores eram arregimentados, ainda que ilegalmente¹⁸, por particulares¹⁹.

4. Em resultado da “firme intenção de pôr fim ao tráfico de escravos em África”, já manifestada em 1889-90 pelos signatários do Acto Geral da Conferência de Bruxelas e reafirmada em 1919 com a assinatura da Convenção de Saint-Germain-en-Laye²⁰, vários Estados, entre os quais Portugal, assinaram em Genéve, em 25 de Setembro de 1926, uma “Convenção relativa à Escravatura” que, no entender dos seus subscritores, procurava eliminar, em todo o mundo, não só o tráfico de escravos e a escravatura, mas também todas as formas de trabalho forçado geradoras de situações análogas às da escravidão²¹.

O texto da Convenção de 1926 definia como escravatura “o estado ou condição do indivíduo sobre o qual se exercem os atributos do direito de propriedade ou alguns desses atributos”, afirmando, no ponto 2 do artigo primeiro, que o tráfico de escravos compreendia “todo o acto de captura, compra ou doação de um indivíduo com o objectivo de o reduzir à escravidão, [...] bem como a generalidade dos actos de comércio ou transporte de escravos”.

Os Estados contratantes obrigavam-se ainda, de acordo com o artigo segundo, a prevenir e reprimir todo o tráfico de escravos e a prosseguir a supressão completa de “todas as formas de escravatura de uma maneira progressiva e tão rápida quanto possível” em todos os territórios colocados sob a sua soberania, jurisdição, protecção ou tutela.

Comprometiam-se igualmente a impedir e reprimir o embarque e o desembarque, ou o transporte de escravos nas suas águas territoriais, assim como nos navios que ostentassem o seu pavilhão. Determinava-se ainda

¹⁸ A lei de 14 de Outubro de 1914 estipulava a impossibilidade de os indígenas assim arregimentados poderem trabalhar para particulares. *Idem, ibidem*, p. 32.

¹⁹ A. H. U., Maço 977, estante 32, sala 9, processo 856 A, ff. 5 a 7. “Mémoire sur la Question de l'Esclavage, soumis à la Commission par le Bureau International pour la Défense des indigènes”, Genéve, 20 de Maio de 1925.

²⁰ Para uma visão mais detalhada destas matérias veja-se: ONU, *La Repression de l'Esclavage*, Genéve, 1951.

²¹ A. H. U., MU, GM, *Gabinete dos Negócios Políticos, Acordos, Convenções e Tratados*, 167, cx. 5, cópia do texto da Convenção de Genéve de 1926.

que fosse negociada uma convenção geral sobre o comércio de escravos que impusesse obrigações similares às aplicadas ao comércio internacional de armamento, estabelecidas na Convenção de 17 de Junho de 1925. Esta determinação visava, como refere Adriano Moreira, “a futura reafirmação das disposições marítimas do Acto Geral de Bruxelas de 1890 com as zonas suspeitas do Oceano Índico e do Mar Vermelho”, o qual considerava o transporte de escravos por mar um acto de pirataria e, por isso, permitia às autoridades das potências contratantes a captura dos barcos e o aprisionamento das tripulações²².

No artigo quinto da Convenção, reconhecia-se que “o recurso ao trabalho forçado ou obrigatório podia ter graves consequências”. Cada um dos Estados devia, por isso, tomar medidas para evitar que nos seus territórios coloniais esse tipo de trabalho não gerasse instituições e práticas análogas às da escravatura. Mais se afirmava que o trabalho forçado ou obrigatório, quando existisse, apenas podia ser utilizado para fins de utilidade pública, mediante um salário adequado e sem que tal implicasse a mudança da residência habitual por parte dos trabalhadores envolvidos. As nações contratantes obrigavam-se ainda a envidar todos os esforços para lhe pôr fim tão rapidamente quanto possível e comprometiam-se a criar legislação oficial para reprimir as infracções às leis e regulamentos agora criados. Todos os Estados ficavam agora obrigados a comunicar essas mesmas leis ao Secretário-Geral da Sociedade das Nações. O diploma previa, finalmente, o recurso ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional para resolução dos litígios emergentes da Convenção, possibilitando ainda a faculdade de todas as nações a poderem subscrever, mesmo aquelas que não eram membros da organização. Aos Estados signatários era permitido subtrair alguns dos seus territórios à aplicação da Convenção (artigo 9.º), o que viria a ser seguido por alguns países, como a Inglaterra e a Espanha.

Em traços gerais, as nações signatárias concordavam na necessidade de pôr fim ao tráfico de escravos que persistia em algumas zonas de África,

²² Cf. Adriano Moreira, *Elementos para a Avaliação da Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravatura*, Lisboa, ed. policopiada, 1956, p. 9.

e do mundo em geral, e em incrementar uma política que erradicasse de forma gradual todas as formas de escravidão ainda existentes, razão pela qual conferiam um relevo especial ao problema da persistência de sistemas e práticas de trabalho forçado ou obrigatório, entendido como potencial gerador de situações de escravidão.

5. A aplicabilidade de todas estas medidas cedo se revelou difícil, com a maioria dos Estados a eximir-se das obrigações a que se havia comprometido, caso por exemplo do envio de relatórios anuais com indicações detalhadas das medidas legislativas ou administrativas tomadas para proceder à “abolição progressiva da escravidão e das condições análogas”. Revelador do desinteresse, ou mesmo da incapacidade, de muitos governos na resolução destes problemas é o facto, assinalado pela Comissão de Peritos em Assuntos de Escravidão, de muitas das nações que haviam assinado a Convenção de 1926 não a terem ainda ratificado seis anos mais tarde²³, situação que se manteria até, pelo menos, 1936²⁴.

Dez anos após a assinatura de um texto que se queria um marco na luta contra todas as formas de escravidão, a Comissão procurava ainda aliciar muitos dos Estados que se haviam recusado a assiná-la, com o argumento de que, à parte a eliminação do tráfico de escravos, que devia ser reprimido firmemente e de imediato, o fim da escravidão nas suas múltiplas vertentes poderia ser feito de forma progressiva, sobretudo quando pusesse em causa a organização social e política das populações em apreço. Tratava-se, afinal, do reconhecimento da diversidade de situações locais já que, como refere Roger Botte, “il faut se défier de toute generalisation” dada a coexistência de sociedades onde “l’asservissement constitue un principe structurant, d’autres où les esclaves jouent un rôle moins décisif dans la production, d’autres enfin où les esclaves interviennent pour une part négligeable dans la production”²⁵.

²³ Cf. Documento A. 34. 1932. VI. “Rapport de la Commission Consultative d’Experts”, n° 80, Genève, 1932.

²⁴ Cf. Documento C. 159. 1935. VI. “Rapport de la Commission Consultative d’Experts”, Genève, 10 de Abril de 1935, p. 6.

²⁵ Cf. Roger Botte, “Le Spectre de l’Esclavage”, in *Les Temps Modernes*, Dir. Claude Lanzman, n° 620-621, Paris, T. M., Agosto-Novembro de 2002, p. 147.

A necessidade de respostas aprofundadas e científicas, e não generalistas como as que até aí eram fornecidas pelas autoridades coloniais, vai agora, também por isso, ser um requisito da Comissão de Peritos. O exemplo apresentado como modelo a seguir é o do Congo Belga, onde a potência colonizadora pusera em prática, a partir de 1933, uma solução científica apoiada num vasto inquérito etnográfico sobre a escravidão. Não tardaria que Portugal lhe seguisse o exemplo com a elaboração de um questionário, em 1936, entretanto enviado para todas as Colónias.

« Poser au village » : Un régime de travail en transition, relations de pouvoir, et la fin des prestations forcées au Moyen-Congo français, 1935-1958

ALEXANDER KEESE*

Introduction: Le travail forcé – une pierre fondamentale de la vie socio-économique en Afrique subsaharienne sous domination française¹

Comme dans tous les systèmes coloniaux européens en Afrique subsaharienne, l'administration française en Afrique occidentale française et en Afrique équatoriale française fonda une bonne partie des activités de production et de travaux d'infrastructures sur le travail involontaire. C'était surtout le cas dans le secteur rural. Dans les villes africaines, souvent véritables villes coloniales, l'intérêt des fonctionnaires était, à partir des années 1920, d'éradiquer les principes « archaïques » dans l'organisation de la main-d'œuvre.² Ce processus inclut le renoncement à l'emploi de travailleurs involontaires, l'installation de relations de travail régulières, à partir de critères « modernes » et « rationnels », avec contrat et salaire fixe, et une image de l'« indigène » urbain comme un individu distinct du « traditionnel » de la vie à part.³ Au contraire, les systèmes de production agraire continuèrent à fonctionner par

* CEAUP.

¹ Je remercie Vincent Laniol (Paris) pour son soutien dans la correction de cet article.

² Cooper, Frederick, *Africa since 1940 : the past of the present* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002).

³ Cooper, Frederick, *Decolonization and African society: the labor question in French and British Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996); Penvenne, Jeanne-Marie, *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques* (London: James Currey et al., 1995).

la force comme critère principal. Les structures coloniales purent prescrire aux communautés africaines *in toto* des quotas de production de différents produits. Ainsi, dans l'Office du Niger du Soudan français, les administrateurs « encourageaient » la culture du coton sur des champs villageois.⁴ Cependant, le travail forcé put aussi être implémenté de manière plus directe, par des prestations que les habitants des villages africains durent fournir envers les autorités coloniales. Normalement, les « sujets africains » furent obligés de travailler un nombre défini de jours de prestations pour des œuvres prévues par l'administration, qui étaient souvent des travaux de construction pour les routes et les bâtiments publics, ceux-ci remplaçant finalement la prestation typique des obligations de portage, devenue moins nécessaire face à une infrastructure améliorée.⁵

Cependant, ainsi en Côte-d'Ivoire, les travailleurs forcés furent fréquemment obligés de travailler sur les champs des producteurs privés de cacao, qui étaient, avant la « révolution de cacao » aux années 1940, normalement de grands colons français. Plus frappant fut l'émergence d'un véritable réseau de transport de travailleurs voltaïques du pays Mossi pour les plantations de la zone du cacao.⁶ À côté de l'utilisation de travailleurs obligatoires pour les tâches propres de l'état, c'était donc l'emprunt de la force de travail aux producteurs agro-capitalistes ou miniers qui fut un trait caractéristique du système.

Dans toutes les parties de l'ancien Empire français, la Deuxième Guerre mondiale dut montrer les limites de l'exploitation par le système du travail forcé. Particulièrement, le demande de caoutchouc pour l'industrie de guerre fut immense et eut pour résultat la misère et le chaos généralisés.⁷ En Guinée française, le Gouverneur Fourneau, assez frustré, proposa d'alléger un système de prestations qui appauvissait les populations locales.⁸ Cela se

⁴ Van Beusekom, Monica M., 'Disjunctures in theory and practice: making sense of change in agricultural development at the Office du Niger, 1920-60', *Journal of African History* 41(1), 2000, pp. 79-99.

⁵ Massa, Gabriel, 'Le développement économique', dans Jean Clauzel (éd), *La France d'outre-mer (1930-1960). Témoignages d'administrateurs et de magistrats* (Paris: Karthala, 2003), voir 176-180.

⁶ Gervais, Raymond R. et Mandé, Issiaka, 'From crisis to national identity: migration in mutation, Burkina Faso, 1930-1960', *International Journal of African Historical Studies* 33(1), 2000, pp. 59-79.

⁷ Kalck, Pierre, *Histoire Centrafricaine* (Paris: L'Harmattan, 1992).

⁸ Archives Nationales du Sénégal (ANS), GGAOF 7G 1, Fourneau, Gouverneur français de la Guinée, *Rapport mensuel de novembre 1944 - Commentaires du Gouverneur sur l'exposé du Directeur de l'Agence de la B.A.O. de Conakry sur la situation de la Guinée* (sans numéro), sans date, 1.

passa finalement avec la suppression de l'institution après la fin de la guerre, dans une atmosphère de libération. L'abolition du travail forcé, après quelques luttes politiques, fut un premier succès énorme de la nouvelle classe politique en Afrique francophone. Quand même, nous n'avons presque aucune idée sur la mise en œuvre de cette nouvelle politique, et encore moins sur les conséquences sociopolitiques locales d'une telle mesure. Non seulement le système économique local, mais aussi le pouvoir régulateur des chefs indigènes avaient été fondé sur la possibilité de recruter de la main d'œuvre involontaire, non seulement pour le service de l'administration française, mais aussi pour les intérêts privés des chefs. Les effets de la perte de cet instrument ne sont guère recherchés.

Une raison de la réticence de l'historiographie récente à traiter des effets concrets de l'abolition est, probablement, que l'abolition fut le résultat d'une décision administrative relativement peu discutée. Au contraire de l'abolition de l'esclavage au XIX^e siècle qui fut la conséquence d'une campagne massive qui encadra, surtout en Angleterre, des milliers d'abolitionnistes, la fin du travail forcé concerna seulement quelques députés africains et l'administration française, et la mise en œuvre de l'abolition fut garantie exclusivement par les administrateurs, et ne fut jamais contrôlée. Réagissant à ce manque d'études, nous essaierons d'expliquer les conséquences de l'abolition pour le quotidien sociopolitique en Afrique francophone à partir d'une étude de cas, qui vise les régions du sud-ouest du Moyen-Congo français – aujourd'hui Congo-Brazzaville –, région de la deuxième ville du territoire, Pointe-Noire, et du pôle minier du Pool.

Un tailleur prend le pouvoir – changement social et conflit dans la période post-travail forcé

Le 23 Août 1951, un groupe de cinq hommes du petit village de Tchiamba, dans le district congolais de Pointe-Noire, suivi par la plupart des femmes du même village, quitta la surface de ses habitations pour aller au terrain entre Tchiamba et le village voisin de Tandou-Bizenzé. Le groupe,

mené par le tailleur pointénégrin Jean Nombo, beau-fils du chef de village Boubanga, commença à vider un petit marigot, source de pêche pour les deux villages. Quelques jours avant, le chef de village de Tandou-Bizenzé, François Makosso, avait forcé les femmes de Tchiaba à renoncer à pêcher dans le même marigot, insistant que c'était contre la tradition établie d'en prendre des poissons déjà en août. Sous la « protection » de Nombo et de ses adhérents, cette fois, les villageoises capturèrent les poissons qu'ils avaient voulus. En plus, Jean Nombo, ayant annoncé qu'il irait « casser la gueule » de François Makosso s'il arrivait pour empêcher les femmes de pêcher, tenta de provoquer le chef voisin pour se battre avec lui et avec ses hommes. Mais les hommes de Tandou-Bizenzé ne vinrent pas, évitant ainsi une bataille qui aurait pu avoir pour conséquences la mort de quelques habitants des deux villages.⁹

Ce qui semble être une simple affaire de bagarres entre deux communautés villageoises dans le contexte rural congolais, prend une signification plus complexe si l'on tient compte des processus sociaux qui sont inhérents dans la situation décrite. Bien que Jean Nombo fut marié à la fille d'un notable local, il reprit son assurance principalement à cause de sa position économique élevée. Au village, personne n'avait une position professionnelle comparable.¹⁰ Ainsi, on peut expliquer que le tailleur urbain Jean Nombo fut capable de motiver une garde personnelle pour son action, agissant, de l'autre côté, comme chef de village factuel. En plus, il est remarquable que l'artisan urbain Nombo retourne, quand même, à ce que peut lui donner le secteur rural et traditionnel, notamment une autorité « coutumière ».¹¹

Cette orientation fut même encore plus forte. Jean Nombo ne mena pas seulement une politique locale indépendante dans son village d'origine, il réclama aussi le droit de devenir le prochain chef de canton. Profitant de la mort de l'ancien chef Tchibassa et de la vacance du trône, il demanda à être

instauré de droit comme nouveau teneur du poste. Même plus, il souligna cette quasi-usurpation en prétendant ouvertement, face à quelques habitants de son village, être cependant installé comme chef de canton, sans mentionner le rôle de l'administrateur français dans ce changement.

Le comportement de Jean Nombo dans l'affaire de Tchiamba montre un changement profond dans les relations sociales dans les régions rurales du Moyen-Congo. Le fait que d'autres groupes sociaux purent maintenant participer à la quête d'une position de « chef traditionnel » nous indique que les anciens titulaires avaient perdu leur prestige dans les décades antérieures. Cependant, ce type de prestige fut souvent lié au rôle du « chef indigène » de garantir le régime de travail, en contrôlant la fourniture de prestataires pour les œuvres en travail forcé. Le chef pouvait ainsi compter sur le soutien de l'administrateur lorsqu'il exécutait bien cette tâche, et il pouvait éventuellement en profiter encore plus directement, en canalisant des travailleurs potentiels à ses propres champs, pour y travailler sans rémunération. Déjà à la fin des années 1930, les titulaires des chefferies luttèrent avec un problème assez sérieux d'autorité.¹² Le même Tchibassa dont la position fut demandée après sa mort par Jean Nombo, avait déjà en 1940, essayé d'établir une réputation de sorcier, intimidant ainsi les habitants de son canton pour qu'ils obéissent à ses vœux. Tchibassa et le chef de terre de Fouta furent pour quelques mois poursuivis par la justice française pour des actes de sorcellerie¹³. Mais alors qu'ils avaient montré leur volonté, avant 1946, de pousser à la production et à la garantie des prestations, l'administration coloniale française s'engagea pour tenir leur prestige¹⁴. Cette situation dut changer, en conséquence, quand l'institution du travail forcé fut abolie sous la pression pendant la deuxième moitié des années 1940 et les chefs perdirent le dernier moyen puissant pour discipliner leurs « sujets ».

⁹ CADN, Fonds Brazzaville 78, Vincent-Génod, Chef du District de Pointe-Noire, au Chef de la Région de Kouilou, *Procès-Verbal* (n° 194/DPN), 1^{er} oct. 1951, pp. 1-3.

¹⁰ CADN, Fonds Brazzaville 78, Vincent-Génod au Chef de la Région de Kouilou, *Procès-Verbal* (n° 194/DPN), 1^{er} oct. 1951, p. 10.

¹¹ CADN, Fonds Brazzaville 78, Vincent-Génod au Chef de la Région de Kouilou, *Procès-Verbal* (n° 194/DPN), 1^{er} oct. 1951, pp. 3-4, 6, 12.

¹² CADN, Fonds Brazzaville 75, Jacoulet, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Premier Semestre 1939* (sans numéro), 7 août 1939, p. 14.

¹³ CADN, Fonds Brazzaville 75, Tillault, Chef de la Subdivision de Pointe-Noire, *Rapport Politique: Année 1940* (sans numéro), 22 Jan. 1941, p. 1.

¹⁴ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Deuxième Semestre 1938* (sans numéro), 1^{er} mars 1939, p. 10.

La fin du travail forcé: une lutte pour le maintien de l'exploitation?

Dans quelques parties de l'Afrique française, la liquidation de l'ancien système de travail forcé, omniprésent à moins dans tous ces cas où des compagnies européennes participaient à la vie économique locale, fut seulement obtenue par une lutte assez acharnée et féroce. Ce fut le cas en Côte d'Ivoire où le triangle libéral de l'administration française, incluant le Gouverneur Pierre Latrille, et ses adjutants Bru et Lambert, s'opposa massivement, en 1944, au lobby des colons français décidés à ne pas renoncer au principe du travail involontaire¹⁵. La coopération des forces réformatrices dans l'administration avec la nouvelle caste de politiciens africains locaux, en particulier avec Félix Houphouët-Boigny et son Syndicat Agricole Africain, ainsi que la pression des nouvelles Assemblées Nationales françaises élargies par des députés africains, aboutirent, finalement, à l'abolition du système d'exploitation de la force de travail des Africains¹⁶. Cependant, la lutte acharnée dura deux ans. La disparition du travail forcé se fit avec beaucoup de bruit dans la colonie du café, avec une multitude d'invectives, de pamphlets et d'articles de presse lancés par le lobby des planteurs, qui proférèrent que l'abolition du système aurait pour conséquence une catastrophe économique pour toute la colonie¹⁷.

En Afrique équatoriale, l'expérience de la fin du système de travail forcé fut, au contraire, complètement différente. Comme il n'y eut pas d'influents lobbys de « grands colons » actifs dans les médias locaux ou métropolitains, la pratique disparut simplement. C'est aussi plus remarquable quand nous tenons compte du fait que les administrateurs eux-mêmes avaient souligné, dans un courant d'idées identique à celui des colons

¹⁵ ANS, GGAOF 17G 23, Latrille, Gouverneur de la Côte d'Ivoire, à Pleven, Commissaire des Colonies (sans numéro), 24 Avril 1945.

¹⁶ Benoist, Joseph Roger de, *L'Afrique occidentale française de 1944 à 1960* (Dakar: Les Nouvelles Editions Africaines, 1982), 53-56; Chafer, Tony, *The End of Empire in French West Africa. France's Successful Decolonization?* (Oxford - New York: Berg, 2002), pp. 59-60, 65.

¹⁷ Lawler, Nancy, 'Reform and repression under the Free French: economic and political transformation in the Côte d'Ivoire', *Africa (London)* 60(1), 1990, pp. 88-110.

blancs de la Côte d'Ivoire, que leurs districts ne seraient pas viables sans l'institution du travail forcé¹⁸. Au premier regard, les statistiques semblent vérifier que l'institution était vitale pour l'ordre économique colonial. A partir de la documentation dont nous disposons pour des districts singuliers du Congo-Brazzaville, nous pouvons faire des estimations sur le rôle du régime de travail dans les dernières années de son existence. Ainsi, dans le district du Niari-Sibiti, le travail forcé subit une baisse considérable, probablement sous les pressions initiales du nouveau Gouvernement Général installé par le Ministre des Colonies du Front Populaire, Marius Moutet¹⁹. En 1936, l'administrateur Pouzergue demanda seulement 28 460 journées de travail obligatoire aux habitants de la subdivision, un nombre encore considérable mais réduit en comparaison à d'autres chiffres²⁰. Son successeur Jean Lagadec vit cette situation comme impossible. Avec l'absence des crédits nécessaires pour mécaniser plus la construction des routes et pour garantir une rémunération attractive pour des travailleurs volontaires éventuels, Lagadec durcit à nouveau le système²¹. Dans la première moitié de 1937, les Congolais de la subdivision durent travailler 23 000 jours comme prestataires, auxquels s'ajoutèrent 18 710 autres à partir du début de Juillet, typiquement en entités de dix jours²².

Ces chiffres restèrent plus ou moins sur le même niveau pour les semestres suivants, avec quelques fluctuations. Avec la participation de l'Afrique Equatoriale Française comme base gaulliste pendant la Deuxième Guerre mondiale, le nombre de jours de travail involontaire s'accrut une fois plus. Les Congolais eurent à travailler 52 512 jours pour l'Etat en 1940. Alors que

¹⁸ Bernault, Florence, *Démocraties ambiguës en Afrique Centrale. Congo-Brazzaville, Gabon: 1940-1965* (Paris: Karthala, 1996), pp. 119-120.

¹⁹ Coquery-Vidrovitch, Catherine (éd.), 'The Popular Front and the Colonial Question. French West Africa: An Example of Reformist Colonialism', dans Tony Chafer et Amanda Sackur (éds), 'French Colonial Empire and the Popular Front. Hope and Disillusion' (Basingstoke: Macmillan, 1999), pp. 155-169; Brot, Michel, 'Did the Popular Front Have Any Significant Impact in Guinée?', dans Tony Chafer et Amanda Sackur (éds), 'French Colonial Empire and the Popular Front. Hope and Disillusion' (Basingstoke: Macmillan, 1999), pp. 188-202.

²⁰ CADN, Fonds Brazzaville 83, Pouzergue, Chef de Subdivision du Niari-Sibiti, *Rapport sur la Situation Politique : 1936* (sans numéro), sans date, p. 15.

²¹ CADN, Fonds Brazzaville 83, Jean Lagadec, Chef de Subdivision du Niari-Sibiti, *Rapport du 1^{er} semestre 1937* (sans numéro), 30 juin 1937, p. 10.

²² CADN, Fonds Brazzaville 83, Lagadec, *Rapport du 2^{ème} semestre 1937* (sans numéro), 14 janv. 1938, p. 18.

le chef de subdivision, Georges Ducret, utilisa la plupart de ces prestations (plus de 80%), dans la construction des routes, la production de ressources vitales pour la guerre en Afrique du Nord augmenta aussi considérablement²³. En 1941, 101 travailleurs obligatoires furent fournis pour les extractions minières, afin d'augmenter la production de minéraux stratégiques²⁴. A partir de 1942, il devint visible qu'à côté des tâches du travail forcé, de plus en plus d'habitants du Niari tentèrent de gagner eux-mêmes des salaires dans l'industrie locale ou par la migration saisonnière. Pour la première fois, l'administration locale put transmettre l'information, qu'une partie considérable des travailleurs profitait de la possibilité du rachat, de la substitution des obligations de travail par le paiement d'une somme d'argent²⁵. En 1942/43, les jours de travail forcé pour les prestataires avaient été réduits à 47 460 pour 12 mois, alors que le rachat arriva à un niveau de 62.442FF²⁶.

Mais le Gouverneur du Moyen-Congo, Fortune, ne fut pas content de la situation. Il poursuivit, avec l'accroissement de l'engagement français dans la guerre en Europe, une politique de forte exploitation des populations congolaises et proposa, notamment, une augmentation des taxes. Au même moment, il pressa les administrateurs des subdivisions de Mandingou-Kayes, Kibangou et M'Vouti et du département de Niari de coopérer plus étroitement, pour empêcher le départ de potentiels travailleurs forcés qui avaient l'intention de s'évader des obligations pour l'empire français en guerre²⁷. En conséquence, en 1944, Charles Marmiesse, chef de la subdivision de Niari-Sibiti, augmenta le taux des rachats²⁸. Les Congolais de la subdivision réagirent avec une évasion par migration saisonnière ou permanente

²³ CADN, Fonds Brazzaville 83, Georges Ducret, Chef de Subdivision du Niari-Sibiti, *Rapport politique : Année 1940* (sans numéro), 10 janv. 1941, p. 23.

²⁴ CADN, Fonds Brazzaville 83, Charles Marmiesse, Chef de Subdivision du Niari-Sibiti, *Rapport politique : Année 1941* (sans numéro), 31 déc. 1941, p. 9.

²⁵ CADN, Fonds Brazzaville 83, Marmiesse, *Rapport politique : Année 1942 - Premier semestre* (sans numéro), 30 juin 1942, p. 7.

²⁶ CADN, Fonds Brazzaville 83, Marmiesse, *Rapport politique : Année 1943 - Premier semestre* (sans numéro), 30 juin 1943, p. 6.

²⁷ CADN, Fonds Brazzaville 83, Fortuné, Gouverneur du Moyen-Congo, au Chef du Département du Niari (n° 922/APAG), sans date, p. 1.

²⁸ CADN, Fonds Brazzaville 83, Marmiesse, *Rapport politique : Premier semestre - Année 1944* (sans numéro), 8 juillet 1944, p. 1.

accrue, principalement pour le port de Pointe-Noire. Edouard de Larminat rapporta que l'hostilité des habitants du Sibiti avait tenu le caractère d'une « fronde », que bien qu'ils ne refusaient pas le travail, ils prenaient toute mesure possible pour éviter les tâches du système de travail forcé²⁹.

Cela dit, il est remarquable que le travail forcé disparut silencieusement et complètement des rapports du Sibiti en 1946. Il ne se trouve aucune remarque sur une catastrophe économique, de même qu'aucune réelle explication sur façon dont l'administration française « en brousse » put substituer la main-d'œuvre perdue.³⁰ L'ambiance en 1946 laissait supposer que le travail forcé n'avait jamais existé ...

Changer la signification de « travail » et « pouvoir traditionnel » : un système en altération pendant les années 1930

Les grands changements dans les relations de travail furent déjà impulsés dans la deuxième moitié des années 1930 dans la partie occidentale du Moyen-Congo français. Un aspect de cette évolution fut l'expérience des populations Loango et Vili du sud-est de l'agglomération de Pointe-Noire qui cherchaient à obtenir des articles de luxe et une certaine mobilité sociale par la migration vers le centre urbain. Leurs succès étaient symbolisés « dans les villages éblouis par le luxe des jeunes gens qui viennent le dimanche faire contempler leurs beaux costumes et leur vélo flambant neuf ». Cependant, les chefs indigènes sentirent assez clairement la perte de contrôle envers les sociétés locales s'ils coopéraient avec les plans de l'administration pour attirer plus de travailleurs africains pour les projets d'industrialisation dans la ville et dans les régions minières de la région. Le résultat paradoxal fut que les chefs restèrent souvent invisibles pendant les tournées de recrutement de main d'œuvre, et que les villageois se cachèrent des brigades mobiles de l'admi-

²⁹ CADN, Fonds Brazzaville 83, Edouard de Larminat, Chef de Subdivision du Sibiti-Komono, *Rapport politique de l'Année 1945* (sans numéro), 4 janv. 1946, p. 3.

³⁰ CADN, Fonds Brazzaville 83, Lucien Jacob, Chef du District du Sibiti-Komono, *Rapport politique de l'année 1946* (sans numéro), sans date.

nistration.³¹ Avec la Deuxième Guerre mondiale, les courants de migration pour les centres urbains de Pointe-Noire et de Dolisie, avec l'opportunité de gagner un travail salarié, devinrent plus forts. Entre la soumission aux obligations des chefs et les contributions croissantes pour l'effort de guerre français, les populations réagissaient en disparaissant.³² Ces chefs avec peu d'autorité ne purent guère empêcher ces flux, même pas avec les obligations de travail comme instrument de discipline. Parfois, ils tentèrent quand même de briser l'influence des pôles naturels d'attraction pour « leurs » ouvriers. Alors qu'ils ne pouvaient pas restreindre l'exode de leurs sujets pour les centres urbains, quelques chefs de villages, comme Guillaume N'Koussou et Jean-Marie Makaya de la terre de Mabindou, tentèrent d'harasser les stations de mission pour leur diminuer leur prestige et leur fonction comme lieux de refuge pour des travailleurs involontaires.³³

Pour les chefs indigènes de la région de Pointe-Noire qui jouissaient de plus d'autorité, ces processus socio-économiques furent encore peu menaçants. Ils jouèrent un rôle minime dans les conflits entre les notables pour les postes de pouvoir. Ainsi, les éruptions dans l'entité administrative « traditionnelle » de Bavili-Est furent des véritables luttes de notables : le chef de terre de M'Boukou, Makosso Ma Luisi, tenta d'usurper la position du chef de région, Bouti-Kouka, soulignant que ce dernier était un membre d'une famille d'origine esclave.³⁴ Même des individus « modernes », comme le futur député du Moyen Congo, « l'intrigant Pierre Tchikaya, ancien écrivain à l'Intendance, délégué suppléant au Conseil d'Administration du Moyen-Congo », jouèrent le jeu suivant les mêmes règles. Tchikaya en essaya de gagner le poste du chef de terre de Loango, Tati

³¹ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Deuxième Semestre 1936* (sans numéro), 31 May 1937, pp. 13-14. Sur les objets de mode et de luxe du centre urbain de Brazzaville, comp. Martin, Phyllis, 'Contesting clothes in colonial Brazzaville', *Journal of African History* 35(3), 1994, pp. 401-426.

³² CADN, Fonds Brazzaville 83, Fortune, Gouverneur français du Moyen-Congo, au Chef du Département de Niari (n° 922/APAG), sans date, pp. 1-2.

³³ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Premier Semestre 1936* (sans numéro), 12 Oct. 1937, pp. 7-9.

³⁴ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Premier Semestre 1936* (sans numéro), 12 Oct. 1937, pp. 9-10 ; CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Deuxième Semestre 1937* (sans numéro), 10 Avril 1938, p. 13.

Bit.³⁵ Dans ces conflits, le pouvoir socio-économique des contestataires, fondé sur le travail forcé, eut un poids minime en comparaison avec les relations avec les notables locaux et avec l'administration européenne. Cependant, les chefs purent utiliser leurs instruments de force socio-économique occasionnellement, pour fortifier leur position. Surtout, Benoît Loembe, planteur vili, utilisa sa position familière comme membre d'une famille de notables pour obtenir de la main d'œuvre quasi gratuite pour ses plantations, et profita de ses fortunes pour demander une chefferie régionale pour lui-même.³⁶ Nonobstant cet exemple, la participation des chefs « traditionnels » à l'exploitation de la force de travail involontaire fut encore un mécanisme implicite dans les années 1930, qui dut influencer les relations sociales seulement dans la période d'après l'abolition.

Le tableau change : abolition et industrialisation au Moyen-Congo après la Deuxième Guerre mondiale

La fin des années 1940 vit dans la région de Pointe-Noire une industrialisation rapide et massive, qui fut beaucoup plus énergique que toute initiative avant la Guerre, bien que les ouvriers eurent à lutter avec une explosion des prix et une stagnation des salaires.³⁷ Les compagnies dans cette partie du Moyen-Congo, aussi industrielles que minières, profitèrent du non-paiement d'une rémunération élevée pour mécaniser les processus de production et d'exploitation.³⁸ En dépit de la situation salariale difficile, des milliers de travailleurs migrèrent pour Pointe-Noire et pour le Pool. Dans les autres districts, le manque de main d'œuvre était omniprésent.³⁹

³⁵ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Premier Semestre 1938* (sans numéro), sans date, pp. 8-9.

³⁶ CADN, Fonds Brazzaville 75, Chef du Département de Kouilou, *Rapport Politique du Deuxième Semestre 1938* (sans numéro), 1^{er} Mars 1939, p. 10.

³⁷ CADN, Fonds Brazzaville 77, Ragi, Chef du District de M'Vouti, *Rapport Politique Annuel : Année 1949* (sans numéro), sans date, p. 14.

³⁸ CADN, Fonds Brazzaville 90, Cras, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique : Année 1953* (sans numéro), 15 Févr. 1954, p. 1/1.

³⁹ CADN, Fonds Brazzaville 77, Chef du District de Pointe-Noire, *Rapport Politique pour l'Année 1949* (sans numéro), Janvier-Février 1950, p. 23.

Dans la première moitié des années 1950, ces tendances se renforcèrent, surtout dans le district du M'Vouti.⁴⁰ En plus de Pointe-Noire ou de la région minière du Pool, les lieux de migration saisonnière furent les villes de Matadi et de Luozi au Congo Belge.⁴¹ Les conditions du boom minier permirent à l'administration en 1954, de réaliser l'introduction du Code du Travail chez les entreprises industrielles et minières sans protestes, améliorant ainsi considérablement une autre fois les conditions de la main d'œuvre migrante.⁴² En même temps, ces Congolais qui osèrent commencer leurs propres entreprises ou projets économiques échouèrent normalement, de même que quelques chefs « traditionnels » ambitieux.⁴³

D'un autre côté, les sociétés industrielles passèrent néanmoins par une période de problèmes de recrutement directement après la fin du travail forcé. Alors que, dans beaucoup de cas, le recrutement des travailleurs fonctionna sans problèmes, dans d'autres cas les hommes d'affaires et l'administration eurent beaucoup de problèmes pour accepter des nouvelles règles du jeu.⁴⁴ Chez les compagnies de SAE Fourastié, SCB et SMK, les ouvriers se mirent en grève, à la suite d'ambiguïtés dans le système de recrutement et en protestation contre les salaires trop faibles.⁴⁵ Bien que les gérants de la SMK prétendaient que la grève était l'action de voleurs d'or notoires qui protestèrent ainsi contre plus de contrôles dans la compagnie, la vérité semblait être plus liée aux problèmes dans les relations de travail. Encore en 1949, l'administrateur Auzière réagit à l'existence d'un grand nombre de travailleurs réfugiés de l'entreprise Golliard – travailleurs seulement sémi-

⁴⁰ CADN, Fonds Brazzaville 79, Guicheteau, Chef du District de M'Vouti, *Rapport Politique Annuel* (sans numéro), 31 Déc. 1954, p. 2.

⁴¹ CADN, Fonds Brazzaville 90, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique : Année 1954* (sans numéro), sans date, p. 1/4.

⁴² CADN, Fonds Brazzaville 79, Kerneis, Chef du District de Madingo-Kayes, *Rapport Politique Annuel : 1954* (sans numéro), 10 Janv. 1955, p. 7.

⁴³ CADN, Fonds Brazzaville 79, Guicheteau, Chef du District de M'Vouti, *Rapport Economique Annuel [1956]* (sans numéro), 31 Déc. 1956, p. 11.

⁴⁴ CADN, Fonds Brazzaville 77, Maillier, Chef de la Subdivision de Madingo-Kayes, *Rapport Politique : premier semestre 1945* (sans numéro), 21 Juillet 1945, p. 7.

⁴⁵ CADN, Fonds Brazzaville 77, Titaux, Chef adjoint de la Région de Kouilou, *Rapport politique : année 1946* (sans numéro), sans date, pp. 7-8.

volontaires – en initiant une rafle qui « a permis de prendre – la main dans le sac – la plupart de ses manœuvres ». ⁴⁶ Cette mesure fut assez similaire au recrutement forcé d'avant 1946 et montre les problèmes des administrateurs français à renoncer à ces moyens dans toutes les circonstances.

Un problème similaire apparut concernant le ravitaillement du personnel des entreprises, qui était auparavant fondée sur la fourniture de la nourriture par les habitants des villages adjacents, forcés à la culture obligatoire par les chefs indigènes. L'agent principal de la SMK, Marchesseau, fut furieux du refus des villageois de travailler obligatoirement pour la compagnie. Il semble que Marchesseau n'obtint pas le soutien de l'administration et trouva une autre solution. Employant un groupe de mercenaires, il laissa attaquer un des villages pour intimider les populations.⁴⁷ Nous ne pouvons pas vérifier si cette épisode est une vraie histoire ou un mythe, mais son existence nous montre que les administrateurs et colons blancs n'avaient pas encore supprimé le moyen du travail involontaire de leur répertoire.⁴⁸ C'est seulement dans les années 1950 que nous n'avons plus de rapports sur de telles pratiques. Dans le même moment, le bouleversement des structures sociales originalement influencées par la réalité du travail forcé commença à être de plus en plus décisif.

L'adaptation de la chefferie : travail libre et rivalités changées

Au premier abord, la fin de la Deuxième Guerre mondiale ne sembla guère changer la situation dans les chefferies. L'administration française, sans doute animée par les conceptions formulées par Félix Eboué, Gouverneur

⁴⁶ CADN, Fonds Brazzaville 77, Auzière, Chef du District de Madingo-Kayes, *Rapport politique : année 1948* (sans numéro), 4 Févr. 1949, pp. 5-6.

⁴⁷ CADN, Fonds Brazzaville 92, Tchibouanga Tchissambou, Commerçant, Village de Dolla, District de Madingo-Kayes, au Juge de Paix à Pointe-Noire (transportée par Berrod, Chef Adjoint de la Région de Kouilou, sans numéro), 3 Juin 1948, p. 1.

⁴⁸ CADN, Fonds Brazzaville 77, Télégramme d'Auzière à da Costa, Chef de la Région de Kouilou (n° 653), 7 Sept. 1948, p. 1.

Général décédé de l'Afrique Equatoriale Française, qui voulut renforcer le « pouvoir traditionnel », pressa pour une pratique « correcte » dans les questions de succession dans les chefferies. Ainsi, la succession dans les chefferies de Dilou-Mamba et de Yanika se déroula sous l'impulsion des notables, sans problèmes.⁴⁹ Dans quelques cas, les conflits entre différentes familles sur des droits coutumiers, ainsi dans le M'Vouti entre la famille « royale » du Ma Loango et des chefs de terres influents, comme Emile Makosso, purent créer des tensions dans la région.⁵⁰ Il n'y eut aucun signe de grands changements sociaux dans les secteurs ruraux du pays, et les préoccupations des chefs munis d'une autorité réelle furent plus concentrées sur l'influence de prophètes « féticheurs ».⁵¹

Mais deux ou trois ans après l'abolition du travail forcé et après que les premiers conflits dans les lieux de travail se soient produits, les effets sur le pouvoir « traditionnel » furent plus visibles. Au Madingou-Kayes, dans la région du Pool en processus d'industrialisation, les fonctionnaires français louaient en même temps le fait que tous les jeunes hommes de bonne santé devenaient des travailleurs migrants, mais regrettaient que « cependant devant cette progression constante du salariat une émancipation se produit : on échappe de plus en plus à la tutelle du chef traditionnel pour obéir au patron ou au « capita ».⁵² Cette « émancipation » se trouva même chez les jeunes femmes, contre lesquelles les chefs ne possédaient aucun moyen de sanction pour empêcher une migration de prostitution au centre urbain de Pointe-Noire.⁵³ Et la situation s'aggrava. Elle fut la plus délicate au district de Pointe-Noire, où la migration pour la ville était presque généralisée et où les travailleurs, en théorie encore loyaux aux

⁴⁹ CADN, Fonds Brazzaville 77, Peuvergne, Chef du Département de Kouilou, *Rapport politique : année 1945* (sans numéro), 1^{er} mars 1946, p. 12.

⁵⁰ CADN, Fonds Brazzaville 77, Titaux, *Rapport politique : année 1946* (sans numéro), sans date, p. 6 ; CADN, Fonds Brazzaville 77, Sautour, Chef du District de M'Vouti, *Année 1947: Rapport Politique Annuel* (sans numéro), 31 Mars 1948, p. 1.

⁵¹ CADN, Fonds Brazzaville 77, Bancel, Chef du District de Pointe-Noire, *Rapport sur la Situation Politique* (sans numéro), sans date.

⁵² CADN, Fonds Brazzaville 90, Cras, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique Annuel 1949* (sans numéro), 6 Févr. 1950, p. 1.

⁵³ CADN, Fonds Brazzaville 77, Perin, Juge Suppléant à Pointe-Noire, à da Costa (sans numéro), 6 Juillet 1948, p. 3.

autorités suprêmes des Vilis, furent confrontés avec « la négation de l'autorité ancienne ».⁵⁴ En 1951, les tensions de ces travailleurs migrants avec les autorités indigènes des villages et des cantons devinrent de plus en plus marquantes. Dans quelques villages, il s'agissait d'une véritable campagne, réalisée par des jeunes hommes vivant et travaillant dans l'agglomération de Pointe-Noire, et retournant aux maisons de leurs familles parfois, afin de « poser au village » ou de pousser « les habitants à la paresse ».⁵⁵ Dans quelques parties du sud-ouest congolais, le processus d'érosion de la chefferie sembla s'accélérer à la fin de la décade. Au district de Madingou, plusieurs chefs continuèrent de régner seulement par l'aide du chef du district français.⁵⁶ A Cotovindou, une majorité de la population demanda la démission du chef de canton Jean-Félix Mavoungou, vivant lui-même à Pointe-Noire, et du chef de terre Bousseka Wola.⁵⁷ Au premier regard, tout le système de chefferie paraissait être en dissolution, comme conséquence de la perte des pouvoirs « traditionnels » au cours de l'abolition.

Mais comment s'explique dans ces circonstances l'histoire extraordinaire de Jean Nombo, le tailleur de Tchiamba ? En réalité, comme résultat des changements sociaux, nous ne voyons pas une érosion de la chefferie comme phénomène, mais une redéfinition et même une augmentation du prestige de ces postes traditionnels. Les travailleurs migrants conclurent de leur liberté de travail et de leurs rémunérations élevées avoir un droit légitime d'entrer dans la compétition pour les chefferies, surtout à l'échelon villageois. En même temps, les chefs furent forcés de s'adapter à ces circonstances. Comme ils ne purent plus compter sur leur contrôle sur la main d'œuvre locale, ils commencèrent à privatiser les terres, à renforcer leur tendance à utiliser une partie de ces terres comme leurs propres plan-

⁵⁴ CADN, Fonds Brazzaville 78, Perilhou, Chef du District de Pointe-Noire, à Gov./CON (n° 373/RK), 31 May 1950, pp. 1-2.

⁵⁵ CADN, Fonds Brazzaville 78, Bancel, Chef du District de Madingo-Kayes, *Rapport Politique: Année 1950* (sans numéro), 15 Févr. 1951, p. 1. Sur l'influence des cultures matérielles de Brazzaville, voir Martin, Phyllis, 'Contesting clothes in colonial Brazzaville', *Journal of African History* 35(3), 1994, pp. 401-426.

⁵⁶ CADN, Fonds Brazzaville 80, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique : Année 1956* (sans numéro), 5 Janv. 1957, p. II/4.

⁵⁷ CADN, Fonds Brazzaville 79, Foucher, Chef du District de Madingo-Kayes, *Rapport Mensuel Juin 1957* (n° 12/CF), 30 Juin 1957, p. 1.

tations pour l'exportation, à profiter des salaires des travailleurs migrants dans leur propre famille et à encourager même ces migrations, et à occidentaliser fortement leur propre « genre de vie ». ⁵⁸ Les partis des « évolués » qui tirèrent ses militants non plus majoritairement des fonctionnaires noirs de l'administration, mais des travailleurs migrants, attaquèrent verbalement les chefs, mais ils furent loin d'imaginer un pouvoir local sans la chefferie. Ainsi, le Parti Populaire Congolais (P.P.C.) de Jean-Félix Tchicaya demanda dans la première moitié des années 1950 la destitution du Ma Loango, du chef supérieur des Vili – mais seulement pour lui substituer par un parent plus « moderne » et qui fut membre du parti ! ⁵⁹ Après l'intensification de la question « coutumière » dans les luttes électorales, le Ma Loango se « modernisa » lui-même, et devint un des planteurs les plus importants de la région. ⁶⁰ Quelques mois plus tard seulement, il devint un des supporters les plus influents de Tchicaya. ⁶¹ En général, les chefs « modernes » jouèrent un rôle de plus en plus accepté dans les élections, et furent une force importante dans les processus électoraux. ⁶² Ainsi, d'un côté les chefs de pouvoir moyen eurent l'occasion de compléter leur autorité avec une « modernisation » ostentatoire, privilégiant quelques membres des familles de notables, comme dans le cas de la terre de Pinda où le neveu du chef décédé Jean Matola put utiliser sa réputation de « moderne » pour s'assurer de la chefferie. ⁶³ D'un autre côté, les chefs purent participer à une hiérarchie pyramidale de patrons, dans laquelle souvent les conseillers territoriaux élus, se créèrent un entourage de chefs puissants, comme dans le cas de Bakala à Madingou. ⁶⁴

⁵⁸ CADN, Fonds Brazzaville 90, Cras, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique : Année 1952* (sans numéro), 6 Janv. 1953, p. II/2.

⁵⁹ CADN, Fonds Brazzaville 78, Perilhou à Le Layec, Gouverneur français du Moyen-Congo (n° 373/RK), 31 May 1950, pp. 2-3.

⁶⁰ CADN, Fonds Brazzaville 79, Vincent-Genod, Chef du District de Pointe-Noire, *Rapport Politique de 1954* (sans numéro), sans date, p. 2.

⁶¹ CADN, Fonds Brazzaville 79, Uzel, Chef du District de Madingo-Kayes, *Rapport Politique 1955* (sans numéro), sans date, p. 2.

⁶² CADN, Fonds Brazzaville 78, Chef de la Région de Kouilou, *Rapport Annuel [1951]* (sans numéro), sans date, p. 2.

⁶³ CADN, Fonds Brazzaville 90, Le Calvez, Chef p.i. du District de Madingou, Région Niari-Bouensa, *Rapport politique : Année 1957* (sans numéro), 27 Févr. 1958, p. 4.

⁶⁴ CADN, Fonds Brazzaville 90, Chef du District de Madingou, Région du Pool, *Rapport politique : Année 1954* (sans numéro), sans date, p. I/3.

Qui avait cru que la chefferie était en train de disparaître après la première moitié des années 1950, dut témoigner une popularité retrouvée, bien que redéfinie dans l'organisation de pouvoir « traditionnelle » à la fin de la période coloniale au Moyen-Congo.

Conclusion

Au premier regard, l'histoire de Jean Nombo le tailleur nous paraît absurde et son comportement simplement grossier. Cependant, l'épisode nous montre de manière exemplaire les mécanismes d'action des individus après l'abolition du travail forcé. Nombo vit sa chance d'assumer une position de leader dans son village et même au canton dans ses capacités de travailleur salarié et dans sa formation. Il était une personne qui emporta un prestige considérable de sa résidence à Pointe-Noire. Au même moment, les activités de Nombo ne visèrent jamais une fin de la chefferie. Au contraire, elles montrent une redéfinition de l'éligibilité pour les positions de pouvoir « traditionnel » au Moyen-Congo, cette éligibilité étant demandée maintenant par des individus bien rémunérés et expérimentés dans le « genre de vie » occidentalisé.

Ainsi, les bouleversements après l'abolition du travail forcé furent ambigus. Techniquement, la mise en œuvre de la suppression du travail involontaire fut beaucoup plus facile que prévue, les administrations locales renoncèrent simplement à recruter des ouvriers sans leur accord, et ne parlèrent jamais plus de cette institution de force. Pour les représentants des entreprises et pour quelques fonctionnaires, ce fut plus difficile d'apprendre que les conditions de recrutement avaient changé si profondément. Cependant, les grèves et les quelques conflits armés mineurs des années suivant l'abolition forcèrent les patrons et les quelques administrateurs conservateurs à consentir à la liberté de travail des populations locales.

Pour les chefs indigènes, l'abolition du travail forcé leur enleva un moyen de discipline et d'enrichissement. Dans le cas du sud-ouest du Moyen-Congo, l'incapacité des chefs à empêcher une migration incon-

trôlée pour l'agglomération de Pointe-Noire résulta dans l'émergence de sociétés villageoises parallèles, l'un sous l'influence de la chefferie en style des années entre-deux-guerres, l'autre en contact permanent et intensif avec le salariat migrant. Ces derniers furent un défi permanent pour les chefs, et fréquemment demandèrent le pouvoir local pour eux-mêmes. Le cas du tailleur Jean Nombo est seulement un cas dans lequel un individu de la nouvelle main d'œuvre migrante usurpa pratiquement le pouvoir.

Cependant, cette évolution n'eut pas la fin de l'institution de la chefferie comme conséquence. Comme dans beaucoup d'autres cas africains, les populations locales eurent une conscience suffisante de l'équilibre des forces politiques, et une idée de leur liberté de mouvement, pour redéfinir l'institution.⁶⁵ Des individus « modernes » des familles de notables eurent ainsi de grands avantages dans la compétition pour les postes, mais ces postes ne disparurent pas. Ils furent même utilisés comme soutiens importants et comme cibles politiques dans les batailles électorales des années 1950.

⁶⁵ Spear, Thomas, 'Neo-Traditionalism and the Limits of Invention in British Colonial Africa'

The forced labor 'system' in Angola, 1903-1947: reassessing origins and persistence in the context of colonial consolidation, economic growth and reform failures

DOUGLAS L. WHEELER*

... they [the Portuguese from Portugal] do not use their intelligence to civilize a people for whom they have no respect [the people of Angola] and this is proved by the common saying that 'com preto e mulato, nada de contrato'!!! ['With mulattoes and blacks, no need for contracts'!!!!]

1882 editorial in Luanda weekly newspaper¹

Forced labor has disappeared completely from Angola and the black has ceased being dominated by fear, by lack of collective and individual security, by violence, by Injustice and by hunger.

General José Norton de Matos [former Governor-General & High Commissioner of Angola], 1942

article in *Revista Militar* (Lisboa)²

[Section] 6. – Demographic Losses by [African] emigration... Only by itself, this [African population] exodus [due to forced labor and other

* Professor of History Emeritus, University of New Hampshire, Durham; Editor Emeritus, Portuguese Studies Review.

¹ Quote from editorial by mestiço journalist, José de Fontes Pereira published in Luanda weekly newspaper, *O Futuro d'Angola* (April 29, 1882), as cited in Douglas L. Wheeler and Rene Pelissier, *Angola* (London; New York, 1971), p. 100.

² José Norton de Matos, "Os imperativos nacionais na transformação de Angola," *Revista Militar* (Lisboa), Ano XLIV, no. 5, May, 1942, p. 264.

causes], if it continues in its current proportions, would be sufficient to depopulate Angola, in around thirty years.

Captain Henrique Galvão, Former Inspector General, in his famous 'secret' Report of 1947, delivered to a Committee of the National Assembly, Lisboa

I. Historians' debates: a freighted topic.

African forced labor in Angola is an old topic freighted with 'lots of baggage.' (muita bagagem!) The year 2005 marks the occasions of both the one hundredth anniversary of the publication of H. W. Nevins's 1905 sensational articles in *Harper's* magazine revealing a 'Modern Slavery' in the cocoa islands of São Tomé e Príncipe and in Angola as well as the eightieth anniversary of the publication of the famous Ross Report in 1925, a suitable time perhaps to reflect on this much disputed topic. For more than half a century this subject, perhaps to a greater degree than the debate surrounding the abolition of slave trade and slavery in former Portuguese Africa, engaged the anger and passions of journalists, writers, politicians, diplomats, corporate heads, plantation owners and foremen, businessmen, missionaries, scholars and the public in Portugal, Britain, France, Canada and the United States, as well as in Angola and other Lusophone colonies. Since the de-colonization of Angola in 1975, the debate has largely shifted away from decision-makers and opinion-makers to Historians, but the relevance of African forced labor to the history of 20th century Angola remains as central as ever, especially since essential Government records as well as missionary archives are now available for public consultation. Authoritative, up-to-date scholarly works on the subject are lacking. Ironically, despite the iconic status of the grievance³ of African forced labor in the quiver of Angolan nationalists' verbal weapons used in the United Nations and elsewhere against Portugal and its

³ There is a vast literature on this topic especially as it relates to Angola and the cocoa islands (São Tomé e Príncipe). Though there is much contemporary periodical and pamphlet literature beginning in the 1950s and through the 1970s on this, the standard study on how the grievance of forced labor was part of Angolan nationalist thought and literature remains the book of John Marcum, *The Angolan Revolution Volume 1. The Anatomy Of An Explosion (1950-1962)* (Cambridge, MA., 1969).

Dictatorship beginning in the early 1950s and continuing to the Revolution of 1974, well past the formal abolition of Forced Labor in 1961-62, no definitive, exhaustive history of African forced labor and its context in Angola has been written.

The historical literature on African Forced Labor in Angola has been dominated by James Duffy's two seminal books in 1959 and 1967, with important complementary materials from Gerald Bender and Gervase Clarence-Smith in succeeding decades⁴. Important exceptions to this trend are helpful contributions to the history of labor practices in the cocoa islands of São Tomé e Príncipe by Nascimento and to African labor history in the sugar industry in Angola by Jeremy Ball⁵.

Duffy's scholarship was especially helpful in surveying the persistence of African forced labor as a kind of 'institution' in Angola until 1961. His 1967 study of African labor and the critical British humanitarian tradition which sought to reform or abolish bad labor practices is solidly based on the British public and private records, something missing in his 1959 and 1962 books. The complexity of the ongoing debate about such practices in Angola is not lessened by the fact that Duffy's *A Question of Slavery* completes its analysis before 1920, but adds the misleading generalization in conclusion that labor practices from ca. 1920 to 1961 were not much of an improvement over the pre-1920 practices⁶. Furthermore, Duffy concluded in previous work that 'Portuguese Africa' entered a period of decline in 1930, following failed attempts at reform⁷.

Clarence-Smith's important volume of 1985, on the third Portuguese empire, suggests that the first Republic represented in the main a period of economic and imperial decline⁸.

⁴ See James Duffy, *Portuguese Africa* (Cambridge, MA., 1959) and two later books, *Portugal In Africa* (Cambridge, MA, 1962) and *A Question of Slavery: Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest, 1850-1920* (Oxford, 1967); Gerald J. Bender, *Angola Under The Portuguese* (Berkeley, 1978); Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire: A Study in Economic Imperialism, 1825-1975* (Dover NH and Manchester UK, 1985).

⁵ See Augusto Nascimento, *Poderes e Quotidiano nas Rocas de São Tomé e Príncipe de Finais de Oitocentos a Meados de Novecentos* (Lousa, Portugal, 2002); Jeremy Robert Ball, 'The Colossal Lie': *The Sociedade Agrícola do Cassequeil and Portuguese Colonial Labor Policy in Angola, 1899-1977* (Ph.D. Dissertation in History, UCLA, Los Angeles, CA, 2003).

⁶ Citing Duffy, *A Question of Slavery*, p. 229.

⁷ Citing Duffy, *Portuguese Africa*, pp. 245-267 (Chapt. X, 'Promise and Disappointment, 1895-1930') and pp. 268-269.

⁸ Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire*, pp. 116-145; cf. chapter 5's title.

Recent research this Historian has conducted, on the contrary, suggests that the African forced labor system greatly worsened in its impact and effects after 1920, that this nefarious system, fully established by 1920, in fact, had much more serious consequences in the later decades of 1930s and 1940s on Angolan society. My research found that the economic changes after 1910 under the first Republic amounted to an imperial revival rather than a decline, despite the negative trade balances, bankruptcy, currency problems, and perpetual lack of capital for investment. With the growth of labor-hungry agrarian and mining enterprises after the establishment of DIAMANG and Cassequel Sugar and later Cotton enterprises and other large employers of forced labor, 1912-1914, economic growth if not prosperity fueled the expansion of a forced labor system. Administrative failure undermined labor reform efforts, while periodic international scandals and alarms over African Forced Labor regularly and predictably alarmed the ruling group in the Metrópole but only strengthened Portugal's colonial elite's resistance to real change. A key response was that elite's construction of a masterful façade of *para inglês ver*.

II. Origins of african forced labor' system' in Angola, 1903-1921

The origins of the African contract forced labor system in Angola are found in the years following the end of the tragic Bailundu war of 1902. While slavery at least formally had been abolished by 1878 it lingered in fact both on the coast and in the interior both in European sector of the economy as well as in domestic slavery in African communities. Vestiges of domestic slavery, at least in Ovimbundu society, persisted through the 1920s into the early 1930s. A combination of increasing colonial taxes on Africans and Labor regulations, including the definitive and enduring precedent of the 1899 law⁹ put pressures on Africans to allowed European

⁹ Duffy, *Portuguese Africa*, pp. 153-173; on the 1928 Labor Code see the same source as well as James Duffy, "Portuguese Africa, 1930 to 1960," Chapter 4, in L. H. Gann and Peter Duignan (eds.) *Colonialism In Africa 1870-1960. Volume Two: The History and Politics of Colonialism 1914-1960* (Cambridge UK, 1970), pp. 171-193.

employers relative freedom to force African laborers to work. Even in the region of the Bailundu War, such servitude did not end after that bloody conflict's message of resistance to varied types of enslavement was delivered but after 1902 slavery was merely re-packaged as forced labor under 'contracts.' *Serviçais* now replaced *escravos* and *libertos* in the 'new' labor scheme of things. There is some revealing documentary evidence about the timing and context of the African labor contract 'system' which became established at this juncture.

Published in the journal of the British Anti-Slavery Society was an October 1903 letter or article composed by the crusading British missionary-writer, Charles Swan. The text suggests that the Bailundu War of 1902 marked a turning point in labor practices, a time when slavery continued in a new form. To quote Swan's testimony in part: "A trader in Bihe [sic] said that since the [1902 Bailundu] rebellion he had been compelled to take out contract papers for all his slaves. At the end of five years he would simply take out further papers for another term's service, as the object of the authorities was not to put an end to slavery but simply to get the [administrative tax or] fee payable."¹⁰

This testimony appears to be early evidence of the onset of the 'contract' system, a phenomenon well-documented in the sensational publications of the British writer-journalist-traveller, Henry W. Nevins in 1905-6 regarding the realities of what he described as a 'Modern Slavery'¹¹. This essay will not discuss Nevins's work in detail, and much of it relates more to the history of the cocoa islands' labor situation than to labor in Angola, but at least two points should be made here. Nevins's observations on his journeys in 1904-5 document the origins of the African Forced Labor 'system' as it functioned in Angola, too. Second, the emotional, nationalistic response in Portugal and in Angola to Nevins's writings and the international scandal they inspired, revived a latent hyper-sensitivity to foreign criticism of Portuguese activi-

¹⁰ Cited and quoted in Duffy, *A Question of Slavery*, p. 185; from the *Reporter* of the British Anti-Slavery Society (London), number for Aug.-Oct. 1903, p. 117.

¹¹ Henry W. Nevins, *A Modern Slavery* (New York; orig. ed: 1906; Schocken ed., 1968; with Introduction by Basil Davidson).

ties overseas and stirred fears of loss of empire to an extent which rivaled the 'English ultimatum' uproar of 1890¹².

The origins of the forced labor 'system' are also found in new labor-related administrative regulations and action which were part of the growth of a more professional, regulated colonial administration. An important indication of this is found in the introduction of the *caderneta*, a labor record-pass book all African males of a certain age were required to possess and to carry on their person beginning about 1910¹³.

This measure, a sign of greater administrative control and labor management, became a common practice during the first Republic, though how thoroughly carrying the *caderneta* was enforced by officials and how long the practice lasted are questions which further research might answer.

It seems clear that the 'system' was established and ensconced during the first Republic, despite periodic efforts by more than one Governor-General and High Commissioner and their staffs, as well as some other officials, to abolish forced labor and to enforce a free, paid labor system in Angola. Though some forced labor perpetrators were indicted and even punished in 1910-12 and again during Norton de Matos' High Commissionership, 1921-23, many economic and social forces and regulations in place only strengthened the forced labor system¹⁴. Especially crucial in this process were increased taxes on Africans, greater administrative and fiscal control over Africans, the creation of a larger, more activist colonial service based in Portugal which sought reform but confronted with a losing battle against vested economic interests, large and small, either did nothing or collaborated with the 'system,' the establishment of large labor-hungry agricultural, min-

¹² On the Portuguese responses to the English 'Ultimatum' of 1890, see Douglas L. Wheeler and Rene Pelissier, *Angola*, pp. 61:101; on Portuguese emotional and institutional responses to Nevinson's articles in *Harper's* and to his book, see Douglas L. Wheeler, "Remembering Portugal," *Portuguese Studies Review* (vol. 5, no. 2, Fall-Winter, 1996-97 (Durham NH; ICGP), pp. 13-19, on the 1906 establishment of a semi-official public relations organization to promote Portugal's 'good name,' an organization which endured into the 1960s.

¹³ Wheeler and Pelissier, *Angola*, pp. 111, 132-133.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 109-128; see also José Norton de Matos, *A Província de Angola* (Oporto, 1926); Douglas L. Wheeler, "Mais Leis do que Mosquitos": A Primeira Republica Portuguesa e o Império Ultramarino (1910-1926)," in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coords.), *A Primeira Republica Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo* (Lisbon, 2000), pp. 133-168.

ing, and transport enterprises which required African labor and cooperated in the forced labor 'system' to obtain it, the improvement in the transport network, especially a network of new roads and railroads (completed mainly between 1914 and 1928) which facilitated speedier, safer more capacious transport of forced laborers to their distant destinations.

Central to the economic growth, which had much larger labor demands than those of the pre-Republic economy, were such labor-hungry enterprises as DIAMANG mines, Casseque sugar industry, plantations of varying sizes who cultivated and exported coffee, cotton, cattle, maize, wheat, and later, after the post-1922 arrival of German farmer-settlers, sisal¹⁵. Much of this economic development, encouraged by the Republican administrators, occurred between 1912 and 1922, not only demanded more African labor but collaborated in the African forced labor system which had been initiated a few years earlier.

When can historians date the onset of significant African out-migration from Angola to adjacent colonies in search of higher wages, lower head taxes, greater security, and better working and living conditions? There is some evidence that as early as the 1860s some Africans from Angola had fled the oppressive labor conditions and moved south¹⁶, possibly to work in the South African diamond mines, but an early piece of evidence of out-migration regarding oppressive labor conditions and insecurity is found during the Buta War or Revolt, 1913-1914 in 'Portuguese Congo.' The grievances of Buta and his circle of followers included forced labor both in Angola and in Cabinda, where timbering was occurring, as well as raids for 'contract labor' to be shipped to the cocoa islands of São Tomé e Príncipe. But the documentation indicates that Angolans fled to the Belgian Congo during and after the war to escape life including higher taxes and forced labor in Angola. The scale and longevity of such out-migration are uncertain, but it is clear

¹⁵ On the post-1922 German farmer-settlers in Angola, a community which remained until 1975, see Alberto de Almeida Teixeira, *Angola Intangível. (Notas e comentários)* (Oporto, 1934); and Douglas L. Wheeler, "Re-Discovering Angola: The Neglected Period, 1930-1945 And the German Settler Question: What Promise, What Peril?" paper presented at SSPHS Annual Meetings, UCLA, April 2004 and at a Seminar, African-American Studies Center, Boston University, March, 2005.

¹⁶ F. James Grenfell, *História da Igreja Baptista em Angola, 1879-1975* (Queluz, Portugal, 1998), pp. 50-51; 79ff.

that this pre-World War I rebellion did not end African forced labor in that region of northern Angola nor did African migration out of Angola cease.

Though labor conditions varied from region to region in the colony and though different companies pursued different policies regarding labor, it seems to be an accurate generalization that the larger enterprises required the largest amounts of African labor and came to an accommodation with the colonial administration in Luanda, and usually in Lisbon as well, in obtaining those workers. Besides the well-documented case of the Cassequel sugar company, revealed in Ball's dissertation¹⁷, there is also evidence about how DIAMANG came to an official arrangement with Luanda in 1921, the year by which the 'system' had been generally consolidated in the colony as a whole. DIAMANG, Todd Cleveland suggests in his research work¹⁸, negotiated an understanding with High Commissioner Norton de Matos, supposedly the principal official foe of forced labor during much of the Republic in the colony, that the following would occur: the Government would provide labor for the company's diamond mines in remote, northeast Angola, in exchange for both a percentage of the profits and large loans, as well as a mutually agreed-upon definition of the concession area's limits and a grant of tax-free imports of capital goods for DIAMANG. This arrangement involving the supply of African forced laborers who would work in the mines lasted, only with a few modifications, until 1961, when Lisbon finally abolished forced labor, though due to the requirement that the largely Lunda workers pay their taxes and the lack of employment elsewhere, workers were still obliged to work for the company. The DIAMANG version of the system from 1921, then, to 1961, was that the company placed orders for the numbers of workers they needed which were dispatched to the *chefes de*

¹⁷ Jeremy Robert Ball, "The Colossal Lie": *The Sociedade Agrícola do Cassequel and Portuguese Colonial Labor Policy in Angola, 1899-1977*, Ph.D. Dissertation in History, UCLA, 2003, see espec. Chapter 2, pp. 68ff; for a detailed discussion of the contents of Galvão's 1947 Report, see pp. 52-58.

¹⁸ Duffy, *Portuguese Africa*, pp. 320; 345 Note; to date there has been no comprehensive, current study of DIAMANG, the powerful, unique Diamond Company of Angola, incorporated in 1917. Currently, Mr. Todd Cleveland, M. A. (History, Univ. of New Hampshire), Ph.D. candidate in History, Univ. of Minnesota, is completing research on a dissertation devoted to the history of African labor and DIAMANG. I am most grateful to him for the material on which I based my account of DIAMANG's 'deal' of 1921 with Norton de Matos. Todd Cleveland to Douglas Wheeler, e-mail message (Nov. 2, 2005.).

posto who in turn sent African policemen (*sipaio*s) to villages and 'requested' that *sobas* supply a certain number of laborers, sometimes with their families accompanying them, who would gather at the *posto* and be transported (by foot, train, or car or truck) to the diamond mines.

For a general but complete discussion of how the 'system' functioned in the colony a superior account is found in a 1921 printed Protestant missionary report home on the situation in central Angola. Although the writer was describing conditions in only one region of the central interior, the account could serve to characterize the basic outline of 'the system.' The witness and writer was the American Congregational Missionary, Leona V. Stukey (later married to Canadian Congregational Missionary John T. Tucker); her account is worth quoting *in extenso*: [In Angola during 1920-21] The head tax has been increased with the object of making the "naturally indolent native population" feel the necessity of working. This would be very well if the men were paid adequately for their work. The planters, however, pay an insufficient wage to their workers, so that the natives prefer to cultivate their own fields of rice, corn and wheat. This causes a shortage of workers on the large plantations, and the planters, taking advantage of a labor decree, secure from local government officials a supply of forced workers. The people dare not disobey this call, and are compelled to leave their lucrative fields and work for almost nothing on the plantations. Sometimes women and children, in whose care the fields are left, are called away to work on the motor roads or to carry sacks of corn or meal to the railroad [nearest station of the Benguela Railway]. The neglected fields do not yield a full crop, and when tax-collecting time comes the men are obliged to borrow money to pay the tax. Unscrupulous men sometimes take advantage of this necessity." Stukey concluded that the forced labor system she observed around her was: "... the usual result of the rapid development of a country whose native population is not civilized... [thus] the system will produce a sense of injustice which it will take years of good treatment to erase¹⁹.

¹⁹ Lawrence Henderson Papers, Milne Special Collections and Archives, Dimond Library, Univ. of New Hampshire, Durham; Box 2, Leona V. Stukey, *Certainty Amid Change. Being a Report of the Work of the West Central Africa Mission*

My conclusion, then, is that the African forced labor system which reached its maturity in the 1930s, 1940s and 1950s, had been established and entrenched by 1921.

Further entrenchment of 'system', despite early alarm bells, 1921-1939

Despite the efforts of well-intended reformers, including High Commissioner Norton de Matos, who wished to end forced labor but who also settled a forced labor supply arrangement with the powerful company, DIAMANG, the next two decades witnessed an expansion of the African forced labor system and its deleterious social, economic and eventually political consequences. Efforts to regulate and execute a host of labor laws which might have limited the recruitment of forced labor at least by private organizations, if not government, the 'system' only burgeoned.

The forced labor system Congregational Missionary Lawrence Henderson described in his 1979 historical account²⁰ was extant during most of his time in Angola (1948-1961) and was essentially the same in the period under discussion. There were three principal types: first, the transport of 'contract' African laborers from Angola to the cocoa islands of São Tomé e Príncipe, judged by Henderson to be the "the most severe" form. This system began in the 19th century and continued, despite the Nevinson attacks, off and on into the 1950s.

A second type was, to cite Henderson's description, "long-term workers for the principal business and government enterprises"²¹. How was this possible if the recruitment of forced labor for private interests, not the Government, was illegal? Several legal (article 38 of the Labor Code as well as a law decreed in 1921 under Norton de Matos) measures forbade

of the A. B. C. F. M. [American Board of Commissioners of Foreign Missions; Congregational] and C. C. F. M. S. [Canadian Commissioners of Foreign Missions Society] *Angola 1920-1921* (Dondi, Angola, 1921), pp. 1-2.

²⁰ Lawrence W. Henderson, *Angola. Five Centuries of Conflict* (Ithaca, NY, 1979), pp. 120-124.

²¹ *Ibid.*, p. 121.

Government officials recruiting laborers for private enterprises, but in fact this became the most common major means of forced labor recruitment. Many workers were recruited for private businesses by the Department of Native Affairs, Luanda and many Angolans considered that all forced labor was being sent to work by the Government. Henderson's description of how this type of forced labor functioned in practice is worth quoting:

The total number of workers to be recruited was apportioned among the districts [of Angola]. Each *concelho* and *posto* then received the quota of workers it was required to furnish. The *chefe de posto* gave responsibility to the African *regedores* to bring in the men on a certain date. If any man had not paid his tax, he was on the top of the list of those to be "contracted." The *regedor* then consulted the village elders to discover those men who should be sent to work. If he did not find enough men by this process, the *regedor* was subject to beatings at the *posto* and perhaps also a fine.²²

Henderson added that if the required number of forced workers was still lacking the final recourse of the *chefe de posto* was to send out his African policemen, the *sipaio*s, to capture men. The *sipaio*, in fact, was an essential cog in the forced labor 'system's' wheel. The third type of forced labor was the African labor used for various types of public works building which included maintenance of roads, carrying cargo loads to railroad lines, police and colonial Army duty. It should also be noted that there was already a precedent for Government-sponsored forced labor for public work: the use of transported convict forced labor, *degradados*, whose presence in Angola endured into the mid-1950s²³.

If this 'system' was established and entrenched by 1921, the time when Norton de Matos in a set of contradictory actions both banned Government recruitment of forced laborers for private enterprises in the colony, yet granted to DIAMANG this very privilege of obtaining forced laborers for

²² *Ibid.*, p. 122.

²³ Wheeler and Pelissier, *Angola*, pp. 103-104; 145; Timothy J. Coates, "Preliminary Considerations on European Forced Labor in Angola, 1880-1930: Individual Redemption and the "Effective Occupation" of the Colony," in the forthcoming number of *Portuguese Literary and Cultural Studies* (Portuguese Studies Department, Univ. of Massachusetts, No. Dartmouth, MA, 2006).

their mines, how did it expand in extent during this formative period? Cited above are various indicators of economic and infrastructure growth after 1912; to this should be added the growth in the number of European resident settlers, including farmers, plantation owners and miners who would need to employ ever larger numbers of laborers in their private enterprises. The general European population, primarily Portuguese, grew from 20,700 (1920) to 38,000 (Jan. 1939) to 44,083 (census of 1940) to about 62,000 in 1947, year of the Galvão's Report²⁴. Little studied and neglected in the farming population of Europeans is the German farmer/planter community which began to arrive in small numbers in 1921-22, mainly from former German colonies of German East Africa, German South West Africa and Germany; their numbers grew to an estimated number of just under 500 by Jan. 1939. The German settler community, which numbered about 1500 by 1970, and its role in the forced labor history, remains to be studied, but German settler written accounts are extant and remain to be studied by scholars²⁵.

Despite the economic and financial difficulties of this period, the growth of infrastructure and economic enterprises guaranteed that there would be a greater demand for African labor, the improvement in transportation and communication facilitated the recruitment and transport to work sites of forced laborers as well as free laborers, and the government 'system' of poorly paid officials, corruption, and the 'spirit of the law' which favored coercion for various reasons, the African forced labor 'system' burgeoned between 1921 and 1947.

²⁴ For the growth in the numbers of the European settler population, including the German farmer-planters group after 1922 and the Afrikaner (Boer) population to 1928, when many left for South West Africa, see A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *O Império Africano 1890-1930, Volume XI* of Joel Serrão and A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História da Expansão Portuguesa* (Lisbon, 2001), p. 309; Wheeler and Pelissier, *Angola*, pp. 138; 73; see docs. in Torre do Tombo archives (ANTT), Lisbon, AOS/Salazar Papers/CO/UL/8F, Pasta 3, "Mapa Numérico dos Estrangeiros Residentes em Angola." (Luanda, Jan. 7, 1939); and ANTT/AOS/CO/UL-8F, Relatório, July 31, 1942 on German colony in Angola.

²⁵ See booklets published by former settlers of German descent in the 1980s and 1990s, including memoirs and testimony of several score German farmer-planters and their families of life in Angola from the 1920s to the mid-1970s: Wulf March (ed.), *ANGOLA-so war es damals* (publ. in Germany, ca. 1990), 177 pages, paper-bound; Wulf March et al., *Alte Heimat ANGOLA* (publ. in Germany, ca. 1995?), 147 pages, paper-bound; Hanns Bagdahn, "Mein Leben" 44 *Jahre als Planzer in Angola* (publ. in Germany, 2003), ca. 300 pages.

This is not to say that there were not efforts and individuals, beyond the ambiguous example of the legendary Norton de Matos himself, who sought to reform or ameliorate spreading labor malpractices. This is not to say that there were not a number of warnings and scandalous reports both from both foreign and domestic observers which amounted to a condemnation of the practice. When the Historian considers the record of earlier critical reports on forced labor in Angola, the Galvão Report of 1947, appears to be not an 'early' warning but indeed a 'late' warning long after the 'system' had matured.

The Ross Report of 1925 was not an anomaly but its sensational impact in Portugal and in the African colonies of Portugal, and desperate efforts to refute its attack on labor practices in Angola and Mozambique, were reminiscent of the Lusitanian response to the Nevinson publications twenty years before. More detailed accounts of Professor Ross' Report which was delivered to the League of Nations International Labor Office can be found in other studies, including Duffy's 1959 book²⁶, but it is worthwhile here noting several points. One, although Portugal's Government and some officials in Angola composed elaborate critical responses to Ross' claims, labor reform of any significance did not endure and by 1927 'the system' was functioning again. Two, there is evidence provided in Protestant Missionary documents from central Angola that not only were Ross' charges largely accurate, and a key source of his information was Missionary testimony, but that Protestant Missionary relations with the colonial Government rapidly and seriously worsened as the authorities blamed Missionaries for providing information Ross depended upon in his Report in both Angola and Mozambique. In a letter composed during Nov. 1925-Jan. 1926 by William C. Bell, a Congregational Missionary at Bailundo on the central plateau, it was clear that many Protestant missionary leaders both in Luanda and in the interior in various denominations feared that the backlash of official and unofficial Portuguese anger about the Ross Report might force the closing down of many missions, a goal

²⁶ Duffy, *Portuguese Africa*, pp. 160; 166-169; Duffy, *A Question of Slavery*, p. 229; Ball, "A Colossal Lie," pp. 41-52; Edward Alsworth Ross, *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa* (New York, 1925).

some authorities had sought recently to carry out by the use of Decree 77(1921). Further, the response to the Ross Report on the ground began a period of poor relations between State and Missions.

As Bell wrote home at the time: "... Ever since the publishing of the report by Dr. Ross we have had difficulties... It is very evident that the government is very angry because of the accusations made by Ross, - not that they are not true (which many admit) - but they have been caught in it."²⁷ Bell's comments on the situation in his region of Angola, 1925-26 included a reference to his colleague, Missionary John T. Tucker, who was engaged, as Bell described it, in a "crusade" about reforming or ending forced labor. When we observe that nearly 20 years later, in 1944, that Tucker was obliged to leave the colony in order to talk freely to other colonial authorities about the decline of the African population and continuing forced labor in Angola, we can only conclude that the 'crusade' had not been successful.

'Alarm bells' on the forced labor 'system' did not cease ringing following the Ross Report and its emotional aftermath in the colony. There is no space here to go into detail, but two later cases of the efforts to shed international light on this labor scandal in 1928 and 1930-31 suggest that there was an ongoing chorus of dissent, despite the failure to achieve lasting reforms. In 1928, the very year of yet another labor law which addressed forced labor, but with no lasting reform effect, a German resident was expelled by Portuguese authorities for supposedly 'conspiring' with several *mestiços*, to draw the attention of the League of Nations to abuses of Africans, including forced labor. And in 1930-31 British Consul in Luanda, Mr. Smallbones, aroused local, provincial and metropolitan settler and official anger, when he openly criticized African forced labor practices and other scandalous behavior. The British official, however, disclosed that the Governor-General himself had admitted that forced labor was pervasive. Smallbones was attacked

²⁷ Lawrence Henderson Papers, Milne Special Collections and Archives, Dimond Library, University of New Hampshire, Durham, NH; Box 3, File Folder for "Bell, William C.": 'Extracts of Letters from William C. Bell, Bailundo, to Mr. Riggs, Nov. 1925-Jan. 1926, see espec. pages numbered by hand, 181-189. Bell was one of the Protestant Missionaries in the region who assisted Professor Ross with his research on African labor during Ross' visit in 1924. At the time of Ross' visit, John Tucker happened to be away, but Tucker as well as Bell experienced the 'backlash' following Ross' visit and the publication later of his book.

and threatened in the Luanda settler press, and, before he could be declared officially *persona non grata* by Luanda or Lisbon, was transferred by London to a Consulship in Lourenço Marques²⁸.

In any event, the force of economic and infrastructure growth and development, colonial consolidation, the vested interests of the European settler communities and a consequent growing demand for African forced labor overcame the various labor laws and ephemeral official efforts to end forced labor and establish free labor. A new look at the economic history of Angola between the World Wars, including in the 1930s, is overdue and a more critical assessment of relevant generalizations on this question as it related to Angola, at least, such as that of Newitt in his 1981 book: "Demand for labour fell and, as a result, the 1930s saw conditions of relatively free labour."²⁹ My research, on the contrary, suggests that the demand for labor in fact grew in the 1930s and that the migration of Africans to adjacent colonies was only one element of a shortage of labor crisis.

That the forced labor 'system' which Norton de Matos had been unable to stop and to which his arrangement with DIAMANG only reinforced, was no secret among Portuguese colonial administrators both in the metrópole and in Angola is clear from colonial records of the 1930s and 1940s, before Galvão's 1947 Report. There was an awareness and policy discussions of how to move from a mixed labor situation which combined forced and free labor to a fully free labor economy³⁰. From internal references in Galvão's Report the author gave repeated warnings that this crisis had begun at least ten years before (1937) and that since 1932 he had compiled information on it³¹.

²⁸ Public Record Office/National Archives, Kew, UK; F.O. 371/95769. Foreign Office Memorandum on "Slavery", 2 pp., dated Foreign Office, Feb. 19, 1931. Consul Smallbones was appointed British Consul, Luanda, in the 1920s.

²⁹ Malyn Newitt, *Portugal In Africa. The Last Hundred Years* (London, 1981), p. 112; except for this arguable generalization about labor demand in the 1930s, Newitt's general account of labor policies, of theory vs. practice, during the period of 1899-1928 is excellent. It is based in part on British consular records.³⁰ See José Norton de Matos, *A Província de Angola* (Oporto, 1926); as well as later intra-Government discussions, found in colonial records in the AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Belém), Angola, 1943-44, including "Relatório da Conferência das Intendentes e Administradores da Província de Malange realizada no ano de 1944."

³¹ Henrique Galvão, *Relatório...* (1947).

The historic period under consideration (1921-1939) ends in effect with a Report, either ignored or forgotten, which in a brief form essentially outlines the labor crisis Galvão would describe eight years later. The report bears the innocuous title, "*Viagem de Estudo a Angola em 1939*," by Alberto Cardoso Martins e Menezes Macedo (Margaride), a colonial officer, who was part of the *Companhia de Fomento Colonial*³². The style of writing of the report is plain and unadorned unlike the elaborate prose Galvão employed later. The relevant section for our purposes is entitled, "*Pretos*" and its theme is that Angola is in the grip of a demographic, labor and economic crisis featuring reduced numbers of the African population, drastic birth rate reductions, demoralized people and physical stress. Much of this was due the Report claimed to long absences of African males who were shipped to São Tomé e Príncipe or to other places far from their homes to "work under contracts they sign voluntarily or by force." Despite the good work of missions, the African population is diminishing "in a frightening manner." Africans' migration across Angola's frontiers, a mass movement the report suggested, was due mainly to two causes: forced labor and high taxation. Taxes for Africans were lower in adjacent foreign colonies such as Belgian Congo, Northern Rhodesia or South West Africa and taxes in Angola had been increased yet again. In order to pay these taxes now, Africans must produce four or five times more because now the prices for the crops Africans produce are four or five times less.

To illustrate his themes of economic crisis and demographic losses, Margaride related a story about an African policeman, a *sipaio*, who had been ordered by a Portuguese colonial official to do what he could to stem the heavy tide of migrants to other colonies; his assignment was to enter one of these colonies and observe Angolan Africans and to ask them to return to Angola. The *sipaio* in question, not named in the document, followed orders and crossed the frontier into the Belgian Congo. There he observed how much better off Angolans were, how they could purchase superior personal goods and how they were treated better than in Angola. This African police-

³² ANTT (Torre do Tombo, Lisboa), [Salazar Papers] AOS/CO/UL-8B, Pasta 20, Companhia do Fomento Colonial/Relatório de Alberto Cardoso Martins e Macedo (Margaride), "*Viagens de Estudo a Angola em 1939*." See espec. pp. 10-11, under "*Pretos*."

man was so impressed with what he observed that he 'defected' from Angola and sent back his badge or belt of office to the Portuguese official by means of a returning Angolan migrant. The official was informed that said *sipaio* was migrating permanently and would not return to Angola! Precisely how low the wages were for African soldiers, part of the forced labor system in Angola, is cited for effect in the 1939 report: the food stipend for an African soldier in Angola was lower than the food allowance/stipend for a *degradado* (transported convict from Portugal), who was on good behavior status (1.10 to 1.50 in Angolan currency.)

The 1939 report bore an alarming conclusion. The reporting officer feared that the reduction in the numbers of the African population in the colony was growing so that Angola soon would be rendered "useless."

Labor crisis worsens: delusions & two 'secret' reports, 1939-1947.

Portugal remained neutral in World War II. Wartime labor demands based on greater allied and Axis agricultural and mineral needs for what Angola might produce (cotton, wheat, sisal, diamonds, coffee, cattle, maize, fish products) grew apace. The wartime economy for Angola multiplied pressures to maintain and even increase forced labor recruitment and retention. The situation described however briefly in the cited 1939 Report by Margaride must have worsened. In Belgian, British and French colonial Africa, administrations condoned or winked at African forced labor, practices which continued until at least 1947.

It is odd, then, that Norton de Matos, forcibly retired from a teaching post and from active military service and still an oppositionist to the Dictatorship, when he wrote about the situation in Angola in an article published in 1942 in the military establishment's premier journal³³ would write the following:

³³ José Norton de Matos, "Os imperativos nacionais na transformação de Angola", *Revista Militar* (Lisboa), Ano XLIV, no. 5, May, 1942, p. 264.

Forced labor has disappeared completely from Angola and the black[African] has ceased being dominated by fear, by lack of collective and individual security, by violence, by injustice and by hunger.

Why such a misrepresentation of the truth about Angola? Though Norton de Matos does not seem to have visited Angola after his return to Lisbon in 1923, why was his intelligence about Angola's current travails deliberately or unintentionally so poorly informed? Was the self-styled dean of senior *colonialistas* writing in code to the ruling group which still feared foreign interference in Angola? Did the former, powerful High Commissioner, fearing that if the still triumphant Nazi Germany won the war Portugal might lose Angola to Nazi greed, now feel obliged as a patriot to present a brave front to the world on such a perilous topic. Was this delusive description of the situation a case of *para inglês ver*?

Whatever the views from Lisbon, on the ground in Angola some colonial elites were much less sanguine about forced labor. Among other voices critical of labor abuses were Father J. Alves Correia, Holy Ghost missionary and Catholic leader, the Bishop of Nova Lisboa, who in an interview for the *Comércio*, a Luanda periodical, criticized the impact of forced labor on African family life, as workers were forced to leave home for long periods, and the Governor of Bié in 1944 who issued an order that Africans in his district could not be sent away for forced labor. The latter official estimated that if the situation continued Angola would be de-populated within "a century".

Such criticism only rarely reached the outside world, but in 1944 an interesting exception occurred in the case of sensational revelations by two Protestant missionaries who, fearing interference if they 'talked' in Angola, left the colony and told their story to British officials in South Africa. The report reached London, but remained 'secret' for decades until it was released in the Public Record Office in the 1970s. This document is all the more interesting since the principal author was Canadian Missionary in Central Angola, John T. Tucker, who arrived in Angola in 1912 but who had pledged in the mid-1920s to pursue a 'crusade' to reform or end the 'system.'

Dated February 1944, the document was entitled, "Strictly Confidential. Not for Publication. LABOUR CONDITIONS IN AFRICA with special reference to ANGOLA, PORTUGUESE WEST AFRICA." Its thesis was that the general situation of the African in Angola was worse than since Tucker had arrived in 1912. A related theme was that the Colonial Act as well as labor laws which were intended to protect Africans were "openly laughed at" and not enforced; that the Minister of Colonies, Vieira Machado, to be succeeded later that year by Marcello Caetano, knew the truth about the abuses and was in part responsible for their continuation. Further the Governor-General was ineffective and merely a creature of the Minister. Fearful of discussing the subject within the colony because censorship, police surveillance and mail interception were pervasive, the missionaries decided to present the report to the British High Commissioner's Office in South Africa, but with the proviso that the material not be published, possibly for fear of reprisals against the authors and other missionaries as had occurred following the publication of the Ross Report in 1925, an experience Tucker suffered through. Tucker and his missionary colleague observed that Portuguese colonial officials had become masterful at deception concerning forced labor and had delivered fake reports to the International Labor Office, Geneva. No questions, Tucker believed, could be asked in Portugal's parliament on the delicate topic.

John Tucker, who had been detained previously by Portuguese authorities on at least one occasion, quoted a Portuguese settler, in an earlier era a slave-trader, who claimed that Africans in Angola had been better off during the time of slavery:

Then [during the time of slavery in Angola] we looked after our slaves because they represented capital; now they [African forced laborers or *contratados*] are sent off like animals and if they die others are furnished by officials.³⁴

³⁴ Public Record Office/National Archives, Kew, UK, Foreign Office records; FO 371/39583/"Secret" typed letter dated March 3, 1944, from Office of British High Commissioner in Cape Town, South Africa to Foreign Office, London/XC/A/9646, pp. 56-57, signed by Lord Harlech and written to Emrys Evans, Esq. M. P.; the enclosed report from two Protestant Missionaries from Angola: principal author, John T. Tucker: memorandum entitled: "Labour Conditions In Africa with special reference to ANGOLA, PORTUGUESE WEST AFRICA" (Feb. 1944).

The report noted what appeared to be a new twist in the 'system': the Government had ordered that all Africans were to be placed in a labor pool directly under Government control. Perhaps this was a wartime economy measure. This new arrangement made it "impossible" for any other group or individual to employ "freely contracted labor." Tucker reported that a local *chefe de posto* near his mission in central Angola informed him that no African who had been in Government employ could be recruited by an individual as freely contracted labor. Adding to the perpetual labor shortage was the fact that Angolans were still being shipped to the cocoa islands and rarely repatriated.

There was, the missionaries claimed, a pattern of resistance to forced labor among some Portuguese merchants who stopped and boarded Benguela Railway cars loaded with African forced laborers and had attempted to prevent their transport to work places. During the early war years, too, a significant number of forced laborers were taken to the fisheries and processing factories at Moçâmedes (Namibe). The head or hut tax, too, on Africans had been increased to 120 *angolares* (about 25 shillings in UK currency ca. 1944). Even when Africans were paid wages, they still owed 100 days forced labor a year in this 'system.'

From the 1944 Report's conclusion it may be discerned that the authors had learned bitter lessons from the troubling impact of the Ross Report of 1925 and the subsequent failures of labor reform. A "mere campaign of exposure" of the forced labor scandal and related abuses, they believed, would not solve the problem. Only through organized international involvement would effective pressure on Portugal work. They cited the Berlin Act of 1885, signed by Britain, Portugal and the United States, as a precedent but put forward the idea of establishing what would have been a precursor of a United Nations' agency: a "Permanent International Commission for the Whole of Bantu and Negro Africa" which would have authority over labor inspections in Africa and which would report on such as well as advise to what was presumed to be a future "United Nations." The new body, they hoped, would have more credibility and authority than the International Labor Office, Geneva, which soldiered on following the demise of the

League of Nations in 1940. Portugal, we may not now, had refused to sign the 1930 Forced Labor Convention and did not sign it until 1959.

The impact of the February 1944 Report by two Protestant missionaries from Angola remains unclear, though certainly a select number of high British officials read it. It is improbable that any direct representations of British diplomats to Portuguese diplomats were made on such questions during wartime, or if they were, results were nil. Later in the year, Marcello Caetano replaced the corrupt Vieira Machado and remained Minister of Colonies until 1947. If there was any impact of this rare document in Portugal or in Angola, despite the care and discretion of the report's authors, it is hard to believe that official Portuguese hyper-sensitivity on this question by 1947 could be any keener than it was, with or without any British pressure.

The second 'secret' Report, composed by Captain Henrique Galvão, former Inspector General of the Colonies, current Deputy representing Angola in the *Assembleia Nacional*, noted Africanist and expert on Angola, was presented in early 1947 to the "Committee on the Colonies" of the *Assembleia Nacional*. Both the author and his Report have an extraordinary history which deserve a book-length treatment but here only some major points can be summarized. As for the strange publishing history of the 50 page report, its text after Galvão presented it in Committee and it was discussed in a special session of the parliament was kept a close secret by the regime, though it is claimed³⁵ that the opposition to the regime published it. This fact has yet to be confirmed but it seems to be true that the text well before 1961 was known in Lisbon beyond a small circle of the ruling group. A much abridged summary was published first in English in 1961 as a part of Galvão's memoir of his life and of the *Santa Maria* hijacking operation of early 1961, but the entire text to date has never been published. No other recent historic document about the empire, save perhaps a handful of

³⁵ Henrique Galvão, *Santa Maria: My Crusade For Portugal* (Cleveland and New York, 1961), pp. 57-71; Galvão incorporates a severe abridgement of only 14 pages from what was a 50 page report into his memoir in Chapter 2, "My Relationship to the Regime." The report's title is translated as "Report on Native Problems in the Portuguese Colonies."

colonial laws from 1899 to 1961, has been more extensively cited, quoted and interpreted. The Report's international notoriety exceeded those of the disputed publications of both Nevinson and Ross and yet, unlike these reports, few observers have ever read the entire document. The historical context, the author's ambiguous character, and the politics of the Report's composition, presentation and impact, however, are more complex than standard interpretations have acknowledged.

To place the 1947 Galvão Report in perspective, without detailing its contents here, several key points should be made. First, at least the main themes of the Report had been said by other members of the colonial officialdom before, including the cited 1939 Margaride Report. What was different about Galvão's work was the detail and the tone of urgency. Second, the context, significance, purpose and *raison d'être* of the essay changed over time from 1947, when it was presented to the Government 'in secret', to 1961 when a summary of it was published in an autobiographical book of Galvão³⁶ and in excerpts in articles abroad. When the Report was presented to Deputies of the *Assembleia Nacional* as well as to the Ministry of Colonies, Galvão had designed the study to 'jump start' labor reform by means of getting the regime's attention; his strategy was to emphasize not so much the humanitarian scandal, though his sympathy for the African masses was evident, but to stress his thesis that if the current forced labor situation and African out-migration continued not only would Angola's economy implode but the colony (and by extension also Mozambique and to a lesser extent the third *indigenato* regime colony, Guinea-Bissau) and Portugal's mastery of it could be threatened by foreign influences and possible intervention. The Report analyzed the crisis of ailing

³⁶ Detailed biographical essays on Galvão, a celebrated *enfant terrible* in favor within the ruling group of the regime at least until 1947 are found in recent reference works; so far as I know there is no full, book-length biography of Galvão, though one may be in the works. "Galvão, Henrique Carlos Malta," entry in Fernando Rosas e J. M. Brandão De Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo* (2 vols.; Lisbon, 1996), vol. I, pp. 378-379; José Barreto, "Galvão, Henrique," entry in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal/Suplemento F/O, Vol. VIII* (Oporto, 1999), pp. 81-88. Less circumspect and more jaundiced views are found in several contemporaries' memoirs such as that of the future Prime Minister, Marcello Caetano, *As Minhas Memórias de Salazar* (Lisbon, 1977 ed. and later eds.), as well as in the detailed but biased, monumental biography of Salazar by Salazar's former Minister of Foreign Affairs, Alberto Franco Nogueira, *Salazar* (in 6 vols., Coimbra and Lisbon, 1977-1984).

demographics, labor policies and a sinking economy in order to 'save' Angola as a valuable resource for the empire as well as to improve living and labor conditions of Africans, without whose labor the economy would collapse.

The Report's significance in 1961 was different. The major intention of the publication by Galvão, who as of that date was not an advocate of African self-determination in those colonies, was to overthrow or bring down the *Estado Novo* under Salazar. By this time, the regime confronted a double crisis: an internal crisis involving a military conspiracy to replace Salazar and a colonial crisis in Angola, the beginning of a war of insurgency. Labor conditions in Angola, too, had changed and by the time Galvão's memoir had emerged in print in late 1961, the regime had moved to abolish forced labor as well as the *indigenato* system. The 1947 Report summary of 1961 presented the labor situation as if time had stopped in 1947.

Another important aspect of the Report's background is personal: Galvão's ambiguous even marginal reputation among the ruling group well before his personal rebellion and break with the regime in 1952. Like so many of the old colonial military elite who had made reputations in the empire, Norton de Matos, Paiva Couceiro, Gomes da Costa and Joao Almeida, the younger Galvão, for all his brilliance as an African and colonial expert and writer, was a political maverick and, in effect, 'trouble-maker' from the beginning. After a career in the military he had not risen above the rank of Captain, but for twenty years or more after Galvão was a 'young Lieutenant' in the 28 of May 1926 golpe which overthrew the Republic, he was in the forefront of the emotional admirers of Dictator Salazar whom Galvão claimed in one of his book's dedicatory remarks had 'saved' the Empire. Galvão's original motives in writing the Report may have included his personal ambition to be named Minister of Colonies or Governor-General of Angola. In 1947 he was losing faith in the regime but had not lost it altogether and he was still a 'somebody' among the decision-makers. By 1961 after years in prison, Galvão was in exile in South America, accused of treason and branded as a terrorist and extreme agitator following Galvão's masterminding of the hijacking of the Portuguese ocean liner, the *Santa Maria*, on the high seas.

Finally, the study of colonial archival records as well as the memoirs of Caetano and other officials suggests that the colonial elite was fully aware of the forced labor situation in Angola, but were divided as to how to execute lasting reform. Records of colonial officials' conferences, discussions, speeches and memoranda during the period of Caetano's holding the Ministry of Colonies post, 1944-1947, are replete with both hyper-sensitivity about the question of forced labor and some ideas for reform. In retrospect much of the prescribed medicine appears to be a case of 'losing the forest for the trees' and simply 'shifting deck chairs on the upper deck of the *Titanic*.' There was a recognition that the problem was serious, but action to solve it was slow or ineffective³⁷.

Whatever the background and the impact of Galvão's unusual 1947 Report, it is important for the historical record that the entire Report should be published and annotated. The complex nature of the document's changing historical significance and context continues to impress the reader for Galvão's work, which admitted that he had been studying the problem since 1932 and that the situation had been grave since at least 1937, was both a harbinger of future scandal for the empire as well as a final, conclusive note in a symphony of protest in one era for the beginning of another era. As a symbol of the more rapid changes occurring in other African colonies, in a sense the Report was warning Portugal that new, increasing anti-colonial pressures were appearing outside 'Portuguese Africa' and that Portugal could not keep them out of her colonies forever.

Galvão had long been anxious about radical ideas among Africans in Belgian Congo and elsewhere would spill over into Angola³⁸.

³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Belém), Angola, "Relatórios dos Conselhos de Governadores e de Conferências de Intendentes e Governadores/ Guiné, Angola, Índia, 1937-1947, Maço 1731 (S. 3 Est. II, Prateleira 23; and S. Tomé, Guiné, Angola, Moçambique 1943/1947. Maço 2245 (Sala 3, Est. 15, Prateleira 2). Included in this material are speeches Minister of Colonies Marcello Caetano made to colonial officials in Sept. and Oct. 1944, before his visit/tour of Portuguese Africa in 1945.

³⁸ For material on Galvão's thinking on African labor and migration issues in Angola and Mozambique shortly before and after the 1947 Report and a 1948 speech he made on the topic to the *Assembleia Nacional*, Lisboa, see report on his speech in *Diário das Sessões* (Assembleia Nacional), no. 128, Jan. 28, 1948, pp. 196-197; Henrique Galvão, *Por Angola* (Lisbon, 1949), p. 234; Arquivo Histórico Ultramarino, Relatórios dos Inspectores, Maço 2245, Sala 3, est. 15; Relatório, Cartas-Relatórios. Nos. 2, 3 de 19 de Julho e 27 de Setembro de 1947 (L. Marques and Beira) de Inspector Superior [das Colónias] C. M. Galvão; there are veiled hints of the forced labor and migration problems

Protest, including anger about forced labor, would appear in Angola perhaps sooner than Galvão would have predicted. Indeed, only four years after the 'secret' presentation of Galvão's Report of 1947, in 1952 some five hundred Angolans signed a Protest Petition which was delivered to the United Nations³⁹. The context of this Petition was suggestive: Angolan protestors felt silenced, isolated and lonely; Portugal was not a member of the United Nations (until Dec. 1955), Lisbon had not yet dispatched the political police of the metrópole, PIDE, to work in Angola (not until 1957), yet the regular police were active; it is a wonder, then, that they dared give their names and signatures on the Petition. Less than a decade later in 1961, Angolans and Portuguese would be killing each other in the colony over the question of who controlled the country and African forced labor became less of a practical question than a historical question debated among scholars.

Conclusion

Much more research needs to be done on this freighted topic, but it is clear that this aspect of colonial rule in the Portuguese Empire like so many others demonstrates that many laws were not enforced and that

several years later in his three volume work of reference he co-authored with a colleague who in 1947 had been arrested and imprisoned for involvement in a military coup attempt against the regime (Carlos Selvagem): Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império* (Lisbon, 3 vols., 1951-52), see vol. III, p. 353, etc. As for the text of the original Report, entitled, "Exposição" and found in the archives of the *Assembleia da República*, Arquivo Histórico Parlamentar, Processo no. 42/DP, Assembleia Nacional, Arquivo, Reb. 3378, Secção XXVIII, Caixa 48, no. 10, fls. 57-114; for research on this and related documents concerning Galvão as well as transcription of this important document, I am grateful to researcher, Dr. José Castilho, Lisbon.

³⁹ For a reference to the 1952 Protest Petition mailed to the United Nations via Luanda, see John Marcum, *The Angolan Revolution*, p.26; a carbon copy of this curious document, which apparently did not circulate or arouse interest at the time in the United Nations, is found in the Lawrence Henderson Papers, Milne Special Collections and Archives, Dimond Library, University of New Hampshire, Durham; Box 9, Folder 24, MC3, Petition to UN-1952. This curious but mysterious document was addressed both to the United Nations and to the President of the United States; it is uncertain how it was sent to the UN, but references in the Petition's cover letters suggest that at least a copy was sent to the U.S. Consul in Luanda. The Petitioners describe the document with about five hundred signatures of Angolans as a "Mensagem do Povo Negro de Angola Dirigida às Nações Unidas; Para: Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte." A cartoon-like illustration accompanies the Petition and depicts a black African clothed with only a loin cloth and holding a hoe; the man is chained to a pole of the Portuguese Flag and the hand drawing is headed "a escravatura em Angola no século XX" with a typed message below entitled "Eis a Colonização Portuguesa."

there was a gap between theory and practice. My findings point toward the need for a reassessment of Angola's history in this vital period, 1903-1947. Not a few previous interpretations need to be re-examined and revised; that before 1947 Lisbon had not been warned by insiders and by outsiders of the dimensions of the forced labor scandal and tragedy; that much of the failure to execute the labor laws in a humane manner was due simply to official and private poverty; corruption and fecklessness; that the significance of the Galvão Report of 1947 was the same as in 1961; that in 'Portuguese Africa' the period of the first Republic (1910-1926) was simply a time of 'imperial decline;' that there was a consistent dearth of important changes in colonial infrastructure and economic growth in the 1930s and 1940s and that significant change only followed 1950; and that the year 1930 should be memorialized and marked as the end of one colonial era of reform and the beginning of another, whereas my view is that 1919-21 should mark the end of one colonial and labor history era and the beginning of another. Certainly, the forced labor 'system', as I describe it, came to be entrenched by the year 1921. An unlikely but authentic inside source confirms the significance of this date. That very date was designated, in fact, as the onset of a new "despotism and tyranny" and a hated system of "slavery camouflaged by contacts" as described in the 1951-52 Petition to the United Nations signed by hundreds of Angolans in Luanda. In a cover letter to the President of the United States, these Petitioners pleaded for an end to Portuguese rule and the creation of an American Protectorate over Angola.

As my findings have indicated, the forced labor 'system', varied by region, and cannot be understood without closer attention to economic growth, the increase in the European settler population's numbers and capacity to employ forced labor; the expansion of colonial infrastructure from administration to transport and communication; the growth of the large agrarian and mining organizations including those of cotton, diamonds, sisal, coffee and sugar; the impact on labor shortage of continued forced labor shipment to the cocoa islands; and out-migration of Africans to adjacent colonies, a phenomenon which predated the 1913-14 rebellion in 'Portuguese Congo.' While the role of colonial officials in assisting

the recruitment of forced laborers was one key, without the cooperation and cooptation of local traditional authorities and police and the decisive pressure and power of the larger private companies, the 'system' would not have taken the form it did nor would it have endured as long as it did.

As colónias portuguesas de África entre a II Guerra Mundial e a Guerra Colonial – a visão anglo-americana

MANUEL LOFF*

No contexto da II Guerra Mundial, as colónias portuguesas de África não poderiam deixar de ter ocupado um lugar central nas expectativas de sobrevivência económica e política de um Estado periférico e de uma economia dependente como a de Portugal. O difícil equilíbrio internacional que Salazar procurou tecer desde o início do conflito dependia em grande medida das duas pulsões que com mais força se manifestavam no seio do pensamento internacional do regime salazarista: por um lado, o pesado lastro da dependência tradicional portuguesa face ao espaço económico britânico, reforçado pela impossibilidade estratégica de conceber sequer a sobrevivência do colonialismo português sem o consentimento do Império Britânico; por outro, a evolução política e ideológica de um regime que desde a segunda metade da década de 30 tentava abertamente superar a sua marginalidade internacional, compatibilizando uma crescente solidariedade ideológica com as ascendentes potências fascistas com uma reorientação da sua política externa no sentido de uma maior autonomia face a Londres (cf. LOFF, 1995, 1996 e 2006).

A dimensão colonial, factor tão determinante da vida política portuguesa na fase da História contemporânea que correspondeu à generalização na Europa da construção nacional, sendo, quer antes de 1939, quer sobretudo

* Universidade do Porto.

depois de 1945, uma componente essencial da identidade do Salazarismo, não podia deixar de ter contribuído para impedir qualquer elite governante portuguesa que dela se reivindicasse de assumir qualquer atitude de ruptura aberta com quem dominasse o Atlântico e o Índico e o grosso do mundo colonizado pelos europeus. Por outras palavras, um colonialismo periférico contemporâneo não poderia nunca sobreviver contra a vontade do colonialismo mais forte. Ora desde, pelo menos, o início do século XIX que, se alguma potência colonial havia que pudesse reivindicar tal posição, essa não poderia ser outra senão a Grã-Bretanha. E a II Guerra Mundial abriu as portas a um novo protagonista que rapidamente substituiria o peso imperial dos britânicos – os Estados Unidos da América. No momento em que os britânicos e, por detrás deles, os norte-americanos obrigavam Lisboa a negociar a instalação de bases nos Açores e, dessa forma, apostar irremediavelmente (que não voluntariamente) na vitória aliada, Armindo Monteiro, um dos homens-chave da política externa deste período¹, sintetizava assim «o valor da aliança com a Inglaterra para a nossa vida de Nação»:

Acima de tudo a aliança vale o que valer quem dominar o Atlântico e o Índico. Depois da guerra é evidente que dois países (...) vão ser senhores dos mares: os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. (...) Não percebo como é que V. Ex.^a (...) pode encarar a possibilidade de resistir aos Aliados (...). Resistir? Mas para que abismos se lançaria então a Nação? (...) O que aconteceria ao Império? Que riscos se lançariam sobre a própria independência da Nação? (...) O que fariam a África do Sul em Moçambique e a Bélgica em Angola? Quem ousaria ser o coveiro de Portugal, destruindo (...) a obra de tantos séculos?²

Como bem sabemos, aquelas duas potências acabarão por vencer a II Guerra Mundial e continuarão a marcar indelevelmente, a par da França, a evolução do mundo colonial e pós-colonial depois de 1945. Os britânicos e, secundariamente, os norte-americanos foram observadores particularmente

¹ Director-geral de Estatística (1928-29), Subsecretário de Estado das Finanças (1929-31), Ministro das Colónias (1931-35) e dos Negócios Estrangeiros (1935-36), Embaixador de Portugal em Londres (1936-43), cargo que deixa em ruptura pessoal com o ditador justamente a propósito das diferentes perspectivas com que encaravam o futuro do relacionamento anglo-americano-português.

² Carta de Monteiro a Salazar, 1/7/1943, in M.N.E., 1985: doc. n.º 110.

habilitados da realidade colonial portuguesa em África, empenhados em perscrutar as oportunidades económicas e estratégicas que se lhes abriam e pressionando discretamente a administração colonial no sentido de uma prevenção de situações de conflito ou polémica internacional, causadas designadamente por uma «native policy» como a portuguesa, baseada na exploração generalizada da mão-de-obra forçada e num paternalismo rígido.

O objectivo desta comunicação é, assim, o de expor e interpretar sinteticamente a análise e a política produzidas pela diplomacia e por vários agentes privados justamente das duas maiores potências ocidentais durante esses quase vinte anos de política colonial portuguesa que medeiam entre a última fase da guerra e o desencadeamento da luta armada nas colónias africanas de Portugal, estudando-as também no quadro dos preconceitos antropológicos da cultura anglo-saxónica face a africanos e a portugueses. O facto de apenas um deles, a Grã-Bretanha, partilhar com Portugal o estatuto formal de potência colonial justifica que se analise com muito maior detalhe a documentação que revela a sua atitude perante o caso colonial português. Interessará depois, e particularmente, perscrutar nessa análise elementos que nos permitam inferir da influência dos mais fortes aliados internacionais de Portugal no processo que então corria de redefinição assimilacionista e estritamente unitária do colonialismo português, em paralelo com uma exploração económica mais intensiva das potencialidades de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Em termos práticos, afastadas as sombras de um amplo rearranjo territorial no continente africano pela mão das potências fascistas, em África na Primavera de 1943 vive-se já objectivamente o pós-guerra. A ocupação de Madagáscar pelos ingleses, concluída em Novembro de 1942, e o desembarque anglo-americano nas costas do Norte de África no mesmo mês, conduzindo à ruptura das colónias francesas com o regime de Vichy e à rápida expulsão de alemães e italianos do continente africano, fecharam um período em que a soberania portuguesa poderia ter sido a todo o momento desrespeitada por motivos de segurança militar por britânicos, norte-americanos, sul-africanos ou as autoridades coloniais belgas do Congo-Léopoldville (cf. TELO, 1991: cap. II). E nesse novo clima crescem a presença e as ambições dos norte-americanos, procurando impor, como

se inscreve na *Carta do Atlântico* de 1941, essa tese tão debatida desde o final do conflito mundial anterior, a do «access on equal terms to the trade and to the raw materials of the world»; cresce o peso regional sul-africano, a par da retórica *pan-africana* dos seus dirigentes; as autoridades coloniais receiam o potencial subversivo anticolonialista contido na ideologia comunista que se reforça com as vitórias soviéticas. Por essa altura, «the war had destroyed the old confidence of France and Britain that there would be no serious external challenge to their imperial authority» (HARGREAVES, 1996: 59) e Salazar pedia incessantemente aos seus diplomatas, sobretudo os que representavam Portugal em Washington e em Londres, que indagassem sobre as intenções aliadas para o desenho do mundo colonial do pós-guerra, particularmente sobre as dos americanos, verdadeira obsessão que tomou conta da diplomacia salazarista, pelo menos desde a entrada dos EUA no conflito mundial, e que condicionará fortemente o relacionamento luso-americano ao longo das décadas seguintes.

Além de a realidade acabar por vir a relativizar substancialmente estes receios, da documentação do Department of State (D. S.) americano dos anos intermédios do conflito, portanto ao nível da gestão estritamente política dos interesses de Washington, emerge uma dose muito substancial de ingenuidade e de ineficácia na abordagem das possibilidades de penetração norte-americana no continente africano, de que é um belíssimo exemplo o atribulário caso, que se prolonga entre 1941 e 1947, da possibilidade de, através de uma companhia norte-americana que geria a enorme concessão no enclave angolano de Cabinda, «obtain American control of a free port at the mouth of the Congo», o que, segundo os responsáveis pela política externa americana,

would offer considerable support to our effort to obtain for American commercial interests equal access and equal opportunity to the raw materials and to the markets of the whole of the Congo basin

e, em última instância,

should not only contribute to the defense effort during the period of war, but should also facilitate the accomplishment of our long-range objectives in the

West African area having to do with the furtherance of American interests in connection with post-war trade, maritime commerce, and the development of commercial air routes.

Na sua origem está um capitalista americano de origem sulista, Charles B. McDaniel, que desde 1938 controlava a Companhia de Cabinda, concessionária de vastas plantações de palmeiras, café e cacau, que comprometia nas suas operações económicas altos funcionários do regime³, comprava favores dos mais variados responsáveis técnicos da Administração colonial portuguesa de Angola e procurava agora, tudo o indicava, aproveitar-se das enormes expectativas que em Washington provocavam quaisquer projectos que abrissem as portas da África Ocidental. Inicia-se então uma complicada e algo descarada negociação com a Administração, na qual o Department of State consegue arrastar, ao longo do primeiro semestre de 1943, o Navy Department e a War Production Board na sua miragem cabindense, mas não conseguiu nunca, até 1945, superar completamente a lúcida recusa da Board of Economic Warfare em «support the existing American interests in Cabinda in their present state of financial irresponsibility and lack of adequate management»⁴.

Curiosamente, em Novembro de 1945 dois mil signatários cabindenses, formalmente liderados por autoridades africanas locais, enviavam uma longa carta ao Presidente Truman, com referências elogiosas «ao senhor Marc Daniel» [sic] queixando-se da «tirania portuguesa» e afirmando-se «arrepentidíssimos» da assinatura do Tratado de 1885 pelo qual houvera sido solicitada a protecção de Portugal, pedindo ao Presidente que lhes fossem enviados «seis ou dez homens instruídos» de ascendência cabindense ou africana, «alguns» aviões, «cinco» vasos de guerra e «vários» submarinos para que os EUA se apoderassem de Cabinda e passassem a ser os seus «protectores»⁵.

³ Entre eles João Emauz (presidente do Conselho de Administração do Banco de Portugal), António Ferro (secretário da Propaganda Nacional), directores da Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses e, indirectamente, os próprios Vieira Machado e Duarte Pacheco (ministros das Colónias e das Obras Públicas).

⁴ Memorando da Division of Near Eastern Affairs do Department of State, 8/4/1943, ofícios de Morris S. Rosenthal (Office of Imports da Board of Economic Warfare) a Adolph A. Berle (Assistant Secretary of State), 5/7/1943, e de Crowley (Foreign Economic Administration) a Stettinius (Secretário de Estado), 22/12/1944, in NARA, RG 59 (DS), B. 5275, 853L.1561/2, 5 e 12-2244.

⁵ Carta de 16/11/1945, in NARA, RG 59 (DS), B. 6374, 853L.4016/11-1645.

O significado do episódio parece residir sobretudo na visão produzida desta vez pelos africanos sujeitos à soberania portuguesa, a mesma que levava, por exemplo, personagens como Roy F. Teixeira, um advogado cabo-verdiano emigrado em 1910 para os EUA e fixado em Boston, com «great influence among the Cape Verdeans in the United States», a escreverem, em 1941, ao Presidente Roosevelt e aos departamentos da Marinha e dos Negócios Estrangeiros da Administração americana «advocating the acquisition of the Cape Verde Islands» e assegurando que «a great majority of [the 40,000 Cape Verdeans now in the US] were in favor of the occupation of these Islands by the United States»⁶, num momento em que se vivia um dos piores períodos de seca no arquipélago (cf. CARREIRA, 1984: 16).

A perspectiva que entre os responsáveis britânicos, pelo seu lado, se ia configurando sobre o pós-guerra em África partia necessariamente de bases muito diferentes das dos americanos. Possuidores do mais rico dos patrimónios coloniais e tradicionalmente presentes nos mais rendáveis dos investimentos estrangeiros realizados nas colónias portuguesas (cf. CLARENCE-SMITH, 1990: 182-87, ANDERSON, 1963: 91-100, CASTRO, 1980: 50-54), um organismo de estudos de prospectiva do Foreign Office (F. O.), o Overseas Planning Committee, reconhecia, a mais de um ano de distância do final do conflito, que «in the Portuguese Africa UK companies have important concessions», que «our pre-war carrying trade with the Portuguese Empire was of considerable value» e que, num momento em que os britânicos «surrendered investments overseas», este facto «make it more than otherwise desirable to regain this trade». Por outro lado, «some strategic interest in the Portuguese Africa territories will presumably persist after the war», por exemplo, «the preservation of unhampered and economical transportation from Rhodesia and Nyasaland through the Portuguese East Africa and Portuguese West Africa to the sea is a permanent imperial concern of ours.» Importante, politicamente, era, no entanto recordar que «as part of the Azores Agreement (...), Great Britain repeated its guarantee of Portugal's Empire and obtained a like guarantee from the Dominions and USA», num

⁶ Memorando de conversa entre advogado de Boston e funcionário do D.S., 3/6/1941, in NARA, RG 59 (DS), B. 5274, 853H.014/9.

momento em que era evidente a percepção do reforço das expectativas regionais da União Sul-Africana e da nova atitude dos norte-americanos. «U.S. capital is now interested in Portuguese Africa, and U.S. propaganda is active there» sob a forma de «an extension of the idea of regional economic collaboration with Portugal», mas os britânicos continuavam a pensar que Lisboa «would not welcome that, and Portuguese feeling towards U. S. is still not cordial»⁷.

Em quase todos os terrenos, a informação recolhida pelos britânicos centra-se muito mais em Angola do que em qualquer outra colónia, ainda que ao longo das décadas de 40 e de 50 a visão continue a ser a de uma Angola que «lag behind Mozambique in development». A explicação já em 1944, desta vez do Research Department do F. O., assumia contornos de interpretação antropológica:

Angola (...) [has] preserved a Portuguese character, whereas Mozambique was until recently largely in the hands of foreign controlled autonomous companies and seems destined to remain within the economic orbit of British South Africa and the Union. (...) There remains only a small non-Portuguese white population. Whilst this fact is satisfying to the Portuguese pride it is difficult to avoid the conclusion that a lack of enterprising foreigners has been one of the factors

a causar o atraso angolano. Mas tal não impedia que em Angola, «the apple of their eye»,

hopeful statesmen look forward to see a new Portugal in Africa. (...) Portugal cannot offer lavish material benefits, and Angola (unlike Mozambique, where the influence of British South Africa is strongly felt) shares the low standard of living of the home country.

No entanto, «at least the war has brought a flow of capital to Portugal and Angola», o que permite aventar a possibilidade de «raise the native standard of living, possibly through a degree of industrialization», mas «it remains to be seen whether peace conditions will permit an improvement on the mild

⁷ «The Portuguese Empire and Islands. First revision of appreciation. Paper n° 499», 28/4/1944, in PRO, FO 371/39636, C 5964/5964/36.

policy of development, financed by budget surpluses, that has been followed hitherto⁸. De facto, no último ano de guerra abre-se uma conjuntura de intensificação da exploração económica de Angola de que, no entanto, não resultará, como veremos, qualquer melhoria do nível de vida dos africanos. Bem pelo contrário.

O poder em Londres tornava-se gradualmente consciente da inevitabilidade de ter que suportar a maré de mudança que atingiria o mundo colonial uma vez terminados os combates, e o Secretário das Colónias no governo de Churchill havia definido «o self-government within the framework of the British Empire», em Julho de 1943 e perante a Câmara dos Comuns, como objectivo fundamental da política colonial britânica. Era a nova versão do *enlightened colonial government* de que os britânicos se julgavam pioneiros (cf. HARGREAVES, 1996: 55-68). É neste quadro programático que é interessante interpretar a avaliação que o corpo diplomático e consular britânico fez da política colonial portuguesa ao longo dos mesmos anos em que Londres negociou a descolonização do maior império do mundo.

Precisamente na mesma fase em que os sectores mais realistas entre os decisores da política colonial britânica apostavam pelo *self-government*, o já citado Overseas Planning Committee não descortinava quaisquer «progressive intentions» do regime de Salazar para com as colónias, partindo de uma base em que a autoridade administrativa colonial é «concentrated avowedly in the smallest possible number of officials at every level, and the administrative machine [is] centripetal to the highest degree». A equipa encarregada do estudo particular de Angola sublinhava que desde a promulgação do Acto Colonial, em 1930, que se vivia uma «effective subordination of Angolan interests to the unification of the empire and Angolan administration to the central Government», contrariando radicalmente a política autonomista republicana, ou pelo menos do emblemático Alto-Comissário Norton de Matos, de «issue a Statute for the colony, institute a parliamentary system and contract large loans to promote the development of the country». No final da guerra,

⁸ «Portuguese possessions in West Africa», F.O.R.D., 6/5/1944, in PRO, FO 371/39636, C 6793/5964/36.

the declared Colonial policy of the Salazar regime is to maintain the integrity of the Empire against any encroachments; to create a teetotal, industrious "native" peasantry; to retain all "native" customs which are not indefensible; to avoid any idea of representative government by whites or "natives".⁹

Os portugueses em África: sistema colonial e «supremacia branca»

Comecemos justamente por este último aspecto, ou seja, o do sistema político de governo das colónias portuguesas. A crítica de ingleses e de americanos face ao modelo autoritário português é produzida em termos francamente suaves apesar de se viverem, numa primeira fase, os últimos anos da guerra e os primeiros do pós-guerra, num ambiente que ainda não conhece a lógica da Guerra Fria. Aqui a diferença produzem-na comentadores privados como o reverendo Gladwyn Murray Childs que em 1944, depois de 41 anos em Angola como «educational missionary», faz chegar ao consulado americano em Durban um amplo memorando em que descreve the «truly feudal and mediaeval nature of the present regime in Angola», «clerical fascist», em que a estrutura «monopolistic» da sua economia ocupa um lugar central. «The state holds a proportion of shares of these concerns but more remarkable is the degree of individual pecuniary participation on the part of colonial officials from the Minister of Colonies down», denunciava, descrevendo as visitas do ministro Vieira Machado em 1942, «reputed to hold a majority interest in several of the more important concerns and large shares in many», como as de um «feudal lord to his domains». Para o missionário americano, com toda a frontalidade, era

evident how much the present pre-occupation of Great Britain and of the United States has served these clerical fascist interests in the Portuguese colonies. (...) How else could it have been possible to carry a Native policy which in other times would have provoked world-wide reactions?¹⁰

⁹ «The Portuguese Empire and Islands. First revision of appreciation. Paper n° 499», 28/4/1944, in PRO, FO 371/39636, C 5964/5964/36.

¹⁰ Memorando de Childs a pedido de «Mr. Clarke when in charge of the Legation at Pretoria», s.d., enviado a 14/8/1944 pelo Consulado de Durban ao D.S., in NARA, RG 59 (DS), B.5275, 853M.00/8-1444.

Em Junho do mesmo ano, a United Church of Canada faz chegar aos governos canadiano e norte-americano dois outros relatórios detalhados sobre a situação nas colónias portuguesas, com particular incidência no tradicional problema do trabalho forçado em Angola, que chegará só em Dezembro a Londres. A fonte era outro missionário protestante, desta vez um canadiano, John T. Tucker, que sublinhava a «catastrophic degeneration in conditions» da vida na colónia desde 1940, que o levava a concluir que

never in thirty-one years of residence in Angola have I known the unrest to be so general and so deep among the Portuguese population. The bases are manifold: a) Dictatorship, with severe police restrictions and regulations. b) Censorship of the Press making expression of opinion impossible. c) Restriction of foreign trade in order to favour the motherland. (...) e) A host of juntas, or Boards, regulating prices, exports and imports, the directive members of which come from Portugal,

entre outras causas. E insistia:

Today neither Native nor white can protest, neither nationals nor foreigners. The Gestapo set-up of the police sent from Lisbon prevents any expression of opinion other than that which the Government may favour¹¹.

Pelo lado dos agentes diplomáticos e consulares, havia consenso quanto à adjectivação da «native policy» dos portugueses em África: «tutelary, almost patriarchal, with emphasis on her civilizing mission and its moral and religious aims»¹², sintetizava o Research Department do F. O. O reverendo Childs, com bastante mais capacidade crítica, denunciava também em 1944 a «supposedly benign attitude of the Latins toward African peoples, of their aim of assimilation», e citava E. D. Morel para quem

neither the French nor the Portuguese ever intended to assimilate the masses in their colonies, but only a small group of «the elite» who would assist their European masters in exploiting the masses.

¹¹ «February 1944. Labour conditions in Africa, with special reference to Angola (Portuguese Western Africa)», não assinado mas de John T. Tucker, s.d., recebido em Nova York a 29/5/1944, entregue ao D.S. e ao Department of External Affairs do Canadá; este último remete-o ao Alto-Comissário para o Canadá que, por sua vez, a 1/12/1944 o envia ao F.O., in PRO, FO 371/39636, C/16802/5964/36.

¹² «Portuguese possessions in West Africa», F.O.R.D., 6/5/1944, in PRO, FO 371/39636, C 6793/5964/36.

De facto, quando Marcelo Caetano, o novel ministro das Colónias de Salazar, visita as colónias africanas no momento em que a guerra termina na Europa e se encontra com o líder sul-africano, Smuts, este «brought out the question of the future of the blacks» para sustentar que «the place of the white man in Africa ultimately depends on granting the native population opportunities for development», e o representante americano em Lourenço Marques sublinhava:

As is known, the Portuguese authorities in Mozambique are very sensitive to any criticism of their handling of native affairs and no doubt Smuts was quite aware of the less progressive policy towards the natives in the Portuguese colonies of Africa¹³.

em claro contraste com o que a retórica oficial portuguesa gostava de apregoar.

No entanto, era extraordinariamente comum, como o próprio cônsul britânico em Lourenço Marques reconhecia, que «most Europeans who come to see something of the Portuguese methods, seem to have been impressed with the way the Portuguese handle the natives».¹⁴ Europeus e americanos; os seus representantes não se cansavam de repetir que «the absence of racial prejudice is one of the healthiest developments in Portuguese colonial administration. The mestizos [sic] or persons of mixed race play an important role in all activities».¹⁵ E num pós-guerra já pleno de tensões no mundo colonial,

the relative absence of Communism and organised labour unrest in their Colonies, so different from Nigeria and the Gold Coast, seems to them proof that they know the secret of dealing with African natives far better than we do. A combination of paternalism and a firm hand is, they think, the only kind of treatment that is at once understood by the Native and safe for the European¹⁶.

¹³ Ofício de Preston (Cônsul-Geral em Lourenço Marques) a Byrnes (Secretário de Estado), 27/7/1945, in NARA, RG 59 (DS), B. 6376, 853Q.00/7-2745.

¹⁴ Ofício de Vaughan a Bevin (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 6/7/1950, in PRO, FO 371/80769, JP1018/2.

¹⁵ Ofício de Ebling (Cônsul em Luanda) a Marshall (Secretário de Estado), 19/8/1947, in NARA, RG 59 (DS), B.5275, 853M.00/8-1947.

¹⁶ Ofício da Embaixada em Lisboa ao African Department do F.O., 13/2/1950, in PRO, FO 371/80767, JP1016/1.

Pela mesma altura, no entanto, o cônsul britânico em Luanda procurava estabelecer «how far [the Portuguese] contention of not having a colour bar is true», e recordava um forte argumento sociológico:

It is in countries where thought admits the possible equality of the African, where he is permitted some freedom of speech and organisation, and where growing numbers of his race appear to have attained a degree of economic and mental equality with the white man that trouble develops. Given the opportunity the African develops enough skill to threaten the economic position of the lower grades of white workers. These protect themselves by insisting on colour-bar (...). Where no colour-bar is said to exist, the assumption will be that the negro has not begun to acquire any rights at all. The Portuguese boast therefore in my opinion has the opposite implication to that which is intended.¹⁷

Era também a fase em que a *enlightened colonial policy* britânica se dedicava à reanálise da *assimilação*. «The assimilado», descrevia um funcionário colonial da Rodésia do Norte em visita a Angola,

is in effect detached from the African population and given a place in the European population. The effect is to deprive the African masses of any potential political leadership (...). In the last resort the policy of assimilation is suited not to the development of local self government but to the strengthening of ties with Portugal.

O mesmo observador discordava de Lord Hailey quando este defendia que «to create an African elite will sooner or later create in the African a demand for a greater share in the government of their own affairs», argumentando que

the [African] Portuguese assimilated whom I met was above all a Portuguese, and for a long time to come will be so delighted with this fact that he will trouble no one. (...) Any one who is a mulatto is treated automatically as a European (...). Any African assimilado or any foreign African who conforms to a similar standard will encounter no racial discrimination.

O próprio cônsul em Luanda desmentia-o: se o assimilado não causa problemas é «because he is frightened of losing the protection from forced

¹⁷ Ofício de House (Cônsul em Luanda) a Bevin (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 9/2/1950, in PRO, FO 371/80851, JP1821/1.

labour afforded by his status», e em muitos casos «the authorities could with justice deprive him of his status». No entanto tal realismo não escondia uma visão preconceituosa, implícita na admissão que o assimilado

has plenty grievances, usually complaints against victimisation real or imagined by the white man. [He] is not a healthy element in the State. He is a thoroughly selfish fellow who has fled from the miseries of his people.

Mas a sua conclusão era implacável: referindo-se à visão praticamente idílica daquele funcionário da Rodésia do Norte, que

thinks race relations [are] good at Luanda, Northern Rhodesia must be something terrific. In Angola there is order, some natives look prosperous, there is much mixture of blood, but socially I have never met a man of full colour (...). What the Portuguese do is to accept the native in a friendly way at animal level. They treat him much as the Englishman does his dog, that is he feeds him if he is good and beat him if he is naughty. Mr White does not mention the most important factors politically. These are forced labour on a large scale, the existence of a petty Siberia in the shape of São Tomé, and physical beating to keep natives in their place without killing them.¹⁸

Como veremos, esta capacidade crítica, não só não seria integralmente mantida ao longo dos anos, sobretudo quando as circunstâncias se complicavam para o colonialismo britânico, como nem sequer era generalizável. O cônsul de Sua Majestade em Lourenço Marques, por exemplo, encontrava «its advantages» na «absence of freedom of speech» que, era certo, «deprives the Colony of much useful criticism», mas

the Portuguese, not without justice, pride themselves on the success of their native policy. They do not spurn the civilised native; the half-castes are brought up as Portuguese; there is no colour bar in the Portuguese schools (...). On the other hand, the gradual civilization of the native and amelioration of his life are looked upon as a task that will take many generations, and the present emphasis is on making him work (...). Respect for the white is insisted upon and maintained by corporal punishment.

¹⁸ «Report on a visit to Angola», entre 5 e 19/9/1950, de White (funcionário da administração da Rodésia do Norte), enviada pelo Colonial Office ao F.O. a 28/10/1950, e comentários de House (Cônsul em Luanda), que esteve com White, em ofício ao African Department do F.O., 6/1/1951, in PRO, respectivamente FO 371/80767, JP1016/22, e FO 371/90290, JP1015/1.

E concluía, com enorme dose de retórica:

Who is to say that he is not better off where there is order and hard work? Racial tensions do not develop, and the lot of the native does not seem particularly harsh (...). This state of affairs would be difficult to maintain once freedom of speech were allowed.¹⁹

Em 1950, efectivamente, os próprios britânicos pareciam ter adoptado a linha de raciocínio oficial portuguesa, admitindo abertamente que a sua própria «native policy» era «a more direct threat than Communism to the Portuguese position in Africa.» Porquê?

The policy of Great Britain is not based on knowledge of native character nor on her own political and economic requirements. It is based on the moral feeling of the British people, on the illusion that England's unique political development can be repeated elsewhere, in the teeth of unfavourable circumstances, and on the assumption that a transfer of power to Africans will have no disastrous strategic and economic consequences for Europe.

O autor desta síntese, o cônsul em Luanda, atribuía aos portugueses uma tese que viria a parecer ser a sua própria:

The U.K. can probably no longer afford such generous illusions. (...) Portugal is concerned that white supremacy should be maintained in the continent as a whole. She views with alarm current discussion in England of a time table for handing over power to the natives in British colonies. (...) Steps of this kind are fortunately not imminent and there is time for Great Britain to change her course.

Portugal é que não poderia alimentar ilusões:

The loss of her overseas territories would ruin her in the same way as Holland (...) [and she] knows too well that most countries must live under some kind of police dictatorship because they do not possess the necessary ingredients for a free society. (...) The [Portuguese] policy is not conceived in the lofty moral terms of which the English are so fond. It serves Portuguese interests

¹⁹ Ofício de Vaughan a Bevin, 12/5/1950, in PRO, FO 371/80767, JP1016/10.

and maintains order and with luck prosperity in an area which never knew such things before the white man came.²⁰

Aparentemente, o clima de Guerra Fria, da mesma forma que acentuou a condescendência ocidental perante a ditadura salazarista, terá produzido os mesmos efeitos perante a sua dimensão colonial. Gradualmente, sujeitos à difícil prova da agitação anti-colonialista nas colónias britânicas, o modelo português parecia encerrar muito mais virtudes que antes. Em 1952, o mesmo cônsul em Luanda garantia que

Angola is a safe area for the European. (...) For the present the [colonial] system is eminently successful politically. The tribes are broken. Their more independent members have migrated to other countries. (...) Government is on the aggressive and makes Africans fear it by rounding them up for forced labour. (...) The picture then is of an area half the size of Europe which is a secure base for Portuguese forces and perhaps by arrangement for those of her allies. Sovereignty is not in dispute. There is no prospect that it will be whilst the efficient police and censorship of Dr. Salazar's regime continue to function.

Em todo o caso, assegurava o cônsul em Luanda, crítico para com a política britânica, «nor is the situation likely to change greatly after Dr. Salazar's disappearance from the scene as far as white political dominance is concerned», o que seria, «one should remember, (...) longer than the Gold Coast will be under our [sovereignty]». O problema era que

our policy of self-government for native peoples has satisfied our self-respect but has not produced much in the way either of reliable allies or of countries that can defend themselves. Britain's unconsciousness of the failure of her policy in this regard (...) breeds deep misgiving amongst the Portuguese. On this issue they regard us as incorrigibly foolish. (...) We may yet find that their regard for their sovereignty has preserved for us a secure strategic base in time of need.

Em conclusão, «the morale of British colonial officials on the West Coast is low because policy is not clear and they do not know where they are going», e se «I would not claim that the morale of Portuguese admi-

²⁰ «Native policy in Africa – the Portuguese view», relatório de House, 13/4/1950, in PRO, FO 371/80767, JP1016/9.

nistrators is high nor that they have much sense of responsibility to the native» e «their pay is miserably inadequate and they have to live by cheating the African», a verdade é que «they do know that they are expected to maintain white supremacy and that they will be supported in firm and even brutal action to that end. They do effectively maintain Portuguese sovereignty, with practically no bloodshed.»²¹ Por outras palavras, os objectivos do colonialismo português, porque mantidos inalterados apesar da II Guerra Mundial, eram bem mais claros do que a tentativa britânica de se adaptar à mudança.

As contradições entre ambas as políticas coloniais haviam chegado a tal ponto que os próprios portugueses estabeleciam abertamente, e contra toda a ideologia colonial de que se diziam autores, a «essential difference» entre as duas políticas coloniais no facto de a portuguesa «aim at establishing and maintaining white supremacy».²² Para os britânicos, seria talvez ainda correcto pensar que «it is not too late to change direction, but it is optimistic to expect a change from the Portuguese». O verdadeiro problema é que «if they were to be more liberal politically, the native would probably begin to express his grievances». De um ponto de vista sociopolítico, «a liberal economic policy might still create a docile and comparatively prosperous peasantry under firm white government», mas não se deixava de reconhecer que

at present the native communities of Angola can correctly ascribe to the west the desintegration of their way of life by economic exploitation and there are few elements on their outlook antagonistic to Stalinism. Much in their circumstances Stalinism claims to remedy in theory and some things it might improve in fact.

Mesmo «knowing nothing of our methods», os portugueses «have no intention of imitating our ideas, which they consider bound to weaken white rule elsewhere in Africa», e, com alguma previsão, um funcionário do F. O. em Londres concluía, resignado, que, se na sua política não havia

²¹ Ofícios de House (Cônsul em Luanda) a Edén, 18/4/1952 e 29/1/1952, in PRO, FO 371/97232, JP1017/3 e 8.

²² Ofício de House (Cônsul em Luanda) ao African Department do F.O., 26/5/1951, PRO, FO 371/90292, JP1016/2.

qualquer «intention of following our lead of encouraging the native to rule himself», seguramente que estariam a «storing up for themselves, as are the South Africans, an upheaval which may well undermine the whole structure of their colonies and it may lead to their final expulsion from Africa.»²³

O paralelo com a África do Sul, cuja comunidade branca havia recentemente institucionalizado o regime do *apartheid*, passaria a ser frequente. Em 1951, as propostas contidas num diploma legislativo do Governo Geral de Angola a regular a concessão do estatuto de «assimilado», se «carried to their logical conclusion, there would be little distinction between these proposals and the policy of “apartheid”».²⁴ Efectivamente, sublinhava-se a partir de Moçambique,

the Portuguese do not, in fact, believe that the natives, within foreseeable time, will be able to assume responsible positions, and they have no intentions of allowing them to do so. (...) They can conceive of a native becoming civilised only in terms of his becoming “Lusoized”²⁵.

No mesmo sentido ia a análise do novo Estatuto Administrativo de Moçambique, publicado pelo ministro Sarmiento Rodrigues em 1955.

Viewed in the light of traditional Portuguese colonial theory, the creation of a Provincial Legislative Council, with a majority of elected members and what are, apparently, considerable powers of self-government, is a surprising and interesting innovation [but] no-one has any illusions on the subject of the 16 “elected” members (...). Inured to a “policy of direction”, convinced of the futility of opposition, and dulled by apathy, the public is obviously incapable of responding to a “free” election invitation.

O próprio Secretário-Geral da administração colonial admitira abertamente que «the authorities were organising the elections and had selected the 16 men who would stand as candidates». Neles se incluía um padre cató-

²³ Relatório sobre «Angolan Native Affairs», 17/1/1951, e ofício de 8/1/1952, de House (Cônsul em Luanda), e comentário de Cotton (African Department), 5/4/1951, in PRO, FO 371/90301, JP1103/1, e FO 371/97264, JP2181/3.

²⁴ Ofício do Consulado em Luanda ao African Department do F.O., 27/7/1951, in PRO, FO 371/90301, JP1103/2.

²⁵ Ofício de Vaughan (Cônsul-Geral em Lourenço Marques) à Embaixada em Lisboa, 12/2/1953, in PRO, FO 371/103033, JP2182/2.

lico que, ao causar alguma surpresa com declarações moderadas à imprensa mas que incluíam uma referência à «colonial era [that] had passed – neither international trends nor the natural evolution of peoples would allow it to continue to exist», obrigaria o próprio Governador a responder, no dia seguinte, para «correct any false impressions which might have been created», enfatizando a diferença entre a política das demais potências coloniais europeias e a portuguesa. A conclusão do cônsul britânico era lapidar:

They will be able to legislate only in accordance with the wishes of the Central Government. (...) “Plus ça change, plus c’est la même chose” is certainly the conclusion of the man in the street.²⁶

Recordemos que desde 1950 a diplomacia portuguesa estava abertamente sujeita à pressão indiana para a negociação da devolução dos enclaves de Goa, Damão e Diu, numa lógica de generalização a franceses e a portugueses do velho slogan «Quit India!». Desde a independência do subcontinente indostânico, em 1947, que o regime salazarista reelaborava a sua ideologia colonial, sobretudo no que se relacionava com a própria identidade nacional (para não dizer nacionalista, um conceito provavelmente mais adequado). Forçada por Lisboa a intervir discretamente na questão internacional aberta entre os governos indiano e português, a diplomacia britânica via-se frequentemente obrigada a equacionar as questões goesa e africana em simultâneo. Em 1956, por exemplo, o embaixador em Lisboa, Charles Stirling, saía de uma conversa com o ministro português dos Estrangeiros, Paulo Cunha, convencido de que a eventual perda das colónias

would not only deprive Portugal of the last vestiges of the status of a world power, to which educated Portuguese are sentimentally attached, but would spell the ruin of the carefully balanced economy which has been built up over the last thirty years. (...) Like most of his countrymen [he] fails to appreciate the strength and depth of nationalist feeling in other parts of Asia and Africa and is thus inclined to regard all independence movements in subordinate territories as directly and exclusively instigated by Russian intrigues.

²⁶ Ofício do Cônsul Geral em Lourenço Marques a Selwyn Lloyd (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 19/9/1955, FO 371/113875, JP 1019/1. Trata-se do D.-L. n.º 40226, de 5/7/1955.

O ditador, pelo seu lado, sustentava ainda teses sobre a «assimilação», que teria «always been the basis of Portuguese colonial policy», como sendo um processo que, mesmo que afectando populações que «had absorbed quite a high degree of Western culture, required the support of a civilised State to prevent them from slipping back.» E uma vez mais a conclusão era inevitável:

It would probably be impossible for us to maintain an autocratic government in our colonies with a liberal democracy at home; but it would be patently absurd to ask the Portuguese to educate their subject peoples for self-government when the Government of Portugal itself is a paternal dictatorship.

Por fim reforçava-se a postura que os britânicos, afinal, haviam seguido e seguiriam com os decisores coloniais portugueses até ao desencadeamento da guerra em Angola: o embaixador não se sentia qualificado para indicar «any reforms which, consistently with their own policy, the Portuguese might be encouraged to introduce»²⁷.

A evolução, no entanto, fazia-se sentir com cada vez maior premência no mundo colonial exterior. As primeiras independências no Magrebe e a do Sudão em 1956, mas sobretudo o processo que levou às do Gana e da Guiné-Conacri, em 1957 e 1958, contribuíam para esse ambiente que, no início de 1959, precede a chegada a Moçambique do novo Governador Geral, Pedro Correia de Barros, que inclui várias formas de manifestação de descontentamento por parte da comunidade branca, e que nos editoriais do *Notícias de Lourenço Marques* se descrevia como

a feeling of insecurity, lack of confidence and loss of faith (unequalled even during the time of the great depression 37 years ago which bore so heavily on the people here) is now gripping the local population.

O cônsul interpretava a condescendência da censura com a publicação de tais desabafos como sendo Lisboa que «has begun to re-assess the

²⁷ Ofício de Stirling (Embaixador em Lisboa) a Selwyn Lloyd (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 14/3/1956, in PRO, FO 371/124069, RP1071/1.

situation here in the light of recent events in Africa and the rapid rise of black nationalism», tendo-se convencido de que «it would clearly make the Administration's task easier if it had the solid backing of the white population which it does not have at present». Sintomaticamente, «the ruthless repression of Africans» em motins no Congo Belga, em que se falava de dois mil mortos, «is defended by the local Portuguese as the only possible way of guarding white supremacy. If such action were not taken the black population would soon overwhelm the small minority of whites and gain control.»²⁸

Pouco tempo depois, um novo cônsul em Lourenço Marques recolhe a impressão de que

the Portuguese appear to hope that, left to themselves to proceed at their own pace in their own way, they might eventually succeed in assimilating all their African subjects into their civilization as good citizens of Portugal,

esquecendo que os franceses, que tentaram

beyond the point that the Portuguese can hope to reach in the next 30 years, appear to have abandoned it as a practicable policy. And the Portuguese will not be left to proceed at their own pace indefinitely,

recordava com realismo. A dois anos do início da luta armada em Angola, o retrato que emergia da atitude do Governo e dos missionários católicos não incluía qualquer «sign of any realization that a radically new policy is now required. Nor should one expect it; for, as long as they retain sovereignty in Mozambique, the Portuguese will never admit failure.»

A previsão quanto à emergência de movimentos nacionalistas não viria a ter confirmação substancial no futuro próximo, já que se batia em excesso na tecla da «isolation carefully guarded by the Portuguese» da população africana em Moçambique, bem como na que «complete lack of educated Africans in Mozambique from whom effective modern leaders could emerge».

²⁸ Ofício de Whittall (Acting Consul-General em Lourenço Marques) a Selwyn Lloyd, 29/1/1959, in PRO, FO 371/138554, JP1015/4.

Therefore, they may have their troubles in the 1970's and 1980's, the end of the 1960's should see the Portuguese still in firm control of Mozambique. (...) The drift away from Metropolitan Portugal would, however, be greatly accelerated if weak or unstable Governments followed that of Dr. Salazar for any considerable time.

Em todo o caso, recordava-se, o peso estratégico dos portos da Beira e Lourenço Marques é tal que «if White hegemony in Mozambique were seriously threatened by African nationalism», a África do Sul e a Federação das Rodésias «should go far to help the Portuguese Government – either metropolitan or local – to maintain its authority at least south of the River Zambesi», podendo as Rodésias procurar «to secure, for some form of White Africa, the whole of present Mozambique». E se os portugueses tiverem que escolher com quem alinhar, prefeririam as Rodésias à África do Sul, reconhecendo-se, apesar de tudo, que se partia sempre do pressuposto, «perhaps too optimistical» da manutenção da supremacia branca em ambos os territórios. Em compensação,

if Nyasaland became independent of the Federation and were to join an independent Tanganyika, together they might, if the Portuguese administration there broke down, attract the northern districts of Mozambique to them to form a new or enlarged Black African State.

Em qualquer hipótese, «the outlook for the immediate future is, therefore, distinctly encouraging.»

Uma vez mais, para os britânicos «the crux of the matter seems to be the future of the Salazar régime.» A lógica era:

If a strong and ruthless administration continues in Portugal, I would expect it to be able to hold Mozambique for a considerable time. (...) If Portuguese Government control did weaken to any considerable extent, I cannot see how the tiny white community could hold the province. They might perhaps be able to keep the southern part, but even that I would doubt. In the long run, therefore, it seems to be in the interest of the white settlers that there should be a strong central Government: the alternative is their disappearance from the scene.

Um funcionário do Research Department do F. O. faria a propósito um raciocínio com pouca capacidade de acerto: seriam os «political developments» em Portugal a influenciar a evolução das «provinces» e não o contrário...²⁹

Numa das poucas referências à Guiné portuguesa que pode ser encontrada na documentação oficial britânica, produzida pelo cônsul em Dacar de visita, em 1959, à colónia, a atitude das autoridades coloniais identicamente reflectia o mesmo «horror» com que se encarava a «policy of political liberation of the African. (...) “Ils sont maintenant bien embêtés” was the remark made to me on French difficulties». Surpreendente é a clareza com que se entendia já então, dois meses antes do famoso massacre no cais de Pidjiguiti do porto de Bissau, como sendo

easy to assume that the wall maintaining the political gap between the Province and her immediate neighbours must presently topple and fall and the flood be let in. Even the Portuguese Consul in Dakar a year ago remarked that of the Portuguese possessions he thought Guinea would be “the first to go”.³⁰

Em resumo, emerge da visão dos britânicos uma política colonial portuguesa arriscadamente auto-suficiente, caminhando obstinada e até arrogantemente na direcção oposta daquele *enlightened government* que as condições do pós-guerra impuseram às demais potências coloniais, gradualmente assimilável à postura de sul-africanos e rodesianos brancos, em alguns momentos tomada até como modelo de resistência da «supremacia branca» no continente africano. Coerente com tudo isto revela-se-nos, portanto, a descrição da evolução da minoria portuguesa nas colónias, no seio da qual o descontentamento face aos constrangimentos da ditadura política e sobretudo económica imposta pelo regime de Salazar às colónias se vai esbatendo em favor da reaproximação inevitável ao regime em nome do reagrupamento de todas as forças capazes de oporem resistência a qualquer reivindicação nacionalista

²⁹ Relatório de Jackson (Cônsul-Geral em Lourenço Marques) a Selwyn Lloyd, 10/2/1959, comentários de Mitchell (African Department do F.O.), 23/3/1959, e de Bruce (Research Department do F.O., African Section), 14/4/1959, in PRO, FO 371/138554, JP 1015/5.

³⁰ Relatório de Oldham (Cônsul Geral em Dacar), 26/5/1959, in PRO, FO 371/138554, JP 1015/11. O Massacre de Pidjiguiti produz-se a 3 de Agosto seguinte.

africana. Entre estas, como veremos, a atracção pelos modelos sul-africano e rodesiano, configurando uma importante facção separatista, funcionará como um elemento de desestabilização permanente.

De facto, já durante a guerra os missionários protestantes, por exemplo, referem-se a um «separatist movement» angolano «in conjunction with Portuguese East Africa» que propunha a «union with South Africa», com o qual se relacionaria a viagem que em 1942 o ministro Vieira Machado fez às colónias africanas³¹. E em 1944, o Research Department preocupava-se em sintetizar as transformações impostas pelo regime salazarista às quais reage negativamente a maioria da comunidade branca.

The process of compulsion, the substitution of Salazarian parsimony for the previous lax and liberal over-expenditure on development, the rigid system of exchange control in which the Bank of Angola was able to exercise an economic despotism, and the curtailment of political representation produced widespread dissatisfaction.³²

E no difícil contexto político do final da II Guerra Mundial, correspondendo ao avanço das forças oposicionistas em Portugal, os americanos verificam que «the anti-Government movement has attracted many of the best professional and business brains» em Moçambique. «On the other hand», assegura o vice-cônsul em Lourenço Marques, «the “democratic purity” of certain of its leaders is not without blemish. (...) A number of Opposition leaders are suspected of having primarily opportunistic motives rather than any deep-rooted love for the democratic process», o que, mesmo que sendo provável, não deixou nunca de constituir a imagem essencial que os anglo-saxónicos retinham da oposição portuguesa ao longo de todo o consulado salazarista; em 1949, por exemplo, aquando da primeira campanha eleitoral para a Presidência da República a que a oposição apresenta um candidato, e justamente o grande *herói* do autonomismo branco em Angola, Norton de Matos, o cônsul em Luanda restringia o apoio ao ex-Alto-Comissário a

³¹ Cf. ofício de Brooks (Cônsul em Joanesburgo) ao D.S., 29/8/1941, in NARA, RG 59 (DS), B. 5275, 853M.00/27, relatório de Tucker, supracitado, e «Survey for the year 1942», Embaixada em Lisboa, enviada a Eden a 10/2/1943, in PRO, FO 371/34641, C/1736/66/36.

³² «Portuguese possessions in West Africa», F.O.R.D., 6/5/1944, in PRO, FO 371/39636, C 6793/5964/36.

«disgruntled or retired Government officials who hope to derive some advantage from a change in the highest office of the Republic». Apesar de tudo, reconhecia-se que «they express a genuinely strong undercurrent of dissent from the present Government» que «probably runs with considerably greater strength in Mozambique than in the mother country».³³

Contudo, no final dos anos '40 já poucos admitem a existência sequer de qualquer «separatist movement» em Moçambique, como é o caso do cônsul em Lourenço Marques que, em 1949, desmente «another government agency» que teria informado o D. S., o qual, por sua vez, solicitava que fossem realizados «discrete inquiries» que permitissem confirmar ou não tal movimento que envolveria «several army officers, officials in the administrative services, and a member of the Consulate of the Union of South Africa»³⁴. Para os britânicos, os colonos «feel that their future is insecure so long as it depends on the political survival of a single man and they wonder what the future has in store for them.» Se o regime caísse, «and they are convinced that it would if the Prime Minister were removed»,

they ask themselves whether it would not be better perhaps to be absorbed by surrounding territories (...) than to be the victims of political upheavals that would leave them economically ruined and physically isolated and defenceless amidst resentful native population. This is the explanation of reports that are constantly heard of an autonomy movement in this Colony. I personally do not believe that any such movement in the political sense of the word exists but I am sure that many Portuguese residents with roots in the Colony are thinking along these lines.

À margem desta «malaise», «there is also some opposition to the regime among the educated Portuguese based on dislike of the dictatorship», alguns, «but very few, who are genuinely attached to the democratic system of government and are impelled by their consciences to oppose any form of totalitarianism.»³⁵

³³ Ofícios de Hillenbrand (Vice-Cônsul em Lourenço Marques), 29/10/1945, e de Ebling (Cônsul em Luanda) ao D.S., 19/1/1949, in NARA, RG 59 (DS), B. 6376, 853Q.00/10-2945, e B. 5275, 853M.00/1-1949.

³⁴ Aerograma de Acheson (Secretário de Estado) ao Cônsul em Lourenço Marques, 13/10/1949, e resposta, 15/11/1949, in NARA, RG 59 (DS), B. 6377, 853G.00/10-1349.

³⁵ Memorando de Kendall (Cônsul na Beira), 15/2/1950, in PRO, FO 371/80767, JP1016/6.

Para o caso angolano, destaca-se em 1957 a suspensão pelas autoridades das actividades da *Liga Nacional Africana*, interpretada assim pelo cônsul britânico em Luanda:

Since practically every rumour of trouble which reaches me refers to agitation for Angolan independence, and not to communism, and in view of the unceasing efforts of officials to stress, on all occasions, the unity of Angola with the rest of the Portuguese world, it seems possible that the Liga Nacional was becoming a forum for such separatist sentiments. (...) [On very slight evidence] the possibility of a white independence movement remains a trifle less remote than any communist threat in Angola.

Os britânicos, como os americanos, eram abordados pela «younger generation» de portugueses em Angola, queixosos da «economic exploitation of Angola by Lisbon», da rejeição oficial de abertura de estudos superiores, do peso excessivo da Igreja Católica, e saudosos de Henrique Galvão, o ex-inspector superior das colónias que oito anos antes, deixando o seu lugar de deputado por Angola após a denúncia dos métodos do governo da colónia, havia rompido com o regime. «Sooner or later», afirmava o cônsul, uma «platform of a real movement for, at least, greater independence» poderia surgir, mas o único perigo efectivo era o da possibilidade de este poder vir a ser aproveitado pelos comunistas, já que «the cultivation of a separatist tendency among the whites and mulattos might prove more rewarding for the purpose of Communist penetration than any attempt to kindle the wet wood of Angola's black population»³⁶.

As eleições presidenciais de 1958, nas quais o candidato da oposição, Humberto Delgado, obtém um apoio significativo entre as comunidades brancas de Angola e Moçambique, parecem constituir um ponto de chegada desta tendência política, ainda que «no local issues – such, for example, as the relationship between Portugal and her Overseas Territories – were raised».³⁷

³⁶ Ofícios de Grant Purves (Cônsul em Luanda) a Brewis (Encarregado de Negócios em Lisboa), 23/4/1957 e 15/7/1957, e de Brewis a Selwyn Lloyd (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 3/9/1957, in PRO, FO 371/125894, JP 1016/2, 5 E 4. Sobre a questão permanecem alguns processos ainda inacessíveis nos arquivos britânicos.

³⁷ Ofícios de Jackson (Cônsul-Geral em Lourenço Marques), 18/6/1958, e de Purves (Cônsul em Luanda), 14/6/1958, a Selwyn Lloyd, in PRO, FO 371/131635, JP1015/2, e FO 371/131637, JP1017/1.

Em 1959, curiosamente, os mais responsáveis observadores políticos britânicos em Lourenço Marques e em Lisboa produziam duas interpretações opostas do comportamento futuro da comunidade colonizadora portuguesa em Moçambique. «As the pressure of African nationalism increases», escrevia o cônsul na capital de Moçambique,

the demands of the White Portuguese on metropolitan resources of men and money, and possibly for more economic freedom, will become more insistent (...). Metropolitan Portugal is unlikely to be able to effectively meet these demands. She will find her form of colonialism increasingly difficult to practise; (...) Meanwhile, the economic magnet of South Africa and the Federation, as well as considerations of defence, will continue to draw the local white population ever more closely to [the Union of South Africa and the Federation], and away from metropolitan connections.

Pelo seu lado, o embaixador em Lisboa, com previsão mais acertada, entendia que, «although the white population of Mozambique naturally resent the “dead hand” of Lisbon, they will clearly be unable to stand on their own in any foreseeable future». Daí se deduzia que «the rising tide of nationalism in Africa would probably make them cling to their ties with Portugal»³⁸. E no mesmo sentido apontava a análise do cônsul em Luanda, três semanas antes da revolta do 4 de Fevereiro em Angola, preparando-se para deixar o posto, ao assegurar que,

if, and when there is trouble, it may well start in the African townships of Luanda, where conditions are crowded [sic] and where other events in Africa are followed quite closely through the press as well as wireless programs.

Desta vez,

the Portuguese themselves remain confident and there is no doubt that they would stand firm should real trouble occur, nor would they hesitate to shoot. (...) They also know that they will have the full support of the authorities, whatever action they take in a crisis.

³⁸ Ofícios Jackson (Cônsul-Geral em Lourenço Marques), 10/2/1959, e de Stirling (Embaixador em Lisboa), 2/3/1959, a Selwyn Lloyd, in PRO, FO 371/138554, JP1015/5 e 6.

Como em Moçambique, «general criticism» contra o Governo central diminuiria e havia «a growing feeling that they will not be neglected by Lisbon, as they think they have been in the past».³⁹

A descrição feita das relações sociais no mundo colonial português era, no entanto, sintomática das contradições do próprio colonialismo britânico. Em 1950, o cônsul em Luanda ironizava:

The attitude of the Portuguese to the African (...) is based rather on the crusading spirit of Camoens [sic] than on the scientific humanitarianism of Livingstone. At the best the negro is a heathen with a soul to be saved. Generally the fact that he has a soul is forgotten and the treatment meted out to him is often inhuman.

Referindo-se à violência policial indiscriminada usada contra africanos que incumpriam normas impostas pelo seu empregador, concluía que

between the white Portuguese and the African there is a great gulf fixed. (...) If and when Communist anti-colonial propaganda penetrates into this territory the native can hardly fail to find it on the whole a true picture of the circumstances.

No entanto, o facto de os portugueses terem, no que tocava às «sexual relations a reputation for self-indulgence with native women, but little racial friction appears to result from this» era explicado porque as «Portuguese women in Angola have little personality and if the standards of behaviour of their men are low they accept the fact.»⁴⁰ Dois anos mais tarde parecer-lhe-ia que «the defects of the Portuguese in Angola appear to have their origin to some extent in one of the virtues of the regime, the comparative lack of colour-bar.» O problema, em termos de preservação dos padrões de vida europeus, era que os portugueses «often live with native women» e são habitualmente «white men who are often uncultivated» e que acabam por «pick up the habits of thought of their environ-

³⁹ Ofício de Kerr-Pearse (Cônsul em Luanda) a Selwyn Lloyd (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 17/1/1961, in PRO, FO 371/155432, JP1016/2.

⁴⁰ Ofícios de House (Cônsul em Luanda) a Bevin (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 9 e 11/2/1950, in PRO, FO 371/80851, JP1821/1, e FO 80860, JP2182/1.

ment», aquilo que o colonialismo português designava por *cafrealização*. Este observador apontava a prática do roubo, sobretudo quando o lesado fosse «a wealthy employer», como outro dos aspectos em que os «Angolan Portuguese seem to have acquired African standards», num ambiente em que «the African has not yet a broad enough vision to see [theft as] a betrayal of the community», considerando-o, pelo contrário, «a private virtue». Esta interpretação britânica das coisas era reforçada pela do Reitor do Liceu de Luanda que, desmentindo descaradamente as teses oficiais do regime, achava que «in a school where white, mulatto and some Africans work together the standards of the coloured people come up, but those of the European decay». No mesmo sentido apontava, de resto, o apelo da Associação Industrial de Angola para «stop the present mingling of white, black and mulatto» através da expulsão da população negra de Luanda para bairros periféricos.⁴¹

A questão da dificuldade em inserir profissionalmente os emigrantes portugueses numa sociedade e num mercado de trabalho em que o seu estatuto se tornava automaticamente o de colonos, necessariamente membros de uma elite dominante, emerge sistematicamente na análise de americanos e britânicos. Entre estes últimos, o cônsul em Lourenço Marques, ciente de que a estratégia portuguesa continuava a ser, a um ano do início da luta armada em Angola, a da «massive immigration» para obrigar a uma situação de predomínio europeu sem retorno possível, afirma que

I agree that this solution is disappointing. Quite apart from the thought that it is already too late, is it in fact a practicable policy? (...) There will not be for many years enough work for a massive flow of new immigrants.⁴²

⁴¹ Ofício de House (Cônsul em Luanda) a Eden, 10/1/1952, e «Report of the Industrial Association of Angola for 1949 (published in April 1950)», in PRO, FO 371/97232, JP1017/1, e FO 371/80860, JP2182/3.

⁴² Ofício de Jackson (Cônsul-Geral Lourenço Marques) a Selwyn Lloyd, 25/11/1959, in PRO, FO 371/138554, JP1015/25.

Os africanos e o trabalho forçado

O africano era, provavelmente como seria de esperar, uma personagem relativamente secundária na visão desta realidade colonial. A primeira das imagens era a «docilidade» e «resignação», «in spite of the harshness of the [colonial] system. This is the first point made by any Portuguese to any foreigner.»⁴³ Outra verificação imediata era a da sua «pobreza», maior do que em «most African countries». A explicação era simples para o caso angolano:

his habit is to cultivate only enough land to grow food for his family and something to sell to pay his taxes. The problem of teaching him to improve his methods is often complicated by his tendency to wander in such a spacious country.⁴⁴

Em 1951, o cônsul britânico em Luanda envia a Londres um relatório mais detalhado sobre os «Angolan Native Affairs». Num momento em que os britânicos davam os primeiros passos na concessão do *self-government* aos povos coloniais por si dominados em África, os «natives» angolanos apreciavam como «not a promising material for a western democratic society». Pelos parâmetros europeus, «they had no alphabet, no written tradition, no science, little knowledge of tools. Most of them still imagine themselves completely in the power of disembodied spirits». Apesar de tudo,

they have a strong oral tradition, sense of humour and good manners. They set value on leisure and will work well only on their own land, being slack as free wage-earners. (...) Their processes of thought are reasonable when allowance is made for superstition due to ignorance of science. (...) In some ways they are open-minded and tolerant. Amongst the Umbundu there were renowned leaders of caravans, chiefs respected for their justice and intelligence, medicine-men, craftsmen and musicians of great individuality.

Mas

⁴³ Ofício de House (Cônsul em Luanda) a Eden (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros), 8/1/1952, in PRO, FO 371/97264, JP2181/3.

⁴⁴ «Portuguese possessions in West Africa», F.O.R.D., 6/5/1944, in PRO, FO 371/39636, C 6793/5964/36.

the general picture today is of peoples who have had the life taken out of them by the bad side of their own tradition reinforced by Portuguese methods. (...) They are afraid to use their own intelligence and initiative. (...) The native is not being integrated into Western European civilisation with its Christian democratic principles of liberty, equality and fraternity. He is being familiarised with dictatorial police government.

Não admirava, portanto, que, «as the prime purpose of Portugal is to retain political control of Angola, the possible repercussions of the native's present passion for education as a means of escape from forced labour are viewed with disquiet.»⁴⁵

A percepção que os britânicos tinham da emergência dos movimentos nacionalistas africanos nas colónias portuguesas é-nos hoje difícil de configurar uma vez que parece ser neste campo que se concentram a quase totalidade dos documentos ainda mantidos sob segredo pela administração. A tendência foi percebida no início dos anos 50 como associada à prática religiosa, já que «many Africans attend church where the doctrines they hear can hardly fail to give them ideas about justice which are hard to reconcile with the actual scheme of things». No entanto, como «the Roman Catholic Church is unwilling to publicly quarrel with the Portuguese Government over the native issue» e os protestantes têm receio de o fazer sob pena de serem expulsos,

in the long run the African of Angola is likely to turn in the matter of faith to some more militant creed particularly one which promises to turn the tables of economic and political power against the white race. As thousands of natives from this colony go down to the Rand they will be influenced by the attitude of workers there.

Em consequência, a posição dos portugueses em Angola era já «unstable»: «There are germs of recalcitrance, not yet organised, where natives congregate in cities, particularly, I should think amongst the port dockers.»⁴⁶

⁴⁵ Relatório sobre «Angolan Native Affairs», de House (Cônsul em Luanda), 17/1/1951, in PRO, FO 371/90301, JP1103/1.

⁴⁶ Ofícios de House (Cônsul em Luanda) a Bevin (Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros), 9/2/1950, e a Ronald (Embaixador em Lisboa), 6/4/1950, in PRO, FO 371/80851, JP1821/1, e FO 371/80767, JP1016/8.

A primeira grande revolta nas colónias portuguesas após a II Guerra Mundial ocorre em 1953, em São Tomé, e já então a explicação oficial apontava para que ela tivesse sido «engineered from outside (...), communist-inspired, from Luanda, Accra, and from... Kenya!» E desde logo este anti-comunismo visceral parecia ser «a lot of fanciful thinking».⁴⁷ Em 1959, o cônsul em Luanda exemplificava a «policy of silence» da administração colonial portuguesa ao negar a «small demonstration in Luanda, witnessed by Jeffers, the Vice Consul» que teria ocorrido em Novembro de 1958, nas vésperas da realização em Accra da 1.ª Conferência dos Povos Africanos,

consisting of a parade of the more advanced Africans all of whom were wearing a form of European clothing and who were distributing pamphlets demanding that Angola should be for the Africans (...) very quickly broken up by the police.

O que já campeava entre os portugueses em Angola era o «anti-Americanism», que era «evident in Luanda and is, in fact, quite vocal», num momento em que se vivia ainda a fase final da presidência de Eisenhower, muito pouco hostil à política salazarista. No mesmo registo já antes aberto quanto à política de *self-government* dos britânicos,

the local authorities consider that they can control and suppress the communist infiltration, [but] they are genuinely worried about America's anti-colonial policy in Africa and are convinced that this is the greater danger as far as they are concerned.⁴⁸

Nas vésperas da revolta do 4 de Fevereiro em Luanda, a referência aos movimentos de libertação é muito mais explícita. Aos recém-nomeados Cônsul-Geral em Luanda, James Wardrop, e embaixador em Lisboa, Sir Archibald Ross, o MPLA é descrito pelos altos funcionários da Embaixada como «either openly communist or strongly fellow-travelling», e a UPA, «a less extreme organisation (...) in touch with the Portuguese authorities and

⁴⁷ Ofício de Sharman (Cônsul em Luanda) a Ronald (Embaixador em Lisboa), 28/2/1953, in PRO, FO 371/103011, JP1017/1.

⁴⁸ Ofício de Kerr-Pearse (Cônsul em Luanda), 10/1/1959, ao African Department do F.O., in PRO, FO 371/138554, JP1015/3.

ostensibly has no intention of severing links with Portugal or throwing the Portuguese out», sendo Holden Roberto «one of the more extreme», para quem, contudo, os franceses estariam a empurrar os portugueses, que, pela sua parte, «are beginning to suspect that the “moderation” of this group is deliberately assumed as a front». Magalhães Cruz (chefe do Departamento Africano do M. N. E.) teria admitido pela primeira vez que um movimento (não o designa, mas trata-se do MPLA) «was wide-spread and comparatively well organised throughout the province» e que «the authorities were becoming more worried about the considerable increase in general political awareness and of consequent unrest among the native population as a whole, but particularly in the northern areas»⁴⁹.

Rejeitando interferir na evolução política do sistema colonial português mas simultaneamente sentindo-se quase que automaticamente solidária com ele por desempenhar um papel abertamente contestado pelas forças protagonistas da mudança do pós-guerra, a diplomacia britânica sentiu-se minimamente obrigada a agir perante a questão que já desde o século passado mais diminuía a imagem internacional do colonialismo português: o recurso sistemático ao trabalho forçado, factor estruturante das relações económicas e sociais nas colónias portuguesas, e muito particularmente em Angola (cf. LOFF, 1992).

Os mais claros na denúncia da situação, entre os poucos estrangeiros capazes de um julgamento relativamente independente da estrita lógica colonial admitidos em Angola, foram alguns missionários protestantes como o já citado Gladwyn Childs, que em 1944 deixava muito claro aos dois governos anglo-saxónicos: «both to the Government and to the European settlers, the Natives of Angola are first, last, and only a labor supply.» Mesmo partindo de uma base de raciocínio económico colonial, o que distinguia a actuação portuguesa face à de outros colonialismos era que «no concerted effort is being made to build up or to conserve this reservoir of labor» e era enormemente «striking» a «paucity of social and health services», mal geridos pelas missões católicas que «do not have the

⁴⁹ «Record of meeting with H. M. Consul-General-designate, Luanda, on January 27 [1961], regarding Portuguese Africa», Embaixada em Lisboa, in PRO, FO 371/155432, JP1016/9.

necessary personnel». Durante a guerra, Angola teria vivido um «veritable exodus of natives. They are leaving daily and in large numbers and even from the central part of the Colony.» Entre as fontes de rendimento fiscal do Estado, para «support the bureaucracy (about 4000 officials) and to subsidize the work of Roman Catholic Church, (...) at least four-fifths of all revenue is paid by the Natives».

«Theoretically contract laborers» – designação atribuída aos africanos sujeitos a trabalho efectivamente forçado, oficialmente por não haverem cumprido os deveres fiscais impostos pelo colonizador –: «are drawn from among tax defaulters, but actually many who have paid their taxes are sent along with those who have not.» A situação teria atingido tais proporções que José de Jesus Pires, «a pioneer Portuguese settler who was a well-known slave trader in the old days» dizia ao também já citado John Tucker que

the Natives were better off under slavery. (...) “Then we looked after our slaves as they represented capital; now they are sent off like animals and if they die others are furnished by officials”.

A percepção que se tinha era de que «a definite and concerted attempt is being made to put all Natives, educated and uneducated, into a labor pool in the hands of the officials and make it impossible for anyone to employ labor freely contracted». Os próprios missionários católicos eram conscientes da situação, já que um deles propunha a metáfora da «galinha dos ovos de ouro» que estaria a ser morta em Angola...

Tucker citava um «local magistrate» referindo-se aos africanos, dizendo que «“Let the devils die; in three hundred years there will be no more of them in this country, which will be a relief!”». Pelo contrário, o governador do Bié «refuses to have his Natives sent out of his district for forced labour» porque «“if we go on as we are at present, in 100 years we shall not have a Native left in this country”». «Africans are in despair», denunciava Tucker, «the iron has entered into their souls. Christian Natives used to meet for prayer daily at a secret rendezvous in the forest imploring to the Almighty to grant that Portugal would go against Britain in this war, as if she did so, she would lose her colonies».

Num momento em que a alternativa da auto-determinação não se colocava ainda para nenhum dos agentes com cujos testemunhos aqui trabalhamos, a ênfase continuava a recair num «Portuguese right to the territory of Angola» internacionalmente reconhecido com base na abolição da escravidão, na «guardianship of the Africans» e no seu desenvolvimento e civilização, que haveria sido desrespeitado. A proposta com que avançavam os missionários protestantes era a da criação de uma «permanent international commission for the whole of Bantu and Negro Africa composed of representative of leading countries and not restricted to nations holding colonial possessions in Africa», por forma, imagina-se, a poder incluir pelo menos os E.U.A., com «powers of inspection» e de «report and advisement» sobre «development» e «well-being». «Whether this implies a limitation of sovereignty or not is outside of the scope of these notes», concluíam, mas a «Great Britain has special responsibilities in regard to Portuguese colonies» e «the U.S. as a co-signer of treaties relative to Africa cannot be absolved of responsibility».⁵⁰

O D. S. pede então ao cônsul americano que havia sido recentemente colocado em Luanda para comentar o material enviado pelos missionários sobre estas questões, e ele começa por advertir que estes

are not subjects that can be discussed with Portuguese, however friendly or liberal-minded they may be. Even those persons who recognize the evils of the present policies and thoroughly disapprove of them on humanitarian, political, religious, or economic grounds, do not dare to speak aloud on the subject,

e aqueles que o fizeram «have suffered for it». Até os missionários americanos «become close-mouthed and express fear of political reaction should their statements become known, when I have asked them to prepare unsigned memoranda for confidential use.» Pela sua parte, «I am convinced that present conditions have not been unduly exaggerated» pelos testemunhos enviados

⁵⁰ «February 1944. Labour conditions in Africa, with special reference to Angola (Portuguese Western Africa)», não assinado mas de John T. Tucker, e já citado; aí refere-se o artigo do padre A. Saraiva, da Ordem do Espírito Santo, publicado na revista *Missões de Angola e Congo*, Braga, Janeiro de 1943; e ofício de Dickerson a Hull, 24/10/1944, in NARA, RG 59 (DS), B. 5263, 853.01/10-2444.

a Washington e a Londres. O representante americano avança até com uma informação que nem as demais fontes, nem a bibliografia em geral, referem: «a revolt on the part of the natives» da Huíla e os Mucabais teria já ocorrido causada pela resistência à conscrição laboral «in 1940 ou 1941», «incidents [which] are never mentioned by the Portuguese, and persons who were sympathetic to the natives' case and spoke too freely are said to have paid severe penalties», um dos quais foi preso e, no entanto, teria narrado os factos a «an American when they were on a hunting trip together recently» e que chegou ao conhecimento de um «OSS representative», Stanley Livingstone.

Both white and native troops were sent into the district and killed a great many men but some were able to escape to the hills. The troops then received the support of the "air force" which consisted of a few light training planes with machine guns mounted for the occasion. Some 2,000 of the natives are reported to have been massacred in this so-called revolt.

Muitos dos capturados, como não era de estranhar, teriam sido deportados para São Tomé, e «the affair has been very thoroughly hushed up and no one dares to speak of it today.»⁵¹

O seu sucessor, Samuel Ebling, parecia não partilhar da mesma análise. Pelo menos é o que se deduz das informações que apresenta ao D. S. em Março de 1948, em que parece dar crédito aos dados oficiais portugueses e, aspecto ainda mais revelador, toma como eficazes as normas legais que estabeleciam que a «land has been definitely set aside for the natives», descreve os «voluntary contracts» como respeitando a interdição legal da intervenção dos agentes do Estado no recrutamento ou a do pagamento a chefes tribais. Para ele, as únicas situações de coerção existentes entrariam na categoria de «police measure as punishment for failure to pay taxes or the commission of a crime». Quatro meses antes, curiosamente, havia descrito que «considerable excitement aroused in the native quarter of Muceque [sic], in Luanda, when efforts were undertaken by local administrative officers to obtain laborers for shipment to the island of São Tomé», a pretexto de que «native

⁵¹ Ofício de Hukill (Cônsul em Luanda) a Stettinius, 29/11/1944, in NARA, RG 59 (DS), B. 5275, 853M.504/11-2944.

residents are not allowed on the streets after ten o'clock at night unless being in possession of a special pass issued by their employer»⁵².

No início dos anos 50 levanta-se uma segunda onda de denúncias, desta vez a cargo dos representantes consulares, particularmente do da Grã-Bretanha em Luanda, House. Denunciava em primeiro lugar que «the system of village authority is breaking down», já que «the native chief is no more than an agent for contracting labour; if he fails to produce the labour required he is beaten by native policemen.» Já não era «unusual to see village elders and small boys being lined up for recruitment and boys as young as ten may be enlisted in considerable numbers for coffee picking» pela inexistência de mais homens em idade activa.⁵³

Sintetizando as propostas da Associação Industrial de Angola para 1949 relativamente às questões do «trabalho indígena», que esta dizia estar tocado pela «irregularity and drunkenness», House destacava a queixa de que o «African town-dweller is a continual absentee and is constantly changing his employment» porque a «town-life gives the negro a chance to indulge his vices», as «African female workers often give up their jobs to become prostitutes». A Associação propunha uma série de medidas disciplinadoras da prestação de trabalho que incluíam a interdição de «dancing» e «sale of drink after 6 p.m.» nos «bairros indígenas», e que, segundo House, «would represent a sweeping extension of the system of forced labour (...) [and] tie labour for an indefinite period».⁵⁴

Em 1950, Robert Gavin, chefe da Divisão Não-Metropolitana da O.I. T., visitava Moçambique, e o Governador Geral

boast that the Portuguese have no secrets and told Mr. Gavin that it is a moral obligation to work and so all male natives are required to work for six months a year. They are free to choose their own employer with whom they make contracts,

⁵² Ofícios de Ebling (Cônsul em Luanda) a Marshall, 11/11/1947 e 9/3/1948, in NARA, RG 59 (DS), B. 6375, 853M.00/11-1147 e 3-948.

⁵³ Ofício de House (Cônsul em Luanda) a Bevin, 28/6/1950, in PRO, FO 371/80769, JP1018/1.

⁵⁴ Ofício de House a Bevin, 19/5/1950, e «Report of the Industrial Association of Angola for 1949 (published in April 1950)», in PRO, FO 371/80860, JP2182/3.

Quer o Cônsul, quer Gavin perceberam que «this voluntary system is erected on a basis of compulsion. The slackers are forced to toil on public works whenever required and the “incorrigibles” – those who constantly run away and break contracts – are imprisoned and used as prison labour» ou «sometimes transported to São Tomé».⁵⁵ Nem por isso o funcionário internacional produziria algum relatório que viesse a causar embaraço internacional à administração colonial portuguesa.

Mas os testemunhos negativos acumulavam-se. Um missionário e professor durante doze anos em Angola, entretanto colocado como funcionário da Embaixada em Lisboa, reiterava a ideia de que «selfish interests appeared to prefer the ephemeral advantage of immediate gain from an ultra-cheap labour force to any planned training and development of what is now realised to be Africa's most valuable riches». O problema, em sua opinião, era que o tráfico de escravos havia não só dizimado as tribos Banto mas também

left behind this horrible virus in the hearts of the white “master race” of considering the black workers as something lower even than beasts of burden, for whom any consideration of health and social welfare was a foolish waste of time.

O método de recrutamento era assim descrito: «a District Administrator is informed that his area must supply a given number of men», subdividido pelos Chefes de Posto a seu cargo «and then farmed out among the various village headmen who are obliged to supply so many able-bodied “volunteers”». Em consequência, produzia-se uma «serious disruption of tribal family life», e os comerciantes brancos teriam mesmo chegado, em 1943, a bloquear um comboio de transporte de *contratados* «on the grounds that this emigration was excessive and injurious to their trade». A emigração para o Congo e as Rodésias era «a legacy of past abuses». Para a explicação da tantas vezes reconhecida diminuição da população angolana acresciam vários factores, de que destacava a «deficient diet and inadequate medical care has produced an infant mortality rate of over 60%». Era já «difficult to imagine

⁵⁵ Ofício de Vaughan (Cônsul Geral em Lourenço Marques) a Bevin, 6/7/1950, in PRO, FO 371/80769, JP1018/2.

an effective remedy within the limited resources, material and ideological, of the Portuguese nation». Em qualquer caso, criara-se «a very wide and deep-seated sense of oppression and resentment».⁵⁶

Em 1951, o cônsul House reordenava as estatísticas sobre «trabalhadores contratados» que habitualmente apareciam referidas na documentação colonial para concluir que «if Freitas Morna's figure is correct the number contracted now (...) must be 200,000.» Mas «it is not possible for me to reconcile these figures» e a verdade é que «travelling around the country my impression was that contract labour weighed as heavily on the people as general mobilisation would do in England».

Um ano mais tarde produzia o seu mais detalhado e reflectido relatório sobre «Labour Conditions in Angola», no qual começa por destacar que, no contexto do crescimento económico do pós-guerra,

the pressure on the native of forced labour has never been so heavy as it is today. Sisal, coffee and other plantations are expanding rapidly. (...) The hunger of white capital for immediate gain overrides all thought for the future. (...) All employers complain of labour shortage. It is common for men to be carried 1500 kms from their village to the place of work.

Chega-se já a discutir a possibilidade de imigração branca para prover de mão-de-obra as plantações, enquanto o recrutamento de africanos passava a abranger áreas da zona oriental do centro de Angola até então não tocadas. «It seems clear that the bottom of the barrel is being scraped for hands». A linha com que se tecia o sistema era a da

serious illusion that contracted workers are cheap at 80 angolares a month and keep [which] encourages wasteful methods. The way to get things done in this country is to put a dozen raw black labourers on the job under a black policeman or a white overseer knowing no more than his charges and to hope for the best. (...) Unfortunately the low salaries of the administration and an age-old tradition of selling forced labour have made the present boom a golden opportunity for officials to get rich.

⁵⁶ Minuta «The Labour Shortage in Angola», 15/11/1950, de Scott (Assistant Information Officer da Embaixada em Lisboa), in PRO, FO 371/80861, JP2183/2.

Dada a proibição constitucional, os administradores fingem sempre não ter havido qualquer intervenção sua no recrutamento, até em situações em que, como House presenciou, «men were lined up in the courtyard of the administrative offices waiting to be sent off»... Os funcionários coloniais «usually plead that they are acting under force majeure and that they have to obey orders. Those who refuse to supply labour, they say, are merely transferred elsewhere», e House acreditava que

this is correct and the Portuguese are all involved, up to the Minister of Colonies. To Portuguese employers it seems monstrous that any rights of the natives should stand in the way of their smallest pretensions. And a Portuguese Cabinet Minister is not responsible to Portuguese public opinion and is liable to think in terms only of Portuguese pressure groups.

Ainda que discretamente presente na interpretação do funcionamento do colonialismo português, a promiscuidade entre poder político e poder económico no regime salazarista saía inevitavelmente à colação. Em 1959, por exemplo, fonte fiável assegurava ao cônsul britânico em Lourenço Marques que o ministro do Ultramar e ex-governador de Angola teria dado um «fatherly advice» ao novo governador de Moçambique, Correia de Barros, que «the interests that he has opposed are very powerful in Lisbon, and are not to be antagonised if he, the Governor General, hopes to serve a second and possibly a third term here».

Os britânicos constituir-se-ão advogados junto do governo de Lisboa daqueles que consideram ser os «intelligent planters» que «see a threat to themselves in the reckless pressing of labour», mas que se queixam de que a administração não admite parar com o processo. Os «officials declare it their duty to secure an equitable distribution of workers, and under this pretence they prevent settlement and retain contract, with its opportunities for graft.» Para o cônsul, não havia qualquer dúvida que «it is not possible to defend a system in which it is to the employer's advantage to squeeze as much work as possible out of a man whom he will hire for 2 or 3 years only».

O problema vinha agravando-se com a chegada de imigrantes portugueses que tratam como «serfs» a «free peasantry» africana:

Until the coffee-boom, the natives in the fertile district of Uíge were comparatively independent and even well-to-do but with the boom immigration by would-be coffee-kings has taken the native increasingly away from his own gardens and coffee-patches to forced labour for the white man.

A consequência deste avanço da economia europeia não podia deixar de ser a desestruturação da sociedade tribal, passo imediatamente anterior da proletarianização do africano. E, muito logicamente, se, «at present he is in terror of the white man, and very conscious of the value of the white man's superior techniques», era inevitável que, «if he could get rid of the white man, there seems no reason to doubt he would gladly do so.»⁵⁷

A intervenção britânica: uma frente unida das potências coloniais

No fim de 1951, «disturbed by the reports on forced labour in Angola» e receoso do «embarrassment» que resultaria se a investigação do Comité Ad Hoc das Nações Unidas dirigisse as suas atenções para a colónia portuguesa, Roger Allen, chefe do African Department do F. O., desencadeia com o apoio do embaixador em Lisboa, Sir Nigel Ronald, um semestre de diligências diplomáticas, que envolvem a Santa Sé e figuras do regime português de segundo plano, como os ex-embaixadores em Londres Palmella e Armindo Monteiro para tentar, com excepcional delicadeza diplomática, chegar até Salazar. Os britânicos

are anxious at all times that the Colonial powers should present a united front in the face of attack from anti-colonial elements in the United Nations, [but] we could hardly in present circumstances defend the Portuguese against criticism on this issue,

mas, porque consideram que

⁵⁷ Relatórios «Angolan Native Affairs», já citado, e «Labour Conditions in Angola, 1951», 9/1/52, e ofícios de House (Cônsul em Luanda) a Eden, 16/11/1951, e de Jackson (Cônsul-Geral em Lourenço Marques) a Selwyn Lloyd, 12/8/1959, in PRO, FO 371/97264, JP2181/3, FO 371/90313, JP2181/3, e FO 138554, JP 1015/20.

the Portuguese are by temperament a very vindictive race and they can be relied on to take it out of anyone suspected of having given information, in much the same way as the Russians would treat the relations left at home of a Russian who had told the truth abroad,

preferem uma abordagem muito indirecta por forma a preservar os funcionários consulares e os missionários estrangeiros presentes em território angolano. Ronald sugere, sob a forma de pergunta, ao embaixador junto da Santa Sé, o experiente Sir Walter Roberts, se «the Headquarters of any of those missionary Orders could be induced to put in a word in season with, say, the Cardinal Archbishop in Lisbon?», e poderia tentar-se que Cerejeira fosse pressionado pelas ordens «to represent to Dr. Salazar that things in Angola were far from being what they ought to be» e que em boa parte seriam remediadas se os salários dos funcionários coloniais em Angola fossem subidos pelo menos para o nível já estabelecido para Moçambique. Ao longo do processo, sintomaticamente, não se perdia nunca a tradicional confiança com que os diplomatas britânicos apresentavam o ditador, porque «there might be a good chance of Dr. Salazar looking into the whole thing with proper care».

Os britânicos acabarão por perceber que a Santa Sé, representada pelo Cardeal Tardini, «is stalling», afastam a hipótese que esteja disponível para fazer «the first move» com Salazar e deixarão Ronald sozinho a tentar convencer Palmella ou Monteiro a intercederem junto de Salazar em favor do Arcebispo de Luanda, ou do director dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, ou de «somebody like the Bishop of Silva Porto were brought home to answer any questions that Dr. Salazar saw fit to put to him», enquanto lhe respondia que «the Doctor [- Salazar -] would not himself dare to do anything for fear of arousing the rage of the powerful interests here who profit by the perpetuation of these lamentable conditions in Angola», o que o embaixador acha exagerado.

Atemorizados por uma investigação do Conselho de Tutelas da ONU. que acaba por não produzir quaisquer efeitos, os britânicos aparentemente deixam-se convencer que o envio, em Agosto, de uma «mission of enquiry to study "the development of cultural life"» em Angola e Moçambique, com

três catedráticos das universidades de Lisboa, e de Marcelo Caetano «“on a very particular mission”», são sinais de que o «Portuguese Government are at last taking seriously the need for overhauling their Administrations in these two overseas provinces», o que se deverá a uma «plurality of causes», de que destaca ainda a interpelação que três anos antes Henrique Galvão havia feito na Assembleia Nacional.

Percebendo o governo de Londres preocupado em não se deixar embaraçar por qualquer campanha anti-colonialista que tomasse como ponto de partida a situação interna das colónias portuguesas, a iniciativa passa para o lado do Governo português. Este, no final desse ano, decide fazer diligências em Londres para pressionar os britânicos a oferecerem resistência na O.I. T. e nas Nações Unidas contra, por um lado, qualquer atitude eventualmente «troublesome» que o Comité Ad Hoc da ONU viesse a tomar sobre Angola e a Rodésia do Sul num relatório a ser enviado à secção de Direitos Humanos da mesma organização e, por outro, contra a realização de uma conferência que a UNESCO pretendia organizar em África, «attended by experts on sociology», sobre a qual o governo de Lisboa «were not at all happy».⁵⁸

Terminava a emergência imediata, e os britânicos despreocupavam-se da situação. Anos depois a tendência seria, segundo autores particularmente críticos do regime português, para o «desaparecimento em grandes partes do território angolano» das formas mais violentas de conscrição laboral, mantendo-se, como era de esperar, formas «muito relativas de livre consentimento» por parte do trabalhador africano no processo de recrutamento (CASTRO, 1980: 195 e 198-99, e ainda as pp. 191-202 para toda a questão). Os britânicos, que afinal não haviam contribuído para tal efeito, regressavam ao terreno de relação com os portugueses em que mais investiam, o da cooperação colonial entre as potências europeias ainda presentes no continente africano e os governos minoritários brancos como o sul-africano e

⁵⁸ Ofício de Allen a Ronald, 13/12/1951, in PRO, FO 371/90313, JP2181/3, carta «confidential and personal» de Ronald a Roberts, 29/1/1952, carta de Ronald a Allen, 4/2/1952, ofícios de Ronald a Allen, 22/3, 1/4, 10/7/1952, e a Lockhart (African Department), 27/6/1952, e vários outros documentos relacionados com o caso in FO 97264, JP2181/4, 5, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19 e 22. A missão portuguesa a que se faz referência era constituída por Gonçalves Rodrigues e Luís Pinto Coelho, da Universidade de Lisboa, e Gonçalves Pereira, da Universidade Técnica de Lisboa.

os das suas próprias colónias. O processo iniciar-se-ia em 1946 de forma pouco consensual dentro do governo de Londres, com o F. O. oposto ao Colonial Office (C. O.) quanto às vantagens práticas e políticas de uma «closer collaboration in the field of Colonial administration», tendo como pretexto a manifestação de interesse que dirigentes coloniais portugueses fazem a Lord Hailey de visita a Portugal e, sobretudo, o eventual alargamento à participação portuguesa numa conferência anglo-franco-belga sobre saúde em África, a realizar em Outubro em Accra, colocando-os ao mesmo nível de franceses e belgas.

O Secretário de Estado para as Colónias, George Hall, levanta claras reservas políticas quanto à cooperação com o governo português em carta ao Secretário dos Estrangeiros, Ernest Bevin, reconhecendo que, se o Governo está a favor da entrada de Portugal nas Nações Unidas, «seem to be some inconsistency in refusing to collaborate with them in colonial affairs»; mas, «on the other hand, we may be possibly laying ourselves open to some criticism in certain quarters on the score of collaborating too closely with a semi-totalitarian state whose war record is not altogether sound». Nem todos, como podemos verificar, partilhavam da visão condescendente que a diplomacia britânica havia construído sobre o regime de Salazar. Bevin, seco, limita-se a anotar: «I am not concerned about criticism. Go ahead», sendo apoiado pela chefia do governo trabalhista. Um dos assessores de Attlee, Philip Noel-Baker, mostra-se

definitely in favour of asking the Portuguese to participate in the Accra Conference. (...) I think we can meet any criticism there may be without difficulty, and in any case we do not want to accept the Russian principle that States should be excluded from non-political conferences on political grounds.⁵⁹

No campo económico, eram os americanos, que então injectavam na Europa grande quantidade de capitais através do Plano Marshall, que se interessavam junto do ministro das Colónias, Teófilo Duarte,

⁵⁹ Carta Lord Hailey a Sir George Gater (C.O.), 31/12/45, resposta do C.O., 3/1/46, in Z242/242/36, cartas de Hall a Bevin, 19/7/46, de Noel-Baker a Bevin, 29/7/1946, in Z6370/242/36, e ainda vários outros documentos relacionados, todos in PRO, FO 371/60267.

whether he thought any concrete steps might be taken by the European colonial powers to undertake a cooperative program for the further development of their African possessions, thus applying the concepts of the Marshall Plan to the African continent and permitting it to fulfill a subsidiary role in the general self-help program for Europe.

O ministro português não expressa qualquer «reaction whatever to this idea» porque era «obviously one he had never considered and I got the impression that he felt that any such program for Africa would be impracticable of realization.»⁶⁰

Os portugueses, seguramente cautelosos no que dizia respeito à cooperação com administrações coloniais que promoviam já, umas mais convenientes do que outras, um processo de lenta transferência de responsabilidades para as populações africanas, mostravam-se, no entanto, interessados na colaboração em alguns campos, sobretudo naqueles que poderiam conduzir à cooperação militar. Em Maio de 1949, Lisboa recebe a Conferência dos Transportes em África, com a representação das potências coloniais e dos E.U.A., e em Setembro de 1951 os portugueses fazem-se representar na Conferência para a Defesa de África, em Nairobi. No fim de 1952 era a vez dos portugueses convencerem os britânicos a rejeitar a proposta francesa de incorporar na Comissão para a Cooperação Técnica na África a sul do Sara (C. C. T. A.) «“black African” governments», como o liberiano e o etíope, bem como um «unstable (i.e. likely to become Communist)» como o italiano. Dadas as «great difficulties for the South Africans and the Southern Rhodesians» perante a questão, o governo de Londres não ofereceu qualquer resistência à rejeição portuguesa.⁶¹

Pela parte britânica, apesar da já explicitada sensação de ser um «waste of breath to suggest to the Portuguese Government that Portugal should adopt our policy in her African possessions», o Research Department do F. O. chega a propor, em 1950, «interchanges in both ways» de funcionários das colónias britânicas e portuguesas limítrofes, frente ao qual o chefe do

⁶⁰ Ofício de Barnes a Marshall, 22/12/1947, in NARA, RG 59 (DS), B. 6375, 853F.6353/12-2247.

⁶¹ Minuta de conversa de Allen (African Department) com Ulrich (Embaixador de Portugal em Londres), 29/11/1952, in PRO, FO 371/97264, JP2181/22.

African Department ironiza: «I hope the Portuguese won't corrupt our poor enlightened colonial administrators»... O perigo, contudo, estava em que «if Portugal, through our policy in Africa, is going to be involved in difficulties in Mozambique or Angola, it will inevitably affect her contribution to the common European cause»⁶², num momento em que sofria uma rápida evolução o sistema de defesa ocidental, a começar pela própria OTAN, no qual os britânicos de modo algum queriam arriscar perder a participação portuguesa.

Do ponto de vista da cooperação no plano da informação política confidencial, a Embaixada em Lisboa, com o acordo do F. O., propõe, no Verão de 1950, ao Colonial Office que os portugueses fossem colocados «on the same footing as the French and the Belgians as regards the supply of your monthly Political Intelligence Summaries». A discussão envolve o Joint Intelligence Committee e em Dezembro, face a dúvidas colocadas por Londres, a Embaixada insiste em que «our impression of security in Lisbon is quite good» e o risco de «leakage» é muito menor que em Paris ou em Washington. Mas

by no means [is] likely that we shall receive information about the Portuguese Colonies in return. Even if we did, it would be probably so rosy-hued as to contain very little that was of advantage, and we almost certainly do better to rely on the reports of our Consular Officers.⁶³

Seis anos mais tarde, o embaixador em Lisboa, Charles Stirling, a propósito da transmissão de informação secreta sobre a «Soviet penetration in Africa», entende que «it is not in anybody's interest to encourage the [Portuguese official] tendency to over-simplification», atribuindo sistematicamente aos soviéticos a responsabilidade pela emergência de movimentos anti-colonialistas em África. «How far is this confusion [of nationalist strivings with communist agitation] in the minds of the Portuguese likely to prove embarrassing to our own policy?» Seguramente nas Nações

⁶² Minutas de Senior, 9/6/1950, e de Allen, 24/6/1950, in PRO, FO 371/80767, JP1016/8.

⁶³ Ofícios da Embaixada ao African Department, 20/7 e 22/12/1950, e deste ao Colonial Office, 12/8/1950, in PRO, FO 371/80766, JP1015/8. A maioria da documentação deste processo continua inacessível.

Unidas, respondia o próprio Stirling, perante todas as críticas a que o governo português pode vir a ser sujeito nas questões relacionadas com o trabalho forçado, com a sua recusa em prestar informações, etc. Em qualquer caso, «concern about Soviet penetration in Africa has not, as far as I can see, noticeably increased their enthusiasm for joint schemes of African military defence». Paulo Cunha havia-se oposto a uma «general political conference» proposta pelo governo belga e ao «establishment of a permanent defence organisation for Africa», disponibilizando-se apenas para «discussion of common problems by the Ambassadors of the interested countries» e «periodic military staff talks». ⁶⁴ E efectivamente, em Maio de 1957, os portugueses participavam numa conferência que envolvia os Estados-Maiores da Grã-Bretanha, França, Bélgica e União Sul-Africana.

Por fim, no final dos anos 50, quando se adensavam os indícios de que os movimentos nacionalistas estruturavam já fortes bases de apoio nas colónias portuguesas, os «main concerns» que o governo de Londres formulava face à situação angolana eram o «study the way in which African territories are likely to develop in the next ten years», os efeitos dessa evolução nos «Portuguese residents» no pressuposto de que os portugueses não seguiriam um caminho idêntico ao de franceses e belgas nos territórios vizinhos, e, como sempre, «anything you can gather about the spread of Pan-African ideas or of nationalist feelings (...) or of measures taken by the authorities to prevent the spread of such ideas». O embaixador em Lisboa especificava ainda que

special emphasis in your report might be placed on: a) political atmosphere in the province after recent events in neighbouring territories and in Portugal itself; b) military, naval and air force installations and proposed developments; c) military and air force organisation in the province. ⁶⁵

Os britânicos sabiam, evidentemente, que o regime português estaria disposto a resistir pela força a qualquer reivindicação de cariz nacionalista

⁶⁴ Ofício de Stirling a Selwyn-Lloyd, 14/3/1956, in PRO, FO 371/124069, RP1071/1.

⁶⁵ Instruções do African Department a Kerr-Pearse, 30/4/1959, e tel. de Stirling a Kerr-Pearse, 6/5/1959, in PRO, FO 371/138554, JP 1015/9.

que questionasse o seu modelo colonial. E, enquanto isso, avançava a passos largos o processo de autodeterminação das colónias britânicas e francesas, que até ao final de 1960 levava ao arrear dos estandartes europeus em praticamente toda a África ocidental a norte de Angola, o ex-Congo Belga incluído. No final desse ano, o embaixador em Lisboa, Sir Charles Stirling, nas vésperas de deixar a Embaixada e revendo o ano, sintetizava bem o fim de um ciclo de transição nas relações entre duas potências coloniais, em que uma, a mais poderosa, se aprestava a deixar de o ser. «It is unfortunate», começava Stirling,

that in spite of the recognition by Her Majesty's Government that the Portuguese position is to some extent deserving of sympathy, the contrast between British and Portuguese "colonial" policies and the great importance which is attached by Her Majesty's Government to maintaining their influence with the newly independent African states, tends to place Great Britain and Portugal on different camps at New York.

O ciclo fechara-se: a elite colonial britânica tinha que se habituar ao «wind of change» da «African national consciousness» que o próprio Primeiro-Ministro conservador, MacMillan, reconhecia varrer o continente (cf. HARGREAVES, 1996: 204-05) e o tradicional conservadorismo da diplomacia de Londres não tinha já que responder mais, no campo colonial, a um estatuto político próprio. Stirling parecia angustiado porque

the Portuguese Government are rightly or wrongly coming to think that we are prepared to see the Portuguese overseas territories sacrificed to the success of our own African policy and that in the event of an attack on their possessions in Africa, Her Majesty's Government would not make any move to help Portugal at the cost of offending the Afro-Asians. I hope that may be found possible to disprove this idea. ⁶⁶

Em grande medida, o seu apelo final seria desatendido.

⁶⁶ «Annual Report», de Stirling a Douglas-Home, 21/12/1960, in PRO, FO 371/153098, 1015(21/12)60.

Documentação

M.[inistério dos]N.[egócios]E.[strangeiros] (org.) (1974 e 1985), *Dez anos de política externa (1936-1947). A Nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, vols. X e XII, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NARA (National Archives and Records Administration, College Park, Maryland, EUA) – cotas fazem referência ao RG (Record Group), ao departamento da Administração (concretamente o DS, Department of State), número de caixa e de processo.

PRO (Public Record Office, Kew, Surrey, Reino Unido), cotas fazem referência a código da «general correspondence, Political from 1906» do FO (Foreign Office) e a número de processo.

Obras referenciadas

- ANDERSON, PERRY (1963), *Le Portugal et la fin de l'ultra-colonialisme*, trad. fr., Paris, François Maspero.
- CARREIRA, ANTÓNIO (1984), *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do séc. XX)*, 2ª ed., revista e aumentada, Lisboa, Ulmeiro.
- CASTRO, ARMANDO DE (1980), *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*, 2ª ed. port. [1ª ed.: (1962), Moscovo], Lisboa, Editorial Caminho.
- CLARENCE-SMITH, GERVAISE [1990], *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, trad. port. [ed. ori.: (1985), Manchester: Manchester University Press], Lisboa, Teorema.
- HARGREAVES, JOHN D. (1996), *Decolonization in Africa*, 2ª ed., Londres/Nova York, Longman.
- LOFF, MANUEL (1992), «A propósito de uma negociação hispano-portuguesa (1949-54) – o trabalho forçado na base do sistema colonial de produção nos territórios portugueses de África», in TORRE, Hipólito de la (coord.), *Portugal, España y África en los últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles)*, Mérida, U.N.E.D./Centro Regional de Extremadura, pp. 225-35.
- LOFF, MANUEL (1995), «Salazarismo e “Nova Ordem” europeia (1938-1942): a percepção voluntária de um “Fim da História” fascista», in *Vértice*, n.º 69 (II Série), Novembro-Dezembro 1995 («A Segunda Guerra Mundial, 50 anos depois...»), pp. 69-86.
- LOFF, MANUEL (1996), *Salazarismo e Franquismo na «Época de Hitler» (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*, Porto, Campo das Letras.
- LOFF, MANUEL (2006), «O nosso século é fascista!». *Autodefinição, mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo (1936-1945)*. Porto, Campo das Letras (no prelo).
- TELO, ANTÓNIO (1991), *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, I vol., Lisboa, Vega.

African forced labour: Revisiting a century of compulsory labour in Kenya through a Gikūyū experience

MATTHEW KARANJI*

This paper explores the serious miscarriage of justice and coerced labour within the Gikūyū¹ traditional community and colonial Kenya. Although there is a vast ethnographical literature written about these people, the paper argues that none of the studies explores in depth the political and economic inconsistencies involved in the traditional Gikūyū community especially in its econo-political and social affiliations that often led to forced labour.

Thus, using Gikūyū traditional land tenure, the paper argues that there is clear evidence of forced labour within the social affiliations of the group. Exploring the traditional social, political and economic relationships, especially between the *mbarĩ-ahoi*, *mbarĩ-ndungata* and *mbarĩ-njaguti*² affiliations, the paper argues that there are unexplored forms of coerced labour.

The second part of the paper explores the Gikūyū colonial experience in the 19th century, arguing that within its religio-political and economic hegemony, forced labour was explicit. Its characteristics enforced labour through colonial labour recruitment which was utterly brutal and dehuman-

* SOAS – Universidade de Londres.

¹ The word, 'Gikūyū' stands for both the people and the language. The term is also synonymous to Agikūyū (people) and in some scholarly works, 'Kikuyu'. However, in this work, I have opted for the 'Gikūyū' for both the language and people.

² *Mbarĩ* (sub-clan), *Ahoi* from *hoya*, ask permission thus, those who asked the permission to utilise the land of another *mbarĩ* in order to increase wealth and power. *Ndungata* (servant especially of the rich *mbarĩ*. *Njaguti* (poor, landless and most exploited of the people who worked only for food and no wage).

ising. Consequently, sodomy, rape, castration and murder were practiced behind the concentration camps and barbed-wire villages. Quintessentially, the discourses of the 'othering' were the defining political and economical factors in colonial Kenya.

Under the auspice of colonial hegemony, traditional and colonial forms of forced labour recruited through chiefs, headmen and home guards until 1960, were practised. This, as the paper argues, could be one of the reasons as to why it was possibly difficult to eradicate forms of explicit forced labour during the Mau Mau³ period and within the post-colonial period in Kenya, since the concept of forced labour is subtly embroidered within the "politics of the belly".⁴

The paper concludes by indicating that Kenya remains one of the foremost African countries known for the subtle use of forced labour, forced slavery and even forced Christianity. One form of understanding this unfortunate trajectory in Kenya would be revisiting the traditional communities and the revivalists groups such as the Mau Mau.

The Gikūyū people

The pre-colonial Gikūyū were a polygamous, patrilineal people with a predominant pattern of patrilocal residence (living with the husband's father). Patriuxilocal residence (living with the wife's father) was also practised in the cases of the *athoni* (in-laws).⁵ The *Mbari* (sub-clan) was an exogamous group of families who had the same ties to the founding male ancestor. The group (Gikūyū) is named after its founding ancestor Gikūyū

³ Mau Mau is a name given by the British colonial power to the Kenyans Gikūyū as a majority) who fought against the oppressive colonial hegemony and prepared the independence in 1963.

⁴ The 'politics of the belly' was first used by J. F. Bayart to analyse the political and historical hegemony in Africa. Bayart, demonstrates that just as hunger is a concurrent phenomena in Africa and being 'well-fed' is a sign of wealth and immense power, African leaders, thirsting for power and prestige subordinate and exploit their subjects. Bayart, J. F., *The State in Africa: The Politics of the Belly*, New York: Longman, 1993. L. Thomas, using a similar symbolism (politics of the womb) shows particular capacities of power attached to the female belly or the womb to demonstrate the centrality of reproductive struggles with Kenyan and indeed African History. Thomas, L. M., *Politics of the Womb: Women Reproduction and the State in Kenya*, London: University of California Press, 2003.

⁵ Shaw, *Colonial inscriptions: race, sex and class in Kenya*, London: University of Minnesota Press, 1995, p. 39.

while *Mūmbi* the founding mother is associated with the land. This affiliation gives rise to a powerful connection between the Gikūyū and land and authenticates the position of women in their society as the *ombi* (creators) and accordingly as the caterers of the land.

Located mainly in the Central part of Kenya the Gikūyū are a group of Bantus who migrated to their present locality between 1500 and 1900. They are one of the largest ethnic groups in Kenya with about 5, 350,856 out of the 34,021,856 Kenyans. However, the majority of the Gikūyū people are still concentrated in the rural areas making the study of labour vis à vis land crucially important. As an agricultural community, they had a sophisticated land tenure based on traditional cosmology.

The pre-colonial Gikūyū: land and labour Social organisation

The traditional Gikūyū like other societies, classified themselves and other ethnic groups as belonging to certain social and political categories. The first of these categories is the *mūcī* (home) It was composed of a man with his wife and children although most of the Gikūyū would usually use *nyūmba* (house) for a larger group, mainly when the grandsons were involved. *Nyūmba* were named after their founders, usually male, or through the inheritance of the weapons, tools, clothing and ornaments. There were times when various offices were based on this descent.

The second social categorisation was strongly based on the *mbari*. Some ethnographers like Kenyatta, Leakey and Cagnolo use the term to refer to the kin, sub-clan or family group, but fails to explore the fact that the *mbari*, in the traditional Gikūyū mainly referred to men in relation to the land acquired.⁶ In the southern Gikūyū for instance, the *mbari* consisted of a specific group of *nyumba* or even one *nyumba* which had acquired land through

⁶ Kenyatta, J., *Facing Mount Kenya*, Nairobi: Kenway Publications, 2002 (1938). Leakey, L. S. B. *The Southern Kikuyu before 1903*, London: Academic Press, 1977. Cagnolo, C., *The Akikuyu: Their Customs, Traditions and Folklore*, Nyeri: Mission Printing school, 1933.

transactions either with the Maasai or Ndorobo people. In other parts of Gikũyũ land, the *mbarĩ* would normally acquire land by *kuna* (clearing the virgin forest) or similar forms of transactions. The relationship to the land was crucial and was symbolically represented as a marriage between a land-wife or husband, consisting of a group of buyers or *oini* (forest clearers) who became ontologically one with the land and each other. The unity between *mbarĩ* and land was symbolically ritualised by burying their original buyers (ancestors), or even senior elders, on the *mbarĩ* land. As a consequence, the *mbarĩ* were the *ene* (owners) of land who could pass their wealth and inheritance to the *mũramati*⁷ (trustee).

In traditional land tenure, land belonged to, and was controlled by, *mbarĩ*. But the pre-colonial Gikũyũ was riddled with a complex hierarchical economic and religio-political structure which was proliferated with unequal distribution of wealth and land.⁸ In this system, there was the rich *mbarĩ* and the *ahoi* (tenant at will). The *ahoi* were the Gikũyũ members of a different *mbarĩ* having more stock than they could graze and therefore who were invited by a householder with more land than he could use. The relationship was sealed by marriage so that the *ahoi* acquired some female right to land. Between the *mbarĩ* and the *ahoi*, there was an interdependent relationship based on alliance. Unlike the *ahoi*, the *njaguti* and *ndungata* were proletariat, the poor, and the landless who relied on the generosity of the rich *mbarĩ*. They had little or no security and could be

⁷ *Mũramati* (pl. *aramati*) is a caretaker, controller or trustee of the family holding who was consulted in all matters of the administration of the family land. He was, according to the traditional Gikũyũ land tenure, the guardian, the steward of the *gĩthaka*.

⁸ For a more comprehensive work on Land Tenure, read Kitching, G., *Class and Economic change in Kenya: the making of an African petite Bourgeoisie*, New Haven, 1980, especially pp. 280-283; Muriuki, G., *A History of the Kikuyu 1500-1900*, Nairobi: Oxford university Press, 1974; Sorrenson, M. P. K., *Land Reform in the Kikuyu country*, London: Oxford University Press, 1967; Lambert, H. E., *The system of Land Tenure in the Kikuyu land Unit*, Cape Town: University of Cape Town, 1963(1949); Mackenzie, *Land, Ecology and Resistance in Kenya, 1880-1952*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998; Kershaw, G., "'The Land is the People': A Study of Kikuyu Social Organisation", ph. D Dissertation, University of Chicago, 1972; Middleton, J., *The Central tribes of North-Eastern Bantu (The Aikuyu)*, London: International African Institute, 1953; Wa-Githumo, M., *Land and Nationalism, in Kenya: the impact of Land expropriation and Land grievances upon the rise and development of Nationalist Movement in Kenya, 1885-1939*, Washington, DC: University Press of America, Inc., 1981; Kenyatta, *Facing Mount Kenya*; Okoth-Ogendo, H. W. O., 'African Land Tenure Reform', in Heyer, J., Maitha, J. et al., *Agricultural Development in Kenya: An Economic Assessment*, Nairobi: Oxford University Press, 1976.

evicted at any time. The amassing of wealth by *mbarĩ* through the exploitation of the *njaguti* and the *ndungata* created in the pre-colonial Gikũyũ, a binary econo-political world based on the haves and have nots, a class of super proletariat or what A. Gramsci calls 'the subaltern'.⁹

The third group important for conceptualising Gikũyũ land tenure and labour are the *ahoi* (from the verb *hoya* meaning the one who asks or tenant at will). A *muhoi/ ahoi-* plu. (verb. *hoya*-make a request mainly to use land or a petition) normally asked the *mwene gĩthaka* (owner of the land) for the right to use land. Many *ahoi* were generally powerful wealthy men. The *mbarĩ* would eventually marry their daughters to the *ahoi* to increase their wealth and social position in society. They owned other large tracts of land in various parts of the country. It is important to note that the missionaries failed to conceptualise this configuration in their translation since they took the word *hoya* from its context, translating it to mean a beggar. Erroneously, the *ahoi*, according to many missionaries, were landless members of the Gikũyũ society.¹⁰ Decontextualising the identity of the *ahoi*, missionaries and some ethnographers forged a different identity for them that corresponded to the politics of the time. In doing this, they failed to present the *ahoi* in conjunction with the *mbarĩ* as exploiters of the landless members who even forced them to work under various social sanctions.

Within the social labour configuration, there was the *ndungata* (servant) who generally exchanged his labour for a piece of land temporarily offered him. A *ndungata* could be a Gikũyũ or a *ndũĩĩĩ* (foreigner). Some people had become *ndungata* due to extreme exploitation and massive poverty generated mainly by the rich *mbarĩ* within the Gikũyũ socio-political stratification. Others acquired the status of a *ndungata* having been caught in criminal activity and thus would become a *ndungata* to the man he had offended. Some, especially those acquired during the hunting or raiding expeditions were brought home and given the state of a *ndungata*. Within

⁹ A Gramscian notion of counter-hegemony means that the subjugated mass overthrew the colonial hegemony in view of forming an indigenous led government.

¹⁰ The early bible translator might have fostered the image that *ahoi* in Gikũyũ cosmology were without rights by translating the word to mean 'pray' as *kĩhoya*. Besides, missionaries stressed that people had no rights before the Christian god.

the Gikũyũ socio-political configurations, the *ndungata* could at times become a sexual consort for the daughters of their owners. Some could be taken by the Gikũyũ widows who detested being inherited by their husband's kin. Children born of these *ndungata* belonged to the owner of the servant.¹¹ What is important to underline is that although we do not have explicit instances of slavery¹² as exercised among the Gikũyũ group, the position of a *ndungata* can be compared to that of a slave. The *ndungata* was owned, had no land, was forced to work and could never form his own *mbarĩ*. He and the children belonged to their masters. Such kinds of social, political and economic inconsistencies are ignored by scholars like Kenyatta and Cagnolo in their ethnography.

The increase of land and wealth through exploitation of cheap labour was quintessential of the *mbarĩ* within the Gikũyũ society. Power, wealth in the form of land and livestock as well as knowledge of *kĩĩra* (tribal lore), was the weapon through which the rich *mbarĩ* controlled the society. In fact, to be a member of *Kĩama* (council of elders and rulers) which was mainly composed of the members of the rich *mbarĩ*, one was required to pay dearly in form of goats. This meant that the poor and landless Gikũyũ (*njaguti* and *ndungata*) would never have been part of the ruling cohort. The *mbarĩ* would increase wealth, power and knowledge by accommodating other members of different *mbarĩ* in their land as *ahoi*. Together they formed the ruling group (self) by differentiating themselves from the rest of the poor Gikũyũ (others).

Finally, there was the *njaguti*, the landless and the most exploited of the society who worked only for food and no wage. The *njaguti* and the *ndungata* were forcibly exploited by the members of the rich *mbarĩ* for economic-political gain. In fact the Gikũyũ knew so well the proverb that summarised the social status of the *njaguti*: *ũtana ngĩa ngoro ũragĩra* (A poor man's generosity is lost in his heart since he has nothing to show it with).¹³

¹¹ Kershaw, G., *Mau Mau from below*, Nairobi: EAEP, 1997 especially chapter two.

¹² Slavery is conceptualised as a person controlled by another so much so that his will does not determine his course of life and reward for his work is not his to claim. For an extensive study, see the two works of Bales, K., *Disposable people: New slavery in the Global Economy*, London: University of California Press, 2004; Bales, K., *Understanding Global slavery: a reader*, London, University of California Press 2005.

¹³ Barra, G., 1,000 Kikuyu proverbs, Nairobi: Kenya Literature Bureau, 191998 (1939), no. 934.

Thus within the socio-political and economic modes of categorisation, there emerged a moral economy based on binary affiliation. There was for instance, the *mbarĩ* vis à vis non *mbarĩ*, *mbarĩ* in relation to the *ndungata* and *njaguti*. There was the *nyumba* (house/family) as opposed to the *ndũrĩrĩ* (foreigners), the *mũrika* (co-initiate) and the non *mũrika*. This ethnic classification is paramount in understanding the genesis of the binary discourses on coerced labour both in the pre-colonial, colonial and post-colonial Gikũyũ.

In this socio-political matrix, social behaviour critically reflected the putative differences. Within these differentiations and forms of labour the discourses on 'Self' and 'Other' were prominent. What is clear is the fact that these social categories provided the basis for status ascription and labour, pedestals that fluctuated with economic and religious-political change.¹⁴ As well, the social stratification within the Gikũyũ system allowed the exploitation of the weak members within society reducing some of them to a form of servitude. Even greetings were economically differentiated. A *mbarĩ* member will never greet a *njaguti* as *wanyu wakiĩ* even though they might have been of the same age-group. The rich *mbarĩ* were the 'self', owner of the land, while the rest were the 'other', the proletariat. The power and the knowledge of the *gĩthaka* system went hand-in-hand with political, economic and religious control.

The *njaguti* for instance were forced to work lest they starve. The *ndungata* were also subtly coerced through the mechanism of social organisation to work in exchange for a temporary piece of land that was not commensurate with the amount of labour offered.¹⁵ As we have underlined, some were sexually exploited by some widows of the rich *mbarĩ*. To add to these political and economic discrepancies, children born of the *ndungata*, as we have seen, legally belonged to the *mbarĩ* who had given them temporary accommodation. The economic repercussions were that not only were the

¹⁴ Romanucci-Ross, L. & Devos, G. A., *Ethnic Identity: Creation, Conflict and Accommodation*, London: Altamira Press, 1996.

¹⁵ Mackenzie, *Land, Ecology and Resistance in Kenya*; Shaw, *Colonial Inscriptions*; Wa-Githumo, *Land and Nationalism in Kenya*; Berman, B & Lonsdale, J., *Unhappy Valley*, Nairobi: East African Education Publisher, 1997; Lambert, *The System of Land Tenure*; Leakey, *The Southern Kikuyu*; Kilson, 'Land and the Kikuyu'; Muriuki, *A History of the Kikuyu*; Elkins, C., *Imperial Reckoning: The untold story of Britain's Gulag in Kenya*, New York: Henry Holt and Company, 2005; Anderson, *Histories of the Hanged: Britain's dirty war in Kenya and the end of the empire*, London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.

ndungata being exploited to enrich the *mbarĩ* but also, should their daughters marry, most of the bride-price went to their masters. In fact the term *ndungata*, in a society known not to officially practice slavery, was derogatory. The *ndungata* was in the same level as the *mũguĩmi*, a poor hunter and landless. The *njaguti* were the super proletariat and thus were treated with utmost spite. Surely, when we explore most of the Gikũyũ proverbs, we discover that nearly 90% of them praise wealth and land power and livestock and only less than 10% emulate any charitable gestures towards the most vulnerable members of the society.¹⁶ Between the rich and the poor Gikũyũ was an economy based on class; the rich exploiting the poor and forcing or creating conditions for a form of forced labour. This class stratification resonated not only in the economy but also in politics which was later to be understood as the "politics of the belly" which continue to be prevalent both in the traditional set-up and in Kenyan politics today.

From our observations, we can underline that through their knowledge of tradition, wealth and power, the powerful *mbarĩ* mapped and designed the Gikũyũ world. They were now the 'Self' while the *njaguti* were the 'Other'. This language of 'self' and 'otherness' camouflaged within the power polity, was not starkly different from that of colonialism. However, in traditional cosmology, the difference is twofold: the *mũhoi* could traverse the boundaries of 'otherness' by marrying from the family of the other rich *mbarĩ*. In this cosmological framework, discourses were based neither on skin pigmentation nor racial classification as was the case of colonialism. Nevertheless, the rich *mbarĩ*, like the colonial masters, demanded loyalty from their subjects cementing the subtle relationship with the exchange of gifts and services especially during the planting and harvesting periods.

Quintessentially, within the pre-colonial Gikũyũ group, there emerged a Gikũyũ identity strongly rooted in the common language and topology but differentiated through class and kinship affiliations based on land,

¹⁶ See for example Baara, *1,000 Kikuyu Proverbs*; Njururi, N., *Gikũyũ Proverbs*, London: Macmillan, 1969. One famous proverb from Njururi is that *muendi mb?ri ni m?rimi* (he who farms love goats) no. 386; Lonsdale, J., 'The moral economy of the Mau Mau, wealth, poverty & civic virtue in Kikuyu political thought' in Berman & Lonsdale, *Unhappy Valley Book Two*.

power and wealth. The interplay of social, political and religious constructions was acted in such a way that each individual participated in his own way. This process became even more apparent during colonialism. Within the postcolonial hegemony, it was the interplay of these pre-colonial and colonial discourses on power-knowledge and those of globalisation that would create the 'politics of the belly'.

Land in the traditional Gikũyũ *gĩthaka* system¹⁷ became a podium of economic suppression. Having amassed a lot of land, the wealthier *mbarĩ* created a system of social-economic dependence so that what was supposed to be a fair distribution of wealth created a relationship whereby the richer became richer while the poor sank into destitution. The richer *mbarĩ* continued to force the most destitute members into working for them.

Through the complex historical process of forging themselves into an autochthonous group, there emerged convoluted and sophisticated relationships within the Gikũyũ community. In fact these affiliations were characterised by exploitation of the poorer members of society especially in the form of labour.

This is what scholars like Kenyatta, Leakey and Cagnolo fail to manifest in their literature, that in the traditional Gikũyũ system, there existed certain forms of forced labour and slavery, which were primarily based on social class within a bourgeoisie led society. However, when the colonial hegemony started to reign in the early 1900, the Gikũyũ rich *mbarĩ* might have been preoccupied with how to keep their status and status quo within a fast changing econo-political environment. Meanwhile, the *njaguti* and the *ndungata*, the landless and the despised members of the Gikũyũ society extended their hands to the missionaries and colonialists hoping to be elevated into a higher social, political and economic status within the

¹⁷ *Gĩthaka* (pl. *ithaka*) is a privately owned piece of land belonging to a family or clan. It is also referred to as *mũgũnda* or *ng'ũndũ*. This term, was coined in the early 1910 due to the crisis that befell especially the southern Gikũyũ settlement. With the influx of both the white settlers and the *aloi*, (who had been thrown out by the wealthy Gikũyũ land owners to become squatters in the settlers land), there was an acute shortage of land in this part of the country. Thus the system was meant to stop any further encroachment and alienation. Muriuki, *A History of the Kikuyu*, p. 80. Buell, R. L., *The Native Problem in Africa*, vol. 1., London: Frank Cass, 1965, pp. 308-9. In the traditional Gikũyũ land tenure the term *gĩthaka* was generally used to mean both the uncultivated and cultivated land. Middleton, *The Central tribes of North-Eastern Bantu*, p. 45. Kenyatta, *Facing Mount Kenya*, pp. 21-22.

society. They hoped to be the voice of the voiceless in Kenya, the dignity of the 'otherness' and the political and economic representation. Did they achieve it? Perhaps the Gikũyũ colonial experience might hold the key to the understanding of the cry of the Gikũyũ subaltern.

It is important to understand that land among the Gikũyũ produces nothing without water, capital and labour. In addition, the Gikũyũ people sought in land not just the material comfort but as we have seen, power, wealth and econo-political control. Therefore, the aim of the rich *mbarĩ* in relation to the *njaguti* and the *ndungata* were social, economic and religio-political. Within this moral-economy, these poor members had no heart, no friends and no posterity. Their hunger kept no rich *mbarĩ* awake.¹⁸ This class differentiation became apparent during the famine where the *njaguti* would suffer, would often be thrown out from *mbarĩ*'s land and as a consequence would just migrate or die.

The Gikũyũ colonial experience and forced labour, 1900-1940s Half a century of forced labour in Kenya

As we have seen by the case study of Gikũyũ society, the use of force to obtain labour has a long history in Kenya and surely in other parts of Africa as well. Over the centuries, the questions of slavery, of coercion and physical force have aroused deep emotions. Whereas the *mbarĩ* were the 'self' and the *ndungata*, *njaguti* were the 'other' in the pre-colonial Gikũyũ, these socio-political and economic differentiations became even more complicated within the colonial and the missionary hegemony.

The making of Kenya as a crown land in 1902 and as a Kenyan colony in 1920 meant that the government had to introduce forms of labour commensurate to those in Europe although this time, the question of the 'othering' was the determining factor. Moreover, without paying high wages, it

¹⁸ Berman & Lonsdale, *Unhappy Valley*, Book Two, p. 340. One can understand clearly by exploring the names given to the poor Gikũyũ by the rich *mbarĩ*; *mũnyamari* (poor and destitute) and *mũimwo* (good for nothing). There are also some proverbs underlining the exploitation of the poor, Baara, 1,000 *Kikuyu Proverbs*.

was doubtful whether the government could attract native workers from the reserves. Thus, the most obvious way of acquiring labour by the government or settlers was by forcing the Africans to work. Besides, the colonial government, the missionaries and the settlers claimed that the west knew what the African needed in order to be civilised. As early as 1900, most of the Kenyan fertile land was forcibly confiscated by the government, settlers and missionaries. Most of the land belonged to the Gikũyũ and the Maasai. Through the auspice of C. Eliot, colonialism in Kenya like in other parts of Africa started, to use Mudimbe's words: organising and arranging so that Kenya was to be designed, mapped and transformed into a European construct.¹⁹ As early as 1914, evidence of forced labour by the colonial government was palpable. This was enhanced by the nature of the colonial hegemony, bifurcated into unmediated centralised despotism of the indirect rule on the one hand and on the other hand, where land and labour were mainly based and mediated through a centralised despotism of divide and rule policy.

The advert to attract the settlers in Kenya is a clear example of how Africans were perceived and treated. Through C. Eliot's eyes, Kenya was to be made at all costs a white man's country. In fact the advert read:

Settle in Kenya, Britain's youngest and most attractive colony. Low prices at present for fertile areas...its valuable crops give high yields, due to high fertility of the soil, adequate rainfall and abundant sunshine. Secure the advantage of native labor to supplement your own effort.²⁰

This advert was endorsed by the trajectory of the colonial and settlers' occupation of African lands and the 'advantage' of native forced labour. From the arrival of the settlers in 1902 mainly from the apartheid South Africa, the most fertile lands were allocated to them while the poor remaining parts were given to the Africans. This was a form of political and economic segregation based primarily on the discourses of othering the 'Other'

¹⁹ Mudimbe, V. Y., *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the order of knowledge*, London: James Currey, 1988, p. 19.

²⁰ Koff, D. & Howarth, A., *Black Man's land: Images of colonialism and Independence in Kenya*, Van Nuys, Calif: Bellweather Group, 1979; Also quoted by Elkins, *Imperial Reckoning*, p. 3.

and endorsed through racism. This is why from 1902, biased decontextualised laws to subjugate the Africans and to protect the 'white highlands' were promulgated. Hut and poll-tax were also introduced to make the 'lazy Africans work'. In 1919, the formation of the Kikuyu Association (K. A.) was above all opposed to land alienation as well as forced labour and tax increase. In June 11, 1921, Harry Thuku formed a militant East African Association (EAA) which rejected the colonial hegemony that fostered the land alienation, forced labour, tax and the carrying of Kipande (metal container with the name or the identity of the person). In fact, from the 1920s, the Gikũyũ constantly questioned the dubious missionary and colonial intentions. In July 1920 the British government declared Kenya a colony. The political and economic repercussions were enormous: it meant that the British could deal with the land and labour of African peoples as they thought fit. This guaranteed that the land taken from the Africans could remain the settlers' land, that forced labour was strengthened and finally make Kenya a white man's country while the natives would be a 'protected people' and thus slaves of the Europeans.²¹ In order to carry out this mission effectively, the colonial hegemony created the Kenya Police Force (KPF) in 1920 primarily to protect the Europeans' property from the Africans.

Extreme use of force was already reported in Kenya before, during and after the two World Wars. There is clear evidence of forced recruitment practised in Nyanza and other Kenyan regions during World War I with the utmost brutality and abuse. Richard Gethin, the colonial entrepreneur, observed that labour:

was forced by our chiefs for the new farms and government departments... the chiefs were frequently handed out cases of whisky and brandy for so many recruits produced. On arrival at Kisii they were placed in a hut under strong guard and in the morning those who had not escaped were tied together and sent to Kisumu by road.²²

²¹ Singh, M., *History of Kenya's Trade union movement*, Nairobi: East African Pub. House, 1969, pp. 10-11.

²² Gethin, R., *Private Papers*, held by Rhodes House, Oxford.

Thus, recruitment was coerced especially through the chiefs in exchange for a meagre reward, for example, a case of whisky and brandy. The underlining dictum of the African-made chiefs and headmen was loyalty to their colonial masters at the expense of exploiting fellow Africans through forced recruitment and labour. Whereas in the traditional setup, the rich *mbari* exploited the poor members in the form of coerced labour, the colonial hegemony indirectly did the same, using their appointed chiefs and headmen. They represented the 'self' while the other members of the Gikũyũ society were the 'other'.

The fact that many Kenyans died during the famines of 1917 through to 1918 meant that there was a labour shortage. Instances of coerced labour and cruelty exercised against the Africans by the colonial government, the settlers and some missionaries, were numerous. In 1921, for example, the labour commission lamented that chiefs were recruiting and forcing people to work and had come to regard labourers as a source of revenue, creating within the colonial hegemony, forced labour as a lucrative business. The system of recruiting labour through force has to be looked at within the dynamics of a social, economic and political structure, for example, the DC was supposed by his superiors to provide labour and thus the obvious way was to recruit them through the political structure of the chiefs and headmen who were 'closer' to the natives, knew them well and so could recruit them for their western colonial masters. To these sell-outs (chiefs and headmen), the whole process was profitable because of their personal economic gains and political recognition.²³ Under the confluence of labour provision, young boys were taken away from school while girls (sometimes as young as 12-13 years) were not only forced to work but also sexually assaulted. J. Ainsworth encouraged the use of women and children to provide labour both for the colonial government and the settlers.²⁴ Was he like any other colonial administrator concerned with the well-being of

²³ Zwanenberg, RMA., *Colonial Capital and Labour in Kenya 1919-1939*, Nairobi: EALB, 1975, p. 123.

²⁴ Ibid., p. 124. Also, EAS/10/1/1920-Ainsworth in the meeting at Blue post hotel in Thika, Rev. H. D. Hooper's Memorandum in the Odham Papers; R. D/ASAPS/MSS/ Brit/Emp/522/G/141; Mockerie, P. G., *An African speaks for his People*, London: Hogarth Press, 1934, p. 53.

the Africans? In the colonial political quagmire under the guise of civilising the uncivilised, the colonialist (self) used the natives (others) as slaves as long as the force applied was kept secret from the government in London (Westminster) in order not to trigger a political outcry. This is why it is plausible that some of the magistrates simply apprehended Africans (runaway labour) confining them to prison and remand and later sending them to the employer.²⁵ Within the history of the land and labour sector in Kenya, we encounter a lot of abuses. There were times when some of the natives for example, in Kisii were brought to the settlers' farms chained by the rope around the neck.

V. Wade (district officer) in 1920 made sure that forced labour was practised to satisfy the settlers in their farms. Wade was not alone. He had the support of some missionaries like canon H. Leakey and Fr. Caysal. These missionaries supported especially child labour in coffee plantations.²⁶ Quintessentially, some of the missionaries agreed on the main principle: forced labour. The difference lay on the methods that were employed. The crucial question is: why did the colonial administrators and the missionaries agree in some instances on forced labour? The obvious reason is that both had a similar economic interest. Moreover, for Rev. Arthur and other missionaries of the time, forced labour for public purposes was morally justified.

What is interesting is that while World War II had weakened most of Europe's political and economic system, in Kenya, the war had converted both the settlers and the missionaries into a powerful economic force. The economic boom resulting from war-time demands for agricultural products ensured that the colonial government provided the settlers with cheap African labour obtained through forced recruitment. During this time, those Africans who were not slaving in the Europeans farms were forced to cultivate every available parcel of land in the reserve to provide for the war. A clear example is the creation of the dried vegetable projects in the

²⁵ KNA/Coast/37/577/vol. 6. Ainsworth to Pc Mombasa.

²⁶ Zwanenberg, *Colonial Capital and Labour in Kenya*, p. 120.

Gikūyū country (Kerugoya and Karatina) from 1940 until 1946.²⁷ After the World War II, the colonial hegemony took the ideology of 'civilising the African soil' which had been eroded during the war. Accordingly, the government started the communal terraces to counteract soil erosion forcing the people to work. Women were forced to work in order to expand what the government called the 'colonial economy'.²⁸ A clear example is the revolt of the women against forced labour in Murang'a in 1948 which was just the tip of the iceberg.

However, until the 1940s' what was crudely discussed was whether forced labour in the colony which had widely been exercised all over the country, could be legitimised. Churchill in one of his memorandums had allowed certain types of forced labour in Kenya which he called 'legal form of compulsion to force the blacks to work'.²⁹ The crucial question is: who was to monitor these forms of legal compulsion to stop any form of abuse? Was it to be the colonial government, the missionaries or both? The grievances channelled through the Kikuyu Central Association (KCA) in the 20s and 30s, the Land commission of 1932 and 1934 and its attempt to redefine the land tenure in order to authenticate some of the confiscated land of the Africans by the settlers and the missionaries, the formation of Kikuyu independent churches and schools as a form of protest against the colonial hegemony's form of forced labour, high tax, *kipande* and other social political exploitation, the desecration of the sacred trees in the Gikūyū country by both the missionaries and the settlers to denigrate the Gikūyū traditional religion which was embroidered within the religio-political configuration, all these and other crucial factors led to the formation of clandestine revivalist movements. One of them was the Mau Mau that sought to fight for a reverse political and economic hegemony especially from 1952-1954.

²⁷ Kanogo, T., *Squatters and the roots of Mau Mau, 1903-63*, London: James Currey, 1987; Mackenzie, *Land, Ecology and Resistance in Kenya*; Castro, A. P., *Facing Kirinyaga*, London: Intermediate Technology Publication, 1995, p. 22.

²⁸ Elkins, *Imperial Reckoning*, pp. 22-23; Mackenzie, *Land, Ecology and Resistance in Kenya*.

²⁹ Zwanenberg, *Colonial Capital and Labour in Kenya*, p. 138. Although compulsory labour was common in other African countries, in Kenya, it had one distinctive feature: that labour from remote areas should be subject to compulsion. Clayton, A & Savage, D. C., *Government and Labour in Kenya, 1895-1963*, London: Frank Cass, 1974, p. 134. In 1935 for instance in Ndia (Kirinyaga district), there is recorded evidence of forced labour in the cotton plantations.

All through the colonial period, the colonial administrators and the missionaries agreed that instances of abuse in the government programme of forced labour should not be made public for a 'common interest'. This:

public silence over future areas of potential hostility, like forced labour, direction and squatters, at least allowed some action to be taken by some administration officers which was not possible if policy directives were public and unequivocal.³⁰

These actions included above all the physical and sexual abuses as already ascertained with the government and missionary pretence that the natives were gaining from this project. Having said that, we should also note that there was a group of missionaries that was opposed to forced labour in Kenya and especially in the Gikũyũ land so that while they were under the colonial government that in principle advocated it, they had a divided loyalty.

What is striking is the political dichotomy brought about by the government, missionaries and settlers' use of forced labour. The missionaries, for instance, claimed to be working for the human promotion. Here one could ask: how do you promote human beings by literally subjugating them? The rhetorical answer lay in the colonial and missionary mentality which was confirmed by Governor Edward Grigg (1925-1930) that colonial government knew what was good and beneficial for the natives. Besides, he confirmed, for those 'tribes still utterly childish and irresponsible, the colonial government through administration could decide for them'.³¹

Reverse hegemony: The rise of the Mau Mau

The return of the experienced World War II soldiers who had consequently witnessed not only the issues of inequality but also racism during the war might have accelerated the formation of the clandestine anti-colo-

³⁰ Zwanenberg, *Colonial Capital and Labour in Kenya*, p. 133. Elkins, *Imperial Reckoning*, pp. 93-94.

³¹ H. E. Governor's speech, 25/10/1925 in Speeches by His Excellency sir Edward Grigg, 1925-1929.

nia movement. The question of the reverse hegemony in Kenya has to be understood within the confluence of power exercised through accumulation processes and struggles where the forced labour question and the denial of African freedom were paramount. The British colonial hegemony had reinforced ethnically bound institutions of control through its indirect rule. It had created ethnically defined parameters where the Native Authority controlled the apparatus of resistance since the early 1920s. It had, above all, promoted the discourses of the 'Otherness' based on social, political and economic differentiation. Was it a wonder that a counter hegemony was to emerge? The crucial idea to understand is that the revivalist movements like the Mau Mau³² were primarily against the hierarchy of the local state, the colonial created chiefs and headmen and all the mechanisms that enforced the colonial exploitative power where labour was forced and African freedom was curtailed.

Moreover, when the Mau Mau struck in 1952, the message that reflected half a century of subjugation was crystal clear and audibly vibrated all over the country: *ithaka na wĩathi* (land and freedom). The crucial question is: who were the Mau Mau?³³ This is a fundamental but complex question that needs a lot of space to answer. Briefly, with the colonial hegemony which took root in the early 19th century in Kenya, most of the Gikũyũ land was forcefully confiscated by the colonialists and colonists³⁴ and consequently destabilising the most sacrosanct thing in their cosmology: the Mother land. The group also became a target of forced cheap labour,³⁵ an experience that had serious religio-political repercussions on both the British colonial government and the natives. The heightened

³² Mau Mau was not the only group during this time. There were others before it like the *Dini ya Msambwa* (1947) under Masinde Elija-Bukusu, *Dini ya Mbojet* in Kipsigis which was banned in 1948 and Luka P'Kech's army in East Pokot (1950). Other revivalist groups challenged the European intrusion years before e. g. the coastal people led by Me Katilili who fought against the Portuguese invasion and the Nandi under Koitalel Ole Samoei who fought against the British in the early 19th century.

³³ The term is as vague as it is contestable.

³⁴ The term colonialist as used in this work is understood to mean those exploiting a territory by dominating the local majority while the colonists as those settling in a region.

³⁵ Although there are other areas of labour in Kenya, the work uses land as a focal point for the forced labour debates in Kenya.

tensions between the two cultures were marked by hostile demonstrations on the side of the Gikũyũ people claiming back their land and the colonial government creating the first British gulag in Kenya. These demonstrations escalated with the formation of the militant organisation which the British called the Mau Mau. The counter colonial hegemony highlighted that the British civilising mission was in shambles. It had failed to reconcile the natives through the land commission, and had also failed to address the question of forced labour as portrayed by the Murang'a women revolt in 1948 and finally it had succeeded in segregating the Africans from the politics of Kenya.

The Mau Mau attempts to unite the Kenyans in order to fight for their land and freedom began in the early 1940s with the support of the Kenya Land and Freedom Army. It was a subaltern revivalist group fighting for freedom, for a voice and a place in their once indigenous soil. It was not a single army but several battalions that operated mainly between Mount Kenya and Nyandarwa ranges under various leaderships. Some of the notable charismatic leaders are Dedan Kimathi, Stanley Mathenge and Waruhiu Itote. Whereas the Mau Mau was fighting for land and freedom, the colonial government was torn between its dualistic policy; to control the natives and to keep its relationship with Britain sound. To do this, it had to invent one of the most atrocious myths in history; that all Mau Mau were terrorists, dangerous, bestial, obscene, and psychologically sick or schizophrenic. This led to the implementation of the concentration camps and barbed-wire villages between 1952 and 1960.

Forced labour: The concentration camp, barbed-wire villages 1952-56

As we have seen, confining the Africans into reserves was not enough to entice them into a wage economy. The government taxed the Africans (hut and poll tax) and forced them to work without their consent. The Africans (Gikũyũ) reacted through the revivalist movement of the Mau

Mau, fighting for land and freedom. The state of emergency was declared in Oct. 1952 by Governor E. Baring.

What really followed after 1952 was the establishment of the detention camps and barbed-wire villages aimed at and completely annihilating Mau Mau followers and sympathisers. Here screening, torture, hard labour and death were common phenomena. Over the years, those in detention camps would work in the construction of roads, the airport (JKIA), irrigation schemes like Mwea and South Yatta, quarries and hospitals under constant inspection or blaring loud speakers singing 'God Save the Queen'.³⁶ Gikũyũ women and men would not only undergo coerced hard labour but were quintessentially dehumanised or reduced to a state of animals. Besides, the colonial government believed that the Mau Mau were subhuman while they themselves were the paragons of civility. This can be confirmed by a thorough research done by C. Elkins on the British Gulag in Kenya exposing the brutality and forced exercised in those camps like Manyani, Kasarani, Githunguri, Aguthi and Murang'a-Fort hall and Wamumu, just to mention but a few. The government had no problem in forcing the detainees to work with minimum meagre meals and poor hygiene. From 1952-1959, many Gikũyũ people, whether in detention camps or in barbed-wire villages, were slaves for cheap labour. In fact, we can conclude that the British colonial government in Kenya continued to practice 'slavery' under the guise of civilising mission contravening all forms of forced labour conventions. This is clearly stipulated by one of the Colonial Kenya's minister of defence, Jake Cussak, who emphatically stated that the way the government treated its detainees and natives was tantamount to the practice of slavery.³⁷

From 1953, Governor Baring and his ministers had started a conscious psychological assault against the Gikũyũ people through their dictum of the "civilising mission". It was carried out through rehabilitations which were meant to lure the people away from the Mau Mau savagery toward

³⁶ Kariuki, J. M., "Mau Mau" Detainees: The account of a Kenyan African of his experiences in Detention Camps, 1953-1960, Oxford: Oxford University Press, 1963, especially p. 67 & 113.

³⁷ KNA/AH9/36/59-Minutes from Cussak to Tatton-Brown 20, November, 1954. Elkins, *Imperial Reckoning*, p. 130.

western civilisation. Britain had done this process after the war when it tried to de-Nazify German prisoners of war, also with the Malayan nationalists who demanded their independence (1940-1950s). In the late 50s in Kenya, this project was of maximum force aimed at forcing the Gikũyũ to reject their own ideas and adopt the purported superior beliefs of their captors. One way of doing that was through forced labour with minimum food and medicine. Those who were lucky to survive the pipeline (detention and rehabilitation system) lived a world of nightmare and hallucinations, of brutality, physical and sexual abuse, castration, forced labour and disease.³⁸ The Gikũyũ had come to experience the created chasm between what Mamdani calls the citizen and subject. This was systematically carried out by the E. Baring following Askwith's rehabilitation plan which he had extended to include a policy of communal forced labour. Labour for both Gikũyũ men and women was used as a form of collective punishment.

Under the emergency law, the Gikũyũ had to work for three months without pay in communal projects without counting the forced individual projects of chiefs and some settlers. Those who demanded payment were fined five hundred shillings or jailed for six months.³⁹ This was in fact a serious violation of the International Labour Organisation (ILO) which stipulated that communal labour could be allowed only six days a year for healthy men between the ages of eighteen and forty-five rather than that of the colonial practice of boys and girls aged between 10-12 years. This unequivocal indiscriminate use of labour by force especially which was acerbated from 1958-1960, underlined the British colonial government's unwillingness to commit itself to any reform in Kenya and its racist classification based not only on colour but also on topography. It was in fact praised by the South African apartheid regime under D. F. Melan who saw Kenyan use of force on the natives and its arbitrary rule as a model to be followed by his own regime. This also demonstrates how the British under the guise of rehabilitation camps exercised the utmost brutality on

³⁸ Elkins, *Imperial Reckoning*, pp. 109-115, 204-210; Anderson, *Histories of the Hanged*.

³⁹ *Ibid.*, p. 117.

the Gikũyũ and other Africans. A clear experience is that of the D-day of Nairobi (operation anvil on April 24th 1954) under the command of General sir George Erskine.⁴⁰

Missionaries were also engrossed within the quagmire of forced labour in Kenya. Between 1954 and 1960, Christianity became widely associated with British colonial oppression. For many Gikũyũ and other Kenyans, especially those in detention camps and barbed-wire villages, Christianity fell short of explaining its position in the whole oppressive process and whether it was partly responsible for the atrocities against the Africans. In the concentration camps and barbed-wire villages, missionaries flocked during the week or on Sundays preaching cooperation with the government, forcing the Gikũyũ to 'confess their sins' so as to become good people like the British or the Italians. But who had sinned? One may ask: Was it the Gikũyũ and other Africans fighting for their space and voice in the society, for their land and freedom or the colonialist, settlers and missionaries who had, not only forcibly confiscated the most fertile lands of the Africans but also used a barbaric form of forced labour against the Africans in the guise of civilisation?

As already attested the cooperation of missionaries in the process of forced communal labour in the 30s and 40s was starkly clear. In the 50s, it had extended to the concentration camps so much so that there was a partnership between Christianity's mission statement of civilising the Africans lost souls and the British civilising mission. Some missionaries even abused the oath of confession/confidentiality and reported some confessors to the colonial government. Christianity was used to blind the Africans.⁴¹ In a nutshell, the history of forced labour vis à vis Christianity demonstrated that the British and missionary civilising mission was composed of forced labour, forced Christianity, forced conversion in Kenya and in Gikũyũ land. A clear example is the cleansing ceremony held in September 1955 under

⁴⁰ Elkins, *Imperial Reckoning*, p. 121; Majdalany, F., *State of Emergency: the full story of Mau Mau*, Boston: Houghton Mifflin, 1963, p. 203.

⁴¹ Elkins, *Imperial Reckoning*, pp. 172-3. Some Missionaries and Pastors continue to manipulate their position to exploit the Africans either in slavery or forced labour, e. g. Pastor Deya in London and his wife Mary in Kenya under the mask of the miracle babies.

the auspice of Archbishop Beecher.⁴² The natives' confessions though in principle entailed that they were born-again in Christ did not mean that they were exempted from forced labour but that they were spared from the whip of death, at least and only at least for the time being.

The Gikũyũ people had to pay a heavy penalty for being nationalistic. Between 1952 and 1960 about 1.5 million Gikũyũ were put in the concentration camps and barbed-wire villages while hundreds of thousands were mercilessly murdered under the auspice of the colonial hegemony. The issue of forced labour, torture, sodomy and death were the requisite of the colonial and missionary hegemony. The British civilising mission was tantamount to that of Nazi Germany. It was brutal, dehumanising, coloured in massacre, rape, sodomy and death. Most of the Mau Mau followers were hanged and about 70,000 held without trial. The Mau Mau war ended in 1956 but the state of emergency continued until 1960 in order to unearth the subaltern.

Conclusion

Having explored the Gikũyũ traditional land tenure and the labour force, the paper has argued that within the traditional cosmology, there are differentiation of individuals based on class and position that created a subtle form of servitude where coerced labour was the order of the day. We have done this by critically looking at the form of 'othering' by the *mbarĩ*, the petit bourgeoisie who collaborating with the *ahoi*, owned large tracts of land and controlled the Gikũyũ politics and economy. The *ndungata* and the *njaguti* within the social configuration are a good litmus test to demonstrate the discrepancies that existed in the pre-colonial Gikũyũ, inconsistencies which, taking different forms, prevailed in colonialism, to be manifested within post-colonial Kenya where the 'politics of the belly' continue to be

⁴² Ibid., p. 234. Those who refused were repatriated to the camps once more to continue with torture and forced labour. Also, KNA/AB1/92/87 Memorandum from Bennett to Askwith, 'Mau Mau Detainees cleansing ceremony', 13 September, 1955.

widely exercised. This might also be one of the reasons as to why some of the Gikũyũ sell-outs (chiefs, headmen and some rich *mbarĩ*) collaborated with the colonial hegemony and the missionaries in systematically exercising forced child and adult labour with the utmost brutality which, during the Mau Mau era, included torture, sodomy, rape, castration and death.

This paper has also explored forced labour within the colonial hegemony arguing that it was a systematic form of government plan to "civilise the Africans and their soil". In this form of servitude, both the missionaries and the colonial masters economically gained substantially. Missionaries were part and parcel of this forced land confiscation, forced labour and forced evangelisation. In fact the two world wars only boosted the exploitation of the vulnerable Africans creating a society not only based on class but also on colour. An African could be a Christian like his fellow evangeliser and thus 'equal' in front of God but in the eyes of the missionaries like the colonialist, he remained a subject. He was a subject here on earth as in heaven, never a citizen.

In exploring the notions of forced labour and slavery, it is important, as the paper has revealed, to revisit the roots of an indigenous group in order to extrapolate the political, economical and religious means of forces used to run any form of government. It is in that nitty-gritty of social structure that abuses of power through slavery and forced labour are to be found.

But there are voices that emanate from any form of subjugation, voices that call for justice, political and economic, as well as religious representation. Such strong voices have been witnessed throughout the history of Kenya since the 1920s. In fact, Mau Mau was just the tip of the iceberg. Other voices continue to emanate in Kenyan politics today. A good estimate serves to highlight that the question of forced labour and subtle form of slavery is endemic within Kenya not counting its affiliation to the other countries in the world where these abuses are apparent.

Moreover, according to the UN estimate, nearly 4 million people are trafficked each year and forced into labour. Kenya remains a country of origin, destination and even transit point of people smuggled across borders for forced labour and sexual exploitation. This might have been

acerbated by the fact that so far, there are no laws in Kenya prohibiting trafficking although the 2001 Children's act prohibits all forms of slavery, servitude and forced labour.⁴³

A survey done in 1997 by the Unicef identified 109,000 children in 13 Kenyan districts engaged under hazardous forced labour. The government National Development plan of 2000-2008 recognises that child-forced labour is an acute problem. This is reinforced by the fact that between 1998 and 1999, the Kenya central bureau of statistics estimated that 17.4% of all children were working in the country. According to the survey, children made up 14.4% of the total workers.⁴⁴ But why is it difficult to eliminate forced labour in Kenya and other African countries? One of the reasons is that the mentality of forced labour is crucially embroidered in the social, economic and political organisations of the native societies even though they continue to live in denial. The situation becomes even more complex with the current political and economic situation where a good number of the Gikũyũ and other ethnic groups are living in the metropolis and where relations to land and labour and the abuses involved between the employers and the employees are inherently creating tensions. But as the paper has argued, different forms of forced labour in Kenya today have a historical backing, a history of exploitation of the most vulnerable members of the society under the complex econo-political system based on the 'politics of the belly'. It has also underlined that although poverty and social exclusion clearly contribute to forced labour, they are not the only causes. We need to siphon through the whole organisation of a society to understand the conceptual categories where social, political and economic exclusion or denial of rights may explain the concrete ways of reflecting on forced labour. However, to understand why forced labour of both adult and children is difficult to eradicate in Kenya today, we have to 'revisit the roots' and explore the trajectory of power-knowledge hegemony based on the 'othering' of the other and the reverse hegemony like that of Mau Mau.

⁴³ 'U. S DEPARTMENT of STATE: Kenya, Country reports on Human Rights practices-2004-2005', in <http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2004/07/09/2005>.

⁴⁴ IRIN News ORG in <http://www.irinnews.org/report>, 07/09/2005.

The battle on forced labour and subtle slavery in Kenya is not new, with globalisation, it has been masked under different social, and political affiliations. As this paper has shown, we have to ask the right questions in order to get the right answers. One way is by revisiting the roots of an indigenous culture and seeing how different forms of labour and social stratifications have influenced the underground politics of servitude and labour coercion. The Gikũyũ people are a clear case in point.

Bibliography

- Anderson, D., *Histories of the Hanged: Britain's dirty war in Kenya and the end of the empire*, London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.
- BALES, K., *Disposable people: New slavery in the Global Economy*, London: University of California Press, 2004.
- , *Understanding Global slavery: a reader*, London, University of California Press 2005.
- BARRA, G., *1,000 Kikuyu proverbs*, Nairobi: Kenya Literature Bureau, 191998 (1939).
- Berman, B. & Lonsdale, J. *Unhappy Valley Book Two*, Nairobi: East African Education Publisher, 1997.
- BUELL, R. L., *The Native Problems in Kenya*, Vol., 1. London: Macmillan, 1928.
- CAGNOLO, C., *The Akikuyu: Their Customs, Traditions and Folklore*, Nyeri: Mission Printing school, 1933.
- CLARK, C. M., 'Land, Food, Women and Power, in the Nineteenth Century Kikuyu', in *Africa*, 50 (4), 1980, pp.365-367.
- CLAYTON, A. & SAVAGE, D.C., *Government and Labour in Kenya, 1895-1963*, London: Frank Cass, 1974.
- DILLEY, M. R., *British Policy in Kenya Colony*, London: Cass, 1966 (1937).
- ELKINS, C., *Imperial Reckoning: The untold story of Britain's Gulag in Kenya*, New York: Henry Holt and Company, 2005.
- HENRY, R & HOUSE, W.J., *The Kenya Employment Problem: an analysis of the modern sector labour market*, Nairobi: Oxford University Press, 1978.
- HEYER, J., MAITHA, J. et.al., *Agricultural Development in Kenya: An Economic Assessment*, Nairobi: Oxford University Press, 1976.
- TABITHA, K., *Squatters and the roots of Mau Mau, 1905-1963*, London: James Currey, 1987.
- KARIUKI, J. M., *"Mau Mau" Detainee: The account of a Kenyan African of his experiences in Detention Camps, 1953-1960*, Oxford: Oxford University Press, 1963.
- KENYATTA, J., *Facing Mount Kenya*, Nairobi: Kenway Publications, 2002 (1938).
- KERSHAW, G., *Mau Mau from below*, Nairobi: EAEP., 1997.

- _____, "'The Land is the People": A Study of Kikuyu Social Organisation', ph.D Dissertation, University of Chicago, 1972.
- KITCHING, G., *Class and Economic change in Kenya: the making of an African petite Bourgeoisie*, New Haven, 1980.
- KOFF, D. & HOWARTH, A., *Black Man's land: Images of colonialism and Independence in Kenya* (Van Nuys, Calif: Bellweather Group, 1979).
- LAMBERT, H. E., *The System of Land Tenure in the Kikuyu Land Unit*, Cape Town: University of Cape Town, 1963(1949).
- LEAKEY, L. S. B. *The Southern Kikuyu before 1903*, London: Academic Press, 1977.
- MACKENZIE, F., *Land, Ecology and Resistance in Kenya, 1880-1952*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MAJDALANY, F., *State of Emergency: the full story of Mau Mau*, Boston: Houghton Mifflin, 1963.
- MCGREGOR, R. *Kenya from within*, London: Cass, 1968 (1927).
- MIDDLETON, J., *The Central Tribes of North-Eastern Bantu, (The Kikuyu)*, London: International African Institute, 1953.
- MUDIMBE, V. Y., *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the order of knowledge*, London: James Currey, 1988.
- MURIUKI, G., *A History of the Kikuyu, 1500-1900*, Nairobi: Oxford University Press, 1974.
- NJURURI, N., *Gikūyū Proverbs*, London: Macmillan, 1969.
- ROMANUCCI-ROSS, L. & DEVOS, G.A., *Ethnic Identity: Creation, Conflict and Accommodation*, London: Altamira Press, 1996.
- SHAW, C., *Colonial Inscriptions: race, sex and class in Kenya*, London: University of Minnesota Press, 1995.
- SINGH, M., *History of Kenya's Trade Union Movement*, Nairobi: East African Pub. House, 1969.
- SORRENSEN, M.P.K., *Land Reform in the Kikuyu Country*, London: Oxford University Press, 1967.
- WA-GITHUMO, M., *Land and Nationalism, in Kenya: The impact of land expropriation and land grievances upon the rise and development of Nationalist Movement in Kenya, 1885-1939*, Washington, DC: University Press of America, Inc., 1981.
- ZEGEYE, A. & ISHEMO, S., (eds), *Forced Labour and Migration: Patterns of movement within Africa*, London: Zell, 1989.
- ZWANENBERG, R.M.A., *Colonial Capital and Labour in Kenya, 1919-1939*, Nairobi: EALB, 1975.

De "coolies" a empresários de sucesso.

A trajetória dos sino-asiáticos no sistema de exploração colonial em Moçambique. A comunidade da Beira como estudo de caso*

EDUARDO MEDEIROS**

Introdução

Os primeiros chineses que vieram para Moçambique a partir de 1858 eram artesãos e foram contratados na China pelo Estado colonial¹ por causa da sua reconhecida habilidade e dedicação ao trabalho e por serem de menor custo que os operários do mesmo ofício contratados na Europa.

Para os territórios de Manica e Sofala, a procura de contratados chineses, agora num contexto de implantação do capitalismo imperial, terá começado por volta de 1881, mesmo antes do nascimento da Beira, quando o governo do distrito de Sofala tinha a sede em Chiloane². A história oral dos chineses

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no II Colóquio Internacional sobre Trabalho Forçado Africano. CEA/FL/UP - 17 e 18 de Novembro de 2005.

** Núcleo de Estudos sobre África, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), da Universidade de Évora.

¹ *Boletim Oficial* do Governo-Geral da Província de Moçambique, n.º 9, sábado, 27 de Fevereiro de 1958, Parte Oficial - grafia actualizada pelo autor, E.M.

² Seriam os «contratados» mandados recrutar a partir de 1881 pelo governador-geral, o visconde de Paço d'Arcos. A 20 de Agosto deste ano, o governador-geral, enviou um ofício ao governador de Macau, J. A. A. Carlos Real, que foi recebido na secretaria daquele governo a 17 de Novembro, para solicitar contratados chineses para Moçambique. O visconde argumentava que os negros de Moçambique não estavam aptos para o trabalho e, por isso, pretendia recorrer aos chineses, pois conhecia a sua índole trabalhadora e activa, o engenho para a indústria, agricultura e artes, e sabia também da contratação de *coolies* por diferentes colónias. O governador-geral explicitava que pretendia «carpinteiros (de barco e de machado) ou marceneiros; alguns pedreiros, canteiros, estucadores ou outros que possam ser utilizados nas obras públicas; carregadores para as companhias braçais das alfândegas (homens habituados ao serviço de embalagem e de armazenagem); homens para serviço de polícia, como os que havia em Macau, com boas notas e habituados no manejo das armas. O pagamento seria feito em

da Beira regista a existência de antepassados seus em Chiloane, Inhassoro e Mambone. Genealogias por mim estabelecidas confirmam essa existência. Assim se explicam os pequenos núcleos de pescadores asiáticos em Chiloane e em toda a orla marítima até Mambone e Vilanculo, antes da fundação da Beira e durante a história colonial desta cidade, que passou a ser o pólo administrativo e de atracção económica e social em relação ao qual esses núcleos passaram a estar relacionados.

A efectivação de contratos e subsequente imigração livre de chineses para a Beira processou-se concomitantemente com o nascimento e desenvolvimento da cidade, sobretudo com a construção do seu porto de mar e do caminho-de-ferro para a Rodésia, assim como da implementação da monocultura da cana-de-açúcar em Marromeu e no Búzi, e das tentativas de exploração mineira em Manica.

Para o estudo de que me ocupo aqui, retive para a história da Beira e regiões envolventes quatro momentos históricos bem característicos: 1) de 1887 a 1892, ou seja, da instalação do Comando Militar no Aruângua até à transferência do governo do distrito de Chiloane para a Beira; 2) de 1892 a 1942, que foi o período de governação da Companhia de Moçambique, 3) de 1942 a 1958/1960, período de nacionalização pelo Estado Português do Porto, Caminhos-de-ferro e outros Serviços, e 4) de 1958/1960 a 1974/75, época de grande desenvolvimento urbanístico sob o impulso dos Planos de Fomento, da nova vaga de imigração europeia e da própria Guerra pela Independência.

Ao longo destes quatro períodos desenvolveu-se de modo desigual a comunidade chinesa da Beira e dos núcleos dela dependentes espalhados pelos territórios de Manica e Sofala e mesmo um pouco a sul do rio Save, da sua foz a Vilanculo³.

Moçambique pela Direcção das Obras Públicas, de acordo com o merecimento de cada um e a natureza do seu trabalho. De acordo com o que já se praticava com trabalhadores indianos, havia o pagamento de 800 réis diários (mínimo) e 1500 réis (máximo). Podiam vir com família». Veremos ao longo deste texto que Moçambique nunca chegou a ser propriamente uma terra de contratados chineses em larga escala, mas na leva dos «contratados» vieram imigrantes livres. Veremos também que, apesar da permissão para a vinda dos familiares dos contratados, essa vinda não se concretizou de modo consistente durante os três primeiros decénios da imigração. Só a partir dos anos trinta do século XX é que as mulheres chinesas, esposas ou simplesmente familiares, começaram a demandar Moçambique em número significativo.

³ Num outro estudo tratarei da evolução e características da população de Manica e Sofala entre 1887 e 1974, assim como de alguns marcos históricos importantes para a compreensão desta diáspora asiática.

A urbe foi oficialmente criada em 1892 com a transferência da sede do Distrito de Sofala para a Beira e das forças do Comando para a Ilha de Chiloane. Este ano foi também marcado pela transferência da Sede da Comissão Urbana de Chiloane para a foz do rio Aruângwa, rio que foi chamado posteriormente Pungwé, e assinalado pelo começo da governação da Companhia de Moçambique, que tinha sido fundada em 1888.

A cidade nasceu num pântano à beira-mar por imperativos de um porto oceânico onde desembocariam os caminhos-de-ferro e estradas que serviriam o *hinterland* da Federação das Rodésias e Niassalândia e mesmo do Catanga. A cidade passou a ser também a «capital» dos territórios da Companhia Majestática governada por grupos financeiros internacionais. Quer a influência britânica da Federação, quer a administração da Companhia e seus funcionários deram um cunho particular às relações sociais no burgo até 1949, ano em que o caminho-de-ferro foi adquirido pelos portugueses. Sem espaço para tratar desta questão neste texto, direi em síntese que, até aos anos 40 a existência da comunidade chinesa da Beira se inscreve num contexto diaspórico chinês para territórios britânicos no Oceano Índico, ao contrário da comunidade laurentina, que vivia numa cidade capital da colónia, mais portuguesa se assim o podemos dizer⁴, embora o seu porto e caminho-de-ferro para o Transvaal também veiculassem, obviamente, enormes influências britânicas e sul-africanas. Na Beira, os sino-asiáticos estiveram até ao fim da II Guerra mais relacionados com os ingleses e isto no que respeita aos títulos de viagem e passaportes, aos documentos de

⁴ Em 1913, foi publicado o Regulamento para a polícia e fiscalização da entrada de asiáticos e equiparados nos territórios da Província de Moçambique sob a directa administração do Estado Português, 29 de Out.º de 1913, BO n.º 44, de 1 de Nov.º de 1913. Sobre a História Social da cidade de Lourenço Marques há bastante literatura; recorro aqui Alexandre Lobato, *Lourenço Marques, Xilunguine. Biografia da cidade*. Lisboa, AGU, 1970 (I-Parte Antiga); Aurélio Rocha, *Associativismo e Nativismo. Contributos para o estudo das origens do nacionalismo em Moçambique*. Maputo, Promédia, 2002; Domingos José Rebelo, «Chinese extraction group in Mozambique», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1970, 39:133-141; Jeanne Penvenne, *Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870 - 1974*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993 [coleção de 5 artigos com uma introdução e um ensaio original para o volume; publicação de 1994]; João dos Santos Albasini (1876-1922); The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique. *Journal of African History*, Vol. 37, No. 3 (1996):417-464. José Capela, *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*. Porto, Afrontamento, 1982; *O Alcool na colonização do Sul do Save, 1860-1920*. Maputo, 1995; José Moreira, *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo, AHM, 1997 (Col. Estudos 11); e Valdemir Zamparoni. Deste último autor usamos para este texto o seu artigo «Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940», in: *Lusotopie*, 2000: 191-222.

residência e às relações com as terras de origem através de Hong-Kong e Singapura que eram territórios do Império Britânico. E também através dos negócios que os chineses passaram a fazer com a Ásia.

A tomada em mãos pelos portugueses da administração do território foi em 1942, e o ano da nacionalização do porto (1949) foi também o ano em que o Exército Vermelho tomou Pequim e instalou o regime comunista na China. Para os sino-asiáticos de Moçambique, sobretudo para aqueles que ali nasceram, a colónia portuguesa passou a ser a terra-mãe dos seus filhos. Só para muito poucos, anos volvidos à nova República da China, ela passou a ser o local de êxodo (num futuro breve) para novas diásporas⁵.

Proponho-me abordar neste estudo a evolução das actividades laborais e económicas da comunidade chinesa da Beira desde o início da sua formação no último quartel do século XIX até à sua diáspora no fim do período colonial. O meu objectivo é mostrar como se deu a passagem dos contratados e dos «coolies» quase escravos, e imigrantes seguintes, para gente com actividades económicas autónomas e sua integração e participação na exploração colonial. Tratarei apenas dos sino-asiáticos, deixando para outros estudos os mestiços sino-africanos provenientes daqueles. A distinção no presente estudo é importante, porquanto os sino-asiáticos, contratados e imigrantes livres e seus descendentes locais, embora marginalizados e estigmatizados como «amarelos» até ao fim da II Guerra Mundial, pertenceram pelo menos desde 1917⁶ à categoria dos «não-indígenas», ao passo que os sino-africanos, foram assiduamente relegados nos primórdios da história da Beira para a categoria de «indígenas», sobretudo as mulheres, e depois acantonados até tarde na história colonial na categoria de «mestiços». Apenas alguns destes foram integrados na comunidade moçambicana dos sino-asiáticos, como mostrei num recente artigo sobre as mestiçagens⁷. Mas a ambos designo noutros estudos por sino-moçambicanos.

⁵ As primeiras emigrações surgiram em 1959/1960 para a Grã-Bretanha e Hong-Kong quando alguns jovens não quiseram fazer o serviço militar, e em 1962 para os EUA, quando alguma famílias decidiram abandonar Moçambique.

⁶ Ano em que foi publicada a Portaria que distinguia os «indígenas» dos «não-indígenas».

⁷ Eduardo Medeiros, Sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens Várias. Comunicação apresentada na Conferência Internacional sobre *Sociedades Crioulas em África – Oceano Índico Atlântico Sul: Mestiçagem, Mediação, Identidade*, realizada na cidade do Mindelo, na Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, nos dias 7, 8 e 9 de Julho 2005, e organizada pelo King's College de Londres (Prof. Malyn Newitt), e África Debate, Lisboa (Dra. Isabel Ferreira).

Postas estas considerações iniciais, vejamos então o meu estudo sobre a trajectória dos «coolies» até serem empresários chineses na economia colonial.

«Coolies» e primeiros imigrantes livres: gente de ofício

Os primeiros chineses chegados à Beira eram ou transformaram-se localmente em gente de ofício. Digo “eram” ou “transformaram-se localmente” porque, na verdade, muitos deles se adaptavam de imediato às necessidades locais do trabalho. Todas as entrevistas que fiz acentuam esta norma. E os números também: em 1890, dos 93 chineses (registados)⁸ nos Territórios de Manica e Sofala, 6 eram carpinteiros, e 82 trabalhadores indiferenciados nos caminhos-de-ferro⁹. Cerca de cinco anos depois, em meados de 1898, dos 105 chineses, cem eram carpinteiros, e quatro eram cozinheiros¹⁰. Ora, não é credível que tivesse havido um movimento migratório de entrada e de saída de trabalhadores chineses de modo a que o número de carpinteiros crescesse dessa maneira. De qualquer modo, os primeiros chegados à Beira apresentavam-se-nos como carpinteiros, marceneiros, pedreiros, cabouqueiros, picadores de pedra, ferreiros, ourives e cozinheiros, logo seguidos por carvoeiros, lavandeiros e alfaiates. E, à medida que se foi avançando no tempo colonial, surgiram mecânicos, fotógrafos, desenhadores, topógrafos, engenheiros, médicos, etc., sendo que os possuidores destas últimas artes já eram nascidos na colónia.

Para a construção do porto da Alfândega, do cais do Chiveve das instalações dos caminhos-de-ferro, da construção da via-férrea, começada na margem direita do rio Púnguè a quarenta milhas do porto, em Fonstesvila¹¹, onde se chegava de lancha, e também para a construção de edifícios e infra-estruturas, urbanas, foram necessários técnicos e operários competentes,

⁸ O registo era daqueles que estavam a trabalhar nesse momento para a Majestática, por isso o número total é outro.

⁹ *Boletim da Companhia de Moçambique*, n.º 91, de 01.06.1897, p. 212.

¹⁰ *Boletim da Companhia de Moçambique*, n.º 119, de 01.08.1898, pp. 422-423.

¹¹ Este nome era o apelido de um oficial português ao serviço da Majestática, mas cedo desapareceu na cartografia e nos documentos. Vide a este propósito: Don Strack, *Railroads of Central and Southern Africa*, in: <http://utahrails.net/indexc.php> e <http://www3.telus.net/rhodesia/rhodesia.html> e ainda http://www.sandstone-estates.com/heritage/rail/news/Beira_arch_PGL/Beira_arch.htm [Estas informações foram-me gentilmente fornecidas por Álvaro e Adelino Simões].

bem como uma massa enorme de trabalhadores forçados ou de contrato (o que na altura era a mesma coisa), obrigando à montagem de instalações para os trabalhadores da construção e da estiva, os medonhos *compounds*. A população do burgo não parou de crescer. Por isso, grande número de braços empregava-se nas obras, enquanto outros garantiam a existência da povoação no interior penumbroso das casas comerciais¹², «machambas», «pescaria» e serviços. Em todas estas categorias houve a participação de imigrantes chineses, embora com incidência diferente para cada uma delas e segundo os quatro períodos históricos, como será dito.

Mas desde já se refira que os horticultores, pescadores e comerciantes, de que também tratarei, exerceram actividades importantes desde o início da presença sino-asiática em terras africanas, mas foram mais faz-tudo do que gente de ofício. Todos os chineses que vieram para Moçambique tinham uma origem comum no mundo camponês. Talvez alguns, poucos, fossem pescadores de raiz, mas na sua grande maioria os que passaram a dedicar-se à pesca no litoral sofalense não o era, nem se tornaram pescadores propriamente ditos; inseriram sim nas práticas locais da pesca, tornando-a comercial e a outro nível, como também direi mais adiante.

Carpinteiros e outros artesãos

O ofício de carpinteiro foi o que esteve em maior destaque durante a primeira e a segunda vagas migratórias chinesas para a Beira e sua região. Posso mesmo afirmar que o período entre 1892 e 1942 foi a época por excelência dos carpinteiros, mesmo se muitos deles deixaram de trabalhar como tal ao longo destes anos, porque deixaram de ser necessários ou passaram a ter actividades económicas que lhes eram mais interessantes, como o comércio, a construção civil, etc. Recordo que essa época foi a das casas de madeira, caniço, barro e palha, depois cobertas a zinco, e da construção dos tapumes para a defesa do mar e para a construção dos cais, bem como baluartes para a defesa dos ataques dos guerreiros do Estado de Gaza. Os

primeiros chineses tornaram-se portanto, ou já o eram, como disse, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, picadores de pedra, etc., e passaram a trabalhar nas obras atrás referidas e nas das companhias transitárias e comerciais, bem como na construção de residências de colonos brancos.

Mas foi também o período dos carpinteiros pela sua influência social e política. De tal modo se tornou importante a sua presença social e o seu número, que fundaram a Associação Lui Pai Hong, Associação dos Mestres Carpinteiros, a primeira organização associativa conhecida entre os chineses da cidade da Beira. Esta associação construiu para os seus membros, para os recém-chegados e para os desempregados um conjunto de pequenas casas de madeira e zinco sobre estacas num local da margem esquerda do Chiveve, em terrenos de «matope» que ao tempo se inundava a cada subida da maré por aquele braço de mar ou rio de marés, onde mais tarde se construiu o Clube Chinês e mais tarde ainda a Escola Chinesa, hoje Escola Secundária Agostinho Neto, Edifícios da Administração e Hotel Embaixador.

Desconheço, todavia, os nomes dos artesãos para o período anterior a 1892 e para os primeiros anos do burgo. Ficaram-nos os números e as referências à sua existência em Sofala, Chiloane e Mambone, como já referi, que indicam as genealogias por mim compiladas.

Dos nomes de carpinteiros mais antigos que são conhecidos registo os seguintes¹³: Ah Quim, Ah Toy, Ah Wá, Chang Ceng, Chee Cheang, Chin Chan, Chin Chung Chui, Chin Gom Pui, Chin Kok Chain, Chin Kung Chin, Chin Ming Yet, Chin Sin, Fung Yen Fong, Low Tang, Mah Loi, Ng Deep, entre outros. Acrescento breves elementos biográficos de alguns, que nos ajudam a compreender os percursos de vida:

Ah Quin. Na lápide da campa, com fotografia, do cidadão Ah Quin no Cemitério Santa Isabel, na Beira, pode ler-se que nasceu a 2 de Setembro de 1880 no distrito de Toi San, província de Guangdong, no Sul da China e que faleceu nesta cidade do Índico a 25 de Fevereiro de 1942. Também

¹² *Ibidem*, Boletim da Companhia de Moçambique, n.º 119, de 01.08.1898, pp. 422-423.

¹³ Chamo a atenção para o facto de a maioria destes nomes não serem os da própria identidade, mas sim nomes por que eram conhecidos e tratados no seio da comunidade e por serem também os nomes que surgem na documentação portuguesa: boletins oficiais, anuários, jornais, etc. Por exemplo, Ah Wá é um nome que aparece com alguma frequência na documentação, mas existiam várias pessoas com esta designação; por exemplo, houve um Ah Wá empregado do CFM, um Ah Wá alfaiate e um Ah Wá comerciante em 1947, etc. Desta problemática dos nomes tratarei noutra ocasião.

pode ver-se o símbolo maçónico do esquadro e compasso gravado no mármore. Chin Hin Fune ou Chin Ping Hao seria o seu verdadeiro nome. De qualquer modo era de apelido Chin. Ainda não se conhece a data exacta da chegada de Ah Quin à foz do rio Púnguè. Os seus descendentes dizem que terá chegado à Beira por volta de 1911, depois de ter saído da sua aldeia para Hong-Kong e daqui para Rangoon, onde se terá feito carpinteiro e onde aprendeu rudimentos de inglês¹⁴. Foi desta cidade que emigrou para África integrado num pequeno contingente de mão-de-obra para o porto e caminho-de-ferro da Companhia de Moçambique. Participou nos acabamentos do cais do Chiveve e de outras construções portuárias. Mas, depois destas obras terminadas, ficou desempregado. Foi então que colocou uma placa à entrada da sua residência no Maquinino com o anúncio *Reparam-se telhados e janelas*. A maioria das habitações da Beira daquele tempo era de madeira e zinco. E a maioria da população dita civilizada era de língua inglesa. Os seus rudimentos deste idioma e a sua arte fizeram com que fosse solicitado para as reparações e construção de casas de habitação. Terá sido o britânico Collin McGeorge que lhe fez as primeiras e importantes encomendas. O *Anuário de Moçambique* de 1922 diz que era carpinteiro de profissão e construtor de barcos¹⁵. Depois passou a ser encarregado de obras e empreiteiro. Sabe-se que, já com empregados chineses e africanos, esteve na construção de barracões no caminho-de-ferro, da antiga *Casa Emporium*, da *Casa Cunha*, etc.

Ah Wá. Este Ah Wá era primo e companheiro de aventura de Ng Deep. Era carpinteiro e na Beira passou a trabalhar no caminho-de-ferro. Na China já era casado e com filhos. Na Beira tinha um irmão, também casado e com um filho. Como veremos mais adiante, Ah Wá abriu com Ng Deep uma «machamba» no Púnguè, que dois filhos respectivos continuaram a explorar, ao mesmo tempo que o sobrinho de Ah Wá abriu «machamba» e comércio no Muda.

Ng Deep. Pouco tempo depois de ter chegado a Moçambique, Ng Deep foi trabalhar como carpinteiro para a *Beira Boating* e aí se manteve até falecer, em 1943. Também o seu filho Chin Sen trabalhou com ele na *Beira*

Boating. Ng Deep chegou a ser o encarregado da carpintaria que se ocupava da construção e reparação de barcos. Vivia paredes meias com o estaleiro, numa casa de madeira e zinco, onde mais tarde foi montada a oficina da *Beira Engineering* e mais tarde ainda, no mesmo local, o *Prédio Infante de Sagres*. Por isso, mudou-se com a família para uma casa de madeira e zinco que construiu na proximidade do Bairro do Ferroviário. Também as oficinas da *Beira Boating* mudaram para a margem direita, com um estaleiro no Chiveve.

Sucede que um grande número destes homens pertencia à Confraria do *Chee Kung Tong*. Já eram membros da Irmandade na China, ou passaram a sê-lo noutra ponta da diáspora antes de Moçambique, ou tornaram-se confrades na Beira. Seja como for, foi na qualidade de membros desta Confraria que criaram a *Lui Pai Hong*, Associação dos Mestres Carpinteiros, e no início dos anos 20, o Clube Chinês. E foi quando estes artesãos deixaram de ter o peso social que tiveram até à II Guerra Mundial e o *Chee Kung Tong* local deixara de ser o que fora, que os comerciantes em ascensão económica e social se lançaram na criação de uma nova associação em 1946, a Associação de Beneficência Chinesa da Beira. E também isto relacionado com os acontecimentos na época no sul da China, como direi mais adiante.

Chee Kung Tong era uma confraria secreta, política e patriótica, que nasceu nas comunidades chinesas ultramarinas no século XIX¹⁶ para ajudar os revolucionários contra a Dinastia Ching. As comunidades de emigrantes tornaram-se nas principais fontes de recolhas de fundos para os revolucionários que lutavam contra o regime imperial. A confraria angariava a maior parte desses fundos, ajudava os clandestinos e organizava acções políticas contra a corte imperial. A *Chee Kung Tong* estaria relacionada, ou terá nascido da sociedade secreta *Hung Mung*, de Cantão. Após a vitória do Kuomintang em 1911, esta e outras irmandades semelhantes continuaram a existir nas comunidades chinesas continentais e do Ultramar, agora com fins associativos, de beneficência e de ajuda mútua, revelando-se essenciais para a coesão comunitária. Eram sociedades de solidariedade ou sociedades profissionais. Foi assim na Beira, onde fundaram a *Lui Pai Hong* com habitações para

¹⁴ Entrevista com a Sra. Fock Suk Fong e o Sr. Poo Qun, em Queluz de Baixo a 1 de Novembro de 2003.

¹⁵ *Anuário de Moçambique*, ano de 1922, p. 504.

¹⁶ Alguns autores referem S. Francisco, nos EUA como local da sua criação em 1860.

os desempregados, e viajantes clandestinos, e o Clube Chinês, no qual passou a funcionar um tribunal para a comunidade, etc. Assim foi em Lourenço Marques, com a criação da *Chee Kung Tong* local. A *Chee Kung Tong* (ou *Chih Kung Tong*, ou *ChiKung Tong*) era uma associação para a qual se entrava através de um rito iniciático, secreto, e com um juramento de fidelidade e de confidencialidade em relação a tudo o que se passasse e fosse decidido dentro da irmandade. Os membros da sociedade faziam-se conhecer por gestos, maneiras de estar e de vestir. Tal como nas lojas maçónicas. A *Chee Kung Tong* era nessa época como uma Maçonaria. Talvez por isso, nas campas de Ng Deep (aliás: Ng Kei Yu) e de Ah Quin, no Cemitério Santa Isabel, na Beira, estejam gravados os símbolos maçónicos: o esquadro e o compasso. Mas também pode ser que estas personagens pertencessem à Maçonaria de Hong Kong ou de Cantão, relacionada com as Lojas britânicas da região e fossem simultaneamente membros do *Chee Kung Tong*. Sun Yat-sen, o primeiro presidente da República da China, era maçom e da *Chee Kung Tong*.¹⁷ O Clube Chinês da Beira foi fundado em 1922 por membros do *Chee Kung Tong*, dos quais destacamos Chen Hen, presidente, Chin Pim, vice-presidente, Eruil Shung Chin, secretário, e Ng Deep, também secretário. Todos artesãos. E foram Ah Quin, Man Min, Hoo Yuen e Chin Hon que requereram em 5 de Dezembro de 1923 à Secretaria-Geral da Colónia a aprovação dos referidos estatutos. Em 1923, foi autorizada pela administração portuguesa a criação da associação, ou seja, do Clube Chinês como passou a ser designado entre os colonos, e que era o coração onde pulsava a vida da comunidade. Aí conferenciavam, divertiam-se e celebravam as grandes cerimónias culturais das suas terras de origem. Dentro dele realizavam-se todos os anos estrondosas festas, a que assistiam as pessoas gradas da terra. Mas, por volta de 1932, e em consequência da crise económica, as festas foram perdendo o fausto primitivo e terminaram por se resumir a simples festejos.

¹⁷ Segundo João Guedes, "no período conturbado que mediou entre 1895 e 1911 a principal Tríade local manteve relações estreitas, ainda que não institucionais, com a Maçonaria, que chegou a administrar Macau através do governador José Carlos da Maia (1914-1916), líder da Carbonária e um dos fundadores da República Portuguesa", João Guedes, *As Setas - Histórias do crime e da política em Macau*. Livros do Oriente, 1991, p. 15.

Outras actividades

No quadro seguinte poder-se-á ver a evolução das diferentes artes e actividades durante os primeiros quinze anos da história chinesa na Beira e em Manica e Sofala.

Quadro 1 - Ofícios e actividades dos sino-moçambicanos da Beira, 1898-1923

Ano	Carpinteiros	Empregados de comércio	Cozinheiros	Horticultores	Comerciantes	Outros	Beira	M. S.
1898							82	100
1900							84	
1905		4	3	19	2	3 (a)	70	
1906				16			59	75
1907	34	4	3	14		5 (b)	68	78
1909	43	3	3	11	6	2 (c)	69	
1910							94	111
1911							120	141
1912							118	161
1913							182	204
1914							235	244
1915							159	183
1916							140	155
1917							120	148
1918							117	148
1919							157	196
1923	211		1	54	30	16 (d)	273	311 e)

Notas:

- (a) sem explicitação.
- (b) dois pedreiros, dois ourives, um empreiteiro.
- (c) dois ourives.
- (d) três contratadores de embarcações, três contratadores, um relojoeiro, um cozinheiro (serventuário de um britânico), um ourives, um criado de servir e seis estudantes.
- (e) noutras fontes encontramos 216 e 264 respectivamente.

Mas nem sempre havia trabalho permanente para os carpinteiros, marceneiros e pedreiros. Por isso, e também por vontade própria e necessidade, alguns passaram a ocupar-se na produção hortícola, pesca e comércio, nalguns casos em ambas as coisas simultaneamente. Mesmo assim, houve alguns artesãos dos primeiros tempos que mantiveram o seu ofício ao longo da história colonial. Registemos por exemplo que em 1947 ainda foram recenseados os seguintes alfaiates¹⁸: Ah Wah, Chin Fook, Jee Wai, Man Vai, Wing Koon & Quen Cheik, Wong Lee See; Chan Foo Lam foi serralheiro mecânico e trabalhou para a firma Davidson Brundford de reparações navais.

Horticultores

Distinguimos aqui as culturas tradicionais africanas da região – arroz, milho-miúdo e feijão – da horticultura que os chineses passaram a fazer. As primeiras eram culturas de sequeiro dependentes da chuva, quer pela ausência dela, quer o mais das vezes, na Beira, pelo seu excesso, e dependentes também da fertilidade dos terrenos que se inundavam, aliás, com frequência. A horticultura, como o nome sugere, tem em vista produtos da horta: cebola, tomates, pepinos, abóbora, legumes e destes, em particular, a famosa «couve-chinesa» que passou a ser muito consumida na Beira.

Fazendo fé nos documentos da época, a cultura tradicional não chegava para o sustento das populações locais por causa da pouca produção e por motivo das rapinas que os Gaza-Nguni¹⁹ faziam. Por isso, foi lançado pelos colonos o cultivo do milho grosso para «minorar um pouco o desgraçadíssimo estado do preto»²⁰ e para as necessidades da população do burgo. Coisa que nunca chegou, obviamente, para resolver o problema alimentar.

¹⁸ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, p. 766.

¹⁹ Para aqueles que não estão familiarizados com a história local pré-colonial, o Império do Estado de Gaza estendia o seu território até às terras de Sofala delimitadas pelo Púnguè, e mesmo para além deste e em direcção ao rio Zambeze a sua influência fazia-se sentir.

²⁰ Tenente Luís Inácio, citado por Alexandre Lobato, *Breve História da Fundação da Beira (Moçambique, 1885-1892)*, Separata de STVDIA – Revista Semestral, n.º 45, Janeiro/Junho de 1981, p. 37.

Foi neste contexto que terá começado uma pequena produção hortícola para consumo próprio por gente que veio de Sofala e Chiloeane onde este tipo de agricultura já se praticava²¹. Muito naturalmente, os chineses começaram a abrir pequenas «machambas», onde aplicavam o seu saber neste domínio, não fossem eles produto de uma milenar civilização agrícola.

As «machambas» chinesas mais importantes, e talvez as primeiras, terão surgido na mesma zona em ambas as margens do rio Púnguè, a cerca de 40 milhas da Beira, na proximidade do local onde a linha férrea Beira-Umtali começou a ser construída em 1892, um lugar que passou a ser chamado Fontesvilla, como aludi, e que ficava perto do local onde se construiu um pouco mais tarde a ponte em ferro para os comboios²². O transporte entre o porto e essa estação ferroviária era feito por lanchas de pequeno calado e de fundo chato, pois que, nesses primórdios, não havia estradas nem pontes para além da zona urbana.

Para Fontesvilla e para a construção da ponte foram deslocados trabalhadores chineses que aproveitaram a circunstância para abrir «machambas» e ali produzir arroz, produtos hortícolas e fruta. Os produtos destas «machambas», mais aqueles que adquiriam aos «indígenas» para venda, eram transportados pelo rio para o burgo, onde eram vendidos de porta em porta antes da construção do Mercado Municipal dos frescos. Nessas «machambas» trabalhavam familiares, desempregados e clandestinos chineses sob as ordens de um capataz a mando dos «proprietários» que continuavam nos seus locais de trabalho. Muitas destas relações eram clientelares, relações de subordinação vindas da China, como tratarei num outro texto. E foi provavelmente nestas «machambas» que começou a ser utilizada pelos chineses a força de trabalho indígena.

Os exemplos mais conhecidos de «machambeiros» do Púnguè foram Ng Deep e o seu sócio Ah Wá, cuja «machamba» passou a ser designada no seio da comunidade por *Hap Wo Farm*. Estes dois homens eram carpintei-

²¹ Gerahd Liesegang, Sofala, Beira e a sua zona (c. 900-1894), in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira) pp. 21-64.

²² Sobre a localização e construções da linha e das pontes, consultar Don Strack, Beira Railway, in: *Railroads of Central and Southern Africa* <http://utahrails.net/index.php> e também <http://www.sandstone-estates.com/heritage/rail/news/Beira>

ros, da mesma associação de classe e membros da mesma irmandade, como referi mais acima. Como continuavam nos seus empregos, os dois sócios tinham por conta um capataz e empregados chineses²³. Ali trabalhavam familiares, subordinados, desempregados, recém-chegados, refugiados, etc. Alguns chineses recém-chegados e ainda sem trabalho iam directamente para esta «machamba». Era o procedimento habitual de subordinação dos que chegaram. Foi o caso, entre outros, de Chin Fook Loi, um protegido de Ah Wá e de Chin Seng, um filho de Ng Deep. O primeiro tornou-se mais tarde carpinteiro e passou a trabalhar na Beira para uma empresa de arquitectura e de construção, a Guide & Ivo.

Mas esta produção no Púnguè foi de pouca monta, pois o comércio para o indígena suplantou rapidamente toda a actividade agrícola. Só uns raros «machambeiros» permaneceram na zona, em particular no Muda, como Chin Ping (ou Pein) Wá, sobrinho de Ah Wá, cujos descendentes acabaram por abrir ali muito mais tarde uma cantina e uma bomba de gasolina. Todavia, com a experiência do Púnguè, o interesse por este tipo de actividade económica tornou-se muito apetitoso e nalguns casos a única saída para outros chineses da cidade, os quais se lançaram no cultivo de hortas nos terrenos mais próximos do burgo, os mais apropriados e menos alagadiços entre a zona que seria nos anos 40 e 50 a dos bairros do Esturro/Matacuane e a Munhava; mas também na Chota.

Em 1905 foram registados 19 agricultores chineses na Beira, em 1906, 14.²⁴ Todavia, embora a horticultura tivesse na urbe um mercado assegurado, os terrenos pantanosos do Esturro, Munhava e Chota, vizinhos da cidade implantada no estuário do Chiveve, e o tipo de culturas e tecnologias usadas não permitiram, como nos arredores de Lourenço Marques, no Sul, o desenvolvimento de um próspero sector agrícola chinês. Até porque todos os terrenos eram concessão da Companhia de Moçambique ou das suas sub-concessionárias que praticavam rendas exorbitantes e por isso insustentáveis

²³ As relações clientelares e de subordinação serão tratadas no meu texto sobre a *Origem e Formação da Comunidade*.

²⁴ Também as questões demográficas relativas à evolução e características da população chinesa serão tratadas noutro texto.

para aquela produção agrícola²⁵. E também porque estes horticultores não tinham capacidade económica e política para o recrutamento de mão-de-obra africana abundante. Mesmo assim, e até ao final da II Guerra, algumas famílias pobres dedicaram-se por conta própria ou de outrem, seus conterrâneos, à horticultura nestas «machambas», e foram os principais fornecedores de produtos da horta e do pomar consumidos na cidade. Foram pois muito importantes para o aprovisionamento do burgo em legumes e hortaliças, antes de a agricultura produzida pelos colonos brancos nas terras altas e férteis do Chimoio e da Angónia começarem o abastecimento sistemático dos mercados da cidade a partir de 1940/50²⁶. Nesta altura, as «machambas» do Esturro, Munhava e Chota já estavam a desaparecer por causa do avanço do casario colono e dos bairros indígenas. Todos estes «machambeiros» tinham banca no Mercado de frescos, banca que era gerida pelo próprio ou por familiares, e que continuaram a ter, mas vendendo agora produtos produzidos por outras famílias e vindos de mais longe.

Dos mais conhecidos «machambeiros» destas zonas suburbanas entre o Esturro e a Munhava, que entretanto se foram enchendo de gente, destacamos Ah Young (carpinteiro e machambeiro, 1931-1965), Low Tang, Lung Hing, Ng Hing Tchung, Tchang Yang (ou Tchang Young), Tcheng Ming Hee, Tchui Heng, Tchui Yeng, irmão do precedente, Wong Cock Chee (machambeiro, tendo depois trabalhado num botequim de chá e pão para o preto e mais tarde numa casa de comércio), Wong Pack Yeang e Wong Queng, entre outros. A grande maioria destes «machambeiros» tinha banca no Mercado Municipal.

Só mais tarde, nos anos 50 e 60, é que nas zonas verdes da Manga Loforte, Savane, Inhamízia e zonas vizinhas, outros chineses que tinham feito alguma acumulação no comércio com o «indígena» se lançaram numa

²⁵ A propósito do uso das terras na região suburbana da Beira, recordo a extraordinária querela vinda a público no jornal *Diário de Moçambique* que envolveu, entre outros, o Dr. Palhinha, a propósito das rendas exigidas aos cultivadores indígenas de arroz nos anos 50, disputa que se arrastou nos tribunais até quase à Independência.

²⁶ Só em 1952 passou a funcionar às segundas, terças, quartas, e quintas-feiras um vagão do CFB, com partida às 11:25 da Machipanda e chegada à Beira às 5:00 da manhã do dia seguinte para o transporte de legumes e hortaliças. *Notícias da Beira*, n.º 3852, de 2 de Agosto de 1952. Recorde-se que nesta altura ainda não estava alcatroada a estrada Beira-Rodésia, nem havia ponte rodoviária sobre o rio Púnguè; passava-se de batelão.

agricultura mais consistente e proveitosa, associando, aliás, essa actividade ao comércio e ao trabalho assalariado de familiares na função pública ou no privado. «Segundo a sua estrutura interna, as zonas verdes podiam ser subdivididas em quintas, “machambas” e hortas. As quintas eram propriedades rurais com uma ou várias construções sólidas e instalações habitacionais e agropecuárias diversas. Elas ocorriam predominantemente nos “plateaux” da Manga e Inhamítua e nas encostas e baixas da planície fluvio-marinha. Nestas quintas, pertencentes a luso-europeus e luso-chineses cultivavam-se produtos hortícolas, fruteiras, milho grosso e arroz. As áreas de cultivo eram irrigadas, adubadas e, em muitos casos, drenadas. A água para a rega provinha de poços, embora algumas quintas estivessem providas de água canalizada. O uso de mão-de-obra negra era indispensável»²⁷, e, de acordo as entrevistas efectuadas, os chineses destas quintas fizeram uso dela.

Os nomes mais conhecidos desta última vaga de horticultores são Chang Poi Cheng, Chang Poi Ying, irmão do precedente, ambos na Manga Loforte, Chang Pon, Chang Tchui, Wong Pak Yeang, com «machamba» de bananeiras na Manga, Wong Queng, com machamba de bananeiras na Manga, irmão do precedente, etc.

Pescadores

Aludimos mais acima que alguns imigrantes chineses, familiares ou não dos da gente de ofício que tinha trabalho mais ou menos assegurado passaram a ocupar-se da pesca para consumo doméstico e para venda à comunidade local. A pesca constituiu desde cedo, na zona do litoral que vai da foz do rio Búzi a Vilanculos, englobando o arquipélago do Bazaruto,²⁸ uma importante actividade das comunidades costeiras, tornando-se mais tardiamente, a partir dos anos 30 do século XX, uma indústria²⁹ e, depois

²⁷ Aniceto dos Muchangos, Aspectos geográficos da cidade da Beira, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira), pp. 296

²⁸ O arquipélago do Bazaruto é formado por quatro ilhas: Bazaruto, Benguera, Magaruque e Santa Carolina, e situa-se entre os paralelos de Vilanculo e o Inhassoro.

²⁹ Em 1928 estavam recenseados nos Territórios de Manica e Sofala 1935 pescadores, 44 embarcações e 436 apetrechos de pesca, Olga Iglésia Neves, Moçambique, in: *O Império Africano Português, 1899-1930*, coord. A. H. de Oliveira

da II Guerra Mundial, também um desporto para os locais³⁰ e para os turistas. O acesso à carne era naquele tempo difícil, em particular a de porco, tão desejada pelos chineses. Por isso, o peixe sempre esteve presente na dieta alimentar dos sino-asiáticos da Beira.

Mas, com o desenvolvimento do comércio para o indígena, na Beira e região envolvente, a secagem de peixe para fins comerciais tornou-se muito apetecível e lucrativa. No Inhassoro, Mambone e Vilanculo, quase todos se dedicavam às artes da pesca, sendo que todo o peixe pescado nesta zona era submetido, devido às dificuldades de transporte do produto fresco, a um processo de secagem ao sol e depois enfardado para envio e venda na Beira.

Só decénios mais tarde, no final dos anos 40 e início dos anos 50, quando as vias de comunicação melhoraram, os transportes se tornaram muito mais rápidos e surgiram os aéreos, é que os pescadores chineses da Machanga, Mambone, Nova Mambone e Inhassoro se tornaram fornecedores de peixe fresco para a cidade colonial. A partir de 1948, a SETA – Sociedade Exploradora de Trabalhos Aéreos³¹, a TAM – Transportes Aéreos de Moçambique³² e a SAB – Serviços Aéreos da Beira deram início ao transporte aéreo de peixe para venda na Beira, pelo que a secagem do peixe passou a ser feita somente quando o excedente a isso os obrigava³³. Todavia, como a procura de peixe seco continuava, ambas as actividades, a da secagem e a do peixe fresco, tornaram-se interessantes na própria zona da Beira, sobretudo no Nhangau e na praia do Régulo Luís, mas também nas praias situadas entre a Praça da Índia, hoje Praça da Independência, e o farol do Macúti, onde outros chineses da cidade se lançaram, quase sempre em simultâneo com outras actividades, na pesca industrial, como é o caso de Voi You – o *Mataquena* mais novo, de quem falarei. Era com barcos

Marques, Lisboa, Estampa, 2001, p. 497 (Col. Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques).

³⁰ Nos anos cinquenta jovens chineses da Beira passaram a dedicar-se à caça e à pesca desportiva: Fee Wa, Wong Kan Long, Tchew, João Ming, Poo Koon, Vhin Faw Yee, Ah Peu, Chinjó, Jorge Ching Peng, Ping Song, etc.

³¹ De Leonel Nunes da Silva.

³² De Jorge Cândido Guerra.

³³ Informação de Luís Manuel S. Fernandes, carta de 19/5/2003.

a remo e com redes puxadas para a praia que se fazia esta pescaria. O que subentende, claro está, o uso da força de trabalho de pescadores negros.

Mas outra «pescaria», que não era propriamente pesca foi desenvolvida nestas praias a sul do rio Búzi: a colecta de holotúrias (*macaçojo* na linguagem popular do Norte de Moçambique), que eram também elas secas ao sol antes de serem exportadas para a Ásia. Foi o início na zona de uma longa e proveitosa ligação comercial dos chineses desta diáspora com o Oriente.

Retenhamos alguns nomes desses pescadores da faixa costeira de Sofala que se foram também tornando cantineiros: *Pescadores e cantineiros no Inhassoro*: Ah Heng; Ah Pack, que ficou a viver na Beira depois da Independência; Wah Pón (ou Wane Pone), que ainda vive no Inhassoro; Low Seu (Alexandre Low), que nos anos 50 e 60 tinha uma frota de pesca e que depois foi para Curitiba. Das famílias que viviam em Mambone na época colonial registei algumas: Família de Chéu Wan, que terá sido um dos primeiros chineses a chegar a Mambone. Família Law Fuk (ou Fok) Him, que está no Brasil. Família de Shou Pack. Família Yan Tai Koun. Família Lee Pon. Família Chin Pack Chin. *Pescadores e cantineiros na Machanga*: Família Yan Yim. *Pescadores e cantineiros em Nova Mambone*: Yan Tai Koun.

Comerciantes

Até 1892, ou mesmo mais tarde, imperava na zona um comércio misto de antigo capital mercantil indiano com o novo capital comercial europeu, ambos anteriores à ocupação colonial propriamente dita e à montagem das relações de exploração colonial-capitalista. Escreveu à maneira antiga o fundador da Beira, Luís Inácio, em Outubro de 1887, que o comércio «dá esperanças de ser bom e muito se desenvolverá logo que encontre o apoio e segurança necessária para florescer. Há no prazo borracha, cera, e peles em abundância mas bem poucos destes artigos aparecem à venda, em consequência das exigências dos vátuas (i. e., Gaza-nguni) que obri-

gam os pobres habitantes a dar-lhes a maior parte do que obtêm pelo seu trabalho».³⁴

Não desdenhando este comércio, não foi contudo o que os sino-asiáticos passaram a praticar entre eles³⁵, com os outros colonos e com o «indígena». O seu foi um comércio nas zonas suburbanas e urbanas do povoado, comércio cujo tipo e forma foram variando e evoluindo no tempo colonial. No início, esteve ligado à sua produção agrícola, à pesca e à produção de lenha e carvão vegetal, à quinquilharia do «comércio do monhé», à própria água³⁶. Mas a zona suburbana foi-se enchendo de gente com trabalhadores do porto, caminho-de-ferro, e demais serviços na urbe. Começaram então os chineses por um comércio geral para o indígena de tudo aquilo que era possível. Mas rapidamente passaram para o negócio da comida e da bebida. Só depois da acumulação do capital que este último lhes possibilitou é que se lançaram no negócio mais requintado e diversificado para os colonos e turistas, e de um comércio mais geral para «indígenas» e para «não-indígenas».

O negócio dos produtos da horta e do pomar

Falei atrás da horticultura e dos pomares. A maioria destes produtores asiáticos tinha banca no Mercado de frescos na cidade, banca que era gerida pelos próprios ou por familiares. Não tenho conhecimento da existência de negros a gerir essas bancas. Os trabalhadores negros que tinham eram carregadores e «ajudantes de machamba» nas hortas dos patrões. Mas havia, isso sim, vendedores chineses de legumes e frutas no mercado que não eram agricultores. Foi o caso de Chan Tchêe, entre outros.

³⁴ Tenente Luís Inácio, Comércio, in *Jornal do Bangoè*, Ano I, n.º 2, Outubro de 1887, citado por Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 32.

³⁵ Houve desde a origem um comércio no interior da comunidade e depois dos anos sessenta para fora dela sobre o qual ainda não encontramos documentos de polícia e de alfândega mas a que as entrevistas aludem: o comércio do ópio. Este comércio ilegal era monopólio das tríades mafiosas do Ultramar chinês e muito assanhado desde que, em 1950, Chou En-Lai proibiu o cultivo das papoilas e o consumo do ópio na China Comunista, passando para a Tailândia a produção. Outro «negócio» muito difundido na comunidade da Beira e também ilegal era o dos jogos de azar que destruíram a vida económica e social de bastantes sino-moçambicanos.

³⁶ Velhos colonos se lembram ainda de chineses que lhes vendiam água para beber quando iam a caminho do local de trabalho.

Negócio de lenha e carvão

Os combustíveis lenhosos eram, obviamente, a principal senão a única fonte de energia doméstica na Beira dos primeiros decénios. O petróleo para a cozinha e para o sector industrial (e também refrigeração doméstica) era coisa rara, e a electricidade em 1909 um luxo. Ainda em 1916, a energia eléctrica era produzida numa central a vapor com duas velhíssimas máquinas que consumiam muita lenha³⁷, lenha esta e carvão que eram transportados em lanchas pelo Púnguè e Chiveve até ao local onde se situava o Bazar de peixe.

Em 1908 já havia dois locais de fabrico e venda de carvão vegetal na Rua Correia de Brito, pertencentes a Sing-Sang e a Wi Huah³⁸. Sabemos agora, pelos testemunhos orais, que houve outros locais de venda de lenha e carvão no Maquinino, e mais tarde também no Esturro. Neste último bairro, o mais conhecido foi o de Chin Leong Hó. Este homem já tinha em 1947 uma cantina e uma loja de hortaliças, uma camioneta e um camião de carga e, para o comércio de lenha, tinha um motorista negro e cortadores numa concessão para além do Dondo. Nos anos cinquenta, outros chineses tinham cantina e negócio de lenha e carvão na Munhava, junto aos tanques de água que abasteciam a cidade: Sem Sheck, Ló Hing (filho), Ping Geu, Lee Tui, Pau Toy, Hung Son, etc. E nos anos 60, alguns chineses moçambicanos adquiriram pequenas concessões para exploração florestal.

Negócio de peixe fresco

Também no Mercado do peixe, do marisco e das galinhas, que se situava na margem esquerda do Chiveve a uma centena de metros do Mercado Municipal dos frescos, e que transitou nos anos 60 para o Maquinino, na margem direita, havia bancas de chineses, mas em menor número do que na dos frescos, pois na zona da Beira a pesca feita por chineses era mais diminuta que nas localidades referidas a sul do rio Búzi, e destas não vinha peixe fresco antes dos anos 50 como referi.

³⁷ António Sopa, Condições de habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral, 1892-1925, in: *ARQUIVO - Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6 (Especial - Cidade da Beira), Outubro de 1989, p. 104.

³⁸ *Anuário de Moçambique*, 1908, p. 633.

Do comércio geral para o «indígena»

O cantineiro chinês

A cantina chinesa era muito diferente da cantina indiana, quer pelos produtos que ali se vendiam quer pelos odores. Era um pequeno estabelecimento indiferenciado, geralmente localizado nos bairros indígenas ou nos caminhos de acesso a estes, ou em qualquer lugar estratégico com vista ao negócio. De modo geral, nos primórdios, era de construção precária, geralmente de pau a pique coberta com capim, mais raramente com zinco. Mas, nos períodos mais recentes do colonialismo, as cantinas passaram a ser de madeira e zinco, e depois de alvenaria; tinham loja e armazém e na retaguarda ou no sobrado, a residência do comerciante e familiares.

Ali se vendia peixe seco, óleo alimentar, farinha de milho, enxadas e catanãs, sementes, açúcar, sal, remédios mais correntes, em particular o quinino, bicicletas e suas peças, grafonolas e discos de música africana editados na África do Sul, rádios e pilhas, e tudo o mais que fosse susceptível de ser vendido e comprado pelos indígenas. E no fundo das lojas, comida e bebida.

A troca directa foi no início a forma corrente de negociar. O cantineiro adquiria milho, mapira (sorgo), algodão, peles, chifre do rinoceronte e dentes de elefante por troca de quinquilharia vária, sabão, óleo alimentar, etc.

Segundo o fiscal de caça C. F. Gonçalves, de meados dos anos 40 até ao final dos anos 50, quando o controlo sobre a actividade cinegética começou a ser mais apertado, alguns dos chineses que se dedicavam às caçadas desportivas³⁹ não desdenhavam ficar com os dentes do elefante, o chifre

³⁹ A partir dos anos 40 membros da comunidade chinesa da Beira passaram a dedicar-se à actividade cinegética desportiva de búfalos, impalas, pala-pala, changos, leões, leopardos, etc., nos tandos do Tica, Púnguè, Muda, Vila Machado e na proximidade da Gorongoza. Por razões de afinidades familiares e de amizade, havia dois grupos principais de caçadores, o grupo de Chin Jó e o grupo de Wing Fá. Destes dois grupos de caçadores de caça grossa salientamos João Ping (da família Yee), Chin Chiu Chien (da família Ng), Poo Qun (da família Ah Quin), Ah Peu (da família Chee), e os irmãos Tchung Tchiang e Tchung Fu (ambos da família Sheu), respectivamente, tio e cunhado de Gin Va, Chin Ping (ou Pein) Wá, do Muda, etc. Caçavam com o senhor Chinjó, João Carrelo (tipógrafo da C.ª de Moçambique, que perdera um braço, amputado pelo médico Ferreira de Almeida), Júlio Costa, pai da "Gineca", casado com José Soares. O senhor Chinjó caçou por vezes com uma camioneta Ford de 1,5 toneladas. Os locais de caça mais visitados situavam-se no Tica, Púnguè, Muda, Vila Machado, nas proximidades da Gorongoza, etc. Não consta que tenha havido caçadores profissionais sino-moçambicanos para obtenção de carne para as companhias, embora se fale de um caçador-guia, que vivia para os lados do Tica.

do rinoceronte, as peles da zebra, dos antílopes e dos felinos. Isto levou a que alguns deles, poucos, se tivessem dedicado também ao comércio do chifre do rinoceronte e dos dentes do elefante que adquiriam aos caçadores indígenas e que enviavam para Hong-Kong, onde eram muito apreciados, sobretudo o chifre do rinoceronte. Como se tratava de um tráfico ilegal, o chifre era laminado e enviado em pequena quantidade por embalagem postal até ser descoberto⁴⁰.

Em 1908 já havia no Maquinino as cantinas de Ayong & C.^{ia}, Com Chiao & C.^{ia}, Heu Ming, Sang Hang & C.^{ia}, Sing Sang, Tuquem, Wing Choag⁴¹. E na Rua Correia de Brito as mercearias para os colonos de Sing-Sang, e Wi Huah⁴².

Na «machamba» *Hap Wo Farm*, no Púnguè, os dois sócios, Ng Deep e Ah Wá, acabaram por construir duas habitações de sobrado, gémeas, com cantina em cada um dos extremos térreos. Na loja vendia-se tudo,

⁴⁰ Em meados da década de 60, após aturada fiscalização na região de Chemba, concluiu-se que havia muitos caçadores furtivos que se dedicavam à caça de rinocerontes e de elefantes. Foram detidos dois deles que estavam na posse de três pares de cornos de rinoceronte e seis pontas de marfim. Ambos confessaram que trabalhavam para um comerciante da Beira que pagava pelos respectivos troféus, segundo eles, entre 100\$00 e 150\$00 por cada quilo de marfim e entre 200\$00 e 400\$00 por cada quilo de corno de rinoceronte. O suspeito "patrão" dos furtivos confessou que comprava o marfim a desconhecidos que iam vender à sua loja e negou o seu envolvimento com os furtivos detidos. Negou também que alguma vez tenha comprado cornos de rinoceronte. O processo seguiu para tribunal, onde se arrastou por vários anos. Algum tempo depois desta operação (algo aparatosa e inédita pela quantidade considerável de produtos apreendidos), os Serviços da Fauna Bravia foram alertados pela Alfândega da Beira que tinham detectado nos despachos de encomendas postais dos Correios uma pequena e bem embalada caixa despachada para Hong-Kong contendo pedaços fatiados de corno de rinoceronte, com a referência de amostras de mandioca seca. Tal descoberta resultou do facto de há muito os CTT virem a desconfiar do conteúdo de idênticas encomendas, regularmente enviadas para o mesmo destino. Diligências e mais diligências à volta desta descoberta resultariam em mais um auto que teve o mesmo destino do anterior. Um e outro acontecimento foram uma autêntica machadada no seio dos traficantes de marfim e cornos de rinoceronte da cidade, que abrandaram as suas actividades. Não havia dúvidas de que descobriam outras formas mais sofisticadas de fazer sair estes valiosos produtos de Moçambique. Um outro meio de fazer sair os cornos de rinoceronte era a venda a tripulantes dos navios japoneses que aportavam com regularidade na Beira. A comunidade chinesa era apontada como principal interveniente neste tráfico, mas nunca foi possível detectar a mercadoria e fazer apreensões. Uma certeza tiveram as autoridades responsáveis pela fauna bravia: os rinocerontes continuaram a ser objecto de chacinas implacáveis que depressa os levou à extinção! Havia milhares destes animais, com núcleos muito importantes no centro e norte do país. Os seus valiosos cornos (os preços na altura, quer em Hong-Kong quer no Lémen, rondavam os 15 mil dólares o quilo, segundo dados fornecidos pela UICN), cujo par pesava em média uns escassos dois quilos, saíram do país para as mãos dos traficantes internacionais que controlavam todo este comércio clandestino do continente africano e que foram os principais responsáveis pela hecatombe. Entrevista com C. Gonçalves, em 23 de Outubro de 2003.

⁴¹ *Anuário de Moçambique* [relativo ao ano de 1908] – Planeado e coordenado por Sousa Ribeiro. LM, IN, 1908:632.

⁴² *Anuário de Moçambique*, 1908, p. 633.

sobretudo comida para o preto: peixe seco, farinha, arroz, pão, óleo, mas também sabão, panos, cigarros e bebidas alcoólicas para os trabalhadores da manutenção da ponte do caminho-de-ferro. Na parte central da casa ficava o armazém, oficina, debulhadora de arroz, moageira, etc. Faziam o comércio com a Beira pelo rio, como vimos. Logo a seguir, nas outras «machambas» da região, foram abertas cantinas rudimentares, de pau a pique. Sendo interessante registar que estas cantinas chinesas do mato estavam de algum modo estruturadas em rede. O sobrinho do sócio do senhor Deep tinha uma cantina no Tica, um irmão e sobrinho do sócio Ah Wá tinham outra no Muda, Chin Pin Wá tinha um primo no Búzi e outro em Mambone, etc.

Entre as duas Guerras, mas particularmente em 1929 e 1930, a grande depressão vai condicionar a orientação política de 1930: verifica-se uma viragem autárcita das economias nacionais; fecham-se os impérios coloniais; reservam-se as colónias para as Metrópoles. João Belo e depois Salazar conceberam políticas de estabilização do escudo e das moedas coloniais – só convertíveis em escudo de Portugal –, centralização da moeda forte em Lisboa, redução de importações de países estrangeiros, dinamização do comércio com a Metrópole, etc.

Mas, mesmo se nos territórios da Majestática estas medidas foram menos visíveis, os efeitos da depressão notaram-se, o que obrigou muitos artesãos sino-asiáticos a procurar na horticultura e no comércio a sua sobrevivência.

Em 1947, o número de comerciantes e negociantes tinha aumentado de modo sustentado e era já considerável⁴³: Af Kee, Ah Hung, Ah Poy, Ah Wah, Ah Pong, Bing João, Chan John, Chan Pong, Chen Chin Wa, Chin Chan, Chin Fok & C.a, Chin Chaqo Lun, Chin Kiang, Chong Sun, Chen Liang Kee, Chim Poi, Cheng Leng Ho, Ji Ka koo, Jun Jim, Kein Lan, Lau King Jao, Lan Wai Hi, Lee Way & C.a, Lee Hing, Lee Lin Shee, Lee Shick Tui, Lee Yan, Low Wan, Mon Man, Ng Gui, Ng Yee, Ping Kwoon, Ping Ta, Quim Po Hong, Sam Paca, Sen Tin, See Jao (ou Chin Szi You), Tam Young, Wing Koon & C.a, Wing Koon & Quen Check, Wo Hing, Wong

⁴³ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, pp. 778-781.

Hong Koon, Wong Lip Fuen, Wong Kwan, Wong Wo, Wong Yen, Wong You, Wong See Lee, Wu Isung Chih, Yee Sheen You, Yu Wai, Yan Man, Yep Six Yee Lang, Yip Fook, Yot Lang, Young Chi Hing, Young Howk Ying, Yu Ka. Este conjunto de comerciantes que acabo de mencionar é apenas uma pequena parte. E muitos deles tinham mais do que uma cantina que era gerida por familiares.

Do comércio geral ao negócio da comida e bebida para o «indígena»

Com o aumento progressivo de trabalhadores negros que chegavam à cidade [2 714, em 1897, 15 848, em 1930, 18 206, em 1940, 31 210, 1950, 38 712, em 1960]⁴⁴, vindos sobretudo para o porto e caminho-de-ferro, trabalhadores que passavam a viver em *compounds* e nos bairros indígenas que entretanto foram nascendo, os chineses compreenderam rapidamente que a especialização do comércio de comida e bebida para o «indígena» era uma mina fabulosa, o eldorado que tanto almejavam. (Na sua efabulação mitológica, as terras do ouro, verdadeiras ou falsas, sempre estiveram na mira das diásporas chinesas para a África Oriental e do Sul. A Beira era a porta da mítica Manica e Mashonalândia, assim como Lourenço Marques era a do Transvaal.) A especialização do negócio da comida e da bebida começou nas traseiras das próprias cantinas, mas rapidamente deu lugar a casas próprias de pasto e a locais de «chá e bolo»⁴⁵ ou, clandestinamente, de bebidas alcoólicas, em particular de «vinho para o preto» e de «bebidas cafreais». Podemos afirmar, sem muita margem para erro, que foi esta a actividade que permitiu a acumulação do capital que possibilitou depois da Segunda Guerra Mundial a diversificação das actividades económicas de muitos sino-asiáticos e o seu maior envolvimento na sociedade colonial.

Foi portanto na rota dos *compounds* para o porto e para o caminho-de-ferro e nos bairros indígenas que os sino-asiáticos e os sino-africanos se

instalaram para o comércio de comida e de bebida com a população negra. Ao longo da história colonial da cidade, a localização dos *compounds* foi sendo mudada e novos bairros foram nascendo⁴⁶. No primeiro quartel da história da Beira os «acampamentos indígenas» situavam-se na proximidade do porto e do caminho-de-ferro, e os Bairros do Maquinino e do Chaimite eram por excelência os bairros dos asiáticos (chineses, indianos), dos colonos mais pobres e dos mestiços. Depois foram surgindo os Bairros da Munhava, Chipangara, Esturro, Matacuane, Manga, Macúti, parte deste último antes de ser o bairro nobre dos colonos, etc. A sociologia histórica destes bairros está por fazer. Noutros estudos meus sobre os chineses e sino-africanos da Beira, tecerei algumas considerações sobre os espaços urbanos que foram sendo ocupados e sobre a importância da territorialidade para as questões económicas, familiares, culturais e identitárias desta gente.

A distinção que aludi mais acima entre casas de pasto e bebida e locais de chá, refrescos e bolos pode ser designada por estas duas expressões mais sugestivas: locais de *pussa hamba*, e locais de *mata fome*.

Pussa Hamba. Esta foi a expressão popularizada pelos sino-asiáticos e adaptada pelos consumidores negros para designar locais de comida e bebida. Numa tradução livre e para cada circunstância ela significa: «come depressa e vai embora», ou seja: dá rapidamente lugar a outro; ou então «bebe e desaparece», que pode aparecer o fiscal. E o fiscal aparecia, por vezes, e podia multar porque a venda do «vinho» precisava de licenças especiais. Por isso os comerciantes chineses queriam que os seus clientes se despachassem⁴⁷. Disseram-me os meus entrevistados que as inspecções da delegação de saúde, das finanças, etc., eram frequentes. Todavia, não consta que tenham surgido grandes litígios na polícia, na administração e nos tribunais. A resolução pelo «saguate» era prática habitual, e não só entre os chineses. O «vinho para o preto» era uma mixórdia fabricada pelos negociantes metropolitanos, que misturavam mau vinho com água e

⁴⁴ Rui Rodrigues, A cidade da Beira – Ensaio de Geografia Humana, in: *Geographica*, revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 14, Ano IV, Abril de 1968, p. 81; (1930) A. dos Santos Figueiredo, La vie sociale, in: *Moçambique – Exposition Coloniale Internationale*, LM, INM, 1931, p. 6 (1940, 1950 e 1960); Censos da população.

⁴⁵ A designação «bolo» nada tem a ver aqui com a pastelaria: tratava-se de um pequeno pão arredondado de farinha (e farelo) para indígena, por vezes com algum açúcar.

⁴⁶ Aniceto dos Muchangos, Aspectos Geográficos da cidade da Beira, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira), pp. 239-296. ⁴⁷ Entrevista com Poo Qun, Lisboa, 1 de Novembro de 2003.

aguardente da mais barata, procurando que a mistela tivesse uma graduação próxima dos 19°, senão mais⁴⁸.

Em 1947, o *Anuário de Lourenço Marques*⁴⁹ registou os seguintes botequins (legalizados): Ah Pong, Chan John, Chee Liang Kee, Fook Sam, See João (ou Chin Isi You), Tam See, Tam Young, Wong Lee See, Wu Tsung Chile, Yu Shun You; Mah Tong Yao, com bar-cantina para africanos (1951) na zona do Caminho-de-Ferro, a seguir ao Clube Ferroviário; Lee Wing, com cantina e “chá para pretos”, em 1951.

Mata fome. Esta era a expressão que designava o local, isto é, as Casas de Pasto e a comida para o «indígena», embora entre os meus entrevistados haja quem distinga as «casas de chá» das casas de «mata fome». Seja como for, umas e outras deram lugar à abertura de padarias especializadas para o efeito, no Esturro e na Manga, como as padarias *Pimpão* e *Império*, esta na Manga, de António Veloso e sócios. Nas «casas e chá», como o nome pretende significar, deveria servir-se «chá», chá *Likungo* da Alta Zambézia. Mas era tudo menos isso! Talvez na primeira feitura do dia houvesse alguns pedacinhos das famosas folhas trituradas. Mas com a permanente renovação da água no «samovar» era tudo menos «chá», o que levantava protestos dos consumidores, obviamente. Chegou até nós o registo desses protestos. Numa carta enviada à *Voz Africana* por F. S. Dias, de 25 anos, motorista, natural de Tete e residente na Beira, protestava contra a maioria dos cafés (isto é: «casas de chá», nota minha) e casas de pasto para indígenas «patrocinados» (sic!) pelos chineses. «Ora, estes [chineses] em vez de servirem os seus clientes como os cafés europeus fazem, servem-lhes cafés ou chá preparados por mistura de tabaco e saco queimados, o que muitas vezes por “descuido” dos preparadores afecta a saúde dos clientes...»⁵⁰ Havia no Maquinino meia dúzia dessas Casas de Pasto e de Chá para os estivadores e trabalhadores do Caminho-

⁴⁸ Sobre o vinho para o preto e bebidas tradicionais moçambicanas ler José Capela, *O Vinho para o Preto*. Porto, Afrontamento, 1973, e Armando de Alpoim, *Le Commerce*, separata de *Moçambique*. Paris, Exposition Coloniale Internationale, 1931. Sobre as bebidas africanas de fabrico caseiro usadas no comércio, vide, Eduardo Medeiros, *Bebidas moçambicanas de fabrico caseiro*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, Col. Estudos, n.º 5.

⁴⁹ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, p. 470.

⁵⁰ *Moçambique pelo seu Povo*, Selecção Prefácio e notas a cartas de *Voz Africana*, por José Capela. Edição de José Soares Martins, Porto, 1974, 3ª edição (Colecção As Armas e os Varões), p. 103.

-de-Ferro, na maioria, mas também para os trabalhadores das lojas e serviços da zona, como a de Wing Koon, por exemplo. Mais tarde, também abriram casas destas na Munhava, na rota dos *compounds* e nos bairros do Esturro, Matacuane, Chipangara, e depois, na Manga, como as de Ah Fong, de 1949-1950 em diante. O menu do chá era constituído por uma caneca de plástico com chá *likungo*, açúcar e uma fatia de pão ou um «bolo», pão este que era expressamente fabricado para o efeito, como referi. No início dos anos sessenta, uma caneca de chá e uma fatia de pão custava 1\$00. Algumas destas casas de chá vendiam também (e principalmente) o *Chimbokoboro* que era uma infusão de folhas de uma planta com pretensos poderes afrodisíacos. Uma destas casas, a mais conhecida no Maquinino, era a de um cunhado do Ping Wá, do Muda, de onde vinha a mezinha⁵¹.

Novas oportunidades para o comércio e para outras actividades económicas

Iniciou-se no final dos anos quarenta a chamada fase industrial da história da Beira, fase esta que se intensificou nas décadas de cinquenta e sessenta. «Entre 1953 e 1962, o governo colonial envolveu-se numa série de planos de desenvolvimento de seis anos que incluíam projectos de construção e de investimento e o incremento do comércio de trânsito. Sensivelmente na mesma altura as companhias de seguros, instituições de poupança e bancos que tinham conseguido acumular capitais nos primeiros vinte anos do Estado Novo começaram a adiantar capital para o investimento imobiliário, construção comercial e na indústria de turismo. Neste período desenvolveram-se também algumas indústrias secundárias»⁵². Na década de sessenta e nos primeiros anos da seguinte registaram-se mais transformações, operadas agora sob a pressão da luta de libertação nacional. Escreveu Adelino Torres que

⁵¹ A propósito disto, cabe referir que havia no Maquinino uma loja de “remédios” chineses para uso da comunidade. Seria interessante estudar a relação da medicina tradicional chinesa (na Beira) com a medicina tradicional africana.

⁵² Jeanne Penvenne, Chibalo e classe operária. Lourenço Marques, 1870-1962, in: *Estudos Moçambicanos*, n.º 2, 1981, p. 23.

«as revoltas nas diversas colónias introduziram finalmente uma ruptura no paradigma mercantilista dominante. Assistiu-se então à tentativa de recuperar o tempo perdido e implementar um sistema económico moderno digno do nome de capitalismo»⁵³. O desenvolvimento industrial que se registou veio alterar consideravelmente o perfil físico e económico da cidade que até ali estivera estreitamente ligado à actividade ferro-portuária⁵⁴. Este processo abrangeu o desenvolvimento de várias empresas ao longo da faixa da Munhava, entre o porto e a Manga, e envolveu também, em certa medida, o desenvolvimento do Dondo e de Mafambisse, povoação situada a mais de 40 km do núcleo central da cidade. A primeira zona industrial situava-se numa faixa compreendida entre os caminhos-de-ferro e a EN n.º 6 até à Munhava. A zona apresentava uma grande homogeneidade, com empresas ligadas ao porto e a indústrias metalúrgicas, têxteis, indústria alimentar (caju, óleos, bebidas), reparações mecânicas, etc.⁵⁵ Mas o grande impulso industrial privilegiou a partir de 1965 a zona da Manga, e o novo perfil que se desenhava procurava servir o mercado interno e a exportação. Até aos anos cinquenta a indústria era caracterizada pela predominância da transformação de produtos agrícolas, uma fraca percentagem de operários, um mercado interno muito restrito e o domínio de pequenas e médias empresas⁵⁶. A zona da Manga, por ser mais recente e maior, era mais heterogénea que a da Munhava à data da Independência. Era caracterizada por pequenas e médias empresas com uma cobertura do solo entremeada com habitações precárias. Passou a situar-se aqui a produção de óleos alimentares, sabões, serrações, marcenarias de mobiliário, carpintarias de *parquet* e contraplacado, fabriqueiras de sacaria, condutores eléctricos, rebuçados, cervejas e refrigerantes. O grande impulso industrial verificado a partir de 1965 privilegiou esta área, e o novo perfil industrial que se desenhava procurava servir o mercado interno e a exportação⁵⁷.

⁵³ Adelino Torres, *A Economia do Império (Séculos XIX-XX)*, texto apresentado num colóquio na UNL, em Janeiro de 2000.

⁵⁴ Aniceto dos Muchangos, Aspectos Geográficos da cidade da Beira, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira), p. 256.

⁵⁵ Aniceto dos Muchangos, *op. cit.*, p. 278.

⁵⁶ Retomei neste parágrafo as informações de Aniceto dos Muchangos, *Aspectos Geográficos da cidade da Beira*, *Idem* p. 279.

⁵⁷ Aniceto dos Muchangos, *op. cit.*, pp. 278 e 279.

Um bom número de chineses inseriu-se nesta nova dinâmica económica. A acumulação realizada no comércio com o «indígena» possibilitou o seu envolvimento na construção civil e actividades afins (como a de oficinas de carpintaria), na abertura de pequenas «fabriqueiras» de confecção, nos transportes e num comércio mais especializado para colonos e turistas, incluindo aberturas de Casas de Importação e Exportação.

Do comércio para os colonos e para os turistas

Com o desenvolvimento industrial da cidade assistiu-se também a um notável crescimento populacional, devido em particular à imigração atraída pelo florescimento económico então verificado. E assistiu-se também a uma maior mobilidade inter-racial e étnica. Neste contexto, novas oportunidades para o comércio e outras actividades surgiram para os sino-asiáticos e para os sino-africanos.

Desde muito cedo que certas cantinas chinesas abriram para os europeus e outros colonos com produtos alimentares, produtos de uso doméstico, e já com alguma quinquilharia oriental. Mas foi depois da II Guerra Mundial, e em particular desde o final dos anos 40, que alguns chineses começaram a abrir mercearias e lojas de diversas especialidades para os colonos e para os turistas que, entretanto, tinham começado a demandar as praias e as reservas de caça da região. E uns poucos abriram casas de importação/exportação para o comércio internacional.

Estas novas casas comerciais passaram a situar-se na zona comercial da cidade, situada na margem esquerda do Chiveve, mas também nos bairros nobres da Ponta Gêa e do Macúti. Muitas outras abriram no Esturro, Matacuane e na Manga, ou resultaram da transformação de antigas casas comerciais no Maquinino e na Munhava. Emergiram também a partir desta data bares e restaurantes chineses para os colonos. Vejamos uma listagem não exaustiva destas casas:

Casas de artigos orientais para colonos e turistas

As casas mais célebres deste tipo foram, a partir de 1949, a *Casa Woo Lee* de Woo Lee, a *Casa Chong* de Yok Chong, o *Dragão d'Ouro* de Low Sam

Ying, a *Casa Lótus*, Lda. de Chung Poi Lan, a *Loja Ping Ta*, de Ping Ta. Em 1950 a *Casa Woo Lee* tinha-se especializado em artigos orientais e instalara-se na Rua Correia de Brito; anos depois, em data não apurada, passou para Quen Check, e mais tarde para uma sociedade que se desfez algum tempo depois. A passagem de um registo familiar (por herança patrilinial do dono) para um outro registo de propriedade é coisa nova nos anos 60 e mostra o envolvimento e a integração cada vez maiores na economia local.

Casas de artigos gentílicos para colonos e turistas

A mais conhecida casa de artigos gentílicos (pau-preto, etc.) abriu no final dos anos 40. Situava-se na Rua da Companhia de Moçambique e pertencia à família de Yip Fook. Mas abriram outras, na Beira. Todas vendiam artesanato local à base de marfim, madeiras macias e madeiras preciosas como o pau-preto e o pau-rosa⁵⁸. Vendiam artigos de pele, carapaças de tartaruga marinha, conchas, pérolas, pedras semipreciosas, etc. E vendiam também, como as casas de artigos orientais, peças de arte em marfim importadas de Hong-Kong.

Lojas de roupa e confecções várias

Casa Janet: pronto-a-vestir para senhora, na Rua Correia de Brito, perto da Mesquita, que pertencia ao terceiro filho do *Matacopanja*⁵⁹, Hee Koon, isto em 1960; *Pagode Comercial*, de Chung Poi Lan; *Casa Belita*, de Mah King Tjun (Mário), casado com uma irmã do Voi You. Esta loja

⁵⁸ No Museu Municipal Dr. Santos Rocha da Figueira da Foz, em Portugal, há um excelente espólio desta "arte indígena" para os colonos da região central de Moçambique, incluindo parte da Zambézia.

⁵⁹ A família beirense dos *Matacopanjas* foi fundada por Ah Woo. Este cidadão foi acolhido na foz do Púnguê pelo senhor Ah Quin, para quem passou a trabalhar. Isto passou-se imediatamente antes do início da I Guerra Mundial, em 1914. Nesta altura, sobreviviam melhor os que tinham um trabalho estável na construção do Porto, Caminho de Ferro, Beira Works e empresas transitórias. Em 1922, Ah Woo já tinha poupado algum dinheiro, o que lhe permitiu voltar à China para procurar esposa. O lema destes homens da primeira leva migratória era: "ganhar e poupar o mais possível para constituir família". Em 1925 voltou para a Beira com a mulher, de nome Chee Sojoo, deixando dois filhos defuntos em Quantong. Em 1927 nasceu na Beira o filho Hee Noun (Nuno), que tem hoje 76 anos e vive em Curitiba, no Brasil. Em 1928 nasceu Hee Wing, um rapaz, que já faleceu. Em 1932 nasceu Hee Koun, um rapaz. No ano seguinte, nasceu Toi Mei, uma menina, que já faleceu. Em 1934, Hei Fu, um rapaz. Mas Ah Woo foi de novo à China, de onde regressou em 1936. Foram 35 a 40 dias de viagem num cargueiro, escondido no porão da proa. Foi uma viagem muito penosa e difícil. Em 1937, Ah Woo abriu a loja na Rua Alfredo Lawley, à entrada do Esturro, que o tornaria conhecido. Talvez tenha sido nesta altura que os africanos da Beira lhe deram a alcunha "Matacopanja". Na língua cisena o termo significa "aquele que abana o rabo quando anda".

situava-se em 1951 na proximidade do café Capri, imediatamente antes do novo Empório. Nos anos 60, abriu o pequeno *atelier* de confecções, que em 1975 tinha cem trabalhadores negros, na sua grande maioria homens alfaiates/costureiros. Só cinco mulheres ali trabalhavam neste último ano e nenhuma delas nas máquinas de costura⁶⁰. Era uma loja de pronto-a-vestir, calçado, roupa e perfumaria, e também de artigos orientais. A mulher era modista e organizava mostras de roupa com modelos na Manga. Veremos mais adiante que Mário montou depois uma fabriqueta de esmaltes na Manga. Havia ainda a *Casa Mandarin*, de um Fung e filhos: Fung Poi Man e Fung Poi Um, em 1960 e a *Casa Flor do Oriente*, dos mesmos.

Lojas de produtos fotográficos

Foto-Estúdio. Esta foi a casa fotográfica chinesa mais antiga e mais celebrada da Beira. Pelas suas câmaras escuras e pelas suas tinas de revelador e de fixador passou grande parte da história imagética da cidade. A Casa foi fundada por Yee Sun (aliás, Egin Wo Shung Chin), que nasceu na província de Cantão. Antes de vir para Moçambique, no início dos anos 20, terá passado por Calcutá, na Índia, onde aprendeu Inglês. Entre 1920 e cerca de 1940, Yee Sun fez trabalhos relacionados com arquitectura. Aprendeu a fazer fotografia na Rodésia, antes de fundar na Beira a *Foto Estúdio*, por volta de 1940, com material que importava por aquela colónia britânica. A primeira *Foto-Estúdio* situava-se no centro da velha zona comercial, ao lado do Standard Bank, num terreno onde foi construído mais tarde o prédio do Bucelato. A segunda ficava ali perto, num prédio ao lado do Hotel Beira, que era de um grego, um edifício que foi demolido para dar lugar mais tarde à construção do Banco Nacional Ultramarino, que é hoje o Banco de Moçambique. Sucedeu-lhe o seu filho Yee John Ping [Yee Leng Tan] (5/5/1930-12/12/1984) quando já estavam na Rua Correia de Brito, na zona do Chaimite e onde ficaram até ao fim da época colonial. Para além da fotografia de estúdio propriamente dita, é de registar a exclusividade que tinham para ir de empresa em empresa, de *compound* em *compound*, de ser-

⁶⁰ Kathleen Sheldon, Mulheres trabalhadoras na Beira, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira), p. 206.

viço em serviço – público ou privado –, incluindo a polícia e a prisão, fazer os retratos dos trabalhadores e dos presos negros. A *Foto-Estúdio* também executava trabalhos artísticos de amadores e era depositária de todo o tipo de material fotográfico: máquinas, películas, papel e molduras de todos os tamanhos. Ficaram muito conhecidos na Beira, para além dos donos, pai e filho. Os seus trabalhadores mais destacados foram o familiar dos Yee, Leng Tan, e Chin Hong Chang (conhecido desportista beirense).

Foto-Beira. Esta casa e loja de fotografia surge muitos anos depois da precedente, já nos anos 60, e foi fundada por Lee Liang. Este homem tinha sido, entre outras coisas, barbeiro, com cadeira montada num nicho nas traseiras do Bar Rifa, que era de Kwan Sung Hee. Abriu a *Foto-Beira* também na Rua Correia de Brito, bastante próxima da anterior.

Foto Kan Long. Uma outra casa de fotografia abriu quase no fim da presença portuguesa. Era de Wong Kon Long, mas teve pouco relevo.

Casas de importação e exportação

Casa Yee Wai, da sociedade Yee Sheen You, Lda. Era uma casa de comércio geral de importação e exportação situada na Avenida da República, n.º 1089 [no prédio do antigo Hotel Vitória].⁶¹ Esta casa foi fundada por Yee Wai, que, antes de ser importador e exportador, fora artesão e comerciante de comida para os africanos de peixe seco, farinha, etc. Depois destas primeiras actividades, abriu um comércio de produtos orientais e por último a Casa de Importação e Exportação que, entre várias mercadorias, importava de Hong-Kong e do Taiwan os filmes que eram exibidos na Escola Chinesa, transformada para a circunstância num cinema para a comunidade⁶². Yee Wai era o terceiro filho de um senhor de terras na província de Cantão que emigrou para Moçambique com mais seis irmãos, cinco rapazes e uma rapariga, mas em momentos diferentes. Anoto que Yee Sun, referido mais acima, era o quarto dos irmãos e foi o fundador da *Foto-Estúdio*, como ficou dito.

⁶¹ *Diário de Moçambique*, 10 de Junho de 1962.

⁶² Claro que estes filmes eram «vistos» pela Comissão de Censura que tinha, por conseguinte, os seus tradutores da comunidade.

Casa Mataquenha. Chin Kein Lan foi o fundador na Beira da família que ficou conhecida pelo cognome *Mataquenha*⁶³ dado pelos naturais da terra. Teve onze filhos, sendo sete raparigas e quatro varões. Foi provavelmente esta grande prole que esteve na origem da alcunha para a loja que vendia tudo, no Maquinino, dado que a *matacanha* prolifera rapidamente debaixo da pele das pessoas onde se instala. Como todos os seus conterrâneos imigrantes do sul da China, quando chegou à Beira foi recebido pelos mais destacados membros do seu grupo parental, o dos Chin. Mas desses anos não temos notícia. Sabemos, sim, que Chin Kein Lan passou a trabalhar no Caminho de Ferro, e que antes dos anos 40 já tinha uma cantina no Maquinino onde vendia tudo, incluindo “chá e comida para os africanos”. Mais tarde, em 1947, já tinha aberto para os familiares uma mercearia na Rua Correia de Brito, a *Casa Mataquenha* – Kein Lan (Herdeiros), Lda. Importação Exportação.

Casa Woo Lee. Casa de comércio de alimentos chineses e de outros produtos orientais na Rua Correia de Brito. Foi aberta por Wing Koon, que acabaria por ter como sócio Quen Check. Ambos tinham sido alfaiates na época dos artesãos. Wing Koon abriu em 1950 um comércio de produtos alimentares na Rua Correia de Brito. Depois, em meados dos anos 60, um supermercado no rés-do-chão da Escola Chinesa. Tornou-se também importador e exportador. Quando saiu de Moçambique, abriu em Macau uma fábrica de *jeans*. Por sua vez, Quen Check (Chin), depois de ser alfaiate passou a dedicar-se à importação e revenda de produtos alimentares chineses, sendo depois sócio de Wing Koon na Rua Correia de Brito.

Bares e restaurantes

Neste item assinalamos os bares e restaurantes para colonos e assimilados, distintos das «casas de chá» e de «pussa hamba» de que tratámos mais acima. Alguns destes locais de bebida e comida para colonos ficaram famosíssimos na Beira, quer por serem local “obrigatório” de passagem entre o emprego e o domicílio, quer pela comida, quer ainda pela bebida e acompanhamento da mesma. Da primeira destas três categorias talvez

⁶³ Corruptela de *matacanha*, nome que em Moçambique se dá ao insecto nígua, díptero semelhante à pulga, próprio das regiões quentes, cuja fêmea põe os ovos na pele do homem dando origem a uma larva.

o mais célebre tenha sido o bar de Hoi Siu, à entrada da Rua Alfredo Lawley, rua que servia os Bairros do Esturro e Matacuane. Era um «fontanário» de cerveja e whisky, bebidas acompanhadas por tremoço curtido de modo estranho, diziam os frequentadores para afugentar os intrusos⁶⁴. O *Rifa*, de Kwan Sung Hee, era um bar célebre, com passarinhos, camarão frito e caranguejo, na Rua Pêro de Alenquer, no Chaimite. O dono teve primeiro um bar no Macúti, perto do Farol; só depois passou para a nova morada, e isto depois de casar com a irmã do Switta. Outro local de marisco e bebida era a Marisqueira de Chin Voon junto à Auto-Industrial, especialista em caranguejo. Famoso era o *Restaurante Chinês* com os seus cozinhados orientais, os melhores mariscos frescos e bebidas nacionais e estrangeiras; era conhecido também pelo célebre pão-de-forma de farinha de arroz. Este restaurante estava situado nos números 2015-2021 da Rua Correia de Brito, e ficava aberto até à meia-noite. Pertencia a Chin King Ying (aliás: Yen Kwing Yin), cujo percurso na Beira foi muito interessante: chegou a Moçambique proveniente de Cantão, onde tinha estudado; foi aliás o primeiro letrado chinês que chegou à Beira, passando a ser o director da Escola Chinesa, e isto logo a seguir à II Guerra Mundial. Passou a ser também o presidente da Associação Chinesa da Beira e promotor do desporto entre os chineses. Mas acabou por abrir o *Restaurante Chinês*, uma mercearia, uma pequena empresa de pesca e «machambas». Por último, teve também uma pequena indústria de confecções. Na diáspora, em Portugal e em Macau, foi construtor civil.

Mas outros bares eram conhecidos na Munhava em meados do século XX: já em 1947, o de Chan Liang Kee, Su Yao Chin, Sie You (na Rua da Shell) e o de Tam Young, na Rua Correia de Brito; desde 1950, o botequim, cervejaria, casa de chá e de pasto, na Manga, de Ah Fong (Chee You Ah Fong ?)⁶⁵. Todavia, o primeiro de todos, na Beira, situava-se no Núcleo Central da Cidade, junto à muralha, mesmo ao lado do Clube Inglês.

⁶⁴ Curiosamente, a primeira horticultura feita na Beira, ver mais acima, tinha a fama de ser adubada com dejectos animais e humanos. Os tremoços que eram fornecidos no bar de Hoi Siu vinham da Angónia e eram-lhe vendidos por Francisco Santo. Entrevista com Hoi Siu em Lisboa, a 9 de Outubro de 2003.

⁶⁵ Faleceu num acidente de viação na estrada para a Rodésia.

Comércio geral

Como temos vindo a referir, a situação social e económica da Beira tinha mudado bastante desde a segunda metade dos anos 50. Embora a classificação racial e étnica e a distinção entre «indígenas» «não-indígenas» se mantivessem, o que era mais notório agora era a clivagem socioeconómica que se espelhava na malha espacial da urbe. O núcleo central da cidade era administrativo e comercial por excelência, mas também colonial. Os bairros novos e melhorados como a Ponta Gêa destinavam-se à elite burguesa colonial; os restantes, por gradação sucessiva, aos funcionários europeus, indo-portugueses, mestiços, assimilados, etc., com bairros indígenas a tocar neles. Por causa disto, o comércio geral chinês deixou de ter aquela classificação tão clara dos tempos anteriores. Já entravam nas suas lojas gente de variadas origens, embora tivessem permanecido até ao fim da situação colonial com casas de comércio, de pasto e de bebida mais «especializadas» para os negros. Deste novo comércio geral mestiço, assinalemos as lojas de Ah Heng, na Rua Jaime Vilela; Fone Guine (o *Mataquenha* filho mais velho), na Rua Alfredo Lawley, no Esturro, num prédio geminado, vivendo ao lado de outra família chinesa; Jun Jim, na Rua Aires de Ornelas; Kwing Yim, dirigente do Atlético, na Rua Correia de Brito (a loja passou depois a Restaurante Chinês); Low Wan, na Rua Correia de Brito, que morreu cedo, deixando viúva e filhos; Lun King, na Munhava; Wing Yen, na Rua Correia de Brito; Wong Yen, na Munhava [Pack Wong Yen]; Woo Lee (com os sócios Wing Koon e Quen Check, em 1951), na Rua Correia de Brito, loja que vendia de tudo; Yee Wai na Av.^a da República. Yip Sing Pó tinha cantina de tudo e vendia vinho e comida para o preto no quintal da sua loja na «rua dos Monhês», próximo do Hotel Vitória. Por isso o local era chamado *Pussa-Hamba!* Nos anos 50, Ping Ta tinha loja na Rua da Companhia de Moçambique.

Mercearias

Mas dentro da categoria do comércio geral havia aquelas lojas, ou secções de lojas, que se tinham especializado na mercearia. Foram algumas delas, sem por conseguinte as citar todas, mais uma vez a *Casa Woo Lee*, a Mercearia de Kwing Yim, e *Casa Kee*, de John Kee, todas na Rua Correia de Brito.

Armazéns de vinhos

Outra especialização do comércio geral foi a abertura de armazéns de vinhos. Este facto é muito interessante porque subentende o alargamento para Portugal das actividades de comércio destes asiáticos luso-moçambicanos. Voltamos a mencionar para esta actividade a *Casa Woo Lee* de Quen Check e Wing Koon, na Rua Correia de Brito.

A publicidade nos anos 60 do comércio chinês

O franco desenvolvimento do comércio chinês na Beira nos anos 50 e 60 teve expressão na publicidade e *cartões de Boas Festas pelo Natal* no *Diário de Moçambique* e no *Notícias da Beira*. Mas particularmente no primeiro. Vejamos alguns anúncios:

Casa Chong – artigos orientais. Todos os artigos para pesca. Rua da Companhia de Moçambique. [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. Esta casa era de Yok Chong.

Casa Janet – artigos para senhora. Atelier de Alta Costura. Rua Correia de Brito, 2089. [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962. Casa de Hee Koon.]

Casa João Gui Ai – Comércio Geral. Rua dos Açores, 141, no Esturro [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962].

Casa Mataquenha – Kein Lan (Herdeiros), Lda. Importação Exportação. Caixa Postal 171, Beira [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. A primeira cantina/loja dos *Mataquenhass* situou-se no Maquinino, em frente do Mercado do peixe. Vendiam tudo. E porque a dona teve muitos filhos passou a ser a Loja *Mataquenha*.

Casa Yee Wai – Yee Sheen You, Lda. Comércio geral de importação e exportação. Av.^a da República, 1089 [antigo Hotel Victória] [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. Família do Kock Joon.

Dragão D'Ouro – Casa Especializada em Móveis de Verga. Artigos de Arte Oriental. Rua Correia de Brito, 2075 [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. Low Sam Ying, aliás Sousa do seu nome português. Já com o nome Sousa abriu o *Bazar Hong Kong* no Empório. Vive hoje na Califórnia.

Foto-Estúdio – Trabalhos para amadores / Material Fotográfico / Reportagens. Tudo para Fotografia. Rua Correia de Brito, 2138 [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962].

Lotus, Lda. Artigos orientais, malas de cânfora e utilidades domésticas. Rua da Companhia de Moçambique. [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. De Chung Poi Lann (de LM) que casou na Beira.

Pagode Comercial – Vestuário para senhoras, produtos de beleza, da marca réveillon e brindes. Rua da Companhia de Moçambique. [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. De Chung Poi Lann (de LM), que casou na Beira.

Restaurante Chinês – Famosos cozinhados à moda chinesa / Sempre os melhores mariscos frescos / Bebidas nacionais e estrangeiras. Aberto até à meia-noite. Rua Correia de Brito, 2015-2021. [*Diário de Moçambique*, 10.06.1962]. De Chin King Ying.

Construtores civis

Foram antigos homens de ofício, sobretudo carpinteiros e pedreiros, mas também de outras artes, que se lançaram na construção civil e no negócio imobiliário. No *Anuário de Lourenço Marques* de 1947, nas páginas referentes à Beira, Lee Wing e Quim Pó Hong aparecem registados como empreiteiro de obras⁶⁶. Lee Wing tinha uma oficina na Munhava e morava ali perto na proximidade do Bairro do Ferroviário. Quim Pó Hong tinha a oficina no Largo J. Araújo de Lacerda, no Maquinino, perto do campo do Desportivo, numa casa de alvenaria. Voi You, já mencionado várias vezes, também se tornou construtor civil, com actividades na Beira e em Vila Pery.

Oficinas de Carpintaria

Paralelamente à construção civil, mas com ela relacionada, surgiram em 1947⁶⁷ as oficinas de carpintaria de Chabg Thai, Lee Go Kung, Li Shung & Chi Ting, Quim Pó Hong. Ah Tack [Chee Hong] tinha em 1950 uma carpintaria (e uma marcenaria) à entrada da Munhava, perto do antigo

⁶⁶ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, p. 782.

⁶⁷ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, p. 772.

Posto da Polícia. Também Quin Pó Hong mantinha a sua carpintaria (e marcenaria) em 1950, no limite do Bairro da Munhava com o Maquinino. Nos anos 60 alguns chineses lançaram-se na exploração de madeira.

Negócio imobiliário

Do início de 1960 ao final da presença portuguesa, a cidade da Beira cresceu imenso. Foram abertas novas avenidas e praças, surgiram bairros modernos e nos antigos houve novas construções e restaurações. Neste novíssimo contexto da expansão imobiliária – a Beira sempre tivera problemas habitacionais –, os chineses começaram a investir, comprando casa própria e apartamentos para alugar em vários pontos da cidade, sobretudo nos bairros novos, como, por exemplo, ao longo da avenida que liga a antiga Praça da Índia a Matacuane e Munhava (Hoi Siu, John Ping). Investiram também nos edifícios que entretanto foram construídos nos aterros dos antigos pântanos da Av.^a da República ao Grande Hotel (Hoi Siu, Kock Joon), assim como em novos edifícios no Maquinino, Matacuane, Esturro. Manga e mesmo Macúti. Para além de apartamentos, compravam espaços para comércio, para utilização própria ou para alugar. Tinha-se desenvolvido nessa altura na Beira o negócio da construção civil: várias pequenas empresas recém-formadas, incluindo de sino-moçambicanos, dedicavam-se ao negócio dos terrenos, construção e venda de casas. Nesses anos 60 e nos que restaram da presença portuguesa nos anos 70, muitos sino-moçambicanos tinham acumulado riqueza suficiente para adquirirem moradia própria ou espaço comercial para o negócio. A listagem que segue mostra pelo menos um enraizamento local e a inserção na sociedade colonial, na esperança num Moçambique que a ideologia colonial portuguesa propagandeava⁶⁸. E isto é tanto mais curioso quanto, nessa época, a Rádio Pequim denunciava com insistência o colonialismo português. *Vivendas*: No Bairro da Ponta Gêa: Voi You (Chin), Kock

⁶⁸ É interessante assinalar que os colonos brancos de origem europeia por nós entrevistados consideram que essa inserção era mais fictícia que real e que os chineses estavam sempre prestes a partir para outras paragens. Eles, colonos brancos, consideravam Moçambique como terra deles, portuguesa, e que os outros eram simplesmente imigrantes estrangeiros. Registos colhidos em almoços de beirenses e de ex-alunos do Liceu Pêro de Anáia.

Joon (Yee), Yip Quen Tung, Wing Koon (Chin), Ping Tag (Tam), Yip Sick Poy. Ao longo da nova avenida que ligava a Praça da Índia à Manga, mas antes de Matacuane: João Ping (Yee). *Apartamentos*: Na Ponta Gêa: Law (Sousa) Sam Ying. No Chaimite (Prédio Azul): Kock Sam (Chin), Ying Man (Chin), Yee Wong (Yee), Young Chee Foun (Young), Yan Man (Yan). *Apartamentos e lojas*: No Bairro de Matacuane: Mah Loi (Mah), Chin Hóo Pack (Chin). Matacuane-Chota: Ng Sei Tchai (Ng). Manga: Chung Gham (Chung). Maquinino: Young Hock Ying (Young), Voi You (Chin). Munhava: Ping Song (Chin), Tai Hoong (Chan). Esturro: Ping Kwoon (Chin). Manga: Tam Sing Wa (Tam). Manga Loforte: Tai Hoong (Chan). Manga (perto da Missão de S. Benedito): Wong Shin San (Wong). Chaimite, perto do Embaixador: Chin Wong (Chin). *Prédios de arrendamento*: no Esturro, Rua da Guiné: John Munhava, Chin Pack Cin (Chin). Esturro, Rua de Cabo Verde: Chin Hee Num (Chin). Matacuane: Chin Quen Check (Chin), Pack Lin (Chin), Law Fok Hinn (Law). Macúti: Wong Log Tong (Wong). Ponta Gêa: Fung Poi Mon (Fung). Maquinino: Poo Qun (Chin). Esturro: Hee Wing (*Matacopanja*).

Transportes

De 1939 à Independência a concessionária dos transportes colectivos urbanos da Beira era a Auto Industrial, Lda. Mas outras empresas faziam o transporte de passageiros e mercadorias para fora da cidade⁶⁹. Mesmo dentro da cidade surgiram táxis que não estavam propriamente sob a concessão da Auto Industrial. Dos taxistas chineses mais conhecidos registemos, para o ano de 1947, Tam Fung Bing⁷⁰. Com *Camionetas e camiões de carga* são de referir Chung Leng Hoo, Chin Leong Hó, etc.

De algum modo relacionado com os transportes mecânicos devemos mencionar a Auto Super Acessório, casa que abriu em 1962 no Maquinino, de que eram sócios Poo Qun, Tcheu Tung Fu, Ah Peu e Chinjó.

⁶⁹ António Sopa, Condições da habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral, 1892-1925, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6, Outubro de 1989 (Número Especial dedicado à Beira), p. 102.

⁷⁰ *Anuário de Lourenço Marques*, Edição da Casa Bailly, 1947, p. 769. Deixou anos depois o táxi e passou a trabalhar na Auto Moderna. Fung Bing é o pai de Paulo «China».

Funcionários públicos e empregados do comércio ou da indústria

Quando em 1942 os territórios de Manica e Sofala passaram para a administração directa dos portugueses, já havia algumas crianças sino-asiáticas escolarizadas na língua de Camões. Mas foi a partir desta data que a maioria das crianças chinesas passou a frequentar o ensino primário e, seguidamente, o ensino médio: comercial, industrial ou liceal (menos este último que os dois precedentes). De modo que no início dos anos cinquenta havia já jovens qualificados e disponíveis para o trabalho na função pública e nas empresas privadas. Disponíveis porquê? Como a maioria destas crianças provinha de famílias numerosas que se dedicavam ao comércio, nem todos os filhos eram absorvidos pelo negócio familiar, nem estavam em condições económicas de constituir família e abrir um negócio. Isto afectou particularmente as raparigas porque, devido à exogamia clânica (Chin não podia casar com Chin, Chang com Chang, etc.), e devido à falta de rapazes chineses solteiros de outros clãs, a via matrimonial estava-lhe dificultada. Noutro texto estudei esta questão e mostrei como surgiram nessa época os casamentos inter-étnicos. Mas, para o que aqui importa, rapazes e raparigas nestas condições procuraram emprego fora da comunidade e conseguiram-no na Câmara, nos Serviços Municipais de Água, Electricidade, nos serviços de Saúde, no Caminho-de-ferro, etc. Outros tornaram-se empregados de actividades liberais (gabinetes de arquitectura, consultórios médicos, turismo, etc.). Em 1972, trabalhava num Gabinete de Arquitectura, Urbanismo e Decoração [GAUD] na Beira um grupo de desenhadores de origem chinesa, alguns dos quais com muito talento. Um deles iria ser um projectista de renome mundial que ficaria ligado à Ponte Vasco da Gama, em Lisboa, e à ponte de Hong-Kong: trata-se de Albert Yee⁷¹. Este acesso ao fun-

⁷¹ Albert Yee desde jovem que se relacionou com o mundo da arquitectura. Fez o ensino primário português na Escola António Enes. E consta que desenhava com a unha na parede de cal o rosto da sua professora enquanto cantavam na formatura o Hino Nacional. Depois foi estudar para a Rodésia, e após o secundário regressou à Beira, passando a trabalhar no *atelier* do arquitecto Sampaio. Desenhou o MK Center de Lourenço Marques e outras obras em Moçambique e na Rodésia. No fim da época colonial foi para Londres. Fez parte da equipa que desenhava a ponte de Hong-Kong e contribuiu para a concepção da maquete da ponte Vasco da Gama, em Lisboa. É também um bom pintor e um razoável fotógrafo. Recordo que nas festas do cinquentenário da cidade da Beira em 1957 os chineses tiveram uma participação relevante no desfile com o seu dragão, concebido por Alberto Yee.

cionalismo público e privado e a outras actividades deveu-se ao facto de a economia colonial ter crescido e por isso terem surgido mais postos de trabalho que os tradicionais candidatos europeus e indo-europeus já não preenchiam na totalidade e também devido ao facto negativo de os mestiços e assimilados continuarem a ter poucas oportunidades nestes sectores.

Breves considerações finais

Família, parentesco, confraria e sucesso económico

Como escrevi noutro texto⁷², os factores que intervieram na composição e evolução dos grupos familiares chineses na Beira e em Lourenço Marques estiveram sempre relacionados com as tradições camponesas das aldeias de proveniência, tradições essas cujas origens se encontram num passado remoto no Sul e Sudeste da China e que estruturavam a família alargada segundo um sistema de parentesco patrilinear e patriarcal e uma estrutura na qual o património comum constituía a base económica do grupo. A poligamia não se tinha tornado em Moçambique uma questão local, era já um facto cultural na origem, em que a família não se formava apenas por via de descendência de uma união conjugal. Ela alargava-se muito para além da descendência do patriarca, englobando inclusivamente membros do mesmo apelido ainda que de parentesco relativamente distante, ou seja, de primos até ao quarto grau, e por vezes até de estranhos associados à linhagem por, por exemplo, pactos de fraternidade ou de subordinação e compra⁷³. Por isso, as regras que determinavam a transmissão dos antepassados no seio de uma família ou por motivo da passagem de uma família a outra por casamento, adopção, entrega em *cage*, etc., estavam para além

⁷² Eduardo Medeiros, Sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens Várias. Comunicação apresentada na Conferência Internacional sobre *Sociedades Creoulas em África – Oceano Índico Atlântico Sul: Mestiçagem, Mediação, Identidade*, realizada na cidade do Mindelo, na Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, nos dias 7, 8 e 9 de Julho 2005, e organizada pelo King's College de Londres (Prof. Malyn Newitt), e África Debate, Lisboa (Dra. Isabel Ferreira).

⁷³ *Mai Tjoi* significa filho comprado [tradução literal: *comprado + filho*]. Tanto na comunidade da Beira como na de Lourenço Marques havia membros da comunidade que tinham sido "filhos comprados".

da relação matrimonial. Mas a linha da filiação paterna predominava. Ora, esta estrutura familiar e patrimonial foi estando confrontada com a situação económica e política de cada fase da histórica colonial, o que implicava maior ou menor segurança e por isso reforço ou aligeiramento do parentesco, mas também da própria divisão da comunidade em grupos sociais economicamente diferenciados. Especialmente em períodos de crise, a coesão familiar surgia como forma de combate utilizada quer pelas famílias mais poderosas para garantir e alargar os seus privilégios, quer pelas categorias sociais ameaçadas para organizarem a sua sobrevivência e a sua resistência ao domínio das elites asiáticas em contexto colonial europeu.

O ponto crucial da história das famílias da comunidade chinesa beirense situou-se entre as duas Guerras Mundiais. As lutas travadas pela conquista dos primeiros frutos do crescimento económico no seio da comunidade provocaram um reforço muito acentuado das redes de parentesco e de várias subordinações clientelares. O fenómeno é particularmente caracterizado por um rápido progresso dos sistemas de indivisibilidade das heranças, pela multiplicação das irmandades e pelo aparecimento de uma autêntica consciência de linhagem onde estava patente a concertação entre parentes, mesmo afastados, em relação a qualquer acontecimento importante. O culto do antepassado clânico era o elemento religioso agregador do grupo familiar.

Para ilustrar o que acaba de ser escrito, vejamos o caso da família dos *Mataquenas*, acima referida.

Os *Mataquenas* pertencem ao clã Chin. Este clã foi o que teve na Beira mais linhagens e mais membros. Como todos os outros clãs, era exogâmico, e o culto aos seus próprios antepassados fazia-se num local apropriado que na gíria beirense era designado pelo *Clube dos Chins*. Dos anos cinquenta em diante esse Clube situava-se num prédio habitado por Chins que se situava entre o Maquinino e o Esturro, do outro lado da Rua da Manga em face ao Sport Lisboa e Beira. Ser o decano local dos Chins era, obviamente, uma função de muito prestígio no seio da comunidade. E esse *status* era adquirido, no primeiro quartel da imigração, por anterioridade e por um estatuto que a pessoa já trazia, em particular pelo grau mais ou menos elevado de confrade dentro da Irmandade do Chee Kung Tong ou

duma tríade. Mas não era somente o decanado que era importante, também a hierarquia das linhagens dentro do clã o era. Ora, essas hierarquias foram objecto de disputa e de conquista pelo prestígio económico e social dos seus membros na comunidade sino-asiática beirense. Durante o primeiro quartel, que foi o do domínio dos artesãos, essas disputas eram mais controladas pelos pares, sobretudo desde que o comércio tomou a primazia e o enriquecimento surgiu de modo alienatório dando azo a outros jogos de interesses que novos contextos internos e externos iriam possibilitar.

O fundador da dinastia dos *mataquenas* foi um homem de ofício de nome Chin Kein Lan, o qual, quando chegou à Beira, foi recebido pelos mais destacados membros do seu grupo parental, o dos Chins. Mas desses anos não temos notícia. Sabemos, sim, que Chin Kein Lan passou a trabalhar no Caminho-de-Ferro e que antes dos anos 40 já tinha uma cantina no Maquinino onde vendia tudo, incluindo "chá e comida para os africanos". A cantina estava localizada numa rota estratégica, a dos trabalhadores que iam para o porto e caminho-de-ferro. O *Mataquenha* terá sido dos primeiros comerciantes com a prática do *Mata Fome* e do *Pussa Hamba*. De tal modo esse negócio lhe foi favorável que, em 1947, já tinha aberto para os familiares uma mercearia na Rua Correia de Brito, a *Casa Mataquenha* – Kein Lan (Herdeiros), Lda. Importação Exportação e proporcionado a abertura de lojas a seus filhos.

Como se disse atrás, *Mataquenha* era sinónimo de muitos filhos. Chin Kein Lan teve filhos de uma mulher africana e filhos da mulher sino-asiática. Desta última, dois filhos varões vão ser os dinamizadores da herança *mataquenha* porque um terceiro varão morreu cedo e as filhas serão peças importantes das alianças matrimoniais. Esses dois filhos são Fone Guine e Voi Yu [Yan Vou Yan = Voi You]. Fone Guine era mais velho, e pela tradição seria o responsável universal dos *Mataquenas* por falecimento de seu pai. Mas, curiosamente, Voi You adquiriu tanto ou mais poder que o irmão, o que de algum modo subentende, para além de razões próprias desta família, que passou a existir nesta diáspora um contexto apropriado para um abrandamento das regras tradicionais. Voi You, mais novo que Fone Guine, começou como cantineiro na cantina da mãe no Maquinino.

Mas, depois de casar com uma filha de Mah Loi⁷⁴, que tinha um bom comércio em Matacuane, abriram os *Mataquenhás* para o jovem casal uma cantina de peixe seco, farinha, açúcar, sabão, etc., na proximidade do quartel de Matacuane e dos acampamentos de trabalhadores da estiva. Depois de instalado, e em concomitância com a Casa do Maquinino, da Correia de Brito e a do irmão, que já tinha casado com uma mulher vinda de Macau e aberto loja, começou a negociar peixe seco que vinha do Inhassoro, e peixe seco que ele próprio mandava pescar e secar. Já nos anos sessenta, e com uma posição social de relevo no seio da comunidade chinesa e da sociedade colonial local, meteu-se na construção civil na Beira e em Vila Pery. Depois, abriu um armazém de importação e exportação na zona do Clube Ferroviário e, em sociedade com Fung Poi Mu, da *Casa Mandarim*, uma fábrica de confecções, entre a Munhava e o Caminho-de-Ferro. Mais tarde, abriu a casa de confecções *Fama*, entre a Munhava e o Esturro, em sociedade com o marido da irmã, Chuck Hee: Mário Mah King Tjun⁷⁵. No fim dos anos 60, este sino-moçambicano tinha já mandado construir uma vivenda própria na Ponta Gêa e tinha um apartamento e loja no Maquinino.

Mas, para além do contexto histórico moçambicano e europeu – fim do envolvimento na Guerra Mundial –, outros acontecimentos que ocorriam na China influenciaram a reestruturação socioeconómica na própria comunidade sino-asiática da Beira. Vejamos resumidamente o que se passou: em 1941, os japoneses avançaram impiedosamente através da China e ameaçaram todo o sul do País, incluindo Hong-Kong. A grande maioria dos sino-moçambicanos que ali se encontravam a estudar, no negócio ou em visita regressou precipitadamente a Moçambique. E com eles vieram

⁷⁴ *Mah* é um dos apelidos na comunidade chinesa da Beira. Havia na cidade pelo menos dois ramos familiares com este nome, mas que não eram consanguíneos. Uma das famílias teve origem no cidadão Mah Loi, outro em Mah King Tjun (Mário). Outros nomes Mah foram encontrados na documentação, tais como, Ma Cheng Kin, Mah Soon (Ma Yun Chan), Ma Kim Pô, que vivia em Salisbury, na Rodésia, e Mah Kock Wei, que jogou futebol pelo Desportivo. Quando veio para Moçambique no início do século XX, Mah Loi era ou tornou-se localmente carpinteiro e trabalhou na construção do cais do Chiveve. Casou na Beira com Ng Kei Sou e tiveram dez filhos. Todas as filhas se converteram ao catolicismo e foram da JEC, e pelo menos três casaram-se com luso-europeus. Mah Loi acabou por abrir uma loja em Matacuane, na Alfredo Lawley, próximo do quartel e dos acampamentos da estiva.

⁷⁵ Ver nota anterior.

também novos emigrantes, dos quais Chin King Ying (aliás: Yan Kwing Yin), proveniente de Cantão onde tinha estudado, como vimos mais acima ao falarmos dos bares e restaurantes; foi aliás o primeiro letrado chinês que chegou à Beira, onde passou a ser o director da Escola Chinesa. Todos traziam as notícias mais díspares, e com envolvimento os mais diversos. É que no interior da China e nas diásporas as tríades estavam nesta época fragmentadas e tomavam opções antagónicas face ao avanço japonês: um grupo continuou a apoiar o Kuomintang e o Exército Nacionalista de Tchang Kai-shek, ele próprio um alto dignitário de tríade outro apoiou o ataque japonês a Hong-Kong e outras secções de Tríades “esperavam para ver”⁷⁶. Ora, foi esta agitação que envolveu os jovens sino-asiáticos da Beira e de Lourenço Marques, ávidos de protagonismo e também de rompimento do espaltilho social vindo do velho *Chin Kung Tong* político e patriótico dos artesãos e que tardava a esboroar-se como tal. Próximo do fim da Guerra, mas ainda em 1945, Chiang Kai-shek ordenou que se criasse uma liga que incluísse todas as Irmandades para combater os comunistas e os japoneses. Foi assim criada a Liga Hung dos Cinco Continentes e de Além-Mar com base em Cantão. Para seu chefe supremo foi nomeado um militar do Kuomintang.

Foi neste contexto que a 10 de Maio de 1946, logo a seguir à Guerra, foi requerida a autorização para se fundar na Beira uma associação de beneficência e instrução sob a denominação de Associação de Beneficência Chinesa da Beira. Entre os requerentes, dois nomes se viriam a destacar: Voi You e o seu irmão Fone Guine. A criação desta associação foi a confirmação da ascensão social dos comerciantes chineses, que suplantaram assim o domínio anterior dos artesãos, e o momento de reestruturação dos poderes clânicos, das hierarquias linhageiras e das estratégias matrimoniais.

E para que houvesse maior visibilidade de tudo isto, a 12 de Julho de 1947 foi pedida à administração colonial portuguesa na Beira a autorização para a fundação de um clube desportivo chinês, sendo dados a conhecer os estatutos do clube com sede social e campos de jogos naquela cidade. O Artigo 1.º refere que *Tunghua Atlético Clube* é a denominação de uma

⁷⁶ Martin Booth, *As Tríades – As Irmandades Criminosas Chinesas*. Lisboa, Publicações Europa-América, (1990) 1992, p. 133.

agremiação que tem por fim o desenvolvimento intelectual e a prática de todos os desportos atléticos. Voi You foi fundador da Associação Chinesa em 1946 e do *Tung Hua Athletic Club* em 1947. Foi jogador de basquetebol do THAC – Atlético Chinês, da selecção da Beira em 1951. Também foi jogador de Voleibol em 1951 e 1952. Fone Guine foi membro fundador da Associação de Beneficência Chinesa da Beira, em 1946, sócio-fundador do *Tung Hua Athletic Club* e ainda jogador de basquetebol no final dos anos 40, primeiros anos de 50, da selecção da Beira em 1951 e árbitro de basquetebol a partir de 1951.

Em 1949, o Partido Comunista da China tomou o poder e a República Popular foi proclamada por Mao Tse Tung em Pequim a 1 de Outubro de 1949. O *Timoneiro*, que em Novembro de 1931 fora eleito presidente da República Soviética Chinesa no primeiro Congresso dos Sovietes, em Quiansi, proclamou a República Popular depois de o Exército Vermelho ter lutado vitoriosamente em duas frentes, uma contra os invasores japoneses e outra contra o poder anticomunista do Kuomintang de Chiang Kai-shek.

A partir de agora, as relações económicas e sociais dos sino-moçambicanos da Beira com a China faziam-se por Macau, Hong-Kong e Singapura. Desenvolveram-se também contactos com a Formosa de Chiang Kai-shek, mas não tantos como seria pensável, e pela razão simples de que os sino-moçambicanos não encontravam em Taiwan afinidades culturais. Moçambique tornou-se então mais do que um porto de abrigo, uma terra prometida, quase terra de eleição.

Do uso da mão-de-obra negra pelos sino-asiáticos

Seria redutor falar aqui mecanicamente do trabalho forçado, do *chibalo*, do contrato, etc., ao estudar o uso dessa força de trabalho negra por parte dos chineses. E seria errado seguir apenas as etapas históricas desta mão-de-obra compulsiva na Beira e redondezas, tanto na época da Companhia de Moçambique como depois, durante a administração directa portuguesa. É que a própria evolução da categoria “amarelos” no contexto colonial obriga a um refinamento no estudo das relações laborais que envolveram sino-asiáticos e africanos negros ao longo de todo o período em estudo.

Como já escrevi, os primeiros contratados e imigrantes livres que passaram a viver e a trabalhar em Manica e Sofala estabeleceram relações matrimoniais com mulheres da terra, constituindo família com muitos filhos. Foram relações que permaneceram estáveis mesmo depois da chegada das respectivas (ou novas) mulheres chinesas, já com filhos nalguns casos. Para além disto, durante o primeiro quartel da presença chinesa, e portanto da história da Beira, a diferença entre a categoria negros e amarelos era para os colonos brancos muito ténue, apenas na cor da pele. O próprio António Ennes escrevera em 1893 que não deveria haver escrúpulo em forçar a trabalhar «os rudes negros de África, os ignaros párias da Ásia e os meio selvagens da Oceânia»⁷⁷. Todos o mesmo! Neste contexto, a análise do uso de mão-de-obra africana pelos chineses revela-se difícil porquanto se misturam relações de trabalho de modos de produção pré-capitalistas africanos e asiáticos com relações capitalistas que se esboçavam no próprio trabalho a que os chineses e africanos negros estavam sujeitos. Muito esquematicamente, podemos esboçar o seguinte quadro: os serventuários de casa e de quintal dos sino-asiáticos seriam recrutados nas redes do parentesco da mulher africana, sobretudo raparigas e rapazes não adultos ou emigrantes também parentes à espera de um outro trabalho; os trabalhadores nas primitivas hortas e pomares eram homens na antecâmara de outros empregos (as mulheres ocupavam-se fundamentalmente da agricultura tradicional, a qual subsidiava grandemente a produção e a reprodução da força de trabalho a baixo preço nas empresas capitalistas); os pescadores eram homens e, sendo este um trabalho já antigo e especializado na zona, o pagamento tradicional era feito com o produto da pescaria: uma parte (substancial) para o dono do barco, uma parte para o(s) dono(s) das rede(s)⁷⁸, uma parte para o *nahota*, isto é, o mestre da embarcação, e uma parte respeitante a cada marinheiro (estando a maioria destes envolvida na secagem e enfiamento do peixe). Só mais tarde, com a motorização dos barcos, quando a pesca se tornou mais industrial, é que os salários em dinheiro se tornaram efecti-

⁷⁷ António Ennes, *Moçambique – Relatório apresentado ao Governo* (1893), 3ª ed., 1946, p. 27.

⁷⁸ O dono do barco e das redes era geralmente o mesmo, mas não era obrigatório que assim fosse.

vos. Por sua vez, os trabalhadores africanos no primitivo comércio chinês eram em número reduzido e geralmente eram os próprios serventuários de que falei mais acima. Resta dizer, antes de tratarmos do período seguinte, que nas primitivas carpintarias, alfaiatarias, e outras oficinas de chineses o número de empregados era reduzido. Vejam-se para o ano de 1940 e para a Beira os números seguintes:

**Quadro 2 – Força de trabalho africana (homens e mulheres)
na cidade da Beira, em 1940**

Sector	Homens	Mulheres
Serviços domésticos	4495	223
Fora da colónia	1	-
Construção e obras públicas	2602	-
Comércio	1111	-
Indústria	692	1
Estado	1102	-
Militares	657	-
Agricultura e horticultura	230	2023
Outros	2032	6
Total (incluindo crianças e outros não listados)	14534	3564

Fonte: Colónia de Moçambique, População Indígena por Concelhos e Circunscrições, segundo o sexo e a ocupação. *Censo da população em 1940*, Vol. 4. População Indígena (Lourenço Marques, 1944, pp. 6-7)

Com todas as reservas que devemos ter em relação às estatísticas coloniais a que já aludi, o número oficial de chineses em Manica e Sofala era 736 (536 homens e 200 mulheres); o número total de africanos negros registados neste quadro dá para compreender que a quase totalidade das mulheres africanas (algumas delas casadas com chineses) se ocupava das coisas domésticas e trabalhava na tradicional agricultura de subsistência. Na categoria dos serviços

domésticos, da construção, do comércio, da horticultura e de outros serviços podemos encontrar nos homens registados aqueles que trabalhavam para os chineses, embora numa fracção menor do que aquela que a proporcionalidade dos números "patrões amarelos" e "patrões não-amarelos" poderia indicar, pois que, muitos dos primeiros não estavam registados.

Dez anos depois, em 1950, as estatísticas para o Distrito da Beira, que não têm as mesmas categorias para permitir um estudo comparativo, mostram no entanto que há muito mais trabalhadores na *machamba* (agricultores/horticultores): 16 773; carpinteiros: 1 279; pedreiros: 1 122; serventes: 2 820; serviços domésticos: 6 875, num total de 189 104 indivíduos do sexo masculino. Nestes já se encontram, por conseguinte, os trabalhadores para chineses nas pequenas empresas de transporte, de confecção, de serração, de construção civil, de casas de importação e exportação, etc.

Mobilidade empresarial em contexto de expansão económica colonial

De tudo o que acaba de ser lido podemos concluir que desde os anos 50 as elites sino-moçambicanas da Beira, aproveitando uma conjuntura interna e externa favorável, souberam lançar novas estratégias comerciais e contribuir para o desenvolvimento do sector industrial e artesanal.

O caso John Kee. O senhor Chiu viajou para Moçambique com o nome emprestado de Chan Liang Kee. Na Beira passou a ser conhecido por John Kee. Depois de vários ofícios, John Kee acabou por abrir um bar na Munhava e depois uma mercearia ao lado do bar. Antes mesmo de 1965 foi para a Manga, onde construiu uma casa junto à Farmácia Flora, com bar, restaurante e pensão. Depois abriu mais uma loja no Bairro da Chipangara. Em seguida, construiu um prédio de rendimento no Esturro, onde passou a viver com a sua família. Entretanto abriu na Rua Correia de Brito uma mercearia geral para colonos, a famosa *Casa Kee*, e mais uma pequena loja de roupa perto dali. Logo a seguir ao 25 de Abril conseguiu vender a maioria dos seus bens. Depois de uma viagem por Portugal, Brasil e Canadá acabou por se instalar em Nova Iorque.

Hierarquias económicas coloniais e práticas sociais

Os «coolies», os primeiros imigrantes livres que chegaram a Manica e Sofala, eram desprezados pela administração colonial portuguesa, pela Majestática e pelos colonos europeus em geral. Situavam-se num nível social inferior e eram designados como «civilizados», ou seja, «não indígenas», de acordo com uma portaria de 1917 que separava os «indígenas» dos restantes habitantes. Os sino-asiáticos eram os «amarelos» das estatísticas e dos indicadores demográficos. Os «coolies» eram quase escravos, que trabalhavam nas obras, públicas e privadas, ombro a ombro com os contratados negros sob as ordens de capatazes europeus. Viviam nos locais de trabalho e no Maquinino, nome pelo qual passou a ser designada toda a margem direita do Chiveve e que constituía um subúrbio de gente pobre e de operários, abrigando negros, mestiços e asiáticos – um “chiqueiro de porcos” segundo um funcionário da Majestática.⁷⁹ Anos volvidos viviam também, no Chaimite, outro bairro de asiáticos na margem esquerda, situado na época nos confins da Rua Correia de Brito. As clivagens entre amarelos e negros nesse momento histórico era a clivagem construída pelos europeus para quem os negros nada sabiam fazer e os amarelos eram hábeis e dedicados. Mas para esses chineses de então, que tinham constituído quase todos eles família com mulheres negras, com filhos, por vezes muitos, as relações vividas eram outras. Tratei desta questão no meu estudo sobre as mestiçagens.

Todavia, o facto de serem considerados como pertencentes ao «mundo dos civilizados» permitiu-lhes, através das transformações económicas que se foram operando no seu seio e na colónia, integrar-se cada vez mais na economia exploradora colonial e transformar as suas relações de marginalizados e subordinados dos brancos em relações de cumplicidade exploradora. Com o mundo negro deu-se o inverso: de parceiros da exploração a que eram sujeitos passaram para a outra margem económica e social. Aliás, à medida que os anos se sucederam e a insustentabilidade colonial cresceu,

⁷⁹ Citado por António Sopa, Condições de habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral, 1892-1925, in: *ARQUIVO – Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 6 (Especial – Cidade da Beira), Outubro de 1989, p. 79.

os «amarelos» foram sendo cada vez mais cooptados para que fosse alargada a base de apoio do domínio colonial⁸⁰. E tudo isto se reflectiu também a nível da clivagem mestiços/não mestiços no seio da comunidade sino-moçambicana.

Do ponto de vista do prestígio social, a escala de valorização no fim do ciclo colonial começava pelos grandes comerciantes e empreiteiros, descendo depois para os artífices por conta própria, funcionários por conta de outrem, cantineiros dos indígenas, horticultores, operários, etc. Mas é de assinalar mais uma vez que grande parte desta gente estava envolvida pelas relações familiares em várias destas categorias.

⁸⁰ Noutro texto tratarei da acção do Eng.º Jorge Jardim nesta matéria. E procurarei tratar também algo que é lacunar nestes textos: as relações dos negociantes sino-asiáticos com os negociantes europeus e indianos, as relações com a banca e instituições de crédito, com a instituição cambial e de transferência de dinheiro, etc.

Parte IV
Heranças culturais
da escravidão africana

A visão antropológica do colonialismo português e o olhar singular de Ladislau Batalha

JACINTO RODRIGUES*

Olhando para a história da antropologia dos séculos XIX e XX, é fácil verificar que a tese humanista só se vai impor decisivamente no pensamento ocidental depois da II Guerra Mundial.

Uma raciologia dominante caucionou o processo de dominação e exploração colonial.

A grande ruptura epistemológica com a ideologia racista pode assim assinalar-se com o texto da carta das Nações Unidas de 1945, impondo a *ilegalidade do racismo*. Mas veja-se que só em 1978 a UNESCO publica a declaração sobre a “raça e os preconceitos raciais”, onde se afirma claramente que as diferenças nos povos se explicam por factores geográficos, políticos, económicos e sociais, afastando o conceito de “raça”.

O século XIX e a primeira metade do século XX estão ainda impregnados por um paradigma raciológico em sintonia com uma ideologia positivista e mecanicista da visão antropológica.

A antropologia nasce como imperativo das necessidades de conhecer os povos colonizados. É sobretudo uma antropologia física que pretende taxonomizar os colonizados. A craniometria e a antropometria são as técnicas seguidas para essa classificação.

* Professor Catedrático, CEAUP.

A base conceptual assenta no pseudo-conceito de raça. É este conceito que constitui uma peça instrumental que impõe um registo ao discurso colonial. Torna-se o fundamento epistemológico que determina o “pré-conceito”, o juízo apriorístico da desigualdade social entre os homens.

Durante toda a segunda metade do século XIX, momento decisivo na formação da “Antropologia”, dominam as figuras como Paul Brocca cuja prática antropométrica o levava à pseudo-demonstração científica da superioridade da raça branca.

Paul Brocca, em 1861, pretendia fornecer dados “objectivos e científicos”: o cérebro dum branco, segundo ele, pesaria 1 003 gramas e o dum negro 925,5 gramas.

Esses dados variavam de especialista para especialista mas acautelava-se sempre a superioridade branca!...

Por exemplo, Topinard refere, em 1882, no Boletim da Sociedade Antropológica de Paris, que os homens europeus tinham 1 560 cm³ de massa encefálica enquanto que os asiáticos possuíam 1 510 cm³ e os negros apenas 1 405 cm³.¹

Esta pseudo-ciência, assente em mostragens nunca explicitadas, pretendia contudo apresentar-se como científica e objectiva através dessa quantofrénica abordagem feita por uma panóplia de compassos e réguas calibradas segundo uma norma.

Exemplos destes tornavam-se assim a caução dum paradigma que se tornou geralmente aceite pelos especialistas da recente ciência antropológica.

As grandes revistas mundiais ilustradas como o *Journal des Voyages*, *Tour du Monde* e *L'Illustration*, e ainda as revistas nacionais como *Occidente*, *Archivo Pitoresco* e *Diário Ilustrado*, traziam imagens e textos que se tornavam a inculcação deste credo dominante: a iconografia representava o “figurino” do selvagem e os textos louvavam a acção civilizadora dos brancos.

Uma investigação sobre as principais imagens, gravuras e fotografias das revistas sobre viagens e explorações científicas revela o olhar depreciativo sobre os ditos “povos primitivos” e as populações selvagens.

Esta moldura epistémica fundamentava-se ainda no darwinismo social difundido por Gobineau, Letourneau, Haeckel e Herbert Spencer.

Imprimia-se uma leitura redutora de Darwin, insistindo-se apenas nos conceitos “struggle for life” e na selecção do mais forte.

Através do positivismo de Comte, muitos desses antropólogos pretendiam ligar o “panbiologismo” racista com uma história social inscrita no naturalismo e num esquema linear mecânico do “progresso” da humanidade. Surgiu assim uma escatologia do “progresso” que servia os interesses da colonização sob a capa filantrópica duma *missão civilizadora*.

O positivismo de Comte, embora sem aparecer ligado ao racismo, serviu também para afirmar uma única via civilizacional: o “ocidentalocratismo”.

Haeckel colocou a raça “ariana” no topo da hierarquia das raças. E Letourneau, partindo da tese “poligenista”, elaborou uma pseudo “construção científica” que se revelou aquilo que Laurent Muchielli² chamou o “paradigma evolucionista racial” em sociologia e que afectou mesmo algumas correntes do pensamento político, ditas socialistas.

Nas duas últimas décadas do século XIX, Letourneau, na linha de Gobineau, dividia a humanidade em três grandes tipos, cuja aproximação com a animalidade se apresentava da seguinte forma ascendente: o homem negro com cérebro pequeno, prognatismo nos maxilares e crânio dolicocefalo era o mais próximo do animal; o homem amarelo, já mais afastado da animalidade, tinha um rosto mongolóide, cérebro medianamente desenvolvido e crânio braquicéfalo; o homem branco, diferenciado dos animais, tinha o cérebro grande, maxilares reduzidos e sem prognatismo.

Assim, toda a “craniologia” e “antropometria” de Brocca e Topinard estava inserida numa observação e diagnóstico ditos científicos que pretendiam conferir a tal objectividade quantofrénica à raciologia da época.

Deste modo, as principais *instituições*, *cursos* e *revistas* dedicados à antropologia e à sociologia vão destilar esta ideologia raciológica de que o colonialismo estava sedento para os seus objectivos de exploração. As várias sociedades antropológicas e sobretudo as sociedades geográficas no mundo serão os motores desse olhar e constituem os pólos das principais escolas de antropologia colonial.

¹ In Ruscio, Alain *Credo de l'homme blanc*, Ed. Complexe, Bruxelles, 1995.

² In Muchielli, Laurent “Les Durkheimiens et la raciologie”, *Revue d'Histoire et Archives de l'Anthropologie*, Ed. Gradhive, 1997.

Os “habitus” provenientes desta mundividência expressos em opiniões, comportamentos e atitudes constituem o campo filosófico que se abateu no pensamento ocidental como “normal, objectivo e científico” fornecendo ao colonialismo e ao imperialismo um “normal” procedimento político.

É difícil compreender esta atitude desumana e racista sem compreender historicamente as raízes do fenómeno! É preciso compreender, sem contudo nos deixarmos de indignar diante do sucedido, a “construção” e “reprodução” na emergência dum campo epistemológico raciológico, a fundamentação ideológica da prática instrumental de exploração colonial e a expansão imperialista.

As formas do poder e do saber interagem em relações discursivas e em descontinuidades tão complexas que as técnicas de controlo e de auto-persuasão voluntária se interiorizam e inculcam em opiniões, comportamentos e atitudes.

Acabam assim por desenvolver uma disciplina que resulta, como diz Foucault³, na multiplicidade sinérgica dos aparelhos de Estado, das estruturas militares, escolares, médicas, psicológicas e psiquiátricas, para a consolidação da episteme sociocultural duma época ou duma sociedade dominante. Mas está sempre presente na realidade social a conflitualidade social, a luta que opõe os interesses de classe.

É isto que se entende por paradigma raciológico. É uma sociedade em que o ponto de vista racista está instalado. Faz parte de um quotidiano “normalizado” que, caucionado pela ideologia científica, não necessita de um racismo activo. Satisfaz-se com o autoconvencimento da sua dita normalidade, a sua aparente objectividade factual.

O conceito de “raça” e a sua hierarquização constituem a problemática, o enquadramento ideológico que tende a excluir qualquer forma de pensamento contracorrente. A construção desta episteme, para maior eficácia, tende a ser reproduzida. Reproduzida especialmente para ser inculcada junto daqueles que são considerados inferiores. O objectivo estratégico consiste em submeter a essa dominação a interiorização consentida dessa “inferioridade”, tornada também por eles “normal” e objectiva.

Mas a realidade social é uma realidade dinâmica e conflitual. As contradições sociais, as contradições do modo de produção e os antagonismos das relações sociais impedem a manutenção do pensamento único no processo histórico feito pela lógica da exploração de classes.

Assim, a concepção que pretendia tornar-se a visão objectiva e única da realidade teve os seus contraditores porque o antagonismo é inerente à sociedade capitalista do século XIX.

Existiram assim, contra o panbiologismo racial, homens da ciência daquele tempo que se opõem ao darwinismo social, introduzindo interpretações diferentes ao evolucionismo.

Kropotkine, conhecido biólogo e filósofo social russo, considerou que no processo de evolução existem factores de “mútuo apoio” e solidariedade que impedem uma leitura redutora do transformismo.

Kropotkine foi um conhecido anarquista que deu uma interpretação específica ao evolucionismo de Darwin, introduzindo relações de solidariedade, cooperação e complementaridade nos ecossistemas.

E a leitura que neo-lamarckistas como Félix le Dantec farão do processo do evolucionismo leva-os a considerar os factores geológico, climático e geográfico decisivos no processo de evolução histórica, pondo em causa o causalismo linear teleológico.

Laurent Muchielli⁴ demonstrou também, desde 1895, que Durkheim critica uma antropologia limitada aos estudos anatómicos, a que chamou o “grupo antropológico e etnográfico” da linhagem Brocca, defendendo uma antropologia das civilizações.

Em 1897 Durkheim afirma que a palavra *raça* não se reportava a nada de definido. O que existem são povos. E “raças”, dizia Durkheim, é uma palavra inadequada. O seu uso incorrecto serve para denominar as nacionalidades – realidades sociológicas dinâmicas.

Contudo, a mais importante concepção do mundo contrária a esse darwinismo social foi o marxismo.

³ In Foucault, Michel *Surveiller et punir*, Ed. Gallimard, Paris, 1975.

⁴ In Muchielli, Laurent “Les Durkheimiens et la raciologie”, *Revue d'Histoire et Archives de l'Anthropologie*, Ed. Gradhive, 1997.

Toda a problemática histórica introduzida por Marx exige uma outra episteme. É que a problemática raciológica que colocava a contradição entre as raças é totalmente diferente da explicação das mudanças históricas através da luta de classes.

A desconstrução do paradigma raciológico faz surgir uma outra compreensão da história da humanidade — as mudanças históricas são o resultado dessa luta de classes que intervêm em campos ideológicos divergentes no processo histórico.

No entanto, a explicitação da luta de classes como o motor explicativo das mudanças sociais vai estar sujeita aos ataques, orientação racista e colonialista que encontra também no anti-semitismo o factor essencial para a manutenção duma explicação biológica.

No final do século XIX, o caso Dreyfus constitui um exemplo paradigmático da apropriação, pelos conservadores, do preconceito anti-semita para prolongar e justificar a raciologia imperialista.

O anti-semitismo propalado por Drumond e seguido por inúmeros intelectuais anti-“dreyfusards” constitui um reforço da ideologia raciológica. A falsificação de documentos e o erro judiciário sobre a falcatura perseguidora contra o capitão Dreyfus levantaram uma onda de anti-semitismo na viragem do século. Essa onda ideológica serviu também para alimentar o racismo para com africanos e asiáticos.

O “perigo amarelo” constituiu também uma versão “popular” de ódio racial contra a emigração chinesa, em particular nos Estados Unidos da América do Norte, e contra a crescente importância do Japão na economia mundial.

É neste contexto que nas últimas décadas do século XIX se desenvolverá em Portugal a antropologia e a antropologia colonial.

O atraso da penetração das ideias do marxismo em Portugal, tal como analisou Alfredo Margarido,⁵ com a ausência duma sociologia assente na análise de classes, contribuirá para que toda a antropologia do final do século XIX e princípios do século XX fique eivada da raciologia dominante que acabámos de descrever no contexto europeu.

⁵ In Margarido, Alfredo, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Guimarães Editores, Lisboa, 1975.

As ideias do darwinismo, do positivismo e da ideologia republicana ganharão força junto das elites científico-culturais do país, que vão hegemonizar a sociedade portuguesa especialmente no final da primeira década do século XX.

A partir de 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa vai desenvolver um desígnio imperial português, tendo por detrás um largo apoio da população que, na miragem dum novo Brasil e África, sonha com a saída da miséria em que se encontra.

A partilha imperial da África vai aguçar ainda mais os interesses da expansão colonial portuguesa. A expedição dos exploradores Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto constitui um passo de afirmação da vontade de ocupação.

Depois, em 1894, a conferência de Berlim estimulará ainda mais as campanhas de ocupação.

E, quando se abate sobre a política colonial portuguesa o Ultimatum da Inglaterra que não permite a partilha do “bolo” ao governo português, verifica-se uma histeria nacional em torno dum patrioteirismo descabelado. Subscrevem-se peditórios para a compra de um navio de guerra para fazer face ao império inglês. Os republicanos serão mesmo os mais empenhados, de tal maneira que a revolta do 31 de Janeiro de 1891 pode ler-se como um descontentamento contra a fraqueza da monarquia face à empresa colonial.

Entretanto, nos estudos antropológicos tinham-se já iniciado investigações no sentido de melhor se conhecerem e controlarem as realidades coloniais.

Os trabalhos do militar antropólogo Fonseca Cardoso utilizando a antropometria de Topinard e os cursos de antropologia, em Coimbra, organizados por Bernardino Machado, inscrevem-se nessa estratégia global. A revista *O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, marcava já a cultura erudita das elites intelectuais e políticas em Portugal em busca duma identidade nacional que afirmasse uma hierarquia de superioridade na problemática da raciologia, como já dissemos.

Uma visão ligada ao “cientismo” vai revelar uma relação directa entre o republicanismo e a nova etapa colonial.

Assim, o contexto republicano continuará marcado pelo mesmo campo epistémico panbiologista e de darwinismo social que vê na progressão linear e mecânica da etapa positivista a caução para a nova etapa da exploração imperialista.

Ricardo Roque,⁶ Ana Leonor Pereira⁷ e Fernando Catroga⁸ mostraram numa forma clara o carácter raciologista da geração doutrinária da antropologia dos finais do século XIX e princípios do século XX.

A influência de Gobineau, Herbert Spencer, Haeckel, Brocca e Topinard constituíram assim os pilares do cientismo positivista da antropologia portuguesa.

Teófilo Braga, Oliveira Martins, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Fonseca Cardoso, Júlio de Matos e Miguel Bombarda fazem a defesa do determinismo evolucionista, do elogio do arianismo, da superioridade da raça branca e do elitismo darwinista social.

A antropometria de Brocca serviu de metodologia para as primeiras investigações antropológicas no campo da antropologia colonial.

Todos estes discursos da antropologia estão assim intimamente ligados a um paradigma histórico bem caracterizado e não podem ser entendidos se não houver uma teoria filosófica capaz de compreender a génese dos discursos científicos e a relação ideológica do poder dominante.

Porém, também em Portugal, alguns dos pensadores anarquistas, influenciados por Kropotkine e Elysée Reclus, vão desenvolver uma filosofia da história em que a “selecção do mais forte” e a “luta pela vida” darwinista são contrariados por uma visão da solidariedade, mesmo ao nível da natureza, com o chamado “apoio mútuo” existente na natureza.

Por outro lado, um certo relativismo anti-dogmático levantará questões ao mecanicismo linear do positivismo dominante.

É neste contexto, do paradigma antropológico dominante, que se vai desenvolver o pensamento singular de Ladislau Batalha.

Vamos aqui tentar descrever como uma progressiva ruptura se estabelece na obra deste militante do movimento operário que vai evoluindo

⁶ In Roque, Ricardo *Antropologia e Império*, Ed. ICS, Lisboa, 2001.

⁷ In Pereira, Ana Leonor, *Darwin em Portugal*, Ed. Livraria Almedina, Coimbra, 2001.

⁸ In Catroga, Fernando, *A História através da História*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

de republicano federalista para o anarquismo e para o socialismo, vindo mesmo a ter contacto com as ideias de Marx.

Nesse posicionamento é preciso ter em conta, não apenas a cultura teórica que cultivou nos livros e artigos que escreveu, mas sobretudo uma vivência de contactos humanos com uma vasta experiência social e intercultural que lhe permitiram desconstruir a episteme colonial que era dominante no país donde partiu à aventura.

Ladislau Batalha escreverá um livro editado em 1908, cujo título, *O Negativismo*, é já por si significativo. Negativismo por oposição a positivismo.

Este livro, que tem como subtítulo *Viagem aventureira nas regiões do Ideal*, constitui uma transição entre uma episteme ainda devedora do positivismo. Pretende sair da visão dogmática do cientismo para uma alternativa. Contudo, não tem suficiente ruptura epistemológica para se libertar. Daí a ambiguidade do prefácio escrito pelo conhecido médico Miguel Bombarda que demonstra ainda uma dependência de Ladislau Batalha a um eminente representante do positivismo e do cientismo, embora também com alguma abertura ao socialismo.

É curioso como Miguel Bombarda caracteriza a escrita de Ladislau Batalha.

Se o seu livro se chamasse as mentiras do universo não lhe iria descabido o título.(...) É um campo aberto, esse seu livro, em que combatendo-se pelo determinismo o próprio determinismo se ataca; em que digladiando-se contra a erudição tão larga erudição se patenteia; em que, sobretudo, na obra científica do homem se faz a parte – ai de nós, a larga parte! – da fantasia e do sentimento. É uma colossal obra de pessimismo essa que se condensa em 400 páginas de leitura, tão empolgante como estranhamente original (...). Nem sempre me tem a seu lado e sobretudo não me tem a seu lado quando quer demonstrar que a suprema mentira é o altruísmo e que a luta dos egoísmos é a condição mesma de progresso e civilização.⁹

O livro de Ladislau Batalha tem um aparelho bibliográfico quase todo ele dependente da ideologia positivista, embora aqui e acolá surjam referências a Elysée Reclus, Bakounine, Malatesta, Kropotkine e Hamon, representantes da corrente anarquista.

⁹ In Batalha, Ladislau, *O Negativismo*, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, Lisboa, 1908.

Em muitos pontos da obra, o autor procura lutar contra o cientismo, esbracejando argumentos que não lhe garantem, no entanto, suficiente auto-estima para romper com os mestres com quem ele conviveu como autodidacta, nomeadamente quando frequentou o curso superior de Letras, com Teófilo Braga, em 1873. Aqui e acolá Ladislau tropeça em conceitos que o armadilham à problemática positivista. Mas, outras vezes, Ladislau Batalha diz-nos, em franca ruptura com o positivismo: "A expressão progresso não tem significação menos ilusória do que outra qualquer"¹⁰.

Esta afirmação serve para pôr em causa a consideração da ideologia dominante em convencionar-se como civilizado aquele que usa explosivos, canhões, minas e couraçados para matar enquanto que o negro é não civilizado porque apenas usa azagaia.

E, rompendo contra os convencionalismos, afirma o relativismo das opiniões:

Assim como se inventaram deuses à nossa imagem para deles nos servirmos como modelo, assim *a priori* dignificamos a história escrevendo-a por conjectura dentro do nosso próprio modelo.¹¹

Mais adiante mostra-nos o ponto de vista contraditório entre a visão política dos grupos sociais, tomando como exemplo os célebres anarquistas franceses Ravachol, Grave e Reclus, assinalando também as diferenças de paradigmas históricos:

Ravachol, já no nosso tempo foi guillotinado por um tribunal de jurisconsultos acusado de assassino e inimigo da sociedade. Para os anarquistas, pelo contrário, ele é mais um mártir da viciosa organização social que gera monstros e provoca iniquidades (...). A lei chama aos actuais sectários Grave e Reclus, inimigos da sociedade. Assim chamava a velha Roma aos sequazes de Cristo¹².

Neste livro, *O Negativismo*, Ladislau Batalha abre-se a teorias pouco toleradas pela visão materialista e positivista. Refere-se aos fenómenos

¹⁰ *Idem*, p. 14.

¹¹ *Idem*, p. 51.

¹² *Idem*, pp. 77-78.

telepáticos e a outras questões não aceitáveis pelos parâmetros da ciência positiva. Comenta essas limitações paradigmáticas:

Esta "telepatização do nosso ser"¹³, que ele julga ser possível tornar-se uma ciência, não será alheia aos contactos que tem com anarco-socialistas, teósofos e espiritistas como a célebre Angelina Vidal e o poeta Gomes Leal.

Ladislau Batalha faz também uma reflexão de raiz gnóstica ao declarar:

O antropocentrismo revela-se inconscientemente no intuito egoísta de tomar as nossas faculdades como bitola capaz de aferir tudo o que se passa no universo. É esse egoísmo antropocêntrico que nos faz acumular grupos de fenómenos a cujo conjunto damos unidade chamando-lhe ciência¹⁴.

Na mesma linha de preocupação filosófica refere ainda: "Examinadas as grandes aquisições da ciência, reconhece-se que elas não são menos falazes do que os dogmas teogónicos"¹⁵. E continua, numa clara crítica ao quantitativismo do cientismo dominante:

As matemáticas, por exemplo, mais não são do que cabalismo convencional (...) mero convencionalismo aritmético¹⁶.

Nesses anos, o socialista Ladislau Batalha não podia deixar de expressar a corrente anarco-socialista do Movimento Operário Português, tanto mais que colaborara com o célebre dirigente operário António Ernesto Dias da Silva. Nessa época, o movimento socialista era uma amálgama de tendências várias onde dificilmente se descortinava o federalismo republicano, o anarquismo e o alvor dum marxismo ainda insípido e representado pelo seu amigo Azedo Gneco.

É curioso também o facto de Ladislau Batalha ter escolhido Miguel Bombarda para prefaciá-lo o seu livro. Pretende assim o reconhecimento científico conferido a um autodidacta por um expoente académico.

Por outro lado Ladislau Batalha sabia que Miguel Bombarda, eminente republicano, se distanciava dos darwinistas panbiologistas recusando as teses

¹³ *Idem*, p. 147.

¹⁴ *Idem*, p. 158.

¹⁵ *Idem*, p. 192.

¹⁶ *Idem*, p. 193.

da criminologia lombrosiana, defendida pelo seu colega positivista conservador o psiquiatra Júlio de Matos, que considerava o anarquismo como uma psico-patologia.

Miguel Bombarda, defendendo o neo-lamarquismo de Félix le Dantec, dava mais importância aos factores mesológicos (o meio geográfico, o clima e as questões sociais). Por isso, quando instado a examinar psiquiatricamente o anarquista que lançara umas pedras à charrete real, Miguel Bombarda recusou-se a considerá-lo um psicopata, justificando a acção desesperada do anarquista pelo desemprego e miséria em que vivia.

As posições de Ladislau Batalha não resultam apenas de leituras e de investigações eruditas que fez. Os numerosos livros e as dezenas de artigos que publicou atestam o estudo contínuo e apurado, ainda que feito de forma não sistemática e dentro de um auto-didactismo assumido.

O principal conteúdo da sua visão do mundo resulta duma longa vivência com vários povos de diversos continentes. Resulta das longas viagens e estadias com uma relação directa com o povo trabalhador porque ele próprio foi estivador no Japão e marinheiro na América do Norte.

Também as amizades que estabeleceu em Angola e a sua relação amorosa com uma mulher negra cabo-verdiana de quem teve uma filha constituíram uma vivência que lhe permitiu uma abertura intercultural e um olhar de um humanismo universal que superou a estreiteza ideológica do seu tempo.

Defrontei-me com bárbaros e civilizados: destes guardo a mágoa das espoliações de que fui vítima e daqueles conservo a memória de benefícios recebidos (...). Assim fiz a volta ao mundo (...) como homem de trabalho marinheiro onde nem todos os marinheiros se atreviam (...). Fizem-me caçar feras em África, abater focas no Bhering, pescar bacalhau na Terra Nova e trancar baleias por esses mares, através dos quais me familiarizei com o Atlântico, com o Pacífico e com o Índico (...). Fui potentado negro na Kissama e vendilhão da praça pública em Boston. Jornalista em Loanda, negociante em Maculumbi, taxidermista nos sertões do Nano. Tive quase simultaneamente de estudar tabelas de preços correntes e trabalhos de classificação zoológica. Nessa longa peregrinação de 11 anos, os mais felizes de toda a minha existência, porque puseram à prova a minha miséria própria em luta com a miséria social,

que nunca saiu vitoriosa dos seus esforços, foi-me dado avaliar na sua maior extensão a grandeza das contradições sociais.¹⁷

É por isso que, em muitos dos seus escritos, nesse período hegemonicamente raciológico, Ladislau Batalha nos deixou os textos mais radicais de anti-racismo e anti-colonialismo.

Vejamos alguns textos seus que expressam um profundo anti-colonialismo nunca visto em outros autores do seu tempo:

No livro *O Continente Negro*¹⁸, editado em 1894, escreve:

(...) As nossas aventuras em África foram de duas naturezas diversas: a conquista e a descoberta. (...) Foi um século e meio de proezas e... de atrocidades!

Sim, de atrocidades (...). Se o saque presidia às nossas impresas também a moralidade deixava tudo a desejar (...). Ricos e famosos! Este foi o verdadeiro e único móvel das nossas façanhas em África (...). Toda a fidalguia arruinada pelos desvarios e pela devassidão ia reconstituir as suas finanças no continente negro (...). Se a navegação foi arrojo de heróis, a colonização pareceu obra de ratoneiros (...). Ficamos senhores do mundo! Em Portugal não se curou mais da produção. Submeter os negros, comprá-los e vendê-los! Subjugar a Índia e avassalar o Brasil! Eis a grande preocupação. (...)

Temos de aludir ao cancro da escravatura, o princípio mais bárbaro e desumano de que há memória.

Parece que entre os indígenas o hábito de escravizar os seus semelhantes datava de toda a Antiguidade. Mas fomos nós e os espanhóis que lançamos mão desse abjecto recurso para nos engrandecermos à custa do trabalho alheio (...).

Os negros comprados eram trazidos pelos gentios; vinham os seus próprios filhos e também os prisioneiros de guerras intestinas. Daí os conduziam aos feitores (...) separados os machos das fêmeas e lá os vendiam aos casais.

Os magnates de algumas possessões pediam o direito de comprar e vender escravos como hoje se reclama o sufrágio universal ou a liberdade de culto.¹⁹

Ladislau Batalha cita alguns autores coevos, nomeadamente Fernão de Oliveira, que escreve em 1555 e lhe permite fundamentar a "odiosa negociação da escravatura feita com doutrina do ardor e da fê"²⁰.

¹⁷ In *O Negativismo*, pp. 3 a 5, Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, Lisboa, 1908.

¹⁸ In Batalha, Ladislau, *O Continente Negro*, Biblioteca do Povo, A Editora, Lisboa, 1.ª edição 1894.

¹⁹ *Idem* pp. 31, 32, 33 e 37.

²⁰ *Idem*, p. 39.

Prossegue ainda com os seus profundos vitupérios à colonização:

(...) As descobertas d'África só trouxeram glória aos descobridores. A nação que descobriu empobreceu-se e o continente descoberto não alcançou felicidade (...). O espírito de interesse, o ânimo do saque, a preocupação da riqueza e ambição tresandam de cada frase, de cada comentário, quer consultemos Azurara, Barros, Castanheda, Couto, Faria Sousa ou outros quaisquer dos nossos antigos cronistas e historiadores (...). Saltavam os nossos heróis em terra, apanhavam os inofensivos filhos do país, homens, mulheres e crianças, que traziam às vezes cobarde e barbaramente amarrados (...) ²¹.

E, numa tirada de estilo arrevesado próprio dum viajante há 11 anos afastado de Portugal, continua:

Consideradas as conquistas em relação aos povos das terras conquistadas, é problemático se os europeus, levando àquelas regiões a civilização e o progresso, também serão portadores da felicidade.

É esta puramente relativa, e pode-se bem asseverar que a imensa família de proletários da Europa seria mil vezes mais feliz se, em vez de possuir os arrobos de ventura para ela simbolizada apenas na contemplação de maravilhas e assombros de arte e luxo, pudesse trocar o seu desassossego de espírito e excesso de privações pela serenidade e abundância dos povos virgens do continente negro, os quais se dão por satisfeitos com possuírem algumas companheiras, uma espingarda, pólvora, tabaco, palmares e peixe seco (...).

São ricos na sua miséria porque de nada mais precisam além do que possuem e esta ventura é-lhes arrancada pelas ofertas da civilização, pronta sempre a despertar-lhes os sentidos com as promessas de luxo e de gozo! (...)

O maior empenho foi sempre apoderarmo-nos em África das terras e bens alheios, tudo saquear exercendo os maiores despotismos no isolamento, porque se nos não opusessem as outras nações europeias. (...) ²²

No livro *A Burla Capitalista – Crítica da Sociedade Contemporânea* ²³, editado em 1897, Ladislau Batalha, pondo em causa toda a corrente ideológica e eufórica dominante na vida portuguesa sobre a vitória contra Gungunhana,

²¹ *Idem*, p. 39.

²² *Idem*, pp. 53, 55 e 57.

²³ In Batalha, Ladislau *A Burla Capitalista – Crítica da sociedade contemporânea*, Ed. Instituto Geral de Artes Gráficas, Lisboa, 1897.

pergunta: “Gostaria o governo do senhor D. Carlos que lhe fizessem o que por ele foi feito ao Gungunhana e sua corte?” ²⁴

Ladislau Batalha, na linha do famoso geógrafo anarquista Elisée Reclus que cita abundantemente em vários dos seus livros, distingue descobrimento e colonização:

Compreende-se que não é nosso intuito amesquinhar sistematicamente o valor dos cometimentos marítimos dos portugueses (...). Certamente foi grande a audácia desses velhos pioneiros do mar, corsando através da imensidade desconhecida. A civilização mesmo tem de nos agradecer a ambição desmedida que nos fez comprar o progresso das sociedades pelo preço da nossa ruína.

Mas a história, implacável nos seus juízos, não pode deixar-se arrebatar pelo simbolismo de imagens fantasiosas e têm de se apreciar os factos na nudez da sua realidade. (...)

Os descobrimentos dos peninsulares devem ser apreciados com a maior frieza filosófica e muito principalmente sob o ponto de vista da sua importância no sentido das vantagens que trouxeram à lei do progresso e civilização. (...) Tão grandiosas empresas, sobejam as provas, tiveram sempre por únicos móveis a ambição, a inveja e a vaidade – fragilidades humanas – e nunca o patriotismo nem o fantástico amor da fé. Não foi acaso o ciúme de Veneza e o interesse das riquezas que conduziu Vasco da Gama através dos mares?

Ladislau Batalha apercebe-se contudo que já nas próprias descobertas se envolvem motivos de exploração. E que a aventura do descobrimento tem por detrás a cobiça económica.

Desde as primeiras aventuras marítimas o nosso único empenho não foi tanto descobrir, como dominar, explorar, adquirir sem produção e sem trabalho, usando principalmente da força e manha. (...) Por isso, ainda ao descobrimento sucedia a sofreguidão de guardar a ocultas, manter pela força uma integridade que não sabíamos conservar pela moral. Queríamos roubar e saquear às escondidas para que se nos não opusessem. (...)

A nossa vida tornou-se a dos ratoneiros. Rapiávamos nas conquistas ouro, pérolas, especiarias, marfim, perfumes, pedras preciosas, vinhos da Madeira, açúcar do Brasil e S. Tomé, etc. E tudo isto ia para Flandres, Anvers e Inglaterra que nos mandavam as fazendas com que nos cobriam as nossas carnes, os estofos com que adornávamos as nossas janelas, as cadeiras em que nos sentávamos,

²⁴ *Idem*, p. 20.

os leitos onde dormíamos, as colchas, os cobertores... Tudo, enfim, quanto é produto do trabalho, de lá nos vinha a troca do que saqueávamos.

Lisboa, Portugal inteiro, tudo se nundou de escravos para nos servir, por isso que, no dizer (...) de Clenardo, *não era lícito que um homem galan trouxesse na mão um mínimo objecto*.²⁵

Num outro opúsculo, "Pátria e Conversão – Verdades Amargas"²⁶, Ladislau Batalha prossegue com as suas invectivas contra o colonialismo português que conhecia por ter vivido em S. Tomé, Angola e Cabo Verde:

Em 1876, quando já a escravatura era abolida de facto e de direito em toda a África, ainda no interior de Angola os portugueses compravam e vendiam escravos, sendo as próprias autoridades, até chefes de concelho, às vezes, os que realizavam tão odiosas transacções ou as toleravam dentro da área da sua jurisdição, mascarando-as com o nome de resgate.

É inútil negar ou contestar. Os africanistas todos o sabem e eu próprio o observei nas minhas longas peregrinações através do continente.²⁷

Ladislau Batalha tem uma posição clara sobre o racismo. É por isso que encontramos também, sobre a temática do *perigo amarelo*, uma posição frontal de Ladislau Batalha contra uma visão chauvinista e ocidentalocrática em relação aos povos asiáticos.

No momento em que ele publica o livro *O Japão por Dentro*²⁸, verificava-se uma onda anti-nipónica muito forte. Conhecendo a realidade japonesa por ter vivido nessas paragens em 1882, Ladislau Batalha vai claramente opor-se "à corrente de opinião que insiste em ver no desenvolvimento do império japonês uma feição do fantasiado perigo amarelo".²⁹

Ladislau Batalha afirma: "O perigo só chegou quando o Japão, progredindo, principiou a dispensar-se de mais importações. Quando o seu pessoal já instruído e habilitado começou a substituir os estrangeiros que nem sempre se mostraram dignos e honestos.

²⁵ *Idem* pp. 126, 127, 169, 170.

²⁶ In Batalha, Ladislau *Pátria e Conversão – Verdades amargas*, Biblioteca Socialista dos Anjos, Tipografia da Empresa Editora e Tipografia, Lisboa, 1898.

²⁷ *Idem*, p. 25.

²⁸ In Batalha, Ladislau, *O Japão por dentro*, Parceria A. M. Pereira Editora, Lisboa, 1906.

²⁹ *Idem* p. 122.

Portanto, o perigo amarelo não diverge dos perigos de qualquer outra cor. É um dos perigos de carácter industrial, um perigo essencialmente capitalista (...). O perigo amarelo é apenas a reacção contra o perigo branco"³⁰.

É também no estudo que dedica à história portuguesa que ele manifesta o mais veemente repúdio ao anti-semitismo. No seu livro *Curiosidades da História Portuguesa*³¹, publicação que vinha sendo anunciada desde os primeiros anos do século XX com o título de *Portugal no século XVI*, Ladislau Batalha desenvolve toda uma interpretação da decadência portuguesa. Explica:

O influxo terrorista comunicado pela Inquisição à sociedade portuguesa, com a desvairada perseguição aos judeus, imprimiu à literatura nacional, já nos fins do século, um carácter de misticismo doentio que só mais tarde dificilmente veio a desfazer-se e não de todo. Ainda hoje ele se faz sentir entre nós (...). A brecha aberta na sociedade portuguesa pelo terrorismo das espoliações e expulsão dos judeus, pode e deve considerar-se irreparável.

Este monstruoso crime nacional cimentou para sempre a miséria de que não mais conseguiremos libertar-nos.³²

³⁰ *Idem*, pp. 123 e 124.

³¹ In Batalha, Ladislau, *Curiosidades da História Portuguesa*, Livraria Editora Guimarães, Lisboa, s/d.

³² *Idem*, pp. 182 e 184.

Diáspora e memória, encontro de culturas

AURÉLIO ROCHA*

Nota introdutória: generalidades

O tráfico de escravos em África constitui um dos períodos mais sombrios e trágicos da História da Humanidade. A história da escravatura e do tráfico entre os povos africanos é também a história das populações escravas, libertos e seus descendentes, muitas vezes mestiços, enraizados nas sociedades para onde foram transportados.

Todos estamos conscientes de que a reconstituição histórica do tráfico de escravos e dos processos de escravidão africana em diferentes partes do mundo está ainda por fazer. Para muitos de nós, ao nos debruçarmos sobre essa história, ao pretendemos conhecer mais detalhadamente essa história, descobrimos, com algum espanto, a existência ainda de um enorme espaço vazio.

São ainda muitas as lacunas e muitos os aspectos menos estudados acerca dos intercruzamentos culturais ocorridos em resultado do encontro de africanos com africanos (Moçambique e as ilhas do Oceano Índico, por exemplo), e de africanos com americanos (brasileiros e antilhanos), por via do tráfico de escravos. Apesar dos vários estudos sobre contactos e ligações

* Centro de Estudos de Pós-Graduação e Pesquisa Aplicada do Instituto Superior Politécnico e Universitário – Moçambique.

entre estes espaços, manda a verdade dizer que continuam mal conhecidos o papel e a contribuição de uns e outros nesse processo.

Cabe aos historiadores, mas também aos linguistas, antropólogos e sociólogos, prosseguir estudos e retomar pistas deixadas por outros estudiosos do fenómeno, na tentativa de ajudar a revelar ainda mais, não só a amplitude do tráfico como também dos destinos desses mesmos escravos feitos mercadorias, e das relações, culturais e políticas, que por essa via foram estabelecidas entre as sociedades envolvidas.

Para o caso de Moçambique, interesse-me há muito em determinar a dimensão do tráfico de escravos e de outras formas de exportação de moçambicanos, procurando identificar o que ficou dessa(s) identidade(s) nos diferentes destinos para onde foram transportados e, não menos importante, saber se alguns deles, ou seus descendentes, terão regressado e, naturalmente, trazido hábitos e costumes que se tenham também enraizado na sociedade moçambicana.

Os moçambicanos que foram forçados a deixar as suas terras e levados para as Américas ou outros destinos no Oceano Índico transportaram consigo elementos das suas culturas, línguas, músicas, hábitos e costumes. Mas, quando os seus descendentes nasceram nos cativeros e as importações directas de África terminaram, Moçambique pode ter-se tornado uma memória distante. No entanto, a condição de ser um «Moçambique», apesar das suas origens na retórica dos que os escravizaram, deve levar-nos a reflectir esta conexão, mesmo que essas origens possam ter-se diluído no tempo.

Dos dados que consegui recolher, tanto no que se refere ao Brasil como às ilhas do Oceano Índico, e também a S. Tomé e Príncipe, tem sido interessante observar que alguns dos laços às origens estão a ser reconstruídos pelos africanos na diáspora, cidadãos de países que procuram agora estabelecer conexões às terras de onde acreditam terem vindo os seus ancestrais.

Estudos e investigações sobre a coesão social em torno das associações e irmandades criadas um pouco por todo o lado onde os africanos se encontravam abrem certamente espaços para outros campos de pesquisa, como o das relações estabelecidas e do espírito de competitividade existente entre essas entidades. É preciso procurar conhecer as diferenças e aspectos

comuns estabelecidos nos diversos espaços entre as associações do tipo das irmandades e confrarias já conhecidas. Esta é, porventura, a perspectiva a seguir, embora muitas das vertentes desta memória não tragam propriamente recordações agradáveis.

Uma questão importante é procurar investigar, nos territórios de destino dos escravos africanos, como buscaram os africanos a reconstrução das estruturas políticas, religiosas e económicas das terras de onde partiram. Algo terá sido legado a essas sociedades também pelos «moçambiques», sempre tão profusamente referidos por historiadores, sociólogos, antropólogos e linguistas, e que deram inestimável contributo com os seus mais recentes estudos sobre essas reminiscências em Moçambique¹, no Brasil² e nas ilhas do Índico³.

Os estudos sobre o tráfico e os diferentes sistemas de escravidão que lhe deram sustento devem começar a reflectir a preocupação pela dimensão humana dos escravos, procurando mostrar as muitas maneiras graças às quais os africanos participaram nas mudanças culturais verificadas tanto nas suas comunidades de origem como de destino. As diversas formas de resistência que já foram inventariadas, e de que os «quilombos» do Brasil são apenas um exemplo, contribuíram para devolver aos africanos a dignidade tantas vezes recusada e dar maior atenção à sua participação na construção do tecido sociocultural de várias sociedades, deitando por terra a ideia instalada sobre a pretensa passividade dos africanos, que teria facilitado tanto a escravatura como o tráfico de escravos ou a dominação colonial.

Como é sabido, o tráfico de escravos teve incidências económicas e sociais em Moçambique, mas proporcionou relações culturais e políticas muito especiais, mais com as ilhas do Índico (a partir do século XVII), e com o Brasil (a partir do século XVIII), do que com outras regiões e países de destino dos escravos «moçambicanos». São essas relações que este trabalho pretende reportar.

¹ CAPELA, 2002.

² KARASCH, 1987.

³ ALPERS, 2004.

1. A dimensão real do tráfico a partir de Moçambique

Temos hoje vários estudos que nos permitem avaliar os números, volumes e rotas do tráfico de escravos a partir de Moçambique. Para o tráfico no Oceano Índico, realço a importância dos trabalhos de José Capela (1989; 2002), Eduardo Medeiros (1988), Edward Alpers (1970; 1975; 2003), J. M. Filliot (1974) e Gwyn Campbell (1981; 1989), todos baseados em riquíssima documentação arquivística⁴.

Também Mary Karasch (1987) nos traz uma informação detalhada para a compreensão deste tráfico, através do estudo de comunidades de origem africana, incluindo as de origem moçambicana, no Brasil. Herbert Klein (1969) e Manolo Florentino (1995) deram valioso contributo com os seus ensaios sobre a mortalidade e a demografia através das fontes do tráfico de África para o Brasil, especialmente o Rio de Janeiro. Finalmente, é de referir a monumental compilação feita por David Eltis, Stephen Berendt, David Richardson e Herbert Klein (2000), que nos fornece informação minuciosa sobre o tráfico da África Oriental para as Américas.

Os «moçambiques» foram traficados não só dentro da bacia do Oceano Índico (Comores, Maurícia, Reunião, Madagáscar, Seychelles, Zanzibar, Somália, Omã, Golfo Pérsico, Índia, Sri Lanka e Timor-Leste), mas também para o mundo atlântico, nomeadamente para São Tomé e Príncipe, São Domingos (hoje Haiti), Brasil, Cuba e região do Cabo⁵. Outras pessoas da zona norte do actual Moçambique foram traficadas através de Kilwa, o principal porto de escravos da costa suaíli na actual Tanzânia, mas nem sempre foram identificados na diáspora por «Moçambiques», embora em alguns casos possam ser identificados como tal pela sua origem étnica. Similarmente, algumas dessas pessoas que se identificaram como «moçambiques» não seriam originárias do que é o espaço territorial correspondente ao actual Estado moçambicano⁶.

⁴ Estes autores trabalharam em arquivos importantes como o Arquivo Histórico de Moçambique, o Arquivo Histórico Ultramarino, os Arquivos Nacionais de Paris e o Public Record Office de Londres.

⁵ HARRIES, 1994.

⁶ Hoje é possível a desconstrução da categoria «moçambique» em várias componentes que correspondem aos distintos etnónimos moçambicanos, tais como os macuas ou os manganjas, como também aos topónimos ou designações regionais, a saber os «quelimanes», os «inhambanes», ou mesmo os «zambebianos», entre outros.

Está hoje bem estabelecido que o tráfico de escravos de Moçambique, isto é, do território situado entre o Cabo Delgado e a baía de Maputo, se tornou proeminente só a partir do século XVIII, com o estabelecimento e desenvolvimento das economias de plantação nas ilhas Mascarenhas e em Zanzibar⁷. A partir do século XVIII, o comércio de escravos começou a pôr em contacto mais estreito Moçambique com as Américas, especialmente a partir das Ilhas Mascarenhas. Foi também a partir dessa altura que foram sendo cultivadas estreitas relações comerciais e de amizade entre os governos de Moçambique e da Ilha Maurícia⁸.

Antes dessa data, foram traficados escravos de Moçambique, mas os dados a esse respeito são muito escassos e não nos dão mais do que estimativas. De todo o modo, há dados que apontam para um movimento de tráfico de Moçambique para a Índia, há muito estabelecido, principalmente para as possessões portuguesas, mas de modesta dimensão.

A perda de Mombaça pelos portugueses a favor das forças omanitas coligadas, em 1698, marcou uma viragem económica e política na história de toda a África Oriental. No século XVII, já os portugueses da Ilha de Moçambique compravam escravos em Madagáscar, e é provável que escravos de Moçambique entrassem ocasionalmente na rede de comércio que envolvia a grande ilha do Índico, as Ilhas Comores e a costa suaíli⁹.

Mas a grande expansão do tráfico de escravos a partir dos portos de Moçambique está intimamente ligada à colonização das ilhas Mascarenhas pela França. Entre 1786 e 1794, terão saído só das possessões portuguesas de Moçambique para as ilhas do Oceano Índico, 56 183 escravos, a uma média anual superior a 6 240 escravos¹⁰. Entre 1821 e 1890, é provável que tenham sido levados de Moçambique cerca de 540 000 escravos só para a área sob domínio do reino Merina, em Madagáscar¹¹.

⁷ Nos anos finais do século XVI esse tráfico era modesto, apesar de o mercado local dispor de escravos em quantidade devido à fome e às guerras em toda a região a norte do Zambeze. Durante todo o século XVI, só marginalmente Moçambique terá participado do tráfico de escravos, à excepção de uma ou outra provisão da Ilha de Moçambique para Madagáscar – Ver: NEWITT, 1995: 173.

⁸ CAPELA, 2002.

⁹ ARMSTRONG, 1983/4: 216-217.

¹⁰ M'BOKOLO, 2003: 308.

¹¹ CAMPBELL, s/d: 22.

Entre 1814 e 1819, através de Quelimane foram exportados para o Brasil 15 005 escravos, dos quais mais de cinco mil em 1819. Em 1818 tinham saído de Moçambique, com o mesmo destino, 8 164 escravos, para três anos depois subir para 12 500 o número de escravos saídos¹². Outros autores estimam que tenham sido enviados para o Brasil, entre 1800 e 1832, mais de cem mil escravos saídos de todos os portos de Moçambique¹³. Assim, para o Brasil, Moçambique terá fornecido 37 300 escravos entre 1751 e 1775, numa média anual de 746 escravos. Para o período 1801-1865, estima-se em 437 200 o número de escravos embarcados de Moçambique para o Brasil, a uma média anual de 6 726 escravos.

A Ilha de Moçambique e Quelimane eram os principais portos de exportação de escravos, sendo responsáveis pela saída de 85% dos escravos. Pelas estimativas de Alpers, o número de escravos exportados através da Ilha de Moçambique de 1770 a 1803 terá sido de 75 212 a 78 370, e de 1818 a 1830, terão sido exportados 68 063 escravos¹⁴. Entre 1836 e 1841-2, foram exportados só por Quelimane 18 500 escravos. Pela Ilha de Moçambique e outros portos menores, foram exportados no mesmo período 46 300 escravos, perfazendo assim um total de 64 800 escravos saídos de Moçambique¹⁵.

Entre o fim da década de vinte e toda a década de quarenta, Quelimane tinha suplantado a Ilha de Moçambique como principal fornecedor de escravos para o Brasil, principalmente para os mercados do Rio de Janeiro e outros portos do sul do Brasil. Entre 1751 e 1865, terão entrado nos portos do sudoeste brasileiro cerca de 365 mil escravos oriundos dos portos de Moçambique, sendo que no Rio de Janeiro entraram nesse mesmo período mais de 136 mil escravos¹⁶.

O tráfico era, inquestionavelmente, a principal actividade da colónia de Moçambique na primeira metade do século XIX, e nele estavam envolvidos

¹² VAIL & WHITE, 1980; MEDEIROS, 1988; ALPERS, 1975.

¹³ Dados compilados a partir das seguintes fontes: SERRA, 1983: 102-103; VAIL & WHITE, 1980: 18; ALPERS, 1975: 296; BOTELHO, 1835: 367-368; CAPELA & MEDEIROS, 1987.

¹⁴ ALPERS, 2004: 77.

¹⁵ LIESEGANG, 1986: 464.

¹⁶ ALPERS, 2004: 81.

agentes da administração portuguesa, chefes africanos, islamizados ou não, e comerciantes de origem vária, desde portugueses e brasileiros a indianos, franceses e americanos. A provar este facto, registre-se que, em 1829, cerca de 35% das receitas de Moçambique provinham directamente da exportação de escravos, enquanto 40% de outras receitas estavam relacionadas com este negócio¹⁷.

Na primeira metade do século XIX, o tráfico de escravos de Moçambique para o Brasil atingiu proporções sem precedentes à época em que o tráfico de escravos para as ilhas Mascarenhas estava no auge. No entanto, apesar de uma larga percentagem de escravos «moçambiques» terem sido levados para o Brasil durante o século XVIII, eles continuavam a ser uma minoria entre os africanos transportados para este destino.

Com a proibição da escravatura nas colónias francesas, em Fevereiro de 1848, os governantes e os plantadores da Ilha da Reunião, com a conivência das autoridades de Moçambique, criaram a figura do “trabalhador livremente engajado”. Este tráfico encapotado, que se inicia com carácter oficioso em 1854, durará até praticamente o último quartel do século XIX. A partir de 1887, data em que foram concedidas maiores facilidades aos plantadores das ilhas do Índico para recrutamento de trabalhadores em Moçambique, saíram dos portos da Ilha de Moçambique, da Ilha do Ibo e de Inhambane milhares de Moçambicanos. Neste negócio, foram activos em todos os portos, esteiros e riachos da costa de Moçambique, os pangaiais árabes e suaílis, cujos chefes foram, na época, os grandes senhores do negócio¹⁸.

A exportação de escravos só terminou definitivamente quando o Brasil e Cuba fecharam os seus mercados, abolindo a escravatura nos seus territórios. Ainda assim, em Moçambique, os franceses obtiveram, em 1866, autorização do governo português para recrutar negros destinados aos trabalhos de abertura do canal de Suez¹⁹. Com o termo do tráfico, e o estabelecimento efectivo da administração colonial, não cessaram as saídas de

¹⁷ SANTANA, 1964 (I): 660 e (II): 787-789.

¹⁸ CAPELA & MEDEIROS, 1987: 45-70.

¹⁹ ROCHA, 1986: 11.

trabalhadores de Moçambique, então já sob outras formas, mas não menos violentas do que haviam sido as do tráfico. Os Moçambicanos passaram a estar submetidos ao «contrato» e enviados para destinos como a África do Sul e outros países vizinhos, e também para S. Tomé e Príncipe.

2. Reminiscências culturais

A partir do século XVIII, com o comércio de escravos, primeiro, e, depois, com o envio de contratados para o trabalho em minas, plantações e roças, milhares de pessoas oriundas do território que é hoje Moçambique, foram conduzidas para diversos destinos, nomeadamente as ilhas do Índico, o Brasil, a África do Sul e S. Tomé e Príncipe. O que aconteceu a essa gente e aos seus descendentes já livres? O que resta das suas línguas e das suas tradições culturais? Como se integraram nas sociedades de destino? Terão muitos deles regressado?²⁰ E como se integraram na sociedade de origem?

Agora que se reacende a questão das relações entre Moçambique e o Brasil, e se aprofundam as relações entre as margens do imenso Índico, é lícito lembrar que nenhum estudo de índole histórica e linguística foi feito sobre comunidades, ou restos delas, originárias de um e de outro lado.

Há ainda um enorme desconhecimento sobre as sobrevivências e influências moçambicanas nas culturas dessas sociedades, onde, por exemplo, convivem lado a lado as técnicas sofisticadas e os rituais e as danças rítmicas de sabor africano, e a superstição que a tudo isso subjaz. Mas, hoje, graças ao processo de mundialização, começam a operar-se reagrupamentos sociais, de natureza religiosa uns (o exemplo dos Yoruba no Brasil e em Cuba)²¹, ou de origem geográfica e cultural outros (o exemplo dos moçambicanos nas ilhas do Índico).

²⁰ Para a África Ocidental existem dados mais consistentes sobre o regresso a África de descendentes de escravos do Brasil. – Sobre este assunto ver: SILVA, 1994: 195-220; MOURÃO, 1994: 181-194; RODRIGUES, 1964 (I).

²¹ Ver MARGARIDO, 2002

2.1 Moçambique no Brasil

A produção de estudos sobre África tende a deixar a ideia de se estar a reduzir a originalidade das culturas africanas a meros objectos circunstanciais, e que em nada terão contribuído para a organização de sociedades para onde foram forçadamente dirigidos. São disso exemplo as condições que ditaram as diferentes formas de integração cultural, que, segundo Margarido, a sociologia ocidental classifica como sendo formas de aculturação²².

No Brasil, os vários sincretismos existentes sofreram todos a influência das culturas negras originárias de Angola, Moçambique, Congo, Nigéria, Daomé, etc. Já foi dito que por «moçambiques» eram denominados, no Brasil, os escravos provenientes da costa oriental africana. O mesmo termo designava uma qualidade de arroz e uma dança semelhante à congada do Congo, muito usada em Minas Gerais²³. É de assinalar que, nesta região do Brasil, era grande a influência africana, especialmente nas práticas de fetichismo, folclore e dança, tornando forte a consciência racial, elemento predominante mesmo nas relações sociais²⁴.

Na América do Sul, com mais evidência no Brasil, mas também nas Caraíbas, os negros sempre usaram as danças como formas de manifestação religiosa, colocando-se sempre sob a protecção dos seus santos predilectos, mais em jeito de louvor do que de ritual litúrgico. É o caso das manifestações em louvor de São Benedito e Nossa de Senhora do Rosário no Brasil. Na região de São Paulo, foi identificada a “dança de São Benedito”, executada por membros da Irmandade de São Benedito, cujos membros são maioritariamente descendentes de gente oriunda da costa oriental africana, Moçambique²⁵. O carácter religioso desta manifestação é constatado “pela presença da bandeira oratória em casa do Mestre, participação nas festas do

²² MARGARIDO, 2002.

²³ *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edição Enciclopédia, Lda., Vol. XVII, p. 459; CARNEIRO, Edison. “O Folclore Negro”. In: *Sabedoria Popular*, pp. 65-87.

²⁴ MAXWELL, 1973: 92.

²⁵ Ver também em Moçambique, manifestações em louvor de S. Benedito e a confraria da senhora do Rosário na Ilha de Moçambique.

orago, compromisso assumido por ocasião do ingresso no grupo e exigência de observância do catolicismo”²⁶.

Estas manifestações, de tradição já antiga, começam a ser vistas, à semelhança das de origem angolana ou congolesa, como traços importantes da cultura afro-brasileira e formas de expressão da religiosidade e resistência negra. Através delas, é possível abordar a problemática da identidade negra, buscando compreender como se articulam elementos simbólicos originários do catolicismo (na sua vertente popular) e das religiões afro-brasileiras²⁷.

No Brasil, são diversas as evidências de manifestações populares, geralmente denominadas de «Moçambique», na maioria dos casos de cariz religioso, tendo por finalidade louvar alguns dos santos mais emblemáticos das comunidades negras um pouco por todo o mundo. A relação entre os «moçambiques» e a religião foi já constatada em várias pesquisas. Os estudos que têm sido efectuados sobre as manifestações religiosas no Brasil dão interessantes informações sobre estes rituais no espaço das irmandades negras, quase sempre se organizando como associações autónomas, ainda que de algum modo vinculadas às festas religiosas tradicionais.

Estas manifestações, de tradição já antiga, começam a ser vistas, à semelhança das de origem angolana ou congolesa, como traços importantes da cultura afro-brasileira e formas de expressão da religiosidade e resistência negra. Através delas, é possível abordar a problemática da identidade negra, buscando compreender como se articulam elementos simbólicos originários do catolicismo (na sua vertente popular) e das religiões afro-brasileiras.

São vários os autores a reconhecer a diversidade de origens dos «moçambiques» no Brasil. As fotografias de africanos escravos feitas por João Maurício Rugendas e publicadas em 1834 referem uma variedade de «moçambiques» cujas figuras mostram diferentes formas de escarificações corporais, e, portanto, de diferentes origens étnicas²⁸. Eram ainda reconhecidos os escravos

²⁶ Informação dada por Antónia Aparecida Quintão, Setembro de 1998. Nalgumas dessas manifestações, nas suas cerimónias e rituais, as pessoas apresentam-se vestidas de cor branca e fitas de cor variada cruzadas no peito, com “paia” em ambas as pernas e bastão de madeira muito polido”.

²⁷ Está ainda por avaliar o significado destas manifestações para os seus actores, que pode muito bem ser uma forma de encontrar resposta para a questão da sua própria identidade na sociedade em que estão inseridos.

²⁸ Estas escarificações são muito semelhantes às que na Ilha da Reunião, cerca de 1853, foram identificadas como tendo origem em Inhambane e designadas por «Nyambane».

denominados «quelimanes», o que não surpreende dado o enorme fluxo de escravos chegados ao Brasil (Rio de Janeiro) no século XIX, saídos do porto de Quelimane, em Moçambique.

O que é importante, ainda que surpreendente, é o facto de os «moçambiques», de um modo geral, terem mantido alguma identidade, nessas zonas onde eram mais numerosos, mais exactamente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Há, na verdade, um número significativo de famílias que buscam reconhecer as suas origens moçambicanas, tendo sido identificadas danças que transportam o nome «Moçambique», ainda que as origens de algumas delas sejam mais diversas do que a designação indica²⁹. Durante o século XIX, foram identificados descendentes de escravos macuas, os quais devem ter mantido alguma identidade, a crer nas pesquisas recentes efectuadas por alguns historiadores³⁰.

Em meados do século XIX, as mulheres tinham um peso significativo na população escrava do Rio de Janeiro. O censo de 1849 mostra que mais de metade das mulheres escravas (c. 57,3%) nasceu em África. Dessas mulheres escravas, de 15% a 25%, dependendo do período, era proveniente da África Oriental, a maioria provavelmente de Moçambique. Aproximadamente 60 % das mulheres vinham da África Central, onde hoje se encontram o Gabão, Angola, o Congo e o Zaire³¹.

Muitas destas mulheres participaram nos diversos quilombos um pouco por todo o Brasil. De 42 quilombolas capturados em vários quilombos, no século XIX, cerca de 30% eram mulheres. Estas mulheres eram as responsáveis pela preservação das tradições africanas, nomeadamente jogando um papel importante na organização das festividades e na combinação das culinárias africanas com as luso-brasileiras e europeias. Sabe-se que um número razoável destas mulheres ganhou a sua liberdade e voltou a África com os seus familiares³².

²⁹ Este aspecto nem é de estranhar, na medida em que boa parte dos escravos que foram levados para o Brasil, e mesmo para outros destinos, não era oriunda do actual território de Moçambique, mas sim de territórios vizinhos. Eram exemplo disso os Nyamwezi, oriundos do sudoeste da actual Tanzânia. O que havia de comum era o facto de todos saírem pelos portos de Moçambique, principalmente de Quelimane, Ilha de Moçambique, Ilha do Ibo e Inhambane.

³⁰ KARASCH, 1987; ALPERS, 2004.

³¹ A autora estudou também os quilombos na Capitania de Goiás. KARASCH, 1986: 80.

³² BUCHER, 1986: 91-100.

2.2 Representações de Moçambique nas ilhas do Oceano Índico

Em todas as ilhas do Oceano Índico, encontram-se situações similares, com evidências de manifestações culturais que remetam para a origem moçambicana dos seus actores, sobretudo a partir da preservação dos nomes e das ligações destas comunidades.

Alguns dados tidos como fiáveis dão conta de que o tráfico para Madagáscar excedeu o tráfico conjunto para as ilhas Mascarenhas e para as Américas. Na grande Ilha de Madagáscar, que foi um dos grandes clientes dos negreiros que operavam em Moçambique, todos os escravos que aí chegavam eram designados colectivamente por «les mozambiques» ou também «mozambiky». Para Madagáscar foram enviadas sucessivas levas de escravos de Moçambique, especialmente Macuas, cujas comunidades ainda sobrevivem com a sua própria organização. Em 1877, representavam cerca de 19% do total da população do reino de Imerina³³.

Durante todo o século XIX eram intensas as relações entre os grupos afro-islâmicos³⁴ da costa norte de Moçambique e Madagáscar, embora muitos aspectos dessa relação se mantenham ainda pouco conhecidos. Sabe-se, contudo, da importância que adquiriram os «Moçambiques» na grande ilha, de tal modo que, após a sua emancipação, ocorrida com carácter definitivo em Julho de 1877, foram assimilados aos servos reais³⁵. Quando a escravatura foi definitivamente abolida em Madagáscar, a maioria dos registados como escravos era «moçambique», de um total de quinhentos mil.

Em Madagáscar foram adoptadas as designações «moçambique» ou «mozambiky». Ao que parece, esta comunidade mantém a sua identidade

³³ GRANDIDIER, II: 89-90; PÉLISSIER, I: 224.

³⁴ Foi para Madagáscar que foram levados vários membros da família de Mussa Quanto, sultão de Angoche, após a conquista deste sultanato pelos portugueses, em 1861. O próprio Mussa Quanto, expulso de Angoche, foi para Madagáscar, e dali para Anjouan, nas Ilhas Comores, onde viria a morrer em 1862. Ver: HAFKIN, 1973: 330-331; PÉLISSIER, 1987: 223.

³⁵ Foi por Édito Real de 20 de Junho de 1877 que ocorreu a emancipação dos escravos «moçambiques». Acerca da questão da libertação dos escravos, confrontam-se duas tendências nos estudos malgaches: uma que põe em evidência uma abolição pré-colonial (1877) que terá sido apenas parcial, e outra que insiste na importância do tráfico na consolidação do poder merina. Ambas as formas de ver o problema reenviam para a questão da etnicidade e do nacionalismo em Madagáscar - ver: RANDRIANJA, 2004: 110.

até agora, o que é muito provável devido à dificuldade de integração numa sociedade com um sistema escravocrata muito fechado como era a sociedade malgache. São ainda hoje identificados pela sua origem escrava. São reconhecidos os macuas (os makoa) que mantiveram a sua identidade mesmo depois da emancipação, sobretudo através da preservação da língua (o emakhwa) nas zonas onde constituem uma comunidade com alguma expressão³⁶.

A partir de 1768, foi em crescendo a produção nas plantações das ilhas Mascarenhas, ao mesmo tempo que se multiplicavam as refinarias. Para o fim do século XVIII já Moçambique tinha ultrapassado Madagáscar como fonte de abastecimento das Ilhas Mascarenhas. Os plantadores franceses iam buscar escravos também a norte do rio Rovuma³⁷.

Em 1806, na Ilha da Reunião (França), mais de 40% dos escravos recebia a designação de «moçambiques» e constituía uma variedade de origens étnicas, nomeadamente macuas, ajauas (yao), macondes e tambaras. Havia-os também sob as designações de zambezianos e inhambanes. Mas como «moçambiques» eram também conhecidos os escravos com origem noutras zonas fora do actual território de Moçambique - Maravi, Nyamiwezi. Nesta ilha, é muito usual a designação do «yambane», que se refere a todos os escravos do Sul de Moçambique, embarcados a partir do porto de Inhambane. Muitos destes indivíduos eram tsongas, sendo este etnónimo também utilizado nas diásporas. A designação de «nyambane» (ou «Yambane») era nesta ilha assumida como uma identidade distinta entre os escravos da África Oriental no século XIX, e ainda hoje muito acentuada. Na verdade, há evidências de algumas famílias manterem ainda a sua identidade de «Nyambane»³⁸.

Também na Ilha Maurícia, o censo de 1830 faz a distinção das classes de escravos, em que aparecem os «moçambiques» representando a classe 4 com

³⁶ Os originários de Moçambique, designados por «makoa», estão, hoje, maioritariamente divididos entre a região de Ambongo (antigo zona Sakalave), na zona ocidental de Madagáscar, e a região do antigo reino Merina. É possível localizar bolsas mais pequenas de «makoa» mais a norte da Ilha, nas zonas de Majunga e de Nossi Bé - Ver: RANDRIANJA, 2004: 90-91; ALPERS, 2004: 88.

³⁷ M'BOKOLO, 2003: 307.

³⁸ Ver: "Processos Verbais de Interrogatórios" e "Assentos e registos de nascimentos e óbitos de negros e escravos", em Catálogo, *Île de la Réunion...*

dois quintos da população escrava. Era composta de «macoas, mondjavoas, senas, moussenas, yambanes, mouquindos, maravis, macondes, niamoeses», todos designados pelo nome colectivo de «moçambiques»³⁹. Apesar da diversidade das origens étnicas e linguísticas destes grupos, acabaram por constituir a categoria de «moçambiques» e, depois, a de «crioulos», que indica também hoje os descendentes afro-malgaches e, entretanto, pessoas cujos ancestrais foram escravos. Há autores que consideram os mauricianos «moçambiques» como uma comunidade étnica⁴⁰.

No século XIX e grande parte do século XX, chamar alguém de «mozambique» na Ilha Maurícia era considerado pejorativo, por indicar uma pessoa de origem escrava. Contudo, essa imagem vem sendo gradualmente esbatida. O que era antes um instrumento para marginalizar os crioulos tornou-se já numa identidade orgulhosamente reclamada pelos mauricianos crioulos que desempenham cada vez mais um papel central na sociedade da Ilha Maurícia⁴¹. Há evidências de a língua *emakwa* (macua) ter sido falada ainda durante muito tempo, bem para além da emancipação dos escravos, identificando-se muitos termos já integrados no vocabulário popular da Ilha Maurícia.

Apesar dos poucos e nem sempre fiáveis dados sobre a ida de escravos para as Ilhas Comores, são conhecidas antigas relações entre estas ilhas e a costa do Norte de Moçambique, como também é ali conhecida a existência de importantes comunidades macuas islamizadas.

2.3 Moçambique e S. Tomé e Príncipe

Relativamente a S. Tomé, nas pesquisas que venho fazendo, pude identificar algumas situações de descendentes de escravos e de trabalhadores contratados já no século XX, que retornaram em algum momento à terra dos seus ancestrais.

³⁹ ALPERS, 2004: 85.

⁴⁰ BARKER, 1996: 64-70.

⁴¹ Este processo de investigação histórica de famílias é desenvolvido no âmbito do projecto «Origins» do Centro de Cultura Africana Nelson Mandela de Port Louis.

Procurando reconstituir alguns processos, é possível recuar até meados do século XIX, quando indivíduos do grupo sociocultural Tsonga chegaram a Inhambane pela mão dos Nguni, onde foram vendidos a traficantes e metidos em barcos negreiros com destino a S. Tomé. Alguns descendentes destes escravos regressaram a Moçambique por diversas formas, já no século XX, e procuraram reencontrar as suas origens⁴².

O mesmo se pode dizer dos contratados que, já no século XX, foram em levadas sucessivas enviados para as roças de S. Tomé, de onde muitos regressaram com as suas famílias e como refere e bem Augusto Nascimento, estes contratados regressaram já «menos indigenizados», apesar de um certo imobilismo social que caracterizava a vida nas roças⁴³, e introduziram hábitos e costumes santomenses em Moçambique⁴⁴.

Foi em 1903 que pela primeira vez se autorizou o recrutamento de trabalhadores em Moçambique com destino a S. Tomé, com contratos de dois anos em que estavam expressas condições de repatriação. Na primeira década do século XX, alguns milhares de trabalhadores moçambicanos foram embarcados para S. Tomé e Príncipe, mas as plantações das ilhas continuavam a depender fundamentalmente dos contratados de Angola.

Em 1908, terá tido início a primeira fase de migração para S. Tomé, onde nesse mesmo ano terão chegado, oficialmente, 539 trabalhadores vindos de Moçambique, com contratos que variavam entre um e três anos, a maior parte oriundos da região norte⁴⁵. Em 1909, chegam às ilhas dois mil trabalhadores de Moçambique⁴⁶. Apesar das muitas resistências ao envio de moçambicanos para S. Tomé, por parte das autoridades coloniais de Moçambique, durante todo o século XX, o recrutamento foi sendo autorizado, alternando períodos de abertura com períodos de proibição à saída de trabalhadores moçambicanos⁴⁷.

⁴² Entrevistas com Rosendo Africano Camplé e Sebastião Africano Camplé, Maputo, Agosto a Outubro de 2005.

⁴³ NASCIMENTO, 2002: 188.

⁴⁴ Nos quintais dessas famílias planta-se a árvore da fruta-pão; na culinária utiliza-se não raras vezes o óleo de palma, «dendê», tão característico da África Ocidental.

⁴⁵ Em S. Tomé eram conhecidos pelas designações de «quelimanes» e «moçambiques». Ver: ALMEIDA, 1979: 52; NASCIMENTO, 1998: 185 e 2002: 13.

⁴⁶ ALMEIDA, 1979: 59.

⁴⁷ *Ibidem*: 73.

Até 1931, terão chegado a S. Tomé 5 699 trabalhadores contratados em Moçambique. A partir desse ano, verificou-se uma redução no recrutamento de moçambicanos, por um lado sob o impacto da crise de 1929, e, por outro lado, dadas as exigências do recrutamento dentro de Moçambique, não apenas para a África do Sul e países vizinhos, como também para as obras públicas e plantações dentro do território moçambicano. Assim, se em 1930 ainda chegaram a S. Tomé 1 749 moçambicanos, já no ano de 1932 apenas se registou a chegada de 22 indivíduos⁴⁸.

Durante os restantes anos da década de trinta, Moçambique não forneceria trabalhadores contratados a S. Tomé. Pelo contrário, verificou-se um movimento de repatriação expressivo, registrando-se entre 1933 e 1939 o retorno a Moçambique de 908 serviçais⁴⁹. Em 1942, em plena II Guerra Mundial, viveriam nas roças de S. Tomé 6 357 moçambicanos⁵⁰. O recrutamento só se reiniciaria, de forma sistemática, a partir de 1948, ano em que, segundo Nascimento, terão ingressado em S. Tomé 2 101 moçambicanos, dos quais 197 eram mulheres. A migração de serviçais para S. Tomé e Príncipe far-se-ia de forma regular e sistemática até 1961, ano em que se regista a existência nas roças santomenses de 5 668 moçambicanos, dos quais 301 mulheres e 123 crianças. Se nesse ano não se registou o repatriamento de qualquer serviçal, já nos anos de 1962, 1963 e 1964, terão regressado 4 256 serviçais a Moçambique⁵¹.

Na época, colocava-se a questão do verdadeiro estatuto destes trabalhadores contratados, que alguns classificavam de verdadeira «escravatura moderna», devido sobretudo às condições de trabalho, o que mereceu frequentemente críticas e virulentos debates⁵². As campanhas internacionais duraram toda a década de 1900, com destaque sobretudo para as denúncias de missionários e jornalistas. Em 1909, na sequência de uma revolta de ser-

viçais moçambicanos, registaram-se protestos na imprensa de Moçambique e de S. Tomé, contra o não cumprimento da cláusula de repatriação por parte dos plantadores santomenses⁵³.

Foram muitos os serviçais de Moçambique que acabaram por se fixar nas ilhas de S. Tomé e Príncipe, uns por razões afectivas e familiares por ali terem constituído família, casando com mulheres santomenses ou cabo-verdianas, de quem tinham filhos; outros, simplesmente porque as autoridades lhes não consentiam o regresso; ao fim de alguns anos, preferiam fixar residência. Mas também foram muitos os que regressaram a Moçambique, como nos deixa transparecer a documentação e os relatórios administrativos dos anos 40 e 50 do século XX⁵⁴.

Em 1975, meses antes da Independência, deu-se o regresso de muitos contratados moçambicanos em S. Tomé. Dos vários testemunhos recolhidos, através de depoimentos na rádio e na imprensa escrita, em que foram tecidos fortes ataques às autoridades coloniais e aos roceiros de S. Tomé pelas injustiças e arbitrariedades perpetradas, fica a ideia de um regresso ansiado à terra pátria, anseio esse quantas vezes escamoteado pelas autoridades⁵⁵. Outros, an-siando regressar, não o manifestaram por receio de represálias⁵⁶. Estão também documentados casos de regressados que depois manifestaram desejo de voltar a S. Tomé, normalmente filhos dos trabalhadores contratados, nascidos neste arquipélago, e que alegavam dificuldades de integração na sociedade de origem dos seus progenitores⁵⁷.

⁴⁸ NASCIMENTO, 2002: 13-15.

⁴⁹ NASCIMENTO, 1998 e 2002: 15-16.

⁵⁰ *Ibidem*: 22.

⁵¹ *Ibidem*: 55-58.

⁵² A taxa de mortalidade nas roças era elevada e a vida social dos trabalhadores era severamente controlada – Ver: ALMEIDA, 1979: 59; CLARENCE-SMITH, 1985: 114-115; DUFFY, 1967.

⁵³ Também através de certa imprensa foram divulgados excertos do livro do missionário suíço C. A. Swan, *The Slavery Today* – Ver: ALMEIDA, 1979: 59.

⁵⁴ Ver AHM, DSAC, FNI, Caixas, 955 a 958.

⁵⁵ Para NASCIMENTO, 2002: 187, o regresso de alguns contratados soou mesmo “a uma vitória”, como, aliás, já tinha sucedido em anos anteriores.

⁵⁶ Referido por NASCIMENTO, 2002: 23-24, que afirma dever-se isso à experiência vivida “das rígidas relações sociais”, que não proporcionava grande margem “para escolhas individuais”.

⁵⁷ Ver ainda o excelente estudo de NASCIMENTO, 2002.

3. Representações culturais de outros povos em Moçambique

São escassas as evidências de escravos e seus descendentes terem regressado a Moçambique, ao contrário do que ocorreu com a África Ocidental, fenómeno bem documentado e já suficientemente divulgado por diversos autores⁵⁸. Mas há indícios que dão como provável o regresso de alguns dos descendentes das levas de escravos à terra de origem dos seus ancestrais.

No caso do Brasil, as suas relações com Moçambique e a África Oriental não se limitaram ao tráfico de escravos, antes sendo assinaladas trocas de influências políticas e culturais. Neste fluxo comercial, em que o tráfico emergia como nuclear, entrecruzaram-se culturas, e os factos políticos no Brasil repercutiam-se em Moçambique. Da teia de relações, de influências recíprocas, resultaram trocas de costumes, tradições, vocábulos e linguagens que se assemelham. De África, e particularmente de Moçambique, levaram-nos os escravos para o Brasil. Do Brasil trouxeram-nos para a África funcionários e agentes da Coroa, comerciantes, degredados, marinheiros e ex-escravos regressados.

Em Moçambique, desde o século XVIII, prevaleceram na administração vários originários do Brasil⁵⁹. No século XVIII, ter-se-á tecido na Zambézia, na Ilha de Moçambique e em Inhambane uma mestiçagem generalizada nas camadas sociais dominantes, em que preponderavam mulatos provenientes do Brasil, à mistura com mulatos de Moçambique e brancos de Portugal⁶⁰. Na região de Sena (Zambézia), «brasileiros»⁶¹ oriundos da Baía estavam envolvidos em várias actividades, principalmente na produção de aguardente de cana-de-açúcar, cujo fabrico teriam ensinado aos locais⁶².

⁵⁸ Ver especialmente RODRIGUES, 1964 e SILVA, 1992.

⁵⁹ Foi, entre outros, o caso de Francisco de Lacerda e Almeida, nomeado governador de Rios de Sena (Zambézia). Os seus diários de viagens são, ainda hoje, dos mais importantes documentos científicos acerca da geografia e das tradições culturais do vale do Zambeze – Ver: ALMEIDA, 1936.

⁶⁰ ANDRADE, 1955: 218-220; CAPELA, 1988.

⁶¹ Esta designação aparece já na documentação do século XVIII, e não «portugueses do Brasil».

⁶² ANDRADE, 1955: 362, referindo um manuscrito da Biblioteca da Ajuda, com a seguinte passagem: «Há infinitas canas de assucar, da qual se faz este [aguardente], e muito bom no gosto; huns mulatos da Bahia o fazião excellente, e o encinarão aos negros». A presença brasileira em Moçambique é ainda hoje visível em cidades como Quelimane, que conserva um certo ar do velho Brasil.

A meados do século XVIII, devido à liberalização do comércio, em que preponderava o tráfico, instalaram-se na ilha os mercadores “brasileiros”, que gradualmente foram tomando conta dos circuitos comerciais, concedendo ao Brasil um papel relevante tanto social como económico⁶³. Foram então estabelecidas relações estreitas entre o Brasil e Moçambique, onde, no final de setecentos, volta a surgir “uma burguesia, mas de apoio brasileiro” e com “ramificações na Índia”⁶⁴.

Assim se estabeleceram entre Moçambique e o Brasil, antes mesmo do século XIX, laços culturais e políticos que se prolongaram bem para lá da independência política do Brasil. As autoridades portuguesas chegaram a temer o prolongamento de correntes políticas, de entendimentos e simpatias, entre liberais do Brasil e de Moçambique (tal como de Angola e de Cabo Verde). Uma situação que acabou sendo fomentada pela própria Coroa portuguesa, ao fazer enviar para o degredo, em Moçambique, liberais confessos e outros deportados.

Com a revolução liberal (1821) e com a independência do Brasil (1822), surgiram mesmo as primeiras manifestações susceptíveis de questionar a soberania portuguesa em Moçambique. Em 1821, em Rios de Sena formou-se um movimento que anunciou desligar-se do governo de Moçambique, pretendendo a união com o Brasil⁶⁵. Em Sena, onde era considerável a influência de brasileiros, entre 1823 e 1825 surgiu de novo a ideia de união política com o Brasil e deram-se até «passos mui positivos» para que essa união se fizesse.

Este movimento, que se teria estendido à ilha de Moçambique, era fomentado por «brasileiros» estabelecidos em Moçambique. Assim, em todas estas actividades viam as autoridades portuguesas a influência dos «brasileiros»⁶⁶. Na verdade, o Rio de Janeiro era a sede dos liberais e maçónicos que aspiravam pelas liberdades públicas, contando-se entre eles negreiros notó-

⁶³ Com ligações ao Brasil, eram tidos como figuras de peso na sociedade da Ilha de Moçambique, os comerciantes e também “negreiros” Eleutério José Delfim e João da Silva Guedes.

⁶⁴ LOBATO, 1988: 72.

⁶⁵ AHU, Moçambique, Maço 1, *Informações de Sebastião Xavier Botelho*, de 22/03/1822; LOPES, 1944: 165.

⁶⁶ RODRIGUES, 1964 (I): 142 e 146-147; ROCHA, 1992: 92-93.

rios. Estes grupos teriam estreita ligação com os movimentos «rebeldes» em África, onde ponderavam também negreiros proeminentes⁶⁷.

Assim, os negócios e as comunicações entre o Brasil e a África Oriental montaram uma rede de interesses materiais, em que se envolveram portugueses e brasileiros, além de franceses. Estas ligações tornaram-se, inevitavelmente, veículo de novas ideias num e noutro sentido, evidenciando uma relação entre seitas maçónicas, liberais e associações de negreiros localizados em Moçambique, no Brasil e nas ilhas do Índico, nomeadamente a Reunião⁶⁸.

Foi também em Moçambique, que alguns brasileiros amargaram a deportação e o exílio, como aconteceu com alguns dos sentenciados da Inconfidência Mineira, nomeadamente Tomás António Gonzaga (o poeta de *Marília de Dirceu*), José Aires Gomes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, António de Oliveira Lopes, Vicente Vieira da Mota, João da Costa Rodrigues e Vitoriano Gonçalves Veloso. À época, era comum as colónias portuguesas de África serem tomadas como lugar de exílio e degredo para políticos e intelectuais, juntamente com vadios e criminosos⁶⁹. Apesar da situação, todos refizeram a sua vida nas respectivas zonas de degredo, nomeadamente Tomás António Gonzaga, que, devido à sua formação intelectual, reconstruiu a sua vida, casando com uma senhora de família distinta da Ilha de Moçambique, vivendo da advocacia e do cargo público de provedor da Coroa⁷⁰.

A organização em confrarias e irmandades traduz, de algum modo, uma perspectiva de integração nas sociedades coloniais. São organizações quase sempre concebidas segundo o princípio e o modelo de corporações, sobre as quais as sociedades estavam organizadas. São geralmente organizações de

entreada e funcionam como verdadeiros cadinhos de aproximação entre comunidades distintas, procurando vincar as suas diferenças relativamente umas às outras, reforçando a articulação entre as diversas origens africanas ou não.

As primeiras confrarias organizadas de que há conhecimento em Moçambique apareceram no século XVIII e concentravam brancos e mulatos. Nos séculos XIX e XX começaram a formar-se as confrarias, irmandades e associações de apoio, de negros, mulatos e brancos, com origens diversas.

Em Moçambique, à semelhança do Brasil e de Portugal, também se organizaram as confrarias, que congregavam os chamados «reinóis» que aqui incluíam europeus e mulatos (patrícios ou brancos da terra). Para o século XVIII, estão identificadas associações deste tipo em vários pontos de Moçambique, mas foi na Ilha de Moçambique que se formaram as mais importantes confrarias, nomeadamente a de Nossa Senhora do Rosário, da Mise-ricórdia e do Santíssimo Sacramento, com ramificações a outros centros como Quelimane, Inhambane, Ilha do Ibo e, mais tarde, Lourenço Marques⁷¹.

Em finais do século XIX, a comunidade nativa organizou-se para formar a sua própria associação, o Grémio Africano de Lourenço Marques, que seria fundado em 1908. O segmento seguidor da Igreja Católica desta associação criou a irmandade de São Bendito. As actividades em louvor do «Santo Negro» estendiam-se a todos os pontos da colónia onde o Grémio Africano tinha as suas representações, de Lourenço Marques e Inhambane à Ilha de Moçambique, a Quelimane, a Tete e à Ilha do Ibo, com especial incidência no mês de Agosto, altura dos festejos especiais em honra de São Benedito⁷².

Nos anos finais do século XIX, e de forma mais evidente no começo do século XX, foram criadas em Moçambique associações de defesa e ajuda (mutualidades) dos emigrantes das ilhas do Índico, nomeadamente de mauricianos e comorianos, em cuja constituição se encontram os «crioulos» das ilhas, isto é, os descendentes dos antigos escravos idos de Moçambique.

⁶⁷ RODRIGUES, 1964 (I): 136-137..

⁶⁸ CAPELA, 2002; ROCHA, 1992: 90. Segundo Capela, é mais que provável que as ideias revolucionárias tenham sido levadas nos mesmos barcos que transportavam escravos.

⁶⁹ Assim, por sentença de 2 de Maio de 1792, Tomás António Gonzaga e João da Costa Rodrigues foram condenados ao degredo por dez anos, em Mossuril. José Aires Gomes foi condenado, por oito anos, em Inhambane; Vicente Vieira da Mota, por dez anos, em Rios de Sena; e Vitoriano Gonçalves Veloso, por dez anos, em Cabaceira Grande – Ver: MAXWELL, 1973; RODRIGUES, 1964 (I): 113-115; ROCHA, 1992: 87-88; GONÇALVES, 1999: 319 e seguintes.

⁷⁰ SARAIVA & LOPES, 1987: 678-679; ROCHA, 1992: 88, citando documentos do AHU, de 1807 e 1808; GONÇALVES, 1999.

⁷¹ GONÇALVES, 1999: 348. Ver também AHU, Moçambique, Códice 1351, fl. 68, de 14 de Agosto de 1789.

⁷² O *Brado Africano*, 25 de Agosto e 24 de Dezembro de 1928.

Uma dessas associações é a Sociedade de Socorros Mútuos e de Beneficência *La Mutuelle Mauricienne*, fundada em 1921, com sede social em Lourenço Marques, e que tinha por fim reunir os mauricianos residentes em Moçambique, «por uma solidariedade fraternal, para o caso de precisarem de auxílio». Segundo os estatutos, a associação era constituída por mauricianos e pessoas nascidas em Moçambique de pais mauricianos, o que deixa entender a existência de uma comunidade mauriciana em Moçambique bem antes de iniciar o século XX⁷³. Os nomes constantes dos órgãos directivos da associação permitem estabelecer uma similaridade com os nomes mais usuais entre as famílias «crioulas» cuja origem escrava é uma evidência, tanto na Ilha Maurícia como na Ilha da Reunião⁷⁴.

À época, foi também criada a Associação de Socorros Mútuos Anjuan Anuaril Isslamo, criada em 1925, e que integrava os comorianos provenientes da Ilha de Anjuan, uma das ilhas do arquipélago da Comores⁷⁵. Mais tarde, em 1929, é fundada a Associação Mahometana Comoriana, reconhecida oficialmente em 1931, provavelmente formada por comorianos provenientes de outras ilhas das Comores⁷⁶. Há a assinalar ainda a Associação Recreativa Beneficiente Comoriana de Lourenço Marques, cujos estatutos foram aprovados em 1931, mas com estreita ligação à Associação Mahometana Comoriana, pois foram ambas oficializadas no mesmo ano (1931). Eram as associações dos «madjodjos» (ou mujojos), os descendentes de comorianos, de «religião maometanizada», e em cujas cerimónias e rituais, especialmente o «maulide rifai», incluíam recitações religiosas e ritos culturais que culminavam com os participantes preventivamente preparados com poções mágicas («muride»), anestesiados e resistentes à dor⁷⁷.

⁷³ A direcção é composta por Louis Trim (presidente), Gabriel Ciseaux (vice-presidente), L. Grancourt (secretário), A. Cangy (tesoureiro), H. Adam, G. Whittle, Edgard Reasonable, H. Labistour, Alfred Le Bom, Charles Adam, L. Labistour, Iris Regnaud, Arthur Dimingue e Arthur Poitevin.

⁷⁴ Foi oficializada por Alvará de 7 de Abril de 1923, da Secretaria Provincial do Interior em Lourenço Mrques, in BO n.º 21 de 26 de Maio de 1923, pp. 132-133.

⁷⁵ BO n.º 23, I Série, pp. 216-218.

⁷⁶ Estatutos aprovados pela Portaria n.º 1145, de 5 de Setembro de 1931, in *Boletim Oficial* n.º 36, I Série, de 5 de Setembro de 1931; *Anuário de Lourenço Marques* 1940, p. 597.

⁷⁷ LEMOS, 1988: 53. Sobre estas cerimónias, Lemos refere uma descrição fabulosa feita por José Craveirinha, em *O Brado Africano* de 25 de Fevereiro de 1955, intitulada «Maulide Rifai na Mafalala».

Alguns autores mencionam também os locais de convívio e «casas de diversão» destas comunidades, como por exemplo o *Clube Comoriano*, onde se realizavam desde o século XIX sessões nocturnas de dança; o clube «marcou uma época (...) [e a sua] fama se espalhou por todo o imenso subúrbio» de Lourenço Marques, chegando a atingir a cidade de cimento⁷⁸. Todas estas associações tinham em comum o facto de se considerarem de apoio e beneficência, tendo por finalidade: i) proporcionar aos sócios meios de educação e instrução, além de apoiar o seu desenvolvimento intelectual e físico; ii) receber e auxiliar todos os indivíduos naturais das ilhas Comores; iii) socorrer os sócios por motivo de doença, falta de emprego, e prover ao seu sustento e de suas famílias. Alguns dos seus principais dirigentes diziam-se de nacionalidade francesa⁷⁹.

Um pouco por todo o Moçambique se foram também constituindo as confrarias e irmandades muçulmanas, associações religiosas com cerimoniais e símbolos litúrgicos próprios, onde os fieis procuravam, e encontravam, uma atmosfera de grande fervor e religiosidade⁸⁰. A existência destas organizações remete para a época da fixação dos árabes islamizados e da expansão do comércio em toda a costa oriental de África e ilhas do Oceano Índico, que tinham os seus principais centros de irradiação em Zanzibar e nas Ilhas Comores, nomeadamente a ilha de Anjouan. Foi a partir destes importantes centros islâmicos que se formaram as irmandades islâmicas na Ilha de Moçambique, em finais do século XIX⁸¹.

Até 1930, apenas duas irmandades islâmicas estavam estruturadas na Ilha de Moçambique, estendendo as suas actividades às zonas da costa onde a presença islâmica era relevante, nomeadamente entre a região de Mombaça e Angoche⁸². Durante o período colonial, aumentou o número destas

⁷⁸ ROCHA, 2002: 172; LEMOS, 1988: 52-55; CABRAL, 1972: 65.

⁷⁹ *Estatutos da Sociedade de Beneficência La Mutuelle Mauricienne*, BO 21, 26/05/1923: 132-133; *Estatutos da Associação Mahometana Comoreana*, BO 36, 05/09/1931, I Série; *Estatutos da Anjuman Anuaril Isslamo*, BO 23, I Série: 216-218; *Anuário de Lourenço Marques*, 1940: 597.

⁸⁰ CARVALHO, 1988: 59.

⁸¹ ALPERS, 1972; BRANQUINHO, 1969; CARVALHO, 1972; LOBATO, 1988.

⁸² Estas duas irmandades estavam filiadas nas duas grandes confrarias-mãe, presentes em toda a África Oriental: a Xadulia (ou Chadulia) e a Kadiria (ou Qadiria). A primeira, da Ordem Chadulia, foi fundada em 1897, por um dignitário islâmico de origem comoriana, o Xehé Saide Muhamad bin Sheikh, e denominada Tuarica Xadulia

irmandades, que já eram oito na década de sessenta do século XX, as mais importantes continuando sediadas na Ilha de Moçambique, e outras já presentes nas principais localidades, incluindo Lourenço Marques/Maputo. Calcula-se em mais de quinhentos mil «murides» (filiados ou adeptos) que aderiram a estas organizações em finais do período colonial⁸³.

As confrarias são também espaços sociais de ajuda mútua, especialmente em questões de funerais e doença, e são, sobretudo, redes especiais de relações familiares, sociais, económicas e jurídicas que ligam os seus membros. Nas suas cerimónias, que têm normalmente um cariz religioso, cabe aos Xhehês, ou seus colaboradores directos, dirigir as cerimónias de casamentos e funerais, além de dar a sua opinião sobre os candidatos às confrarias. As relações com as outras organizações similares, formando redes de confrarias/irmandades, e a sociedade em geral, são formalizadas através de relações de parentesco (casamentos, apadrinhamentos, etc.) e das ligações entre as hierarquias⁸⁴.

4. Considerações finais

Com este modesto contributo, mais não se pretende do que abrir caminhos na imensidão do (des)conhecimento e fazer reflectir sobre o porquê do esvaziamento da memória das escravidões na maior parte das sociedades onde o fenómeno ocorreu de uma ou outra forma.

A fragmentação das fontes e sua dispersão dificulta e limita pesquisas ou estudos desta natureza. As principais fontes para pesquisar e seguir o rastro dos moçambicanos, principalmente no Brasil, parecem ser os arquivos dos cartórios notariais e registos paroquiais, onde podemos determinar a origem

Liaxuruti. Em 1904 foi criada a irmandade da Ordem Cadiria, denominada Tuarica Cadiria Sadate, por um Xhehê oriundo de Zanzibar, de seu nome Issa bin Ahmad – Ver: CARVALHO, 1988: 63; LOBATO, 1988.

⁸³ CARVALHO, 1988: 60. Ainda hoje estas confrarias/irmandades mantêm a sua actividade, nos principais centros onde existe uma população islamizada com significado. Estão inventariadas as seguintes confrarias/irmandades: Xdulia Liaxuruti, Xadulia E'Madhandia e Xadulia Itifaque, da Ordem Xadulia; Cadiria Sadate, Cdria Bagdad, Cadiria Jailane, Cadiria Saliquina e Cadiria Macherapa, da Ordem Cadiria.

⁸⁴ CARVALHO, 1988.

e a descendência dos escravos, as notas de assentamento ou assento de nascimentos e óbitos (Maurícia, Reunião), importantes por se tratar de verdadeiros actos administrativos, que possuem indicações obrigatórias mínimas (nomes de origem, estatuto, profissão, etc.), tal como o são os catálogos fotográficos e de gravuras.

O tráfico de escravos teve incidências económicas e sociais em Moçambique, mas proporcionou o estabelecimento de relações culturais e políticas especiais sobretudo com as ilhas do Oceano Índico e com o Brasil, a partir do século XVIII.

Os efeitos da escravatura e do tráfico negreiro fizeram-se sentir em todas as sociedades que directamente foram por eles afectadas, tendo originado não só modificações de ordem cultural e política das sociedades atingidas, como também das condições de ocupação e de exploração dos territórios abrangidos pelo tráfico.

Não é possível determinar se os africanos se reuniam por afinidades étnicas. Todavia, sabe-se que os moçambicanos se juntavam com outras “etnias”, nomeadamente nas confrarias de devoção a S. Benedito⁸⁵. Esta comunhão étnica, que não significa em si mesma comunidade étnica⁸⁶, foi um elemento que facilitou relações comunitárias de natureza mais diversa, inclusivamente políticas.

Embora sejam raras a documentação e as informações no actual estado da pesquisa, os dados já recolhidos permitem dizer que os moçambicanos, tal como outros africanos, organizavam-se em confrarias e associações, onde faziam as suas festas religiosas e tinham os seus divertimentos profanos, espalhando desse modo a sua influência cultural. As festas em honra do seu santo padroeiro eram o momento mais importante dessas manifestações. Os moçambicanos, tal como os angolanos e os congueses, usavam as danças como formas de manifestação religiosa, colocando-se sempre sob a protecção dos seus santos predilectos, mais em jeito de louvor do que de ritual litúrgico.

Com estas contribuições podemos estar a assistir a mutações importantes do imaginário de África, dando-nos conta de que afinal a relação com

⁸⁵ LAHON, 1999: 71.

⁸⁶ WEBER, 1994.

a África se manteve e continua a marcar algumas das mudanças entre nós e nesses territórios de destino dos africanos. É necessário prosseguir com as pesquisas para estudar melhor as comunidades de origem africana escrava, tanto nas ilhas do Índico como em S. Tomé e no Brasil, pela importância que representam na formação e caracterização destes povos.

Por isso, é importante que sejam estabelecidos intercâmbios entre a história, a antropologia e a sociologia, e também entre cientistas sociais nas suas instituições, procurando aprofundar opções metodológicas e teóricas numa perspectiva interdisciplinar. Tendo em vista dar continuidade aos estudos do tráfico e outras formas de trabalho migratório, acho fundamental para o aprofundamento desta história, que permitirá resgatar toda uma memória colectiva, elaborar um projecto, através de estudos comparativos, em que seja estendida a ponte entre todos os países cujas sociedades foram moldadas pelos efeitos do tráfico e pela influência das culturas africanas.

Pelo que foi reportado neste modesto trabalho, a história mostra-nos que tanto no domínio económico como demográfico e cultural, se estabeleceram complementaridades e interpenetrações entre os espaços aqui referidos, desde praticamente o século XVII/XVIII. Resta esperar que estudiosos e investigadores se sintam encorajados a uma vontade comum de cooperação.

Bibliografia

Livros e artigos

- ALEXANDRE, VALENTIM. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, FRANCISCO DE LACERDA E. *Travessia de África*. Lisboa: 1936.
- ALPERS, EDWARD. "Towards a History of the Expansion of Islam in East Africa: the Matrilineal Peoples of the Southern Interior". In: RANGER, T.O. & KIMAMBO, I.N. (eds.). *The Historical Study of African Religions*, London: Heinemann, 1972, pp. 172-201.
- ALPERS, EDWARD. "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)". In: *Cahiers d'Études Africaines*, 1970, 10/37, pp. 80-124.

- ALPERS, EDWARD. *Ivory and Slaves in East central Africa*. London: Heinemann, 1975, pp. 210-218.
- ALPERS, EDWARD. "Becoming Mozambique. Diaspora and Identity in Mauritius". In: TEELock, V. & ALPERS, E. A. (eds.). *History, Memory and Identity*, Port Louis, 2001.
- ALPERS, EDWARD. "Recollecting Africa: Diasporic Memory in the Indian Ocean World". In: *African Studies Review*, 2003, 43/1, pp. 83-99.
- ANDRADE, ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE (org.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.
- ARMSTRONG, JAMES C.. "Madagascar and the Slave Trade in the Seventeenth Century". In: *Omaly sy Anio*, 1983/4, pp. 17-20.
- BARKER, A. J. . *Slavery and Antislavery in Mauritius, 1810-33*. London: 1996.
- BASTIDE, ROGER. *As Religiões Africanas no Brasil*. I Volume. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora, 1971.
- BOTELHO, SEBASTIÃO XAVIER. *Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*. Lisboa: 1835.
- BRANQUINHO, JOSÉ ALBERTO G. MELO. *Prospecção das Forças Tradicionais no Distrito de Moçambique*. Lourenço Marques: SCCI, 1969 (AHM).
- BROOKSHAM, DAVID. *Raça e Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BUCHER, HENRY. "The Atlantic Slave Trade and the Gabon Estuary: the Mpongane to 1860". In: LOVEJOY, Paul E. (ed.). *Africans in Bondage, Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986, pp. 137-154.
- CABRAL, ANTÓNIO. *Pequeno Dicionário de Moçambique*. Lourenço Marques: 1972: 65.
- CARNEIRO, EDISON. *Os Cultos de Origem Africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/ Separata do Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- CARNEIRO, EDISON. "O folclore negro". In: *Sabedoria Popular*, Rio de Janeiro, 1959, pp. 65-87.
- CARREIRA, ANTÓNIO. *O Tráfico Português de Escravos na África Oriental*. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1979.
- CARTER ET AL. *The Last Slaves: Liberated Africans in Nineteenth Century Mauritius*. Port Louis: 2003.
- CARVALHO, ÁLVARO PINTO DE. "Notas para a história das confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique". In: *ARQUIVO*, Maputo, N. 4, 1988, pp. 59-66.
- CAMPBELL, GWYN. "Madagascar and Mozambique in the Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861". In: W. G. CLARENCE-SMITH (ed.). *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Frank Cass, 1989, pp. 166-193.
- CAMPBELL, GWYN. "Madagascar and the Slave Trade". In: *OSA*, n.º 17-20, 1984, pp. 279-310.
- CAMPBELL, GWYN. "The East African Slave Trade, 1861-1895: The Southern Complex". In: *International Journal of African Historical Studies*, 22, pp. 1-26.
- CAPELA, JOSÉ. "Do colonialismo à nação". In: *África*, Lisboa, 3 de Agosto de 1988.
- CAPELA, JOSÉ. *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

- CAPELA, JOSÉ. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- CAPELA, JOSÉ & MEDEIROS, EDUARDO. *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986.
- CARNEIRO, EDISON. *Negros Bantus*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1937.
- CLARENCE-SMITH, GERVAISE. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- COUCEIRO, SOLANGE MARTINS. *Bibliografia sobre o Negro Brasileiro*. São Paulo: CEA/USP, 1974.
- CURTIN, PHILLIP D.. *The Atlantic Slave Trade: a Census*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1969. Afrontamento, 2002.
- DAGET, SERGE. *La Traite des Noirs*. Paris: Ed. Ouest-France Université, 1980.
- DUFFY, JAMES. *A Question of Slavery*. Cambridge: CUP, 1967.
- ELTIS, DAVID ET.AL. *The Transatlantic Slave Trade: a Database on CD-ROM*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FILLIOT, J. M. "The Mascaregne Slave Trade and Labour Migration in the Indian Ocean in the Eighteen and Nineteenth Centuries". In: *Slavery and Abolition*, 24/2, 2003, pp. 33-50.
- FLORENTINO, MANOLO. *Em Costas Negras – Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GENTILI, ANA MARIA. *O Leão e o Caçador. Uma História da África Sub-Saariana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- GODINHO, VICTORINO MAGALHÃES. "O Mercado de mão-de-obra e os escravos". In: *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. IV, Cap. 9. Lisboa: editorial Presença, 1981.
- GONÇALVES, ADELTO. *Gonzaga, um Poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.
- GROUPEMENT DE RECHERCHES COORDONNÉS OCÉAN INDIEN. *Annuaire des Pays de l'Océan Indien*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Vol. IX, 1985.
- HAFKIN, NANCY. *Trade, Society and Politics in Northern Mozambique, c. 1753-1913*. Boston: Boston University Graduate School, 1973.
- HARRIES, PATRICK. "Mozbickers: the History of na African Immigrant Community in the Western Cape, 1877-1881". In: SAUNDERS, C. C. (ed.). *Studies in the History of Cape Town*, I. Cape Town: 1999.
- HEDGES, DAVID (coord.). *História de Moçambique. Moçambique no Auge do Colonialismo*. 3.º Volume. Maputo: Edição do Departamento de História da UEM, 1993.
- HENRIQUES, ISABEL CASTRO (org.). *Escravidão e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002.
- HURBON, LAENEC. "O imaginário de África nas Caraíbas". In: HENRIQUES, Isabel Castro (org.). *Escravidão e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002, pp. 65-80.

- KARASCH, MARY C. "Anastasia and the Slave Women of Rio de Janeiro". In: LOVEJOY, Paul E. (ed.). *Africans in Bondage, Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986, pp. 79-106.
- KARASCH, MARY C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- KARASCH, MARY C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KLEIN, HERBERT. "The Trade in African Slaves to Rio de Janeiro, 1795-1811: Estimates of Mortality and Patterns of Voyages". In: *Journal of African History*, 1969, n.º 10.
- LAHON, DIDIER. *O Negro no Coração do Império. Uma Memória a Resgatar, Séculos XV-XIX*. Lisboa: Ministério da Educação/SCPEM, 1999.
- LEMOES, MANUEL JORGE CORREIA DE. "Reviver a Ilha na Mafalala". In: *ARQUIVO*, 1988, pp. 49-57.
- LIESEGANG, G., PASCH, H., JONES, A. (eds.). *Figuring African Trade*. Berlin: D. Reimer, 1986.
- LOBATO, ALEXANDRE. "Ilha de Moçambique: Notícia histórica". In: *ARQUIVO*, Maputo, N. 4, 1988, pp. 67-82.
- LOPES, EDMUNDO CORREIA. *A Escravidão, Subsídios para a sua História*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.
- LOVEJOY, PAUL E. (ed.). *Africans in Bondage, Studies in Slavery and the Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.
- LUANQUET, CLAUDE. "Les Fondements Historiques de la Coopération Régionale". In: GRECOI, *Annuaire des Pays de l'Océan Indien*, Vol. IX, 1982-1983.
- MANNING, PATRICK. *Slavery and African Life. Ocidental, Oriental and African Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MARGARIDO, ALFREDO. "A participação dos africanos – escravos ou livres – na mudança cultural em Portugal e no Brasil". In: HENRIQUES, Isabel Castro (org.). *Escravidão e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002, pp. 29-52.
- MAXWELL, KENNETH. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- M'BOKOLO, ELIKIA. *África Negra. História e Civilizações. Tomo I – Até ao Século XVIII*. Lisboa: Editora Vulgata, 2003.
- MEDEIROS, EDUARDO. *As Etapas da Escravidão no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.
- MOURÃO, FERNANDO A. ALBUQUERQUE. "O século XIX como factor de decifração das relações do Brasil-África". In: *STVDIA*, N. 52, Lisboa, pp. 181-194.
- NASCIMENTO, AUGUSTO. *Desterro e Contrato: Moçambicanos a Caminho de S. Tomé e Príncipe (Anos 1940 a 1960)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2002.
- NEWIIT, MALYN. *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

- PANTOJA, SELMA. "Fontes manuscritas para a história de Moçambique no Rio de Janeiro, até final do século XIX". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 6/7, Janeiro-Dezembro de 1988.
- PÉLISSIER, RENÉ. *História de Moçambique. Formação e Oposição, 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987/1988 (2 volumes).
- QUINTÃO, ANTÓNIA APARECIDA. *Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência (1870-1890)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1991 (mimeo).
- QUINTÃO, ANTÓNIA APARECIDA. *Lá Vem o Meu Parente – As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.
- RANDRIANJA, SOLOFO (ed). *Éthnies et éthicité*. Dakar: CODESRIA, 2004.
- RAMOS, ARTUR. "O negro no Brasil". In: *Estudos de História Americana*, México, 1948, pp. 161-162.
- REIS, JOÃO JOSÉ & GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS. *Liberdade por um Fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Schwartz, 1996.
- ROCHA, AURÉLIO. "Resistência em Moçambique: o Caso dos Swahili, 1850-1913". In: *Actas da Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3.º Quartel do Século XIX*. Lisboa: Edição do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/IICT, 1989, pp. 581-615.
- ROCHA, AURÉLIO. "Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil". In: *STVDIA*, Lisboa, nº 51, 1992, pp. 61-118.
- ROCHA, AURÉLIO. *Associativismo e Nativismo. Contribuições para o Estudo das Origens do Nacionalismo em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.
- ROCHA, ILÍDIO. "O código negro. Viagem ao fundo da infâmia". In: *História*, nº 89, Março 1986, pp. 4-17.
- RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Edição Civilização Brasileira, 1964 (2 volumes).
- RODRIGUES, NINA. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Conf. Ed. Nacional, 1932.
- SANTANA, FRANCISCO. *Documentação Avulsa Moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: 1964 (2 volumes)
- SERRA, CARLOS (coord.). *História de Moçambique*. Volume 1. Maputo: Edição do Departamento de História da UEM, 1982.
- SILVA, ALBERTO DA COSTA E. "A casa do escravo e do ex-escravo". In: HENRIQUES, Isabel Castro (org.). *Escravidão e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas*. Lisboa: Editora Vulgata, 2002, pp. 15-28.
- SILVA, ALBERTO DA COSTA E. "O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX". In: *STVDIA*, nº 52, Lisboa, 1994, pp. 195-220.
- TAVARES, LUÍS HENRIQUE DIAS. *História da Baía*. Salvador da Baía: Centro Editorial e Didático da UFB, 1974.
- VAIL, LEROY & WHITE, LANDEG. *Capitalism and Colonialism in Mozambique – a Study of Quelimane District*. London: Heinemann, 1980.

- WALSH, R. *Notices of Brasil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley & A. H. Davis.
- WEBER, MAX. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Vol. I, 3 Edição. Brasília: Univeridade de Brasília, 1994.

Jornais, catálogos e documentos

- Anuário de Lourenço Marques*, 1940.
- O Brado Africano*, Lourenço Marques, 25 de Agosto e 24 de Dezembro de 1928.
- Île de La Reunion. Regards Croisés sur l'Esclavage, 1794-1848* (Catálogo). Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d'Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998.
- AHM, DSAC, FNI, Caixa 12, *Requerimento pedindo a aprovação dos Estatutos da Associação Mahometana Comoreana*, de 30 de Julho de 1931.
- AHM, DSAC, FNI, Caixa 11, *Estatutos da Associação Mahometana Comoreana* (BO nº 36 de 5 de Setembro de 1931, I Série).
- AHM, DASC, FNI, Caixa 12, *Auto de Notícia 260 do Corpo de Polícia de Lourenço Marques de 6 de Março de 1946, sobre a Associação Recreativa Beneficiente Comoreana de Lourenço Marques*.
- AHM, DSAC, FNI, Caixa 1042, *Relação dos Indígenas indesejáveis contratados para S. Tomé na Administração Civil de Manica e Sofala*, 24 de Novembro de 1953.
- AHU (Lisboa), Códice 1950, *Compromisso da Immandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*, Cap. 13º.
- ANTT, *Cartório Notarial* (Lisboa), C. 5ª, Livro 66, fol. 79-79v, 3 de Setembro de 1764.
- AHM, *Estatutos da Sociedade de Beneficência "La Mutuelle Mauricienne"*, BO 21, 26/05/1923: 132-133.
- AHM, *Estatutos da Associação Mahometana Comoreana*, BO 36, 05/09/1931, I Série.
- AHM, *Estatutos da Anjuman Anuaril Isslamo*, BO 23, I Série: 216-218.

Índice

Prefácio	7
Parte I – O tráfico atlântico de escravos	
Traite des Maures-traites des Noirs, ou les visages de l'esclavage au Portugal (XV ^e -XV ^e siècles) ANTÓNIO DE ALMEIDA MENDES (E.H.E.S.S. – Paris)	13
Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII MARIA CRISTINA OSSWALD (CIHE e CEAUP)	31
A “república negra” de Ano Bom: invenção de um “Estado” entre duas colonizações ARLINDO MANUEL CALDEIRA (Centro de História de Além-Mar – Lisboa)	47
The Atlantic networks of the Benguela slave trade (1730-1800) ROQUINALDO FERREIRA (University of Virginia – USA)	67
Forced labour and European trade on the Gold Coast in the 18th and 19th centuries: the slave labour of Christiansborg Castle PER HERNAES (NTNU – Trondheim)	99
A Junta de Escravos e Libertos de Cabo Verde ELVIRA MEA (CEAUP)	123
Parte II – Problemáticas da escravatura no Brasil	
Creolização, solidariedade e ascensão social: os negros na capitania do Espírito Santo (1790-1815) ADRIANA PEREIRA CAMPOS (Univ. Fed. do Espírito Santo – Brasil)	139
“Catando cipó” – O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações MÁRIO MAESTRI (Universidade de Passo Fundo – Brasil)	171

Territórios e itinerários negros em Salvador
(moradia, trabalho e divertimento, 1855-1887) 195
LÍGIA CONCEIÇÃO SANTANA (Univ. Federal da Bahia – Brasil)

As mãos ocultas nas artes e ofícios do Brasil colonial 205
LYSIE REIS (Univ. Estadual de Feira de Santana – Brasil)

Escravos e pobres livres em Taubaté no século XIX 217
MARIA APARECIDA PAPALI (Univ. do Vale do Paraíba – Brasil)

Parte III – Trabalho forçado na África Colonial

1. Casos da África Ocidental

Estradas sem fim: o trabalho forçado e a ‘política indígena’
na Guiné (1915-1945) 229
PHILIP J. HAVIK (SOC, IICT – Lisboa)

Culture forcée du coton et résistances paysannes au Nord Cameroun
et dans le Sud Tchadien sous l’administration française 249
JEAN GORMO (Univ. de Ngaoundéré – Cameroun)

Travail forcé et le processus de mobilisation
de la main d’œuvre en Côte d’Ivoire 259
MAURICE ARCHER (ENS – Abidjan, Côte d’Ivoire)

Éveil d’une conscience spirituelle féminine
en pays agni de Côte d’Ivoire : la pratique du « momomé »
comme une parade douce à l’agression européenne 273
ANO BOA BERNARD (GERLINAC – ENS – Abidjan, Côte d’Ivoire)

2. Casos da África Central e Austral

Tempo de trabalho e lucro em São Tomé e Príncipe
– o caso da Sociedade de Agricultura Colonial (1899-1909) 289
MACIEL SANTOS (CEAUP)

Slavery in Southern Kongo in the late nineteenth century 315
JELMER VOS (ISDSL, AMSTERDAM)

Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura
e do trabalho forçado em colónias africanas (1922-36): o caso português 337
MARIA EMÍLIA MADEIRA SANTOS (IICT – Lisboa)
VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES (IICT – Lisboa)

« Poser au village » : Un régime de travail en transition, relations de pouvoir
et la fin des prestations forcées au Moyen-Congo français, 1935-1958 349
ALEXANDER KEESE (CEAUP)

The forced labor ‘system’ in Angola, 1903-1947: reassessing origins
and persistence in the context of colonial consolidation,
economic growth and reform failures 367
DOUGLAS L. WHEELER (University of New Hampshire – USA)

As colónias portuguesas de África entre a II Guerra Mundial
e a Guerra Colonial – a visão anglo-americana 395
MANUEL LOFF (Universidade do Porto)

African forced labour: Revisiting a century of compulsory labour
in Kenya through a Gukũyũ experience 443
MATTHEW KARANJI (SOAS – Londres)

De “coolies” a empresários de sucesso. A trajetória dos sino-asiáticos
no sistema de exploração colonial em Moçambique.
A comunidade da Beira como estudo de caso 469
EDUARDO MEDEIROS (NESA – Universidade de Évora)

Parte IV – Heranças culturais da escravatura africana

A visão antropológica do colonialismo português
e o olhar singular de Ladislau Batalha 523
JACINTO RODRIGUES (CEAUP)

Diáspora e memória, encontro de culturas 541
AURÉLIO ROCHA (CEPPA/ISPU – Moçambique)